



CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Interfaces no Tempo Presente

Charles Sidarta Machado Domingos | Leticia Sabina Wermeier Krilow
Gérson Wasen Fraga | Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Alessandro Batistella
(Organizadores)

SENADO FEDERAL			
MDB		ARENA	
1974	1978	1978	1984
ACRE	PARANÁ	ACRE	PARANÁ
AMAZONAS	MINAS GERAIS	AMAZONAS	AMAZONAS
CEARÁ	GO DE JANEIRO	PARÁ	PARÁ
R. G. NORTE	SÃO PAULO	MARANHÃO	ALAGOAS
PARANÁ	PARANÁ	PARÁ	BAHIA
PERNAMBUCO	SANTA CATARINA	CEARÁ	IN GERENCIADO
SERGIPE	R. G. SUL	R. G. NORTE	
MINAS GERAIS	GOIAS	PERNAMBUCO	
ESPÍRITO SANTO		ALAGOAS	
GO DE JANEIRO		SERGIPE	
GOIÂNIA		BAHIA	
SÃO PAULO		ESPÍRITO SANTO	
PARANÁ		IN GERENCIADO (2)	
SANTA CATARINA		IN GERENCIADO DO SUL	
R. G. SUL			
GOIAS			
(11 GEN)	(8 GEN)	(15 GEN)	(6 GEN)
73 2	35 2	45 2	37 2



AC
ACERVUS



© 2024, Dos Autores

Os autores são integralmente responsáveis
pela veracidade dos dados, pelas opiniões e
pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico

Acervus Editora

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C244 Capítulos de história política [recurso eletrônico] : interfaces
no tempo presente : volume 4 / Charles Sidarta Machado
Domingos ... [et al.] (organizadores). – Passo Fundo:
Acervus, 2024.
25 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5230-003-4.

Demais organizadores: Leticia Sabina Wermeier Krilow,
Gérson Wasen Fraga, Diego Orgel Dal Bosco Almeida,
Alessandro Batistella.

1. História - Brasil. 2. História e política. I. Domingos,
Charles Sidarta Machado, org. II. Krilow, Leticia Sabina
Wermeier, org. III. Fraga, Gérson Wasen, org. IV. Almeida,
Diego Orgel Dal Bosco, org. V. Batistella, Alessandro, org.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Interfaces no Tempo Presente

Charles Sidarta Machado Domingos | Leticia Sabina Wermeier Krilow
Gérson Wasen Fraga | Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Alessandro Batistella
(Organizadores)

Imagens da 1ª Capa

BR RJANRIO EH.0.FOT, PPU.3900 – Entrevista coletiva de Ernesto “Che” Guevara, ministro de Cuba. Brasília, 1961. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, EXE.410 – Reunião do Alto Comando do Exército no Palácio do Exército. Rio de Janeiro, 1970. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PPU.1638 – Posse de Leonel de Moura Brizola como prefeito de Porto Alegre, 1959. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.14035 – Mapa sobre as eleições de 15 de novembro de 1978. Brasília, 1978. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.756 – O Presidente Getúlio Dornelles Vargas (1939-1945) no Palácio do Catete, recebendo em audiência o General Cândido Mariano da Silva Rondon. Rio de Janeiro, 1940. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.5267 – Manifestante na “Passeata-Monstro” dos universitários em sinal de protesto aos desmandos do Eixo, 1942. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Imagem da 4ª Capa e Orelhas

BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.4124 – Instalação do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, 1946. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.7704 – O Presidente Jânio da Silva Quadros (1961) no Palácio do Planalto, condecorando Ernesto Guevara de la Serna, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Brasília, 1961. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.2834 – O Presidente Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) no Palácio do Catete, recebendo em audiência os candidatos às eleições em São Paulo. Rio de Janeiro, 1952. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------	---

PARTE I

HISTÓRIA POLÍTICA: INTERFACES COM EDUCAÇÃO E LITERATURA

I. A QUESTÃO AUTOBIOGRÁFICA EM RELATOS DE VIAGEM À URSS DE AUTORIA DE ESCRITORES DE LITERATURA NOS ANOS 1950: educação, clandestinidade e cultura política	17
--	----

Diego Orgel Dal Bosco Almeida

II. A AÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA COLÔNIA ERECHIM	43
---	----

Isabel Rosa Gritti

III. A AULA DE HISTÓRIA EM TEMPOS INCERTOS: disputas pelo passado e reformas curriculares	55
---	----

Renan Santos Mattos

IV. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E OS MOVIMENTOS DE BELO MONTE E DAS CIDADES SANTAS	83
---	----

Cristina Dallanora

V. MARMELADA DE BANANA, BANANADA DE GOIABA: ditos, interditos e bodocaços em torno de Monteiro Lobato e sua obra	103
--	-----

Gerson Egas Severo

VI. HISTÓRIA, POLÍTICA E MEMÓRIA EM QUEM FAZ GEMER A TERRA, DE CHARLES KIEFER	119
---	-----

Gérson Wasen Fraga

PARTE II

HISTÓRIA POLÍTICA E IMPRENSA: DEBATES E REPRESENTAÇÕES

VII. OS ESPAÇOS DA POLÍTICA: sociabilidade e imprensa na Montevideu brasileira (1822-1824) <i>Murillo Dias Winter</i>	141
VIII. IMPRENSA E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: o processo de criação da Petrobrás nas opiniões dos grandes jornais cariocas (1951-1953) <i>Thiago Costa Juliani Regina</i>	161
IX. UMA ANÁLISE DAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE SIEGFRIED HEUSER NA IMPRENSA DE SANTA CRUZ DO SUL (1950-1962) <i>Gustavo Henrique Kunsler Guimarães</i>	181
X. OPINIÃO PÚBLICA NAS PÁGINAS DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1955-1960) <i>Leticia Sabina Wermeier Krilow</i> <i>Luis Carlos dos Passos Martins</i>	203
XI. O MUNDO POLÍTICO EM CHAMAS: reações políticas contraditórias frente ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS (novembro de 1961) <i>Charles Sidarta Machado Domingos</i>	223

PARTE III

HISTÓRIA POLÍTICA E DEMOCRACIAS: PARTIDOS E ELEIÇÕES

XII. NO RASTRO DAS PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO ELEITORAL: fontes de arquivos privados (1945-1964) <i>Douglas Souza Angeli</i>	247
---	-----

XIII. O PARTIDO LIBERTADOR E A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE DO PARLAMENTARISMO NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE 1947	269
<i>Diego dos Santos</i>	

XIV. AS REFORMAS DE BASE VISTAS POR UMA ELITE POLÍTICA LOCAL: os vereadores de Canoas/RS e o nacional-reformismo (1963)	295
<i>Anderson Vargas Torres</i>	

XV. CONTINUIDADES E NOVIDADES: o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o “novo trabalhismo” do Partido Democrático Trabalhista (PDT)	325
<i>Alessandro Batistella</i>	

PARTE IV

HISTÓRIA POLÍTICA: CONCEITOS E MÉTODOS

XVI. UM CONCEITO NA BUSCA DE UM BRASIL: crítica ao “autoritarismo”	353
<i>Diorge Alceno Konrad</i>	

XVII. MNEMÓSINE: a arte de “fazer história” e a “escrita de si”, uma prática historiográfica	375
<i>Carla Brandalise</i>	

XVIII. PARA ONDE TUDO CONVERGE: a atuação dos presidentes de província na administração dos territórios do Império do Brasil (Rio Grande do Sul, 1845-1889)	391
<i>Amanda Both</i>	

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	409
--------------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Naquele gélido final de outono do ano de 2023, as historiadoras e os historiadores do Grupo de Trabalho História Política, da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), reuniram-se na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na cidade de Erechim, para discutirem suas pesquisas abordando as distintas interfaces da História Política no tempo presente. Foram três dias de reencontros, de surpresas, de novos aprendizados técnicos, de troca de conhecimentos e, sobretudo, da continuidade de um projeto pensado em 2016 na cidade de Santa Cruz no XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS na Universidade de Santa Cruz (UNISC) e que vem tomando força desde o ano de 2017: a retomada do “Seminário do GT História Política” quando do aniversário de dez anos do I Seminário do GT História Política realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em Porto Alegre.

Dessa forma, realizado na Universidade de Passo Fundo (UPF), o II Seminário do GT História Política ocorreu entre 26 e 28 de abril de 2017. O evento foi um marco na retomada das atividades do GT História Política e, a partir dele, foi publicado o livro *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens* que hoje se constitui um livro de referência para a área.

Entre 15 e 17 de outubro de 2019, nos reunimos nas dependências da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em uma conjuntura política diferente,

onde as Universidades de forma geral e os cursos de Ciências Humanas de forma específica, sofriam ataques. Não por acaso, nosso III Seminário do GT História Política iniciou no Dia do Professor. Desse evento surgiu a obra *Capítulos de História Política: problemas e estudos*.

Em março de 2020 nos deparamos com a pandemia Covid-19. Foram tempos de isolamento e de muitas perdas, das quais, muitas poderiam ter sido evitadas. O nosso encontro, previsto para outubro de 2021, não pôde ser realizado. Então, o IV Seminário do GT História Política aconteceu entre 28 e 30 de setembro de 2022 nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), às vésperas do primeiro turno das eleições daquele ano. Naquela conjuntura, foi produzido *Capítulos de História Política: Dimensões Conceituais e Temáticas*.

O livro que agora temos em mãos traz muitos dos debates sobre História Política ocorridos no V Seminário do GT História Política, que aconteceu na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de 12 a 14 de junho de 2023. Esse quarto volume dos *Capítulos de História Política* foi pensado a partir de quatro eixos: História Política: interfaces com Educação e Literatura; História Política e Imprensa: debates e representações; História Política e democracias: partidos e eleições e História Política: conceitos e métodos.

A primeira seção é aberta com o capítulo de Diego Orgel Dal Bosco Almeida intitulado *A questão autobiográfica em relatos de viagem à URSS de autoria de escritores de literatura nos anos 1950: educação, clandestinidade e cultura política*. Partindo de um conjunto documental específico – os relatos a que o título faz referência –, o autor explora as múltiplas possibilidades de tal corpo documental para a historiografia, seja como literatura de viagem (um gênero por vezes esquecido), como escritos políticos produzidos por intelectuais, como relatos produzidos sob condições políticas adversas, como manifestos políticos ou, ainda, como conjunto de observações diversas produzidas sobre e a partir dos cursos de formação política ministrados pelo Partido Comunista da União Soviética. Propondo um estudo de caso ao fim de seu texto e lançando mão do conceito de “Pacto Autobiográfico”, o autor nos brinda com um olhar para a inserção de Josué Guimarães neste grupo, tomando a obra “As Muralhas de Jericó” como objeto de análise.

Isabel Rosa Gritti, em *A ação da Ditadura Civil Militar na Educação na Região da Colônia Erechim* conduz nosso olhar para a região do Alto Uruguai, no norte do Rio Grande do Sul. O texto da autora ilumina alguns dos “pequenos casos” de arbítrio durante o período pós-1964, lembrando-nos que a ação repressiva não se limitou aos grandes centros nem aos casos que poderíamos classificar hoje como paradigmáticos. Ao contrário, a violência do regime se fez presente também entre as pessoas comuns, como estudantes e professores que a partir dos interiores do país e dos espaços de educação, ousavam levantar sua voz, mesmo que de maneira tímida, em favor das liberdades democráticas. Muitos destes arbítrios seguem como feridas abertas, a sangrar silenciosamente enquanto não caem definitivamente do fosso do esquecimento.

Renan Santos Mattos, no capítulo *A aula de história em tempos incertos: disputas pelo passado e reformas curriculares* inicia sua reflexão com uma pergunta instigante: o que significa ensinar história? Ao pensar o ensino de história e sua dimensão pública nos contextos educativos, o autor, além de defender uma aula de história que seja capaz de propiciar diálogo com questões coletivas alicerçadas no pluralismo democrático, dedica-se a analisar o contexto político que integra o cenário das reformas curriculares no ensino de história tendo como problemática as disputas pelo passado, bem como qual o lugar, afinal, das discussões sobre temas políticos no contexto da sala de aula. Temática candente, o ensino de história em um contexto conflagrado é uma das contribuições deste capítulo.

Cristina Dallanora nos traz sua contribuição com o texto *Reflexões sobre o ensino de história e os movimentos de Belo Monte e das Cidades Santas*. A autora apresenta uma reflexão sobre como o ensino de história e os movimentos sociais estão marcados pela versão da história da repressão do Estado Brasileiro durante a Primeira República. Para tanto, Dallanora inicia com um apanhado sobre a participação das forças armadas e do Exército na política, considerando a formação técnico militar e a educação civil na primeira república; seguido da análise da violência armada estatizada, que se fez sobre Belo Monte e sobre as Cidades Santas. Finalizando com a constatação da proeminência de uma versão “oficial” no ensino de história sobre tais movimentos sociais.

Marmelada de banana, bananada de goiaba: Ditos, interditos e bodocaços em torno de Monteiro Lobato e sua obra é a contribuição de Gerson Egas Severo.

Neste capítulo, Severo, enquanto leitor de Monteiro Lobato compartilha seu ponto de vista, busca oferecer uma contribuição para o debate sobre a crise instaurada sobre a figura de Monteiro Lobato e sua obra – com ênfase para questões raciais. Para tanto, toca em temas sensíveis como o presumível racismo de Lobato, apresentando, além de sua argumentação, uma exposição de autores e grupos que já se dedicaram a tal debate.

Fechando a seção, Gérson Wasen Fraga utiliza como fonte um livro de literatura que foi escrito em momentos muito próximos a um evento de grande repercussão no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1990. Em *História, política e memória em “Quem Faz Gemer a Terra”, de Charles Kiefer*, Gérson Fraga, de forma muito atenta, descortina as causas do conflito entre Brigada Militar e membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na Praça da Matriz e demonstra elementos fundamentais que não foram apresentados pela grande imprensa do período.

História Política e Imprensa: debates e representações é a segunda seção do nosso livro. Murillo Dias Winter, em *Os espaços da política: sociabilidade e imprensa na Montevideu brasileira (1822-1824)*, analisa o desenvolvimento de uma esfera pública na província Cisplatina a partir da Lei de Liberdade de Imprensa (2 de julho de 1821) e os primeiros impressos da província. Em seu texto, Winter argumenta que a cidade de Montevideu e seus espaços públicos reverberaram a opinião e espalharam a palavra impressa. Sendo nesse espaço, em efervescência, que o futuro da Cisplatina era debatido, planos de ações eram colocados em prática e disputas políticas eram travadas.

Imprensa e política no segundo Governo Vargas: o processo de criação da Petrobrás nas opiniões dos grandes jornais cariocas (1951-1953) é o título do segundo capítulo da seção. Neste texto, Thiago Costa Juliani Regina busca repensar o papel institucional e a atuação política da *grande imprensa* carioca durante o segundo Governo Vargas, através da análise dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, durante o processo de criação da Petrobrás. Problematicando, assim, as interpretações que compreendem a imprensa como subordinada à União Democrática Nacional (UDN) e como opositora intransigente de Getúlio Vargas.

Gustavo Kunsler Guimarães, no capítulo *Uma análise das campanhas elei-*

torais de Siegfried Heuser na imprensa de Santa Cruz do Sul (1950-1962) busca analisar as campanhas eleitorais de Siegfried Emanuel Heuser para os pleitos de 1950, 1954, 1958 e 1962 no município de Santa Cruz do Sul, situado na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul. No município, Heuser foi o candidato mais votado para deputado estadual nos quatro pleitos abordados. Gustavo Kunsler Guimarães cercou-se de um conjunto heterogêneo de fontes, interpeladas a partir de uma análise qualitativa com o intuito de reconstruir os diferentes cenários da trajetória de Siegfried Heuser.

Em *Opinião Pública nas Páginas da Grande Imprensa Carioca (1955-1960)*, Letícia Sabina Krilow e Luís Carlos Martins analisam as concepções do que seria esta “opinião pública” conforme os principais jornais do Rio de Janeiro. Ainda que Letícia e Luís busquem em sua análise periódicos de diferentes linhas ideológicas e editoriais dentro de um marco cronológico específico, evidencia-se a forma com que os jornais se valem deste conceito como uma criação, uma ferramenta da impessoalidade a ser acessada na legitimação de seus próprios projetos e interesses. O trabalho acaba assim por ressaltar a capacidade que os grandes órgãos de mídia possuem em intervir na vida política e social, travestindo suas opiniões e interesses sob o manto da isenção e da neutralidade ao apresentar-se como o fórum apropriado para uma opinião pública que, a par de nunca ser exatamente definida, encontraria nas páginas dos jornais um canal para a reverberação para suas opiniões.

Charles Sidarta Machado Domingos encerra a seção com o texto *O mundo político em chamas: reações políticas contraditórias frente ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS (novembro de 1961)*. O autor analisou as reações e repercussões difundidas nas páginas do jornal gaúcho *Correio do Povo* sobre o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS em um contexto de Guerra Fria, Política Externa Independente e de vigência do regime parlamentarista na política nacional. Ao chamar atenção para o destaque dado ao tema e para as diferentes estratégias utilizadas pelo jornal para noticiá-lo, evidenciou a complexidade das reações políticas frente a esse ato diplomático.

A terceira seção, História Política e democracias: partidos e eleições, é aberta pelo texto de Douglas Souza Angeli, *No rastro das práticas de mobilização eleitoral: fontes de arquivos privados (1945-1964)*. Angeli percorre o período da ex-

periência democrática no Brasil para investigar as práticas pelas quais partidos e candidatos buscaram promover suas candidaturas e conquistar o voto, especialmente no que se refere à propaganda eleitoral. Dessa forma, o autor descreve e analisa diversos arquivos e acervos que tornaram possível sua pesquisa e que possibilitaram compreender aspectos tanto da materialidade da propaganda quanto das práticas de mobilização empreendidas por partidos e candidatos para além das estratégias mais conhecidas.

O Partido Libertador e a defesa da constitucionalidade do parlamentarismo nas constituições estaduais de 1947 é o capítulo de Diego dos Santos. Como parte das reflexões desenvolvidas em sua dissertação de mestrado, o autor apresenta a atuação do Partido Libertador (PL) na defesa do sistema parlamentarista nos trabalhos de elaboração da Constituição do Rio Grande do Sul de 1947, contextualizando o surgimento do partido e os mais importantes pontos de sua doutrina. Combinando a atuação dos principais atores políticos na busca pela consumação do parlamentarismo como sistema de governo no Rio Grande do Sul, Diego dos Santos demonstra que os debates não estavam ligados apenas a questões doutrinárias, mas devem ser compreendidos de modo articulado, a partir do jogo político da época.

As Reformas de Base vistas por uma elite política local: os vereadores de Canoas/RS e o nacional-reformismo (1963) é de autoria de Anderson Vargas Torres. Analisando a documentação da Câmara de Vereadores da cidade de Canoas, vizinha da capital do estado, Porto Alegre, Torres articula o discurso favorável às Reformas de Base dos vereadores petebistas com a influência de Leonel Brizola. Percebe também a oposição dos vereadores do Partido Libertador, do Partido Social Democrático e do Partido da Representação Popular ao modelo das reformas defendidas pelos petebistas da Câmara Municipal.

Para encerrar a seção, o trabalho de Alessandro Batistella, *Continuidades e novidades: o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o “novo trabalhismo” do Partido Democrático Trabalhista (PDT)*, nos relembra de uma página importante – mas esquecida – de nossa recente política, qual seja, a disputa entre Ivete Vargas e Leonel Brizola pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro no contexto da redemocratização. Traçando um comparativo entre o Trabalhismo no período pré-1964 e as concepções acerca do Trabalhismo pedetista,

o autor nos oferece uma refinada análise conceitual, evidenciando a importância das raízes teóricas e do contexto histórico na construção e nas transformações de uma determinada ideologia política, expondo ao leitor as continuidades e rupturas entre os dois períodos, bem como os limites que o trabalhismo encontrou diante da necessidade de incorporar novas pautas em seu projeto a partir da década de 1980.

A última seção do livro *História Política: conceitos e métodos* é aberta pelo texto de Diorge Alceno Konrad *Um conceito na busca de um Brasil: crítica ao “Autoritarismo”*. Konrad, em um primeiro momento, através da revisitação de autores e textos clássicos do chamado pensamento político brasileiro, busca entender como o conceito de autoritarismo se tornou um sujeito histórico estruturante da política e da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais até a atualidade. Para, em um segundo momento, construir a crítica necessária a um tipo de abordagem que tem no conceito, a explicação generalizante, portanto ahistórica do processo político brasileiro.

Carla Brandalise mergulha na historiografia francesa de fins do século XX em *Mnemósine: a arte de “fazer história” e a “escrita de si”, uma prática historiográfica*. A partir da análise da obra coordenada por Pierre Nora, a autora demonstra as contribuições que aquela forma de fazer história trouxe para a produção historiográfica. Por seu texto, desfilam nomes importantes da historiografia francesa que, na perspectiva da ego-história, produziram obras marcantes.

Para finalizar, a historiadora Amanda Both, no capítulo intitulado *Para onde tudo converge: a atuação dos presidentes de província na administração dos territórios do Império do Brasil (Rio Grande do Sul, 1845-1889)* apresenta os desdobramentos de suas pesquisas recentes buscando compreender o cotidiano administrativo da província a partir da atuação dos presidentes. O foco de sua investigação foi o caso da província do Rio Grande do Sul no período do Segundo Reinado. A hipótese defendida é a de que a presidência, em razão de seu lugar intermediário na hierarquia estatal, tinha um papel-chave institucional na governabilidade do território. Amanda Both demonstra que esse papel, entendido como normativo, consistia na articulação e controle de circuitos comunicacionais entre a província e a Corte, os quais tinham nos presidentes o principal ponto de intersecção.

O GT História Política tem longa tradição na ANPUH-RS. É um dos mais antigos e atuantes. Além dos “Seminários do GT História Política”, tem participado regularmente do Encontro Estadual de História da ANPUH-RS e, desde 2018, oferecido o *Simpósio Temático GT História Política*. Trabalho de muitas mãos, com historiadoras e historiadores de todas as regiões do Rio Grande do Sul – e até de outras regiões do Brasil – vem se consolidando cada vez mais como espaço privilegiado para a atividade da historiadora e do historiador. E sempre com o compromisso inabalável com a democracia, os direitos humanos e a verdade histórica. E sem nunca esquecer das palavras de um dos maiores historiadores de todos os tempos, Eric Hobsbawm: “O ofício do Historiador é lembrar do que os outros esquecem”.

Os Organizadores

I

A QUESTÃO AUTOBIOGRÁFICA EM RELATOS DE VIAGEM À URSS DE AUTORIA DE ESCRITORES DE LITERATURA NOS ANOS 1950:

educação, clandestinidade e cultura política

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

O texto que segue é uma das produções derivadas de um estudo realizado em meu estágio de pós-doutoramento em Educação a partir do qual busquei refletir dimensões da educação política entre comunistas que atuavam na clandestinidade a partir da produção literária¹. O foco principal, nesse caso, foram os relatos de viagem à União Soviética de autoria de escritores de literatura. Buscava compreender, então, qual teria sido o papel desses escritores no conjunto de práticas educativas que ocorriam entre os comunistas que atuavam na clandestinidade política no Brasil. Contudo, além desse papel no sentido panorâmico, fui procurando descortinar qual seria, afinal, o sentido atribuído ao caráter autobiográfico presente nesses relatos. Chamou-me atenção, na ocasião, o reforço dado por esses escritores de que seus relatos condiziam com os fatos, com aquilo que, afinal, haviam presenciado na URSS e que, através das suas narrativas, pretendiam transmitir aos potenciais leitores no Brasil. Uma das hipóteses havia sido levantada por Edvaldo Correa Sotana (2006)² de que esse reforço autobiográfico estaria ligado à tentativa de se estabelecer uma espécie de contraponto à imprensa majoritariamente anticomunista da época no Brasil. Ao percorrer os propósitos desse projeto de pesquisa ligado à história da educação, porém, problematizei a questão do reforço autobiográfico a partir do conceito de clandestinidade, levando

em consideração a atuação desses escritores a partir de um conjunto de práticas e ações educativas de comunistas que ocorria em vários países do mundo e que ganhava contornos diferenciados quando se considera a dimensão de uma atuação clandestina, ou marcada por uma dimensão que a associava à clandestinidade³.

As disputas ideológicas que marcaram o contexto da Guerra Fria (1945-1991) se refletiram de diferentes formas no plano político e intelectual. Especialmente no campo intelectual, a produção literária foi influenciada por esse contexto internacional não só no Brasil como também em outros países do mundo. O contexto não deixaria de sublinhar a história dos relatos de viagem. Foi no contexto das guerras mundiais e, posteriormente, tendo como pano de fundo o próprio cenário da Guerra Fria, que os relatos de viagem ganharam contornos eminentemente políticos. Os “relatos de viagem políticos” são um fenômeno do século XX, portanto profundamente marcados pelo cenário da Guerra Fria⁴.

Na primeira metade dos anos 1950, devido ao internacionalismo político que, de certa maneira, integrava os partidos comunistas ao redor do mundo, militantes de diversos países viajaram até a URSS com o objetivo de participar de escolas de preparação que serviam, entre outros motivos, para integrá-los aos quadros revolucionários. As viagens à URSS, contudo, não se resumiram às escolas de preparação dos partidos comunistas. No Brasil, por exemplo, além de militantes “oficiais” do PCB (Partido Comunista do Brasil), viajaram à URSS artistas e intelectuais, especificamente aqueles que detinham alguma projeção no campo da produção cultural. Considerando que o PCB, a partir do ano de 1947, encontrava-se na ilegalidade, a atuação de artistas, escritores e intelectuais tornou-se um instrumento bastante significativo e estratégico de educação política.

No contexto político brasileiro, após um período de relativa ascensão de alguns movimentos sociais, especialmente de movimentos grevistas, o governo de Eurico Gaspar Dutra criou o decreto-lei n.º 9070⁵. O decreto censurava o direito de greve. Em maio do mesmo ano, o PCB foi colocado na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tendo obtido uma votação significativa entre os anos de 1945 a 1947, a ação do governo Dutra pode ser entendida como receio do crescimento eleitoral do partido, que havia eleito, em 1945, Luís Carlos Prestes como senador.

Com a ilegalidade, os comunistas brasileiros acabaram identificando a edu-

cação como um instrumento bastante significativo de atuação política. Era uma educação que se realizava clandestinamente e que formava os militantes para uma atuação política que também ocorria de modo clandestino. Uma “forma de resistência” que contou com a organização do que pode ser denominado “redes de educação clandestina”, fundamentais para garantir a “sobrevivência” do partido⁶.

Militantes do PCB, a exemplo Hércules Correa e Osvaldo Peralva, foram alguns dos nomes que integraram as fileiras do partido no Brasil no período que vai da liderança de Josef Stálin à ascensão de Nikita Krushev no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) nos anos 1950. No retorno da viagem à URSS, esses militantes redigiram relatos buscando refletir sobre suas experiências de viagem. Com forte teor autobiográfico, esses relatos circularam no Brasil, principalmente entre os militantes do PCB, servindo como instrumento de educação política⁷. A análise desses relatos, vale destacar, tem relação tanto com o período anterior à publicação das denúncias dos crimes e arbitrariedades cometidos por Stálin e pelo stalinismo, quanto depois, o que não deixou de incidir, é claro, sobre o teor dessas narrativas.

A adesão ao socialismo não se deu somente a partir de uma ligação mais “oficial” ao partido, como no caso de Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, bem como de outros militantes e lideranças que já detinham projeção no PCB. Havia também outro grupo de comunistas que poderia ou não estar ligado “oficialmente” às fileiras do partido: os intelectuais, especialmente os escritores de literatura. Nomes já reconhecidos na época como Jorge Amado e Graciliano Ramos e outros menos, como Josué Guimarães, podem ser considerados alguns dos exemplos significativos desse tipo de atuação. A existência na ilegalidade empurrou a atuação política a outros espaços e canais, a literatura foi um deles.

Meu propósito, como disse antes, é o de avaliar a função do reforço autobiográfico nos relatos de viagem de escritores brasileiros que realizaram viagens à URSS no início dos anos 1950. Problematizo, desse modo, as relações entre educação, clandestinidade e cultura política, especificamente nas práticas educativas entre comunistas que atuaram na clandestinidade política. Na primeira parte, a partir de um conjunto de produções recentes, apresento os relatos de militantes políticos ligados ao PCB que realizaram suas viagens no início dos anos 1950, nas chamadas escolas de formação política. No que diz respeito aos

relatos de autoria de escritores de literatura, problematizo, principalmente, o “pacto autobiográfico”⁸ e sua relação com certas dimensões do testemunho. Minha compreensão considera o cenário no qual muitos escritores assumiram o papel de disseminadores de valores associados à cultura política comunista⁹. Esses escritores se orientavam por um novo estatuto da literatura que procurava se associar às discussões de questões coletivas dirigidas à mudança social, ou seja, que se voltavam à práxis e à transformação social. O que foi sintetizado por Jean Paul Sartre (2004) como “literatura da práxis”¹⁰.

A reflexão divide-se em três partes complementares. Na primeira, abordo o teor de relatos de militantes e suas experiências nas “escolas de formação” na URSS. Já na segunda parte, apresento um panorama do contexto intelectual e literário no Brasil, além de algumas influências externas, com o intuito de compreender como, afinal, um novo estatuto da literatura, associado a questões de cunho social e político, bem como à ideia de literatura como práxis, influenciou a produção dos relatos de viagem à URSS de autoria de escritores brasileiros. Problematizo, ainda na segunda parte do texto, a noção de “pacto autobiográfico” e suas possíveis associações à ideia de testemunho a partir do contexto de clandestinidade vivido pelos escritores brasileiros¹¹. Ao final da reflexão, busco lançar algumas notas acerca do relato de viagens *muralhas de Jericó*, de autoria de Josué Guimarães¹².

As memórias de militantes do PCB em relatos de viagem à URSS: narrativas autobiográficas clandestinas sobre as “escolas de formação”

No Brasil, uma das principais consequências da polarização que marcou o período da Guerra Fria foi a repressão ao PCB e, posteriormente, ao PCdoB. Primeiro durante o regime do Estado Novo (1937-1945) e, depois, no período que interliga os anos 1950 ao contexto de fechamento instaurado com a ditadura militar (1964-1985), momento no qual as organizações políticas de oposição à ditadura foram fortemente reprimidas. Um dos efeitos do cerceamento e, posteriormente, da repressão foi, para os militantes do partido, a clandestinidade política. Tal condição exigiu dos militantes do PCB atuarem a partir de uma rede

de educação política clandestina. Um sistema de educação que se realizava na e para a clandestinidade, de caráter internacional, que não se restringia somente ao Brasil.

Durante a Guerra Fria, a educação, para os comunistas na clandestinidade, detinha diferentes funções nas fileiras do PCB e do PCdoB. Se, por um lado, destinava-se a todo militante, por outro, teve a função de preparar “quadros revolucionários ou profissionais” ou também denominados de “altos quadros” partidários. Assim, o internacionalismo político dos partidos comunistas teve um papel fundamental na integração de militantes nos diversos países. Caracterizando-se, sobretudo, como “[...] um compromisso subjetivo antes de ser uma orientação política”¹³, foi tanto responsável pela articulação dessa rede de educação clandestina, quanto também fazia parte dela não apenas em seus sentidos políticos, mas também do ponto de vista das reflexões teóricas, de uma visão comum de mundo, de sociedade, de um conjunto de valores e crenças que poderia os identificar como um grupo. Nas chamadas “Internacionais” e, especialmente, a partir do *Komintern*, houve um amplo investimento na formação de militantes revolucionários e também de “[...] quadros dirigentes dos partidos comunistas que, diante de um trabalho de educação, deveriam transformar-se em partidos revolucionários”¹⁴.

As escolas ligadas ao *Komintern* eram as responsáveis por formar esses “quadros” que, dentre outros objetivos, visavam promover uma revolução mundial. Hércules Corrêa (1994) foi uma das lideranças do PCB que viajou à URSS. Narrou, em suas memórias, acerca do chamado “Curso Stalin”, uma espécie de curso preparatório que era realizado no Brasil e cuja proposta central era selecionar “alunos” que iriam para a União Soviética. O curso era organizado em um programa detalhado de aulas e tinha uma avaliação final. A obtenção de um bom conceito na avaliação seria o indicativo de que o militante poderia realizar a viagem. As “escolas” de formação eram, em realidade, cursos de formação política que se realizavam em diversos países. Contudo, os cursos considerados como “superiores” e, portanto, de maior prestígio, se realizavam na URSS.

As escolas do *Komintern* originaram-se em Lênin, quando, desde o início do século XX, passou a defender a ideia de que o Partido

Comunista da União Soviética deveria formar “revolucionários profissionais”. Na publicação “Que fazer”, em 1902, destacou que a tomada do poder através de uma Revolução não se daria apenas através da consequência de um processo econômico. Ela dependeria fortemente da disposição e atuação de um Partido Revolucionário, solidamente organizado e dirigido por revolucionários profissionais¹⁵.

Para Branko Lazitch, uma das referências consideradas no trabalho de Éder da Silva Silveira¹⁶, o objetivo dessas escolas na URSS “[...] não era formar apenas ideologicamente os alunos, mas também, na prática, o de aprender como ser militante na ação cotidiana, como forjar um partido revolucionário”¹⁷. Ainda sobre as “Escolas para formação de Quadros Revolucionários”, Éder da Silva Silveira e Cheron Zanini Moretti (2017) ressaltam que, entre os pesquisadores do tema no Brasil, não há consenso sobre quais seriam, afinal, as funções educativas dessa “formação”. Para o pesquisador Edvaldo Sotana (2006), por exemplo, os cursos ministrados em Moscou se enquadrariam entre os considerados superiores, porém, não faziam parte do conjunto de cursos do PCB no Brasil. Edvaldo Sotana (2006) diz que um dos principais objetivos dos cursos era “formar indivíduos capazes de dirigir uma organização política clandestina e revolucionária”. Para Sotana (2006), os cursos não serviriam para “[...] aumentar a reflexão e nem aprimorar a capacidade intelectual do militante”.

Contrapondo-se à interpretação de Sotana (2006), nas considerações de Silveira e Moretti (2017), pondera-se: mesmo que os cursos formassem militantes partidários para se tornarem revolucionários, não se pode afirmar que os seus alunos não pudessem refletir sobre aquilo que aprendiam durante as aulas.

Em primeiro lugar, é preciso relativizar a ideia de curso superior para que não se caia em simples anacronismo. A palavra “superior” está ligada à profissionalização do comunista enquanto “revolucionário”. Numa organização política altamente hierarquizada como um partido comunista, esta “profissionalização” se dava, geralmente, através de cursos realizados na URSS e aliava diferentes conhecimentos teóricos e práticos [...] a formação teórica do militante era fundamental para a participação dos mesmos antes e depois da viagem¹⁸.

Ainda que os cursos fossem destinados à formação de militantes e lideranças de um “partido revolucionário”, uma análise mais detida do teor das memórias dos militantes que frequentaram os cursos de formação política na URSS indica que havia sim o objetivo de elevar o nível de reflexão e de aprimorar teoricamente sua visão política.

[...] como evidenciam alguns militantes em seus livros de memória ou autobiografias, tinha-se como um de seus objetivos, elevar o nível de reflexão e aprimoramento teórico dos militantes. Ocorre que, no período em que prevaleceu o “obreirismo”, militantes operários ou não intelectualizados podiam ser escolhidos em detrimento dos considerados mais “letrados” ou considerados “intelectuais”¹⁹

No que diz respeito aos critérios de escolha daqueles que frequentariam ou não os cursos, é possível perceber os traços de uma cultura política que transcendia o partido e que foi fundamental para garantir a sobrevivência do grupo, ainda que sem um canal institucional legal, como no caso do Brasil a partir de 1947, quando o partido comunista passou para a ilegalidade. A cultura política comunista foi esse “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas” que se expressava a partir de uma “identidade coletiva” fornecendo, desse modo, “leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos futuros”²⁰. Acerca dos valores dessa cultura, vale destacar um dito relativamente popular entre os seus militantes.

Na cultura partidária do PCB (Partido Comunista Brasileiro) circulava dito interessante, expressão metafórica das motivações que levariam as pessoas a aderirem ao movimento comunista. Segundo essa formulação, haveria três fontes que sensibilizariam os indivíduos favoravelmente ao comunismo, correspondente a órgãos do corpo humano: cérebro, estômago e coração. Alguns aderentes eram convencidos pelo cérebro, conquistados pela argumentação teórica e filosófica marxista; outros eram tangidos pelo estômago, ou seja, pelas necessidades materiais, a pobreza, e se identificavam com o comunismo na expectativa de verem sua situação social melhorar; já o terceiro grupo era tocado pelo coração, quer dizer, sua aproximação com a esquerda devia-se a formação da sensibilidade²¹.

Esse dito popular, além de exemplo dos valores que, afinal, compunham a cultura política comunista, demonstra que as experiências com os cursos de formação poderiam se constituir de diferentes formas e não apenas no que diz respeito à formação de militante ou de dirigente partidário revolucionário. Isto é, a “força da sensibilidade”, a “necessidade de bens materiais” ou a “argumentação teórica e filosófica marxista”²² não foram caminhos que se excluíram. Ao contrário, eles poderiam ser combinados. Desse modo, a educação, para os comunistas, poderia ocorrer em diferentes espaços, em práticas sociais diversas e na própria militância política, bem como em cursos de formação dentro e fora do Brasil.

Para Oliveira e Silveira, os cursos de formação “poderiam durar poucos dias ou semanas [...] eram organizados em ‘aparelhos’ clandestinos com conteúdos programáticos específicos”²³. Assim, as análises realizadas por Oliveira e Silveira, constataram ainda que havia uma espécie de missão que levava os militantes brasileiros a realizarem cursos nas escolas de formação na URSS: estudavam para fazer a revolução no Brasil. Em geral, os enviados eram aqueles nos quais o PCB depositava grandes expectativas, já que comporiam quadros de comando tanto no partido quanto em uma eventual “revolução”.

Por outro lado, as impressões anotadas, registradas na forma de uma autobiografia, nem sempre convergiam. Ao analisar os relatos de dois militantes, Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, Oliveira e Silveira puderam notar, entre outros aspectos, que a carga emocional e as subjetividades diferiam, o que resulta, nas suas análises, em pontos de vista diferentes e complementares. Para Osvaldo Peralva, por exemplo, um dos objetivos dessas escolas de formação seria “[...] difundir toda a experiência revolucionária soviética e, dessa forma, fazer a revolução no próprio país através de uma disciplina específica: História do PCUS [...]”²⁴. Tratava-se de uma matéria que, para esse militante comunista brasileiro, ensinava a “arte da revolução”:

Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos toda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções – as três maiores revoluções do primeiro quartel deste século, no mundo: a de 1905-1907, a de fevereiro – março de 1917 e a de outubro – novembro também de 1917. Todas as particularidades da tática e da estratégia empregadas nessas revoluções, todos os meios e for-

mas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de situação revolucionária, a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso que constituía a arte da revolução foi compendiado e ministrado em aulas para nós, através dessa cadeira: História do PCUS²⁵.

Uma outra atividade dos cursos de formação política era viajar pela URSS, prática tratada como atividade complementar de estudos, conforme narrou Hércules Corrêa:

[...] o programa incluía uma visita a Stalingrado [...] recebemos uma preleção” por “[...] sermos clandestinos na União Soviética, que nossa estada ali não poderia tornar-se conhecida pelas forças imperialistas [...]. Quem pensou que estávamos fazendo viagem de férias normal, enganou-se. Era, na verdade, uma complementação do curso. Em oito dias, por exemplo, teríamos apenas quatro horas para ir às compras...”²⁶

Osvaldo Peralva compreendeu a viagem pela URSS de modo diferente. Teria sido, segundo ele, “[...] tão enfadonha quanto as aulas em Moscou, ou até pior...”²⁷. Segundo o que foi por ele narrado: “[...] nos sentíamos como feras enjauladas sendo exibidas através da Rússia e que, em face do regime nela vigente, nosso mosteiro parecia um paraíso perdido”²⁸. Na comparação, é possível notar que ambos os militantes narraram aspectos dos mesmos cursos de maneiras diferentes. Ainda que os cursos não fossem dirigidos para a formação intelectual, como já colocado, não é possível afirmar, portanto, que os alunos não elaborassem reflexões suas experiências. Eles refletiram sobre o que aprenderam.

A educação, para os comunistas cujas trajetórias foram marcadas pela clandestinidade, não almejava tão somente a formação de militantes, mas consistia em uma articulação entre teoria e prática. Isto é, não era apenas prática e também não somente teoria. Ao associar os processos educativos que se realizavam nessas escolas de formação a certos conceitos de educação, é possível pensar com Freire²⁹, para quem a educação como práxis implica na “indivisibilidade” da ação e na reflexão sobre o mundo. Ou a partir daquilo que assevera Carlos Rodrigues

Brandão³⁰, que considera a educação como uma “prática social” que se realiza tanto no desenvolvimento das “forças produtivas” das sociedades, quanto no desenvolvimento dos seus “valores culturais”. Ou, ainda, junto das premissas de Bárbara Freitag (1986)³¹, nas quais todosos processos educativos se expressam através de uma doutrina que comporta determinadas filosofias de vida e certas concepções de ser humano e de sociedade. Desse modo, a formação de militantes se realizava a partir da teoria e da prática marxista, através das quais se poderia chegar à revolução. À teoria se somavam os valores em comum, projetos políticos de futuro e também visões comuns de passado, isto é, um conjunto de valores que fazia parte da cultura política comunista.

Outro elemento considerado fundamental para compreender as práticas educativas que se realizavam entre os comunistas na clandestinidade é o próprio termo “clandestino” e sua relação com a educação. Quando se trata dos cursos de formação e da educação política entre os comunistas, é preciso considerar que o militante clandestino precisava, de certa forma, reaprender a viver, a agir e a estar no mundo. Assim, qualquer ação, atitude, por mais banal que fosse, exigia de quem estava/era “clandestino”, um conjunto de ações, de estratégias.

A condição de clandestino é, por definição, cerceadora. Ao clandestino não estão disponíveis todas as escolhas. A restrição da disponibilidade de escolha é usual à condição humana, mas no caso dos clandestinos é forçosamente reduzida e mais ainda, condicionada dialeticamente. Mas ao militante clandestino, a mais banal das ações disponíveis a qualquer outro, requeria um minucioso conjunto de ações de segurança visando suas condições e as condições da organização a que pertencia³².

Como o conceito de clandestinidade envolve questões de ordem subjetiva, trata-se de uma condição que pode resultar em diferentes efeitos e significados para cada indivíduo que vive e atua na clandestinidade política. Para os casos dos militantes comunistas do PCB, por exemplo, as diferentes visões acerca do ser/estar “clandestino” aparecem nos relatos de suas viagens à URSS.

Por meio de uma escrita de teor autobiográfico, tanto Hércules Corrêa quanto Osvaldo Peralva narraram o que foi para cada um a condição de clandes-

tinidade. Para Hércules Corrêa, ainda que houvesse restrições, ele afirma: “[...] atuávamos abertamente, ou melhor, apenas aqueles que não havia se tornado ratos da clandestinidade, viciados na vida em aparelhos, e que participavam de movimentos sociais, tais como sindicatos e associações”. E continua: “[...] concordávamos que não podíamos dizer a ninguém para onde estávamos indo, nem que nossa delegação compunha-se de um bando de comunistas. No resto, nos sentíamos liberados”³³.

Essa ideia, relativamente mais aberta e crítica da clandestinidade, ou da condição de clandestino referente à própria disciplina partidária do PCB, foi encarada por Osvaldo Peralva de modo diverso: as lutas clandestinas dos militantes exigiriam uma disciplina “quase militar”³⁴. Se por um lado teriam existido alguns espaços de liberdade, por outro, o rigor da disciplina também se configuraria como um traço dessas experiências na clandestinidade política.

A clandestinidade pode ser vista como um dos efeitos mais imediatos do cerceamento e da repressão sofridos pelo PCB depois de 1947. A clandestinidade exigiu dos militantes um conjunto de ações e estratégias de educação clandestina, ou seja, pode ser compreendida como um “conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão” que se constituem em uma “dialética tensão entre liberdade e opressão” sendo assim “práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in)visibilidade, da (i)legalidade e da (des)igualdade”³⁵.

A formação de um sistema de educação na e para a clandestinidade cuja dimensão internacional deveu-se ao internacionalismo dos partidos comunistas, permitiu que militantes do PCB realizassem viagens à URSS com o objetivo de frequentar cursos, também chamados de “escolas”, que serviam para a formação política. As narrativas de suas experiências, em formato autobiográfico e em relatos de viagem, indicam as reflexões sobre o que foi por eles aprendido não apenas em termos de formação militante ou dirigente, mas também no que diz respeito à formação teórica, a reflexões sobre o próprio processo educativo. Com alto teor de subjetividade, são relatos de experiências individuais que remetem a dimensões mais amplas da vida social e política no cenário da Guerra Fria nos planos interno e externo e às condições de uma atuação política clandestina.

Os relatos de viagem de escritores: entre o “pacto autobiográfico” e a “literatura da práxis”, a articulação do “testemunho da consciência histórica”

Não foram só os dirigentes de organizações de esquerda e de partidos comunistas que viajaram à URSS. Ao final da Segunda Guerra em 1945, com a vitória dos países aliados, incluindo a URSS, intelectuais brasileiros se aproximaram ideologicamente do comunismo “ganhando força o entendimento de que era seu dever lutar para a construção de uma sociedade mais igualitária [...]”³⁶. Contribuiu para isso, no plano interno, o desmantelamento do regime do Estado Novo (1937-1945).

Pode-se dizer que o fim do Estado Novo já era, de certa forma, anunciado depois da vitória dos países aliados na Segunda Guerra. Na época, o próprio presidente Getúlio Vargas participou da condução da abertura. Não houve, a rigor, uma deposição presidencial, mas o seu afastamento foi acordado. Durante o ano de 1945, mesmo antes do fim derradeiro do regime, muitas manifestações ocorreram. Uma das principais foi o Primeiro Congresso de Escritores, realizado em 22 de janeiro de 1945 no Teatro Municipal de São Paulo. Esse evento intelectual teve centralidade quanto ao momento, promovendo a união de grande parte dos escritores do país que formalizaram, a partir dali, uma ampla frente contra o Estado Novo e a favor de uma legislação sobre os direitos autorais e a liberdade de expressão³⁷.

O Primeiro Congresso de Escritores foi organizado pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE). De início, a Associação foi constituída com diferentes correntes políticas e ideológicas. Porém, com a ilegalidade do PCB em 1947 e o acirramento das lutas políticas no Brasil, tendo como o pano de fundo o cenário da Guerra Fria, a Associação sofreu um gradual processo de partidização, tornando-se, assim, um canal de atuação política dos escritores ligados direta ou indiretamente aos comunistas.

Na educação comunista, além dos militantes e dos dirigentes do partido, a atuação dos intelectuais tornou-se central. Sua atuação foi fundamental para a produção de “[...] imagens, discursos, ideias” que pudessem ser disseminados “entre a população”. Essa disseminação se realizava, inclusive, em função de “seu prestígio social”³⁸. A atuação dos intelectuais, especialmente no caso dos escri-

tores de literatura, foi peça fundamental para a sobrevivência do partido na ilegalidade. A atuação desses intelectuais liga-se à noção mais ampla de intelectual na “mediação cultural” e no engajamento como “ator” portador de uma “consciência política”³⁹. Desse modo, diferentemente do teor dos relatos de viagem dos militantes e dos dirigentes partidários que não eram escritores profissionais, os relatos redigidos por escritores tinham uma função específica: disseminar as ideias do socialismo a um público mais amplo, extrapolando, assim, as fileiras partidárias do PCB e a formação de militantes.

Além do acirramento das lutas políticas no Brasil em fins dos anos 1940 e o pano de fundo do cenário da Guerra Fria, como já colocado, vale destacar também, no campo da produção cultural e da literatura, a decisiva influência da corrente do realismo socialista, “[...] amplamente divulgado no mundo todo e [que] teve grande repercussão na América Latina e na literatura latino-americana”. Os escritores comunistas defendiam a ideia de que o “realismo era uma forma literária que podia reconstituir o homem em sua totalidade, tanto em sua interioridade como em suas relações sócio-históricas”⁴⁰. No Brasil, já com a realização do Primeiro Congresso de Escritores, em 1945, a discussão sobre o papel do escritor de literatura associado às realidades sociais e históricas da América Latina foi apresentada e compreendida como uma diretriz.

Em 1948, um dos mais importantes intelectuais franceses no século XX, Jean Paul Sartre publicou a obra *Que é a literatura?* na qual fez a defesa do argumento de que o escritor necessitaria assumir a responsabilidade de suas escolhas temática, estilística e ideológica. Essa obra de Sartre “[...] inaugurou uma série de relevantes discussões e o papel do intelectual no pós-guerra”⁴¹. Sartre asseverou que o autor de livros de literatura deveria se dirigir a um público universal capaz de participar e de compreender sua obra. As considerações desse importante intelectual francês, na esteira de uma ligação que vinha se firmando entre parte considerável da intelectualidade europeia e latino-americana com os ideais socialistas e comunistas, procuravam demonstrar que a literatura poderia ser um instrumento de crítica dirigido à transformação social, o que o próprio Sartre denominaria de “literatura da práxis”:

Voltamo-nos para a classe operária, que poderia hoje, como sucedeu com a burguesia de 1780, constituir para o escritor um público revolucionário [...] O operário de 1947 tem uma cultura social e profissional, lê publicações técnicas, sindicais e políticas, tomou consciência de si mesmo, de sua posição no mundo e tem muito a nos ensinar; viveu todas as aventuras do nosso tempo, em Moscou, Budapeste, Munique, Madri, Stalingrado, na resistência clandestina; no momento em que descobrimos, na arte de escrever, a liberdade, com dois aspectos, a negatividade e a superação criadora, o operário procura libertar-se e ao mesmo tempo libertar todos os homens, para sempre, da opressão [...] ele é o tema por excelência de uma literatura da práxis⁴².

Para Arbex (2012), a partir da obra *Que é a literatura?*, Jean Paul Sartre, como intelectual, afirmou uma concepção de literatura que “[...] deveria ter uma função social. O escritor de literatura deveria assumir o seu engajamento atuando como um esclarecedor da realidade”⁴³. Desse modo, é possível compreender os relatos de viagem à URSS, redigidos por escritores de literatura, como um exemplo, uma materialização dessa estética literária, de um pressuposto que se constituiu no cenário do pós-guerra a partir de 1945.

Uma característica importante e que foi comum aos relatos de viagem à URSS de autoria de escritores de literatura foi o “pacto autobiográfico”⁴⁴. Ou seja, a manifestação do engajamento pessoal do autor por meio de uma construção textual que visava estabelecer uma relação de reciprocidade e confiança com os potenciais leitores. Quando se trata de literatura, pode-se afirmar que o pacto autobiográfico se baseia na identidade entre autor, narrador e personagem. Para o caso dos relatos de escritores brasileiros que estiveram na URSS esse marcador do “pacto autobiográfico” aparece no início das obras, assinaladas com o nome próprio:

b) Pacto autobiográfico: é o caso mais comum (pois, com muita frequência, ainda que não figure no início do livro de maneira solene, o pacto aparece disperso e repetido ao longo do texto). Exemplo: *Les Confessions*[As confissões], de Jean-Jacques Rousseau. O pacto está presente desde o título, é desenvolvido no preâmbulo e confirmado ao longo do texto, pelo emprego de “Rousseau” e “Jean-Jacques”⁴⁵.

Sotana (2006) se debruçou sobre o marcador autobiográfico associando-o à noção de “objetividade pretendida”, que, por sua vez, manteria relação com a potencial “recepção dos relatos” no Brasil. Os escritores viajantes teriam se empenhado, então, em publicar seus relatos como uma espécie de “prova de que efetivamente estiveram em terras soviéticas”⁴⁶. Assim, o teor autobiográfico, marcado por uma assinatura, ou por uma relação de identidade entre narrador e autor compreenderia, para Sotana (2006), o reforço na ideia de que os autores estiveram mesmo na URSS e viram o que ocorria por lá.

A ênfase no testemunho pessoal, reiterada na escrita desses relatos e analisada por Sotana (2006), a exemplo do livro de Jorge Amado, *O Mundo da Paz* (1951), dentre outros, seria, para esse pesquisador, indicativo do modopelo qual os escritores criaram contrapontos às notícias veiculadas pela imprensa brasileira naquela altura majoritariamente anticomunista. Desse modo, os relatos dos viajantes comunistas, em especial os escritores, desejariam, então, restabelecer “a verdade”, pois “falsas [seriam as] invenções que imperavam nos discursos sobre a União Soviética”⁴⁷.

Não desconsiderando o que é sustentado no entendimento de Sotana (2006), é possível acrescentar, quando se traz o tema dos relatos de viagem à URSS para um debate acerca das práticas educativas de comunistas na clandestinidade, que o “pacto autobiográfico”, que se faz presente nesses relatos, possui outras características. A dimensão propriamente narrativa e autobiográfica (radicalizada nos relatos de viagem à URSS, do ponto de vista da produção literária), guarda relação com a influência que teve a ideia de um novo papel que deveria assumir o escritor de literatura no pós-guerra.

A literatura, em especial, ganhou destaque no pós-guerra e os escritores um papel a ser desempenhado. Stalin, por exemplo, costumava chamar escritores de “engenheiros de almas”⁴⁸. Caberia aos escritores “perscrutar os anseios, sonhos e expectativas dos trabalhadores [...]”. Ou seja, os escritores deveriam se tornar o “testemunho verídico da consciência histórica de seu tempo e também inspirar transformações sociais”⁴⁹, o que está além da “[...] necessidade de reiterar a afirmação de confiabilidade no narrador” ou uma “verdadeira descrição do observado”⁵⁰. Se havia essa necessidade de reiterar a “confiabilidade”, também as dimensões ligadas ao engajamento político necessitam ser consideradas. Mais do que

isso, a ideia de que a literatura detinha uma função social ligada à transformação, uma literatura orientada à práxis, como um instrumento de educação, portanto.

*Notas sobre As muralhas de Jericó, de Josué Guimarães:
testemunho, “regimes de clandestinidade” e “pacto autobiográfico”*

Os relatos de viagem à URSS de autoria de escritores de literatura, como demonstrado, possuem diferenças significativas em relação aos relatos de militantes e demais lideranças do PCB. A esses relatos, adiciona-se o seu potencial de disseminar os valores da cultura política comunista quando se considera, sobretudo, o prestígio social dos escritores, além, portanto, dos contornos que sintetizam os relatos de militantes do partido. Tendo em vista o cenário da Guerra Fria no âmbito internacional e a ilegalidade do PCB no plano interno, os relatos de viagem assumiram esse caráter literário-intelectual sob os pressupostos de uma “literatura da práxis”⁵¹. Desse modo, a literatura se tornou um canal de atuação política a despeito da ilegalidade do partido. Não tendo um canal mais oficial, politicamente falando, a educação, através da literatura, tornava-se um meio de atuação que, tendo em vista a ilegalidade do PCB, também esteve relacionado a “regimes de clandestinidade”⁵² associados às trajetórias individuais dos autores que redigiram esses relatos:

Um regime de clandestinidade pode indicar coisas e práticas que permanecem ocultas, que não são feitas em público, mas que não são exatamente coibidas, apenas não podem se expressar na frente de todos. [...] há palavras, gestos, coisas, práticas, declarações, modos de ser, opiniões, condutas, imagens, livros, cartilhas, que não podem ser mostrados ou feitos em certos lugares, mas podem ser feitos ou vistos em outros. Não podem ser feitos frente a certos grupos de pessoas, mas podem ser feitos frente a outros grupos⁵³.

E o que não se poderia expressar no caso de Josué Guimarães? Primeiramente torna-se necessário destacar que o seu protagonismo nessa época, nos anos 1950, não é o do escritor consagrado e reconhecido dos anos 1970 e 1980. Antes do reconhecimento como romancista, sua trajetória pregressa relacionou-

-se ao campo intelectual e a uma atuação profissional como jornalista. Embora seja possível dizer que toda sua vida esteve marcada pela política, seja na atuação propriamente partidária no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) nos anos 1950, seja como um intelectual que demonstrou sua adesão ao comunismo, ou mesmo como um escritor que preferiu escrever sobre questões políticas e sociais de seu tempo, incluindo os romances, a referência de sua trajetória, tratada nesta reflexão, é a dos anos 1940-1950. Um momento de sua vida no qual foi jornalista, cronista, escritor e político trabalhista, líder do PTB em Porto Alegre exercendo o mandato de vereador entre 1951 e 1955.

O cruzamento de atuações, em sua trajetória individual, configurou as circunstâncias de sua atuação política (e educativa, quando considerado o papel dos intelectuais na cultura política comunista). O que a Josué foi “permitido” dizer em determinados espaços, não o foi em outros. O teor do relato de sua viagem à URSS criou polêmicas no seu partido. Josué não pôde, na ocasião, se expressar como um político trabalhista, embora como escritor e jornalista pudesse fazê-lo.

Por outro lado, a literatura como práxis, associada a processos educativos, necessitava integrar tanto os que ensinavam quanto os potenciais alunos, ou seja, aqueles que aprendiam. Os escritores eram disseminadores da cultura política comunista, dos valores de uma nova sociedade, como já colocado. Podem ser entendidos como “professores”. Isso não deixou de ocorrer também com os relatos de Graciliano Ramos e Jorge Amado, dois livros analisados no trabalho de pesquisa de Edvaldo Sotana (2006), embora não tenha sido esse seu foco de investigação.

Ainda que menos conhecido do que Graciliano Ramos e Jorge Amado no início dos anos 1950, Josué Guimarães, atuando como jornalista, também esteve na URSS. Sua viagem se realizou sob o pretexto de cobrir uma conferência de comércio na China, a partir de sua atuação profissional no jornal *Última Hora* em 1952. A proposta era que Josué escrevesse semanalmente para esse periódico, narrando acerca do que encontrará no mundo socialista. Contudo, o teor mais expressivo das notícias daquele lado do mundo não foi publicado no referido jornal. Suas memórias de viagem ficaram reservadas a um relato em formato de livro. Josué planejava publicá-lo. Seu relato foi censurado por algumas das principais lideranças do PTB. O livro, que recebeu o título de “*As muralhas de Jericó*”,

veio a lume apenas em 2001, postumamente, (Josué faleceu no ano de 1986) embora o manuscrito estivesse pronto desde 1952.

O “pacto biográfico”⁵⁴, no caso do relato de Josué Guimarães, teve relação tanto com o reconhecimento de si como um dos sujeitos de uma “literatura da práxis”⁵⁵, quanto foi uma espécie de consequência de um regime de clandestinidade⁵⁶ ao qual esteve submetido. Embora não fosse cerceado na atuação como intelectual, como escritor, ou seja, não estivesse proibido de se posicionar sobre, por exemplo, o socialismo, não poderia fazê-lo a partir de sua atuação político-partidária. Quando buscou dizer, no e para o partido, aquilo que estaria mais associado com sua atuação como escritor e jornalista, foi cerceado por um outro líder trabalhista em ascensão na época: Leonel Brizola⁵⁷.

As muralhas de Jericó, assim como outros relatos de viagem produzidos de forma mais ou menos concomitante no início da década de 1950, iniciava-se com uma “nota” que funcionou como um “aviso”:

O autor desse livro nunca andou só, entretanto achou melhor expurgar as ideias e comentários dos companheiros de viagem, para não transmitir, aos leitores, uma impressão de que estivesse apenas a fazer turismo. Éramos um grupo de brasileiros convidados para participar da Conferência Internacional de Moscou em abril de 1952. É bom que diga isso como introito, para evidenciar que tudo aquilo que digo, nestas páginas, teve sempre alguém de testemunha [...] J.G.⁵⁸

A ênfase na dimensão do testemunho compreende, no caso de *As muralhas de Jericó*, toda a estruturação da narrativa que, estrategicamente modulada, se associou aos propósitos da cultura política comunista de crítica às relações capitalistas, ao imperialismo, dentre outros aspectos, tendo por base o internacionalismo político que se fundava em uma visão positiva da URSS como um modelo revolucionário a ser seguido por outros países.

O procedimento da “transcrição literal das informações” configurou-se como exemplo de ênfase no testemunho pessoal. Sotana (2006) assevera que Jorge Amado, por exemplo, em *O Mundo da Paz*, informou que redigira o seu livro pensando no povo brasileiro, sobre o qual a “imprensa reacionária e vendida ao imperialismo ianque vomita, cotidianamente, infâmias e calúnias sobre a URSS

e as democracias populares”⁵⁹. Essa crítica à grande imprensa brasileira também se fez presente em *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães, associando-se à ênfase do testemunho. Assim, a transcrição de diálogos não deixaria de funcionar como um meio de se aproximar dessa ideia:

Cada partido defende os seus pontos de vista programáticos por meio de seus jornais. O *Rude Pravo* é o órgão do Partido Comunista. O Partido Democrata Cristão edita o *Lido de Kracie*. Todos eles lutam abertamente e não contam com a censura prévia para o seu material publicitário, apenas se responsabilizando pelos conceitos emitidos. E aí surge a questão da liberdade de imprensa, tão comentada sempre. Um jornalista tcheco perguntou certa vez: - Você não acha que a liberdade está sempre entre conceitos? Ou no Brasil há liberdade de imprensa que não esteja condicionada aos interesses do jornal, do diretor, do grupo capitalista que o dirige?⁶⁰

A ênfase na dimensão de testemunho, diferentemente da posição assumida por Sotana (2006) em relação aos relatos de viagem à URSS, no caso de *As muralhas de Jericó*, ganhou contornos específicos. Esses contornos, como estratégias perspicazes de escrita, buscavam aproximar o público-leitor ampliado, umas das diretrizes de uma literatura produzida e voltada à reflexão e a ação, à práxis, afinal.

Um elemento significativo dessas estratégias, por exemplo, foi a referência bíblica que permitiu ao escritor Josué Guimarães entrelaçar-se de modo criativo à narrativa de sua viagem utilizando dimensões de ordem religiosa para mobilizar e influenciar seus potenciais leitores. Associando-se às viagens bíblicas, pretendeu aguçar nos leitores a curiosidade e o desejo pela aventura. Josué Guimarães foi também o profeta Josué, da cidade murada de Jericó, conforme o que narra a Bíblia. Toda a estruturação da narrativa de sua viagem, que inicia e termina em um avião, foi profundamente marcada por essa narrativa psicológica, talvez mais próxima da ficção e do romance, ainda que tratando acontecimentos que presenciou e de diálogos nos quais foi interlocutor ou ouvinte.

Já na “Apresentação” de *As muralhas de Jericó*, Josué Guimarães expunha alguns dos “motivos” da produção de seu relato de viagem:

Este livro não tem a pretensão de derrubar as muralhas que separam, praticamente, o Ocidente do Oriente, fazendo deste mundo um só. Para tanto faltam engenho e arte. Porém, se não tiver a força e a magia das trombetas do Profeta, se não for capaz de destruir as muralhas simbólicas que hoje têm o nome de “Cortina de Ferro” que pelo menos sirva para tirar deste muro de indiferença uma única pedra. Só isso justificaria a veleidade de publicá-lo. Pois a fresta assim aberta daria para que duas mãos se apertassem, fraternalmente, iniciando uma era de compreensão e boa vontade, únicos sentimentos que ainda poderão devolver a Paz aos homens⁶¹.

Autor (Josué Guimarães) e personagem (Josué), em todo o livro, entrelaçam-se. Josué Guimarães se compara ao profeta bíblico e as epígrafes referentes a cada um dos capítulos serviram para reiterar e demonstrar essa referência. A metáfora parece também ter servido a Josué como uma estratégia para aproximação dos potenciais leitores brasileiros. Com o intuito de, no mínimo, provocar uma curiosidade, a metáfora religiosa foi combinada ao relato de viagem à URSS. Seu livro de memórias já tinha destinatários: os leitores brasileiros, naquela altura fortemente marcados por um discurso anticomunista que não foi somente disseminado pela imprensa, mas também pela Igreja Católica.

O “pacto autobiográfico”⁶², não aparece só na nota da introdução de seu relato, mas na própria metáfora com a qual ele trabalha, com a estética literária da época que precisava considerar quem, afinal, seria o público-leitor do relato de viagem. O profeta Josué bíblico como metáfora para o autor Josué Guimarães tornou-se um modo de estabelecer o testemunho. Seu empenho em trabalhar com a narrativa através da metáfora, estruturante em seu relato, é, portanto, revelador da força de sua adesão aos pressupostos de uma literatura voltada à práxis social, premissa igualmente importante de uma educação política realizada na clandestinidade. Seu papel de escritor se constituía “[...] como vetor capaz de disseminar os valores da nova sociedade”⁶³. Foi, enfim, uma maneira pela qual sua literatura pôde se mostrar testemunho de consciência histórica voltada à práxis, contando com os exemplos então considerados como positivos no socialismo soviético antes, portanto, da divulgação dos crimes do stalinismo.

Por outro lado, a dimensão propriamente autobiográfica de *As muralhas de*

Jericó, revela a centralidade da literatura como meio de educação política dirigida aos comunistas, na medida em que outros canais, como o canal partidário por exemplo, estavam interditados. Na trajetória de Josué Guimarães isso também se mostrou. Tendo sido eleito vereador em Porto Alegre no pleito de 1951, e sendo o mais votado, assumiu como liderança do PTB na Câmara Municipal de Porto Alegre. Esse cenário, do início dos anos 1950, caracterizou-se como um momento importante na conformação das lideranças do trabalhismo no plano estadual, no Rio Grande do Sul e no plano nacional. Outros nomes mais conhecidos, como Leonel Brizola e João Goulart, que tiveram destacada atuação posterior, também buscavam, no início dos anos 1950, se inserir como lideranças no partido⁶⁴.

Depois de seu retorno, primeiramente, tentou emplacar a ideia de proferir conferências no PTB acerca do que havia testemunhado durante sua visita à URSS. Entre 1953 e 1954, especialmente, Josué Guimarães tentaria realizar essas conferências. As tentativas resultariam em um mal-estar no partido e na sua destituição da liderança do PTB da capital.

Josué se retirou definitivamente da sigla trabalhista em 1954, pouco tempo antes de concluir seu mandato de vereador⁶⁵. O seu afastamento somente seria melhor esclarecido na década de 1980, em entrevistas que concedeu quando já amplamente reconhecido como um romancista⁶⁶. Nessas entrevistas, além da revelação de que sua destituição da liderança do PTB em Porto Alegre havia se dado sob as ordens de Leonel Brizola, Josué Guimarães refletiria sobre a sua carreira partidária, considerada por ele mesmo apenas como “episódica”. Foi somente com a literatura que Josué teria conseguido manifestar, mais efetivamente, aquilo que desejava, que queria, afinal, dizer. Entre os anos 1970 e 1980, já contando com mais de duas décadas de experiência no jornalismo, Josué escreveu uma série de romances cujo pano de fundo foi, como nem poderia deixar de ser, a denúncia de contextos sociais e políticos, principalmente do autoritarismo e da ausência de liberdades. A “temática latino-americana”⁶⁷ com a qual afirmou ter profunda identificação a despeito das influências que sofreu de outros escritores.

Considerações Finais

Nos primeiros anos da Guerra Fria, especialmente na primeira metade da década de 1950, houve um intenso trabalho de planejamento e organização de uma rede de educação clandestina em escolas preparatórias de quadros revolucionários na URSS. Ao mesmo tempo, depois da vitória dos países aliados na Segunda Guerra, com o auxílio determinante da URSS, o socialismo soviético voltou a despertar interesse mundial. Entre fins dos anos 1940 e início dos 1950, intelectuais ao redor do mundo voltam-se à URSS. Jean Paul Sartre, por exemplo, elaborou um conjunto de pressupostos que passaria a embasar uma literatura mais voltada às discussões sobre o social e o político, uma “literatura da práxis” como foi denominada. No Brasil, especificamente, a recepção desses novos pressupostos foi materializada na realização do Primeiro Congresso de Escritores, em janeiro de 1945, que reuniu uma ampla frente de intelectuais, entre artistas e escritores, contra o regime do Estado Novo.

Tendo em vista a ilegalidade do PCB, fomentou-se a utilização de outros canais para uma atuação política clandestina. A escrita de relatos de viagem à URSS tornou-se, assim, um instrumento de educação para os comunistas que atuavam na clandestinidade. Uma educação voltada para a militância política, sobretudo. Já os relatos de viagem de autoria de escritores de literatura, serviram à possibilidade de disseminação dos valores e pressupostos da cultura política comunista a um público ainda mais ampliado. Os relatos de escritores integraram o conjunto maior de uma produção literária que se voltava para as realidades sociais e políticas objetivando a transformação social mais radical que se associava ao modelo soviético anterior à publicação dos crimes do stalinismo, no ano de 1956.

Em relação à assinatura desses relatos, no caso dos escritores de literatura, ou seja, no que diz respeito à dimensão propriamente autobiográfica desses relatos de viagem, as noções associadas ao “pacto autobiográfico” demonstram, principalmente, a função que o escritor de literatura deveria assumir sob os pressupostos de uma produção literária voltada para a práxis, a partir, portanto, da ideia de tornar-se um testemunho da consciência história de sua própria época. Não estava, então, apenas circunscrito a estabelecer contraponto às notícias vei-

culadas na imprensa brasileira majoritariamente anticomunista. Nos processos educativos associados à práxis social, há a necessidade de se posicionar como sujeito frente aos contextos de maneira bastante clara. Foi esse, afinal, o papel assumido pelos escritores que aderiram aos princípios de uma *práxis* a partir da literatura.

Notas de fim

- 1 As reflexões que foram incorporadas a este texto são uma versão modificada de: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação política e “literatura da práxis” em relatos de viagem à URSS nos primeiros anos da Guerra Fria: dimensões da clandestinidade entre o testemunho e o “pacto autobiográfico”. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 23, p. 58-80, 2023.
- 2 SOTANA, Edvaldo. **Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria**: uma prática de militantes comunistas brasileiros. Curitiba: Aos quatro ventos, 2006.
- 3 SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: a proposição de um conceito. **Educar em revista**. Curitiba, v. 37, p. 1-20, 2021.
- 4 TÔRRES, Raquel Mundim. **Transpondo a Cortina de Ferro**: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética na Guerra Fria (1951-1963). Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 45.
- 5 ALVES, Juliana Martins. Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como um “anti-direito”. **História**, São Paulo, n. 172, p. 367-396, jan./jun. 2015, p. 371.
- 6 OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memória de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). **Temporalidades**. Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p.12-31, 2017, p. 13.
- 7 SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini. Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950. **Educar em revista**, Curitiba, n. 66, p. 193-208, out./dez. 2017, p. 196.
- 8 LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- 9 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (Orgs). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, p. 15-38.
- 10 SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** 3.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- 11 ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Entre o engajamento intelectual e a educação clandestina: dimensões da cultura política comunista na atuação de Josué Guimarães, anos 1940/50. In: **Anais da XIII Reunião Científica da ANPed-Sul**. Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.
- 12 GUIMARÃES, Josué. **As muralhas de Jericó**: China e União Soviética nos anos 50. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- 13 ROUSSET, Pierre. Internacionalismo y su renovación la hora de la mundialización. **VientoSur**, n. 100, p. 203-212, Enero, 2009, p. 204.
- 14 SILVEIRA; MORETTI, op. cit., p. 198.

- 15 SILVEIRA, Éder da Silva. **Por que ele?** Educação, traição e dissidência comunista na trajetória de Manoel Jover Teles, o “manolo”. São Paulo: Paco Editorial, 2016, p. 146.
- 16 SILVEIRA, 2016, Op. cit.
- 17 LAZITCH, Branko. Les Écoles de Cadres du Komintern: contribution à leur histoire. In: FREYMOND, J. (Dir.). **Contributions à l'histoire Comintern**. Publications de l'Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, n. 45, Genève: Librairie Droz, 1965, p. 223.
- 18 SILVEIRA; MORETTI, 2017, Op. cit., p. 202.
- 19 Idem, p. 202-203.
- 20 MOTTA, 2013, Op. cit, p. 18.
- 21 Idem, p. 18-19.
- 22 Idem, p. 19.
- 23 OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, Op. cit., p. 21.
- 24 OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, Op. cit., p. 26.
- 25 PERALVA, Osvaldo. **O retrato**. Impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962, p. 15-16.
- 26 CORREA, Hércules. **Memórias de um stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994, p. 26-27.
- 27 OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, Op. cit. p. 29.
- 28 PERALVA, 1962, Op. cit., p. 55.
- 29 FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 26.
- 30 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 9.
- 31 FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6.ed. São Paulo: Moraes. 1986.
- 32 LACERDA FILHO, Mozart. **A experiência da clandestinidade política**: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista em Franca, Franca, 2011, p. 17-18.
- 33 CORRÊA, 1994, Op. Cit, p. 11.
- 34 PERALVA, 1962, op. cit, p. 18.
- 35 SILVEIRA; ALMEIDA, 2021, Op. cit., p. 15.
- 36 ARBEX, Luciana Bueno Marta. **Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria**: agenda cultural, revistas e engajamento comunista. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 14.
- 37 LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores**: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- 38 MOTTA, 2013, Op. cit. p. 29.
- 39 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996, p. 242-243.
- 40 LUCÁKS, Gyorgy. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. ARBEX, 2012, Op. cit., p. 18.
- 41 ARBEX, 2012, Op. cit., p. 55
- 42 SARTRE, 2004, Op. cit., p. 185.
- 43 ARBEX, 2012, Op. cit., p. 56.
- 44 LEJEUNE, 2014, Op. cit.
- 45 Idem, p. 37.
- 46 SOTANA, 2006, Op. cit., p. 173-174.

- 47 Idem, p. 174.
- 48 ARBEX, 2012, Op. cit., p. 15-16.
- 49 Idem, p. 16.
- 50 SOTANA, 2006, Op. cit., p. 174.
- 51 SARTRE, 2004, Op. cit., p. 185.
- 52 SEFFNER, Fernando. Não há dois sem três!: regimes de clandestinidade e processos educativos. In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela. **Educação Clandestina: educação e clandestinidade**. Vol. 1. Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 37-56. SILVEIRA; ALMEIDA, 2021, Op. cit.
- 53 SEFFNER, 2019, Op. cit., p. 38.
- 54 LEJEUNE, 2014, Op. cit.
- 55 SARTRE, 2004, Op. cit.
- 56 SEFFNER, 2019, Op. cit. p. 38.
- 57 ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Josué Guimarães no PTB do Rio Grande do Sul: jornalismo, literatura e política (1951-1954). **Caderno de Resumos do XIV Encontro Estadual de História/ANPUH-RS**. São Leopoldo, Oikos, 2018, p. 217; ALMEIDA, 2020, Op. cit.
- 58 GUIMARÃES, Op. cit., 2001, p. 28.
- 59 AMADO, Jorge. **O mundo da paz**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951, apud SOTANA, 2006, Op. cit., p. 174.
- 60 GUIMARÃES, 2001, Op. cit., p. 60-61.
- 61 GUIMARÃES, 2001, Op. cit., p. 19.
- 62 LEJEUNE, 2014, Op. cit.
- 63 MOTTA, 2013, Op. cit., p. 22.
- 64 ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe**. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História/Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. ALMEIDA, 2018, 2020, Op. cit.
- 65 ALMEIDA, 2018, 2020, Op. cit.
- 66 GUIMARÃES, 2006, Op. cit.; RIO GRANDE DO SUL, Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. Josué Guimarães. Porto Alegre: IEL, 1988.
- 67 GUIMARÃES, 2006, Op. cit.

II

A AÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA COLÔNIA ERECHIM

ISABEL ROSA GRITTI

Neste texto, faremos uma breve discussão da ação da Ditadura Civil-Militar, 1964-1985, na educação na região do Alto Uruguai Gaúcho, ou melhor, na região polarizada por Erechim-RS. O objetivo é mostrar que, ao contrário do que comumente se supõe, o braço totalitário do regime ditatorial atingiu todo o território nacional. Os estudos sobre o período na região são extremamente escassos, e, em relação à educação, a escassez é ainda maior. Reduzem-se a uns poucos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) e duas dissertações, que nos mostram claramente a ação vigilante e autoritária no extremo norte do Rio Grande do Sul da “Revolução Redentora”. Faremos aqui referências aos textos com o propósito de deixar claro a presença do Estado Autoritário na região polarizada por Erechim no campo educacional. Inicialmente, faremos uma breve discussão sobre a formação da Colônia Erechim, para melhor nos situarmos no contexto histórico.

A formação da Colônia Erechim

Um significativo número de imigrantes correspondente a diversas nacionalidades dirigiu-se ao Brasil, principalmente nos séculos XIX e XX. Na atualida-

de, nos caracterizamos como um país de imigração, mas também de emigração. Da mesma forma que a distribuição numérica, a distribuição por nacionalidades não foi homogênea no território nacional, seguindo os fatores de atração presentes nas regiões em diferentes momentos. O sul do país recebeu um elevado número de imigrantes e reemigrantes decorrente da possibilidade de aqui tornarem-se proprietários de um lote de terra, uma vez que na Europa isso jamais seria possível. A concretização do sonho de possuir a terra efetiva-se em decorrência da Política Imigratória que desejava tornar esse imigrante ou seu descendente produtor de alimentos para o mercado interno. É neste contexto que a Colônia Erechim foi criada em 1908 e emancipada em 1918. A região Norte do Rio Grande do Sul foi uma das últimas áreas de terras chamadas devolutas, apesar da existência de povos indígenas e caboclos, e, portanto, a última em que europeus e descendentes destes foram assentados pelo Estado. Para Piran:

É a última, não só por situar-se mais distante do centro de ocupação (a estância) e da capital do estado (Porto Alegre), mas também por seu relevo bastante movimentado (acidentado, onde a erosão regressiva dos rios é intensa), especialmente na porção Norte, junto ao vale do rio Uruguai (pouco atrativa ao latifúndio criador, portanto). Além desses limitantes acrescente-se seu difícil acesso [...] enfim reduto último dos indígenas (encurralados pelo avanço da colonização em outras regiões) que persistiam de diferentes formas à sua desterritorialização e dizimação.¹

Os Municípios constantes no mapa abaixo integram o território da então Colônia Erechim, criada em 1908. Posteriormente, os distritos pertencentes ao Município de Erechim emancipado em 1918, foram conquistando sua autonomia político-administrativa. Na atualidade, formam o COREDE NORTE e unificam-se em torno da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU).

A Colônia Erechim fora planejada por Carlos Torres Gonçalves com o objetivo de evitar os problemas vivenciados com e pelos imigrantes nos núcleos coloniais onde foram assentados primeiramente pelo Governo Imperial e, posteriormente, Republicano. O Secretário de Obras Públicas, no Relatório enviado ao Governador do Estado em 1910, diz ser necessária a criação da Colônia Erechim, uma vez que colonos de vários locais estavam presentes no território:



Figura 1. Mapa correspondente ao território da então Colônia Erechim. Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font - AHMJMIF.

[...] Conforme consta do relatório anterior, e segundo proposta desta Diretoria, o Governo do Estado, em data de 6 de outubro de 1908, resolveu a criação desta colônia fundado não só na insuficiência das outras colônias, como para atender antigos colonos de várias procedências, que ali se estavam estabelecendo tumultuariamente, atraídos pela fertilidade das terras e a presença de uma estrada de ferro.²

Vários autores, estudiosos da região polarizada pelo Município de Erechim, destacam a presença da ferrovia como um dos elementos responsáveis pelo rápido desenvolvimento da Colônia. Entre eles, citamos Jean Roche que, em sua extensa obra *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, escreve:

Erechim ficará, pelo menos, como um dos exemplos mais significativos de impulso demográfico que se deve à colonização. É verdade que esta se realizou ao longo da via férrea Santa Maria–São Paulo, o que lhe permitiu escoar imediatamente os produtos agrícolas com facilidade excepcional na história das colônias rio-grandenses.³

A estabilidade dos imigrantes aqui instalados e o rápido crescimento da Colônia é confirmada pelo chefe da Comissão de Terras, Severiano Souza e Almeida, em correspondência ao Secretário de Obras Públicas, Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves, na data de 4 de dezembro de 1911. Em resposta ao questionamento feito pelo secretário de que imigrantes aqui assentados estavam retirando-se com destino à Argentina, escrevia Severiano de Souza e Almeida:

[...] cumpre-me levar ao vosso conhecimento que semelhante notícia não tem fundamento algum, pois os imigrantes em geral, quer do povoamento, quer espontâneos, acham-se muito satisfeitos e entusiasmados aqui, os quais, de modo algum pretendem retirar-se da Colônia, de que, é um testemunho o fato de a maioria deles ter feito chamada de parentes, cujos pedidos tenho dirigido ao Inspetor de Povoamento nessa capital, para o devido encaminhamento dos mesmos a esta Colônia, de forma que, procedendo eles assim, não tem naturalmente intenção de retirar-se e, sim, de definitivamente permanecerem nos lotes em que se estabeleceram. Vindo nas grandes remessas de imigrantes, como sabeis, gente de toda espécie, inclusive especuladores que já tem estado em núcleos coloniais de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, não é de admirar que apareça algum elemento péssimo, que em parte alguma fica, sendo que o bom elemento é estável e por isso permanece nos lotes que lhes são destinados, nestas condições a Colônia Erechim conta em quase sua totalidade com imigrantes que, por serem agricultores, garantem o bom aproveitamento das terras.⁴

A diversidade de nacionalidades e culturas é característica do Estado e de diversos núcleos coloniais. Uns mais que outros apresentam esta característica. É o caso da Colônia Erechim. De 1882 a 1914, o Estado recebeu 154.281 imigrantes, segundo Relatório da Secretaria de Obras Públicas ao Governador. As tabelas abaixo mostram essa diversidade étnica característica do Estado e da Região polarizada por Erechim.

Italianos, alemães, poloneses, russos, austríacos e muitos outros estão presentes no Rio Grande do Sul e na Colônia Erechim. Importante destacar que pela dificuldade de precisar quem é russo e quem é polonês, pelo fato de a Polônia estar ocupada pela Rússia, Prússia e Áustria até 1918, a Secretaria de Obras

Públicas os apresenta como Russo-Polacos, como na tabela abaixo, que expressa a diversidade étnica do Estado e da Colônia Erechim.

ETNIA	Nº DE IMIGRANTES	%
Italianos	66.896	43,36
Russos	26.403	17,11
Alemães	20.461	13,26
Polacos	15.635	10,13
Espanhóis	7.559	4,90
Austríacos	5.661	3,67
Portugueses	4.449	2,88
Suecos	3.122	2,02
Holandeses	938	0,61
Franceses	933	0,60
Suíços	127	0,08
Belgas	95	0,06
Ingleses	32	0,02
Diversos	1.970	1,28
	154.281	

Tabela 1. Demonstrativo dos imigrantes entrados no Estado no período de 1822 a 1914. Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas ao Presidente do Estado, 1915.

NACIONALIDADE	QUANTIDADE
Russo-Polacos	2.049
Alemã	1.782
Suecos	876
Austríacos	351
Italianos	285
Franceses	171
Espanhóis	57
Portugueses	45
Diversos	186
TOTAL	5.802

Tabela 2. Quadro Geral dos Imigrantes Recebidos na Colônia Erechim (1910). Fonte: Relatório do Diretor da Colônia Erechim ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas-1910.

Na atualidade, a região polarizada por Erechim continua recebendo imigrantes de diversas nacionalidades, como ocorre com o restante do país, mas não são mais os europeus, e sim nossos vizinhos latinos e do continente africano. A diversidade étnica e cultural acentua-se e a inclusão não se dá mais via assentamento em um lote de terra, mas por trabalho e renda em outros setores da economia.

A ação da ditadura civil-militar na Colônia Erechim na educação

Os estudos sobre o período ditatorial no Brasil, 1964-1985, são numericamente significativos e analisam com profundidade os diferentes meandros e consequências desse período na nossa história. É claro que ainda temos muito que estudar sobre o período, especialmente nos pequenos municípios do Brasil que, por várias razões, não conhecem ou conhecem muito pouco sobre esse golpe na democracia brasileira e seus efeitos nefastos. Discutindo a ação do Estado Autoritário no campo da educação na região de Erechim, temos apenas dois trabalhos de conclusão de curso – TCC. Um realizado por uma acadêmica do curso de História da Universidade Regional Integrada (URI), Erechim, no ano de 2006, e outro por um acadêmico do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim, no ano de 2015. Apesar de serem trabalhos de conclusão de curso, os autores preocuparam-se com a busca de documentos não conhecidos e não trabalhados pelos pesquisadores da história regional. Nesse sentido, tiveram êxito, uma vez que analisam documentos sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre, e documentos do acervo particular de um professor exonerado sob a acusação de subversivo, fato esse desconhecido dos estudiosos e professores da região até o momento da apresentação pública do trabalho em 2015.

O número de estudos que analisam o impacto do regime autoritário no campo educacional é significativo numericamente e na profundidade da discussão. Apontam para o desmonte da educação e dos reflexos negativos que foram vivenciados por um longo período. Não farei, aqui, análise dos dois Trabalhos de Conclusão de Curso que discutem a ação autoritária no campo educacional

na região, apenas trarei alguns dados e informações dos mesmos que mostram a forma como o autoritarismo do Estado brasileiro, entre 1964 e 1985, se fez presente no interior do Brasil.

A acadêmica Núria Cristina Ribeiro da Silva, em seu TCC intitulado “*Memórias do Autoritarismo: a educação durante o regime militar em Erechim*”, defendido em 2006, trabalha com documentos existentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), sediado em Porto Alegre. Ela nos mostra a vigilância exercida pelo Estado Autoritário sobre os professores e estudantes, particularmente, universitários.

A pesquisadora inicia afirmando que em março de 1964, um grupo de estudantes de Erechim que cursava Direito na Universidade de Passo Fundo (UPF) publicou um manifesto em apoio às reformas de base defendidas pelo presidente João Goulart e em defesa da democracia. Após o golpe, esses universitários foram indiciados, e, com exceção de um deles, disseram ao delegado de polícia não mais compactuar com as teses defendidas no manifesto entregue a estudantes e comunidade. A pena recaiu sobre o presidente do núcleo de Erechim dos universitários da Universidade de Passo Fundo. O mesmo esteve preso de 11 a 17 de abril de 1964. Durante as investigações relativas ao manifesto, outro fato chamou a atenção das autoridades policiais: a festa dos calouros de direito de Erechim, que contou com a presença do presidente do Centro Acadêmico João Carlos Machado, de Passo Fundo. A polêmica deveu-se ao fato de a referida festa ter sido transmitida pela TV Erechim, na qual imagens da foice e do martelo apareciam pintadas nos corpos de alguns acadêmicos de Passo Fundo. Pelas investigações, não se pode saber quem de fato fez as pinturas. A TV Erechim, que transmitiu a festa, teve que prestar esclarecimentos, respondendo a um questionário em que argumentou que as transmissões aconteciam em caráter experimental, sem patrocinadores e revisores de programação. O relato foi encerrado com as explicações da equipe de TV afirmando que contava apenas com a colaboração de radialistas e particulares, e que a intenção fora divulgar o curso de direito e a integração entre os estudantes.

A vigilância era ampla e permanente. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) encaminhou muitos Pedidos de Busca para a Delegacia Regional de Polícia sediada em Erechim. Segundo a autora Núria C. R. da Silva, busca-

vam saber a composição dos Círculos de Pais e Mestres das Escolas da região, dos integrantes do Diretório Acadêmico dos Estudantes da FAPES- Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior, e do CESE –Centro de Ensino Superior de Erechim (hoje URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões), dos seus professores e das atividades desenvolvidas pelos mesmos. As informações solicitadas eram minuciosas. Queriam saber nome, endereço, estado civil, curso que frequentavam, ligação com partidos políticos dos integrantes do Centro Acadêmico dos Estudantes. Entre os vários Pedidos de Busca, em novembro de 1978, solicitavam informações sobre uma possível associação dos professores da FAPES-CESE.

Ainda, segundo Núria, em 27 de outubro de 1981, um Pedido de Buscas da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) desejava informações sobre a 8ª Semana Universitária da FAPES, realizada de 2 a 8 de outubro do mesmo ano. Não resta dúvidas de que os órgãos repressivos do Estado detinham informações pormenorizadas. Basta ver a data do Pedido de Buscas e a data da realização da Semana Universitária. No referido Pedido de Buscas, detalhavam os departamentos da universidade envolvidos na realização da Semana, bem como temas e palestras ministradas. Desejavam saber os ministrantes das palestras, líderes ativistas e número de participantes.

Nos parágrafos acima, defendi a ideia de que no interior do Estado Brasilei-

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Porto Alegre, 27 OUTUBRO 1981

Assunto: 8ª SEMANA UNIVERSITÁRIA DA FAPES - DE 02 A 08 OUT 81

Origem: DOPS/RS

Avaliação:

Difusão: LIA DOP/RS/RS

Referência:

Anexo:

PEDIDO DE BUSCA N.º 318 / 81 / DOP/RS

DADOS GERAIS:

1. De 02 a 08 OUT 81, em PORTO ALEGRE, realizou-se a 8ª SEMANA QUI-
vintária da FUNDAÇÃO ALTO URUGUAI PARA PESQUISA E ENSINO
SUPERIOR (FAPES), uma promoção dos Departamentos de Adminis-
tração e Economia e Estudos Sociais e Letras da FAPES.

2. Neste período, foram ministradas diversas aulas de extensão
universitária e desenvolveu-se as seguintes palestras:

- 02 OUT 81: Linguagem, Ideologia e Comprometimento;
- 03 OUT 81: Direito Social;
- 07 OUT 81: Partidos Políticos no Brasil;
- 08 OUT 81: Problemas Sociais no Brasil.

DADOS PARTICULARES:

1. Confirmação dos dados coletados;
2. Conteúdo das palestras e respectivos oradores;
3. Idades, atividades e número de participantes;
4. Descreva-se o número sigilo na obtenção dos dados solicita-
dos.

1.08
4.15

3560

Figura 2. Pedido de Busca 218 Semana Universitária FAPES. Fonte: SILVA, Núria Cristina Ribeiro da. Memórias do Autoritarismo: A Educação Durante o Regime Militar em Erechim. Erechim, RS, URI, 2006, p.58.

ro, isto é, particularmente nos pequenos municípios, pouco conhecemos sobre a atuação do braço autoritário do estado brasileiro no período 1964-1985, e isto se deve à inexistência de estudos relativos ao tema. O caso do prof. Elizário Polli, demitido do serviço público em 12 de setembro de 1964 sob alegação de ter atentado contra o regime democrático ilustra a afirmativa por mim feita, uma vez que o grande público só tomou conhecimento do fato no ano de 2015, através da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso originada a partir das discussões realizadas na universidade durante o período de formação do autor.

Investigando o assunto e conversando com o prof. Elizário Polli, o autor Ederson Slavieiro nos trouxe informações detalhadas referentes à vida e o trabalho do professor demitido pela ditadura civil-militar de 1964-1985. A carreira no magistério estadual fora curta, tendo iniciado em 1 de março de 1960 como Auxiliar de Ensino em uma Escola Rural Isolada no interior do Município de Aratiba. O prof. Elizário fora acusado de comunista e, além disso, de se apossar de bens da escola como uma escada, uma enxada, e algumas tintas. Não vamos apresentar aqui o desenrolar de todo o processo que nos é apresentado por Ederson Slavieiro no seu Trabalho de Conclusão de curso no ano de 2015.

Na avaliação de Sr. Elizário, o motivo de tais acusações foi o “ciúme” de um morador da comunidade que desejava ocupar o seu lugar enquanto professor, o que mais tarde viria a conseguir. Fazendo uma avaliação de sua vida pós demissão, Sr. Elizário conta que:

Comecei a trabalhar com trabalhos manuais, pedreiro, carpinteiro, pintor, por vários anos, depois fui convidado a trabalhar num Sindicato dos Trabalhadores Rurais, depois saí, mas como eu tinha sido considerado comunista, sofri muito preconceito, as pessoas achavam que eu era culpado e comunista, mas eu na realidade acho que ainda hoje devem existir pessoas que acham que eu era e sou comunista, e nem sabiam o que era comunismo naquela época. Fiquei vinte anos trabalhando como carpinteiro e pedreiro, e o Estado nunca me mandou nada, nunca me ajudou com nada, tive sempre de me virar e batalhar. Com o fim do Regime Militar, mesmo assim não fui indenizado por tudo o que fizeram comigo, que atingiu não somente a mim, mas também minha esposa e minhas filhas, nunca até hoje recebi nada do governo, sendo que de todos os partidos que entraram no Estado dá para formar um alfabeto,

e nenhum me ajudou até agora. Quando terminou o Regime Militar, todos que foram acusados passaram a ser aposentados que na realidade não me lembro direito o ano que foi, creio que foi a partir de 1979, e daí passei a receber a aposentadoria, mas meus direitos como professor não foram devolvidos a mim. Nessa região toda aqui, eu não conheço ninguém que tenha sido acusado de comunista como eu fui. Ressaltando aqui, todos os meus acusadores, morreram todos, e o último morreu o ano passado, que foi o “cabeça” da acusação, os outros se foram todos, considerando ainda que este professor o A.M., quem o encaminhou para o magistério fui eu, Elizário Polli.⁵

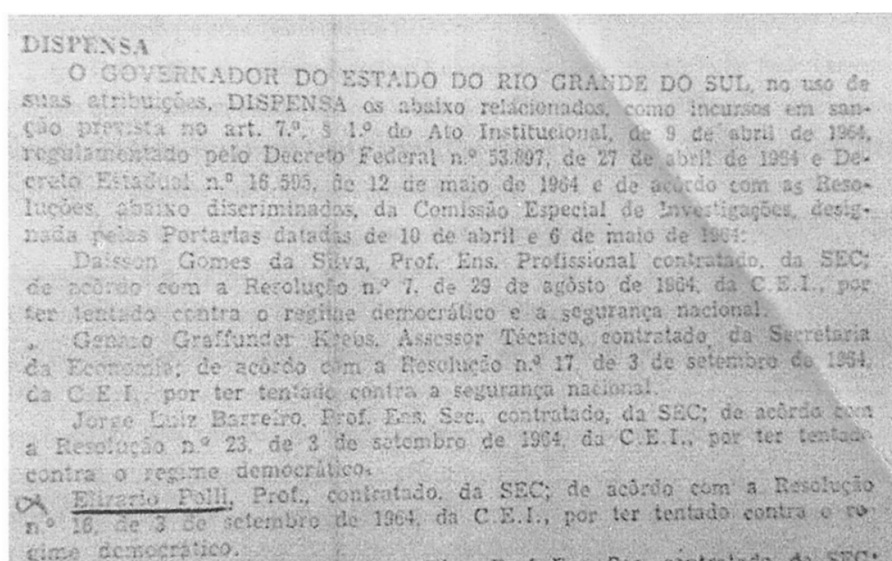


Figura 3. Dispensa do Professor Elizário Polli. Fonte: SLAVIEIRO, op. cit., p. 42.

Não foi fácil a vida do Sr. Elizário após sua demissão. Ser demitido por ser comunista, subversivo, era uma acusação muito pesada, principalmente porque “o medo do comunismo” estava fortemente presente no imaginário coletivo que era alimentado cotidianamente através dos meios de comunicação, essencialmente o rádio, e nos sermões do padre da paróquia na missa dominical. Acima, apresentamos uma cópia da publicação feita no Diário Oficial com a demissão do professor Elizário e outros servidores, por ter “tentado” contra o regime de-

mocrático. Esse e outros documentos relativos aos processos judiciais sofridos pelo Sr. Elizário estão guardados em seu arquivo particular.

Considerações Finais

Demonstramos brevemente que o braço autoritário do regime civil-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985 atingiu todo o território brasileiro. Mesmo nos municípios menores ele se fez presente. Acredito que o desconhecimento em torno de ações e medidas autoritárias, longe dos grandes centros urbanos, deve-se à inexistência de estudos em torno da questão. O conhecimento recente de que um servidor público foi demitido sob a acusação de ter “tentado contra o regime democrático” na região de Erechim é esclarecedor desse pouco ou nenhum conhecimento. Trouxe aqui apenas alguns comentários relativos ao campo educacional, mas que são ilustrativos da falta de estudos relativos a 1964-1985.

Notas de fim

- 1 PIRAN, Nédio. Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EdIFAPES, 2001, p. 21.
- 2 Relatório enviado pelo Secretário de Obras Públicas ao Sr. Governador do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves (1910).
- 3 ROCHE, Jean. Apud: GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro - Editor, 2004, p. 117.
- 4 Correspondência enviada por Severiano Souza e Almeida ao Secretário de Obras Públicas, Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves. 04 de dezembro de 1911.
- 5 SLAVIEIRO, Ederson. De Castelo a Elizário: a ação da Doutrina de Segurança Nacional. Erechim, RS, UFFS, 2015, p. 38.



III

A AULA DE HISTÓRIA EM TEMPOS INCERTOS:

disputas pelo passado e reformas curriculares

RENAN SANTOS MATTOS

O que significa ensinar história? Quais as possibilidades de aprendizagem e a formação de jovens e crianças para a defesa da democracia e das instituições democráticas. Diante de cenários de mudanças e avanços conservadores, tenho me dedicado a pensar o ensino de história e sua dimensão pública nos contextos educativos. Nesse cenário, um amplo debate e disputas circundam o que se ensina e se aprende sobre o passado nos contextos escolares.

Katia Abud, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular, sistematiza o contexto de reformas curriculares nos seguintes termos:

O ensino de história tem sido o campo de batalha predileto para as controvérsias que se travam sobre o passado. Currículo, livros didáticos e o ensino de história no geral constituem um campo de intensa discussão ideológica sobre os usos do passado na sociedade contemporânea. Esse fato cria um ambiente que é tanto ameaçador como estimulador da didática ensinada.¹

Diante disso, Abud (2017) problematiza o ensino de história como propriedade pública, o que implica na tensão e disputas sobre o passado, bem como sua relação com as sucessões de governos. Nesse sentido, esse ponto converge

para certa instabilidade sobre o ensino de história, ao mesmo tempo, em que dimensiona o caráter seletivo e resultado das escolhas dos grupos envolvidos. Portanto, segundo a autora, há uma inclinação política na construção de programas e currículos que tencionam as pautas e disputas do presente nessa construção².

Tenho me dedicado, nos últimos anos, a refletir sobre o potencial da aula de história como exercício de formação para a vida pública e encontro com as diferenças éticas, estéticas e culturais no passado e no presente. É importante ressaltar, conforme Sílvio Gallo (2021), que, a partir de 2016, as políticas educacionais estiveram no centro da crise democrática brasileira. Nesse sentido, grupos privatistas e conservadores religiosos encampam o protagonismo de definir as pautas e as políticas públicas educacionais brasileiras, o que perpassa uma discussão sistemática sobre a disputa em torno dos currículos de ensino de história.³

A chamada história do tempo presente sustenta a abordagem teórica sobre a análise das atuais mudanças curriculares no ensino de história. Assim, dialogamos com Reinaldo Lohn quando situa que “escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política”⁴.

Ana Maria Monteiro referencia a aula de história do e no tempo presente nos seguintes termos:

Assim, a produção de saberes no fazer curricular do ensino de História, objeto da investigação em pauta, envolve desafios teóricos no/do tempo presente a serem enfrentados na busca da compreensão das articulações possíveis entre historiografia e dinâmica cultural na produção de sentidos no ensino, o que induz ao questionamento de possibilidades e limites da consideração da didática como processo epistemológico e cultural.⁵

Este ensaio dedica-se a analisar o contexto das reformas curriculares no ensino de história, tendo como problemática as disputas pelo passado, bem como qual o lugar da discussão de temas políticos no contexto da sala de aula. Nesse sentido, tal discussão, de fundo bibliográfico e documental, permite problematizar a ampliação da história e os dilemas de como se produz e se

consome conhecimento histórico,⁶ o que implica também em desafios de que a escola perde seu lugar exclusivo de debate sobre a história das diferentes sociedades.

Diante desses aspectos, esse texto corresponde a indicar a aula de história voltada para a defesa da democracia. Nesse ponto, o texto se organiza em três momentos: discussão sobre a relação entre ensino de história e os tempos de reformas curriculares; passando para discussão sobre a noção de doutrinador e o ataque ao pluralismo de ideias na educação brasileira, e, por fim a aula de história como lugar de encontro e diálogo nos contextos de crise das instituições democráticas brasileiras.

Aula de História em tempos de conservadorismo – reformas curriculares

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incide intensamente nos espaços educativos, sendo que o documento traz como princípio “a equidade e a igualdade das crianças, jovens e adultos brasileiros no acesso à educação e à melhoria na qualidade da Educação Básica”⁷. Portanto, o documento, em referência ao Plano Nacional de Educação de 2014, representou um intenso movimento político, já que definiu “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”⁸. Desse modo, a base como documento norteador das políticas de Estado e da formação docente foi cercada de conflitos e debates públicos, e, em especial, no campo das humanidades.

Circe Bittencourt sistematiza o contexto econômico e social da crise do capitalismo na definição de aprendizagens históricas. Segundo a autora, a ênfase na tecnologia, o consumo e o individualismo prescrevem formas de ser, saber e existir à lógica do mercado. Sendo assim, Bittencourt estabelece que

Pelas propostas atuais, em âmbito internacional, muitos dos pressupostos humanistas estão sendo relegados e considerados implicitamente retrógrados. Pelos projetos do moderno capitalismo a educação deve se submeter exclusivamente à constituição de identidades integrantes do mundo globalizado, com total diluição das

diferenças. E sob essa concepção de “todos iguais” torna-se possível estabelecer formas de avaliação internacional com pretensões de controle sobre conteúdos, métodos em escala internacional. Assim, a formação das futuras gerações deve, necessariamente, basear-se em uma aprendizagem eletrônica que exige uma reorganização pedagógica para que se possa elevar o capital humano ao status do capital financeiro. O controle dos currículos pela lógica do mercado é, portanto, estratégico e proporciona o domínio sobre o tempo presente e futuro dos alunos. A avaliação do ensino torna-se uma tarefa externa à sala de aula a ser exercida por intermédio de materiais didáticos majoritariamente tecnológicos produzidos também por empresas internacionais e por sistemas avaliativos que limitam a atuação e o poder dos professores. Tal perspectiva indica um retorno aos métodos instrucionais catequéticos uma vez que se torna fundamental treinar, sistematicamente, os alunos para que tenham êxito nas respostas aos testes de múltipla escolha.⁹

A BNCC história incorporou um debate intenso e acalorado. Segundo Maria do Carmo Martins, o processo coincide com mudanças sociais e políticas em curso. Desse modo, o cenário de crise sob a ênfase das dinâmicas curriculares e sua relação com a docência. E, no tocante ao ensino de história, Martins ainda menciona o lugar da disciplina de história na disputa em torno do projeto de sociedade, bem como critica a ênfase nos conteúdos com referência no debate disciplinar. Sendo assim, conclui que

Em uma época em que os currículos são recolocados a serviço do controle da avaliação, torna-se mais importante a valorização do político em seu entendimento. Desse modo, também a história precisa reposicionar-se, mas levando em conta questões que desafiam os historiadores e pensarem o que construir com esse saber na escola e não apenas o que deve ser ensinado sobre ele.¹⁰

Elizabeth Macedo (2017) detalha como as pautas conservadoras e a incisiva atuação do Movimento da Escola Sem Partido demarcaram a organização e o debate da BNCC:

Já com a segunda versão da BNCC divulgada, um novo conjunto de demandas, que chamarei de “demandas conservadoras”, tem

se fortalecido. Não que elas não estivessem presentes em todo o processo, como ocorre em nível internacional, mas ganharam proeminência após o impeachment de Dilma Rousseff, quando o ESP passou a ser um dos interlocutores do MEC. Em forte associação com deputados da bancada evangélica neopentecostal — que a partir dos anos 1980 têm lutado por representação política e a ampliado (BURITY, 2015) —, o ESP inseriu em sua agenda o debate sobre a BNCC. O movimento apresenta duas ordens de demandas em relação à BNCC: quanto à instância competente para sua aprovação e quanto ao seu conteúdo, mais especificamente, aos objetivos de aprendizagem e ensino.¹¹

Em textos ilustrativos desse contexto de disputa, tanto Flávia Caimi¹² (2016) quanto Nilton Pereira e Mara Rodrigues¹³ sistematizam a tensão de qual passado é válido e legítimo a ser ensinado nos contextos escolares. Além disso, é ponto comum dos autores a crítica à segunda e à terceira versão da BNCC, em virtude de que o documento reforça a epistemologia eurocêntrica, linear ao determinar a lista de conteúdos canônicos e convencionais.

Flávia Caimi (2016), nesse sentido, é bastante incisiva ao afirmar que

[...] o documento apresentado como uma segunda versão não guarda relações de continuidade com a primeira versão, razão pela qual nos faz reconhecer nele um outro documento, com pressupostos e proposições bastante distintos daqueles que orientaram a produção inicial da BNCC História. Trata-se de uma proposta que se refugia nos conteúdos convencionais e canônicos, tomando a cronologia linear como eixo central do discurso histórico, ou seja, desconsidera os postulados, princípios e proposições oriundos da pesquisa acadêmica nacional e estrangeira dos últimos trinta anos, representando um flagrante e lamentável retrocesso¹⁴.

Assumimos como locus de análise o impacto nos direitos humanos e na educação de crianças e jovens. O governo de Jair Messias Bolsonaro representou uma série de rupturas institucionais no campo democrático e da Nova República. Silva Júnior e Fargoni (2020) analisam a conjuntura social de emergência do Bolsonarismo na política brasileira. E demarcam as reformas neoliberais em curso como potencializadoras de ideais fascistas, ao afirmarem que

Fortalecidos pela crise das esquerdas populistas, especialmente pelos equívocos dos governos do Partido dos Trabalhadores e, do avanço populista de direita no mundo todo, tendo como principal inspiração a eleição presidencial norte-americana de 2016, grupos conservadores se reorganizaram durante e após o processo de impeachment de Dilma Rousseff fazendo o Brasil experimentar um dos seus maiores dramas políticos e sociais. A anomia política (uma nova pedagogia do cotidiano) instaurada no dia a dia da sociedade brasileira rapidamente desidratou as conciliações dos governos petistas. A população passou a exigir um novo establishment político, mas em vez de pautar-se em ideias e exemplos, buscou outra vez no imaginário popular “heróis” ou “salvadores da pátria”, reforçando o movimento que se desencadeou no Bolsonarismo.¹⁵

Silva Júnior e Forgani (2024) realizam uma cartografia do Bolsonarismo como uma faceta do autoritarismo brasileiro. Nesse sentido, podemos citar anti-intelectualismo, a propaganda nacionalista, o autoritarismo, a intolerância religiosa e preconceitos (machismo, racismo, homofobia e xenofobia) e a meritocracia como basilares na edificação do pensamento unitário, o que implica na construção de inimigos da pátria dos que não coadunam com essa perspectiva.

Tendo por referência a noção de necropolítica de Mbembe (2016), e sob a égide das políticas de austeridade, o Bolsonarismo promoveu ataques constantes às universidades e instituições de ensino. Desse modo,

Concluimos que o Bolsonarismo é mais uma forma de autoritarismo num país periférico e sempre caudatário ao centro econômico mundial. Trouxe à nação e à população a linha tênue entre ódio e o medo transfigurando os Direitos Humanos na função de zelar pela integridade humana como rival da sociedade. Transformou docentes em vilões da história recente do Brasil e deixou o país ainda mais à deriva do capital financeiro mundializado. O conceito de família, religião, disciplina, autoridade e ética agora são confundidos com o padrão de ser numa sociedade multifacetada e diversificada. Os flertes do Bolsonarismo com o fascismo e o nazismo não são mais princípios, são uma concreta simbiose em tempos diferentes.¹⁶

Essa perspectiva política endossa o ultraliberalismo, a segurança, a anticorrupção e a defesa dos valores tradicionais e cristãos, tendo o culto a Jair Messias Bolsonaro como ponto de coesão de diferentes grupos sociais e políticos. Daniel Aarão Reis esforça-se em identificar esses grupos ao afirmar que

[...] seu núcleo mais coeso nos aparelhos de segurança formais (forças armadas e polícias) e informais (milícias e bancada da bala). Agrupam-se em torno dos conceitos de Ordem, de Segurança e de defesa da Pátria. Ignorados ou marginalizados ao longo dos anos da “Nova República”, mastigaram ressentimentos represados que escoam agora com vigor. Antes, Bolsonaro e seus filhos construíram seu prestígio apoiando sem reservas os interesses corporativos desses segmentos¹⁷.

Além disso, alguns grupos religiosos encontram moradia no sentido de expressão da salvação de um país marcado pela corrupção política e moral (banca da bíblia)” e, por fim, o alinhamento ao capital financeiro e aos interesses do agronegócio¹⁸ consubstanciam a constituição de uma complexa rede de agentes políticos em que a

Aliando-se à onda conservadora e tendo como base o protestantismo e o militarismo, a proposição bolsonarista se baliza em duas noções: família tradicional e meritocracia. A meritocracia não é apenas um valor conservador, mas também de espectro liberal, mas, como nos interessa especificamente neste artigo, está relacionada diretamente, no bolsonarismo, às pautas de costumes, sob a égide da noção de “família tradicional”.¹⁹

É nesse horizonte que a religião invade o espaço público e a escola. Marcelo Camurça destaca que, ao invocar a ideia de maioria religiosa, grupos evangélicos e católicos “reivindicam um papel na definição das políticas de Estado com relação à educação, saúde, ciência, bem como a gestão do Estado democrático”²⁰. Nesse sentido, o sociólogo afirma que o “Brasil é um país laico, mas não ateu replicam os setores evangélicos pentecostais secundados por católicos tradicionais, que desejam que valores religiosos venham influir nas decisões de Estado”²¹.

Estamos diante do discurso combativo das forças religiosas em torno da

nacionalidade, da uniformização que aparece em detrimento da diferença e da pluralidade da composição social e cultural brasileira. Assim, para Marcelo Camurça (2020), a defesa da fé Cristã como pauta representa a predileção do Estado por “uma religião”, em detrimento da sociedade plural, submetendo-se ao poder político ao poder divino ao atrelar em sua legitimação política a concepção de eleito de Deus para conduzir a nação.

Esse movimento aglutinou-se em torno da luta contra a ideologia de gênero, o marxismo cultural e esquerdismo. Como nota Marcelo Camurça, “as forças religiosas atuam nos partidos existentes, formam bancadas, fazem lobby, participam de comissões parlamentares, organizam marchas, manifestações, estabelecem alianças com outros atores políticos conservadores”²²

Apesar da ressalva de que as pautas econômicas e militares preponderaram sobre as decisões e estratégias do governo de Bolsonaro, Camurça problematiza a política confessional de Bolsonaro e as alianças empreendidas nesse cenário:

a ofensiva de confessionalização do Estado por parte dos evangélicos, secundados por católicos tradicionais, se concentra nas áreas: das relações exteriores, dos direitos humanos, da cultura e do conhecimento. É nessa dimensão que estes desejam aumentar sua influência dentro da sociedade brasileira secular, profana, sincrética e pluralista, travando o que chamam de uma guerra cultural contra o também chamado por eles, de marxismo cultural. É quando uma política de Estado se autoproclama com o qualificativo de cristã no seu perfil e orientação²³.

Diante dessas questões, a educação brasileira foi palco de intensas disputas. Segundo Gallo e Acosta (2020), os grupos conservadores ocupam o espaço público em defesa de uma Escola Sem Partido, sem doutrinação, e, desse modo, a partir do medo, do controle do discurso midiático e da instabilidade política delimitaram o que é a escola, do que se ensina. Portanto, certos grupos “aproveitaram-se de um apelo à participação democrática para assumir posições e reverter o processo, tornando-o antidemocrático, limitado, cerceador e censurado”.²⁴

Em artigo intitulado “Menino veste azul e menina, rosa”: Educação Domiliar e as ideologias de gênero e gênese de Damares Alves, a “ministra terivelmente cristã” dos Direitos Humanos, Eduardo Meinberg de Albuquerque

Maranhão Fº e Clarissa De Franco investigam o posicionamento de Damares Alves em torno das concepções religiosas/sexuais/generificadas de Damares Alves. Nesse sentido, apontam os ataques à chamada ideologia de gênero no intento de assinalar como uma ideologia da genesis emerge no sentido de sustentar o programa de educação domiciliar encabeçado pelo governo Bolsonaro.²⁵

Dessa relação, os autores sistematizam a ideologia de gênero como

relacionada a um dispositivo da cis-heteronorma. Esta ideologia tem como leitmotiv o axioma “Deus criou macho e fêmea” e associa-se à sofismática concepção de “ideologia de gênero” e à beligerante renitência aos diálogos e estudos acadêmicos e escolares que visam a igualdade de gênero, procurando instituir uma guerra santa entre as concepções bíblicas referentes à biológica, natural e sagrada família, o gênero santo e a orientação sexual imaculada; e os estudos de gênero como manifestações de forças demoníacas²⁶.

Portanto, Maranhão Fº e Franco ainda detalham a “ideologia de gênero” como pauta política no contexto do Plano Nacional de Educação de 2010-2014. O termo ideologia de gênero mostra-se como uma arma política de deslegitimação e negação do campo de saber sobre gênero e sexualidade. Sendo assim, grupos católicos e evangélicos promoveram ampla campanha contra a chamada ideologia de gênero:

Para as pessoas detratoras dos estudos sobre gênero e sexualidade em ambiente escolar, tais diálogos promoveriam “o fim da família tradicional brasileira” (DIAS, 2017; COELHO, 2017) através da hipersexualização infantil, pedofilia, estupro, gravidez precoce, aborto, estímulo à homossexualidade precoce, obrigatoriedade de uso de banheiros de outro sexo-gênero, transexualidade na infância, zoofilia/bestialismo e necrofilia, dentre outros fatores (SOUZA, 2014, 2018). Mas tais relações não passam de fake news: os estudos de gênero nada mais fazem além de instigar reflexões e ações necessárias que, ao invés de uma “ideologia de gênero”, procuram promover justiça e igualdade de gênero.²⁷ (p. 313)

No mesmo sentido, Acosta e Gallo apontam os impactos do combate à ideologia de gênero nos seguintes termos:

O avanço da moral cristã no campo da educação e o pautamento do debate educacional a partir desta perspectiva, para obter o cerceamento e a censura em sala de aula perante temas contrários a esta moralidade, são o que aqui foi cunhado como ideologia de gênesis. Controlar, cercear e censurar a produção do conhecimento, o livre pensar e a pluralidade de ideias presente em sala de aula para a imposição de um ‘saber verdadeiro’, ancorado nos ensinamentos bíblicos, são metodologias utilizadas pela ideologia de gênesis para a imposição de um referencial teórico único: o cristão-conservador.²⁸

Sumariamente, observar a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias permite afirmar que os mesmos imiscuíram na esfera religiosa e privada discutida anteriormente. A noção de direitos, em especial, a liberdade de crença e expressão, enquanto processo, traz conflitos, disputas e negociações, já que os diferentes grupos invocam o conceito conforme seus interesses e concepções. Marcelo Camurça (2017) afirma que a laicidade aparece de várias formas, mostra-se interessante destacar que a defesa da religião na política, a proeminência em assuntos como educação, saúde e ciência e a manutenção dos símbolos religiosos envolve a recorrência sobre “a consigna da laicidade, que é sempre acionada por todos os contendores, sejam estes do campo religioso ou laico”.²⁹

Clarissa de Franco e Eduardo Maranhão F^o identificam o processo de perspectivas de privatização e teocratização do governo federal, capitaneado por Jair Messias Bolsonaro, tendo como consequência o cerceamento da educação em direitos humanos. Segundo os autores, esse posicionamento beligerante apropriou-se do espaço público para reafirmar a ideologia de gênesis, no qual apenas dois sistemas sexo-gêneros (macho-homem/ fêmea-mulher) são avalizados por Deus sob a norma da heterossexualidade.³⁰

Além disso, Franco e Maranhão F^o argumentam que a privatização e teocratização da educação aparecem como contrários à pluralidade, uma vez que esvaziam o debate e afastam as crianças e adolescentes da educação cidadã plena:

os discursos apontam para as perspectivas de privatização e teocratização na medida em que favorecem valores de um grupo específico em detrimento das diretrizes mais amplas do debate democrático que apontam para a pluralidade, em uma amálgama de

propostas que envolvem o reforço ao núcleo familiar, religioso e de mercado. Levantamos ser possível pensar, ainda, que os discursos fundamentados em perspectivas relacionadas ao dispositivo da cis-hetero- norma – que comungam estritamente com a ideologia de gênese – atuam, de alguma forma, não só na teocratização e privatização de um determinado modelo de família, como na teocratização e privatização da sexualidade e do gênero.³¹

Sendo assim, a acusação em torno de professores doutrinadores, a censura em temas como gênero, sexualidade, raça e ditadura Civil-militar invadiram o espaço da escola. Resistir nos espaços escolares se desdobra na defesa do conhecimento histórico e de uma educação com referência nos direitos humanos e na liberdade de ensinar. Desse modo, um ensino de história voltado para a democracia perpassa debater a construção do doutrinador e qual o lugar da discussão política no ensino de história.

Enfim, pensar o ensino de história para formação na e para a condição de cidadão e cidadã, engajados na defesa da dignidade humana, passa por uma densidade de questões. Assim, os/as estudantes sensíveis às injustiças, à manutenção de privilégios e atentos para o reconhecimento dos outros como iguais de direitos, sustentando a diversidade e a tolerância, para despertar a convivência respeitosa e solidária. Essa postura passou a ser entendida como doutrinação.

Pluralismo de ideias e a atuação do professor de História

Em recente artigo, com base nas discussões de fontes históricas, tangenciamos a temática da doutrinação e do negacionismo histórico. Desse modo, na perspectiva da escrita de reflexão profissional e ética, expressamos:

Novamente, uma atmosfera de medo emerge nas interações pedagógicas. A atuação docente e o ensino de história abarcaram um conjunto de tensões sobre o que ensinar e as disputas sobre o passado. [...] Nosso trabalho, corpo e expressões podem ser alvos da exposição pública, da censura e da tensão se ousarmos problematizar seja as desigualdades de gênero, seja tematizar sexualidades, ou para tratar de manifestações religiosas de matriz africana, por

exemplo. Ensinar certos temas representa a insegurança e o ódio à profissão docente. O marxismo cultural, a ideologia de gênero e a doutrinação ideológica encamparam os debates políticos nesse cenário do Lobby Conservador, fundamentalista, privatista, colonialista no âmbito dos Planos Municipais e Estaduais, além da própria BNCC.³²

Esse contexto mobilizou, como já mencionado anteriormente, diferentes posicionamentos e perspectivas no campo do ensino de história. Logo, o doutrinador evidencia-se como uma fabricação, sendo pauta do Movimento Escola Sem Partido, proposta pelo advogado Miguel Nagib. Fernando Penna (2016, 2017, 2018) analisa o processo de construção do medo e da perseguição de professores e professoras, como decorrente da crise e do governo Dilma, entre 2014-2016, o que significou a conquista simbólica do Movimento Escola Sem Partido (Mesp)³³.

Penna evidencia que o Mesp encampa pautas com base numa visão de escolarização, escola e família. Assim, o professor não doutrinador é aquele que transmite conhecimento, aplica tarefas, dedica-se exclusivamente à matéria. Nesse sentido, segundo Penna, a noção de escolarização se vincula a desqualificação do saber profissional docente, já que

No modelo de mercado, a relação educacional é reduzida a uma relação de consumo, então o aluno é o consumidor, ele tem direito de demandar o que ele bem entender do prestador. Biesta afirma que no modelo profissional não é bem assim, porque nós temos que reconhecer o caráter profissional daquele que está prestando um serviço, ele tem uma competência para determinar, em diálogo com a sociedade, como será esse serviço. No caso, eu vejo claramente a defesa do modelo de mercado.³⁴

Outro ponto destacado por Penna (2017) corresponde ao discurso de defesa das crianças por parte dos pais. O argumento do autor situa esse posicionamento como expressão dos princípios individuais em prevalência ao bem comum, excluindo a diversidade e o pluralismo. Desse modo, analisa tanto o Programa do Mesp quanto os discursos das principais lideranças com o intuito de apresentar os limites e incoerências do projeto, uma vez que “pega algo que

foi pensado para proteger o espaço privado contra a intervenção do poder público e habilita uma invasão do espaço público, da escola pública, pelas vontades privadas”.³⁵

Por fim, é importante ressaltar o lugar de passividade do conceito de estudante, bem como a construção antipolítica e antidemocrática da proposta. Sobre o lugar da criança e jovem no contexto escolar, Fernando Penna enfatiza que a construção do professor como abusador e estuprador corresponde a uma estratégia capaz de angariar adeptos no processo de perseguição e ódio aos professores e às professoras³⁶.

Diante dessas questões, o autor sublinha o antipolítico e antidemocrático no sentido de que ambas as categorias combinam-se na construção do inimigo a ser combatido, tendo como referente discursivo a esfera moral. Portanto, a construção do doutrinador assume o lugar do outro a ser combatido:

O discurso em defesa de uma escola sem partido parece justamente tentar se constituir utilizando como “exterioridade constitutiva” todo pensamento progressista que se contraponha ao projeto de lei “escola sem partido”, enquadrando-o como parte da “esquerda internacional” que promove um “discurso envenenado”. Este “outro” é constituído como um perigoso inimigo que infiltra instituições e utiliza um discurso que subverte o sentido das palavras, alguém que coloca em risco.³⁷

A conjuntura política e educacional brasileira ainda apresenta outro elemento problematizador. Grupos passaram a questionar a metodologia da pesquisa histórica e ocupam o espaço da internet para denunciar que o ensino de história seria marcado pelo marxismo cultural e pela doutrinação. O negacionismo histórico arregimentou seguidores no sentido de invocar a história que seu professor não conta.

Patrícia Valim e Alexandre de Sá³⁸ definem o negacionismo histórico como uma forma de governamentalidade da contemporaneidade. Desse modo, os autores questionam a postura negacionista como uma questão cognitiva, já que representa uma forma de extermínio do outro e sua experiência política e simbólica:

essa “governamentalidade negacionista” implica o exercício de uma forma específica de poder que tem por alvo um setor – ou setores – da população, cuja eliminação real ou simbólica legitimará as ações violentas de outro setor social organizado em uma “máquina de guerra” – também uma “máquina negacionista” – comandada por um líder que, não raro, se apresenta como antissistema e toma para si a missão de ocupar o Estado, negar sua relevância e centralidade para, ao fim e ao cabo, destruí-lo. Essa forma política parece estar transitando da necropolítica, de acordo com o conceito desenvolvido por Achille Mbembe – na qual o Estado define quem deve viver e quem deve morrer – para o Estado Suicidário, nos termos de Paul Virilio e Vladimir Safatle, um experimento novo em que o Estado é o ator de sua própria destruição na fase terminal do ultraliberalismo.³⁹

Por fim, conforme os autores, a extrema-direita, com referência no conceito de Necropolítica e no Estado Suicidário, acende e permanece no poder a partir da governamentalidade negacionista, na qual o negacionismo histórico é basilar nesse processo. Os autores argumentam que

lógica genocidiária, não basta o aniquilamento de milhões de pessoas nos campos de concentração, pois a morte seriada, como destacou o sociólogo argentino Daniel Feierstein, deve se completar no espaço das representações simbólicas por meio de determinados modos de narrar e de representar a experiência do aniquilamento. Essas formas de elaboração devem gerar outros modos de articulação social entre as pessoas, redefinindo identidades e reconfigurando imaginários históricos, os quais, não raro, se traduzem em reações nostálgicas e mitificadas de passados que, mais ou menos distantes, são destituídos de todas as tensões e conflitos sociais.⁴⁰

Artur Ávila destaca o pluralismo historiográfico como forma de contraponto teórico e político ao negacionismo histórico contemporâneo. Nesse aspecto, Ávila analisa a empresa Brasil Paralelo como indiciária de um negacionismo à brasileira em diálogo com a conjuntura de avanço da direita e do conservadorismo⁴¹.

Os Negacionistas elegeram-se como salvadores do passado brasileiro, uma

vez que assumiram para si o “(suposto) sentido divinamente sancionado aos seus intuitos de “resgatar” o passado da mão de seus antagonistas ideológicos”.⁴² Nessa direção, Ávila sistematiza a produção do Canal do Youtube:

Nos seus filmes dedicados aos nossos passados coloniais e imperiais, encontramos alguns velhos tropos decimonônicos, nos quais Lugones puxa Faurisson para dançar uma enviesada valsa freyreana: a conquista providencial e benéfica de um continente virgem, a luta entre a civilização e a natureza selvagem, a fusão das raças em um “povo” mestiço e contente consigo mesmo, o caráter positivo das elites na condução dos destinos do Novo Mundo, o papel civilizador da escravidão, o elogio desmedido aos guerreiros que consolidaram o domínio europeu nos recônditos destas terras, a justificação da guerra justa contra “bárbaros”, a organicidade de uma sociedade em que todos sabiam os seus lugares de antemão, a criação de um espírito “nativista” que antecipa a nação e a deferência às hierarquias sociais, surgidas no ambiente colonial e perdidas com a “modernidade”.⁴³

Ávila, a partir da abordagem sobre a escravidão e a ditadura Civil-militar de 1964, conclui que a narrativa do Brasil Paralelo opera na lógica de uma representação omitida, no qual “engendra versões falseadas através da deleção, da manipulação e da distorção do registro histórico”.⁴⁴ O autor aponta para “os negacionismos” como uma forma de seleção do passado com base na violência e na opressão de diferentes grupos, cujo

negacionismo é, então, um elemento central deste ódio à democracia e das necropolíticas que lhe são inerentes. Ao legitimar a brutalização dos sujeitos pretéritos, seja pela recusa de sua facticidade, seja pela reinvidicação da violência como necessária à preservação da segurança da comunidade de semelhantes, ele avaliza essa mesma brutalização no presente. O apagamento de certas histórias torna-se uma maneira de se organizar a pólis e de se eliminar o excesso que coloca em risco o essencialismo necessário a esses projetos de poder.⁴⁵

O negacionismo histórico, portanto, limita o passado ao presente ao impor visões de história única das experiências do passado coletivo:

as narrativas do Brasil Paralelo, as historiografias do esquecimento aqui criticadas também podem ser compreendidas como um enorme esforço de repressão destas mesmas possibilidades na atualidade. O negacionismo, com suas tentativas de não-inscrição de certos passados em nossa vida pública, limita e cerceia o que podemos considerar como nossos possíveis passados, retirando- -os de cena e empobrecendo nossa imaginação histórica.⁴⁶

Karla Saraiva e Fernando Seffner esforçam-se em evidenciar os usos do passado pela extrema-direita do Brasil e do mundo. Nesse aspecto, detalham como, em diferentes países do mundo (Brasil, França e Estados Unidos), uma narrativa na forma de romance, laudatório e edificante da nação emergiu em detrimento da pesquisa acadêmica e crítica no ensino de história. Os autores realizam uma etnografia dos vídeos produzidos pelo canal Brasil Paralelo, e afirmam que

A narrativa histórica do passado feita pela Brasil Paralelo insiste em apagar a presença dos povos originários na história brasileira, com evidentes reflexos nas lutas contemporâneas. É o caso da afirmação ‘não existe povo indígena, existe apenas povo brasileiro’ que, com variações, aparece em suas produções. Com isso se desautorizam as lutas dos povos originários nos dias de hoje. De modo semelhante, a narrativa histórica da Brasil Paralelo toma a escravidão como uma questão meramente de ordem moral, que parece não ter gerado desigualdades estruturais na sociedade brasileira. Por conta disso, quando as classes dominantes, todas brancas, se deram conta do pecado moral que era a escravidão, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, e com isso a escravidão está resolvida, e o povo negro libertado. Não se enfoca a escravidão como elemento estruturante da economia e da sociedade, que deixou não apenas um legado de desigualdade, mas também mecanismos que atualizam a situação de inferioridade e pobreza da população negra e parda, na forma de um passado que nunca passa.⁴⁷

Além disso, diante da complexidade da temática, interessa-nos a relação entre a história pública e a cultura escolar. Desse modo, Seffner e Saraiva diagnosticam a proposta de educação histórica pública alinhada a projetos conservadores que desautorizam o livro didático e as falas de professores e professoras. Por fim,

os autores inclinam-se a reafirmar a escola como lugar de encontro das diferenças, e, portanto, “há o tensionamento entre o romance nacional linear e glorioso, forçosamente branco e patriarcal, da Brasil Paralelo e a história complexa e múltipla que vem sendo promovida em escolas com uma cultura escolar democrática e aberta à diversidade cultural⁴⁸”. Diante desses cenários de história única e desqualificação do saber docente, passamos a pensar a aula de história como resistência e encontro/negociação das diferenças sociais, políticas e culturais.

A aula como lugar de encontro da diferença

A desqualificação da escola pública, o negacionismo histórico e a crise do ensino de história na educação básica endossam o cenário de limite de “futuros possíveis”. Sendo assim, rompe-se uma cultura histórica construída no pós-1988, na qual o ensino de história voltou-se para a formação da cidadania e sob a ênfase dos direitos conquistados.

Maria Auxiliadora Schmidt explica que a construção disciplinar do ensino de história brasileiro é tributária do modelo de pedagogização no “qual a transposição didática do conhecimento histórico em conhecimento escolar pautou-se, sobretudo, na imposição dos aspectos psicológicos e pedagógicos”.⁴⁹ Desse modo, a proposta afastou-se do método da História e da Filosofia da História; sendo, portanto, a leitura de manuais e memorização de datas e fatos uma prática predominante na aula de história.

Marilene Cainelli situa a constituição do ensino do Brasil para a formação da nação e do endosso da civilização europeia em suas propostas pedagógicas:

que se consolidaria a História nacional que teria como modelo alguns fatos que acabariam por transformar-se referência em torno dos quais todo um conjunto de acontecimentos tornar-se-iam indicativos de conteúdo. O descobrimento do Brasil, a independência, entre outros fatos são vistos dentro desta perspectiva como marcos fundadores da História do Brasil, contada a partir de 1500, quando os europeus aportaram em nosso território. Estes conceitos e marcos temporais, definidos a partir da formação dos estados nacionais acompanharam o ensino de História por vários

anos. O processo de consolidação da disciplina de História nos currículos das escolas brasileiras sempre envolveu uma grande discussão em torno da história pátria. Diante dos objetivos em torno de referendar a constituição de uma nação, a história do Brasil institucionalizou-se enquanto conteúdo escolar como uma história basicamente relacionada a questões políticas.⁵⁰

Porém, a partir da redemocratização dos anos 80, os saberes escolares e as propostas metodológicas foram questionados e redefinidos. Em um complexo movimento de reformulação curricular, a formação do cidadão crítico, o diálogo com as novas temáticas como história das mentalidades, do cotidiano e das mulheres e a noção de alunos como sujeitos do conhecimento respondiam às mudanças da educação pública e da ampliação do acesso ao direito à educação. Cainelli traduz toda essa expectativa, ao afirmar que

Este movimento articulado entre as mudanças historiográficas e o novo pensar metodológico acontecem no ensino de História a partir de discussões que remetem a problemática do ensino reprodutivista nas escolas do ensino fundamental e médio. Isto ocorre no final da década de 1980 do século XX. Conjuntamente com as mudanças políticas no Brasil, há um movimento de reformulação da forma de ensinar História no ensino fundamental. Começa-se a pensar o professor e o aluno como sujeitos do conhecimento e a escola como um espaço de produção de conhecimento e não apenas como um lugar de disseminação de conhecimentos produzidos.⁵¹

A já mencionada crise da democracia brasileira a partir de 2016, os ataques públicos à produção acadêmica e às falas de professores e professoras acenam para o desejo de controle do que se ensina e se esquece sobre o passado da sociedade brasileira. Diante disso, passamos a refletir sobre o significado da aula de história como prática de diálogo e resistência na luta pela democracia.

Como forma prática de resistência a esse cenário, pautamos o diálogo como fundamental na lógica de aula de história em defesa da democracia e da pluralidade de experiências do passado. Paulo Freire defende educação crítica e problematizadora. Nesse sentido, o diálogo surge como fundante de uma prática da

liberdade, já que estabelece a diversidade de opinião e o reconhecimento dos conhecimentos dos educandos nessa relação. A educação emancipadora, podemos assim dizer, rompe com a ideia do educando como depósito de conhecimento, instituindo o respeito e a escuta para a construção de conhecimento e transformação social.⁵²

Freire explicita essa relação de construção com o outro na dialogicidade:

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não, Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.⁵³

Nesse sentido, Terezinha Rios enfatiza que “uma aula não é algo que se dá, mas algo que se faz, ou melhor, que professores e alunos fazem, juntos”⁵⁴. Desse modo, a autora sistematiza o encontro entre professores e alunos, tomados pela diferença e reciprocidade, tensão e afinidades, em que o

O diálogo se faz na diferença. E há, sem dúvida, uma diferença nos papéis de professor e de aluno. O que se quer afastar, na relação entre eles, é a desigualdade, essa sim, instalada a partir de uma perspectiva de dominação, de discriminação. O aluno é outro, diferente de mim. Junto com ele, na igualdade de sujeitos que somos, ambos, construímos algo que tem a ver conosco, mas nos ultrapassa: tem a ver com a escola, com a sociedade, com o mundo.⁵⁵

Rios ainda situa a aula como esse lugar de interação e do corpo a corpo, logo, problematiza a dimensão ética da aula ao ter como fundamento o respeito, a justiça, a solidariedade, e, questiona se “as prática pedagógicas estão criando condições para a construção de uma vida digna e feliz; se as aulas que estamos fazendo constituem espaços de liberdade e autonomia, de ampliação de saber e de sentir, de instalação de diálogo”. Desse modo, ao mobilizar a reflexão ética, o acolhimento, a liberdade e autonomia como uma construção, conclui que, como professor e a professora,

pesquisei para ampliar meu saber, sim, mas também para ampliar a qualidade da partilha que faço desse saber com os alunos. Mais ainda: para que esse nosso saber possa ser construtor de um mundo em que o direito de todos a todos os saberes possa ser plenamente vivenciado. É isso que desejo quando vou fazendo as aulas, quando vou falando – descobrindo, redescobrimo, errando e acertando, rindo e chorando, aprendendo, desaprendendo, reaprendendo, ensinando, “desensinando”, “reensinando”⁵⁶

A aula de história como criação e resistência. Pacievitch et. al delimitam a importância do ensino de história à humanização, já que “as aulas de História podem constituir espaços de resistência comum fazer que pode contribuir para ampliar as possibilidades da vida. Em outras palavras: pensar a resistência como ato criativo”⁵⁷. Nesse sentido, a partir do humanismo de Freire, o colonialismo de Catherine Walsh, da desconstrução da disciplinarização proposta por Foucault e a ecologia dos saberes de Boaventura de Souza Santos, é possível instaurar um passado tomado de multiplicidade, de tensões e (re) existências, pois essas articulações teóricas permitem enxergar outros passados e futuros possíveis:

Resistir, portanto, é criar mundos ainda imprevisíveis. Ressalvadas as significativas diferenças, para Foucault, tal como Freire ou Walsh, resistir é ultrapassar os limites do que nos torna, hoje, sujeitos padronizados por discursos e poderes, que limitam o que se pode ver, falar e ser. Existir, portanto, por fora das normas e por fora do que nos coloniza, é um modo de resistir, como aprendemos com as experiências mapeadas pelos pesquisadores interessados nas epistemologias do Sul.⁵⁸

Ao reafirmar um ensino de história voltado para resistir às perspectivas evolucionistas, lineares, colonialistas e padronizadoras, os autores discorrem que

[...] é por isso que a sala de aula de História e seu currículo se voltam, novamente, à vida e à resistência. Porque, se consideramos a escola como lugar de criação, é ali mesmo o lugar de toda insubordinação: contra os poderes que nos fazem dizer, ver, ouvir por dentro de normas, de padrões e de uma colonialidade que define o modo de existir.⁵⁹

Não obstante a isso, defender a escola como espaço de formação na – e para – relações democráticas assegura a ideia, segundo Seffner, da escola como lugar de alfabetização científica e de relações sociais, ou seja,

Pensando a escola como um espaço público, reforça-se a garantia de que cada um possa expressar suas diferenças e ser respeitado. É na escola que se aprende o valor do respeito pelas garantias constitucionais da liberdade de crença, de consciência e de livre manifestação de ideias. É nela também que aprendemos a diferença entre liberdade de expressão e manifestação de discursos de ódio, que colocam a vida dos outros em risco, em frases do tipo “é melhor um filho morto do que um filho gay”. Estas categorias são pensadas como parte fundamental da organização da sociedade, capazes de garantir o respeito à diferença e a construção de um *modus vivendi* de justiça social. O traço fundamental da noção histórica de *modus vivendi* é a capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem, elemento imprescindível para a efetivação da democracia.⁶⁰

Fernando Seffner (2012) potencializa o diálogo e negociação de posicionamentos na aula de história. Desse modo, o autor sistematiza a aula de história enquanto territorialidade da construção do debate/confronto de posições. Ou seja, a sua formação enquanto sujeito na diversidade de pontos de vista:

A aula de História pode servir para que os alunos explicitem o que sabem – e o que acreditam – em termos políticos, ideológicos, históricos mesmo, e para que coloquem isso em discussão. Não necessariamente para encontrar o que é “certo” ou mais atual em

termos historiográficos, mas para entender dentro de qual tradição histórica cada um se situa.⁶¹

Fernando Seffner ainda levanta a questão crucial nos tempos de reformas curriculares: quais conteúdos selecionar. Nesse sentido, advoga para a importância do conhecimento das culturas juvenis e da formação docente sólida para a construção de uma proposta pedagógica capaz de dialogar com as demandas da juventude. Assim, o autor dimensiona que

Podemos dizer que na aula de História, tanto quanto saber contar as histórias do passado, nós professores queremos que os jovens saibam contar suas próprias histórias, ou seja, saibam fazer a narrativa de seu tempo presente usando categorias e conceitos das ciências humanas que lhes permitam um discurso mais sofisticado, mais narrativo e igualmente analítico. Assim estaremos investindo na formação de um jovem que é produtor de si, que se narra, que não é narrado apenas pelos outros. Com essa sensibilidade, um professor logo percebe que é necessário abandonar a visão dos fatos históricos canônicos como monumento.⁶²

Portanto, a aula de história assume uma dimensão ética e política de encontro dos diferentes pontos de vista, na defesa dos direitos humanos e da formação da consciência cidadã. Refletir sobre a aula de história como lugar de encontro da diferença, representa inserir o ensino de história no compromisso da ampliação das experiências dos estudantes, o que implica tensionar discursos universalizantes e nacionalistas em torno da história do Brasil, que evoca glórias dos grandes heróis da formação da identidade nacional. Assim, evidenciamos a defesa radical da presença de “novos sujeitos, novos temas e novas questões que ajudem não só a produzir a crítica historiográfica, o pensar historicamente, mas também a dar visibilidade a modos de vida, temporalidades e identidades antes destituídas de historicidade e de lugar”.⁶³

Essas histórias – no plural – que reconhecem, refletem e debatem sobre as diferentes experiências coletivas, ampliam as experiências e o pensamento histórico de crianças e jovens. Nilton Pereira ainda situa a dimensão dos afetos,

da corporeidade e marcas que uma aula de história provoca, assim, “a aula de história é um lugar de encontros, onde marcas são produzidas e corpos se afetam constantemente. Afetos tristes, que diminuem a potência de existir cada modo de ser (nós, os estudantes). Afetos alegres, que aumentam nossa força de existir”.⁶⁴

Considerações Finais

Diante do apresentado, como ponto de sistematização das ideias, gostaríamos de situar alguns pontos importantes. O objetivo central dessa escrita foi referenciar as reformas curriculares delineadas na contemporaneidade com base nas tensões políticas e sociais que emergiram no contexto educacional brasileiro. O primeiro ponto mapeou os movimentos de cunho privatista, neoliberal e de fundamentalismo religioso que impactaram efetivamente nos cotidianos das escolas. Sob a bandeira da escola sem partido e da doutrinação, grupos alimentaram o pânico moral de modo a estabelecer o que é a escola, a relação entre família e escola, bem como o que se ensina e se aprende nos espaços formativos.

Após mapear a construção política do discurso de perseguição de doutrinadores, passamos a investigar o negacionismo histórico como parte integrante desse cenário de desqualificação do conhecimento científico, das universidades e da profissão docente. Nesse aspecto, esse regime de historicidade, marcado por narrativas que buscam esquecer os processos traumáticos e de violência da sociedade brasileira, nega o direito à memória e à justiça de certos grupos. Assim, essa narrativa anedótica, linear e gloriosa de cunho patriarcal opera no esquecimento com o intuito de construção de uma identidade única e salvacionista da história brasileira.

Diante desse quadro, em tempos de reconstrução democrática, enfatizamos a aula de história como espaço público de encontro de diferentes pontos de vistas e concepções teóricas, éticas, estéticas e políticas. Assim, diante do assédio de pensamentos uniformes, consideramos a aula de história orientada “pela noção de *modus vivendi*, valorizando nela um elemento fundamental de sua história, que é a disposição para a capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem”⁶⁵. A aula de história endossa a educação para

liberdade e autonomia, no qual a negociação aparece como experiência formativa para a vida em democracia. Sendo assim, colocamos em evidência a diferença, o respeito e a colaboração para a construção de formas de re-existências e expectativas de futuro.

Por isso, o ensino de história alinha-se à educação crítica, emancipatória e para o enfrentamento dos mecanismos de opressão que negam direitos em nosso país. Logo, vislumbra-se um ensino de história com potencialidade para atuação no espaço público. Ou seja, presume-se uma formação cidadã “que chama a responsabilidade com a justiça, com a defesa dos direitos humanos e com a vida no planeta, para que as pessoas possam viver juntas de forma saudável e generosa”.⁶⁶ Portanto, representa a nossa defesa do ensino de história na educação brasileira como forma de reafirmação da liberdade de ensinar, a autonomia docente e o pluralismo de ideias como estruturantes das práticas pedagógicas nos contextos educativos brasileiros. Eis a nossa luta!!!

Notas de fim

1 ABUD, Kátia Maria. Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de história e currículo**: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco editorial, 2017, p. 13

2 Idem.

3 GALLO, SILVIO. Mutações no governo da infância no Brasil contemporâneo. **Zero-A-Seis**, Florianópolis, v. 23, p. 1091-1115, 2021.

4 LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. (Org.). **Coleção História do Tempo Presente**. v. 1. 1ª ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 11-26, p. 11.

5 MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Aulas de História: questões no/do tempo presente. **Educar em Revista**. UFPR, Curitiba, n.58, 2015, p. 165-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/G9f-QxNXnxxf6QFvzx9PFZvB/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

6 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74. 2017, p. 135-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 jan. 2024.

7 ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina J.; MORUZZI, Andrea Braga. Alguns apontamentos: a Quem Interessa A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?. **Debates em Educação**, Ma-

ció, v. 8, n. 16, p. 46-65, 2016, p. 7. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2386>. Acesso em: 10 jan. 2024.

8 BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 7. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

9 BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, maio/ago 2018, p. 143-144. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2020.

10 MARTINS, Maria do Carmo. Paradoxos entre políticas e a construção do coletivo: currículo e a história ensinada. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de história e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco editorial, 2017, p. 47-65, p. 65.

11 MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmWzCdQK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.

12 CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n.4, v.3, p. 86-92. jan/jun. 2016.

13 PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de História. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, [s. l.], v. 26, n. 107, p. 1-22, set. 2018. Disponível em: . Acesso em: 27 fev. 2023.

14 CAIMI, *Op. Cit.*, p. 90-91.

15 SILVA JUNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Bolsonarismo: a neopolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Rev. Elet. Educ.**, São Carlos, v. 14, e4533133, jan. 2020, p. 20. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-71992020000100103. Acesso em 21 abr. 2024.

16 Idem, p. 24.

17 REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. e36709, 2020, p. 09. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>. Acesso em: 28 abr. 2024.

18 Idem.

19 SIQUEIRA DE GUIMARÃES, Rafael.; DE OLIVEIRA, Cléber Rodrigo Braga. “Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4568140, 2020, p. 2. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4568>. Acesso em: 28 abr. 2024.

20 CAMURÇA, M. A. Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista do NUPEM**, Campo Mourão, v. 12, p. 1, p. 82-104, jan./abr. 2020, p. 87. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5597>. Acesso em 26 abr. 2024.

21 Idem, p. 87-88.

22 CAMURÇA, *Op. Cit.*, p. 87.

23 Idem, p. 98

24 ACOSTA, T.; GALLO, S. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e92/1-28, 2020, p. 12. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/43607>. Acesso em: 28 abr. 2024.

25 MARANHÃO FO., Eduardo. M. DE A.; DE FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damare Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente

cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 8 jul. 2019.

26 Idem, p. 99

27 Idem, p. 313.

28 GALLO, Silvio; ACOSTA, Tásio. *Op. Cit.*, p. 17.

29 CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências Da Religião** (ONLINE), Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, Set/ Dez 2017, p. 887 Disponível: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2017v15n47p855>. Acesso em 28 abr. 2024.

30 DE FRANCO, Clarissa. MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Um Estado Terrivelmente Cristão E Privatizador: A opressão à Educação em Direitos Humanos no Governo Bolsonaro. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 60, n. 1, p. 134–155, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/244>. Acesso em: 28 abr. 2024.

31 Idem, p. 152-153.

32 MATTOS, Renan Santos Mattos. As fontes históricas e os tempos de incertezas: em defesa do ensino de história na educação básica. **Aedos**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 136-152, jul.–dez., 2023, p. 141. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/128326>. Acesso em: 28 abr. 2024.

33 PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem partido”**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, v. 1, p. 35-48. PENNA, Fernando Araújo. “Escola Sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Orgs.). **Golpes na História e na Escola**: Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez Editora: ANPUH SP, 2017., v. 1, p. 247-260. PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, BOMFIM, Marcus Leonardo (Org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

34 PENNA, *Op. Cit.*, 2017, p. 40.

35 Ídem, p. 47.

36 Cf. PENNA, Fernando Araújo, “Escola Sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. Cf. PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora.

37 PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 20, n. 3, 2018, p. 577. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 28 abr. 2024.

38 VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, São Paulo, 3 de set. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

39 Idem.

40 Idem.

41 ÁVILA, Arthur Lima. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo. **Revista Brasileira de História**, 2021, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwZbZh4c7C48FS>. Acesso em: 18 set. 2022.

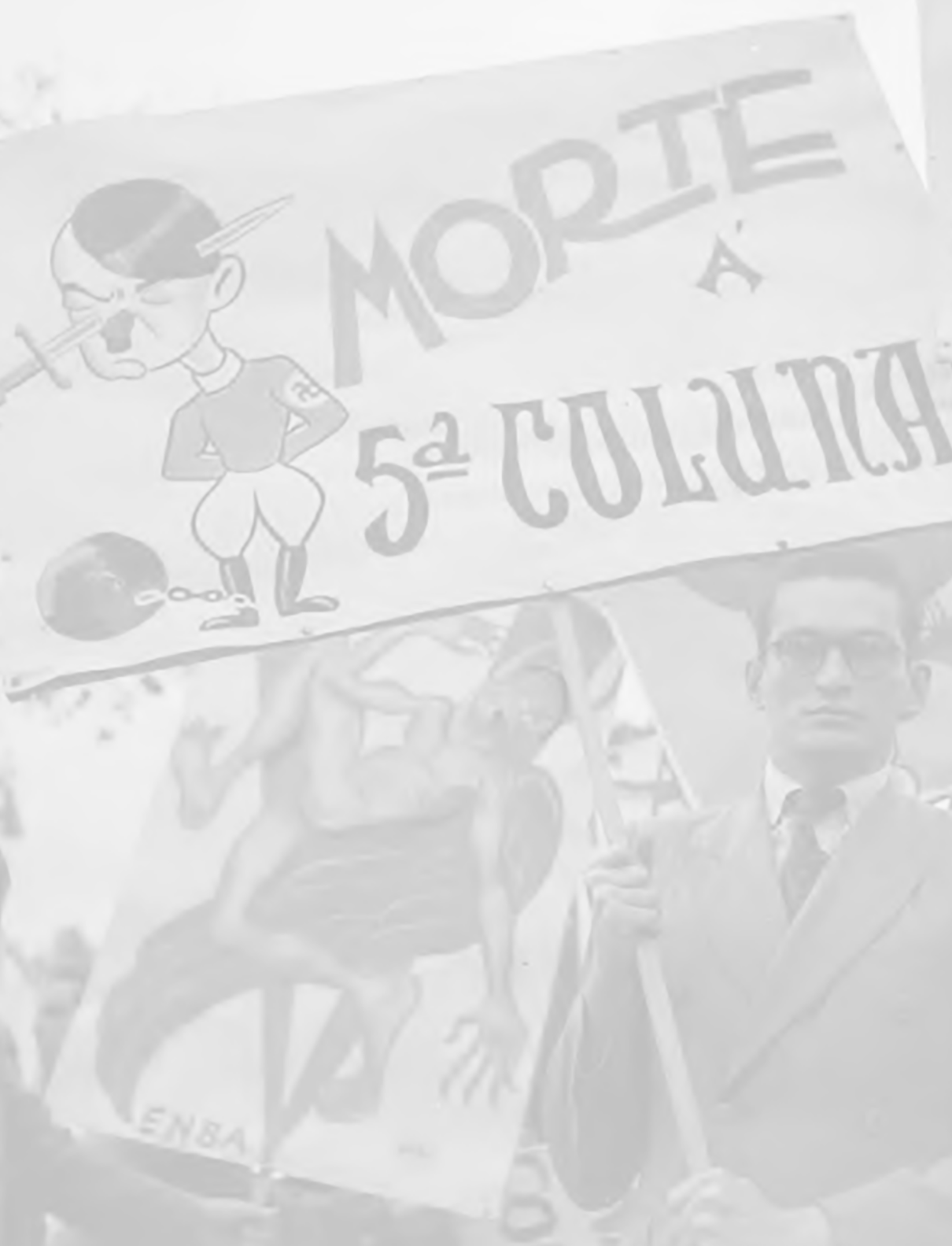
42 ÁVILA, *Op. Cit.*, p. 165.

43 Idem, p. 166.

44 Idem, p. 168.

45 Idem, p. 175.

- 46 Idem, p. 176-177.
- 47 SARAIVA, K.; SEFFNER, F. Ensinar a esquecer – ensino de história e extrema direita. **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, p. e68038, 30 nov. 2023, p. 16. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/68038>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- 48 Idem, p. 15.
- 49 SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 73–91, 2012. p. 79-80. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/24245>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- 50 CAINELLI, Marlene. Escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de história no ensino fundamental. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 163–184, 2012, p. 165. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/7666>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- 51 Idem, 169
- 52 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 53 Idem, 79-80.
- 54 RIOS, Terezinha Azerêdo. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.) **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008, p. 73-93, p. 73.
- 55 Idem, p. 76.
- 56 RIOS, *Op. Cit.*, 2008, p. 93.
- 57 PACIEVITCH, Caroline et al. A vida como ela foi: produzindo resistência nas aulas de história. **E-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1626-1647, out. 2019, p. 1629. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44644>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- 58 Idem, p. 1634.
- 59 Idem, p. 1634.
- 60 SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020, p. 79. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- 61 SEFFNER, Fernando. Comparar a aula de História com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa). **Historia**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 121–134, 2012, p. 127. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2482>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- 62 Idem, p. 129.
- 63 PACIEVITCH et. al., *Op. cit.*, p. 1644.
- 64 PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 122-145, 2023, p. 135. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/1042>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- 65 PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018, p. 29. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/427>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- 66 GIL, Carmen. Z. de V.; CAMARGO, Jonas. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 139–159, 2018, p. 156. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/430>. Acesso em: 28 abr. 2024.



MORTE
A
5ª COLUNA

ENBA

IV

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E OS MOVIMENTOS DE BELO MONTE E DAS CIDADES SANTAS

CRISTINA DALLANORA

No Brasil republicano, os movimentos sociais têm uma história marcada por muita repressão e olhares estereotipados sobre os mesmos, que ficaram registrados nos livros e na consciência nacional. Esse é o caso, por exemplo, dos movimentos de Belo Monte e das Cidades Santas, registrados nos livros de história como Guerra de Canudos (1896-1897) e Guerra do Contestado (1912-1916). Essas denominações designaram as campanhas militares organizadas pelo Exército Brasileiro que liquidaram diferentes projetos de sociedade, respectivamente, nos sertões dos estados da Bahia e de Santa Catarina.¹

Este trabalho apresenta um exercício de reflexão elaborado para a mesa redonda sobre “História Política e Educação: passados e presentes”, do V Simpósio do GT de História Política, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul, em 2023, no Campus Erechim/RS. O objetivo principal foi refletir sobre como o ensino de história e os movimentos sociais estão marcados pela versão da história da repressão do Estado Brasileiro durante a Primeira República. Esse é um tema que atravessa passados e presentes e, por isso, é fundamentalmente um problema de história. Sua articulação está na agenda de pesquisa de estudiosos preocupados com a educação para cidadania e democracia, firmados a partir da

Constituição de 1988 e da implantação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 que, no entanto, está em constante disputa.

Para a reflexão sobre história política e educação, foram considerados três tópicos: primeiro, a participação das forças armadas e do Exército na política, considerando a formação técnico militar e a educação civil na Primeira República; segundo, a violência armada estatizada, que se fez por determinação do Estado Brasileiro sobre Belo Monte e sobre as Cidades Santas; e terceiro, a proeminência da versão da repressão no ensino de história sobre esses movimentos sociais e a força da inventividade popular como alternativa social para o cotidiano dentro e fora da sala de aula.

A participação das forças armadas e do Exército na política, a formação técnico militar e o ensino de história na Primeira República

O período republicano no Brasil foi marcado pelo golpe das forças armadas, mais especificamente do Exército Brasileiro. A participação das forças armadas na política brasileira tem uma longa história. A historiografia sobre 1889, aponta uma série de eventos e características que teriam levado à “Proclamação da República”, quase sem resistência. Uma delas é a “unidade” que os militares teriam apresentado entre o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) e a instauração da República. Porém, a falta de reação dos militares legalistas – leais ao governo central da monarquia -, não se explica por essa unidade imaginada por uma “classe militar”. Foi uma parcela muito específica que impôs o novo regime.²

Essa simplificação da participação das Forças Armadas e do Exército na política serve para destacar que a chamada transição para a República não era consensual entre a maior parte dos oficiais do Exército.³ Essas instituições não são uniformes, possuem dissidências internas, mas as suas decisões que saem de forma unânime, afetam profundamente a nossa sociedade.⁴

A historiografia militar vem chamando a atenção sobre o lugar das forças armadas na nossa sociedade e o seu amplo papel na história brasileira. De um lado, a sua atuação na defesa das fronteiras, de causas como o abolicionismo, republicanismo, defesa da ciência, propostas políticas no combate às oligarquias,

causas modernizadoras, desenvolvimento da economia brasileira, industrialização e seu desenvolvimento, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, produção de energia, redes de comunicações e telecomunicações, entre outros aspectos abordados adiante. O Projeto Rondon⁵ de extensão universitária, vigente nos dias atuais, leva o nome do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial militar que trabalhou nas linhas telegráficas e demarcações de fronteiras no Centro-Norte do país, missão que aglutinou um projeto de nação que incluía a construção da nacionalidade brasileira, com a “integração e civilização do sertão.”⁶

Segundo Celso Castro, essa contribuição técnica durante o início do século XX foi um aspecto importante. Considerando que nesse contexto o sistema educacional civil era ainda precário, as escolas militares forneciam técnicas militares que foram utilizadas no desenvolvimento da indústria civil, por exemplo. O ensino técnico era desenvolvido nos Colégios Militares. O primeiro Colégio Militar foi criado em 1889, no Rio de Janeiro. Posteriormente, foi criado o Colégio Militar de Porto Alegre, em 1912 e do Ceará, em 1919, destinado a seletos oficiais. As escolas de formação de oficiais da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, posteriormente Academia Militar dos Agulhas Negras (AMAN), instituição mais fechada, era integrada pela maioria de oficiais que tinham frequentado anteriormente os Colégios Militares. Isso tem um significado em termos de carreira militar, formada majoritariamente por oficiais que passam sua vida dentro dessa educação militar e poucos entravam por concurso de admissão.⁷

A respeito da questão da centralidade da formação militar, Castro chamou atenção recentemente sobre como a população civil não se define como civil, porque é considerada uma obviedade. Porém, para os militares, definir-se como tal, é importante, pois ser militar é uma identidade. Em termos de educação, a ideia de que a formação militar é boa tem a referência nesses primeiros anos da República, pois formou e treinou técnicos que atuaram no desenvolvimento do país. Mas isso não anula o outro lado da repressão, destaca Castro, e, em nome de uma educação organizada que se construiu permeia o imaginário social sobre a ditadura, sobre os militares, o que justifica uma grande aceitação deles na política. No Brasil, no contexto da COVID-19, o Exército interveio na política declaradamente em vários episódios. Entre eles, quando um militar, Eduardo

Pazuello, assumiu o Ministério da Saúde no auge da pandemia, entre 2020 e 2021, com resultados desastrosos, mostrando que a educação militar esqueceu de estudar como vivem e quem faz parte da sociedade brasileira.

Enquanto já haviam as escolas militares a partir de 1889, o sistema de educação civil foi organizado apenas a partir dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas. Primeiramente, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde (1930) e, em seguida, com a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), também conhecida como Reforma Francisco Campos. Ainda não havia a responsabilidade do Estado em relação ao acesso à educação, firmada apenas na Constituição Federal de 1988, mas estava se construindo e sendo disputada pelo Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932) e, a partir de projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil. O ensino industrial, seria tratado apenas na década seguinte, com as Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas também como Reforma Capanema (1942), envolvendo os ramos do ensino secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário.⁸

No campo político, desde a República, houve diversas intervenções militares, regimes autoritários, estados de sítio, sempre sustentados pelas forças armadas. Em sua análise sobre essas instituições, José Murilo de Carvalho observou que no Império as forças do Exército estavam ligadas principalmente à proteção das fronteiras e ao controle de alguns centros urbanos, enquanto na República houve um aumento no intervencionismo para outras áreas políticas.⁹ Entre elas, a justificativa de combater as oligarquias, os “mandões locais” ou “coronéis”, o que foi denominado posteriormente de coronelismo.

O combate às oligarquias e coronéis justificou a formação de batalhões patrióticos em que civis foram armados pelo Exército. Dessa maneira, justificava-se o papel do Exército como salvacionista da política brasileira, defendendo a imparcialidade dos militares em contraposição aos mandões locais que agiriam por interesse próprio e não da nação.¹⁰ Por sua vez, os batalhões patrióticos eram forças civis armadas por chefias locais atuantes desde a instauração do Governo Provisório, em 15 de novembro de 1889, sob a chefia dos militares de alta patente do Exército, marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Devido aos movimentos de oposição à implantação do novo regime, que contestaram a sua legitimidade constitucional – como a Revolta da Armada (1891) e a Revolução

Federalista (1893-1895) -, começava a existir os “cidadãos armados” que, agrupados em batalhões, se proliferaram ao longo da Primeira República.¹¹

Nesse contexto, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por disputas de poder entre os estados e o governo central. Foi também um período de redefinição das relações de autoridade entre os grupos locais, com embates, disputas e tensões internas. No Sul do Brasil, os conflitos da Revolução Federalista e Guerra do Contestado, angariaram “uma onda nacionalista de pertença e de integração social e territorial no estado, também fazia emergir igualmente outras inquietações consoantes a tal processo.”¹²

Essa intervenção do Exército Brasileiro em outras áreas políticas para sustentar o novo regime impactou a disseminação do poder armado. Nesse outro lado, as intervenções militares são marcadas pelo autoritarismo e violência, não apenas contra as oligarquias, mas contra as populações sertanejas, que buscavam alternativas de vida diante das transformações advindas com o regime republicano. Os movimentos de Belo Monte e das Cidades Santas são exemplos dessa violência estatizada, – que entram para o senso comum e para os livros didáticos e acadêmicos com a designação que as forças repressoras os atribuíram: Guerra de Canudos e Guerra do Contestado. Consequentemente, formou-se uma historiografia mais ampla e consolidada sobre as guerras contra as populações sertanejas e, outra, mais incipiente sobre as experiências de vida, e organização de Belo Monte e das Cidades Santas, aspecto que será retomado no último tópico.

O período republicano é marcado por um contexto de construção da nacionalidade brasileira, com a “integração e civilização do sertão”. As histórias dos conflitos e das guerras, vão sendo registradas pelos memorialistas, pela imprensa, e também nos textos e livros didáticos. Estes últimos são caracterizados, entre outros aspectos, por constituírem importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Cristiani Bereta da Silva vem destacando várias pesquisas que demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizam temas como família, criança, e forjam uma unidade étnica de acordo com os preceitos da sociedade branca, europeia e urbana.

Segundo a autora, os livros desse período de História do Brasil, não tinham conteúdo sobre o Contestado, mas em nível estadual, já havia alguma coisa pu-

blicada.¹³ O primeiro livro didático de Santa Catarina, produzido em 1920, oficial e financiado pelo governo, denomina-se “Pequena história catarinense”. Nele, consta um capítulo no final na parte sobre a administração republicana, com um tópico sobre os “fanáticos” e “facínoras”, mesma designação empregada anteriormente aos sertanejos de Belo Monte. A partir de 1940, o Contestado ganha um apêndice na história nacional, no livro de Rocha Pombo de História do Brasil. Mas no texto didático, não se questiona a decisão do Exército de promover o ataque ou mesmo a “defesa” dos princípios do Governo contra a população sertaneja.

O ensino civil foi organizado durante a Era Vargas. Os programas de ensino de História ganham maior preocupação junto aos interesses do Estado que buscavam se conjugar com a Educação na formação da identidade nacional.¹⁴ Continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo a compreender a continuidade histórica do povo brasileiro, compreensão esta que seria a base do patriotismo.¹⁵ O programa de 1931 deixava explícita a visão dos legisladores para a disciplina de história e os objetivos do ensino para o Estado, pois reconheciam acerca da “formação da consciência social do aluno, é nos estudos de História que mais eficazmente se realiza a educação política, baseada na clara compreensão das necessidades de ordem coletiva e no conhecimento das origens, dos caracteres e da estrutura das atuais instituições políticas e administrativas.”¹⁶ O ensino de história do Brasil deveria responder ao projeto de nação e o conhecimento das “origens”, era ligado ao ideal de civilização eurocêntrica.

Nessa sessão apresentou-se mais extensamente sobre a participação do Exército na política, em que essa atuação se baseia e como os civis eram incorporados a partir da ideia dos “cidadãos armados” para salvaguardar a política brasileira. Procurou-se situar o ensino técnico-militar, o ensino civil e o ensino de história como parte das políticas de Educação de Estado da Primeira República.

A violência armada estatizada, que se fez por determinação do Estado Brasileiro sobre Canudos e sobre o Contestado

Uma das questões compartilhadas por estudiosos desses movimentos sociais tem sido: por que a versão da repressão se sobressai na história e no ensino de história dos movimentos de Canudos e do Contestado? Segundo Pedro Lima Vasconcellos, havia um conjunto de valores hegemônicos que entraram na base das ações que violentaram o mundo rural.¹⁷ Saía da justificativa de combater as oligarquias e os coronéis, havendo inúmeras explicações que devem ser contextuais. Os movimentos de Belo Monte e das Cidades Santas estavam separados principalmente pela distância geográfica e com quinze anos de diferença. Mas para as forças do Exército, essa distância podia ser menor do que quando lemos nos livros que divulgaram a sua história.

A pequena vila de Canudos estava situada às margens de um rio, o Vaz-barri, no nordeste do sertão baiano, habitada por aproximadamente duzentos e cinquenta moradores. Em 1893, apenas quatro anos desde a instauração da República, Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antonio Conselheiro, havia se estabelecido na vila, quando no final do mesmo ano, o número de moradores teria chegado a mil pessoas. Peregrino convicto, Conselheiro cultivava uma vida itinerante na companhia de pessoas que o acompanhavam. Por volta de 1885, havia trabalhado na construção de igrejas, cemitérios e açudes na vila de Canudos. Mas voltou a se estabelecer na vila em 1893, devido às ofensas do governo estadual contra ele.¹⁸

Além das ofensas pessoais, o motivo que o levava para Canudos ligava-se ao fato do governo republicano ter autorizado a criação de novos impostos municipais, alguns deles incidiam sobre a parcela mais carente da população. Em defesa dessas pessoas, Conselheiro agiu sustentando-as na disposição de não pagar tais tributos. A partir de então, a força da repressão foi usada contra ele, que deixou a vida itinerante e se deslocou para a antiga vila de Canudos. Recebido com festa, Conselheiro chegou com seu séquito, formado por algumas dezenas de pessoas, ali se instalou e rebatizou o local com o nome de Belo Monte. Em torno de Belo Monte, foi aumentando o número de moradores e, de outro lado, os poderosos

da região começaram a se sentir incomodados. Até se tornar um problema de dimensões nacionais e mesmo internacionais.¹⁹

A denominação Belo Monte, portanto, está ligada à resistência do povoado frente às adversidades provindas com o regime republicano, entre eles a incidência de impostos sobre a população sertaneja que dificilmente teria dinheiro para cumprir tal determinação e logo teriam que abandonar suas terras. Por isso, a documentação sobre o conflito, registra Canudos, para apagar a criação de Belo Monte.

A guerra contra o Belo Monte, ocorreu durante o primeiro governo civil de Prudente de Moraes, que agiu pressionado por políticos e militares “florianistas”, que eram contra a monarquia, que estavam no poder até então e ainda exerciam forte influência política. Entre fins de 1896 e 1897, ano em que a guerra aconteceu, havia uma disputa entre grupos políticos diferentes, e nesse contexto, Belo Monte foi apresentado como um centro de uma conspiração para a restauração da monarquia. Os florianistas exigiam a liquidação dos monarquistas e a repressão levou ao fechamento de jornais, execução de “líderes monarquistas”, ao longo de quatro expedições militares de extrema violência para a destruição do povoado. Com o fim da guerra, estava evidente que a conspiração monarquista de Belo Monte era uma farsa e os setores da linha dura do exército foram colocados a escanteio. A política nacional ficou sob o domínio da burguesia cafeeira paulista, e se deu o início da chamada república café-com-leite, a política dos coronéis.

A consolidação do governo civil, no entanto, não intimidava a força da repressão do Exército a outros movimentos que pudessem ser associados aos monarquistas ou aos liberais, que compunham em maior parte os partidos do período imperial ao contrário dos republicanos conservadores, que eram em menor número e se sustentavam à base da força militar.

No Sul do Brasil, a repressão governista pôs fim ao movimento do “Canudinho de Lages”, em 1896, no povoado de Entre-Rios, no planalto catarinense, que abrigava entre sua população sertaneja, devotos do monge João Maria e lideranças federalistas.²⁰ Os insucessos do Exército contra Belo Monte não intimidaram a volta da repressão sobre o povoado de Entre-Rios, no município de Lages/SC, sob o pretexto de salvaguardar os interesses políticos. Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul, na época, tinha medo de uma intervenção do

Uruguai (dos liberais federalistas refugiados em Santa Catarina se unirem aos uruguaiois de Corrientes e Santa Fé), que tinham um projeto político diferente do que os republicanos-conservadores queriam para a República. Esse episódio pouco mencionado na historiografia foi analisado por Paulo Pinheiro Machado que percebeu que o conflito estava ligado a um contexto mais amplo da política macrorregional, que associava os processos políticos do estado oriental do Uruguai ao Planalto catarinense. O fim da guerra civil no Uruguai, concluída com a vitória dos colorados, que foram apoiados pelos federalistas, acarretou um isolamento político do governo de Júlio de Castilhos. Este, sob o pretexto de que poderia haver uma invasão federalista a partir da fronteira oriental, o que não era impossível, enviou forças republicanas (pica-paus), que dizimaram o povoado.²¹ Assim, por conta de uma política macro, o movimento do Canudinho foi atacado.

O ataque ao povoado de Entre-Rios não se deu contra a população em si, mas para marcar território que envolvia a ameaça do Uruguai, destaca Machado. O governo republicano imposto, buscava garantias da sua manutenção por meio da repressão de um movimento popular que acolhia alguns refugiados federalistas e que se somando às forças vindas do Uruguai, derrotariam os republicanos do governo. Nesse sentido, o contexto macropolítico ajuda a entender os acontecimentos e a reação excessivamente contra o povoado.²² O “Canudinho” em Santa Catarina, foi um movimento que não entrou para os textos dos livros didáticos, mas que através dele conhecemos muito sobre a história política nacional e catarinense e, principalmente, a atuação da repressão com fins políticos.

Em meios às repressões no nordeste do sertão da Bahia e do planalto de Lages e tantas outras que ocorreram no início da República, no campo e na cidade, estava se intensificando a preocupação com a modernização e profissionalização do exército, que repercutiu em um aumento das forças repressoras do Estado Brasileiro. A participação do Exército na política se verifica, posteriormente, no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), marcado pela “política das salvas” contra os setores oligárquicos dominantes em estados com oligarquias oposicionistas e pela efetiva campanha pela modernização e profissionalização do Exército Brasileiro. Nesse período, houve uma grande ofensiva militar no Contestado.

Além da ideia do “cidadão armado”, difundiu-se a participação de forças civis auxiliares de milicianos-vaqueanos junto ao Exército nas repressões aos movimentos que eram associados como contrários à república. Os vaqueanos eram, civis que não tinham frequentado as academias militares e prestaram serviços ao Exército durante a guerra.

A guerra do Contestado foi um conflito social que ocorreu em parte dos territórios disputados entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, entre 1912 e 1916. A disputa de fronteiras envolvia o território a oeste do Rio do Peixe, que incluía os Campos de Palmas, que a Província do Paraná considerava seu território. O estado catarinense obteve decisões favoráveis na justiça e, por sua vez, o governo paranaense não aceitava a perda de um território rico em erva-mate, madeira e uma bacia hidrográfica favorável ao escoamento da produção para o Prata. Em 1912, sob o pretexto de que a presença de caboclos seguidores do Monge José Maria era uma estratégia dos catarinenses de ocupação do território contestado, as forças catarinenses atacaram o povoado do Irani, ao sul dos Campos de Palmas.²³ Nesse conflito, conhecido como Batalha do Banhado Grande do Irani, morreram soldados, civis, o monge José Maria e o comandante das forças do Paraná responsável pela operação, João Gualberto.

Apesar do ataque ao povoado do Irani ter ocorrido em terras em disputa, a maior parte do movimento sertanejo ocorreu em território não contestado, que se desenrolou defensivamente, até meados de 1914, quando os sertanejos se rebelaram contra as forças oficiais. É um conflito diversificado, com muitos anos de duração, com diferentes fases e contextos, ocorrido num amplo território de mais de 80 mil km².²⁴ Entre os motivos da eclosão da guerra são apontados os problemas de terras na região como a concentração fundiária, o avanço da fronteira agrícola o processo de colonização com (i)migrantes europeus que não incluía a população nacional que já habitava a região; e a expropriação de milhares de posseiros pelo impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ao longo dos rios do Peixe e Iguçu.

O movimento emergiu da reunião de fiéis em torno de José Maria, curandeiro chamado pela população do planalto catarinense de monge, morto na batalha do Irani, em 1912. Um ano depois, novos fiéis se reuniram em Taquaruçu na expectativa do retorno do monge, que regressaria acompanhado do “Exército

Encantado de São Sebastião”. O movimento passou a agregar pessoas com interesses diversos.

Contrariados com a indefinição de limites e presença da população nacional e habitantes mais antigos da região contrários aos interesses dos estados na região, em agosto de 1914, os presidentes do Paraná e de Santa Catarina, junto ao Exército planejaram uma grande operação de guerra no Sul do Brasil. Sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho, a Campanha do Contestado serviu como laboratório para o projeto de modernização do Exército brasileiro.²⁵ Mas os sertanejos se rebelaram contra as forças opressoras; tinham clareza quanto às forças com as quais estavam lutando e seus principais alvos foram os chefes políticos locais, os grandes fazendeiros e comerciantes, os especuladores de terras e os interesses estrangeiros na região.²⁶

Ao nomear o general Setembrino de Carvalho para liderar a Campanha Militar contra os sertanejos, entre 1914 e 1915, o Marechal Hermes colocou à sua disposição todo armamento necessário para pôr fim ao movimento, neutralizar as disputas políticas da região e restaurar a imagem do Exército, devido às experiências negativas anteriores de Canudos e Juazeiro.²⁷ Do ponto de vista bélico, houve um grande esforço de levar para o *front* os mais avançados recursos disponíveis, sendo que em grande medida esse objetivo se realizou. Além disso, para vencer a guerra, o Exército decidiu pela contratação de civis para formar pequenos grupos armados para desarticular as Cidades Santas, denominados pelos militares de “redutos”, nos quais estava reunida a população sertaneja. A atuação do general Setembrino, no entanto, desfaz a idealização pregada em relação à profissionalização dos soldados, ao contratar aproximadamente mil vaqueanos. Esse número, comparado ao montante do efetivo do Exército, de cerca de sete mil homens, pode parecer ínfimo; entretanto, na prática, os vaqueanos eram quem melhor conheciam a região.

No campo da política brasileira que se colocava pelos militares no poder, se difundiu e se organizaram os batalhões patrióticos que se proliferaram ao longo da Primeira República. Posteriormente, em torno da profissionalização do Exército, foi consolidando uma identidade militar que se construiu em oposição à identidade civil, articulando características de qualidade aos militares em contraposição aos civis. Muitos oficiais, dentro das forças armadas, defendem

que somente militares deveriam participar dos combates devido a sua formação militar, enquanto civis poderiam estar sujeitos às forças locais e fugir do controle dos comandos quando conviesse. Essa estratégia de contratar, recrutar civis-vaqueanos fazia parte de uma política das forças armadas, mas não era compactuada por todos os oficiais.²⁸

Apesar das dissidências internas acerca da participação de civis nos conflitos armados, para interesses da atuação militar, a designação Guerra do Contestado se justifica – pois foi essa a denominação dada à Campanha militar para combater os sertanejos rebeldes.²⁹ Assim como o Exército denominava Campanha Militar de Canudos a repressão contra Belo Monte. Embora haja a proeminência da versão da repressão no ensino de história sobre esses movimentos sociais, estudos recentes vêm explorando outros aspectos dos movimentos, a força da inventividade popular como alternativa social para o cotidiano dentro e fora da sala de aula.

*Belo Monte e Cidades Santas como fenômeno de vida:
apontamentos para o ensino dos movimentos sociais em sala de aula*

Os movimentos de Belo Monte e das Cidades Santas são exemplos da violência do Estado contra a população civil rural que entraram para o senso comum e para os livros didáticos e acadêmicos com a designação que as forças repressoras os atribuíram: a experiência de Belo Monte ficou restringida à Guerra de Canudos e experiência das Cidades Santas à Guerra do Contestado. Não apenas entraram para os anais da história como as forças repressoras os denominaram, mas suas histórias foram se reatualizando com a intenção de produzir uma memória memorável à ação do Estado sobre determinados sujeitos.³⁰ São inúmeros oficiais militares que ascenderam de cargo depois dos conflitos e, posteriormente, continuam a ser homenageados.

Se por um lado foi muito divulgada a versão da repressão a estes movimentos, desconsiderando as motivações, modos de pensar e agir da população sertaneja, por outro, construiu-se certa condescendência aos atingidos e massacrados cristalizando uma imagem de vitimizados, quando não transformados

em “heróis”, mas sem nenhuma problematização ou responsabilização da ação do Estado sobre o emprego de extrema violência sobre eles.

Formou-se uma historiografia mais ampla e consolidada sobre as guerras de Canudos e Contestado e, outra, mais incipiente sobre as experiências de vida, e organização de Belo Monte e das Cidades Santas. Em parte, isso se explica pelas intencionalidades educativas que fundamentaram os documentos das políticas públicas, entre quais os livros didáticos, nos diferentes contextos desde o desenrolar dos movimentos. Abordagens posteriores, da década de 1960, elaboradas a partir de pesquisas científicas, na tentativa de construir uma interpretação sobre as populações envolvidas nos conflitos, acabaram por desconsiderar suas estratégias e projetos de sociedade.

Em “O Contestado em sala de aula”, Machado entusiasma o seu estudo a partir da agência da população sertaneja; alertando para o descompasso entre a produção acadêmica e o conhecimento da sociedade sobre o tema e, principalmente, sobre a importância de criar novas conexões, procurando uma mútua inteligibilidade entre o passado e o presente.

As experiências de Belo Monte e do Contestado podem ser estudadas como movimentos sociais de contestação da República. Machado e Vasconcelos, vem destacando a pouca atenção que se tem dado à criatividade das populações pobres de inventar uma sociedade diferente diante das adversidades trazidas pela República, que envolvia o regime das leis, das instituições jurídicas e administrativas, da impessoalidade e de uma maior cidadania, mas que na prática, significava o aumento de impostos, proibição das práticas costumeiras de comércio, guerras, aumento dos poderosos, expulsão das terras, etc.

A agência da população sertaneja foi em grande medida invisibilizada pelo messianismo, que se impôs na academia como categoria de análise e de interpretação do que seria a mensagem religiosa que, no caso do Belo Monte, seu líder comunicava àquela comunidade e no caso do Contestado. Vasconcelos rebate o aspecto crucial da perspectiva euclidiana, de tomar o povo de Belo Monte e o seu Conselheiro como “insanos” e “degenerados”, acometidos pelo fanatismo religioso e pela loucura coletiva. Isto é fundamental, para que o movimento seja entendido a partir das circunstâncias sociais que caracterizavam aquele contexto.³¹ Entre elas, a presença de ex-escravizados, refugiados da seca, com vivências

anteriores de protestos contra abusos e maus tratos de senhores e coronéis, que se contrariavam ao trabalho precarizado dos fazendeiros e políticos da região e por isso, tornaram-se um incômodo aos olhos oficiais.³²

Machado enfatiza que os sertanejos do Contestado não podem ser apresentados como “fanáticos”, “irracionais” ou “loucos”, mas sim como pessoas normais que lutavam pelo que acreditavam com os instrumentos culturais que tinham dentro de suas experiências e heranças; que “imagens e linguagens ligadas a uma “Santa Religião” e a um processo de renovação e recriação de sociedade são muito mais a realização de um projeto de liberdade que uma simples expressão de um discurso religioso.”³³

Dialogando com a literatura anterior ao seu estudo, que explicava o messianismo pela perda de identidade dos caboclos diante do processo de transformações sociais políticas e econômicas, Machado demonstrou uma racionalidade complexa das lideranças do Contestado, cujas origens e motivações eram diversas, mas que foram propagadas pela imprensa e boa parte da historiografia militar (e subsequente) pejorativamente como “fanáticos” e contra o “progresso”.³⁴ Identificou problemas e reivindicações dos sertanejos em seus contextos específicos dentro da área onde se desenrolou o movimento, tais como a deposição política de coronéis da região, a resolução do litígio de limites territoriais favorável à Santa Catarina, o deslocamento da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, madeireira e colonizadora de terra multinacional instalada na região, a punição dos crimes cometidos contra mulheres e crianças mortas em ações militares, a distribuição e o reconhecimento de título de propriedade de terras aos sertanejos e a deposição do presidente da República, Hermes da Fonseca.³⁵

Sobre o descompasso entre a produção acadêmica e o conhecimento da sociedade sobre o tema, Machado observou que a Guerra do Contestado possui uma extensa produção que vai desde autodidatas até os meios acadêmicos, que, nesse caso, não é absorvida pelos bancos escolares, mas sim acaba sendo propagada pela reprodução de mitos historiográficos.³⁶ O mesmo foi observado por Vasconcelos sobre a Guerra de Canudos. Se por um lado “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha imortalizou Canudos, por outro, imortalizou seus mitos, pois o mesmo autor, mudou sua versão da história entre as reportagens que produziu para o jornal *Estadão* ao calor do movimento e a produção do livro. Como outras

áreas de avanço do conhecimento historiográfico, há um descompasso entre a produção acadêmica e o domínio da sociedade sobre este tema. Esse descompasso ocorre nas políticas públicas de memória e no ensino de História predominante nas redes de Ensino Fundamental e hoje – de estruturas sociais, econômicas e culturais excludentes, de meios de reprodução de desigualdades.

As políticas de memória muitas vezes reatualizam a versão da repressão com tentativas de fixar monumentos aos representantes militares envolvidos no conflito. Exemplo disso no Contestado, foi a tentativa de erguer uma estátua do Coronel João Gualberto no Irani em 2012. Ferrenho defensor do Paraná na questão de limites e comandante das tropas paranaenses na Batalha do Banhado Grande, considerada o estopim para o movimento do Contestado, o coronel teve seu monumento impedido pela população que rememora o local do combate com o monumento “Mãos de Cimento” de José Maria e do cemitério dos caboclos liquidados ao lado do atual museu da cidade.³⁷

Por isso é importante criar novas conexões, procurando uma mútua inteligibilidade entre o passado e o presente, refletindo sobre a permanência – nos dias de hoje, dos mecanismos de reprodução não apenas das versões oficiais da repressão, mas das desigualdades sociais. Enquanto projeto de vida, as Cidades Santas do Contestado significavam a busca da construção de uma sociedade baseada na igualdade e na solidariedade, apesar das adversidades no contexto em que viviam.

Os estudos de Belo Monte e das Cidades Santas como projetos de vida, no entanto, não são opostas à história da repressão e violência perpetradas pelo Estado contra seus movimentos. Mas sim estão articuladas em inúmeros aspectos, entre o local, o nacional e até mesmo internacional. Inúmeras associações eram divulgadas na imprensa no período da guerra do Contestado associando o conflito em Santa Catarina ao de Canudos. Entre eles, a imagem do Contestado como semente de Canudos; movimentos com projetos políticos diferentes do oficial vistos com desconfiança, taxados de bandidos que justificava ação da repressão; a referência aos grupos de fiéis em torno de Conselheiro e José Maria como forma de aterrorizar a população. A narrativa que justificou as forças repressoras, no entanto, só pode ser contrariada a partir do estudo dos movimentos, pelos elementos intrínsecos aos seus projetos de sociedade que confrontavam o poder vigente.³⁸

A versão oficial da história da República não nomeia Belo Monte, por isso a documentação toda registrou a Guerra de Canudos. Para Vasconcelos, Belo Monte é emblemático na história brasileira, ao mostrar que o projeto republicano instalado em 1889 foi um processo conduzido pelas elites que, preocupadas com alguma mudança efetiva que pudesse acontecer na estrutura sociopolítica, por conta da abolição da escravidão, perpetrar um golpe e fizeram anunciar, “proclamar” a República. Assim, “Belo Monte é o nome do arraial que o Conselheiro lidera; Belo Monte é a expressão dessa busca e a criação de uma alternativa efetiva para essa gente pobre e miserável do sertão. Gente que quase instantaneamente fará com que o vilarejo aumente de tamanho e comece a incomodar os poderosos da região.”³⁹

A Guerra do Contestado, conforme Rogério Rosa, é justificada pela existência de uma atividade de repressão aos rebeldes com ações e campanhas desenvolvidas em etapas consecutivas, ordenadas pelo poder político estadual e nacional da época, uma ação conjunta, mas nem sempre harmoniosa, entre o que denominávamos hoje de polícias militares, exército e vaqueanos.⁴⁰ Mas o autor adverte que marca, sobremaneira, o estudo do Contestado como fenômeno de guerra.

O movimento do Contestado e as Cidades Santas enquanto projetos de sociedade vem sendo desenvolvido no campo do ensino e da divulgação histórica em pesquisas recentes que vem produzindo e desenvolvendo materiais inéditos visando contribuir para a construção de uma consciência histórica que reconheça a pertinência social e política do movimento para o desenvolvimento da história do Brasil.⁴¹ Em publicação recente sobre o Contestado, foi dedicado uma unidade ao tema “Cidades Santas: memórias, usos e apropriações.” Os minicapítulos problematizam e exploram o Contestado nos museus; na literatura oral, na música, na pintura e até mesmo nas *fake news*. Outra unidade, reúne vivências de autores que levaram ao estudo do Contestado, no teatro, na pesquisa, no cinema e na autobiografia. Em outra publicação, destaca-se uma unidade sobre as práticas pedagógicas e experiências de ensino e produção de arte no e sobre o Contestado, de professores que atuam nas escolas em lugares que se desenrolou o movimento, mostrando a potencialidade de desenvolver o ensino sobre o movimento do Contestado entre as populações do território do conflito.⁴²

Notas de fim

- 1 Essas questões foram discutidas no VII Simpósio Nacional sobre o Contestado: Memória, Educação e conflitos sociorreligiosos no Brasil, realizado em Canoinhas/SC, em novembro de 2022, especialmente pelos professores Paulo Pinheiro Machado, Pedro Lima Vasconcelos, Cristiani Bereta da Silva e Rogério Rosa Rodrigues.
- 2 CASTRO, Celso. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 9.
- 3 Entre os motivos que levaram a exaltação de uma parcela das forças armadas à instauração da República, são apontados a participação do Exército na Guerra do Paraguai, militares influenciados por ideologias radicais, o movimento abolicionista e a chamada questão militar. CASTRO, 1995.
- 4 Para um levantamento da historiografia sobre as Forças Armadas e do Exército, cf.: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- 5 O Projeto Rondon foi organizado durante a ditadura militar e está vigente atualmente, levando estudantes voluntários às comunidades carentes e isoladas do interior do Brasil. É uma ação interministerial de cunho político e estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional. Guia do Rondonista, disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/downloads/guias-e-manuais/guia-do-rondonista_impressao.pdf. Acesso em 15/12/2023.
- 6 O general Rondon é responsável por uma das primeiras políticas indigenistas para o Brasil, criando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Trabalhou nas linhas telegráficas e demarcações de fronteiras no Centro-Norte do país, e, após 1925, Rondon seguiu em viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda em funcionamento e dedicou-se aos estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá. Disponível em DHBB-CPDOC. Acesso em 15/12/2023.
- 7 CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 3ª ed. rev., 2021.
- 8 ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. 8ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 153-165.
- 9 CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- 10 RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande Sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. P. 315-16.
- 11 CARONE, E.. **A República Velha**: evolução política. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 145-154; FAUSTO, B. et al. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, t. 3. cap. 1, p. 33 e 50; CARVALHO, J. M de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- 12 SILVA, C. B. DA. Nação, região e a unidade nacional uma leitura baseada em dois livros didáticos de história publicados na Primeira República. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 57, p. 349–374, abr. 2014. p. 366.
- 13 *Ibid.*, p. 364.
- 14 ABUD, K. M. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p. 103–114, 1998.
- 15 Na década de 1930, os estudos históricos estavam restritos às cadeiras de História Universal e História do Brasil, posteriormente integrados à disciplina de História da Civilização, organizada para a 1ª a 5ª série do curso fundamental. A História do Brasil era um apêndice da História da Civilização [História Geral], alterada com a reforma Capanema, em 1942, que se iniciava com a formação de Portugal e os Grandes Descobrimientos que incluíam o Brasil no processo civilizatório. Nas instruções metodológicas, destacava-se a importância da História como instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. ABUD. P. Op. Cit.

- 16 HOLLANDA, G. de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro. 1931-1956. p. 18. apud ABUD. P. Op. Cit.
- 17 Pedro Lima Vasconcellos começou a estudar a experiência de Belo Monte há cerca de vinte anos e lançou uma sucessão de livros sobre o assunto, entre eles “Antonio Conselheiro por ele mesmo” (São Paulo: É Realizações, 2017); Canudos: de Antonio Conselheiro a Lula da Silva, Kotter Editorial, 2020.
- 18 VASCONCELLOS, P. L. **Canudos**: de Antonio Conselheiro a Lula da Silva, Kotter Editorial, 2020. p. 7.
- 19 Ibid. p. 7-8.
- 20 MACHADO, Paulo. Pinheiro. O conflito do Canudinho de Lages (1897). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 65-78, 2008.
- 21 MACHADO, 2008, p. 75-76.
- 22 Desde o início da Primeira República, o Rio Grande do Sul foi governado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, composto por republicanos *pica-paus* liderados por Júlio de Castilhos. A oposição era composta por adeptos do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, liderada por Gaspar Silveira Martins, cujos membros eram denominados federalistas ou *maragatos*. O acirramento entre as diferentes facções levou à deflagração da Revolução Federalista (1893-1895), guerra civil que envolveu as forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada (1891), que se aliaram aos federalistas, dirigidos por Gumercindo Aparício Saraiva, contra a perseguição republicana comandada pelo general Lima e pelo senador Pinheiro Machado.
- 23 Entende-se por caboclo o sentido atribuído “pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”, empregado por Machado (Op. Cit., 2012, 116/152). A sua principal característica “é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores, agregados ou peões que vivem em uma economia de subsistência e, no Planalto Catarinense, são devotos de São João Maria”.
- 24 MACHADO, P. P. Apresentação: A aventura e a tragédia do Contestado. In.: RODRIGUES, R. R., MACHADO, P. P., et all. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. Paulo Pinheiro Machado vem estudando a experiência das cidades santas do Contestado há mais de vinte anos sobre o tema tem publicado extensa bibliografia.
- 25 RODRIGUES, 2008. p. 66, 270.
- 26 MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1923-1916). Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 34.
- 27 RODRIGUES, 2008. p. 33.
- 28 Ibid.
- 29 Idem. Guerra contra a nação rural e rebelde brasileira: o caso do Contestado. RODRIGUES; MACHADO, 2023. p. 184.
- 30 MACHADO, P. P. Apropriações do Contestado: de assunto maldito à ícone identitário. In.: RODRIGUES, R. R., MACHADO, P. P., et all. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.
- 31 VASCONCELLOS, op. Cit., p. 26.
- 32 Ibid., p. 32.
- 33 MACHADO, P. P. O Contestado na sala de aula. **Revista Cadernos do Ceom**. Chapecó (SC), v. 30, n. 46. P. 73-80 Jun;2017. p. 77.
- 34 MACHADO, 2004. p. 34.
- 35 RODRIGUES, R. R. Guerra do Contestado. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/guerra-do-contestado>. Acesso em 15/02/2024.
- 36 MACHADO, 2017. Cf também MACHADO; RODRIGUES. “É verdade esse biletê”: fake news no Contestado. In.: RODRIGUES, R. R., MACHADO, P. P., et all. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 439-452.

- 37 A carta do Irani em que consta a reprovação da sociedade sobre tal tentativa, está disponível no site do município: <https://irani.sc.gov.br/noticia-227281/> Acesso em 25/05/2024.
- 38 RODRIGUES, R. R. Um espectro ronda os sertões: Contestado e Canudos e o trem da história. **História e Culturas**, v. 1, p. 22-31, 2013.
- 39 VASCONCELLOS, op. Cit., p. 7.
- 40 RODRIGUES, R. R.. Guerra contra a nação rural e rebelde brasileira. In.: RODRIGUES, R. R., MACHADO, P. P., et all. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023, p. 184.
- 41 Como por exemplo os trabalhos desenvolvidos no âmbito do ProfHistória da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC, do Grupo de Pesquisa Estação Contestado e do Grupo de Pesquisa sobre o Movimento do Contestado (GIMC).
- 42 A exemplos dos artigos dos professores Arthur Luiz Peixer e Hellen Heine Barreto Ferreira, intitulados, respectivamente “Experiências cinematográficas no ensino de História: projeto Curtas Contestados”; Resgatando raízes caboclas, criando arte e guardando as memórias do caboclo do Contestado Hellen Heine Barreto Ferreira. In DALLANORA, C..; MUNCHALOVSKI, E.; POYER, V. **Quem tem, mói; quem não tem, mói também**: Contestado, memória, educação e conflitos sociorreligiosos no Brasil. São Paulo: Liber Ars, 2023.

V

MARMELADA DE BANANA, BANANADA DE GOIABA: *ditos, interditos e bodocaços em torno de Monteiro Lobato e sua obra*

GERSON EGAS SEVERO

*“A teia de leituras coerentes mantém os significados
possíveis do mundo em pé.”*

[David de Levlov, em paráfrase]

Este texto, elaborado a partir de apontamentos estruturados para participação na mesa que teve por tema “História Política e Literatura”, possui um caráter deliberadamente ensaístico (entendendo o ensaio à maneira de Jean Starobinski, um “enxame de ideias”) e memorialístico, uma vez que se quer não acrescentar mais um trabalho à miríade de trabalhos escritos sobre Monteiro Lobato e sua obra, mas fazer a partilha de um ponto de vista formulado desde a perspectiva de um leitor de vida inteira desse autor e dessa obra. Um leitor, hoje e já há um tempo, desestabilizado, desequilibrado, “desinquieto”.

Trata-se, de certo modo, de um acerto de contas em nível pessoal (mas não só: um leitor/a nunca está sozinho) com a figura de Monteiro Lobato e com a obra de Monteiro Lobato nos dias de hoje. Um acerto de contas no sentido de elaborar o que eu, de meu canto no mundo (de meu canto no Sítio), diria para a comunidade leitora interessada em Lobato como contribuição para o debate sobre a crise instaurada sobre sua figura e obra. Desejo, assim, partilhar com os

leitores de Lobato de minha geração (geração que o leu ainda na infância, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980), com os mais velhos, com os novos leitores e com os não leitores de Lobato – não leitores porque não o leem ou porque decidiram deliberada e politicamente não lê-lo –, o meu ponto de vista.

Figura e obra: de um lado, sua figura de avô platônico, de avô de um mundo antigo, de um Brasil antiquíssimo, rural da economia às mentalidades, mesmo que a Revolução de 30 tenha virado uma chave histórica crucial ainda no último terço de sua vida; sua figura de um avô desbocado e briguento, publicamente briguento, opiniático, debatedor sanguíneo, dado à polêmica – um avô darwinista e spenceriano, acusado pela Igreja de comunista, certamente eugenista (ainda que, ao que tudo indica, na linha higienista do eugenismo, à Jeca Tatuzinho), presumivelmente racista (essa é a questão). Um avô interessado em sacis, um articulista duro e certamente insensível para com Anita Malfatti e os modernistas de 1922, e que reivindicava para si, bem como para outros/as, um “modernismo avant la lettre”; um ensaísta que foi igualmente insensível e duro para com o homem do interior, e que num segundo momento relativiza essa dureza e essa insensibilidade (“Jeca não é assim; está assim.”). Um avô que leva à falência a fazenda de café herdada de seu próprio avô, que mais tarde vai ele mesmo à falência com a crise de 1929, e que se constitui como um dos fundadores da indústria editorial brasileira – como se contivesse, confinasse em si, a própria complexidade, os caminhos e descaminhos, mais descaminhos que caminhos, do Brasil de seu tempo.

Um avô do século XIX, aprisionado no século XIX? É de se pensar. Em todo caso, um avô que se transmuta em avó e em boneca de pano, que é Dona Benta (e que também é Tia Nastácia, e é Tio Barnabé), e que reivindica Emília, a boneca de pano “asneirenta”, “impossível” (“O que eu sou? Eu sou independência ou morte!”) como seu alter-ego; um avô que é um assombroso contador de histórias; um avô que assombra a história, a história da história do livro e da leitura no Brasil, a história de sua relação com seus leitores e a história da recepção de sua obra.

Obra que chega ao século XXI em cicatrizes, sim, e em feridas sempre reabertas (poucas obras, é verdade, ou nenhuma, terão chegado ilesas, sem máculas – veja-se o caso, em parte semelhante ao de Lobato, de Euclides da Cunha e “Os

Sertões”), uma obra e um autor espectrais, que põem em desassossego e em despedaçamento ético e político a consciência da comunidade leitora interessada no tema. Lobato e sua obra, portanto, como um espectro à maneira do Marx de Derrida. Um avô fantasmático, dilemático, problemático, cuja presença insta, provoca, exige a todo momento que seu leitor, sua leitora – os “filhos e filhas de Lobato” –, pronunciem-se, como o pai morto do Hamlet Shakespeare ao próprio príncipe.

Trata-se, assim, de um levantar a mão, de um pedir a palavra e enunciar algo de própria lavra à beira dessa fogueira, desse fogo-de-chão-comunitário em torno do qual encontram-se essas “filhas e filhos de Lobato” e em cujo centro queimam não só achas de lenha, mas a própria figura do autor e sua obra, em fogo mítico, sacrifício ou banimento.

Falo – escrevo – desde um lugar, no entanto, que não é só (ainda que fosse suficiente) o lugar de leitor. Na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, coordeno desde 2018 um grupo de estudos que em parte é também um trabalho de extensão – o “Impressiva Radical” –, no qual as sensibilidades sobre livros, autores/as e ideias encontram-se especialmente à flor da pele. Explíco. Trata-se de um espaço multidisciplinar, com encontros presenciais de periodicidade semanal, dedicado à leitura comentada (leitura feita na íntegra e em voz alta, com o livro projetado no quadro) e discussão de livros que os participantes julgam relevantes para sua formação, ou que estejam em evidência e “pedindo” leitura, mas que, de um modo geral, não fazem parte, propriamente, da bibliografia ou do escopo de exigências de leitura das disciplinas dos diferentes cursos, – são obras que atravessam os diferentes cursos e que os/as estudantes leem em intervalos de tempo em sua vida acadêmica que são cada vez mais exíguos, ou que anotam como importantes e deixam para ler “depois”, um depois estendido no tempo e que muitas vezes não chega. Quem vive a universidade pública brasileira, desde a docência ou desde a discência, conhece bem essa realidade.

Assim, criamos o Impressiva Radical (o nome vem de uma nota de Leonardo da Vinci em um texto sobre Óptica) como um espaço para leituras dessa

natureza. Pense em “Torto Arado”, de Itamar Vieira da Silva, como um exemplo. Houve, em nossa universidade – como em todo lugar –, diversos eventos tematizando-o, à época em que o livro vivia um momento de enorme evidência e reconhecida importância – mas que se achava “solto”, não vinculado a nenhuma disciplina de nenhum curso de modo formal. É o caso, também, para mencionarmos obras lidas mais recentemente e cuja referência possa ajudar a que se tenha uma ilustração das escolhas feitas, de “Bartleby, o escrivão”, de Herman Melville, de “Coração das Trevas”, de Joseph Conrad, de “Quarto de despejo”, de Carolina Maria e Jesus, da graphic novel “Maus”, de Art Spiegelman, e de “Tybyra – Uma tragédia indígena brasileira”, de João Nyn. Em uma palavra, o que faz com que determinada obra seja trazida à atenção do grupo é algo bastante variado – uma vez que variados são os desejos, motivações e pontos da caminhada acadêmica e de vida em que cada um/a está.

O que nos interessa aqui, no entanto, é a metodologia de escolha dos livros que serão lidos – metodologia que revela aquela sensibilidade à flor da pele a que fiz referência (e que se encontra em nosso *Zeitgeist*, é claro), sobre autores/as, livros e ideias: os livros a serem lidos são definidos coletivamente, mediante proposições, defesas e debates, e essa dinâmica tem o condão de fazer aparecer percepções diversas tanto de o que deva ser lido, como de o que deva não ser lido (uma não leitura ativa, uma não-leitura, entenda-se: livros que não devem ser lidos, de um modo deliberado). Havendo necessidade de votação para que se estabeleça o próximo livro a ser lido, faz-se uma votação, com defesa por parte de quem trouxe um certo título, e a maioria “ganha”. Quer dizer: não há nada estabelecido aprioristicamente, a não ser o próprio princípio de formação de uma pequena comunidade leitora “ad hoc”, a cada semestre e mesmo a cada sessão ou arco de sessões.

A intenção sempre foi a de seguir à risca o que está enunciado no próprio conceito do grupo: livros cuja relevância os/as participantes reconhecem, mas cuja leitura o “corre” da vida e da vida acadêmica não está permitindo. Lemos livremente, portanto, e, ainda assim, questionar/desobedecer o “cânone ocidental” tal como firmado por Harold Bloom (um dos vilões das gerações atuais de estudantes, e desde pelo menos meados dos anos 1980), apenas para termos um exemplo. Ainda assim, recebi mais de uma vez críticas no sentido de estar fazen-

do uma proposição relacionada à ideia de um cânone – para se ver o quão alto, para mal e para bem, está marcando o termômetro da temperatura da sensibilidade social-cultural.

De qualquer modo, ao longo dos anos, nesse grupo de estudos, recolhi em uma espécie de diário inúmeros ditos e escritos em favor ou em desfavor de determinado autor/a, livro ou ideia, os quais são reveladores daquela sensibilidade – o que, por si só, constitui um tema de estudo. E que trazem, ainda, disputas entre os/as estudantes e entre os/as estudantes e docentes de seus respectivos cursos e além. Uns poucos exemplos: “Não leio homens” terá sido talvez o dito mais radical – e também o mais ilustrativo de legítimas preocupações e cuidados de nosso tempo; é semelhante ao “Faltam autoras trans nos livros que a gente lê”; “Acho que podemos deixar os clássicos de lado, principalmente os gregos e romanos” – o que traduz claramente uma desconfiança geral para com temas da Antiguidade, os quais na última década foram sequestrados por uma extrema-direita política, com agenda acadêmica infiltrada, que os “eleva” à condição de temas restauradores de um passado “redentor” frente a uma contemporaneidade em decadência e “degenerada”; uma pauta fascista, sem tirar e nem por.

E, afinal, o dito que mais proximamente nos interessa aqui: “Monteiro Lobato? Aquele racista? Ah, não! Monteiro Lobato, não!” O estudante que se posicionou deste modo, segundo ele próprio, nunca leu Lobato. Trago essa informação não para defender algo que não quero defender – algo do tipo “é preciso ler para saber”, em outros contextos um argumento legítimo –, mas para destacar que a rejeição à obra de Monteiro Lobato, ou no mínimo uma forte desconfiança em relação a essa obra, estão estabelecidas como um dado inegável da cultura, alcançável por qualquer pessoa minimamente informada. Não foi, aquela ocasião, exatamente como se alguém houvesse proposto a leitura de “Minha luta”, de Hitler, ou de algum livro de Olavo de Carvalho – mas foi bem parecido. Estabelecer se essas reações a proposições de leitura são “exageradas” (posição mais comum na universidade do que se imagina) ou não, não é o objetivo deste texto. Pode ser que sim, pode ser que não: muitas vezes, estudantes recém saídos/as das escolas, pensa-se, podem expressar-se com alguma intolerância, algum moralismo (numa sede de um “inventário moral”), algum senso censório. Quem nunca? O certo é que, para os/as estudantes que reagiram do modo como exemplifiquei,

não se tratava de um exagero – doía em algum lugar, e esse é o ponto que se deve levar em conta. Acolher esse sentimento, essa percepção – se possível com solidariedade e entusiasmo, e aprender com isso – é parte do trabalho docente, não lhes parece?

Historiar como isso aconteceu – uma rejeição a Lobato nesse nível, seja parcial ou total – também não é o objetivo deste texto. Quero, contudo, apresentar algumas pistas, que, como leitor de Lobato, fui percebendo ao longo do tempo, e que me ajudaram a compor meu ponto de vista (razão de ser, afinal, de minha fala e texto). Muitos poderiam ser os marcadores temporais mais recentes desse debate – da denúncia ao MEC, feita especificamente a respeito do livro “Caçadas de Pedrinho”, pelo uso de termos tidos como racistas, mas abrangendo toda a obra infantil, ou infanto-juvenil, do autor, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, em 2010, com a solicitação de que fossem, livro e obra, excluídos das escolas públicas (denúncia que chegou ao Ministério Público e que foi rejeitada, mas com desdobramentos substanciais em termos da consecução e efetivação, ou efetividade, de uma educação para as relações étnico-raciais); até discussões levantadas em outros momentos, sempre retomadas mais ou menos ao sabor dos ritmos do mercado editorial e das reedições dos livros de Lobato, assim como nas redes sociais a cada 18 de abril (Dia Nacional do Livro Infantil e aniversário de Lobato, em relação intencional), sobre a conveniência ou não de que expressões ou trechos inteiros lidos como racistas, ou de algum modo ofensivos nesse sentido, fossem suprimidos dos livros (gerando um debate de um tipo) em novas edições, ou ainda sobre a necessidade de haver nessas novas edições notas explicativas sempre que aqueles termos ocorressem (levando a um outro tipo de debate, mas constituindo uma solução já há muito adotada no que diz respeito a problemas de outra natureza: sobre elementos de tipo científico, histórico, geográfico, e inclusive pedagógico ou atinentes à língua portuguesa, à gramática e mesmo à matemática).

Os marcadores que desejo apanhar, porém, são outros: são alguns, também

igualmente recentes e que talvez possamos classificar como sintomas, cuja intercorrência eu percebi como leitor de Monteiro Lobato.

Em 2008 e 2014, respectivamente, Marisa Lajolo, reconhecidamente a mais importante estudiosa de Monteiro Lobato (um artigo seu de 1988, “O problema do negro em Monteiro Lobato”, que dá ênfase à obra “Histórias de Tia Nastácia” e mantém uma leitura sóbria, pró-Lobato, nos termos do presente artigo, do problema, é comumente apontado como o primeiro texto a tratar da questão), organizou e publicou os dois livros de maior ambição e porte já editados sobre a obra do autor: “Monteiro Lobato, livro a livro – A obra infantil” (com João Luís Ceccantini)¹, e “Monteiro Lobato, livro a livro – A obra adulta”.² O primeiro é um livro composto de vinte e oito capítulos, vinte e quatro dos quais dedicados à análise (nas mais diversas claves de interpretação, abordagens e chaves de escrita) de cada um dos livros que compõem a obra infantil de Lobato, e mais quatro ensaios. O segundo, também com vinte e oito capítulos, possui a mesma estrutura: cada um se ocupa extensamente de um dos livros da “obra adulta” de Monteiro Lobato (foi o próprio autor, na edição de 1943 de suas obras completas, quem sugeriu o termo “obra adulta”).

Nas mais de mil páginas dos dois livros, apenas em duas ocasiões, de modo mais estruturado, é mencionada a presença de personagens negros na obra de Monteiro Lobato: no capítulo 6 da segunda obra, “Negrinha”, de Milena Ribeiro Martins; no capítulo 7: “Os negros’ ou a história fora de si”, de Hélio de Seixas Guimarães; e no capítulo 10, “Engenharia reversa em ‘O choque as raças’”, de Carlos Minchillo. Só neste último, porém, é tratada diretamente, de modo nítido e específico, a questão racial – entendendo o autor do capítulo que Lobato é ambíguo quanto à questão racial em sua obra. No primeiro livro, nada ou quase nada.

Sabe-se que as obras e excertos de obra sobre os quais recaem, no mais das vezes, acusações de racismo a Monteiro Lobato, são – mas não apenas – “Caçadas de Pedrinho”, de 1934, em razão sobretudo do linguajar que Emília, a boneca de pano (e, lembremos, alter-ego de Lobato), usa para se referir a Tia Nastácia; o próprio “O Choque das raças ou O presidente negro”, de 1926, uma obra de ficção-científica que se passa nos Estados Unidos da América (única obra de Lobato no gênero romance e muito lembrada e comentada – além de reeditada – à

época da eleição de Barack Obama, em 2008); e, por fim, as referências diretas e indiretas à Ku Klux Klan feitas em cartas a Godofredo Rangel e Flávio de Campos, parte de uma extensa troca de correspondência publicada (com Rangel) em dois volumes intitulados “A barca de Gleyre”. Nem mesmo no capítulo do livro organizado por Lajolo dedicado a esses dois volumes, “A barca de Gleyre: uma raríssima curiosidade”, de Emerson Tin, há qualquer referência à questão racial em Lobato e às polêmicas nesse sentido que precedem em muito, muitíssimo, a anteriormente referida denúncia ao MEC de 2010. Apesar da qualidade indiscutível e da excelência acadêmica dos escritos, nada.

Em 2019, foi criado o Grupo de Estudo, Trabalho e Pesquisa Observatório Lobato, no âmbito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – um grupo que conta com dezessete pesquisadoras/as, que desenvolve dois eventos anuais de grande porte exclusivamente sobre Monteiro Lobato, os “Encontros com Lobato” e as “Jornadas Monteiro Lobato”, e que reúne e disponibiliza artigos científicos e livros sobre o autor. A exemplo do que ocorre com os livros organizados por Marisa Lajolo, o trabalho desse grupo possui qualidade e excelência acadêmica evidentes. Contudo, diferentemente do que ocorre nos livros de Lajolo, temos no site do grupo na Internet um texto não assinado – infere-se, portanto, que seja do próprio grupo ou em nome do grupo –, ainda na primeira aba, “Home”, que enuncia o propósito do grupo e que faz uma defesa, contra um interlocutor/a em elipse, de Monteiro Lobato e de sua obra no que diz respeito às acusações de racismo:

Apontar na obra de Lobato seu esforço para denunciar as injustiças que foram e continuariam sendo praticadas contra as pessoas da etnia negra no Brasil e nos Estados Unidos não significa negar o racismo e o mal por ele causado, muito pelo contrário. Nosso trabalho não objetiva defender nem combater Monteiro Lobato. Nosso propósito é tentar estudar e compreender a obra, especialmente, de forma ampla, irrestritamente democrática e considerando todos os pontos de visto, indiscriminadamente e sem preconceitos. Que a luz da razão ilumine nossas mentes e dissipe as trevas em que conceitos que precedem a análise – preconceitos – insistem em se esgueirar.³

Na mesma linha, mas de modo mais extensamente desenvolvido e uma (talvez) menor preocupação em não marcar uma intenção de defesa explícita e em toda linha de Lobato e de sua obra, Vanete Santana Dezmman, na abertura de sessão dos “Encontros com Lobato” transmitida pela Internet em 21 de março de 2024, lê o seguinte texto de apresentação:

O Observatório Lobato é composto por um grupo de pesquisadores e demais pessoas interessadas por Monteiro Lobato e sua obra, e tem como traço distintivo o fato de não guardarem qualquer tipo de preconceito contra o autor ou a sua obra. Sendo assim, não partem do pressuposto de que o autor e o que ele produziu manifestam preconceito contra determinada etnia ou classe. Analisa-se antes para que posteriormente, com base em dados e fatos, as conclusões sejam apresentadas. Até o momento, não encontramos traços de preconceito na obra do autor, possibilidade que não é excluída, uma vez que, como ser humano, o autor deve ter apresentado não apenas qualidades positivas. Encontramos, porém, comprovações em sua biografia e obra de que ele muito fez para minimizar os preconceitos de sua época. Nossas análises, que resultam em tais comprovações, se encontram publicadas em livros e artigos que podem ser encontrados em nosso site na plataforma da FFLCH-USP. Aproveitamos para esclarecer que apontar na obra de Lobato seu esforço para denunciar as injustiças que foram e continuariam sendo praticadas contra as pessoas da etnia negra no Brasil e nos Estados Unidos, não significa negar o racismo e o mal por ele causado, muito pelo contrário. Que a luz da razão ilumine nossas mentes e dissipe as trevas em que conceitos que precedem a análise insistem em se esgueirar⁴.

Ambos os textos falam por si só, é claro (particularmente, como leitor de Lobato e como leitor de quem escreve a seu respeito, penso: é uma pena que existam, esses “*disclaimers*”; pois não há desonestidade intelectual, de nenhum modo, no trabalho do Observatório). Quero, porém, destacar dois elementos. Aqui, Lobato não é mais “ambíguo”, como o é para o autor do capítulo sobre “O choque das raças ou O presidente negro”, presente na obra de Lajolo – mas denuncia injustiças raciais “aqui e nos Estados Unidos” e não apresenta qualquer traço de preconceito em sua obra. Enfatizo: “qualquer traço”. E, ainda, temos o uso repetido do termo “esgueirar”: contra as luzes da razão, leituras “dissidentes”,

que apontem elementos racistas na obra ou no pensamento de Monteiro Lobato – e que, em ambiente acadêmico ou não, se fazem presentes em todo o Brasil, e cada vez mais –, são reduzidas aprioristicamente a coisas que se esgueiram nas trevas... da desrazão.

Em 1997, foi publicada aquela que é considerada biografia definitiva de Lobato: “Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia”, de Carmen Lucia de Azevedo, Marcia Camargo e Vladimir Sacchetta.⁵ Uma das autoras, Marcia Camargo, em evento do “Encontros com Lobato” (do citado Observatório Lobato) transmitido pela Internet em 27 de abril de 2023, perguntada sobre uma possível reedição da biografia, responde que em tempos recentes foram abertas conversações com a Editora Companhia das Letras com vistas a uma reedição, e que recebeu da editora a recomendação de que acrescentasse ao livro um capítulo inteiro sobre as polêmicas em torno de Lobato e de sua obra – com ênfase para questões raciais. Afirma a autora que preparou esse capítulo, mas que nunca mais obteve nenhum retorno da editora, inferindo que esta não estava, afinal, interessada em envolver-se com a biografia como estivera envolvida no passado – manifestando, porém e compreensivelmente, estranhamento por não ter havido nenhum tipo de resposta a suas tentativas de contato e de continuidade das conversações.

Bem: eu precisaria de bem mais que um texto breve como este para enunciar a tese de que a São Paulo de Monteiro Lobato ergueu duas trincheiras para protegê-lo – e que a maior editora do Brasil, a Companhia das Letras, também ela de São Paulo, revelando em seu silêncio, talvez, mas presumivelmente, a consciência da existência dessas trincheiras, decidiu não fazer parte da história editorial de Furacão na Botocúndia.

Marisa Lajolo e Lilia Schwartz publicaram pela Companhia das Letrinhas, porém (a divisão infantil da editora Companhia das Letras), em 2019, a primeira biografia de Monteiro Lobato feita para crianças – escrita, inclusive, em primeira pessoa: “Reinações de Monteiro Lobato: uma biografia”. Nela, “Lobato” escreve sobre “O choque das raças ou O presidente negro”:

(...) Pensando que ia morar nos Estados Unidos, planejei um romance para ser lançado por lá também. Mas antes o publiquei no Brasil. Chamava-se O choque (das raças). Depois rebatizei como O presidente negro. Romance para lá de polêmico. Me criticaram,

me criticam e acho que vou continuar sendo criticado por muito tempo por causa desse livro... E entendo que seja assim. Não tem como não ser. A história se passa no século XXIII, nos Estados Unidos. Invento que, em 2228, três candidatos disputam a presidência da república: um homem negro, um homem branco e uma mulher branca. A vitória do candidato negro leva os brancos a promoverem a esterilização em massa da população afro-descendente. A esterilização ocorria como efeito colateral de um processo de alisamento dos cabelos, fartamente anunciado. O que não se mencionava na propaganda do tratamento dos cabelos, no entanto, era justamente a esterilização. Ou seja, por causa do cabelo, as pessoas acabavam não podendo mais ter filhos. Como se vê, minha história era mesmo perigosa e inconveniente: narrava, sem condenar, um projeto de extermínio da população norte-americana de ascendência africana. Ao tratar desse tipo de situação, o romance podia provocar e alimentar preconceito, incentivar violência, defender valores e atitudes racistas. E muitos leitores interpretaram o livro dessa maneira. Afinal, nessa época estavam em vigor, em países como a África do Sul e os Estados Unidos, políticas de segregação racial. (...) O certo é que meu ‘romance norte-americano’ era mesmo descabido. Um desastre. Sobram motivos para ser polêmico. Penso que polêmicas ajudam a gente a pensar e, até, a mudar de opinião. Ainda bem que a gente muda com o tempo.⁶

Está bem apanhado, ainda que esse mea culpa de Lobato, apesar de fundamentado em declarações suas, não seja inteiramente crível – nem mesmo a linguagem e a serenidade de espírito implícita o parecem ser, mesmo que se entenda tratar-se de uma obra para crianças. No que se refere ao tratamento dado por Lobato a Tia Nastácia, tanto em “Caçadas de Pedrinho” como em “Histórias de Tia Nastácia”, e mesmo em “A reforma da natureza”, as autoras seguem procedimento semelhante, com menos desculpas e mais aceitáveis justificativas: “Tia Nastácia é uma sábia”. Em certa medida, e em relação aos casos apresentados anteriormente e em que pese a linguagem, dirigida a um público específico e que emula a linguagem do próprio Lobato, – ou quem sabe por isso mesmo – essa biografia enfrenta as questões sensíveis suscitadas desde leituras e perspectivas críticas de modo mais direto e com menos manobras evasivas.

Como leitor, faço parte da cada vez mais exígua, por várias razões, comunidade de leitores iniciada no mundo da leitura por Monteiro Lobato. Reconhecemos, com Alberto Manguel⁷, que a comunidade de leitores – não de Lobato, mas a comunidade por assim dizer *geral* de leitores –, já é exígua por si só e sempre o foi, e mais: além de exígua, sempre esteve e está à beira do desfazimento. Então, irei escrever de outro modo: faço parte de uma pequena (mas extensa) comunidade existente dentro da extensa (e pequeníssima) comunidade de leitores iniciada – aquela – no mundo do livro e da leitura por Monteiro Lobato. Uma confraria no interior de uma confraria – uma confraria em crise. Isso foi pela mão de meu avô, Torquato Severo Neto – o que traz para este texto um dos elementos mais essenciais dessa confraria: os laços profundamente, fundamentalmente emocionais que a ligam ao autor e sua obra. Laços que não podem ser negligenciados ao percebermos a resistência de parte desses leitores e leitoras em criticar esse totem, esse tabu (Lobato era totem e era tabu ainda em sua época).

Aquilo me deu uma chave (do tamanho), um cosmos, régua e compasso. Pó de Pirlimpimpim. Identidade. Eu era (sou?) lobatiano e mais nada – lobatiano e ponto final (ou, como se vê, inicial). No fundo, fui com Pedrinho, Emília e o Visconde para a Grécia antiga acompanhar Hércules (o “Lelé”) em seus doze trabalhos e nunca mais voltei. Vivo no Sítio do Pica-Pau Amarelo, aquele matriarcado desenhado à maneira das utopias renascentistas, desde os três anos de idade. Sou um cidadão e um aprendiz daquela Taubaté da mente: Rousseau (Emílio?) com Dona Benta, Xangô com Tio Barnabé.

Lobato, porém, é um autor sobre cuja biografia e sobre cuja obra nosso tempo lançou uma sombra de desconfiança: a sombra do racismo. A coisa é grave, gravíssima. E eu acho que está bem, essa sombra. Há verdade nela. Não digo que seja precisa, ou literária e historicamente justa em sua inteireza (leia-se o conto “Negrinha” – aliás, outro ponto de polêmica), mas há, sim, verdade nela. Livros que têm o condão, característica dos clássicos, de atravessar muitos e diferentes momentos da história, passando pelo escrutínio, pelo crivo crítico de diversas gerações de leitores, terão certamente de se haver com a crítica que lhes é e com a que não lhes é contemporânea, feita desde novas leituras, novas teorias e métodos de análise e interpretação, novas angulações, sendo sempre, de novo

e de novo, interpelados. Uma história sem fim. A dominância acadêmica de determinadas autoras/es e centros não pode, não deve, obnubilar a legitimidade de outras leituras possíveis – diríamos mesmo *necessárias*.

Toda obra, afinal, usando Ortega Y Gasset (e escusando-me pelo lugar-comum), é ela mesma e suas circunstâncias (sua fortuna crítica e seus leitores, e a história dessa relação). Existe a pátina do tempo e existe a pátina da crítica, que, se lida com honestidade intelectual, enriquecerá a apreciação do texto criticado, para mal e para bem, formando um corpus só. O livro, assim como nós, está no mundo, e ninguém está no mundo sem marcas. A obra de Lobato tem de lidar com aquela sombra; Lobato tem de olhar para o seu “lado sombra”, para dizer com Carl Jung. Do mesmo modo, seus leitores e estudiosos/as.

E o leitor, o que pode fazer, além de ler com honestidade intelectual? O que quiser, é claro. Eu, de minha parte, tenho tentado cultivar a percepção de que cada livro que lemos transcende aquela experiência de leitura em particular: toda leitura ativa uma rede de livros que subjaz àquele livro em específico; toda leitura ativa a Biblioteca inteira (Borges). Nos “Analectos”⁸, Confúcio faz um elogio a um seu discípulo assim: “Ele entende o que lhe é dito, e entende o que lhe é dito em relação com tudo o que não é dito.” Minha ideia é a de que teríamos de ler um livro considerando ele próprio e considerando também os fios invisíveis que o ligam a tudo o que foi escrito sobre ele e a todos os demais livros – fios esses que estão um pouco no texto e um pouco em nossa cabeça. Tudo o que não foi dito (nas controvérsias envolvendo Lobato e obra, há certamente a sensação da existência de conteúdos não ditos, de interditos, de mundos críticos separados).

O livro singular que estamos lendo nunca está sozinho: convoca outros. Teríamos, então, não somente a “vox sola” de um autor/a, mas uma suíte, uma peça musical composta de muitas partes diferentes, cheia de continuidades e descontinuidades. O leitor pode, assim, ser um regente, um regente dialético. Ele a um só tempo percebe os movimentos ondulatórios da rede desde “fora”, desde um lugar recuado e portanto mais livre – inclusive para comprometer-se e firmar posição, não se trata um lugar impossível de “neutralidade” –, e é parte dela. Um artigo científico sobre Lobato, negativamente crítico em relação ao autor e à sua obra, não me interessa menos, em tese, que o próprio Lobato. A rede está no tempo, ela não pode não ondular.

Percebermos, portanto, as condições de produção de cada “discurso” acerca de Lobato e de sua obra, localizando-nos em um lugar epistemológico recuado em relação aos mesmos, pode ser um exercício tão importante – e profícuo, enriquecedor, *esclarecedor* – quanto a adesão cidadã, política, fundamental mas às vezes um tanto imediata demais, quando não apriorística demais, a qualquer um deles.

Isso é o que eu diria na “fogueira lobatiana” a que aludi no início deste texto. Como escrevi, sou leitor de Monteiro Lobato e vivo no Sítio do Pica-Pau Amarelo, paraíso e cativo, desde os três anos de idade – mas, com Drummond, também “estou preso à vida e olho meus companheiros”; com eles “considero a enorme realidade”.⁹ Considero também, como parte dessa vida, dessa realidade, enquanto espero aqui na varanda que Tia Nastácia inicie mais uma história de seus serões, as limitações de Lobato (muito mais que meras “limitações”, no caso do racismo), assim como procuro considerar as de meu avô, já há muito falecido e cuja referência maior era Euclides da Cunha, e as limitações do próprio Euclides da Cunha, bem conhecidas (como observou Walnice Nogueira Galvão), e também as minhas próprias, porque outra coisa que o leitor pode fazer é reconhecer as suas limitações. Não que sejam as mesmas. Limitações, há de todo tipo.

E tu, leitor/a? Tu tens as tuas, também?

Notas de fim

1 LAJOLO, Marisa, e CECCANTINI, João Luís (orgs.). **Monteiro Lobato, livro a livro** – Obra infantil. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

2 LAJOLO, Marisa (org.). **Monteiro Lobato, livro a livro** – Obra adulta. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

3 Observatório Lobato – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico <<http://oblob.fflch.usp.br/>>; disponível em 19 de abril de 2024

4 Observatório Lobato – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Encontros com Lobato, XXIV Encontro, 03/24; Endereço eletrônico <<https://www.youtube.com/watch?v=ueXm7pswhmo>>; disponível em 28 de abril de 2024.)

5 AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGO, Marcia; SACHETTA, Vladimir. **Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

6 LAJOLO, Marisa, e SCHWARCZ, Lília Moritz. **Reinações de Monteiro Lobato: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019, p. 43-44.

- 7 MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- 8 CONFÚCIO. **Os analectos**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- 9 ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 23 livros de poesia – volume 1. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.



VI

HISTÓRIA, POLÍTICA E MEMÓRIA EM QUEM FAZ GEMER A TERRA, DE CHARLES KIEFER

GÉRSO WASEN FRAGA

“Só o tempo faz a clareza”.
(*Mateus*, pela mão de Charles Kiefer).

O dia oito de agosto de 1990, uma quarta-feira, foi marcado em Porto Alegre por um grande confronto pelas ruas centrais envolvendo a Brigada Militar e integrantes do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). No fim daquele dia, o saldo do embate apresentava diversos agricultores feridos, incluindo a agricultora Elenir Nunes, alvejada por dois disparos no abdômen. Do outro lado, o policial militar Valdeci de Abreu Lopes acabaria morto, segundo todas as versões então divulgadas devido a um golpe de foice que provocara sua degola. O conflito não acabou em massacre somente porque os agricultores, diante da ofensiva da Brigada Militar, buscaram refúgio no prédio da prefeitura municipal. Deparando-se com esta situação, o então prefeito Olívio Dutra determinou que as portas do prédio fossem trancadas, evitando a invasão por parte da polícia e o trágico desenlace que se anunciava.

Este acontecimento integra, desde então, o imaginário político sul-riograndense, sendo presença corriqueira nas narrativas proferidas por opositores do MST e de outros movimentos sociais. Se tornaria ainda o fio condutor de

“*Quem Faz Gemer a Terra*”, romance de autoria do gaúcho Charles Kiefer, lançado em 1991, obra que selecionamos para essa reflexão sobre os meandros que ligam a História, a memória e a literatura.

A escolha desta obra passa pelo contexto no qual este texto foi escrito, no qual forças conservadoras da política brasileira instauraram uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal visando criminalizar o MST, tendo como relator o Deputado Ricardo Salles, ministro do meio ambiente durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), famoso por sua oposição à Reforma Agrária, pela defesa do agronegócio e por sugerir, durante a pandemia de Covid-19, que era hora de “aproveitar e passar a boiada” sobre a Amazônia e as terras indígenas.¹ Já o presidente da CPI, Deputado Tenente Coronel Zucco, foi apontado pela Polícia Civil gaúcha como um dos principais incentivadores dos atos antidemocráticos contrários ao resultado das eleições de 2022.² Anteriormente, em 2018, Zucco teve entre os financiadores de sua campanha ao legislativo estadual um fazendeiro condenado por manter 23 trabalhadores em situação análoga à escravidão. Zucco conta também com o apoio da FARSUL, entidade classista do latifúndio gaúcho que buscou minimizar os casos de trabalho análogo à escravidão por vinícolas da serra gaúcha no início de 2023 e defendeu punições mais brandas para aqueles que são flagrados explorando o trabalho infantil.³ A partir de todos estes dados, explicitamos inicialmente nossa compreensão de que a literatura não seja apenas uma realização do espírito, mas também, como afirma Márcia Abreu, uma “questão política”⁴, seja em sua produção, difusão ou consumo.

Nosso autor, Charles Kiefer, nasceu em 1958, na cidade de Três de Maio, região noroeste do Rio Grande do Sul. Em suas obras surgem como elementos frequentes o choque entre a tradição do mundo rural e os elementos da modernidade (caso de “Valsa para Bruno Stein”, lançado em 1986); a crise fundiária que expulsa o pequeno agricultor de suas propriedades através das dívidas bancárias (tema de “O Pêndulo do Relógio”, de 1984) ou a ausência de perspectivas para o jovem do interior (abordada em “Caminhando na Chuva”, de 1982). Em “*Quem Faz Gemer a Terra*”, os contrastes entre o mundo rural e o urbano, bem como as vicissitudes que levam o agricultor à perda de sua propriedade são igualmente exploradas, tomando o acontecimento inicialmente citado como ponto de partida e chegada para a construção do romance.

O que faziam os colonos em Porto Alegre (ou: uma breve história de Ivo Lima)

Uma narrativa é feita não apenas de lembranças, mas também de versões e esquecimentos. A respeito daquele 8 de agosto, o principal esquecimento refere-se à razão que levou os colonos sem-terra, em grande parte oriundos do acampamento da fazenda Bacaraí, no município de Cruz Alta, a ocupar a Praça da Matriz, no centro da capital gaúcha. Segundo Débora Lerrer:

Cerca de dois meses antes de irem a Porto Alegre, os sem-terra deste acampamento haviam sofrido uma abordagem violenta de brigadianos, quando voltavam de um trabalho de base na periferia da cidade de Cruz Alta. Depois de serem obrigados a rastejar no chão, um deles, Ivo Lima, na época com 19 anos, foi atingido por uma bala na cabeça ainda rendido no chão, e o grupo foi despejado do barranco da estrada estadual onde estavam acampados. Constrangido pelo episódio, o governo estadual firmou uma promessa junto ao governo federal de que cada qual compraria 500 hectares para instalar um assentamento. Foi atrás do cumprimento desta promessa que o MST decidiu ir para a capital no dia 8 de agosto.⁵

A busca por registros do acontecimento apontado por Lerrer na imprensa gaúcha nos trouxe alguns elementos importantes para a sua contextualização, bem como do conflito que posteriormente ocorreria.⁶ É necessário destacar inicialmente a existência de um clima de tensão no Rio Grande do Sul, opondo o MST e os representantes políticos do latifúndio. Se tais tensões não eram novas, remetendo mesmo à organização do movimento na primeira metade da década anterior, tínhamos, naquele momento, um cenário de ocupações, inclusive na grande Porto Alegre, que envolviam sem-terras, proprietários rurais e o próprio Estado, seja através de manifestações políticas, seja da mobilização do aparato de segurança em favor da “ordem pública”. Desta forma, a ocupação da Fazenda Bacaraí, em Cruz Alta, a violenta repressão sofrida pelos colonos ali acampados e a realização posterior da manifestação em Porto Alegre era não somente uma espécie de “ponta do iceberg” da desigual concentração fundiária no Brasil, mas também um exemplo de seus efeitos práticos no cotidiano.

Em segundo lugar é necessário destacar que a busca por alguma referência na imprensa da época quanto às agressões sofridas pelos acampados de Cruz Alta

nos possibilitou vislumbrar um aparato de segurança por vezes criticado devido a reações truculentas diante de manifestações públicas. A título de exemplo, em sua edição de primeiro de junho daquele ano, o Jornal *O Pioneiro* trazia estampada em sua capa a forma violenta com que a Brigada Militar reprimiu um conjunto de operários grevistas da indústria calçadista Grendene, no município de Farroupilha, atingindo não somente os trabalhadores, mas também os jornalistas presentes que cobriam o acontecimento. A ação desastrada repercutiu por vários dias, sendo alvo de fortes críticas na mídia. Certamente não são necessários aqui outros exemplos sobre a ação repressiva do Estado e como esta é socialmente direcionada, mas não é descabido lembrar que a entrada da década de 1990 marca um período de transição para a democracia, o que nos permite pensar na permanência de uma “cultura de violência”, um *modus operandi* na segurança pública fortemente ligado ao período ditatorial.

Por fim, cabe apontar como os conflitos por terra no Brasil envolvem também disputas narrativas que buscam permanecer registradas para fins de construção de uma memória política. Neste sentido, a forma como a repressão aos colonos acampados em Cruz Alta foi divulgada pelo periódico pesquisado nos parece exemplar.

Sem-Terras processarão Brigada Militar por ação em Cruz Alta

Porto Alegre (AE)- O Movimento dos Sem Terra decidiu processar a Brigada Militar e pedir investigação da Anistia Internacional para apurar as circunstâncias em que o agricultor Ivo Lima foi baleado. Na quinta-feira passada, quando completava 19 anos, Ivo estava com o grupo de sem-terras que entrou em conflito com soldados da BM, em Cruz Alta, sendo atingido com um tiro na cabeça.

O comando da Brigada diz que os soldados reagiram no momento em que os colonos, atirando tentaram invadir um Parque de Exposições. O Movimento dos Sem Terra afirma que os agricultores foram tocaiados na estrada e que Ivo já estava preso e deitado no chão, quando levou o tiro.⁷

Não nos cabe aqui, neste momento, mais do que apontar para a existência de tais disputas narrativas. Contudo, é interessante perceber que não

encontramos outras referências para além desta matéria que corroborem a versão (pouco plausível) apresentada pelo Comando da Brigada Militar. Contudo, a continuação do texto traz elementos que nos interessam, uma vez que permitem compreender um pouco mais da história de Ivo Lima e de sua família, assim como de outras tantas famílias que, naquele momento, sofriam com a crise fundiária no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Ivo Lima é um dos oito filhos de Leoni e Idalina, também agricultores ligados ao Movimento dos Sem Terra, que estão acampados na Fazenda Capela, ocupada há doze dias, na região metropolitana de Porto Alegre. Nesse local também há risco de conflito, já que a Fazenda (em processo de desapropriação pelo Incra) deverá ser desocupada por ordem da Justiça, embora os colonos ameacem resistir ao despejo. Leoni Lima, de 43 anos, conta que era “meeiro” em Palmeira das Missões, no norte do Estado. “Sempre trabalhei em propriedade dos outros, sempre em terra ruim”, lembra. “Então, para poder sustentar a família, decidi lutar por um pedaço de chão, entrando no Movimento”.⁸

A passagem acima apresenta uma estrutura corriqueira nos discursos jornalísticos: a transformação de indivíduos ou grupos sociais em personagens de um texto escrito que encontrará ou não continuidade em edições seguintes a depender de fatores como o impacto na opinião pública, a adequação à linha editorial ou mesmo o interesse de patrocinadores. Tais personagens, assim como na ficção romanesca, devem apresentar elementos de verossimilhança, permitindo a identificação do leitor com o mundo que lhe cerca.⁹ Assim, o texto, em sua narrativa, amplia o papel do “personagem” Ivo Lima, nos apresentando outros personagens (sua família) ao abrir uma pequena brecha para que o leitor possa apreender elementos de sua trajetória. Desta forma, somos informados não somente dos nomes de seus pais, mas do pertencimento a uma família numerosa, que vivia em situação difícil devido à precariedade de sua condição na cadeia produtiva rural (o pai era um meeiro que sempre trabalhou “em propriedade dos outros”). Ao mesmo tempo somos também informados de que a adesão do grupo familiar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra expressava, naquele momento, uma possibilidade (quicá uma esperança) de garantir o sustento da família. Não

seria difícil, portanto, completarmos este roteiro com outros dados que o texto jornalístico não nos fornece, mas que certamente são mais do que plausíveis, como uma infância marcada por privações materiais, a dura realidade da vida sob os barracos de lona preta ou ainda a construção de uma consciência política a partir da experiência adquirida dentro de um movimento social de massas.

Evidentemente, não queremos aqui reduzir a violência das tragédias pessoais ao status de uma mera narrativa, muito menos ignorar a historicidade das questões agrárias no Brasil. Antes, nos importa compreender que os seres humanos são personagens de seu tempo e que cada tempo apresenta para homens e mulheres contextos e papéis diversos a serem assumidos conforme a disposição das relações de poder do período. Mas que cenário é este que envolve os personagens da narrativa jornalística e que estará presente também na obra de Charles Kieffer? É hora de olharmos um pouco para o contexto fundiário gaúcho na segunda metade dos anos 1980.

A estrutura fundiária sul-riograndense na década perdida

Uma mirada profunda para a história da estrutura fundiária sul-riograndense deveria levar em conta a forma tardia com que o estado foi integrado às redes econômicas durante o período colonial, a estratégia de doação de grandes sesmarias na região fronteira com a América Espanhola a fim de assegurar o território e a forma com que esta estrutura organizou, na metade sul do estado, um sistema produtivo calcado no latifúndio voltado à pecuária e à produção do charque. De semelhante modo, um olhar para a metade norte nos mostraria a constituição de outro modelo a partir da chegada de imigrantes europeus sobre uma estrutura minifundiária movida pela produção familiar.¹⁰ A implantação destas estratégias distintas de organização do espaço fundiário trazia consigo a criação dos primeiros grupos de excluídos, fossem os indígenas ao sul, exterminados ou assimilados na condição de trabalhadores submetidos a condições pré-capitalistas de produção, seja dos indígenas ao norte, exterminados pela ação dos “bugreiros” ou limitados a áreas cada vez menores. Eventuais populações mestiças ou “caboclas” levavam sua vida à margem do Estado e os efeitos do con-

tato destes com a modernidade são muito questionáveis, como bem nos ilustra a Guerra do Contestado, ocorrida nos territórios de Santa Catarina e Paraná entre 1912-1916. Quanto às populações negras da região, incidiam sobre elas os evidentes estigmas da escravidão (mesmo após a abolição), surgindo como forma de organização, sobrevivência e segurança a estruturação de comunidades, muitas vezes sobre territórios legados em testamento ao fim do período escravocrata, o que deu origem às modernas áreas quilombolas. Em outras palavras, a organização da estrutura fundiária no sul do Brasil é também a construção de uma história de muitas invisibilidades e exclusões.

A primeira metade do século XX trouxe para o estado uma relativa estabilidade na estrutura de grandes propriedades na metade sul. Em contrapartida, as famílias normalmente numerosas que haviam se estabelecido na metade norte do estado passaram a demandar novas áreas de colonização, uma vez que os minifúndios não comportavam as múltiplas e sucessivas divisões por herança. Assim, teve início uma corrida por novas fronteiras agrícolas que estimulou o surgimento de “colônias mistas” (descendentes de alemães, italianos, poloneses, judeus...) no norte do Estado e os primeiros movimentos colonizatórios rumo ao oeste brasileiro. Tomado como símbolo de progresso, o colonizador recebia incentivos para se estabelecer em áreas pretensamente “vazias”, derrubando a mata para a instauração dos primeiros passos de um modelo agroexportador.¹¹

A limitação de espaço para acomodar novas famílias de colonos no norte gaúcho logo se faria sentir. Diante de uma fronteira agrícola exaurida, as terras ocupadas por reservas indígenas e parques florestais passaram a despertar o interesse dos colonos, levando a intrusões nestas áreas. As posses precárias logo passaram a ser negociadas com outros agricultores que, mediante pressões sobre o governo do estado, conseguiram legalizar a situação através da emissão de títulos de propriedade. Esta “reforma agrária por linhas tortas” marcaria especialmente o governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963), e reduziria as populações indígenas para uma situação ainda mais precária¹². Enquanto isto, as regiões de latifúndio no sul do estado permaneciam intocadas.

O modelo de agricultura agroexportadora há muito em voga no país seria aprofundado pela ditadura civil-militar (1964-1985), especialmente a partir da promulgação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974,

que incentivava o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada sob bases capitalistas. Tal projeto, ao incentivar a produção agrícola voltada ao mercado externo, levou a uma transformação radical na paisagem, posto que os agricultores deixariam de lado os cultivos tradicionais menos rentáveis para investir no milho, no trigo e, especialmente, na soja. Por exigir maquinário, insumos e sementes selecionadas, tal modelo levou muitos pequenos agricultores ao endividamento com os bancos, ao mesmo tempo em que a crise econômica nacional se aprofundava após o fim do chamado “Milagre Econômico”. Aumentava assim a concentração fundiária ao mesmo tempo em que muitas famílias de agricultores, agora despossuídas, passavam a procurar outras formas de sobrevivência, fosse no campo ou na cidade.

Os anos finais do regime militar trouxeram novos elementos para este contexto. Por um lado, temos os movimentos de reorganização da sociedade civil diante de demandas que por anos haviam ficado reprimidas, mas que agora se apresentavam como inadiáveis. Dentre estas organizações nos interessa em especial o Conselho Indigenista Missionário, criado já em 1972, cuja atuação na organização dos povos indígenas no Rio Grande do Sul ganha vulto no fim da década, com as ações de retomada de territórios protagonizadas pelos próprios indígenas no norte gaúcho. Outra organização, igualmente ligada ao universo religioso, é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975 e que, diante do quadro de crise fundiária e das tensões sociais no campo, passou a organizar os trabalhadores rurais despossuídos, atuando conjuntamente na apresentação de suas demandas e na cobrança por soluções. Há, assim, um ponto de convergência entre estes dois movimentos, uma vez que muitos dos agricultores expulsos pelos indígenas quando da retomada de suas terras passaram a se engajar a outros tantos trabalhadores rurais despossuídos acampados à beira das estradas e assistidos pela CPT, buscando uma forma de sustentar suas famílias e cobrando a realização de uma Reforma Agrária efetiva. É deste contingente que se originaria, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. E é aqui que reencontramos o casal de posseiros Leoni e Idalina Lima e seus oito filhos e filhas, e dentre estes o jovem Ivo, baleado na cabeça em uma ação da Brigada Militar em julho de 1990. Voltemos agora ao dia oito de agosto de 1990.

Praça de Guerra

A Praça da Matriz, em Porto Alegre, é um local cheio de significados. Em seu quadrante sul temos a Catedral Metropolitana e o Palácio Piratini, sede do governo do estado. No quadrante oeste está a Assembleia Legislativa e, ao norte, o Teatro São Pedro e o prédio do Palácio da Justiça. Cercada pelos poderes executivo, legislativo, judiciário e religioso, tornou-se um local marcado pelos protestos mas, também, quando de sua ocorrência, pela repressão, como bem sabe qualquer professor da rede estadual gaúcha com alguns anos de experiência na função. Todavia, os acontecimentos daquele oito de agosto tomariam proporções até então não atingidas, criando versões distintas que ainda hoje alimentam a memória coletiva.

A versão “oficial” para o início do conflito costuma esquecer dos nexos entre a história de Ivo Lima e os acontecimentos daquela data, assim como o histórico de repressões violentas promovidas pela Brigada Militar, seja contra os sem-terra, seja contra outros trabalhadores, naquele ou em outros lugares. Assim, estamos diante de um caso exemplar sobre como uma versão oficial torna-se também hegemônica através dos meios de comunicação, e como estes ocupam um expressivo local de poder na construção de tais versões. Segundo esta narrativa amplamente divulgada à época, o conflito teria iniciado devido a uma pedra arremessada pelos Sem-Terra que teria atingido um brigadiano, provocando-lhe ferimentos. A partir de então teria sido impossível conter a tropa que partiu para cima dos acampados. Estes teriam se dispersado pelas ruas do centro de Porto Alegre com a Brigada Militar em seu encalço e, nesta perseguição, o soldado Valdeci Lopes teria sido cercado por um grupo de militantes do MST e vitimado por um golpe de foice aplicado pelo agricultor Otávio Amaral, lhe provocando a morte por degola.

No confronto entre a Brigada Militar e os colonos sem-terra, morreu com um golpe de foice no pescoço o policial militar Valdeci de Abreu Lopes, de 27 anos. Há outros dois feridos graves que também correm risco. O centro da cidade esteve tenso e cerca de 100 colonos, entre eles alguns feridos, se refugiaram na Prefeitura Municipal. Segundo depoimentos dos deputados – a Assembleia Legislativa também fica na praça que foi ocupada – o confronto

ocorreu quando uma comissão do governo e dos sem-terra negociavam a retirada.¹³

A mesma página, em quadro menor, no canto inferior esquerdo, trazia outras informações sobre o acontecimento.

Porto Alegre – Vinte e dois colonos – seis em estado grave, continuavam internados no hospital municipal de Pronto Socorro até a noite de ontem. Outros foram medicados e permaneciam confinados numa enfermaria recusando-se a deixar o local, temerosos de novas represálias da Brigada Militar que cercava todo o quarteirão da instituição. O tenente-coronel PM Jair Portela, comandante do policiamento da capital, exigia a saída deles para identificação e depoimento na polícia (...).

Estão internados em estado grave: Elenir Nunes, 23, ferida com um tiro no abdômen, Edgar Foss, 25, baleado na perna; Edgar Douglas Walton, 26, traumatismo craniano; Melonir Vieira de Melo, 24, perdeu a mão na explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo; Francisco Barbosa, 27, traumatismo craniano; e Algemir Rodrigues, 32, com fraturas generalizadas.¹⁴

Ainda que a guerra de versões não seja nosso principal objeto, cabe destacar que o trabalho de Débora Lerrer traz uma série de detalhes que questionam a versão hegemônica, evidenciando a forma como os grandes veículos de mídia se prestaram à criação de uma narrativa afinada aos ditames políticos do momento. Em seu texto, Lerrer lembra, em primeiro lugar, que a ação policial iniciou quando os colonos já preparavam sua retirada da Praça da Matriz, posto que as negociações junto ao poder executivo e ao legislativo estadual se encontravam em fase de finalização (o que é corroborado pela grande imprensa). Ao mesmo tempo, não apenas os acampados, mas muitos jornalistas independentes presentes no local afirmavam que tudo se iniciara não com uma pedra arremessada pelos manifestantes, mas com as movimentações da Brigada Militar para efetivar uma pretensa ordem de despejo e a explosão de uma bomba arremessada pelas forças de segurança em meio ao acampamento.¹⁵

As edições seguintes de *O Pioneiro* exemplificam a tônica da guerra de versões que a partir de então se consolidaria. O governador do estado, Sinval

Guazzelli, atribuía o acontecimento a “elementos estranhos infiltrados entre os colonos”, posto que “conhecia os colonos gaúchos, ‘gente simples, boa, e incapaz de cometer crimes’”.¹⁶ Já o comandante geral da Brigada Militar, Coronel Carlos Walter Stocker, atribuiria o confronto, segundo o periódico, “ao imponderável”, não sem antes afirmar sobre a existência de um pretenso documento (nunca apresentado) assinado por sindicatos e pela Central Única dos Trabalhadores antecipando a ocorrência de um conflito com mortos e feridos, o que indicaria uma predisposição dos agricultores em agredir a Brigada Militar.¹⁷ Já o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, que impediu a invasão da prefeitura por parte dos soldados, afirmaria que o secretário de segurança, José Eichemberg, “não foi atendido nas suas ordens para que a Brigada Militar dispersasse os contingentes que cercaram a prefeitura (onde se refugiaram os colonos)”. Ainda segundo o então prefeito, a repressão aos colonos seria um ato premeditado pela Brigada Militar, pois “pela manhã, a Brigada Militar já havia dado um alerta ao Hospital de Pronto Socorro para que se prevenisse pois possivelmente teriam muitos atendimentos”.¹⁸

Por motivos evidentes, a versão oficial, culpabilizando os colonos e tratando o fato de maneira isolada, foi a que encontrou maior ressonância. Apagava-se os vínculos entre o que acontecera e a tensão no meio agrário gaúcho. De semelhante modo, os acontecimentos de Cruz Alta, poucos meses antes, ficavam esquecidos. Nem mesmo a figura de Elenir Nunes, alvejada com dois tiros no abdômen por Valdeci, seria lembrada. Segundo Leandro Hoffmann:

O governo e os grandes meios de comunicação operarão uma dupla dissociação do episódio. Inicialmente separam os acontecimentos do oito de agosto do conjunto dos conflitos por terra no Estado. Além disso, dissociam o cerco e o massacre ocorrido na Praça da Matriz dos seus desdobramentos na fuga dos camponeses, principalmente do “entrevero” ocorrido na “esquina democrática”, que resultou na morte do soldado Valdeci e no ferimento da agricultora Elenir Nunes por dois tiros disparados por este brigadiano.¹⁹

Lerrer, que acessou os 28 volumes do processo criminal, levanta outras questões em seu trabalho que são, no mínimo, interessantes. Em primeiro lu-

gar, o acusado Otávio Amaral acabou sendo inocentado pelo crime em si, uma vez que diversas fotos e testemunhos davam conta de sua presença no Hospital de Pronto Socorro em horário próximo ao da morte do soldado. Ainda assim, Otávio acabou sendo condenado “pelo quesito genérico que interrogava se ele teria contribuído **de qualquer forma** para a morte de Valdeci”.²⁰ Outros cinco agricultores resultaram julgados e condenados junto com Otávio, inclusive Elenir Santos, que fora ferida no abdômen pelos disparos efetuados por Valdeci. Ainda, Lerrer nos lembra que outros dois colonos atingidos **pelo mesmo soldado** foram atendidos dentro da própria prefeitura, fato este também ignorado no discurso da grande mídia. Igualmente oportuna é a lembrança de que a ação da Brigada Militar se constituiu em um evidente caso de insubordinação, posto que não havia autorização do comando para que a ação fosse conduzida daquela forma, e que a saída pacífica dos agricultores já estava sendo negociada dentro da Assembleia Legislativa (o que corrobora uma das afirmações do prefeito Olívio Dutra, publicadas por *O Pioneiro*). Por fim, um detalhe não menos curioso e que nos remete aos usos da simbologia e da criação de imagens: a necrópsia de Valdeci atestou que a morte do soldado não fora produzida por “degolá”, mas sim por ferimentos produzidos por um instrumento perfurocortante. Ou seja, o ferimento não fora produzido por uma foice, um elemento fortemente ligado à simbologia do MST, mas sim por outro instrumento com potencial de produzir a morte, como uma faca, uma adaga, ou algo que o equivalha.

Por fim, julgamos que seja importante trazer o texto editorial do jornal *O Pioneiro* do dia seguinte ao conflito entre os colonos e a Brigada Militar na Praça da Matriz, uma vez que este, ao apresentar uma interpretação lúcida e contextualizada do acontecimento, se afasta do paradigma de uma grande imprensa afinada, em suas posições, com um pensamento estritamente conservador (o que, evidentemente, não impedia que tal pensamento se fizesse presente em suas páginas através de seus colunistas, nem fizesse do jornal um “órgão de esquerda”). O editorial, inclusive, trazia uma menção, ainda que breve, a outras ações repressivas da Brigada Militar marcadas pela violência, citando expressamente uma ação anterior, praticada contra os professores da rede estadual na mesma Praça da Matriz. Eis o texto, em sua íntegra:

Agravados pelo modelo agroexportador que o regime anterior imprimiu à agricultura gaúcha, os conflitos fundiários já adquiriram no Rio Grande do Sul um agravante bastante particular em relação ao restante do país. Aqui, a organização dos trabalhadores desprovidos de terra para trabalhar, impulsionada pelos setores progressistas da Igreja Católica e pelos partidos de esquerda, levou os conflitos entre latifundiários e sem-terras para a área política. À morosidade com que o Piratini tem atendido à situação, o Movimento dos Sem-Terra, com certa eficiência, vem respondendo com ações de impacto sobre o poder público e a opinião pública, incluindo marchas, acampamentos nas cidades e protestos. A conscientização e a politização desses colonos alcançou tal grau que seus representantes já chegaram até mesmo à Assembleia Legislativa do Estado. Ao longo dos últimos anos, no entanto, nem mesmo esse avanço da luta pacífica dos sem-terra tem minimizado os conflitos que se transferiram para o Estado. E nada faz prever que a situação se minimize sem uma efetiva ação do Estado em favor de toda uma população ávida de condições de trabalho, que se traduz apenas por terra.

A gravidade do confronto ocorrido ontem em frente às sedes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Rio Grande do Sul mostra eficientemente que a questão agrária está no coração dos problemas sociais, políticos e históricos dos gaúchos. Longe de representar um fato isolado, a guerra travada ontem em Porto Alegre entre a PM e os colonos, resultando em dezenas de feridos e até mesmo um morto, traz à tona um problema que a sociedade gaúcha teima, com pouco sucesso, em escamotear. E enquanto as terras do Rio Grande do Sul permanecerem sub-aproveitadas, ao mesmo tempo em que milhares de pessoas são expulsas do campo por falta de condições de vida, o Estado estará adiando o seu desenvolvimento econômico. Afinal, a história tem provado que a uma reforma agrária sobrevêm períodos de crescimento econômico e paz social, como bem ilustra as regiões colonizadas por imigrantes europeus há mais de cem anos, hoje de longe as mais prósperas do Rio Grande do Sul.

Torna-se, além de tudo, lamentável a inabilidade com que o Piratini tratou uma situação que deveria ter sido resolvida pela negociação. A proximidade entre a Brigada Militar e o Movimento dos Sem-Terra há muito representa um potencial perigo à vida, sobretudo à dos colonos, cujas armas se resumem aos próprios instrumentos de trabalho: mãos, foices e enxadas. Outras vidas já se

havam perdido, injusta e inexplicavelmente, sempre do lado dos Sem-Terra, como o que ocorreu recentemente no interior de Cruz Alta. Agora, no entanto, no centro do poder do Rio Grande do Sul e às vésperas de uma eleição, o confronto PM X MST deverá dar ao fato as reais dimensões desta crise histórica. O episódio poderá até mesmo vir a ser explorado eleitoralmente, com óbvios prejuízos para um governo que assistiu a diversos outros conflitos semelhantes, não apenas com os colonos sem terra, mas também com os professores, coincidentemente neste mesmo cenário. Mas, com sorte, o fato poderá contribuir para alertar a sociedade gaúcha de que a resolução do drama dos sem-terra é inadiável, sob pena de que situações como essa voltem a se repetir.²¹

Passemos ao livro de Charles Kiefer.

Mas afinal, quem faz gemer a terra?

“Quem Faz Gemer a Terra” foi publicado aproximadamente um ano após os acontecimentos da Praça da Matriz, quando estes ainda se encontravam candentes na memória popular. Nele, o condutor da narrativa é um personagem fictício, chamado Mateus, filho e neto de agricultores e responsável pela morte de um soldado não identificado, muito embora a associação aos acontecimentos do dia 8 de agosto de 1990 seja evidente. Na narrativa, Mateus encontra-se preso, e passa a limpo sua vida para o leitor como se este estivesse a lhe fazer uma visita na penitenciária.

Notemos, como ponto de partida: Kiefer não propõe, de modo algum, uma reconstituição exata dos acontecimentos. Por mais verossímil que a trajetória da família de Mateus seja, desde a perda das terras até a prisão do protagonista, seus personagens são fictícios. Todavia, este é um exemplo claro onde ficção e realidade se cruzam, produzindo o que podemos chamar de uma “metaficção historiográfica”, submetendo a realidade à ficção ou ao que poderíamos chamar de falsificação criativa. Desta forma, ainda que o protagonista assuma a versão da ocorrência de um golpe de foice (elemento central na narrativa hegemônica), trata logo de desconstruir qualquer premeditação no acontecimento, trazido já nas primeiras linhas, quando da apresentação de Mateus.

Você, no meu lugar, contava o fim no início? O início no fim? Começava a história com o fio da foice, o baque surdo da lâmina no pescoço do soldado, a correria dos colonos pela praça, as bombas de gás e as pedradas? Ou vinha de longe, sestroso, e principiava pelo meu primeiro grito, dor de bicho nenhum conhecida, que eles já nascem plantados sobre as quatro patas, listos para caminhar e viver? E então? Vai querer a história reta, redonda ou em vaivém? Desde eu-menino sou bom nisso, tido e havido por loro-teiro, língua-de-trapo, mentiroso e outras pechas, só por nunca eu levar o arado pela mesma verga. Minto? Não, mentir não minto, eu melho a verdade, ajeito ela, faço igual o barbeiro, corto as pontas. Mentira era dizer que matei o soldado sem querer, que essa minha mão direita levantou a foice sem comando, e outra mentira o alardear que estava o acontecido em mim planeado, com querência e fanfarrice. Se um sempre fazia tudo nos rompantes da vontade, a vida era um guerrear sem fim; se sempre se podia fazer as coisas pensadas, desgraceira não havia. A hora da raiva é a da cegueira; só o tempo faz a clarez.²²

Podemos entender a apresentação deste jogo entre o que é “mentira” e o que é verdade, logo ao início de “Quem faz gemer a terra”, como uma chave para entender a obra. Ela não é a verdade, mas parte dela, molda-a, estabelecendo uma nova narrativa, distinta daquela apresentada pelos grandes meios de comunicação. Ao mesmo tempo, ao posicionar o que seria a mentira (tanto um assassinato involuntário do soldado quanto um ato previamente planejado), estabelece um distanciamento das narrativas apresentadas pelos grandes órgãos de mídia. Kiefer recusa assim as explicações fáceis e/ou maniqueístas, conduzindo o leitor através de uma contextualização da crise fundiária no Rio Grande do Sul contada em primeira pessoa. Sem propor culpados ou inocentes, o autor traz o fenômeno histórico para o centro da narrativa, evidenciando seu papel nas tensões sociais através das diferentes percepções de homens e mulheres quanto ao sentido da posse da terra, os efeitos da concentração do solo e a necessidade da realização da reforma agrária.

Embora a lembrança da morte do policial permeie toda a narrativa, as memórias do personagem principal nos são apresentadas de forma cronológica, a fim de que possamos reconstituir os momentos principais de sua trajetória, estabelecendo uma espécie de narrativa de si. Sabemos, assim, que a habitação precá-

ria em que a família de Mateus morava quando de sua infância fora substituída por uma casa nova, e que seu pai, para arcar com os custos da construção, tivera de vender uma parcela da pequena propriedade e deixara de lado os cultivos que dominava, apostando tudo na produção de soja, o que lhe exigiu financiamento bancário. Sabemos também que a produção não vingou por causa da seca e que a pequena propriedade familiar acabou por ser vendida a fim de pagar a dívida junto ao banco, deixando a família sem ter onde morar. Em outras palavras, uma trajetória próxima a que acometeu muitas famílias do interior gaúcho nas décadas de 1970 e 1980, quando o êxodo rural e o crescimento desordenado das periferias se tornaram endêmicos no Rio Grande do Sul.

Plantamos soja em toda a terra. Nesse tempo, meu pai não sabia nada de curva de nível, de conservação de solo, erosão, essas coisas. Com as chuvas, a roça ficou lavada, sem força. Tivemos de comprar adubo, calcário, semente selecionada. O pai emprestou dinheiro do banco, pra pagar na safra. Quem podia pensar que ia ser um ano de seca? Quase quatro meses sem chuva, a quebradeira foi grande, as vagens não granaram e a dívida ficou dependurada. Cada ano cresceu um pouco, os juros eram muito altos, não deu mais pra pagar. Daí, vendemos a terra. Ficamos sem nada nosso, mas pagamos o banco. Uma semana antes do pai entregar a terra pro novo dono, o Pedro veio com a história do acampamento que estava se formando pra diante de Pau-d'Arco (Kiefer, 2006: 40-1).

Notemos aqui um ponto interessante trazido por Kiefer: trata-se da transformação ambiental provocada no Rio Grande do Sul a partir da disseminação da monocultura da soja visando a exportação. Adequada aos princípios de desenvolvimento de uma agricultura capitalista, a soja passou a transformar o espaço do norte gaúcho em uma extensa área de produção, derrubando espaços de mata, suplantando outros cultivos tradicionais e aproveitando até mesmo espaços reduzidos como a beira de estradas e cursos d'água (acabando assim com a mata ciliar)²³. Os efeitos drásticos deste processo sobre a flora (regiões de Mata Atlântica ou Florestas de Araucária do planalto gaúcho), fauna e cursos d'água foram severos. Assim, as transformações ambientais no solo gaúcho se coadunavam com o empobrecimento de muitos pequenos agricultores que, tal como a

família de Mateus, não estavam devidamente preparadas para trocar os cultivos tradicionais pela febre da soja. Deste modo, a concentração fundiária aumentava, ao mesmo tempo em que alimentava o êxodo rural e as fileiras de despossuídos acampados à beira das estradas.

Charles Kiefer retrata muito bem a problemática social do agricultor de pequenas áreas de terras, elemento emblemático nas regiões de vales do estado do Rio Grande do Sul, mas também em regiões do noroeste do estado, onde a introdução da monocultura da soja foi bastante agressiva. A dinâmica do trabalho em pequenas propriedades de terra caracteriza o estado e também alavancou a sua economia até ocorrer o aceleração produtivo no meio rural, tendo como consequência a produção em larga e ampla escala, o que beneficiou basicamente os que puderam acompanhar o movimento, os detentores de melhores condições financeiras, logicamente não incluindo aí os donos de pequenas propriedades. Esse evento, que de certa forma ainda está ocorrendo e levando pequenos agricultores ao encerramento de suas atividades, é muito bem caracterizado na obra em questão.²⁴

E, claro, havia também aqueles que, como Leoni Lima, sempre haviam trabalhado em terra alheia, e viam diminuir as possibilidades de sobrevivência diante da expansão dos monocultivos.

Como se não bastassem todos estes elementos, outro fator viria a incidir sobre a crise fundiária no norte do Rio Grande do Sul neste período. Trata-se do plano também concebido pelo regime militar (mas que encontrou continuidade nos governos seguintes) de implantar um complexo de barragens e usinas hidrelétricas no Rio Uruguai e em sua bacia, o que transformou a geografia de muitas localidades através da construção de grandes lagos artificiais que cobriram integral ou parcialmente diversas propriedades rurais. Ainda que o projeto não tenha se desenvolvido em sua íntegra, provocou o deslocamento de diversas comunidades que foram submetidas a processos de reassentamento através de negociações que por vezes evocavam a figura de uma queda de braço entre desiguais e que nem sempre consideravam as condições objetivas de ocupação e produção da propriedade atingida. Assim, por vezes, a oferta de indenização era direcionada apenas a quem detinha o título de propriedade, ignorando o fato

de que uma mesma área pudesse ser responsável pelo sustento de mais de uma família, como nos casos em que o pai cedia um pedaço do lote para que um ou mais filhos se estabelecessem após o casamento, sem que isto configurasse uma transmissão de propriedade em vida. Esta situação que se sobrepôs à crise fundiária já existente no Rio Grande do Sul, agravou ainda mais as tensões na região, e acabou por gerar um movimento social próprio, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com demandas distintas, ainda que próximas às aquelas pleiteadas pelo MST.²⁵

O ingresso no Movimento Sem-Terra e a vida no acampamento, sob os barracos de lona, são igualmente narrados em detalhes, não faltando referências ao apoio da Igreja Católica, dos sindicatos e de parcelas da sociedade civil aos acampados, conferindo ao texto um aspecto que em muito ultrapassa o ficcional. A ficção também é ultrapassada por ao menos duas referências que dizem respeito à história da luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul: a pulverização deliberada de agrotóxicos sobre o acampamento onde Mateus viva, contaminando adultos e crianças (fato, infelizmente, recorrente na história dos acampamentos do MST), e a trágica morte dos colonos Roseli Nunes, Lari Grosseli e Vitalino Antônio Mori, atropelados por um caminhão no trevo de Pontão, nas proximidades do assentamento da Fazenda Annoni, em 31 de março de 1987. A transposição destes acontecimentos para a narrativa ficcional por Kiefer acaba por inserir a obra na categoria de “literatura de testemunho”, gênero que, segundo Leandro Scalabrin (2011), tem como berço a América Hispânica e sua vasta experiência com ditaduras, repressão a minorias étnicas e mulheres e com as diversas formas de exploração econômica, sendo influenciada pela tradição religiosa, pela crônica e pela reportagem. Citando Márcio Seligmann-Silva, Leandro Scalabrin assim descreve a Literatura de Testemunho:

As principais características da literatura de *testimonio*, apontadas pelo autor, são: (i) o evento: um registro da história, na qualidade de contra-história, discrepante da oficial; (ii) a pessoa que testemunha: a ênfase é na testemunha como *testis*, capaz de certificar a verdade dos fatos; destaca-se o ser “coletivo” da testemunha, não a sua subjetividade, “fazer justiça”, não a chave do trauma; (iii) o *testimonio*: enfatiza o realismo das obras, a fidelidade do *testimo-*

nio (ao invés da fragmentação ou da literariedade, havendo pouca influência do discurso psicanalítico, marcado pela oralidade e exigindo normalmente um mediador-compilador cuja “figura costuma ser *apagada do testimonio*”; (iv) a cena do *testimonio*: prevalece a do tribunal; (v) a literatura do *testimonio*: vincula-se aos gêneros da crônica, confissão, autobiografia, hagiografia, reportagem, diário, ensaio e a literatura regionalista.²⁶

As referências aos acontecimentos históricos são, desta forma, muito mais do que um simples cruzamento entre a ficção e a realidade. Publicado originalmente quando a memória sobre a batalha da Praça da Matriz ainda era algo candente, **Quem Faz Gemer a Terra** talvez seja o maior e mais corajoso contraponto ao discurso hegemônico produzido naquele momento pela mídia e pelo Estado e que ressoou – e ainda ressoa – entre a sociedade, apresentando a violência como algo inerente àqueles que questionam o status quo através da organização coletiva.

Ninguém pensou que no centro da cidade, com tanto povaréu por perto, fosse acontecer a guerra. Disseram que a nossa intenção era de provocar tudo, porque levamos os facões, as enxadas e as foices. Nós, sem as nossas ferramentas, podemos ser confundidos com os esfarrapados que andam pela cidade. Elas são o nosso símbolo de trabalho e de luta, como diz o padre Douglas. Agora, querem fazer da foice o símbolo de nossa violência. Me diga, não é violência o que passam os velhos doentes, as crianças e as mulheres nos acampamentos? Não é violência prometer os assentamentos e não cumprir? Sabe o que eu ouvi aqui na prisão, um locutor dizer no rádio? Que a reforma agrária tinha a primeira vítima! E os que já morreram assassinados pelos jagunços? Colono morto é bicho, pra ser contado entre as galinhas?²⁷.

Precisamos finalizar. Diante do que trouxemos, é possível classificar *Quem faz gemer a Terra* como uma obra militante? Talvez não, ou talvez a questão mais importante não seja exatamente esta. A tradição de obras literárias que transitam entre a política e as mazelas sociais é extensa. Mais importante parece-nos ser apontar a possibilidade de considerarmos a literatura como uma ferramenta nas batalhas discursivas e na construção de uma memória social. Contrapondo-se às

versões fáceis servidas cotidianamente ao grande público, a literatura convida-nos para as reflexões profundas, para a busca das questões estruturais e das diferentes formas com que estas se apresentam ao longo do tempo, nas mudanças, mas também nas permanências de nossa sociedade violenta e desigual. E, por que não, a lembrarmos que não existem avanços que não sejam precedidos pela luta coletiva e organizada.

Notas de fim

1 A CPI do MST foi encerrada no final de setembro de 2023, sem a votação de um relatório final. Esta foi a terceira CPI instaurada contra o movimento desde 2004.

2 Cfe: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/16/policia-aponta-deputado-federal-zucco-mais-votado-do-rs-como-incentivador-de-bloqueios-ilegais.ghtml>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

3 Cfe: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/05/24/condenado-por-trabalho-escravo-financiou-presidente-da-cpi-do-mst/>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

4 ABREU, Márcia. **Cultura letrada, literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2006, p. 112.

5 LERRER, Débora Franco. Os Silêncios do Conflito da Praça da Matriz. In: **Revista Lumina**. Juiz de Fora: FACOM/UFJF, jan./dez. 2003, p. 96.

6 Para fins metodológicos, fizemos uma busca no Jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este jornal foi fundado em 1948, tendo uma estrutura independente dos grandes grupos de mídia até 1993, quando foi comprado pelo grupo RBS. A escolha deste periódico passa por sua disponibilidade no referido acervo, mas traz consigo a vantagem de ser um jornal de uma cidade do interior do estado que não foi cenário dos acontecimentos centrais aqui abordados, o que nos ajuda a dimensionar a repercussão dos acontecimentos.

7 *O Pioneiro*, 18 de julho de 1990, página 5.

8 Idem.

9 Para uma análise das aproximações entre o discurso jornalístico e o discurso literário, ver: FRAGA, Gerson Wasen. O jornal como romance coletivo: o Correio do Povo e a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). In: **Métis: História & Cultura**. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: EducS, v.2, n. 4, julho-dezembro/2003, p.73-92.

10 Para uma excelente crítica à dicotomia “sul-pastoril X norte agrícola”, ver: OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUZZELLI, Cesar Augusto; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

11 Um testemunho involuntário da vigência nacional desta ideologia do “europeu” como agente do progresso no começo do século XX nos é dada por Monteiro Lobato, ao descrever desta forma o caboclo, que ficaria imortalizado na figura do Jeca Tatú: “(...) espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna.

Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.” In: LOBATO, José Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, s/d, p 141.

12 Para uma análise deste processo, bem como da organização do Movimento Indígena para a retomada de suas terras, ver: CARINI, Joel João. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970-2007. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Orgs.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

13 *O Pioneiro*, 09 de agosto de 1990, página 14.

14 Idem.

15 LERRER, **Op. Cit.**, p 100.

16 *O Pioneiro*, 10 de agosto de 1990, página 19.

17 LERRER, op. cit., p. 19.

18 *O Pioneiro*, 11 e 12 de agosto de 1990, página 7.

19 HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. **Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2002, p. 249-250.

20 Idem, p. 98.

21 *O Pioneiro*, 09 de agosto de 1990, página 2. Em relação à referência aos acontecimentos de Cruz Alta, cabe ressaltar que Ivo Lima acabou sobrevivendo ao disparo, ficando, todavia, com severas sequelas. Agradeço ao amigo Miguel Stédile por esta informação.

22 KIEFER, Charles. **Quem faz gemer a terra**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006, p. 9-10.

23 Cabe lembrar que, neste primeiro momento, a soja cultivada ainda era do tipo orgânico. Contudo, ao longo do final do século XX, a soja transgênica, cujo cultivo até então era proibido no Brasil, passou a ser contrabandeada da Argentina por muitos agricultores (razão pela qual tal variedade foi apelidada, naquele momento, de “soja Maradona”). Diante da pressão dos agricultores (especialmente através de seus representantes da Bancada Ruralista), do grande capital (a variedade era a Roundup Ready, produzida pela multinacional Monsanto) e dos meios de comunicação, o governo não teve outra alternativa senão legalizar o cultivo, transformando em situação de direito algo que, na prática, já era um fato, o que acabou por ocorrer em 2003.

24 NEUMANN, Gerson Roberto. Perder a terra – perder tudo. O sentimento de perda constante na obra *Quem Faz Gemer a Terra*, de Charles Kiefer. In: **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria: UFSM, nº 10, setembro de 2012, p. 71.

25 Sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens, ver: SEMINOTTI, Jonas José O Movimento dos Atingidos por Barragens no norte do Rio Grande do Sul – 1979-2007. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Orgs.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008. ROCHA, Humberto José da. O Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai: conquistas e desafios – 2009-2010. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho, vol III**. Passo Fundo: Imed, 2010. PICOLI, Bruno Antônio. **Sob os desígnios do progresso**. Xanxerê: New Print, 2012.

26 SCALABRIN, Leandro Gaspar. **Os desgarrados do campo: texto e contexto na obra de Charles Kiefer**. Passo Fundo: PPGL/UPF (Dissertação de mestrado), 2011, p. 84.

27 KIEFER, op. cit., p. 71-72.

SENADO FEDERAL

MDB		ARENA	
1974	1978	1978	1974
ACRE	PARAIBA	ACRE	PARA
AMAZONAS	MINAS GERAIS	AMAZONAS	MARANHÃO
CEARA	RIO DE JANEIRO	PARA	PIAU
R.G NORTE	SÃO PAULO	MARANHÃO	ALAGOAS
PARAIBA	PARANA	PIAU	BAHIA
PERNAMBUCO	SANTA CATARINA	CEARA	M. GROSSO
SERGIPE	R.G. SUL	R. G. NORTE	
MINAS GERAIS	GOIAS	PERNAMBUCO	
ESPIRITO SANTO		ALAGOAS	
RIO DE JANEIRO		SERGIPE	
GUANABARA		BAHIA	
SÃO PAULO		ESPIRITO SANTO	
PARANA		M. GROSSO (2)	
SANTA CATARINA		M. GROSSO DO SUL	
R.G. SUL			
GOIAS			
(16 SEN)	(8 SEN)	(15 SEN)	(6 SEN)
73 %	→ 35 %	65 %	← 27 %

VII

OS ESPAÇOS DA POLÍTICA:

sociabilidade e imprensa na Montevideu brasileira (1822-1824)

MURILLO DIAS WINTER

Em seu prospecto, uma carta de apresentação publicada sempre antes da edição inaugural de um jornal, em abril de 1823, Santiago Vázquez (1789-1847), Antonio Felipe Díaz (1789- 1869) e Juan Francisco Giró (1791-1863) redatores do *El Aguacero*, celebravam a possibilidade de, por meio dos impressos, alcançarem um grande público e divulgarem suas ideias. Assim, em tom de exaltação, exclamavam: “¡Oh que maravillosa invenção la imprenta!”¹ A publicação, assim como todas as demais na província Cisplatina, é fruto de um contexto específico que possibilitou a transformação da atividade de imprensa em todo o Império português. Em 12 de julho de 1821 as Cortes Extraordinárias de Lisboa promulgaram a Lei de Liberdade de Imprensa para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ampliando para além-mar o direito adquirido pelos reinos no ano anterior.² A medida representava importante novidade, afinal, desde 1808, as publicações eram responsabilidade da Imprensa Régia e seus mecanismos de controle do conteúdo impresso. A ampliação dos canais de livre comunicação deu materialidade às discussões e a uma cultura de debate político que já existia nas ruas e nos espaços públicos.³

As mudanças foram bastante significativas, ampliando consideravelmente o número de periódicos e a geografia das publicações na América portuguesa.

A lei foi impressa e circulou pelos vários domínios do reino. Na Cisplatina foi traduzida para o espanhol.⁴ Logo em seguida recebeu uma versão comentada, publicada sob o título de *Anuncio de la ley, sobre la libertad de ymprenta*. No texto, Francisco de Paula Pérez, proprietário da única imprensa de Montevideu naquele momento e futuro redator do primeiro jornal da Cisplatina, *El Pacifico Oriental de Montevideo*, destacava as transformações lideradas pelos lusitanos. A principal vitória era a luta contra o despotismo, com destaque a ampliação da liberdade de expressão, afinal “Portugal que por los continuos esfuerzos de la Inquisición parecía vivre los abismos de la apatía, se levanta erguida al eco de Libertad”, proceso que era compartilhado, através da ampliação da liberdade a todo Reino Unido, com “sus hermanos de América”.⁵

Os habitantes da província Cisplatina, criada por iniciativa lusitana e, portanto, palco dessas mudanças assistiram a uma profusão de publicações nos anos seguintes, quando diferentes grupos e atores utilizaram-se de jornais e panfletos como uma importante ferramenta do debate político. Os impressos apresentavam diferentes posições e soluções para as disputas e impasses políticos que vieram à tona nos âmbitos imperial e provincial, foram um instrumento poderoso de defesas de interesses e de combate entre grupos opositores. No entanto, a própria fisionomia desses impressos se transformou rapidamente, inicialmente próxima das publicações tradicionais do Antigo Regime, as gazetas serviram como veículo de informação sobre os eventos do governo, seja por notas ou pela publicação de documentos oficiais até se tornarem ferramenta por excelência da política, como celebravam os redatores do jornal *El Aguacero* no seu prospecto.

Em um contexto de transição entre as práticas e valores do Antigo Regime e os novos hábitos que se pretendiam modernos, a atividade da imprensa, eminentemente urbana, também constituía um componente importante da conformação e politização dos espaços públicos, da formação de um público leitor e do nascimento da opinião pública. Não seria estranho, portanto, imaginar, em uma Montevideu tensionada pelos conflitos entre tropas brasileiras e lusitanas, a leitura em voz alta nos cafés de impressos oriundos das diferentes tipografias da cidade, os panfletos provocando ásperas reações, colados às paredes das casas e das muralhas em torno da cidadela, assim como os murmurinhos e boatos circulando no porto, através dos viajantes, com a mesma frequência das mercadorias

chegadas e enviadas ao exterior. Como resume William Acree, “la palabra impresa llenó las calles y el aire de la ciudad”.⁶ A palavra impressa e a sua reverberação coletiva ajudavam a criar uma efervescência e um contínuo debate público sobre o futuro da região, que partia da capital e alcançava toda a província Cisplatina. Neste capítulo analisarei o desenvolvimento de uma esfera pública na província a partir da lei de liberdade de imprensa e os primeiros impressos da província Cisplatina.

A imprensa da província Cisplatina na historiografia

Uma das principais maneiras de averiguar estes debates e acompanhar as construções e projeções dos variados grupos locais nos embates na província Cisplatina é através da imprensa. Com certas peculiaridades e levando em conta o caráter eminentemente rural da sociedade oriental, a imprensa Cisplatina, mesmo com números tímidos em relação a centros urbanos importantes como o Rio de Janeiro e Recife e contando com um círculo de letrados reduzido, acompanhava o movimento das discussões públicas, das práticas de leitura e das formas de sociabilidade em transformação no mundo Atlântico.

As diferentes agendas, as posições políticas conflitantes e as disputas da arena pública na independência do Brasil são estudadas através de diversas abordagens. Além das já assinaladas disputas entre os jornalistas do período, importantes trabalhos abordam as variadas concepções de nação, liberdade, soberania, cidadania, os projetos políticos e as abordagens econômicas, especialmente concentrando-se na imprensa fluminense. Nesse sentido, Gladys Sabina Ribeiro aborda a difícil trajetória para a construção da ideia de cidadania e de nação, as disputas em torno dos projetos políticos nos anos imediatamente posteriores à independência.⁷ Em *Corcundas e Constitucionais*, Lúcia Neves demonstra como jornais e panfletos, em consequência do movimento vintista em Portugal, ajudaram na construção de uma cultura política liberal que definiria muitas das linhas de ação durante a independência do Brasil.⁸

Por seu turno, Cecília Salles Oliveira, aponta como jornais como o *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* exprimiam os

interesses econômicos dos proprietários de lavouras comerciais e donos de engenho do Recôncavo e de Goitacazes, que lutavam pela construção da hegemonia política.⁹ Já Alexandre Mansur Barata mostra como alguns dos jornais da época ajudaram a fomentar uma cultura constitucionalista cultivada nos espaços de sociabilidade, dos quais a maçonaria era o mais significativo.¹⁰ Renato Soares Leite buscou identificar a existência de um pensamento republicano no a partir da análise da imprensa.¹¹ Em outra obra, também Marco Morel esmiuçou o processo pelo qual a imprensa ajudou a criar uma *esfera pública moderna* no Brasil.¹²

Acerca da imprensa, seus espaços regionais e as transformações na cena pública, a historiografia recente tem oferecido importantes contribuições. Para a Bahia, Thomas Wisiak acompanhou o processo em que a imprensa ajudou a criar cisões e a definir tendências no corpo da *sociedade política*.¹³ Por seu turno, Geraldo Mártires mostrou como os vintistas paraenses se valeram da imprensa nos discursos de combate à tirania e ao despotismo.¹⁴ Em Pernambuco, Ariel Feldman demonstra a articulação entre a imprensa da região e as bancadas legislativas para efetivação dos projetos políticos de unidade do Império.¹⁵ Sobre o Maranhão, Marcelo Chaves Galves aponta para a crescente representação política regional através dos impressos.¹⁶

Este trabalho busca preencher as lacunas sobre a atuação da imprensa na província Cisplatina, ainda não visitada na historiografia brasileira. São poucos os trabalhos que se voltaram ao estudo dos impressos na região e aqueles que o fizeram incluíram-na em uma conjuntura maior, sem atentar para a complexidade e as importantes transformações durante o processo de independência do Brasil.¹⁷ São três as dissertações de mestrado, todas recentes, que abordam a atividade da imprensa na Cisplatina. O historiador uruguaio Wilson González Demuro em trabalho robusto, voltando-se especialmente aos aspectos técnicos das publicações, demonstra as transformações da imprensa periódica desde seu início em 1807 até o começo da Guerra da Cisplatina em 1825, esforço fundamental na renovação dos estudos sobre a imprensa nessa conjuntura.¹⁸ Já a historiadora espanhola Laura Martínez Renau aborda a imprensa periódica do início ao fim da década de 1820, marcada pela criação da província Cisplatina até a criação do Estado Oriental, em 1830. No entanto, devido à dificuldade de acesso ao material, a autora não contemplou todos os periódicos, detendo-se na

historiografia nacionalista, e mesmo reverberando alguns destes discursos.¹⁹ Na minha dissertação de mestrado estudei a maneira como a imprensa periódica da Cisplatina foi mobilizada para auxiliar no fortalecimento e reverberação de uma identidade oriental que auxiliou na criação da República Oriental do Uruguai, trabalho que passou pela construção do histórico dos jornais do período.²⁰ Restando ainda compreender como estes jornais abordaram e foram decisivos na independência brasileira, período mais profícuo dessa imprensa.

O crescimento dos impressos na Cisplatina, mais especificamente no núcleo urbano de Montevideú, tem como marco fundamental a Lei de Liberdade de Imprensa para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, promulgada pelas Cortes Extraordinárias de Lisboa em 12 de julho de 1821. Porém, anteriormente, já davam mostras de que estavam em transformação e politização. Para entender esse processo é fundamental compreender a bifurcação dos interesses e trajetórias lusitanas e espanholas nesse espaço. Nesse sentido, é possível aplicar para o contexto montevidiano a observação de Marco Morel, para quem o desenvolvimento da imprensa na América portuguesa não se deu em um vazio cultural, foi fruto de transformações que ocorriam desde o final do século XVIII e são potencializadas com o desembarque da família real no Rio de Janeiro.²¹

Embora os impressos tenham trajetória mais recente na Banda Oriental do que em outros espaços do mundo espanhol, o seu desenvolvimento acompanha esse processo. Desde finais do século XVIII era crescente a politização da sociedade e o surgimento de novas formas de sociabilidade no Prata, especialmente com a crise de soberania resultante das invasões napoleônicas. Pilar González Bernaldo assinala que no final do século XVIII se desenvolvem paulatinamente, em Buenos Aires, novos locais de encontro como cafés, casas de bilhar e hotéis, amplamente frequentados por jovens estudantes e estrangeiros. Entretanto, como também assinala a historiadora, este processo não foi fruto de um surgimento espontâneo e independente. A região, antes coadjuvante no cenário colonial hispânico, passa a ganhar importância com as reformas borbônicas e a reorientação atlântica do comércio americano. Foram as formas de sociabilidade já em curso desde o final do século XVIII que foram ampliadas e politizadas. Processo comum a toda América hispânica, mas que na região platina se acentua econômica e demograficamente com a criação do Vice-reino do Rio da Prata em

1776 e politicamente com as invasões inglesas de Buenos Aires e Montevideu em 1806 e 1807.²²

Marcada pelas rápidas transformações na política local e inserida nos turbulentos processos nos quais se encontravam envolvidos Portugal e o reino do Brasil, a imprensa periódica cisplatina tinha características híbridas. Mesclavam-se estilos próximos às gazetas tradicionais do Antigo Regime e aos novos jornais de opinião. Tomadas como um conjunto, muitos aspectos técnicos destas publicações se assemelhavam. A exemplo de praticamente todo o espaço sul-americano, a imprensa Cisplatina era geralmente um empreendimento individual ou de um grupo reduzido, com impressoras e equipamentos rudimentares, periodicidade irregular e títulos efêmeros, vendidos na própria tipografia, fase incipiente e inconstante de um desenvolvimento efetivo dos impressos na região.²³

Marca fundamental da imprensa Cisplatina é sua importância como ferramenta política. Desde o surgimento dos impressos em Montevideu, os jornais e panfletos eram marcados por sua dimensão bélica. Em uma região que desde o início do processo das independências vivenciou guerras e sangrentas batalhas, os impressos refletiam uma marca importante dessa sociedade, como aponta William Acre “durante las guerras, la palabra impresa llenó las calles y el aire de la ciudad y de la campaña y fue el centro de atención como nunca antes”.²⁴

Os espaços da liberdade: Montevideu como espaço público

Entre os anos de 1807 e 1824, período decorrido entre a publicação do primeiro jornal da Banda Oriental e o reconhecimento da independência do Brasil na província Cisplatina, toda a produção da imprensa restringia-se a Montevideu.²⁵ A cidade amuralhada e o seu entorno, habitadas, de acordo com o censo de 1823, por cerca de 20 mil pessoas, constituíam o único centro urbano considerável na província Cisplatina.²⁶ A cena pública de Montevideu era um fator condicionante dos eventos políticos e sociais da província Cisplatina e, ao mesmo tempo, ela se transformava e recebia influências de uma conjuntura de conflitos e disputas de soberania comuns a outras partes constituintes do antigo Vice-Reino. A circulação de ideias, pessoas e de outros impressos transformava

e direcionava debates que obrigatoriamente tinham lugar na cidade, ponto nevrálgico do comércio platino e dos interesses lusitanos e depois brasileiros na região. A cidade funcionava como uma “caixa de ressonância” da política oriental: ampliava e reverberava os sons das ruas, os boatos do porto e os murmurinhos na mesma medida que dava novo significado para eles. Este enredo político e social e os debates movimentados através da imprensa tinham como responsáveis um pequeno grupo de letrados, que, com formações e interesses diferentes, buscavam, a partir das letras, a sua inserção na política local.

Fundada em 1724, São Felipe e Santiago de Montevideú recebeu o status de cidade em 1726. Em 1749, quando foi criada a governadoria de Montevideú, a cidade contava com dois mil habitantes, fruto da imigração de colonos oriundos das Ilhas Canárias. A fundação e a ocupação da cidade deve-se a um movimento estratégico da Coroa espanhola nas disputas territoriais com Portugal, especialmente pela presença lusitana na região através de Colônia do Sacramento, fundada em 1680 e alvo constante de disputas e trocas de soberania. O século XVIII na Bacia do Prata foi marcado no plano diplomático e militar por conflitos armados, disputas nos gabinetes, um constante avanço e recuo de tropas militares e das linhas de fronteira. Desse modo, ocupar o litoral da Banda Oriental e as áreas próximas ao Rio Uruguai era fundamental para marcar a presença hispânica na região e afastar os lusitanos. Além de Montevideú, neste contexto, foram criadas as vilas de Maldonado (1757) e Santo Domingo Soriano (1718). É neste período, também, que surgem os *blandengues*, milícias chefiadas por locais e formadas por *criollos*, *gauchos*, mestiços e negros com vistas à guarnição das fronteiras da América meridional.²⁷

É a partir da criação do Vice-reino do Prata e das transformações na política espanhola para a administração de suas colônias que a cidade vive seu momento de maior crescimento. As características geográficas locais e as transformações econômicas atlânticas possibilitaram que Montevideú ganhasse importância no concerto internacional. O porto natural da cidade tinha grande calado, ao contrário do buenairense. Essa posição privilegiada obrigava a todas as embarcações que tivessem como destino o Prata que desembarcassem primeiro na cidade, também passo político para marcar a posição da cidade. Em consequência dessa circunstância geográfica, Montevideú tornou-se, em 1776, base naval espanhola

para o Atlântico Sul. Já em 1778, com a expulsão dos portugueses da Colônia do Sacramento e a assinatura do Tratado de *El Pardo*, Buenos Aires e Montevideú recebem, através da *Real Cédula del Comercio Libre*, a autorização para comercializar sem restrições com todo o mundo hispânico.

No ano seguinte foi criada a aduana de Montevideú. O livre comércio foi estendido para colônias estrangeiras em 1795, sendo ampliado em 1797 para os países neutros. Em 1791, Montevideú torna-se o único porto no Prata autorizado a receber cativos. O conjunto dessas medidas possibilitou que a cidade ampliasse sua jurisdição, disputada entre as áreas de Buenos Aires e das Missões, alcançando os 14 mil habitantes em 1803.²⁸

Posteriormente, o processo de independência na América hispânica também altera a importância das cidades na política regional. Como assinala José Carlos Chiaramonte, a região platina não era entendida como única e indivisível, e sim como uma miscelânea desmembrada em diversas jurisdições, reinos e unidades administrativas hierarquicamente posicionadas. Após 1810, diversas cidades e “regiões província” buscaram estabelecer corpos administrativos estáveis e soberanos, muitas vezes distintos projetos se entrecruzaram na mesma territorialidade.²⁹

Até a independência uruguaia em 1828, a cidade de Montevideú foi palco de diversos projetos e disputas: realistas *versus* portenhos, artiguistas *versus* portenhos, lusófilos *versus* artiguistas, Voluntários Reais *versus* Império do Brasil, Províncias Unidas do Rio da Prata *versus* Império do Brasil, dificultando a cristalização de uma identidade específica.

ATORES ENVOLVIDOS	INÍCIO DO CONFLITO	FIM DO CONFLITO	OBSERVAÇÕES
Governo de Buenos Aires <i>versus</i> Espanha (Montevideu Realista)	1810	1814	Em 1811, Portugal invade a região e provoca um armistício. Os conflitos são retomados em 1814 e Montevideu é tomada pelas tropas buenaienses.
José Gervásio Artigas (Liga Federal) <i>versus</i> Governo de Buenos Aires	1814	1820	Em 1813, Artigas e a Junta de Governo de Buenos Aires entram em rota de colisão, firmada um ano depois. Em 1816, o triunvirato de Buenos Aires declara independência e cria as Províncias Unidas do Rio da Prata.
Portugal <i>versus</i> José Gervásio Artigas (Liga Federal)	1816	1820	Segunda intervenção lusitana na Banda Oriental. Artigas com a derrota abandona a luta armada e se exila no Paraguai até sua morte em 1850.
Portugal (Voluntários Reais) <i>versus</i> Império do Brasil	1822	1824	Com a independência do Brasil, em 1822, as tropas dos Voluntários Reais se dividem entre os fiéis a Portugal e os aliados ao Brasil, provocando conflito armado.
Império do Brasil <i>versus</i> Províncias Unidas do Rio da Prata	1825	1828	A Guerra da Cisplatina tem início com a invasão de tropas orientais que com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata proclama a independência da região e a guerra ao Brasil. O conflito termina com a mediação inglesa e a criação da República Oriental do Uruguai.

Tabela 1. Conflitos armados nos territórios da Banda Oriental e província Cisplatina (1810-1828). Fonte: IZECKSOHN, Vitor. O Processo de Formação dos Estados no Rio da Prata: comércio, navegação e guerra, 1810-1864. **Cadernos do CHDD**, Rio de Janeiro, v. Ano IV, 2006, n. Número especial, p. 89-106; PIMENTA, João Paulo. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 103-160; RIBEIRO, Ana. **Los tiempos de Artigas**. Editorial planeta: Montevideu, 2009. (Tomo I), p. 129-305; Tomo II, (p. 9-130); STREET, John. **Artigas and the emancipation of Uruguay**. Nova York, Cambridge University Press, 2008. 1ª ed. 1959, p. 118-278.

Durante os anos de existência da Cisplatina os impressos fizeram parte desses conflitos, ajudando a conformar uma cena pública em constante ebulição. Os espaços públicos de Montevideu na mesma medida que amplificaram os conflitos militares também tinham importância decisiva na circulação da informação e na atividade política.³⁰ De acordo com William Acree, a região da América que mais sentiu esse movimento foi o Vice-Reino do Rio da Prata. O impacto foi significativo, especialmente, pela ausência de uma cultura de impressos e de um mercado relevante para jornais durante a maior parte do período colonial, alcançando números expressivos em comparação com os outros espaços de conflito no continente. Para o historiador, “la falta de una cultura de la impresión en la región en el período colonial hizo que la llegada de las imprentas y su despliegue de textos fuera más significativo aún durante las guerras por la independencia”³¹, “fue en esta región donde se vio la mayor proliferación de nuevas imprentas, periódicos e producción de hojas sueltas”.³²

Os eventos de maio de 1810 com a partida do Vice-Rei Baltasar Hidalgo de Cisneros (1755-1829) de Buenos Aires e a criação da Junta Provisória têm como uma das suas repercussões mais imediatas a criação de dois jornais, um em cada margem do Prata, a *Gazeta de Buenos Aires* e a *Gazeta de Montevideo*. Além disso, esse processo foi o responsável pela ampliação e politização dos espaços públicos.

Desse processo decorre o que Jürgen Habermas considera como momento de nascimento de uma esfera pública. Esse processo se cristaliza com o declínio das instituições feudais e o fortalecimento dos Estados Nacionais modernos, elementos subjacentes ao desenvolvimento do capitalismo e à politização da sociedade burguesa. O debate político, publicizado através da imprensa, afasta a classe dirigente da “boa sociedade”, a discussão antes privada se torna coletiva e aberta através da “opinião pública”. Em síntese, o intelectual alemão afirma que:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regularmente pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e

do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública.³³

Em que pese as importantes considerações de Habermas, existem decisivas diferenças entre o objeto de sua análise, a sociedade burguesa europeia, e a conjuntura política, econômica e social da América Meridional. Entre as principais destacam-se: a condição colonial e hierarquizada da economia e da sociedade americana, o escravismo – principalmente na América portuguesa, o baixo desenvolvimento dos núcleos urbanos e a densidade populacional. No tocante às diferenciações, principalmente sobre a utilização do termo sociedade burguesa, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière alertam que

el concepto de “sociedad burguesa” es, la mayoría de las veces, inadecuado, incluso cuando el historiador se limita a un enfoque estrictamente sociológico de las formas de la publicidad. La Inadecuación se vuelve todavía más aguda al tratarse del mundo hispanoamericano, ya que éste ignoró, por lo menos hasta finales del siglo XIX, el uso de la palabra burguesía en su léxico político e ideológico. Se puede inferir de esto que las formas supuestamente “burguesas” de sociabilidad tampoco cuajan bien con la realidad iberoamericana. Y con eso aparece lo que para nosotros sería el punto más problemático: su encuesta se limita, esencialmente, a Francia, Inglaterra y Alemania; esta selección —que puede justificarse para el siglo XIX— deja fuera del análisis una vasta y esencial área cultural del Antiguo Régimen: Italia y el mundo ibérico.³⁴

Entretanto, algumas similaridades devem ser congraçadas, entre elas principalmente o processo gradual de politização da sociedade, bem como da publicização de críticas e opiniões contrárias aos governantes. Na América Ibérica esse movimento é derivado, em grande parte, das reformas das estruturas coloniais empreendidas pelas metrópoles na tentativa de reverter a sua posição subalterna na conjuntura econômica e política europeia do século XVIII. A ilustração ibérica, matriz de pensamento dos teóricos das reformas políticas e econômicas vigentes, moldada a partir da estrutura do Antigo Regime não projetava a dissolução dos domínios coloniais, e sim a sua racionalização e continuidade. Contudo,

com o efeito dessas tentativas de reforma se agudizou a crise política e somada à conjuntura revolucionária iniciada nas colônias inglesas na América e propagada a partir da França em 1789 e o posterior avanço de Napoleão Bonaparte, desenvolveram-se na América novas formas de sociabilidade e cultura política.

Os espaços de Montevideú durante a província Cisplatina

Para a caracterização desse espaço, é possível fazer uma breve descrição da cidade no início da década de 1820. O extramuros, habitado expressivamente durante o período colonial, havia sido destruído devido aos constantes cercos e acampamentos militares em seu entorno. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilarie observou que “antes da guerra, este país florescia, mas hoje as habitações próximas da cidade estão semidestruídas e inteiramente abandonadas. Foram arrasadas pelas tropas dos revoltosos”.³⁵ A cidade era protegida por quatro torres, baterias de armamento e duas linhas de trincheiras. As muralhas que cercavam toda a cidade atingiam a altura de nove e a espessura de seis metros.

Ao entrar na cidadela e atravessar os portões de São Pedro, o primeiro aspecto que chamava a atenção do visitante era a sujeira e os fortes odores de Montevideú. As primeiras ruas, pavimentadas por iniciativa lusitana, abrigavam o comércio popular, com lojas e *pulperías*. Avançando pela Rua São Gabriel se encontrava a praça principal, somada à Igreja Matriz e ao *cabildo*.

Além da Casa de Comédias, na área também se situavam os cafés e o comércio da elite. Ao norte da praça, na Rua São Francisco, estava a casa de Carlos Frederico Lecor, construída no século anterior por Cipriano de Melo, um rico comerciante português de escravos. As moradias de dois andares eram coladas umas às outras e espalhadas por toda a cidade, sem distinção específica de bairros por classe social ou nacionalidade. Desse modo, a população circulava e convivia com os habitantes vindos do exterior com maior intensidade do que a vizinha Buenos Aires, por exemplo.³⁶

As *pulperías*, denominadas também como casas de abastecimento ou lojas de gêneros, eram o espaço de sociabilidade mais recorrente e tradicional de Montevideú e da sua campanha, região decisiva na construção da unidade oriental e

nos projetos políticos em torno da Banda Oriental. O termo tem origem incerta, geralmente associado à sociabilidade popular e ao hábito de beber em público. Em Montevideu suas atribuições iam além do despacho e armazenamento de bebidas, construindo igualmente um local de encontro, de debate de ideias e de circulação de periódicos e panfletos. No interior, muitas vezes, também serviam de hospedaria para viajantes ou homens vagos que circulavam pela campanha. Não raramente constituíam o único espaço de sociabilidade interiorana. Nestes locais, o público, eminentemente masculino, encontrava-se para reuniões habituais compostas por indivíduos que eram clientes frequentes e estabelecidos em locais bem próximos destas casas de abastecimento. Espaço com uma função social importante, além de local de comércio e de obtenção de crédito, baseado na confiança pessoal muitas vezes, torna-se por excelência um espaço da política.³⁷

Além do comércio, as relações sociais giravam em torno do consumo de álcool (especialmente a aguardente), o jogo de cartas e a declamação de *cielitos* acompanhados de violão. De acordo com Pilar Bernaldo, no século XIX, a leitura de jornais e impressos também ocupava parte destes encontros.³⁸ O número destes estabelecimentos era bastante expressivo na geografia local. Ainda segundo Bernaldo, a proporção no Prata, em média, alcançava a de uma *pulperia* para cada cento e vinte habitantes. A quantidade destes empreendimentos e os hábitos dos locais que os frequentavam, chamaram a atenção do viajante francês Auguste Saint- Hilarie:

Numa aldeia de população semelhante com a de *las Víboras*, haveria na França apenas uma taberna, mas aqui há pelo menos uma meia dúzia. É aí que os índios e os mestiços passam boa parte de sua vida deixando a metade do dinheiro que ganham. Em toda a região, as tabernas são totalmente parecidas com as do Brasil. Garrafas de cachaça, comestíveis, ponches, fazendas, um pouco de mercearia e quinquilharias são aí expostas sobre pranchas. Um grande balcão estendido de um a outro muro paralelo à porta forma uma barreira entre o comerciante e as mercadorias de um lado, e os compradores e bebedores do outro. Estes ficam de pé e muitas vezes se deitam sobre o balcão, falando com tristeza, brincando ou cantando suas lânguidas cantigas, enquanto o cavalo os aguarda pacientemente à porta.

O primeiro registro de uma *pulperia* em Montevideu data do mesmo ano de sua fundação, 1724. Durante os anos de conflitos na campanha e na cidade são frequentes relatos sobre o grande número de estabelecimentos fechados ou destruídos. Entretanto, com a ocupação portuguesa, a promessa de pacificação e as tentativas de controlar os conflitos na região da campanha houve uma profusão de pedidos para instalação de novas *pulperías*. A multiplicação destes empreendimentos em uma região até então conflituosa é um indicador da estabilidade da Campanha oriental a partir da invasão lusitana.

Segundo Aníbal Barrios Pinto, a criação da província Cisplatina, em 1821 foi acompanhada de uma profusão de pedidos de autorização para a abertura deste tipo de comércio. Os números de solicitações ultrapassavam uma centena na jurisdição de Montevideu e mais de 350 no restante da região. Os pedidos revelam a fisionomia destes espaços de sociabilidade popular. Quando solicitadas por indivíduos sem reconhecimento social e/ou grande aporte financeiro eram negadas.³⁹

A resposta oficial era de que as *pulperías* volantes, de menor custo e que circulavam em carretas pela campanha, serviam como espaço para desordem, excessos, vícios, servindo de esconderijo para ladrões de gado e vadios. Os estabelecimentos eram permitidos quando criados por homens que possuíam propriedades de terra e tinham a garantia de pagamento anual de 30 pesos para o governo montevideano.⁴⁰ Portanto, a despeito do seu caráter popular, as *pulperías* foram alvo do controle das elites e do governo português.

Era frequente que panfletos fossem impressos na cidade, especialmente para circular na campanha e serem lidos para os frequentadores destas *pulperías*, o que também causava certa preocupação nas autoridades. Lecor, em carta dirigida às autoridades militares da fronteira com São Pedro do Rio Grande do Sul, pedia a fiscalização destes impressos pelas guardas da fronteira de Rio Grande: “como se vê dos incendiários e insolentes papéis que diariamente ali se imprimem [Montevideu] para fazer circular na Campanha”.⁴¹

Os cafés se restringiam unicamente ao âmbito urbano, constituindo uma novidade na paisagem de Montevideu. O Café da Matriz, o primeiro a surgir, ainda no início do século XIX, estava localizado no entorno da praça principal da cidade. As funções e o estilo dos encontros eram semelhantes aos das *pulpe-*

rias, entretanto, o público dos primeros difería: “La ‘gente decente’ que, por la afición al juego y a la reunión entre hombres, sólo concurría antes a los despachos de bebidas que había en el barrio, encontró ahora, en los cafés, un lugar que cumple las mismas funciones pero con un público más selecto.”⁴² Eram estes homens que faziam política no âmbito local.

Por exemplo, foi em uma reunião neste café que em 1808 deliberou-se a criação de uma Junta de Governo frente aos eventos na Espanha e dali os homens partiram para as ruas para divulgar o feito. De acordo com os relatos de Isidoro De Maria, cronista da época, a associação entre a leitura de impressos e os cafés foi imediata na cidade. Com a doação de uma impressora por Carlota Joaquina, em 1810, foi possível imprimir a *Gazeta de Montevideo*, fato que gerou celebração em um café, ponto de encontro entre os políticos locais e os redatores do jornal que ali seria sempre lido:

No hubo cohetes, ni cornetas, ni destapamiento de botellas, que no se estilaba. Sin embargo, si en ese tiempo, en vez del Café del Comercio, al norte de la plaza, a la antigua usanza, hubiera existido el del Ruso, de fijo que alterando la costumbre les manda a los cabildantes e *imprenteros*, chocolate con tostadas y un cajón de oporto para celebrar la fiesta.⁴³

Se eram recentes na paisagem oriental durante o início do século XIX, durante o período de existência da província Cisplatina, entre 1821 e 1828, o hábito já estava consolidado e Montevideu abrigou seis cafés. O Café da Matriz, o Café da Alianza e o Café de D. Adrián localizavam-se na zona central da cidade, servindo como ponto de encontro da elite após a missa, ou depois de frequentar o teatro. Dali assistia-se à revista das tropas portuguesas, às procissões e liam-se e discutiam-se os impressos locais e internacionais.

O hábito de promover tertúlias à noite nestes espaços foi encerrado com o toque de recolher imposto por Lecor. Contudo, os outros três cafés, mais afastados da zona central da cidade, serviriam para estes encontros noturnos. Dois estabelecimentos, o Café da Galega e o da Água suja, após as 22 horas “entornaban la puerta quedando dentro los parroquianos de la baraja a *desplumarse*”. A bebida e a prostituição eram os dois serviços noturnos por excelência destes

lugares. Em 1823, outro café servia de fachada para outros negócios durante a noite. No local, chamado *Mariños*, foi secretamente disposta uma roleta, onde os jogos duravam longas horas sem a fiscalização do governo. Ainda em 1823, foi feita uma denúncia e a “la cárcel fue el dueño del café deshaciéndose allí el nido de los ruleteros”.⁴⁴

As oficinas de impressão eram um dos espaços novos e politizados de sociabilidade em Montevideú. Geralmente o papel era adquirido diretamente com os proprietários no local de sua impressão, mesmo espaço que deveria ser procurado quando alguém tinha interesse em publicar algum anúncio nos jornais. Visitadas por redatores, impressores e compradores de jornal, as tipografias constituíam-se num espaço de discussão de ideias, e de mobilização política, com um caráter diferenciado: seus frequentadores eram, em sua imensa maioria, letrados.

Desse modo, tinham acesso à informação produzida no local e a que era veiculada e circulada pelos frequentadores, possivelmente leitores de mais de um impresso de origens diversas. Na província Cisplatina, juntamente com o crescimento dos impressos, as tipografias cresceram de importância. Ainda eram, e por um longo período permaneceriam sendo, rudimentares, apresentando um processo caro e complicado de impressão, especialmente na confecção dos tipos para impressão das letras e da tinta, frequentemente improvisada. Durante o período anterior, a prensa que imprimiu o *Estrella del Sur* foi levada para Buenos Aires em 1807, a “La Carlota” foi desmembrada e junto com os tipos utilizados por José Miguel Carrera deu origem a parte de outros equipamentos em Montevideú na fase de proliferação das prensas na cidade. A primeira delas foi a *Imprenta de Perez* (1821), seguida da *Imprenta de Torres* (1822), de los *Ayllones* (1822), dos Niños Expósitos (1823) e de *Arzac* (1823). Além dos jornais e panfletos, a impressão de documentos oficiais e institucionais também complementava a renda de seus proprietários.

Por fim, o movimentado porto da cidade constituía um importante espaço de circulação de informação e sociabilidades. Parada obrigatória de todos os barcos que ingressaram na Baía do Rio da Prata, Montevideú era uma cidade movimentada e internacionalizada. Embora com uma população muito menor, a sua vida ativa, de acordo com Saint-Hilarie, na entrada da década de 1820, era comparável apenas com a da capital e sede da monarquia portuguesa: “À exceção

do Rio de Janeiro, Montevideu é a cidade mais ativa das que conheci em minha estada na América”.⁴⁵

Dos terraços das maiores casas da cidade, os comerciantes com lunetas espreitavam a chegada de novos barcos e, enquanto as embarcações chegavam ao estuário, as pessoas se dirigiam no mesmo ritmo para o cais em busca de produtos e novidades.⁴⁶ Com o comércio livre, indivíduos e mercadorias de diversas partes do mundo chegavam à cidade e junto com eles informações, boatos e jornais. Por exemplo, Carlos Frederico Lecor somada à correspondência oficial, despachava periódicos ingleses, de todo o Prata e espanhóis para D. João VI. O representante brasileiro no Rio da Prata, Manuel Correa da Câmara (1783-1848), em correspondência a José Bonifácio Andrada e Silva (1763-1838), ministro do Reino e dos negócios estrangeiros, relatava a facilidade em encontrar jornais provenientes de Nova York, da Bahia e de Londres.

Conclusão

Foi nesse espaço em efervescência que o futuro da Cisplatina era debatido e através dessas discussões transformava-se em plano de ação e em disputas políticas. A cidade de Montevideu e seus espaços públicos concretos reverberavam a opinião e espalhavam a palavra impressa. A região da campanha recebia os impressos e foi constituída como um espaço social e político de mobilização importante. Locais que em conjunto formavam as ferramentas para fazer a política na Cisplatina. Se respirava política e ela ocupava todos os espaços públicos, sua materialização se dava através dos impressos. Desse modo, vão ao encontro do que propõem Guerra e Lempérière, a compreensão de uma pluralidade de espaços e de esferas públicas, destacando a cidade como um lugar por excelência da política e da formação da opinião.⁴⁷

- 1 *El Aguacero*. Montevideu, prospecto, abril de 1823. Página única.
- 2 IPANEMA, Marcelo de. **Legislação de Imprensa. Leis de Portugal e leis de D. João**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. p. 134-146.
- 3 MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820 - 1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, 2002. p. 39-58.
- 4 Ley de Imprenta, 1821. In: Documentos históricos. Bandos, proclamas, manifestos y otros documentos oficiales correspondientes a los años 1821 a 1823. Pieza 5.
- 5 Anuncio de la ley, sobre la libertad de ymprenta, 1821, *Imprenta de Perez*. p.1-2.
- 6 ACREE, William. **La lectura cotidiana**. Cultura impresa e identidad colectiva en el Río de la Plata. Buenos Aires: Prometeo, 2013. p. 35.
- 7 RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-238
- 8 NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais**. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003
- 9 OLIVEIRA, Cecília H. L. S. **A astúcia liberal**: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista, Edusf; Ícone, 1999
- 10 BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**, Juiz de Fora, Ed. UFJF; São Paulo, Annablume, 2006.
- 11 LEITE, Renato Lopes Leite. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- 12 MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- 13 WISIAK, Thomas. **A “nação partida ao meio”**: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro. 2001. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- 14 COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.
- 15 FELDMAN, Ariel. **Espaço público e formação do estado nacional brasileiro**: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852). 2012. Tese de doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- 16 GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese Doutorado em História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- 17 É notório como a imprensa da cisplatina é excluída das sínteses que buscam explicar o papel da imprensa na independência do Brasil, mantendo um recorte espacial que exclui a região, como se o que não faz parte do atual território do Brasil não poderia fazer parte da discussão. Outro elemento erroneamente apresentado é de que esses impressos derivaram das dinâmicas políticas hispânicas, quando na verdade são fruto direto das mudanças do mundo luso-brasileiro. Uma amostra dessa postura e argumentos pode ser vista em: GALVES, Marcelo Cheche. Imprensa e cultura política na independência. In: PIMENTA, João Paulo (Org.). **E deixou de ser colônia**. Uma história da independência do Brasil. São Paulo: Edições 70, 2022. p. 293-328.
- 18 GONZÁLEZ, Wilson Demuro. **Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)**. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013.

- 19 MARTÍNEZ RENAÚ, Laura. **La guerra de la pluma**. El discurso político revolucionario a través de la prensa. Montevideo, 1820-1830. Trabajo Final de Master Master en Historia Contemporánea Departamento de Historia Contemporánea Universitat de Valencia, 2015.
- 20 WINTER, Murillo Dias. “**Um periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin canon**”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina– 1821-1828). Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2014.
- 21 MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra escrita. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 25.
- 22 GONZÁLEZ, *op. Cit.* p.14
- 23 MOREL, Marco. BARROS, Mariana M. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p. 15.
- 24 ACREE, *op. Cit.*, p. 35.
- 25 Conjuntura que seria alterada apenas durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Em 1826 foi publicada em Canelones a *Gaceta de La provincia Oriental*, ligada ao projeto independentista. A historiografia de caráter nacionalista considera ser este o primeiro jornal uruguaio. Ver o prefácio de Simón Lucuix. In: GONZALEZ, Ariosto, D. LUCUIX, Simón S. SCARONE, Arturo. **Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27**. Reproducción facsimilar. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1943, p. 19-30. Ver: GONZÁLEZ, *op. Cit.*, p.154; ACREE, *op. Cit.*, p. 51.
- 26 POLLERO, Raquel. **Historia demográfica de Montevideo y su campaña, 1757-1860**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais opção estudos de população – UdelAR, Montevideu, 2013, p. 123-125.
- 27 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 76-79; BARRIOS PINTO, Aníbal. **História de los pueblos orientales**, 2ª Ed., Montevideo: Academia Nacional de Letras, 2000. Tomo I. p. 203-215; HALPERIN, Túlio Donghi. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750-1850**. Madrid: Alianza, 1985, p.18; RIBEIRO, Ana. **Los tiempos de Artigas**. Editorial planeta: Montevideu, 2009 (Tomo I, Capítulo I, p. 9-24); REICHEL, Heloisa Jochims. GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do MERCOSUL**. A região platina colonial. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p.65.
- 28 BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata. Trans-imperial Networks and Atlantic Warfare, 1777-1812. In: **Colonial Latin American Review**, nº 20, vol. 1, April 2011. p. 81-107; CAPILLAS DE CASTELLANOS, Aurora. Montevideo en el siglo XVIII. Montevideu: Nuestra Terra, 1971, p. 2-5.
- 29 CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados**. Origens da nação Argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009, p. 62.
- 30 CHIARAMONTE, *Op. Cit.*, p. 61-87.
- 31 ACREE, *op. Cit.* p. 31.
- 32 Idem. p. 20.
- 33 HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1984. p. 42.
- 34 GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica**. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998. p.6
- 35 SAINT-HILARIE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 183.
- 36 CAPILLAS DE CASTELLANOS, *op. Cit.* p.2-14; BARRÁN, José Pedro. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Montevideu: Banda Oriental, 2012, p. 19-21; GRANDIN, Greg. **O império da necessidade**. Escravidão, liberdade e ilusão no novo mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 37-39. PRADO, Fabrício. **In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata**. Ph.D. Dissertation– Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009, p. 42-82.
- 37 KINSBRUNNER, Jay. **The Colonial Spanish-American City: Urban Life in the Age of Atlantic Capitalism**. Austin: University of Texas Press, 2005, p. 71-77.

- 38 GONZÁLEZ, op. Cit., p. 72-74.
- 39 BARRIOS PINTO, Aníbal. "Pulperías de la Cisplatina". In **Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército**, nos. 98-99, Montevideo, 1964, p. 184.
- 40 BARRIOS PINTO, Aníbal. "Pulperías de la ". *Op. cit.*, p. 181-182. Op. citou. cit. Uniformize
- 41 Correspondência Do Brigadeiro graduado Manoel Marques de Souza ao governo de Rio Grande de São Pedro. In: **Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nº 07, setembro de 1922, p. 335.
- 42 GONZÁLEZ, *Op. Cit.*, p. 87.
- 43 DE MARÍA, Isidoro. **Montevideo Antiguo. Tradiciones y recuerdos**, t. II. Montevideú: Biblioteca Artigas, 1976, p. 66.
- 44 DE MARÍA, *op. Cit.*, p. 193.
- 45 SAINT-HILARIE, op. cit., p. 207.
- 46 GRANDIN, *op. Cit.*, p. 38.
- 47 GUERRA, *op. Cit.*, p. 10.

VIII

IMPrensa E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: *o processo de criação da Petrobrás nas opiniões dos grandes jornais cariocas (1951-1953)*

THIAGO COSTA JULIANI REGINA

Ao longo deste capítulo buscamos repensar o papel institucional e a atuação política da grande imprensa carioca durante o segundo Governo Vargas, reavaliando as noções que a compreendem como subordinada à União Democrática Nacional (UDN) e como opositora intransigente de Getúlio Vargas.¹ Com esse propósito, analisamos as formas como três dos grandes jornais do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) representaram o processo de criação da Petrobrás (1951-1953). Essa escolha forneceu uma excelente oportunidade, tendo em vista a surpreendente postura da UDN na ocasião, encampando a tese do monopólio estatal do petróleo, na contramão de seu apregoado liberalismo econômico, e pelo inesperado projeto governamental que, a princípio, propunha a criação de uma empresa de economia mista, distanciada dos ideais defendidos pelos setores mais nacionalistas.

É importante dizer que nosso objetivo com este trabalho foi o de reavaliar ambas interpretações. Não se trata de passarmos de detratores à apologistas da grande imprensa. Mas, distanciando-nos de quaisquer considerações tomadas *a priori*, apresentar uma compreensão alternativa, baseada em análises empíricas, sobre o papel e a atuação dos jornais durante o segundo Governo Vargas.

Devido a imensa repercussão dos debates em torno da questão do petróleo,

sua cobertura pela imprensa nos forneceu indícios suficientes da relação que os grandes jornais estabeleciam com o governo e com o maior partido de oposição à época. Desse modo, buscamos compreender quais foram as percepções destes diários sobre o comportamento da UDN frente à ação governamental, que tentou contar com o apoio parlamentar na aprovação do projeto de lei para a criação da Petrobrás.

Em 1951, tão somente cinco anos após o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas retornava ao poder. Desta vez, porém, não como ditador, mas como presidente eleito democraticamente. Embora a política nacional possuísse bases inequívocas no regime autoritário, inclusive seu ordenamento partidário, Getúlio se deparou com um cenário político muito diferente daquele em que governou de 1930 a 1945. Sobretudo no que diz respeito às dinâmicas de funcionamento da democracia política, aberta ao contraditório e à contestação das ações do governo.

No âmbito da política nacional, o país passou por alterações significativas, apresentando uma configuração partidária organizada em torno de três grandes siglas: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto PTB e PSD nasceram sob a égide do varguismo, a UDN surgiu justamente das lutas contra o Estado Novo, vindo a se constituir na principal força de oposição a Getúlio, em seu segundo governo. O viés anti-varguista do partido se manifestou logo após a vitória eleitoral de Vargas em 1950, por meio da contestação do resultado das urnas.

Consoante às mudanças políticas, e acompanhando o processo de urbanização do Brasil, tivemos alterações também na composição eleitoral, sendo os trabalhadores urbanos o maior contingente do acentuado incremento na massa de votantes, elevando a porção de eleitores a cerca de 25% da população brasileira e abrangendo mais de 40% dos adultos do país.² Inegavelmente, o novo cenário eleitoral trouxe implicações ao sistema partidário, sobretudo, em como as agremiações lidariam com a captação deste eleitorado urbano, em especial como cativar e conseguir o voto do trabalhador de baixa renda alfabetizado. Nesse sentido, partidos como o PTB tiveram vantagem, uma vez que passaram a orientar seus discursos a esta parcela há pouco contemplada com a participação política do sufrágio.³

São essas variáveis políticas – especialmente o crescimento exponencial do eleitorado, associado às mudanças na legislação eleitoral –, que permitem compreender a dupla face da moeda política desse período. De um lado, o fortalecimento dos partidos políticos, com aumento e fidelização de eleitores; enquanto de outro – em paradoxo aparente –, a diminuição de seus controles sobre o resultado do processo eleitoral, tornando-se a competição política muito mais acirrada e com reais graus de incerteza.⁴

Ainda que eleito democraticamente, pairava sobre Vargas a desconfiança de um retorno à ditadura, em especial pela parcela da classe política que lhe fazia oposição. À vista disso, desde seu início, o governo procurou estabelecer uma política de conciliação com seus adversários, esforçando-se pelo apaziguamento das oposições. Tentou atraí-las ao poder, cedendo-lhes cargos ou incitando-as publicamente a se juntar ao executivo federal no enfrentamento aos grandes problemas nacionais. Outro fator de suma importância nessa conjuntura, foi o fato de que, por conta do restabelecimento democrático em 1946, a imprensa gozou de ampla liberdade de manifestação, tornando-se um dos principais atores do jogo político, possuindo enorme capacidade de influenciar a sociedade e a política nacional nos anos 1950.⁵

Devido ao fortalecimento dos papéis sociais e políticos da grande imprensa após o fim do Estado Novo, não poderíamos deixar de mencionar que a seleção das fontes – os jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – obedeceu a uma série de critérios, dos quais se destaca o fato de os três impressos serem apontados como apologistas do conservadorismo político e do liberalismo econômico.⁶ Característica que, em tese, implicaria posturas semelhantes dos periódicos, mas que, na verdade, ensejou a hipótese do contrário. Por outro lado, há o lugar-comum que vincula estes diários à UDN: seja como aliados em uma incessante luta contra Vargas, seja como defensores intransigentes dos princípios econômicos do liberalismo. Enfim, também por estes jornais se constituírem em folhas tradicionais, com décadas de existência e trajetórias específicas, bem como pelos seus índices em termos de tiragem.⁷

Posto isso, as tentativas de Vargas em estabelecer uma política de conciliação com seus adversários, mostram-se úteis ao objetivo de questionar interpreta-

ções bastante difundidas na historiografia, entre as quais a de que os periódicos estudados seriam udenistas ou seguiriam a linha de ação do partido, bem como a de que os impressos e a UDN convergiram esforços em uma oposição constante e irrefletida ao presidente da República. Ou seja, analisar como os jornais trataram as investidas de Vargas, que buscava cooptar as oposições, constitui-se em uma oportunidade interessante para a compreensão de como eles retratavam e avaliavam a linha de ação da UDN, ora considerando a sua adesão, ora a sua oposição diante das propostas do governo, que tentava contar com seu apoio em diversas iniciativas saídas do Palácio do Catete.

Dentre os episódios que foram marcados por este tipo de investida do governo, e que tiveram grande repercussão nos meios jornalísticos, destaca-se a tramitação do projeto de lei e processo de criação da Petrobrás, que também foi proposto por Getúlio e que teve grande repercussão, devido à importância que se dava ao setor petrolífero para o desenvolvimento econômico do país. Além de fazer parte dos debates, a linha de ação da UDN também foi objeto da opinião dos jornais, uma vez que as controvérsias se deram em torno da postura que o partido deveria assumir diante do projeto petrolífero do governo.

Petrobrás: política energética e instrumento político

A Petrobrás se inscreveu de modo marcante no movimento de modernização e ampliação dos aparelhos estatais brasileiros, através do qual se constituíram organismos e se diversificaram funções de planejamento e controle sobre as atividades econômicas. No entanto, a institucionalidade ligada ao petróleo remonta a períodos anteriores à aprovação da Lei 2.004 de outubro de 1953.

Segundo José Dias e Maria Quaglino,⁸ criado em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) já expressava a atuação estatal sobre o setor petrolífero. Em conformidade com os padrões modernizantes da administração pública sob o Estado Novo, a legislação que deu origem ao órgão veio a concentrar em uma única agência as funções tradicionais de regulação, fiscalização e exploração, atribuindo-lhe, simultaneamente, funções executivas na área de produção, transporte e distribuição de petróleo e derivados. A partir deste núcleo inicial,

as competências do CNP iriam se estender pouco a pouco à área de refino e, inclusive, à formação de mão de obra especializada para o setor.

De acordo com Aspásia Camargo,⁹ desde o começo, porém, o CNP enfrentou duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, a indefinição governamental quanto às formas de inserção que teriam os organismos estatais no processo de desenvolvimento econômico, refletindo-se na incerteza quanto à solução a ser adotada para a indústria petrolífera: estatal, privada ou mista. E, em segundo lugar, persistiam os obstáculos em consequência da carência financeira e da insuficiência da gestão pública para a administração de unidades industriais.

A indefinição governamental sobreviveu ao Estado Novo, atravessando a presidência do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Durante seu mandato, foi elaborado o Plano Salte, que previa a participação do Estado na produção e no transporte de petróleo. Também foram implementadas políticas que viabilizaram a instalação de refinarias em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como houve o encaminhamento do anteprojeto do Estatuto do Petróleo ao parlamento, abrindo inclusive a possibilidade de participação do capital estrangeiro, nas áreas de pesquisa e exploração. Ainda assim, segundo Camargo,¹⁰ as dificuldades administrativas persistiram, tanto na criação das unidades industriais pelo CNP, quanto na continuidade dos investimentos previstos para o Plano Salte, a despeito do progresso na articulação de suas fontes financiadoras.

A resolução de ambos os problemas começou a se delinear efetivamente com a elaboração de um projeto energético para o Brasil, formulado pela Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas. Lembre-se, no entanto, que a solução do monopólio estatal que deu forma à Petrobrás, não se desdobrou da proposta original, e sim do substitutivo udenista apresentado à Câmara pelo deputado Bilac Pinto,¹¹ o qual, surpreendentemente, veio a ser adotado pelos adeptos da campanha “O Petróleo é Nosso!”, coordenada pelas correntes nacionalistas militares, estudantis e políticas.¹² De qualquer modo, do programa governamental elaborado pela Assessoria de Vargas, foi preservada a propriedade empresarial da Petrobrás. A empresa veio a representar, dessa forma, a implantação pelo Estado de um modelo de gestão da infraestrutura energética – com o estabelecimento do monopólio estatal – e do que viria a se constituir em um padrão mais avançado de atuação empresarial, superando os limites próprios da administração direta.

A criação da Petrobrás e os impactos econômicos nos anos que se seguiram podem ser considerados decisivos para o país. Segundo Camargo informa,¹³ a empresa favoreceu a expansão do setor de transporte rodoviário; a implantação da indústria automobilística sob o governo Kubitscheck; e o desenvolvimento das indústrias química e petroquímica nacionais. Entre as principais consequências para o desenvolvimento econômico brasileiro estão a poupança de divisas gerada pelo declínio da importação de derivados de petróleo; a política de nacionalização de materiais e equipamentos, relevante para formação de um moderno setor de bens de capital; o avanço das atividades de pesquisa, responsável pela elaboração e aprimoramento de tecnologias, etc.

Ademais, um aspecto muito importante a ser destacado é a expressão política da aprovação da Lei 2.004 de 1953. Com a instituição do monopólio estatal, a Campanha do Petróleo logrou além de conquistar seu maior objetivo, constituir-se em uma influência capital para a configuração de uma postura nacionalista em defesa da economia.¹⁴ Foi um momento fundamental da articulação de amplos setores políticos, presentes no contexto nacional desde o movimento pela participação do país na Segunda Grande Guerra, passando pela redemocratização do Brasil em 1945, até a reação popular pelo suicídio de Getúlio em agosto de 1954. Como parte desta conjuntura, os debates em torno do problema do petróleo e da Petrobrás influenciaram no pensamento político-social de seu tempo, conferindo importância às questões que afetavam a soberania nacional.

Segundo Gerson Moura e John Davis Wirth,¹⁵ em dezembro de 1951, quando Getúlio apresentou o programa do governo para o setor petrolífero, propondo a criação de uma empresa de economia mista, a Petróleo Brasileiro S.A., que comportava em seu quadro acionário a participação de capital privado, inclusive estrangeiro, foi alvo de críticas e reprovação por setores da sociedade civil e de parte das forças armadas. A Campanha do Petróleo protagonizou a maior ofensiva à iniciativa governamental, classificando a proposta de Vargas de “entreguista”. A proposta também gerou desacordos dentro do próprio PTB, com o envolvimento de alguns de seus parlamentares, que ocuparam as tribunas do Congresso e foram às ruas em protesto contra a Petrobrás, considerada como brecha à infiltração dos trustes na exploração do óleo, reconhecida como ativida-

de estratégica para a autonomia na produção de combustíveis e importante elo do desenvolvimento econômico.

Empenhada em se contrapor politicamente a Vargas, a UDN desprezou a linha econômica liberal e favorável à participação técnica e de capital estrangeiro na exploração do petróleo nacional, a qual vinha sustentando desde o governo Dutra, e passou a defender a tese do monopólio estatal para o setor petrolífero. Em contradição com sua base doutrinária, a agremiação, além de adotar os mesmos pressupostos dos nacionalistas, que atacavam o presumido “entreguismo” do governo, propôs ainda a criação da ENAPE (Empresa Nacional de Petróleo), uma companhia que concentraria integralmente a indústria do petróleo brasileiro, com monopólio estatal sobre todas as fases da exploração, inclusive encampando as refinarias privadas do país.¹⁶

Por certo, durante as discussões na Câmara dos Deputados (de junho a setembro de 1952), a UDN não abriu mão do caráter monopolista que deveria revestir a solução para acabar com o problema da dependência estrangeira em matéria de petróleo. Para ter aprovado seu projeto, Vargas teve que articular por meio do líder da maioria, Gustavo Capanema, um acordo com a oposição, cujo se encontrava o próprio PTB, e que culminou na inserção do monopólio. A despeito de ter sido considerado um monopólio parcial, visto que excluía a área de distribuição, acabou marcando uma renúncia do governo, na qual a vigorosa descaracterização do projeto original descontentou o Presidente e sua Assessoria Econômica, que o havia elaborado.

Quando da tramitação do projeto no Senado Federal, que se estendeu sob exame durante quase um ano, os parlamentares udenistas inverteram a postura que haviam tomado seus correligionários da Câmara e passaram a incorporar emendas “liberalizantes”, ao ponto de novamente desfigurar o conteúdo da proposta. Um sinal evidente da falta de unanimidade dentro do partido. De volta à Câmara dos Deputados, em julho de 1953, com a remoção de tais emendas, curiosamente apoiada pela deputação udenista, a Petrobrás foi aprovada em 19 de setembro daquele ano.

A UDN circunscreveu sua atuação na defesa da tese monopolista, pautada em um viés estritamente político, composto por duas possibilidades: por um lado, movida pelo antigetulismo, na perspectiva de rebaixar ainda mais a

imagem do governo, deteriorada pelas crises em que este se defrontava; e, por outro lado, acreditamos que, conjunto a isso, a possibilidade de captar o voto nacionalista ou, pelo menos, parte do eleitorado que possuía alguma identificação com determinadas bandeiras do nacional-desenvolvimentismo getulista, pode ter sido vista pelos udenistas como expediente para aumentar o alcance eleitoral do partido.

A flagrante contradição da escolha pelo monopólio estatal do petróleo com a conhecida autorreferenciação da UDN como uma agremiação de matriz liberal¹⁷ foi justificada pelos políticos udenistas como conveniências políticas, em função das circunstâncias conjunturais, como afirma Maria Victoria Benevides.¹⁸ Entretanto, podemos questionar que, se havia um cálculo eleitoreiro no posicionamento da UDN, a sigla estaria indo justamente na contramão dos princípios até então defendidos e compartilhados com sua base eleitoral. Com efeito, também, parece-nos rápida demais a afirmação de que o propósito dessa atuação fosse apenas vilipendiar as imagens de Getúlio e do governo, o que não permite descartar um possível entusiasmo udenista em, de fato, reverter um infortúnio do governo em uma transferência de capital eleitoral em benefício da UDN.

Como veremos a seguir, não apenas frente à questão do petróleo, a imprensa carioca representou a atuação da União Democrática Nacional, mas também frente ao governo Vargas e às novas demandas políticas da democracia liberal, em especial, diante da emergência das massas enquanto ator político decisivo das dinâmicas eleitorais.

O processo de criação da Petrobrás nos editoriais da grande imprensa carioca

O processo de criação da Petrobrás foi uma das temáticas mais discutidas de seu tempo, especialmente em virtude do amplo debate realizado pela imprensa. Não obstante ela ter se constituído em meio de ressonância das disputas travadas no campo político,¹⁹ não esteve reduzida a este papel. Por meio de suas representações, influenciou na construção de sentido do que se discutia, colaborando na delimitação do que era legítimo em termos de política pública para o petróleo, bem como no tocante à adoção de táticas pelos partidos políticos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os três impressos analisados apresentaram, em termos de pensamento econômico, aversão às propostas que definiam o monopólio como forma de inserção do Estado no processo de desenvolvimento da indústria do petróleo. *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* compartilharam das mesmas razões sob as quais a opção pelo monopólio estatal seria desastrosa.²⁰ Em termos gerais são elas: a escassez financeira dos cofres públicos para o porte do empreendimento; a imperícia técnica do Estado no setor petrolífero; e o imobilismo burocrático da gestão estatal. Logo, percebe-se que em termos de doutrina econômica, por motivos semelhantes, os três diários convergiram na rejeição à tese do monopólio estatal do petróleo, bem como tentaram legitimar seus posicionamentos, clamando a um exame técnico da questão.

Contudo, verificou-se que entre os jornais variaram as suas preferências em relação ao modelo ideal de empresa, como também as posturas que apresentaram em face do projeto governamental. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* tinham para si que a participação estrangeira seria oportuna à incipiente indústria brasileira, no entanto, a forma e a extensão dessa presença foram pontos de contraste entre ambos impressos.²¹ Enquanto para o *Correio* esta participação deveria se dar mediante um criterioso controle do Estado, constituindo-se este, simultaneamente, em instância operadora e fiscalizadora, para o JB ela deveria ser amplamente bem-vinda, sem impedimentos legais. Essa posição do *Jornal do Brasil* esteve mais evidente no início do processo, quando a oposição monopolista ainda não se fazia escutar com força.

Possivelmente, em função do “entreguismo” ter se tornado o principal estigma entoado pelos nacionalistas de “O Petróleo é Nosso!”, o JB tenha dado menos ênfase na colaboração estrangeira e combatido mais a proposta monopolista. Diferente do CM e do JB, *O Globo* foi categórico em representar os investimentos e a atividade exterior como um perigo à soberania nacional e à retenção de divisas no país.²² Diante disso, mesmo antes da campanha pelo monopólio tomar vulto, *O Globo*, valendo-se de exemplos do mercado petrolífero internacional, procurou levantar os temores relativos às práticas predatórias das grandes companhias estrangeiras.²³

O *Correio da Manhã*, após defender a fórmula de economia mista para a

empresa, manteve-se coerente com essa alternativa até o fim do processo, apoiando o projeto originalmente encaminhado por Vargas ao Congresso e, posteriormente, condenando o presidente por ele ter cedido às pressões oposicionistas em favor de uma suposta renovação de compromissos políticos. Para o diário de Paulo Bittencourt, salvo algumas dúvidas em torno de questões relativas à ausência da atividade estrangeira, sobretudo em relação à técnica e aos tópicos orçamentários, o programa elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência contemplava os requisitos essenciais ao desenvolvimento da indústria petrolífera no país.

Este jornal se propõe a fazer um esforço de esclarecimento da opinião pública. Mostraremos que a participação estrangeira, devidamente controlada, é a mais vantajosa forma para a exploração do petróleo. [...] Conhecemos a onda que vai desencadear nossa atitude. Sabemos que o PCB e suas linhas auxiliares mobilizarão contra nós todo o seu poder difamatório. Não será por isso, no entanto, que deixaremos de cumprir nosso dever de bem informar o público e de defender os interesses do país.²⁴

Assim como o *Correio*, o jornal *O Globo*, ao longo de suas manifestações sobre a Petrobrás, colocou-se expressamente ao lado da proposta saída do Catete, ainda que não tenha poupado Getúlio de críticas quando se desenhava a capitulação do plano inicial em benefício do monopólio estatal. O impresso fez questão de enaltecer o caráter plural do projeto governamental, especialmente em virtude de o mesmo não abrir mão da salutar presença dos entes particulares nacionais e estrangeiros e, ao mesmo tempo, evitar intervenções exteriores nocivas ao setor, considerado tão caro ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Foi certamente pensando nesses entraves inconvenientes que o chefe do governo apelou, na sua solução, para todas as formas de iniciativa, tanto pública como particular, chamando ao campo do petróleo não só os recursos do Estado, como os capitais privados, e até mesmo o capital estrangeiro, dentro de uma fórmula minoritária, que lhe tira toda a possibilidade de se aglomerar e prevalecer.²⁵

Já o *Jornal do Brasil*, em um primeiro momento, representou negativamen-

te o programa original da Petrobrás, uma vez que, para o impresso, mesmo conjugados os esforços do Estado e de particulares brasileiros, isso seria insuficiente sem a participação do capital privado estrangeiro.²⁶ A despeito do *JB* não apresentar uma defesa explícita do projeto governamental, aproximou-se da Petrobrás na intenção de se contrapor ao monopólio estatal do petróleo. Podemos evidenciar essa tendência na avaliação que o *JB* fez do encontro empresarial II Mesa-Redonda das Classes Produtoras, na qual o periódico se posicionou alinhado ao grupo de participantes contrários à tese monopolista.

Ampliando o seu ponto de vista liberal, admite esta corrente a organização de uma sociedade de economia mista, ideia, aliás, contida no projeto de origem oficial, que se chamou – Petrobrás – podendo, entretanto, essa empresa mista, funcionar simultaneamente com as empresas privadas, que concorrerão com o mesmo objetivo de aumentar, com maior rapidez possível, a produção petrolífera de acordo com os altos interesses do Brasil, que canaliza, todo ano, somas vultosíssimas na importação do petróleo.²⁷

Embora o *JB* tenha se mostrado reticente à presença do Estado, não se mostrou contrário a esta. Portanto, nem o diário que se apresentou mais favorável à iniciativa privada nacional e estrangeira, colocou-se contra um tipo limitado de atuação do setor público na constituição da empresa.²⁸ O que demonstra que na imprensa havia uma aceitação da inserção de organismos estatais no processo de desenvolvimento econômico, ainda que de formas e intensidades variáveis de jornal para jornal.²⁹ Apesar das convergências em torno da questão petrolífera, cada diário expressou peculiaridades através de seus pontos de vista, em um funcionamento que é emblemático do campo jornalístico como espaço heterogêneo e de disputa pela imposição da tese mais legítima.

Ainda que os agentes do campo jornalístico tenham apresentado posicionamentos aproximados entre si, isso se deu muito menos na relação com o campo político, na qual os periódicos adotaram diferentes estratégias discursivas na elaboração de suas representações, ao passo que os agentes do campo político, UDN e governo, movimentaram-se taticamente em torno da criação da Petrobrás. Com efeito, os periódicos compartilhavam de uma percepção prévia sobre o partido, como um aliado em potencial na defesa de políticas liberais para te-

mas econômicos. Porém, quando a tônica dos três diários se centrou no combate à tese monopolista e aos grupos que a apoiavam, a UDN e sua inversão de posicionamento foram os maiores alvos dos jornais, como sugere o jornal *O Globo*, ao opinar que

O curioso resultado dessas atitudes é que o Sr. Getúlio Vargas se está tornando, por um desses deslocamentos imprevisíveis das constelações políticas, o fiador da democracia econômica e política no nosso país. É ele quem, através da Petrobrás, defende a iniciativa privada dos ataques da UDN.³⁰

Segundo os impressos, ao optar pelo monopólio estatal, a UDN estaria abandonando seu conteúdo programático e se voltando contra os princípios liberais que teriam guiado a sigla até aquele momento. Nesse sentido, a evocação do passado udenista foi utilizada como indicador do equívoco sobre o qual recaía a agremiação.

Os motivos pelos quais a UDN resolveu atuar em prol do monopólio estatal do petróleo, supostamente em prejuízo de suas tradições, foram retratados pelo *Correio* e pelo *Globo* em termos de oportunismo eleitoral.³¹ Ambos impressos sugeriram que os fracassos dos pleitos presidenciais anteriores acabaram ensejando um comportamento demagógico no partido. Isto é, os udenistas frustrados com as derrotas em 1945 e 1950, teriam resolvido adotar as táticas de seus adversários bem-sucedidos, ao direcionarem seus discursos em apelo ao povo, por meio da mobilização de sentidos já sedimentados socialmente como, por exemplo, os sentimentos e afetos relacionados ao nacionalismo. Entretanto, CM e OG, colocando-se na contramão de tais práticas, apontaram que a UDN estaria fadada à ruína caso se decidisse por este caminho, em função de que tinha seu reconhecimento social atrelado a outras formas de conduta, bem como porque em matéria de falar às classes populares e granjear-lhes apoio, outros atores políticos, como o próprio presidente, o fariam melhor.

(...) não é só o interesse público que a UDN vai prejudicar. É o partido mesmo, que, vingando as teses que insensatamente levantou, se incompatibiliza com seu próprio eleitorado. Esqueceu-se a UDN, demasiadamente cedo, de que existe como partido porque

existem no Brasil pessoas que repelem a demagogia e o caudilhismo social, que aspiram a um regime de liberdade de trabalho e produção e sabem que a prosperidade do país exige o concurso da atividade privada. Tal esquecimento não bastará, certamente, para que se tornem udenistas os fanatizados eleitores do sr. Getúlio Vargas. Mas bastará, provavelmente, para alijar da UDN o seu antigo eleitorado.³²

Tudo isso estará, porém, perdido, se a UDN, impaciente com seu próprio ritmo de marca, e receosa de perder popularidade para os seus concorrentes mais simpáticos ou agressivos, resolver esposar as teses demagógicas do dia, as causas de sucesso fácil, comprometendo-se em alianças de ocasião.³³

Então, para ambos jornais, CM e OG, os udenistas estariam adotando os métodos de seus adversários, pois estes vinham tendo bons resultados na conquista de votos ao adotarem discursos ressonantes em grandes parcelas da população. Desse modo, ao lançar mão da referência aos supostos princípios ideológicos dos eleitores da agremiação como estratégia discursiva, os dois periódicos, enquanto agentes do campo jornalístico, tentaram pautar a ação da UDN no campo político, acusando a inconformidade da atitude do partido com o pensamento político que ligaria o eleitorado à agremiação.

Para o *Jornal do Brasil*, a razão da atitude udenista era outra, a de estabelecer uma aproximação com a corrente nacionalista das Forças Armadas, eventualmente, a fim de fortalecer a sua posição no campo político. Ao acusar o partido de tal intenção, o JB retratou como ingênua a postura da UDN, pois a sigla não gozava de prestígio com os militares nacionalistas, sendo por eles vista como obsoleta:

Os árdegos mosqueteiros da UDN podem assumir as atitudes que satisfaçam os seus intuitos. Mas os seus dirigentes deviam medir a responsabilidade de uma mudança de orientação em problema vital para o país. (...) Iludem-se, porém, os estrategistas da UDN. Os militares adeptos do “petróleo é nosso” dão tanta importância aos homens representativos da UDN como aos do PSD ou do PR. Tudo para eles é anacrônico, estéril, imprestável.³⁴

Embora o *Jornal do Brasil* não tenha feito elaborações categóricas sobre

as motivações políticas da UDN, o periódico afirmou que estas existiam e que guiavam a agremiação nas disputas em torno do modelo ideal de empresa petrolífera. De acordo com editorial de 15 de maio de 1952,³⁵ tomando o caminho do monopólio, os políticos udenistas supunham um alinhamento com a corrente nacionalista do Clube Militar que, aparentemente, estaria mais próxima da vitória no pleito que definiria a nova direção da entidade, dessa forma, tornando-se a primeira força política dentro das Forças Armadas.³⁶ Por consequência, podemos deduzir que, para o *Jornal do Brasil*, a UDN agiu vislumbrando ter na ala política supostamente majoritária do exército uma aliada de primeira hora.³⁷ Contudo, ressalte-se que o impresso não fez nenhum tipo de prognóstico sobre no que e sobre como agiriam UDN e militares caso viesse a se confirmar uma aproximação e uma associação nos moldes em tese desejados pelos udenistas.

Além do ônus que o partido traria a si próprio, por conta da inobservância de seus preceitos doutrinários, dentre os prejuízos da postura udenista, as três folhas indicam a manutenção da insuficiência e consequente dependência externa do Brasil em matéria de petróleo. O *Correio da Manhã* e *O Globo* exploraram este dano que a UDN estaria impondo ao país como uma forma de ligação do partido ao comunismo, uma vez que a agremiação estaria fazendo o papel de fiadora dos planos soviéticos, favorecendo o atraso e a miséria, combustíveis para a revolução.

Contra esse grupo de “O petróleo é nosso”, (...) devem os brasileiros agir com firmeza, com vigilância. Principalmente porque, por considerações de popularidade fácil, partidos como a UDN vieram engrossar a corrente comunista na oposição ao projeto governamental da Petrobrás.³⁸

Essa associação do “partido da redemocratização” com o “perigo vermelho” denota o recrudescimento das críticas à atuação udenista, visto que o anticomunismo possuía bastante eco, tanto social quanto institucionalmente. Em editorial do dia 16 de maio de 1952, o periódico da família Marinho denunciou que o partido do brigadeiro teria “se somado às forças da esquerda por se posicionar ao lado de nacionalistas e comunistas, que querem o Estado onipresente e absoluto, onde a independência do indivíduo não tarda a desaparecer”.³⁹

Afora a breve confiança manifestada pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal do Brasil* nos udenistas do Senado e na alteração do monopólio para o esquema misto, os periódicos trilharam caminhos opostos ao da UDN.⁴⁰ Além de reprovar a tese defendida pela agremiação, destrinchando-a, os jornais se engajaram em uma intensa campanha de deslegitimação do partido, ao tacharem-no de oportunista, demagogo, e vinculá-lo aos seus adversários e mesmo ao comunismo.⁴¹ Dessa forma, enquanto os diários buscaram demonstrar como os interesses udenistas eram inconciliáveis com o desenvolvimento econômico e com os interesses do país, procuraram se autorreferenciar como instância autorizada a prescrever a melhor solução e a orientar a coletividade. Isso demonstra o quanto foram apressadas as considerações que imputavam a estes jornais a pecha de udenistas e à grande imprensa carioca como subalterna a determinados agentes do campo político.

Portanto, apesar dos três impressos demonstrarem afinidades prévias com o conteúdo programático e com a orientação doutrinária da UDN no tocante à economia, compartilhando princípios liberais como o favorecimento à iniciativa privada, a participação estatal restrita etc., colocaram-se categoricamente contra o partido no processo de criação da Petrobrás.

Considerações finais

Para entendermos a relação entre imprensa e política durante o segundo Governo Vargas, o processo de criação da Petrobrás se mostrou paradigmático, tendo em vista as interpretações que procuramos reavaliar e que compreendem os periódicos analisados como “udenistas”, subordinados às lógicas de ação da UDN e antivarguistas. A convergência dos jornais em reprovar a postura udenista em prol do monopólio estatal do petróleo foi representativa da ampla liberdade que parte da grande imprensa carioca tinha em criticar a UDN. Os jornais criticaram o partido por este ter ido na contramão da proposta de Vargas e com isso dar corpo ao estatismo que eles tanto abominavam. Sendo assim, as publicações ficaram a favor do programa de empresa petrolífera que o Presidente a

princípio estava defendendo, ao lado de uma espécie de “liberalismo moderado”, com a participação do Estado e um controle dos fluxos estrangeiros.

Apesar dos impressos terem apresentado algumas linhas de concordância no que diz respeito à fórmula ideal de programa para a solução petrolífera, como a crítica ao excesso de estatismo e o respaldo ao capital privado, não se vê uma convergência clara em termos de projeto para o petróleo. Entretanto, verificou-se que na maior parte do tempo, ao se aproximarem ou mesmo apoiarem a proposta do governo, os periódicos se colocaram totalmente contra a UDN, por esta ter adotado a única tese que eles combatiam com unanimidade.

Outro aspecto observado foram as estratégias discursivas com as quais os diários procuraram influenciar a definição do partido em torno de sua linha de ação e que foram se deslocando progressivamente a um grau elevado de crítica. Evocaram mais de uma vez a base de legitimidade na qual se assentavam os membros eleitos da agremiação – a representatividade junto ao eleitorado –, deixando claro que os políticos da UDN deveriam necessariamente corresponder aos anseios de seus eleitores, supostamente como os concebiam os jornais. A crítica à traição da UDN ao seu passado, às bandeiras com as quais era tradicionalmente identificada, tem na infidelidade aos eleitores seu ponto mais alto.

Não se pode esquecer de que a avaliação negativa sobre a postura do partido no caso do petróleo foi tanta que os impressos fizeram associações categóricas entre a UDN e os planos comunistas, o que, possivelmente, constituía-se em uma denúncia grave junto aos seus eleitores e adeptos, no sentido contrário dos princípios sob os quais a agremiação se edificou. Além do mais, ainda foram imputadas a UDN a irresponsabilidade do partido de colaborar com o atraso econômico e social do Brasil e ter tomado o caminho do monopólio estatal do petróleo por motivações eleitoreiras.

Portanto, as convergências entre os jornais e o partido se deram quando as posições da sigla corresponderam às expectativas dos periódicos, caso contrário, os impressos não se furtaram de se colocar ao lado de projetos e programas diferentes dos defendidos pela UDN, inclusive desabilitando suas propostas com ataques que depreciavam a agremiação com o que lhe devia ser mais caro, a sua base eleitoral.

Dessa forma, podemos perceber que as afirmações categóricas sobre uma

suposta subordinação dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* à UDN, pouco se sustentam diante da análise empírica. Os resultados da investigação também permitiram constatar uma pluralidade de posições adotadas pelas folhas em face das iniciativas do governo de Getúlio Vargas, com os impressos não demonstrando constância nas críticas, tampouco coordenação em arremeter contra o Presidente.

Notas de fim

- 1 Cfe. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; SILVA, Hélio. **1954: Um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1966]; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- 2 NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 54.
- 3 No tocante a estas transformações no eleitorado brasileiro e seus efeitos sobre a representatividade do sistema partidário, ver mais em: SOARES, Gláucio Ary Dillon. A formação dos Partidos Nacionais. In: FLEISCHER, David Verge (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. V. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; NICOLAU, op. cit.
- 4 GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018, p. 264.
- 5 Para mais informações sobre a força política e social da imprensa na década de 1950, ver: ABREU, Alzira Alves de; LATMAN-WELTMAN. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- 6 Cfe. SOUZA, op. cit. SILVA, op. cit. SODRÉ, op. cit. CAPELATO, op. cit.
- 7 Prestígio e vendagem seriam os dois polos de legitimação do campo jornalístico, conforme Pierre Bourdieu. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2017 [1979]. Os dados referentes aos índices de tiragem dos grandes periódicos cariocas durante a década de 1950 podem ser encontrados em: Ribeiro, 2007.
- 8 DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.
- 9 CAMARGO, Aspásia (coord.) **Memória da Petrobrás**. Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. Serviço de Comunicação Social – Sercom, Rio de Janeiro, 1988, 142 p.
- 10 Idem, p. 27.
- 11 Com este substitutivo a UDN propôs a criação da Empresa Nacional de Petróleo (ENAPE), uma companhia exclusivamente estatal, detentora do monopólio sobre todas as fases da exploração petrolífera (pesquisa, lavra, transporte, refino e distribuição). Ver mais em: DIAS; QUAGLINO, op. cit.
- 12 Aqui, estes grupos são caracterizados pela defesa política e ideológica da autoridade do Estado em intervir nas atividades econômicas, especialmente, em setores estratégicos, como o energético.
- 13 CAMARGO, Op. cit., p. 17

14 Idem., p. 18.

15 MOURA, Gerson. **A Campanha do Petróleo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986; WIRTH, John Davis. **A Política do desenvolvimento na Era de Vargas**. Tradução de Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

16 O substitutivo udenista ao projeto do governo foi encaminhado à Câmara em 06 de junho de 1952, pelo deputado Bilac Pinto, então presidente da UDN que veio a substituir Odilon Braga. Com a troca no comando, a agremiação adotou uma postura de frontal hostilidade à proposta do Catete, tendo como principal argumento de que esta não seria suficientemente nacionalista. Por esse motivo, o substitutivo Bilac Pinto “advogava a instituição do monopólio de Estado para a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo”: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 202.

17 UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Manifesto/Programa. 20 de agosto de 1945. Tribuna Superior Eleitoral. Registro de Partidos no TSE, Registro de Partidos Políticos 1945 a 1979. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979-1/uniao-democratica-nacional>>. Acesso em: 05/07/2023.

18 BENEVIDES, op. cit., p. 202.

19 Utilizamos a teoria dos campos de produção simbólica de Pierre Bourdieu no enquadramento teórico da investigação, visando a diferenciação entre o meio jornalístico e a institucionalidade política em questão: BOURDIEU, op. cit., 2017 [1979]; BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989 [1989]; BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 [1996].

20 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1952; *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1952, p. 1; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 mai. 1952, p. 5.

21 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 mai. 1952, p. 5.; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1952, p. 1.

22 *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1951, p. 1.

23 Idem.

24 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1952, p. 1.

25 *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1952, p. 1.

26 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 mai. 1952, p. 5.

27 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1952, p. 5.

28 Idem.

29 O professor Luis Carlos Martins (2016), em seu trabalho, reavalia o quanto economicamente liberais seriam alguns dos grandes diários cariocas, analisando as discussões jornalísticas em torno das leis cambiais e dos programas em infraestrutura.

30 *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1952, p. 1.

31 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1952, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1952, p. 1; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1952, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 jul. 1952, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08 mai. 1952, p. 1; *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1952, p. 1; *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 mai. 1952, p. 1; *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1952, p. 1.

32 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1952, 9. 4.

33 *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 mai. 1952, p. 1.

34 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1952, p. 5.

35 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1952, p. 5.

36 Sobre as correntes militares e as disputas pela direção do Clube Militar à época, ver mais em: Peixoto, 1992, p. 71-113.

37 No entanto, no pleito do Clube Militar, a chapa de oposição Etchegoyen-Nélson de Melo (Cruzada Democrática) saiu vitoriosa sobre os nacionalistas Estillac e Horta Barbosa.

- 38 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1952, p. 4.
- 39 *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1952, p. 1.
- 40 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1953, p. 4; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1953, p. 4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1953, p. 5.
- 41 *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 set. 1952, p. 1; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1953, p. 5.



IX

UMA ANÁLISE DAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE SIEGFRIED HEUSER NA IMPRENSA DE SANTA CRUZ DO SUL (1950-1962)

GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

Ao problematizar a trajetória de determinado indivíduo, se deve considerar diversas questões que permearam a conjuntura em que o mesmo esteve presente. Assim, medidas, escolhas e ações tomadas devem ser entendidas a partir do contexto em que ocorreram. Nesta perspectiva, o presente texto procura analisar as campanhas eleitorais de Siegfried Emanuel Heuser, para os pleitos de 1950, 1954, 1958 e 1962, no município de Santa Cruz do Sul, situado na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul. No município, Heuser foi o candidato mais votado para deputado estadual nas quatro eleições abordadas.

O político santa-cruzensense ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na década de 1950, quando concorreu e foi eleito pela primeira vez, iniciando uma sequência que iria até 1962, ocasião em que disputou e confirmou pela última vez sua vaga no legislativo pela sigla trabalhista. Essa sucessão de pleitos justifica o recorte cronológico estabelecido para a análise desenvolvida.

O texto encontra-se constituído em três partes. A etapa inicial busca apresentar o político em questão e como ele foi mostrado pelo jornal santa-cruzensense em cada pleito disputado. Para isso, inicialmente, analisa-se as duas primeiras campanhas eleitorais de Heuser a partir do jornal *Gazeta de Santa Cruz*¹, procurando delinear a interação do candidato com o eleitorado por meio do periódico.

co. Em um segundo momento, o texto analisa as campanhas para os pleitos de 1958 e 1962, já publicadas na *Gazeta do Sul*², a fim de compreender como se deu a relação do político com os santa-cruzenses por meio do jornal. Em seguida, será feito um balanço sobre o desempenho de Heuser em cada pleito, procurando relacionar as publicações no periódico com os resultados eleitorais obtidos.

Para tal análise, utiliza-se o jornal santa-cruzensense *Gazeta de Santa Cruz* que na segunda metade da década de 1950, passou a ser editado como *Gazeta do Sul* nome que permanece até os dias atuais. As notícias relacionadas às campanhas de 1950 e 1954 se encontram na *Gazeta de Santa Cruz*, enquanto as que dizem respeito a 1958 e 1962 foram publicadas na *Gazeta do Sul*. As edições utilizadas neste texto encontram-se no Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC-UNISC). No uso desta fonte entende-se que, “transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico”³. Assim, a partir de um mapeamento da incidência de notícias relacionadas às campanhas eleitorais de Siegfried Heuser no jornal, as fontes foram organizadas sob uma análise qualitativa, procurando-se selecionar o material que dialogasse com a proposta do texto. Pontua-se que para a utilização desse tipo de fonte foram tomados alguns cuidados, conforme sugere Tania Regina de Luca:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas.⁴

Neste sentido, foram tomados alguns cuidados metodológicos na construção do presente artigo. Seguindo o princípio de categorização por pertinência presente em Bardin⁵ para a análise de conteúdo do jornal, as notícias relacionadas ao político e que foram utilizadas, se referem somente aos períodos de campanha eleitoral, não sendo usadas as publicações sobre a atuação política de Heuser de

maneira ampla, visto que a proposta deste texto é analisar as campanhas para os pleitos. A partir disso, as fontes foram categorizadas em pastas de acordo com os anos analisados (1950, 1954, 1958, 1962) e transcritas para análise. Tal estruturação metodológica procura auxiliar na análise das fontes, para a interpretação que visa compreender a construção do capital político de Heuser no município, a partir da análise de sua imagem no periódico santa-cruzens. Entende-se aqui que as publicações ligadas ao periódico apontam fatores que contribuíram para a construção da imagem política de Siegfried Heuser no município, mas se reconhece que existem outros pontos a serem levados em consideração para tal análise.

Siegfried Heuser foi eleito deputado estadual nas quatro oportunidades em que disputou. Cada eleição deve ser entendida sob perspectiva própria, visto que o contexto do primeiro pleito disputado em 1950, difere em vários níveis da última eleição para deputado estadual em 1962. De tal modo, salienta-se que um dos objetivos deste estudo é analisar a construção da imagem do político no município de Santa Cruz do Sul, a partir das publicações noticiadas pelo jornal, bem como verificar o impacto das campanhas nos resultados eleitorais obtidos no município. Para análise dos resultados eleitorais alcançados no período selecionado, faz-se uso do Banco de Dados Eleitorais do Nupergs e da Unisc, problematizando-se a contribuição do eleitorado santa-cruzens para as eleições de Heuser nos pleitos observados.

Compreende-se, ainda, que Santa Cruz do Sul se constituiu como uma das principais, se não a principal base eleitoral do político, ainda que o mesmo residisse em Porto Alegre desde o período em que se mudara a fim de cursar o ensino superior.

As campanhas eleitorais de 1950 e 1954 em Santa Cruz do Sul

O ingresso de Siegfried Heuser no Partido Trabalhista Brasileiro, para a disputa das eleições de 1950 cumpriu um papel estratégico, que visava ampliar a base eleitoral petebista na região. Para isso, Heuser fez parte do processo de organização partidária trabalhista no Rio Grande do Sul, que visava, como salienta Bodea⁶, transformar o PTB no maior partido do estado⁷. Assim:

O ingresso de Heuser no PTB deve ser entendido dentro de um contexto de inserção de profissionais oriundos de profissões liberais. Sua filiação ao partido também deve ser analisada como uma estratégia petebista a fim de ter uma liderança política em uma zona de colonização germânica do estado, onde os partidos ligados ao bloco liberal-conservador tinham maior aceitação.⁸

A primeira notícia vinculada a Heuser, ainda *Gazeta de Santa Cruz*, foi em agosto de 1950. No dia 15 de agosto, dentro da coluna “Notas Políticas” espaço do jornal para divulgação de notícias relacionadas aos candidatos e partidos políticos, a publicação “Visita de Candidatos” informou que “em visita à nossa cidade esteve aqui o nosso conterrâneo Dr. Siegfried E. Heuser alto funcionário da firma Bromberg S. Anônima e candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro”. Foi possível constatar que nas reportagens relacionadas ao candidato ao longo do período de campanha eleitoral, houve uma atenção por parte de Heuser acerca da construção do seu capital político junto ao eleitorado santa-cruzensense, associando sua imagem a petebistas de maior expressão e fazendo pronunciamentos públicos em comícios do partido em diferentes localidades do município.

No decorrer do período eleitoral, *a pedidos*¹⁰ foram publicados em diversas edições da *Gazeta de Santa Cruz*, a fim de publicizar os candidatos recomendados pelo diretório petebista de Santa Cruz do Sul. Nas publicações, além da recomendação de votar em Getúlio Vargas para presidente, Alberto Pasqualini para senador e Ernesto Dorneles para governador do estado, consta o nome de Fernando Ferrari para deputado federal e Siegfried Heuser para deputado estadual, o qual é referido como “um filho de Santa Cruz do Sul”. Percebe-se que na publicação do partido se visou aproximar Heuser do eleitorado santa-cruzensense, sendo essa uma estratégia, em certa medida, recorrente na construção de seu capital político. Pensando o termo na proposta levantada por Pierre Bourdieu essa proximidade auxilia o eleitor a estabelecer que determinado indivíduo – neste caso o político –, possui características semelhantes, em que o eleitor se reconhece (a descendência germânica, características, costumes da região, etc), sendo “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento”¹¹. Como coloca Luís Felipe Miguel esse movimento, “indica o reconhecimento so-

cial que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.”¹²

Se considera também a importância dos comícios para apresentação dos candidatos, tanto para fortalecimento da agremiação partidária, quanto para informar a plataforma política. Na edição de 15 de setembro de 1950, sob o título “Grande Comício realizou o PTB”, essa questão recebeu destaque na reportagem do jornal, citando que o comício contou com a participação e fala de importantes personalidades petebistas, como percebe-se no trecho selecionado:

Realizou-se, domingo à noite na Praça da Bandeira, o imponente comício do Partido trabalhista Brasileiro de apresentação do candidato Cel. Ernesto Dorneles. Além do candidato a governador do Estado, contou o concorrido <meeting> do largo da Prefeitura Municipal com a presença de candidato à deputação federal e estadual, representantes dos vizinhos municípios de Rio Pardo, Venâncio Aires e Candelária.

Faz a apresentação dos oradores o Dr. Arno W. Schmidt, falando ainda d. Olga Nietschke, da Ala Feminina do P.T.B., candidatos Germano Dockhorn, Victor Issler, Ernesto Dornelles, Rui Ramos, Siegfried Heuser e o deputado Guilherme Mariante.¹³

O principal comício petebista no município pode ser considerado o que ocorreu na semana seguinte, em 22 de setembro, contando com a presença de Getúlio Vargas. O pronunciamento aconteceu na praça da prefeitura, área no centro do município. A notícia publicada na capa da *Gazeta de Santa Cruz*, “Consagradora Recepção a Getúlio”, dentro da coluna “Notas Políticas”, oferece algumas informações que contribuem na tentativa de compreender a dimensão do acontecimento:

Fizeram uso da palavra neste comício o deputado Fernando Ferrari, a sra. Olga Nietschke, o presidente do diretório petebista local Dr. Arno W. Schmidt, o senador Getúlio Vargas, o Dr. Ruy Ramos, candidato conterrâneo Dr. Siegfried E. Heuser, o deputado Cel. José Diogo Brochado da Rocha e o ex embaixador Batista Luzardo.

O comício apesar da noite fria, reuniu cerca de 6 mil pessoas

tendo as orações proferidas sido irradiadas pela emissora local e uma cadeia radiofônica cobrindo todo o Estado.¹⁴

Ao verificar as estatísticas fornecidas pelo censo de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se o alcance do comício petebista. Segundo as informações, o município de Santa Cruz do Sul possuía 69.605 habitantes, sendo, 22.701 habitantes concentrados na sede do município e o restante da população nos distritos municipais¹⁵. Neste sentido, nota-se que a concentração de 6 mil pessoas pode ser considerada um grande comício.

Pontua-se que para este pleito, foi publicado pelo jornal, em várias edições, anúncios do candidato Siegfried Heuser, nos quais haviam elementos pertinentes para a construção de sua imagem perante o eleitorado¹⁶. No anúncio, foi apontado a formação acadêmica e profissional de Heuser como “comerciário, contabilista, economista”. Além da questão acerca da formação profissional, também era pontuado a relação de Heuser com a cidade colocando o político como “filho de Santa Cruz, sempre devotado aos interesses de sua terra”¹⁷. Apesar de Heuser colocar-se como “filho de Santa Cruz”, a cidade já gozava de representantes santa-cruzenses na Assembleia Legislativa. Nas eleições anteriores, de 1947, Carlos Maurício Werlang foi eleito deputado estadual pelo Partido de Representação Popular (PRP), e Guilherme Hildebrand pelo Partido Social Democrático (PSD). Nas eleições de 1950, Siegfried Heuser também tinha conterrâneos concorrendo para deputado estadual, como foi o caso de Norberto Harald Schmidt, que foi eleito para Assembleia pela legenda do Partido Libertador (PL). Assim, se nota que a apresentação de Heuser como “filho de Santa Cruz” tinha caráter simbólico, procurando conquistar a opinião do eleitorado santa-cruzensense e, portanto, sua crença, visto que:

A opinião pertence ao vasto domínio do crer, isto é, ao que não está em relação direta com a ação, mas com o imaginário de saber no qual o sujeito pode exercer seu julgamento. O crer se define numa relação do sujeito ao saber. É, pois, mais vasto que a opinião, visto que inclui também a crença.¹⁸

Ao analisar a campanha, ao menos sob a perspectiva dos resultados eleito-

rais, se pode afirmar que Heuser logrou sucesso. Dos 4.267votos¹⁹ recebidos no pleito, 3.067 foram do eleitorado santa-cruzens. Cabe salientar que o político publicou uma nota no jornal para agradecer a expressiva votação alcançada no município:

É com a mesma satisfação que novamente me dirijo ao povo da minha Santa Cruz, agora por intermédio das colunas da “Gazeta”, para expressar-lhe os meus agradecimentos pelo apoio que me foi dado no pleito eleitoral de 3 deste mês, apoio esse que vem evidenciar, mais uma vez, a generosidade que lhe é peculiar para com os seus filhos que tudo fazem para honrar a terra que os viu nascer. Ainda o meu agradecimento especial aos bons companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro desta cidade, na pessoa do seu Presidente, Dr. Arno W. Schmidt, companheiro leal e valoroso, que, coesos, deram vigorosa demonstração de ardor cívico nessa caminhada política em torno dos ideais do nosso glorioso Partido, que tem como bandeira o grande brasileiro Doutor Getúlio Vargas.²⁰

A campanha para deputado estadual, em 1954, seguiu uma logística semelhante à de 1950, segundo as publicações na *Gazeta de Santa Cruz*. A primeira notícia relacionada ao candidato pode ser encontrada na edição de 11 de agosto de 1954, quando foi publicado um anúncio da candidatura, “para Deputado Estadual, Siegfried Emanuel Heuser, Candidato do PTB de Santa Cruz do Sul” Chama atenção nesta campanha, que o PTB de Santa Cruz do Sul colocava o candidato Victor Issler como o candidato do diretório local para deputado federal, embora Siegfried Heuser fizesse “dobradinha” com Fernando Ferrari²¹. Em 17 do mesmo mês, o jornal publicou na coluna “Notas Políticas”, acerca da visita de Alberto Pasqualini em Santa Cruz do Sul. Sob o título “O Candidato do PTB sr. Alberto Pasqualini”, a reportagem noticiava a chegada do candidato petebista ao governo do estado em Santa Cruz do Sul para um comício. Organizado no Cinema Apolo, espaço social conhecido na cidade no período que a notícia foi veiculada. No encontro, diversas personalidades fizeram uso da palavra, conforme noticiado:

Na hora marcada, assomou à tribuna o dr. Arno W. Schmidt, presidente do diretório municipal do PTB santa-cruzens, seguindo

pela ordem mais os seguintes oradores: Deputado Siegfried E. Heuser, senador Alberto Pasqualini, dr. João Goulart, deputado Victor Issler e Fernando Ferrari, um representante da delegação de Venâncio Aires, dr. Leonel Brizola e deputado Ruy Ramos..²²

Na semana seguinte ao comício, a morte de Getúlio Vargas abalou o país inteiro. Conforme Miguel Bodea, a tragédia foi sentida no Rio Grande do Sul de maneira dramática e violenta. Segundo o autor “o efeito mais imediato da morte de Vargas sobre o processo político gaúcho foi a paralisação momentânea da campanha eleitoral.”²³, também se destaca que “as sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, vários prédios destruídos ou seriamente danificados. As instalações do jornal Diário de Notícias foram destruídas e o jornal deixou de circular naquele momento.”²⁴.

A campanha eleitoral petebista só foi retomada em setembro, não havendo publicações no periódico diretamente relacionadas à campanha eleitoral de Siegfried Heuser. Contudo, nota-se uma preocupação do PTB em informar os candidatos da agremiação envolvidos no pleito, por meio de anúncios²⁵. Na edição de 28 de setembro, destaca-se uma nota publicada pelo PTB local na *Gazeta de Santa Cruz*, que seguindo a orientação do diretório estadual, divulgou um texto procurando negar uma possível aliança com o Partido Socialista Brasileiro. Apesar de não dialogar diretamente com a campanha de reeleição de Siegfried Heuser, a nota evidencia o afastamento a qualquer menção ou proximidade com partidos de orientação socialista ou comunista, questão recorrente nas ações partidárias em Santa Cruz do Sul. Conforme a publicação:

É doloroso que às vésperas de pleitos eleitorais, nos últimos dias de cada campanha, surjam essas inverdades. Elas, quando muito, podem chegar a iludir parte da opinião pública, pois a maioria já repudia esses procedimentos. Todos estamos lembrados do que aconteceu no pleito em que o povo elegeu o grande Presidente Vargas. Taxaram-no de comunista e houve, mesmo, líderes políticos adversários que, então, atiraram-lhe a pecha de comunista, especialmente na colônia, mentindo para aquela gente boa que o grande Presidente hoje falecido, era comunista e que comunista era também o então candidato a vice-presidência da República, hoje Presidente. Hoje mais ninguém fala nisso, mesmo porque os

antecedentes e o procedimentos daqueles homens públicos desmentiram, desde logo, essas imputações falsas.

A direção local do P.T.B. tem a franqueza de dizer que perdem o seu tempo aqueles que veiculam notícias falsas. O povo está farto dessas mentiras e isso está demonstrando o resultado de eleição por eleição.

Sabe o povo que o comunismo ateu é o maior inimigo do P.T.B., que reúne sob a sua bandeira branca de paz e concórdia todos os homens de bem, que trabalham e que sofrem, fazendo-lhes precisamente o bem através dos seus postulados, que emanam dos mais puros ensinamentos de Cristo.

O P.T.B. e o povo em geral repudiam frontal e lealmente o comunismo e aqueles que, mentindo e mistificando, procuram criar um clima fértil para golpes e traições e para o próprio comunismo.²⁶

Assim como no primeiro pleito que disputou para deputado estadual, Siegfried Heuser foi novamente o candidato mais votado para Assembleia no município. Dos 8.406 votos totais recebidos na eleição, 4.107 vieram das urnas santa-cruzenses, sendo 517 votos a mais do que o segundo candidato mais votado na cidade, o deputado Norberto Harald Schmidt do Partido Libertador, que também foi reeleito, e obteve 4.515, sendo desses, 3.590 oriundos de Santa Cruz do Sul. Assim, os resultados eleitorais obtidos no município reafirmaram Heuser como principal opção de voto dos santa-cruzenses para deputado estadual.

As campanhas eleitorais de 1958 e 1962 em Santa Cruz do Sul

No que se refere a campanha eleitoral de 1958, “definida as candidaturas com bastante antecedência, também a campanha vai para as ruas precocemente”²⁷. Segundo as páginas da *Gazeta do Sul*, notícias relacionadas a Heuser e a campanha petebista apareceram a partir do fim de maio de 1958. Na coluna “Notas Políticas”, sob o título “Visitaram o município os Candidatos da Coligação PTB-PRP-PSP”, foi informado que “Os srs. Leonel Brizola e Guido Mondin”²⁸ percorreram, num programa desdobrado em dois dias, todo o interior santa-cruzensense - Deputado Victor L. Issler e deputado Siegfried E. Heuser na caravana trabalhista”²⁹

Além dessa visita, os candidatos petebistas retornaram para Santa Cruz do Sul antes do pleito para fazer campanha. Conforme noticiado na edição de 10 de setembro, a presença dos trabalhistas contou com dois comícios, um na localidade de Teresa (atual município de Vera Cruz) e outro no centro da cidade, no Cinema Apolo. Siegfried Heuser foi uma das últimas vozes a se manifestar, já no Comício do Cinema Apolo, que teve antes pronunciamentos de personalidades locais, além dos candidatos à Câmara federal, Victor Issler e Fernando Ferrari. Na publicação em questão, a *Gazeta do Sul* se referiu a Heuser como “o deputado Siegfried E. Heuser, presidente do PTB local e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado.”³⁰

Passado o comício, percebe-se que as notícias vinculadas ao PTB e a Heuser no jornal se encontram sobretudo em *a pedidos* do Diretório Municipal do partido. Chama atenção que na reta final deste pleito, os *a pedidos* do PTB e da Frente Democrática (coligação composta pelos partidos PSD, UDN e PL), eram publicados na mesma página do jornal, contendo “ataques” e sistematicamente “defesas” de ambas coligações, acerca dos pronunciamentos adversários. Nesse pleito, *a pedidos* petebistas sugeriam votos em Leonel Brizola para governador, Guido Mondin para senador, Geraldo Lindgren para suplente de senador, Fernando Ferrari para deputado federal e Siegfried Emanuel Heuser para deputado estadual.

Ao longo de toda a campanha eleitoral, Siegfried Heuser não teve um anúncio de candidatura exposto nas páginas da *Gazeta do Sul*. Aliás, em linhas gerais, não houveram publicações de anúncios referentes aos candidatos petebistas. A divulgação no periódico ficou a cargo dos *a pedidos* do Diretório Municipal do partido. Vários motivos podem ser levantados acerca dessa questão. Pode-se imaginar que o capital político de Siegfried Heuser crescera consideravelmente com o eleitorado santa-cruzensense, não sendo mais necessário a apresentação do candidato, porém esta é uma leitura que requer muita cautela. Também pode ser analisado como um reflexo da longa campanha eleitoral, que teve a visita da comitiva petebista duas vezes ao município, ou ser entendido como uma opção do candidato, que poderia ter investido em outras bases eleitorais, visto que já possuía alguma expectativa acerca de seus votos em Santa Cruz do Sul. Ainda, pode-se imaginar como alguma resistência por parte do jornal, já que após a mu-

dança de *Gazeta de Santa Cruz* para *Gazeta do Sul*, o jornal passou a ter Willy C. Froehlich, um dos principais políticos do Partido Social Democrático (PSD) em Santa Cruz do Sul, como um dos diretores do jornal³¹.

Embora não houvesse anúncio, os resultados eleitorais, pela terceira vez, colocaram Siegfried Heuser como candidato para deputado estadual mais votado na cidade. Nesse pleito, é necessário destacar sua votação em dois níveis. Em nível municipal, Heuser computou 6.430 votos, 450 votos a mais do que Euclydes Nicolau Kliemann, candidato santa-cruzensense que também foi eleito, mas pela legenda do PSD. Em nível estadual, pode-se dizer que essa foi a melhor eleição de Siegfried Heuser no que se refere a números totais de votação. Com 15.462 votos, o deputado foi o terceiro candidato mais votado para a Assembleia Legislativa, tendo apenas Daniel Barnewitz Ribeiro (PTB), com 20.045 votos, e Sereno Chaise (PTB) com 16.614 votos recebido votações mais expressivas. A votação de Heuser foi tão significativa que a *Gazeta do Sul* chegou a fazer um levantamento das cidades em que o deputado recebeu votos. O levantamento confirmou suas bases eleitorais em localidades de colonização germânica, como Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, além de votações expressivas em Porto Alegre e São Pedro do Sul, cidade natural de Fernando Ferrari.

Por fim, a campanha eleitoral no município para o pleito de 1962 deve ser entendida sob um contexto singular para Heuser. No ano de 1959, Siegfried Heuser chegou a ser especulado como candidato a vice-prefeito em Santa Cruz do Sul, para o pleito municipal que ocorrera naquele ano. Em nível estadual, na gestão do governador Leonel Brizola, eleito em 1958, Heuser atuou na Secretária da Fazenda e dos Negócios, e na Secretária da Economia, mas em 1961 retornou para sua cadeira na Assembleia.

As primeiras notícias relacionadas à candidatura do político para deputado estadual na *Gazeta do Sul* datam de 24 de março de 1962. Em um pequeno espaço na capa do jornal, “Heuser novamente candidato a Deputado Estadual”, confirmava a candidatura do deputado, “na noite de quarta-feira esteve em Santa Cruz o deputado estadual Siegfried E. Heuser, que vem de confirmar a elementos trabalhistas locais o seu interesse em novamente concorrer à deputado estadual.”³². Poucos dias depois, na edição de 3 de abril, em capa, sob o título “Movimento Político – Heuser reeleito presidente do PTB”, a reportagem informava

que o político havia sido reeleito presidente da executiva municipal trabalhista em Santa Cruz do Sul. Em maio, a *Gazeta do Sul* confirmou a presença de Heuser na cidade para ações políticas:

A fim de desenvolver diversas atividades políticas, estará hoje em nossa cidade o dr. Siegfried Heuser, deputado conterrâneo à Assembleia Legislativa do Estado.

Durante sua permanência em sua cidade natal, o dep. Heuser manterá diversos contatos políticos. Inclusive, hoje à tarde, a partir das 16 horas, estará concedendo audiências públicas na sede do PTB, à rua Ten. Cel. Brito.³³

Em agosto de 1962, houve a primeira menção aos principais candidatos petebistas em Santa Cruz do Sul, noticiada como “Michaelsen hoje em Santa Cruz: Visitas na cidade e interior”, a reportagem informou a presença do candidato ao governo do estado pelo PTB, Egídio Michaelsen, na cidade. Conforme a notícia “Michaelsen, acompanhado do dep. Siegfried Heuser e outros líderes trabalhistas, estará visitando nosso município”.³⁴ Além da visita em agosto, ainda houve no final de setembro uma nova visita da comitiva, nesta oportunidade com um número maior de candidatos na cidade. Na ocasião, houve um comício no Cinema Apolo. Conforme publicado:

O dr. Egídio Michaelsen, candidato trabalhista a Governador, virá hoje à tarde com numerosa caravana política, da qual fazem parte os candidatos ao Senado Federal, Mariano de Freitas Beck e Antonio Brochado da Rocha.

Estarão também presentes os candidatos à deputado federal apoiados pelo PTB de Santa Cruz, srs. Floriceno Paixão, Paulo Mincarone, Matheus José Schmidt Filho e Zaire Nunes, além do candidato a deputado estadual, sr. Siegfried Heuser, coordenador da campanha trabalhista nesta região.³⁵

Cabe pontuar que, além das visitas a localidades e comícios em Santa Cruz do Sul, Siegfried Heuser voltou a ter um anúncio de sua candidatura nas páginas da *Gazeta do Sul*. Estratégia que havia sido utilizada nos pleitos de 1950 e 1954, mas não em 1958. O anúncio informava:

Para Deputado estadual escolhe o melhor votando em Siegfried Emanuel Heuser pois ele sempre soube honrar a tua confiança, quando: Deputado há 12 anos, já considerado o mais eficiente da Assembleia Legislativa. Presidente das Comissões de Finanças e Orçamento, Educação e Saúde. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Economia.³⁶

Além de todas as informações já mencionadas acerca da campanha eleitoral de Heuser, nos dias próximos ao pleito foi publicado, em duas edições, o *a pedido* “Porque vamos reeleger o Dep. Siegfried E. Heuser”. O texto foi mandado publicar pelo Movimento pró reeleição do deputado Siegfried Emanuel Heuser, que elencava diversos pontos de atuação do político ao longo de suas passagens pelo legislativo e executivo, enquanto secretário do governo Brizola, na intenção de legitimar o voto no deputado. Cabe salientar que a publicação nos dias finais de campanha, não procurou destacar Siegfried Heuser como um “filho de Santa Cruz”. Nesse momento o texto deu maior ênfase à atuação do deputado nas questões econômicas, procurando converter capital técnico em político. O primeiro parágrafo do texto exemplifica bem esse ponto:

O deputado SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, contabilista e economista, se impôs, ante seus pares, ao longo de suas atividades legislativas, pelo alto espírito público, pelo profundo conhecimento dos problemas econômico – financeiros do Estado e pela isenção e honestidade com que sempre estudou e decidiu os assuntos submetidos ao exame do poder que integra.³⁷

A intensa campanha eleitoral no município garantiu a maior votação para deputado estadual em Santa Cruz do Sul a Heuser. Dos 12.690 votos recebidos, 4.458 foram da cidade. Em Santa Cruz do Sul, o segundo colocado, Euclydes Nicolau Kliemann, recebeu 4.103 votos, uma diferença de 355 votos. Em relação ao pleito de 1958, quando Siegfried Heuser chegou a 6.430 votos, houve um decréscimo de 1.972 votos³⁸.

Um balanço das campanhas eleitorais no município por meio da imprensa local

É plausível afirmar que, pelo menos ao longo do período analisado, Siegfried Heuser foi a principal liderança política santa-cruzense na assembleia legislativa, conforme os resultados eleitorais alcançados. Nos dois primeiros pleitos teve como colega de assembleia o representante libertador Norberto Schmidt, e em 1958 e 1962, o pessedista Euclides Kliemann.

Embora Heuser tenha sido o candidato mais votado em Santa Cruz do Sul nos quatro pleitos para deputado estadual disputados, os resultados eleitorais não podem ser analisados de maneira sistemática. Conforme será detalhado a seguir, cada eleição se apresentou de maneira singular. Nesse sentido, cada campanha eleitoral foi organizada a partir de determinada conjuntura, levando em consideração relações intrapartidárias e pautas de maior pertinência para o eleitorado santa-cruzense.

Na campanha para as eleições de 1950, se percebe que Siegfried Heuser procurou se colocar como o candidato santa-cruzense para a assembleia. Para legitimar sua candidatura, os anúncios publicados na *Gazeta de Santa Cruz* destacavam Heuser como “um filho de Santa Cruz do Sul”, além de pontuarem sua formação e atuação profissional. Este tipo de ação procurava denotar características específicas do candidato, e que contribuiriam para sua atuação política. Conforme observa Michel Offerlé:

La profesión política es una profesión cuyo acceso descansa sobre la elegibilidad, no en el sentido jurídico del término, sino definida como la percepción por los otros de ciertas cualidades y recursos sociales escasos y por el sentimiento subjetivo de poder y deber representar a los otros y de actuar en su nombre.³⁹

Neste sentido, dentre os vários fatores que contribuíram para a construção da imagem política de Siegfried Heuser no decorrer da campanha eleitoral, se pode destacar, com ênfase, sua ligação com Santa Cruz do Sul, como se percebe na expressão “filho de Santa Cruz do Sul”. Também deve-se analisar o uso de sua formação e atuação como contabilista e economista, como funcionário da empresa Bromberg S. Anônima, além da articulação e proximidade com impor-

tantes políticos do PTB. No jornal analisado, tal aproximação intrapartidária pode ser notada na presença de Heuser nos comícios e caravanas trabalhistas em Santa Cruz do Sul.

Na campanha de 1954, quando o deputado concorreu à reeleição, foram utilizadas ações semelhantes às do pleito de 1950, seguindo o mesmo sistema de visita em localidades no município com uma caravana de candidatos trabalhistas, e comício no núcleo urbano da cidade. Apesar do periódico não ter abordado de maneira extensiva a morte de Getúlio Vargas, esta impactou a campanha trabalhista. O anúncio de Siegfried Heuser no jornal foi bem mais simplório em relação ao de 1950, apresentando apenas foto, o nome do candidato e o cargo em que concorria. Outra questão a ser pontuada se deve ao fato de que nesta eleição os anúncios do diretório municipal petebista, ao pautar os candidatos apoiados em nível municipal, sugeriram para deputado federal Victor Issler ou Fernando Ferrari. Isso pode ser interpretado como uma divergência interna do diretório local, visto que Siegfried Heuser atuou nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, concorrendo para deputado estadual e apoiando a candidatura de Fernando Ferrari para deputado federal. Contudo, tal situação foi própria deste pleito, visto que em 1950 e 1958 o diretório sugeriu apenas o nome de Fernando Ferrari para deputado federal.

Já no pleito de 1958, a campanha eleitoral foi organizada desde cedo, visto que a definição dos candidatos ocorreu com certa antecedência ao pleito. Assim, foi possível duas visitas da comitiva trabalhista no decorrer da campanha eleitoral, seguindo o padrão utilizado nas campanhas anteriores, indo a localidades no interior do município e comícios no centro urbano, contando com lideranças trabalhistas. Como já informado, não houve no jornal publicações sobre um anúncio individual da candidatura de Siegfried Heuser, tendo seu nome sido vinculado apenas aos comícios e visitas às localidades, além das publicações do diretório municipal santa-cruzensense. Nota-se que os comícios, ações políticas comuns no período abordado, são formas importantes de manifestação de discursos para mobilização da opinião pública. No caso do discurso político, com esses eventos, é importante compreender que a fala é estruturada para conquistar a opinião do eleitorado, legitimando o grupo ou indivíduo que profere o pronunciamento:

Todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc. Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder.⁴⁰

Na última campanha aqui apreciada, em 1962, percebe-se que há uma mudança por parte do político na maneira de construir sua campanha em Santa Cruz do Sul. Além de Siegfried Heuser ter sido o coordenador de campanha do PTB na região, as notícias publicadas na *Gazeta do Sul* denotaram sua procura pela aproximação com o eleitorado local. Não obstante o deputado ter sido reeleito presidente da executiva municipal do partido, Heuser esteve na cidade em diversas oportunidades, sozinho ou acompanhado, como foi o caso das visitas dos candidatos do PTB ao município. No pleito de 1962, o político voltou a possuir um anúncio de sua candidatura nas páginas do periódico. Uma possível inferência para a retomada do anúncio seria a disputa local com o PSD. Durante as eleições de 1958, a prefeitura era governada pelo petebista Arthur Walter Kaempf. Já nas eleições de 1962, o prefeito Edmundo Hoppe, fazia parte da coligação PSD-PL-PDC. O retorno do PSD e partidos nucleados ao governo pode ter sido um fator para empreender uma campanha mais intensa para sua reeleição. Além deste ponto, Euclides Nicolau Kliemann (PSD) também buscava sua reeleição, sendo um concorrente com forte capital político e que dispunha da estrutura pessedista no município.

Além do retorno dos anúncios, o texto publicado pelo Movimento pró reeleição do deputado Siegfried Emanuel Heuser, que como já salientado, não abordou Heuser como filho de sua terra, mas buscou apontar as ações políticas, dando ênfase a sua formação como economista.

Ao analisar as quatro eleições para deputado estadual, há uma série de fatores próprios de cada pleito, relativos aos resultados eleitorais alcançados que devem ser levados em consideração, e que podem ser melhor visualizados no quadro, a seguir:

ANO	CARGO	VOTOS EM SANTA CRUZ DO SUL	PERCENTUAL DE VOTOS EM SANTA CRUZ DO SUL	VOTOS EM TODO ESTADO	PERCENTUAL DOS VOTOS SANTA- CRUZENSES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE VOTOS OBTIDOS
1950	Dep. Estadual	3.067	25,5%	4.267	71,87%
1954	Dep. Estadual	4.107	23,83%	8.406	48,85%
1958	Dep. Estadual	6.430	25,06%	15.462	41,58%
1962	Dep. Estadual	4.458	18,8%	12.690	35,13%

Quadro 1. Balanço das Votações de Siegfried E. Heuser em Santa Cruz do Sul. Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Banco de Dados Eleitorais do Nupergs⁴¹.

A partir dos dados apresentados no quadro acima, se pode analisar a importância do eleitorado santa-cruzeiro para as eleições do político, levando em consideração a relação entre os votos oriundos de Santa Cruz do Sul e os votos totais obtidos por Siegfried Heuser. Nesse sentido, se pode colocar que os elementos destacados por Heuser no decorrer das campanhas políticas estavam alinhados às expectativas dos eleitores santa-cruzeiros para o cargo de deputado estadual. Nesse sentido, Bourdieu coloca que:

As tomadas de posição políticas num dado tempo (por exemplo, os resultados eleitorais) são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objetivadas (programas, plataformas de partidos, declarações, etc.) que está ligada a toda a história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria, à história das relações entre oferta e procura.⁴²

No primeiro pleito disputado por Heuser, em 1950, a votação obtida em Santa Cruz do Sul foi essencial para sua eleição. Os 3.067 votos recebidos representaram 25,5% do total de votos do eleitorado santa-cruzeiro. Em outras palavras, dos eleitores que foram às urnas em outubro de 1950, um quarto votou em Siegfried Heuser para deputado estadual. Analisando a expressão total dos votos recebidos, as urnas santa-cruzeiras representaram 71,87% da votação obtida.

No pleito de 1954, dos 8.406 votos recebidos, 4.107, foram de Santa Cruz do Sul, representando 48,85% da votação de Heuser. Heuser alcançou 23,83% do total de votos para deputado estadual no município, mantendo-se próximo do percentual relativo ao primeiro pleito em que concorreu ao cargo. Nesta eleição, chama-se a atenção para o crescimento da votação do político fora de sua principal base eleitoral, questão que teve seu ápice na eleição seguinte.

Em 1958, Siegfried Heuser alcançou sua votação mais expressiva como deputado estadual, recebendo 15.462 votos, sendo 41,58% de Santa Cruz do Sul. Também foi a maior votação recebida no município, alcançando 6.430 votos, o que representou 25,06% de todos os votos para deputado estadual na cidade.

Existem diversos fatores que contribuíram para a expressiva votação recebida pelo deputado. Pode-se analisar a definição das coligações e das candidaturas organizadas com antecedência, o que proporcionou um período maior de campanha para os candidatos. Deve-se observar, também, a expansão das bases eleitorais do candidato, o que resultou em votações consideráveis em cidades como Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Sobradinho, São Pedro do Sul, Venâncio Aires e Candelária. Ainda, deve-se entender os votos como consequência de sua atuação na Assembleia Legislativa. O político atuou dentre diversos aspectos, abordando pautas relacionadas ao pequeno produtor, impostos e acerca de localidades específicas. Assim, é plausível compreender os votos como expressão destas questões, basta observar que das cidades citadas onde Heuser teve considerável votação, quase todas possuíam na agricultura uma das maiores rendas.

Por fim, o último pleito em que concorreu para deputado estadual resultou em 12.690 votos, sendo que 35,13% foram de Santa Cruz do Sul. Na cidade, Heuser foi responsável por 18,8% dos votos para deputado estadual, tendo alcançado 4.458 votos. Das quatro eleições observadas, foi a única em que o candidato não obteve um percentual acima de 20% dos votos totais de sua principal base eleitoral. Contudo, se informa que no município de Vera Cruz, criado em 1959 a partir de um desmembramento de Santa Cruz do Sul, o deputado recebeu 628 votos, que nas três primeiras eleições eram computados como votos santa-cruzenses.

Outro elemento a ser problematizado é a não manutenção dos votos obtidos em 1958. Pode-se observar que em 1962 a campanha de Heuser em Santa

Cruz do Sul foi bem articulada, sendo ele o próprio coordenador da campanha petebista na região. A campanha chegou a contar com um movimento pró reeleição para o deputado, contudo, a votação não alcançou os mesmos algarismos de 1958.

Ao analisar os resultados eleitorais, pode-se lançar algumas hipóteses para interpretar os números. Esta foi a primeira eleição em que Siegfried Heuser não fez campanha juntamente com Fernando Ferrari, haja visto a cisão ferrarista no PTB e posteriormente a formação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em Santa Cruz do Sul, houveram alguns candidatos do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) votados, disputando o eleitorado trabalhista, que até então tinha no PTB e na figura de Heuser, opções mais viáveis. Outra questão foi a distribuição dos votos santa-cruzenses.

Além da votação de Heuser, Euclides Kliemann do PSD obteve 4.103 votos (17,38%), Guilherme Dorfey do Partido de Representação Popular (PRP) 2.054 votos (8,70%) e Sebaldo Kroth do Partido Democrata Cristão (PDC) 1.502 votos (6,36%)⁴³. Assim, os votos que estiveram concentrados, sobretudo nas eleições de 1954 e 1958 em dois candidatos, não seguiram o comportamento das duas eleições anteriores. Ainda assim, analisando as quatro eleições em que Siegfried Heuser concorreu para deputado estadual, pode-se afirmar que sua campanha eleitoral em Santa Cruz do Sul logrou muito êxito e foi essencial para o político.

Considerações Finais

O presente texto procurou apresentar uma análise das quatro campanhas eleitorais de Siegfried Heuser para deputado estadual, no município de Santa Cruz Sul. A fim de viabilizar tal análise, foram utilizadas publicações do principal veículo jornalístico santa-cruzensense do período, a *Gazeta de Santa Cruz*, a partir da segunda metade da década de 1950 editada como *Gazeta do Sul*.

Para isso, foi feita uma análise das publicações relacionadas ao político ao longo do recorte cronológico estabelecido (1950-1962), destacando publicações que discorressem acerca das campanhas eleitorais de Heuser no município.

A apreciação procurou abordar questões pertinentes para análise de trajetória política do deputado no período. Organizadas em três momentos, foram consideradas as notícias publicadas na *Gazeta de Santa Cruz* e na *Gazeta do Sul*, procurando destacar a construção das campanhas eleitorais, denotando as ações feitas em Santa Cruz do Sul, bem como a construção da imagem política de Heuser frente ao eleitorado santa-cruzensense. Cabe pontuar que se analisou a construção por meio do jornal local, assim, para a análise foram levadas em consideração as publicações relacionadas a Heuser presentes no periódico.

Por fim, o artigo visou problematizar os resultados eleitorais do político na cidade, procurando denotar a representatividade da votação da principal base eleitoral de Heuser, nos números totais alcançados nos pleitos observados. Com o auxílio dos dados fornecidos pelo Banco de Dados Eleitorais do Nupergs e pelo Banco de Dados Eleitoral da Unisc⁴⁴, intentou-se destacar a imagem de Siegfried Heuser como “um filho de Santa Cruz do Sul”, e a reverberação deste uso nas campanhas eleitorais. Também pontuou-se em alguns momentos das campanhas eleitorais a formação técnica do político, como contabilista e economista. Este momento teve maior ênfase na campanha eleitoral de 1962. Aponta-se que esses elementos não compreenderam a totalidade dos pontos que levaram o político a alcançar os números obtidos nos pleitos referidos, contudo, as questões observadas nas publicações vinculadas a Heuser no periódico são significativas para essa compreensão.

Neste sentido, pode-se afirmar que o eleitorado santa-cruzensense foi essencial para a construção política de Siegfried Heuser. No que se refere aos resultados eleitorais, o município foi preponderante para a eleição do mesmo no período analisado. Se destaca que o eleitorado santa-cruzensense se demonstrou fiel ao político, visto que percentualmente, Heuser manteve um padrão de 20 a 25% dos votos de Santa Cruz do Sul. Embora a eleição de 1962 tenha índice abaixo deste, se leva em consideração os fatos mencionados anteriormente, como a elevação do distrito de Tereza a categoria de município de Vera Cruz, por exemplo. Além disso, as características e pautas defendidas no município estiveram presentes no decorrer de toda a trajetória política de Heuser.

Notas de fim

- 1 GAZETA DE SANTA CRUZ. *Gazeta de Santa Cruz 1950-1954*. Santa Cruz do Sul. Disponível em: Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC-UNISC).
- 2 GAZETA DO SUL. *Gazeta do Sul 1958-1962*. Santa Cruz do Sul. Disponível em: Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC-UNISC).
- 3 CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto história**, v. 35, n. 35, 2007, p. 258.
- 4 DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 140.
- 5 BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.
- 6 BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.
- 7 Conforme salienta Bodea (1992), no Rio Grande do Sul os principais partidos no estado neste período foram PSD, PTB e PL, diferentemente de outras partes do país, no Rio Grande do Sul a UDN teve pouca expressão. Esse quadro ocorreu devido a vários fatores, como a migração de políticos oriundos do PSD para o PTB, além da estruturação do partido e o apoio de Getúlio Vargas. No estado, houve uma polarização entre PTB e as outras agremiações aglutinadas em torno do PSD (BAQUERO; PRÁ, 2007). Enquanto os petebistas tiveram maior receptividade nos centros urbanos, PSD, PL e PRP tiveram maior penetração nas áreas rurais.
- 8 GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. O ingresso de Siegfried Heuser na política. **Temporalidades**, v. 11, n. 3, 2020, p. 358.
- 9 GAZETA DE SANTA CRUZ, 15/08/1950, p. 1.
- 10 Neste texto, entende-se por *a pedidos* informativos publicados em espaços comprados pelos partidos dentro do jornal abordado. Os *a pedidos* configuravam-se, assim, como manifestações organizadas pelas agremiações políticas, publicadas no jornal.
- 11 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 112.
- 12 MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003, p. 115.
- 13 GAZETA DE SANTA CRUZ, 15/09/1950, p.1.
- 14 GAZETA DE SANTA CRUZ, 26/09/1950, p.1
- 15 IBGE. *Censo demográfico 1950*: Estado do Rio Grande do Sul seleção dos principais dados. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 16
- 17 GAZETA DE SANTA CRUZ, 15/09/1950, p. 7.
- 18 CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 120.
- 19 Os dados referentes a este pleito foram obtidos no Portal de Dados Abertos do TSE. Disponível em: https://cdn.tse.jus.br/estatistica/sead/odsele/votacao_candidato_uf/votacao_candidato_uf_1950.zip. Acesso em 16mar. 2024.
- 20 GAZETA DE SANTA CRUZ, 10/10/1950. p. 1.
- 21 A relação de Siegfried Heuser e Fernando Ferrari também pode ser confirmada, pela dissertação **A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB**: Da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960), de Maura Bombardelli.
- 22 (GAZETA DE SANTA CRUZ, 17/08/1954, p. 1)
- 23 BODEA, Op. cit, p. 120.

- 24 ASTURIAN, Marcos Jovino. **Em busca do convencimento**: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no rio grande do sul (1945-1954). 2011. Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011, p. 121.
- 25 O anúncio da edição de 18 de setembro trazia os nomes de Alberto Pasqualini para Governador, João Goulart ou Ruy Ramos para o Senado, Victor Issler ou Fernando Ferrari para deputado federal, e Siegfried Heuser para deputado estadual.
- 26 (GAZETA DE SANTA CRUZ, 28/09/1954, p. 7).
- 27 CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965. UFRGS Editora, 2005, p. 226.
- 28 Nas eleições de 1958, o candidato Leonel Brizola concorreu ao cargo de Governador do estado do Rio Grande do Sul e Guido Mondin para o cargo de Senador.
- 29 GAZETA DO SUL, 28/05/1958, p. 6.
- 30 GAZETA DO SUL, 10/09/1958, p. 6. Para fins de compreensão, no ano de 1957 o advogado e presidente do diretório petebista em Santa Cruz do Sul, Arno W. Schmidt, renunciou seu cargo. Não existem maiores informações para indicar as razões para a decisão. Em uma nova organização do diretório, Siegfried Heuser assumiu a presidência do PTB local, posição que ficou até a extinção da agremiação em 1965.
- 31 Em Santa Cruz do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estiveram ao longo do período 1945-1964 organizados na lógica situação x oposição. Na Câmara de Vereadores do município, PSD e PTB tinham o maior número de representantes e concorriam nas disputas para o executivo municipal em lados opostos, com maior vantagem para o PSD e as coligações nucleadas a partir da agremiação.
- 32 GAZETA DO SUL, 24/03/1962, p.1.
- 33 GAZETA DO SUL, 05/05/1962, p. 1.
- 34 GAZETA DO SUL, 11/08/1962, p. 1.
- 35 GAZETA DO SUL, 22/09/1962, p. 8.
- 36 GAZETA DO SUL, 27/09/1962, p.8.
- 37 GAZETA DO SUL, 29/09/1962, p. 8.
- 38 Também é importante destacar que Euclides Nicolau Kliemann, principal candidato do PSD para o cargo de deputado estadual teve um decréscimo em relação ao pleito de 1958. Enquanto em 1958 o pessedista recebeu 5.980 votos em Santa Cruz do Sul, nas eleições de 1962, obteve 4.4103 votos.
- 39 OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. *PolHis*. Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política, v. 7, 2011, p. 92.
- 40 PINTO, Céli Regina Jardim. Elemento para uma análise de discurso político. *Barbarói*, 2006, p. 92.
- 41 Os dados utilizados para produção deste quadro foram obtidos através do Banco de Dados Eleitorais do Nupergs. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php/voto-nominal>. Acesso em: 16mar. 2024. Entretanto, devido as informações sobre o pleito de 1950 constarem na Junta 47 (Votações relativas a Santa cruz do Sul e Venâncio Aires), na referida base de dados, utiliza-se apenas para este ano, os dados do Banco de Dados Eleitoral da Unisc, que fornece os votos de Heuser recebidos apenas no município de Santa Cruz do Sul. Estes dados haviam sido coletados no ano de 2019 durante pesquisa do autor do texto
- 42 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 156.
- 43 Dados obtidos no Banco de Dados Eleitorais do Nupergs. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php/voto-nominal?cidade=242&cargo=7&partido=0&ano=1962&candidato=Candidato&page=1>. Acesso em: 16mar. 2024.
- 44 BANCO DE DADOS ELEITORAL DA UNISC. *Pesquisa Dados Eleitorais*. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/candidatura/procurar>. Acesso em: 31 jan 2019.

X

OPINIÃO PÚBLICA NAS PÁGINAS DA GRANDE IMPrensa CARIOCA (1955-1960)

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW
LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Durante o íterim democrático de 1946 – 1964, muitos jornais beneficiaram-se com os processos mais amplos de industrialização e urbanização ocorridos no período. De fato, na época, o Brasil apresentou um dos processos mais rápidos de transição agrícola e rural para um país urbano industrial¹. Neste contexto, a imprensa tornou-se cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico, principalmente para a dinamização do mercado interno, uma vez que, no período em questão, os jornais ainda eram o lugar privilegiado para o anúncio dos mais diversos produtos².

Esta situação gerou uma interdependência entre ambos os processos, uma vez que o aumento no faturamento a partir da publicidade foi importante para a manutenção dos jornais e a promoção da modernização da imprensa carioca nas décadas de 1950-1960³. Ao mesmo tempo, as reformas gráficas e editoriais de alguns jornais foram, em alguns casos, um fator importante para a atração de publicidade comercial. O *Jornal do Brasil* pode ser utilizado como exemplo, pois, à medida que ganhava feições modernas e aumentava as suas tiragens, passava a ser, cada vez mais, procurado pelas agências de publicidade. Nesse sentido, os jornais da chamada *grande imprensa* saíram mais beneficiados com todo o processo⁴.

De outra parte - e isso nos interessa particularmente -, a imprensa se manti-

nha como o principal meio de informação sobre temas políticos, uma vez que a televisão no Brasil ainda estava em seu nascedouro na década de 1950, dedicando-se especialmente ao entretenimento, e o rádio, mesmo que desenvolvendo o seu radiojornalismo, igualmente era mais voltado para a diversão, principalmente as radionovelas⁵. Dessa forma, o debate político ainda era produzido e veiculado predominantemente pelos jornais diários.

Esse ponto deve ser salientado porque, como afirma Habermas⁶, a imprensa livre constitui-se, desde a sua origem, uma instituição indispensável para qualquer sistema representativo, em especial, para uma democracia. E, como já afirmava o filósofo político John Stuart Mill, em estados de grandes dimensões, no qual a reunião de todos os cidadãos em uma única assembleia é praticamente impossível, “a imprensa, mesmo a imprensa jornalística,” torna-se “o equivalente real, embora inadequado em alguns aspectos, do Pnyx e do Fórum”⁷. Sobre isso, é importante salientar que os autores do século XIX defensores desta ideia pensavam, acima de tudo, nos jornais políticos partidários que representariam as principais correntes de opinião de um país. Com o tempo, porém, a imprensa comercial vai substituindo a partidária nessa função de “mediação” do debate público, especialmente quando deixa de ser um mero instrumento de anúncio de pequenos negócios (notadamente os comerciais), para se tornar uma ferramenta de intervenção nas discussões de assuntos de interesse coletivo, ou seja, na medida em que há uma institucionalização do jornalismo.

Gabriel Tarde⁸, sociólogo francês, foi dos autores que melhor analisou este processo. Segundo ele, em sociedades de massas somente através da imprensa podemos pensar na existência de um *grande público* que atinja às dimensões dos Estados Nacionais modernos e, assim, só a partir dela, é que uma democracia pode se tornar possível, dando suporte ao que Habermas⁹ chama de *Esfera Pública*¹⁰, condição indispensável para que possa existir um regime realmente democrático.

Mesmo que se possa fazer diversas críticas à visão idealista de Habermas, especialmente no que se refere à sua concepção de *opinião pública* oriunda da *Esfera Pública*, existe um elemento que dificilmente é negado, ou seja, a importância da imprensa livre como instituição necessária às sociedades democráticas. Contudo, essa relevância passa muito pela forma como a imprensa constrói o seu papel no debate público e, assim, em relação à política.

Nesse sentido, torna-se lícito indagar sobre a própria concepção da imprensa acerca do que seria a *opinião pública*, para que possamos entender como os grandes jornais perceberam, nos anos de 1950, a democracia vigente no Brasil e o seu próprio papel¹¹.

Para tornar a investigação viável, selecionamos alguns jornais da chamada *grande imprensa carioca*¹² - *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* - por serem classificados pela bibliografia especializada como defensores de doutrinas econômicas e políticas distintas, bem como por possuírem diferentes linhas editoriais.

Como não possuímos meios para analisar a totalidade dos jornais selecionados recorreremos aos métodos qualitativo (roteiro de eventos)¹³ e quantitativo (amostragem)¹⁴ para a formação do *corpus* documental, e na sequência aplicamos a metodologia de Análise de Conteúdo¹⁵. Também não analisamos todas as edições selecionadas na íntegra, mas privilegiamos os textos editoriais, tendo em vista que “em pesquisas de médio e longo prazo, a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada pela publicação”¹⁶.

Isso posto, passamos para a análise das formas como esses quatro jornais conceberam a *opinião pública* em termos conceituais.

Opinião pública em perspectiva

A utilização da expressão *opinião pública* é recorrente nos diários analisados. Mas como esta investigação faz parte de uma investigação mais ampla – que visa analisar as *representações* criadas e difundidas pela *grande imprensa* sobre a democracia vigente na década de 1950 e como os diários construíram discursivamente o seu próprio papel institucional nesse regime democrático – as referências à *opinião pública*, de alguma forma estão ligadas ao jogo político em vigor naquele momento. Assim, importa investigar mais detidamente quais os sentidos atribuídos, e especialmente se pode-se apreender algum conceito advindo dessa expressão.

Uma das formas de utilizar a expressão *opinião pública* é identificada quando os diários se atribuem a *função pública* que chamamos de *intérprete do pensamento coletivo*¹⁷, ou seja, quando os jornais expõem ideias em nome de entidades coletivas (*povo, nação, opinião pública*, etc.) cujas opiniões pretendem convencer de que apenas interpretam e representam. Como exemplo, podemos citar a passagem de *O Globo*, que nas eleições brasileiras de 1955¹⁸, difunde que Juscelino Kubitschek e João Goulart “sabem que a **opinião pública já os marcou** com os estigmas de restauradores dos tristes dias do queremismo¹⁹, de continuadores de tudo quanto houve de detestável do Governo passado”²⁰.

Neste caso, percebemos que a utilização da expressão *opinião pública* serve como um artefato que permite ao jornal, ao mesmo tempo expor o seu ponto de vista²¹ e legitimá-lo como representante do interesse da coletividade. Mas também indica que ocorreu a reificação do conceito, sendo tal uso encontrado em outros jornais, como o *Jornal do Brasil* quando utiliza frases do tipo: “decepcionar a **opinião pública**”²², “impressionar a **opinião pública**”²³, como se esta fosse uma entidade concreta, com ideias próprias, capaz de ser decepcionada ou surpreendida.

Em outro momento, quando Juscelino Kubitschek já está empossado, *OG* critica constantemente o que considera uma “a crise de autoridade”²⁴ do então presidente, ao mesmo tempo que alerta JK sobre a alteração da titularidade dos altos postos do Ministério:

REFLITA bem o ilustre Sr. Kubitschek antes de tomar tão grave deliberação, porque, quando, com os novos ministros e auxiliares, a doença continuar enfraquecendo o Brasil, **nostros compatriotas poderão considerar que o regime é que está atacado de cupim**, ou que o Presidente é que não corresponde à expectativa nacional. **Aí, o risco.**

COMO ÓRGÃO de opinião pública, um jornal como O GLOBO, que não tem senão o partido do Brasil, e **do bem-estar do povo**, não se acha interessado em que permaneça o Governo em sua composição atual ou com outra”²⁵.

Nesses trechos, para legitimar a sua crítica a JK, *OG* apela à noção de *opinião pública*. Mas o faz se colocando como um órgão *de opinião pública* e não a

opinião pública em si mesma. Nesta opção, o jornal insere-se na posição de um dos instrumentos de formação da *opinião pública*, arrolando para si a condição já salientada por Stuart Mill sobre o papel dos órgãos de imprensa em um regime democrático. Note-se, porém, que neste caso, o periódico não procura se autorizar como representante da *opinião*, mas sim como um órgão que tem o direito de participar de sua composição pública.

Entretanto, ao se autoconstruir como um “órgão de opinião pública”, o jornal não apela à condição de defensor de uma corrente de opinião ou de um grupo partidário. Ao contrário, procura o fazer a partir dos princípios do jornalismo profissional anglo-americano, ou seja, baseando-se nos ideais de neutralidade e de objetividade jornalísticos, que estavam ganhando espaço nos jornais cariocas. Essa necessidade de afirmar a sua isenção frente às correntes políticas fica clara quando, por exemplo, afirma que o seu “partido é o Brasil” e o seu interesse seria o bem-estar do povo. Essa situação possibilitaria, pelo menos em discurso, que empresas privadas (jornais) se alvorassem o direito de tomar posição nos assuntos coletivos, constituindo-se como defensoras de interesses públicos e que adquirissem legitimidade e autoridade no debate em função dessa autoimagem. Além disso, como um *órgão de opinião pública* que desejaria apenas o bem-estar do povo, o jornal autorizaria o seu discurso e interviria no debate a partir da *função pública* que chamamos de *auxiliar da coisa pública* para advertir o então Presidente da República sobre o perigo de uma possível “doença” enfraquecer o Brasil.²⁶

No *Correio da Manhã*, identifica-se um sentido semelhante quando, diante do contexto conturbado pré-eleitoral de 1955²⁷, o jornal reconhece que “entre nós, as ondas de boatos de golpes não precisam de nenhum motivo para subir e avançar”, caracterizando-se como movimentos cíclicos. Entretanto, argumenta:

Ninguém terá recursos para promover atentados contra as instituições sem contar ao mesmo tempo com uma movimentação da **opinião pública**. Pelo lado militar, o general Teixeira Lott liquidou ontem mais uma vez as possibilidades golpistas e as tendências para soluções extralegais. Para fixar a atitude da **opinião pública** – **estamos contribuindo com a nossa invariável posição antigolpista e legalista**. Sem compromissos com quaisquer

candidaturas, com os movimentos livres e independentes, estamos à vontade para colocar acima do problema dos candidatos – o problema do regime e da legalidade²⁸.

É importante a afirmação do *CM* de que sem apoio da *opinião pública* qualquer movimento que apele para ações extraleais que visasse atingir as instituições democráticas não atingiria seu objetivo. Nesse caso, o jornal apela à outra condição: não é parte legalmente da formação de *opinião*, mas se arroga o direito de falar em nome dela. Com isso, coloca a *opinião pública* como defensora do regime ao defender a legalidade e o diário se coloca nominalmente como aquele que estaria à frente da *opinião pública*. Nesses termos, a imprensa seria considerada como a própria *opinião pública* e o *CM* como aquele que capitanearia os movimentos da *opinião*, uma forma bem particular de se legitimar no debate público, que não por acaso tornou-se uma bandeira do jornal.

Ainda no contexto eleitoral de 1955, o *Correio* traz uma apreciação interessante ao afirmar “que a **opinião pública esclarecida** pode não ganhar eleições, mas certamente se levantará contra um pleito fraudado na base de dois milhões de votos”²⁹. Nesse caso, ao falar de uma *opinião pública* seguida do adjetivo “esclarecida”, o jornal pressupõe uma “opinião” não esclarecida, ao mesmo tempo em que se coloca como porta-voz da primeira. No mesmo movimento, ao alegar que a “opinião pública esclarecida” pode “não ganhar as eleições”, deixa claro que os “não esclarecidos” podem decidir o pleito, o que remete a discussão às visões de *opinião pública* iluministas, nas quais o direito de participação das decisões coletivas não era um atributo universal, mas uma condição dos letrados que não dependiam de seu trabalho para viver³⁰. Pode-se dizer que tal situação para a democracia brasileira poderia ser muito problemática, pois, na perspectiva dos jornais, poderia conduzir pessoas inadequadas aos postos de comando.

Esta questão ainda irá ficar mais explícita, quando o jornal aborda as eleições de 1960³¹, na qual João Goulart, eleito novamente para a vice-presidência, não teve maioria dos votos em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas “e na Guanabara, que continua sendo a **Capital da opinião pública brasileira**”, isto é, perdeu “nos quatro contingentes eleitorais mais numerosos, **nos centros mais politizados e independentes**”³². Nesses termos, o jornal coloca

que, mesmo sendo eleito, não teria saído vencedor nas zonas com maior “autoridade” e “legitimidade”, isto é, nos lugares com mais impacto na formação de uma “opinião pública esclarecida”.

Estendendo mais um pouco a explicação, o *CM* assume que a verdadeira *opinião pública* emergiria do debate entre várias correntes de pensamento. Por consequência, mesmo “[...] com as suas deficiências e erros, o P.S.D. e a U.D.N, representam **correntes definidas da opinião pública**. Nas suas legendas, se podem identificar e julgar tendências da vida política organicamente expressas”. Dessa forma, “oferecem pontos de advertência e disciplina para o exercício do voto popular. São partidos, figuras do regime. Não são pessoas, desligadas de compromissos para o exercício exclusivo de sua vontade e reações individuais”³³.

Nestes termos, os partidos são construídos enquanto correntes de opinião que integrariam a *opinião pública*, que é justamente o cerne do ideal democrático – possibilidade de exposição, formulação e debate de opiniões distintas sobre assuntos públicos. Assim, os partidos deveriam ser constituídos a partir do compartilhamento de ideias, valores, linhas de pensamento, formando, com isso, “correntes definidas de opinião” no debate público e o povo, então, diante dessas diferentes correntes definidas, escolheria, ou melhor, votaria, na corrente que melhor lhe conviesse.

Isso em um plano ideal, pois, segundo o *Correio*, a realidade brasileira era bem distinta, pois os partidos “mostram um absoluto desapego pelas ideias. Nenhum partido é fiel à sua bandeira”³⁴. Esses fatores propiciariam “as mais estranhas combinações políticas”, a tal ponto que “a promiscuidade dos cambalachos têm impressionado a **opinião pública** e ferido a sensibilidade ética do País que ela se transformou no principal argumento contra a existência dos partidos nacionais”³⁵. Mais uma vez, o *Correio da Manhã* coloca-se na condição de falar “em nome da opinião pública”, legitimando a sua intervenção no debate a partir de uma suposta posição de porta-voz desta opinião na esfera de discussão.

A ideia de que a *opinião pública* seria formada por várias correntes de pensamento emerge novamente quando o *Correio* faz sua apreciação sobre o contexto político de 1955, ao considerar que a *opinião pública* teria tido papel fundamental para um desfecho democrático dos movimentos de novembro de 1955³⁶. Segundo o jornal, “os movimentos de novembro tiveram, assim, um sentido de-

mocrático, reunindo, na ocasião, forças ecléticas no quadro da **opinião pública**, forças que estiveram eventualmente identificadas em face à emergência que para o país queriam criar os golpistas”³⁷.

Nestes termos, torna-se mais fácil compreender o argumento do *CM* quando assevera que “o poder, politicamente falando, está tanto nas posições do Executivo quanto nas do Legislativo, do Judiciário, e nas posições que definem roteiro político”. Estaria ainda “nas posições de liderança, de captação e direção de opinião, de força opinativa. **As democracias são regimes destinados não a coagir, mas a viver sob uma esplêndida coação – a da opinião pública**”³⁸. Assim, quando um partido perde o poder, deveria imediatamente articular as “grandes correntes opinativas” e assumir “a posição de liderar efetivamente as correntes de opinião, e então será governo”³⁹.

Feita esta análise, levantamos a hipótese de que o *Correio* defende uma visão sobre *opinião pública* bem típica do liberalismo político dos séculos XIX e início do XX, no qual se abandona a ideia de uma *opinião pública* como uma entidade única e soberana, em prol da ideia de uma *opinião pública* como resultado do confronto e da concorrência entre as “correntes de opinião”. Assim, o diário evidencia que a *opinião pública* não seria una, não seria coesa, nem monolítica, ao contrário seria formada por diferentes forças que simbolizam distintas correntes de opinião e aí residiria o seu caráter democrático, mas essas distintas forças deixariam de lado suas diferenças em função de um objetivo partilhado, o combate a um inimigo comum – os *golpistas* que desejavam subverter a ordem constitucional.

Entretanto, em outra passagem, novamente ao relacionar partidos e *opinião pública*, o *CM* traz outra forma de conceber a expressão, quando afirma que o discurso dos líderes da União Democrática Nacional (UDN), ao “enveredar pela doutrina”, teria “servido apenas para distanciar a UDN da opinião pública”⁴⁰. Nesta passagem, a *opinião pública* pode ser pensada como a opinião da maioria e que a “doutrina” da UDN seria específica demais – elitista, podemos dizer – ao ponto de não permitir ao partido cooptar a maior parte da população brasileira. Nos termos em que a questão foi colocada, é possível identificar aqui uma crítica ao “arcaísmo doutrinário” do partido, incapaz de modernizar o seu discurso diante das transformações do eleitorado brasileiro no pós-guerra.

Dentre todos os diários analisados, o *Jornal do Brasil* é o que mais utilizou a expressão *opinião pública*. Quando o *JB* fez referência ao processo de abertura democrática brasileira, concebeu um lugar especial à *opinião pública*, ao reconhecer que “a **opinião pública** reagiu diante da pressão de força e reestabeleceu, em 1945, o regime democrático”⁴¹. Neste movimento, “as instituições que velam pelo regime político no centro do qual se coloca como **poder soberano a opinião pública, revelada através dos pronunciamentos eleitorais**, vieram à tona, passando a resguardar as liberdades e os direitos fundamentais da pessoa humana”⁴².

Nessas passagens, identificamos o papel central que o *JB* concebe ao que chama de *opinião pública* para o movimento que teria colocado fim à ditadura em 1945 e, com isso, instaurado o regime democrático. Mas esses trechos também permitem pensar que, quando o diário fala em *opinião pública*, nem sempre a empregou no mesmo sentido. No último caso, fica evidente que a *opinião pública* foi tomada como resultado das urnas⁴³, ou seja, como uma soma de *opiniões* na qual se formou uma maioria em relação a um assunto, a partir do ato de votar. Já no primeiro caso em que a expressão *opinião pública* foi mencionada, também indicaria que se refere a uma opinião que se tornou consensual entre a maioria da população, porém, a diferença estaria nos meios como isso teria ocorrido, até porque as urnas ainda estavam fechadas. Nesse caso, contemplaria mais a ideia de diferentes correntes de opinião debatendo um assunto *público* e, a partir desse debate, ter-se-ia chegado a uma ideia consensual entre a maioria das correntes.

Ainda sob os abalos dos acontecimentos que levaram ao 11 de novembro, o *JB* declara que “[...] a restauração da calma e da normalidade, a que o País tem o direito de aspirar, depende essencialmente da serenidade e patriotismo da ação do governo, indo ao encontro dos anseios da **opinião pública**”, pois “[...] a **opinião pública**, por mais que tentem sufocar os seus impulsos no sentido da restauração da paz, tão somente dirigida pelo respeito às normas jurídicas, consegue sobrepor-se às agitações momentâneas [...]”⁴⁴. Ainda mais,

A **opinião pública** vela pelo nosso presente e preserva o futuro de interrogações impressionantes, e, como elemento ordenatório, sempre esteve presente nas horas sombrias, abrindo clareiras e inspirando aqueles que ocasionalmente se colocam na posição de orientadores⁴⁵.

Dessa forma, o jornal aconselha:

Os homens que têm a responsabilidade de orientar o País nesta encruzilhada de sua história devem capacitar-se de que suas ideias, suas opiniões, suas simpatias ou aversões pessoais **devem ceder diante dos irresistíveis impulsos populares em favor da ordem**, da compreensão entre as classes, da paz e da concórdia social”⁴⁶.

Neste editorial, observa-se que diante do cenário em que os conflitos políticos estão exacerbados, o jornal reforçaria a ideia da *opinião pública* enquanto um baluarte na defesa da democracia, mas nessa construção mapeamos alguns elementos peculiares. Primeiro, é possível identificar que entenderia governo e *opinião pública* como coisas distintas. O governo seria formado por *homens públicos* “responsáveis pelos destinos do país”. Já a *opinião pública*, nesse caso, seria procedente dos “impulsos populares”, isto é, como uma opinião que emergiria das camadas populares - o *povo*. Segundo, o *JB*, ao dizer aos *homens públicos* o que deveria ser feito e como deveriam proceder em relação à *opinião pública*, estaria se autoconstruindo como *auxiliar da coisa pública*. Nessa condição podemos perceber a intenção de o diário colocar-se como um *intermediador entre estado e sociedade*, ao levar os anseios populares – aqui concebidos como a própria *opinião pública* – ao conhecimento dos *homens públicos* – concebidos enquanto governo. O que, em última instância, colocaria o próprio jornal como defensor e necessário à democracia.

Em outro texto, o *JB* aconselha o governo não apenas a ouvir a *opinião pública*, mas também conquistar a sua aprovação, pois “a **opinião pública esclarecida, serena, refletida e lúcida**, representa o melhor antídoto contra a ação dissolvente dos preparadores de insurreições”⁴⁷ e o governo que conseguisse esse antídoto, através de atuação “voltada para o interesse coletivo, passará a suportar com mais firmeza e resignação todo e qualquer movimento de insubordinação e de rebeldia que tentarem desencadear”⁴⁸. Acrescenta que, “só existe um antídoto contra essa praga, [**demagogos e dos paladinos da confusão**] própria do regime democrático, é o apoio da opinião pública”⁴⁹. Entretanto, alerta, “se o governo não conseguir equilibrar-se no meio das dificuldades, nem tomar rumo seguro, abrindo clareiras no meio das crises, a opinião passará a vacilar na sua posição,

podendo até deixar o governo entregue à sua própria sorte. Começará, então, o seu drama”⁵⁰.

Neste caso, o *JB* manifesta sua posição sobre a crise política e adverte o governo sobre o perigo de perder o apoio da *opinião pública*, mas não seria qualquer *opinião pública*, e sim aquela já mencionada pelo *Correio da Manhã* e que o diário adjetiva de “esclarecida, serena, refletida e lúcida”, ou seja, praticamente uma *opinião pública* saída da *esfera pública* que Habermas⁵¹ descreve como sendo a própria do período Iluminista: voltada exclusivamente para o debate da *coisa pública*, livre de paixões e conduzida pela razão, mesmos ideais que deveriam motivar as ações do governo.

Entretanto, outra questão também chama atenção, ou seja, a identificação de uma dualidade: de um lado, a “esfera pública esclarecida” e, de outro, a demagogia. A primeira, concebida como uma proteção à democracia e a segunda como uma “praga própria do regime democrático”. No caso, seriam dois elementos próprios à democracia, mas para que esta sobreviva seria necessário que a “opinião pública esclarecida” se sobrepusesse à demagogia e que governo estivesse em alta cotação com a primeira. Por fim, ao aconselhar sobre a necessidade de o governo *ouvir a opinião pública e conquistar* sua aprovação, o *JB* se aproxima ao sentido clássico do Iluminismo, isto é, enquanto um guia para as ações do governo, que se tornará tanto mais forte quanto conseguir interpretar as reações da *opinião pública* no sentido de atender suas demandas.

Por ocasião da proposta de criação do Ministério da Economia⁵², em março de 1956, o *JB* publica um editorial sob o título “A ordem garantida pela **opinião**”, onde argumenta que essa proposta “não encontrou ambiente na **opinião pública**”, tendo tido algum acolhimento favorável apenas nos **meios políticos**”⁵³. Em uma tomada explícita de posição, afirma que “**sempre achamos** que a ideia era perigosa”⁵⁴. Nesse caso, o jornal se coloca como aquele que foi capaz de antever o que a “opinião pública” pensaria sobre o tema, o que procura deixar mais claro com a expressão “sempre achamos”. Em outras palavras, aqui, a “opinião pública” aparece como uma unidade e o jornal se coloca novamente na condição de intérprete dessa opinião. Dessa forma, ela emerge como um recurso retórico para que o jornal legitime, em suas páginas, as suas tomadas de posição, ao mesmo tempo em que se legitima como uma expressão adequada desta opinião.

Essa perspectiva fica mais clara quando o diário afirma que “a **imprensa não foi** feita para guardar silêncio em questões básicas de ética administrativa. Se tal acontecesse, a imprensa estaria faltando aos seus deveres de **orientadora da opinião pública**”⁵⁵. Assim, ao se posicionar sobre assuntos politicamente relevantes para o conjunto da população, como o *JB* fez em relação à criação de um novo Ministério, por exemplo, os diários estariam orientando a *opinião pública* ao jogar no debate público suas tomadas de posição. Nesse sentido, compreende-se melhor o motivo do *JB* enfatizar que “o governo” observe as reações da *opinião pública*, que em última instância, nesse caso, seriam as reações da própria imprensa.

Em data comemorativa, a Independência do Brasil, o *JB* volta a falar sobre a relevância da *opinião pública* e também da imprensa para o regime democrático. Nesse sentido, afirma que “em todas as etapas marcadas pelos episódios que culminaram no grito do Ipiranga” e “através de toda a evolução, em todos os momentos decisivos da vida nacional, aí estavam figuras representativas da **imprensa desempenhando a sua tarefa como intérpretes dos anseios populares**”⁵⁶. Assim,

Transcorre a data magna da nacionalidade, neste 7 de setembro de 1956, com um movimento insidioso contra a **nobre missão que a imprensa** desempenhou, desempenha e desempenhará, porque ela outra coisa não é senão **o espelho que reflete o estado de espírito da comunidade pátria**, e, se a imagem do panorama aparece embaciada ou escura, a culpa deve ser procurada nos aspectos de uma realidade áspera e tosca.

A opinião pública fala pela imprensa, e os líderes e legítimos interpretes do pensamento coletivo devem estar atentos aos mínimos detalhes do sentir profundo da alma popular, a fim de atender aos que nela existe de sentido permanente e irresistível nas suas manifestações políticas.

É preciso não esquecer, nos instantes de fermentação das paixões, em que a razão entra em eclipse, que nada até hoje se realizou de salutar e construtivo, dentro de nossas fronteiras, que não fosse movido pelo impulso espontâneo da massa e exteriorizado nas páginas da **imprensa ou através do verbo dos tribunos**.

Tudo que se tentou fazer sem a livre manifestação do pensamento coletivo só trouxe ao País inquietações inúteis e dissabores esté-

reis. Essa é a lição da História, não só fonte de ensinamentos benfazejos, como corregidora implacável”⁵⁷.

Nesses trechos, o discurso autorreferencial foi usado para construir distintas imagens da imprensa, sua atuação no regime democrático e, também, sobre sua relação com a *opinião pública*. Primeiro, encontramos textualmente a referência a uma *função pública* que já havíamos identificado em estratégias discursivas de legitimação da fala, a qual chamamos de *função pública de intérprete do pensamento coletivo*. Entretanto, ao deixar explícito tal papel, o jornal reforça os elementos para que a fala proveniente da imprensa ganhe mais autoridade no debate público, especialmente por segmentar esse coletivo em populares, e, com isso, autoriza suas tomadas de posição, fator essencial, tendo em vista que o jornal é uma empresa privada.

Para essa legitimação, a segunda forma com a qual o *JB* constroi a imprensa seria essencial, pois ao construir a imprensa enquanto um espelho que apenas reflete o que ocorre na sociedade, confere o caráter de neutralidade e objetividade necessários à atividade jornalística. Mas, dessa forma, pode-se questionar se a condição de intérprete não se oporia à condição de espelho? Defendemos que não, justamente porque os ideais que legitimam ambas as construções são os mesmos, isto é, neutralidade e objetividade, tanto que, em outro texto, o *JB* já havia afirmado que a “opinião” que difunde em suas páginas não seria a sua, mas do *povo*⁵⁸.

Diante disso, fica mais fácil compreender a afirmativa de que *opinião pública* falaria pela imprensa: de um lado, o *JB* defende que os anseios populares compõem a *opinião pública*; por outro lado, sustenta que a imprensa é intérprete dos anseios populares, por isso, pode-se dizer que, segundo essa concepção, a *opinião pública* falaria pela imprensa. Contudo, tal concepção tem um sentido maior, pois, nesses termos, defender que o governo deveria ouvir os anseios populares seria o mesmo que dizer que deveria ouvir a imprensa e, com isso, torna mais evidente a *função pública de auxiliar da coisa pública*, na qual advertiria, aconselharia, indicaria caminhos e modos de se resolver questões que dizem respeito ao interesse coletivo. E, também, esse conjunto de *funções* e *condições* que o *JB* associou à imprensa formaria uma das *funções públicas* que o jornalismo mais propalaria, ou seja, de *mediadora entre sociedade e estado*.

Por fim, percebe-se que o *JB* constrói a relação entre imprensa e *opinião pública* de duas formas distintas: primeiro, a imprensa como orientadora da *opinião pública*; depois, a *opinião pública* que falaria pela imprensa. No entanto, em ambos os casos se conduz a um fim comum: o governo, a administração pública e os *homens públicos* deveriam ficar atentos ao que a imprensa *diz* (publica). Nesses casos, há também um objetivo comum, a saber, a imprensa trabalhar em prol do regime democrático, assim como seria um dos sustentáculos da lógica democrática de debate público de assuntos politicamente relevantes. Dessa forma, não é aleatório que o *JB* faz associação entre imprensa, *opinião pública* e democracia de modo mais sistemático, sempre em data comemorativa (7 de setembro), tal decisão já vem imbricada em muitas camadas de significação.

Por fim, o *JB* vê positivamente a atitude de Juscelino Kubitschek ao chamar no Catete diretores dos jornais do RJ para entrevista juntamente com Lucas Lopes, o Ministro da Fazenda. Dessa entrevista, o *JB* destaca que o Ministro da Fazenda expôs “suas ideias a parlamentares e jornalistas, e através **dos jornalistas a todo o povo**, e se propõe a debatê-las, a defendê-las, não através da corrupção ou da pressão parlamentar, mas através da conquista da **opinião pública**”⁵⁹. Nesses termos, a imprensa é colocada enquanto intermediária, levando ao conhecimento do povo os assuntos discutidos na esfera administrativa, publicizando os assuntos políticos. Esta, igualmente, é mais uma das funções próprias da democracia, já encontrada em Kant e muito bem analisada por Norberto Bobbio, a saber: a necessária publicização dos atos do poder⁶⁰.

Essa perspectiva de a mídia agir sobre um público amplo e, por isso, ser fundamental para a formação da *opinião pública* também aparece no jornal *Última Hora*, quando, diante do episódio da carta Brandi, afirma que “as últimas e irritadas declarações do general Maurell Filho sobre a carta que ‘O Globo’ e a ‘Tribuna de Imprensa’ estamparam como sendo dirigida pelo deputado argentino Brandi ao sr. João Goulart, não deixam mais dúvida sobre a origem criminosa do singular documento”. Assim, destaca que “o que, porém, torna-se indispensável, é que **o povo** seja, ininterruptamente, esclarecido. A **opinião pública** que foi durante dias e dias enganada com a divulgação de boatos e mentiras em torno da carta falsa reclama agora informações nítidas e verdadeiras”⁶¹. E nesse caso, o próprio *UH* iria trabalhar em prol desse esclarecimento, o que já vinha fazen-

do em relação à política econômica do café, quando argumenta que “os termos brutais em que o problema vem sendo colocado de parte dos entreguistas corresponde a uma realidade: é que a opinião pública, cada vez mais esclarecida, prepara-se para resistir com todas as suas energias à ofensiva contra a emancipação econômica do Brasil”. Assim, na tarefa de esclarecer a *opinião pública*, o jornal se empenha fortemente, fazendo constantes denúncias sobre o “entreguismo”⁶².

Em ambas as referências à *opinião pública*, identificamos que seria a perspectiva de que a imprensa age sobre um público, contribuindo para formar esta *opinião pública*⁶³. No entanto, diferente dos jornais anteriores, o *UH* traz a perspectiva de que tal ação também poderia ser negativa, tendo em vista que alguns integrantes da imprensa poderiam estar trabalhando não para esclarecer a *opinião pública*, mas, ao contrário, para enganá-la e com isso alcançar o objetivo de desestabilizar a democracia. Dessa forma, há o reconhecimento de que nem sempre a *opinião pública* seria esclarecida e os diários podem trabalhar em favor desse esclarecimento ou para turvá-lo. Diante deste quadro, o *UH* se coloca na condição de esclarecer a opinião diante dos agentes jornalísticos que tentam enganá-la. Essa situação permite que se identifique um conflito entre os diários para estabelecer a visão mais legítima sobre um assunto⁶⁴, que, de modo mais profundo, seria uma disputa para ver quem seria mais capaz de falar em nome da *opinião pública* e, no mesmo movimento, contribuir para orientá-la e, assim, formá-la⁶⁵.

Conclusão

Em diversos momentos ao longo do trabalho, percebemos os jornais utilizando-se da expressão *opinião pública*, em alguns casos para legitimar suas tomadas de posição a partir do peso que essa ideia carrega, em outros casos para se colocar na condição de *falar pela coletividade*. Nesse jogo de termos, no qual a possibilidade de se “fazer coisas com palavras” foi muito estendida e tensionada, a *opinião pública* foi concebida ora como resultados das urnas e de pesquisas de opinião, ora como uma complexidade de fatores que conduz a “um resultado incerto”, mas acima de tudo, que não pode ser controlado por apenas um agen-

te (indivíduo ou instituição) e sim envolve diferentes agentes, como partidos e jornais. Assim, tem-se, por exemplo, a “opinião oficial”, a “opinião política (partidária)” e a “opinião jornalística” como integrantes ou componentes da opinião.

A partir dessas concepções, os diários buscaram autorizar sua atuação em defesa da democracia, geralmente se concebendo enquanto integrantes da *opinião pública*, construindo sua especificidade em relação aos demais agentes, a partir da lógica de produção jornalística. Mas o que nos leva a questionar: quais ações tais jornais legitimariam nessa suposta defesa da democracia?

Identificamos que teria ocorrido uma luta de representação em torno da significação mais legítima sobre o contexto político de 1955, na qual os jornais lançaram mão das mais distintas estratégias discursivas para conseguir autorizar as suas tomadas de posição. E dentro desta disputa, mobilizaram o conceito de *opinião pública*, atribuindo-se, explicitamente ou não, funções públicas como *interprete do pensamento coletivo* e como aquele capaz de *falar pela coletividade*. Nesse caso, tendo em vista as diferenças de posição entre os periódicos, notadamente, entre a *Última Hora* e os outros jornais pesquisados, podemos perceber uma verdadeira luta simbólica tanto pela forma mais legítima de expressão desta *opinião pública*, quanto pelo conteúdo programático mais adequado para se associar a ela. O que também não deixou de ser uma disputa dos jornais entre si e destes com agentes políticos para estabelecer qual seria o intérprete mais legítimo desta opinião.

Notas de fim

1 Sobre tal processo conferir: BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966; PATARRA, N. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o Período pós-30. In: FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 247- 268.

2 Isso fica mais claro se atentarmos para o aumento da contribuição da publicidade no faturamento dos jornais ao longo da década de 1950 em decorrência do crescimento industrial. Mesmo com o desenvolvimento da rádio, a imprensa se manteve como o veículo de publicidade mais importante, tanto que em 1952 absorvia 48,8% das verbas de publicidade do país. Essas verbas, cada vez mais, acompanham o processo de industrialização, como podemos notar pela pesquisa de Ana Ribeiro (2007). RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

- 3 Cf.: ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; BARBOSA, M. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950- 1960). In: BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1990-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- 4 RIBEIRO, A. P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense**, n. 08, 2002.
- 5 AZEVEDO, L. C. de. **No tempo do rádio: Radiodifusão e cotidiano no Brasil – 1923-1960**. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, 2002.
- 6 HABERMAS, J. Esfera pública burguesa: ideia e ideologia. In: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- 7 Mill, John Stuart. **O Governo representativo**. Trad. de Manoel Innocência de L. Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 8.
- 8 TARDE, Gabriel de. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- 9 HABERMAS, 1984.
- 10 Para Habermas, o social estaria dividido entre a “Esfera privada” (sociedade civil) e a “Esfera política” (Estado), mas, entre essas duas esferas, encontra-se uma terceira, a Esfera Pública, lugar de pura racionalidade, espaço onde os indivíduos privados discutem em um universo virtual assuntos públicos, e, assim, formariam a “opinião pública”. Nesse sentido, por definição, os interesses individuais e o Estado não podem estar na Esfera pública, uma vez que ela é um local que submete qualquer assunto público à crítica, à razão, funcionando como um intermediário entre uma instância e outra.
- 11 KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **Democracia e discurso autorreferencial: representações em disputa nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960)** (2022). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.; MARTINS, L. C. dos P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- 12 LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149.
- 13 Pelo critério qualitativo selecionamos oito eventos: 1) a reforma eleitoral brasileira que foi oficializada em 25/07/1955; 2) a “Revolução libertadora” que ocorreu na Argentina entre 16 a 23 de setembro de 1955; 3) a eleição presidencial brasileira ocorrida em 03/10/1955; 4) o Movimento “11 Novembro” de 1955; 5) a eleição presidencial argentina que ocorreu em 23/02/1958; 6) as eleições gerais brasileiras de 03/10/1958; 7) a “Revolução Cubana” desencadeada em 01/01/1959; e 8) a eleição presidencial brasileira de 03/10/1960. Então verificamos todas as edições dos quatro jornais, uma semana antes e uma semana depois de cada evento.
- 14 Pela amostragem analisamos 15% do total das edições, o que equivale a 45 edições em cada jornal para cada ano de 1955 a 1960. Optamos por analisar as edições com um intervalo de sete dias entre uma edição e outra, o que possibilitou que as 45 edições ficassem o mais esparsas possível – dispersas em todos os meses do ano, em diferentes dias do mês, em distintos dias da semana – para que realmente pudesse ser considerada uma amostra representativa do todo.
- 15 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.
- 16 MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, C. S. M.; BATISTELLA, A.; ANGELI, D. S. (Orgs.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- 17 A perspectiva de os jornais se atribuírem conscientemente ou não distintas funções públicas foi trabalhada no capítulo de livro: KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Construção de funções públicas a partir da relação que os jornais estabelecem entre imprensa e povo nos discursos autorreferenciais In: DOMINGOS,

C. S. M.; BATISTELLA, A.; ANGELI, D. S.; GRIJÓ, L. A.; VARGAS, J. M. (Org.). **Capítulos de história política: problemas e estudos**. 1 ed. Passo Fundo: Acervus, 2020, v.2, p. 57-82.

18 As eleições de 1955 contou com a candidatura à presidência da República de Juarez Távora (UDN), Adhemar de Barros (PSP), Plínio Salgado (PRP) e Juscelino Kubitschek (PSD), e para vice-presidência João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Danton Coelho (PSP), sendo vitoriosa a aliança PSD-PTB com JK para presidente e Jango para vice.

19 Queremismo – “Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome ‘queremismo’ se originou do slogan utilizado pelo movimento: ‘Queremos Getúlio’. [...] Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas”. Ocorreram grandes manifestações de massa que se sucederam em várias cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, com apoio dos comunistas. CALICCHIO, Vera. Movimento Queremista. Verbete. In.: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

20 “El Gran Galeoto”, *O Globo*, 30 de julho de 1955, 1°C, p. 1, [grifo nosso].

21 Em pesquisa anterior ficou comprovado que *OG* foi fortemente contrário à candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart por considera-los “herdeiros” de Getúlio Vargas (KRILOW, 2022).

22 “Tentativa parlamentar antidemocrática”, *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

23 “Restos totalitários no continente”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1955, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

24 *O Globo* combateu a candidatura de Juscelino e depois de empossado fez forte oposição ao seu governo (KRILOW, 2022).

25 “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 1, [grifo nosso].

26 Análise mais detalhada dessa passagem foi feita em KRILOW, 2002, p. 142 – 143.

27 Desde que Juscelino Kubitschek lançou sua candidatura, correntes opostas a ela, tentaram impugna-la e/ou deslegitima-la, assim como fizeram com a candidatura de João Goulart, inclusive, com a publicação, em jornais da grande imprensa, de uma carta, em setembro de 1955, endereçada ao então candidato à vice-presidência e atribuída ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi – a chamada Carta Brandi, que ficou provada posteriormente ser falsa. A carta provocou grande agitação política, que teve impacto também no meio militar, mas não impediu que JK e Jango fossem eleitos.

28 “Não morreu pela desordem”, *Correio da Manhã*, 03 de agosto de 1955, 1°C, p. 6. Argumentação retomada em “Mortos e vivos”, *Correio da Manhã*, 05 de agosto de 1955, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

29 “A importância da política da fraude”, *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

30 HABERMAS, 1984; CHAMPAGNE, 1996.

31 Na qual foram candidatos Jânio Quadros (PTN), Henrique Teixeira Lott (PSD) e Adhemar de Barros (PSP) para presidência da república, e João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC) para vice-presidência. Jânio Quadros foi eleito para presidência e João Goulart para vice-presidência, apesar da forte oposição de muitos jornais da *grande imprensa*.

32 Democracia trabalhista”, *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1960, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

33 “Candidato contra os partidos”, *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1955, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

34 “Em preto”, *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, 1°C, p. 6.

35 “Liquidação dos partidos”, *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1958, p. 6, [grifo nosso].

36 Após as eleições, iniciou-se a “batalha judicial” e a tentativa de não empossar os eleitos (Juscelino Kubitschek e João Goulart), sob a alegação de necessidade de maioria absoluta, tese encabeçada por líderes da UDN, mas inconstitucional. A oposição derrotada, aliada a setores conservadores e anticomunistas do exército e ao Clube da Lanterna, passa então a articular um possível *golpe* para impedir a posse dos candidatos eleitos. Entretanto, a tentativa de *golpe* foi impedida pelo General Lott que, “mesmo exonerado, comanda

a ocupação da capital do país por tropas do Exército”, no que ficou conhecido como *Movimento do 11 de Novembro* ou *contragolpe preventivo*, segundo seus promotores, que conduziu a posse aos eleitos.

37 “Convivência impossível”, *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1956, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

38 “Posse ao eleito”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1955, 1°C, p. 6, [grifo nosso].

39 “Posse ao eleito”, *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1955, 1°C, p. 6.

40 “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

41 “A mensagem sobre a imprensa”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

42 “Preito de saudade e gratidão”, *Jornal do Brasil*, 02 de novembro de 1955, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

43 Perspectiva retomada em: “A responsabilidade do eleitorado”, *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1955, 1°C, p. 5.

44 “Serenidade e patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1955, p. 5, [grifo nosso].

45 “Serenidade e patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1955, p. 5, [grifo nosso].

46 “Serenidade e patriotismo”, *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1955, p. 5, [grifo nosso].

47 “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

48 “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5.

49 “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

50 “Suspensão do sítio”, *Jornal do Brasil*, 16 de fevereiro de 1956, 1°C, p. 5.

51 Em nosso trabalho não objetivamos discutir a possibilidade de tal esfera pública e mesmo o tipo de opinião pública dela decorrente, apenas sinalizamos uma aproximação que poderia ser feita.

52 Embora houvesse o cargo de Ministro da Economia, não havia um Ministério próprio, entretanto, a proposta de criação de um Ministério da Economia não obteve sucesso.

53 “O perigo de novos ministérios”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

54 “O perigo de novos ministérios”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

55 “Antagonismos do legislativo”, *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

56 “A jornada da independência”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

57 “A jornada da independência”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1956, 1°C, p. 5, [grifo nosso].

58 “O Congresso faz restrições à imprensa”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1957, 1°C, p. 3.

59 “A reunião de ontem”, *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1958, 1°C, p. 3, [grifo nosso].

60 Bobbio, Norberto. O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 171 p

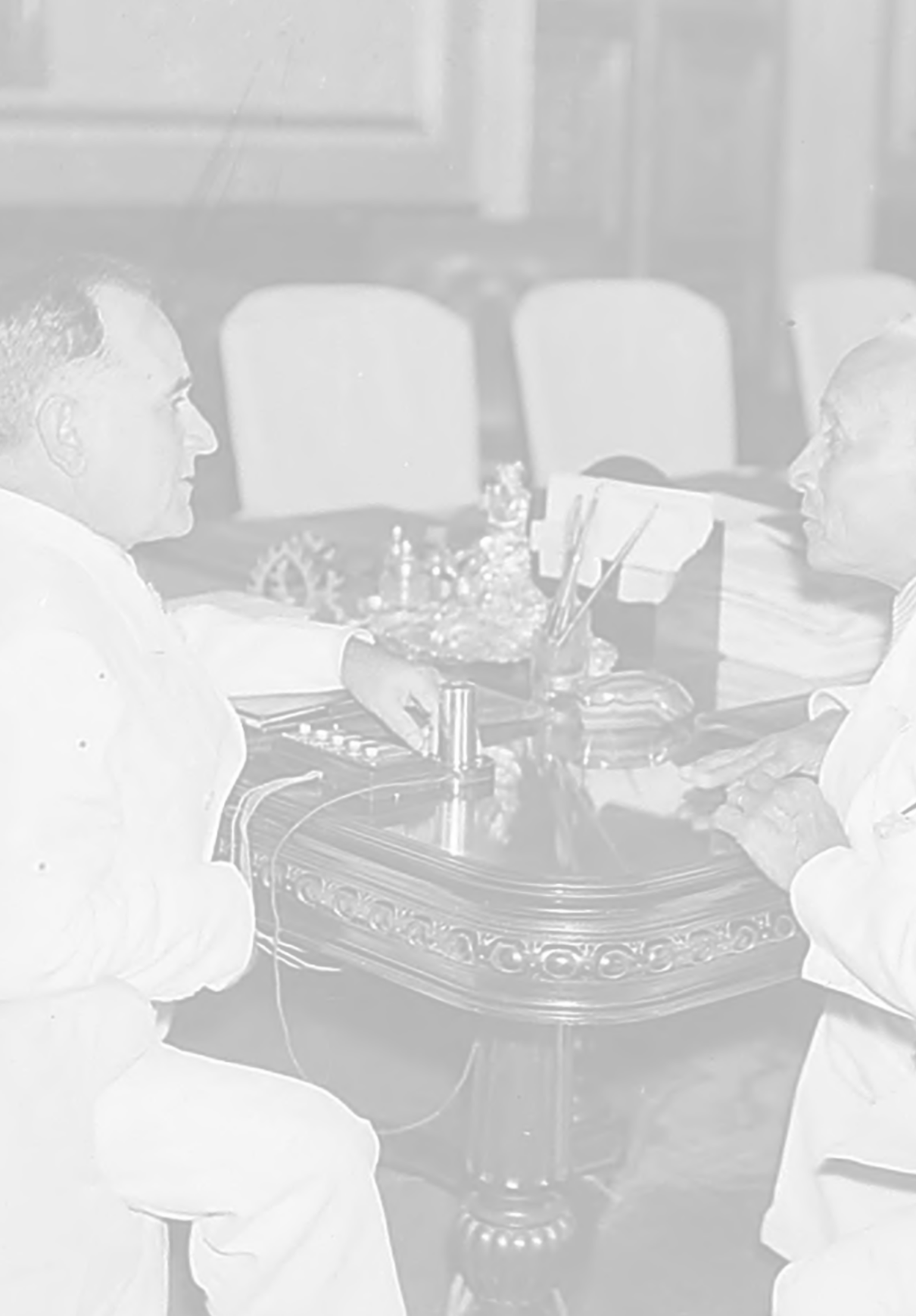
61 “Que seja esclarecida a opinião pública sobre a falsidade da casta Brandi”, *Última Hora*, 11 de outubro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora, [grifo nosso].

62 “Café e petróleo: e entreguismo não esconde seus propósitos”, *Última Hora*, 05 de setembro de 1958, 1°C, p. 3, “Flash” do momento.

63 LIPPMANN (2008).

64 CHARTIER, R. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

65 BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.



XI

O MUNDO POLÍTICO EM CHAMAS:

*reações políticas contraditórias frente ao reatamento das relações
diplomáticas do Brasil com a URSS (novembro de 1961)*

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

No início dos anos 1960, a Guerra Fria estava em um momento particularmente acirrado. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se recuperara da destruição sofrida durante a Grande Guerra Patriótica e aparentava estar em pé de igualdade com a maior potência capitalista daquele tempo, os Estados Unidos da América (EUA). Era um período em que o mundo estava dividido entre duas superpotências.

No Brasil, o clima da bipolaridade mundial se fazia sentir desde o princípio. Basta lembrar que, já em 1947, quando a Guerra Fria estava nos seus inícios,¹ o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), rompeu as relações diplomáticas com a URSS mesmo ela estando no auge de sua popularidade em razão de ter contribuído significativamente para a derrota do nazismo. Tudo isso em função de uma aliança subalterna com os Estados Unidos que também produziu a proibição do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a cassação dos mandatos dos seus parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.²

Se por um lado o anticomunismo foi crescendo no Brasil ao longo dos anos do tempo da experiência democrática (1945-1964), por outro lado os governos que sucederam o período de Dutra foram, paulatinamente, se afastando daque-

la relação de subalternidade em relação aos Estados Unidos. E esse movimento de maior equilíbrio na inserção do mundo da Guerra Fria conheceu o seu apogeu com a Política Externa Independente (PEI) elaborada por Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco durante seu curto período de governo.³

Com a renúncia de Quadros houve uma tentativa de golpe para impedir o vice-presidente eleito, João Goulart, de tomar posse. Com a Campanha da Legalidade,⁴ organizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, a tentativa de golpe dos ministros militares foi derrotada em parte: João Goulart assumiu como presidente da República em 07 de setembro de 1961, mas em um novo sistema político: o parlamentarismo.⁵

Tancredo Neves, político moderado do PSD, foi escolhido para o cargo de primeiro-ministro. Para o cargo de ministro das Relações Exteriores, a escolha recaiu em San Tiago Dantas, que tinha sido deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),⁶ o mesmo partido do qual João Goulart era o presidente nacional. San Tiago Dantas sistematizou a PEI e, menos de três meses após sua investidura no cargo, realizou um ato que causou grande repercussão no mundo político⁷: o reatamento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O jornal Correio do Povo

Fundado em 1 de outubro de 1895, por Caldas Júnior, em Porto Alegre, o jornal *Correio do Povo* se apresentava como um jornal independente em um estado dividido politicamente entre chimangos e maragatos. Sua diretriz jornalística estava assentada nas palavras “*independente, nobre e forte*” e foi essa imagem que tentou vender ao longo do século XX. De 1935 a 1986, o jornal foi dirigido por Breno Caldas, filho do fundador. Breno Caldas tinha o controle absoluto do jornal; nenhuma notícia sobre política estadual ou nacional poderia ser divulgada sem antes passar pelo seu crivo.⁸

As relações do *Correio do Povo* – e de Breno Caldas – com os governadores do Estado, à exceção de Flores da Cunha, eram boas. No “tempo da experiência democrática”, o governador Ernesto Dornelles, do PTB, foi o primeiro

governador do Estado a descer do Palácio Piratini até a Rua Caldas Júnior para cumprimentar Breno Caldas pelo aniversário do *Correio do Povo*.⁹ Em 1953, o secretário de Obras Públicas do governo Dornelles, Leonel de Moura Brizola, vai à sede do *Correio do Povo* cumprimentar Breno Caldas e acaba tendo a foto que registra a visita publicada na contracapa do jornal no dia seguinte. Em 1956, era a vez do novo governador do Estado, Ildo Meneghetti – juntamente com todo o seu secretariado – participar das comemorações do aniversário do jornal. Não há registros de animosidades entre o *Correio do Povo* com João Goulart e Leonel Brizola na bibliografia disponível. Pelo menos até a Campanha da Legalidade, quando o governador Brizola requisitou a *Rádio Guaíba* que fazia parte do grupo Caldas Júnior.

De acordo com Walter Galvani, nesse momento as relações entre Breno Caldas e Leonel Brizola se deterioraram rapidamente. Galvani narra o impasse estabelecido:

“Dr. Breno, quero avisá-lo que eu resolvi encampar a Rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui no centro, e quero dar-lhe conhecimento disso” – foi o que Leonel Brizola disse, por telefone, ao diretor-presidente da Caldas Júnior, no alvorecer do Movimento da Legalidade.

“Isto aqui é uma concessão federal – respondeu-lhe Breno Caldas – e é uma propriedade privada. Você está esbulhando um direito de exploração de uma concessão legalmente estabelecida”.

Depois de muita discussão, Breno pediu então um documento oficial, por parte do governo do Estado.¹⁰

Breno Caldas não admitia nenhuma forma de interferência estatal sobre negócios privados – de acordo com sua visão de mundo liberal-conservadora. Ao requisitar sua *propriedade privada*, Leonel Brizola se tornava um inimigo. Assim como já havia se indisposto com alguns setores da sociedade por ter encampado a *Bond and Share* (subsidiária da *American & Foreign Power* – Amforp) em maio de 1959,¹¹ agora Brizola tinha contra seu governo a importante empresa de comunicação Caldas Júnior.

Não demorou para as agressões ampliarem-se, de parte a parte. Resolvida a questão da posse de Goulart, Leonel Brizola havia ganhado grande destaque na-

cional. Com a experiência advinda através da Rede da Legalidade, o governador do Rio Grande do Sul passou a protagonizar um programa na *Rádio Farroupilha*, todas as sextas-feiras, onde fazia as mais diversas críticas: dentre as quais, algumas direcionadas à empresa de Breno Caldas.

Este, por sua vez, acompanhado de Arlindo Pasqualini – diretor da *Rádio Guaíba* à época da Campanha da Legalidade – respondia às provocações de Leonel Brizola. Walter Galvani faz referência, inclusive, ao fato de que Breno Caldas e Leonel Brizola “chegaram ao ponto de participar de um debate público em televisão”.¹²

Arlindo Pasqualini, que trabalhava para a Caldas Júnior desde, pelo menos, 1939, detinha um papel de extrema importância na empresa, como relata o próprio Breno Caldas: “Tomei o controle direto e pessoal de tudo que era importante e passei a trabalhar vinte horas por dia. Nesse período, deleguei muitas dessas tarefas ao incomparável companheiro Arlindo Pasqualini.”¹³

O jornalista Oswaldo Goidanich [Goida] que trabalhou no jornal de 1943 a 1974, dá um depoimento sobre o *Correio do Povo* e seu diretor, Breno Caldas:

[...] é um jornal conservador, com uma abertura liberal. O dr. Breno é um homem desconfiado de tudo e de todos, acreditou em raríssimas pessoas. Talvez mesmo numa só – Arlindo Pasqualini – com quem ele tinha uma sintonia perfeita. Pasqualini era o segundo homem da Caldas Júnior. Tranquilo, afável, ponderado, excelente jornalista, dirigia a Folha da Tarde e, ocasionalmente, o Correio do Povo, e foi, sem dúvida, o responsável pelo êxito alcançado pela Rádio Guaíba. Quando Pasqualini morreu, o dr. Breno perdeu o único companheiro em que confiava. Ficou sem o seu braço direito. Mas o pior é que ele não preparara sequer um braço esquerdo.¹⁴

Percebe-se aí uma certa ironia de Goidanich quando ele diz que Pasqualini era o braço direito de Breno Caldas. Passada a Campanha da Legalidade e o regime parlamentarista tendo sido encerrado, Pasqualini passou a manter uma coluna diária na contracapa do *Correio do Povo*. Nesta, ele descarregava toda sua munição contra um governo que claramente não apoiava: o de João Goulart.¹⁵

Após a Campanha da Legalidade, com a radicalização política empreendi-

da pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul na luta pela posse legítima/legal de João Goulart, a política – nacional e estadual – ficou marcada por fortes tensões e enfrentamentos, que culminaram com o golpe civil-militar de 31 de março/01 de abril de 1964. Além dos fatores internos, que são preponderantes, a própria lógica da Guerra Fria auxiliava para que a situação se encaminhasse para esse desfecho. O restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, pouco mais de dois meses após a posse do presidente Goulart – em 23 de novembro de 1961 – contribuiu para o acirramento daquele mundo político. Para perceber o teor dessas divergências – bem como para entender o papel desempenhado pelo jornal na questão – é que o *Correio do Povo* se mostra uma importante fonte de estudos. Afinal, num momento de tamanha disputa política, qual documento melhor que um periódico que se proponha a ser *independente, nobre e forte*?

O dia do reatamento

Na edição do dia 24 de novembro de 1961, o jornal *Correio do Povo* trazia em sua contracapa com letras garrafais a seguinte manchete: **BRASIL E RÚSSIA REATARAM RELAÇÕES – Nota conjunta foi assinada às 14 horas – Chanceler Gromyko informado em Moscou.**¹⁶ A chamada e a localização registram a importância que o assunto detinha para o período – bem como a importância conferida pelo jornal. Mais da metade da contracapa foi utilizada para esse tema. Começamos com a informação:

BRASÍLIA, 23 (CP) – Às 14 horas de hoje foram restabelecidas, mediante troca de notas, na sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, diz em nota oficial o chanceler San Tiago Dantas, acrescentando: “Os dois países trocaram embaixadores extraordinários e plenipotenciários. Estiveram presentes ao ato os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados.”¹⁷

O anúncio foi feito no próprio Ministério das Relações Exteriores com a

presença dos responsáveis pelas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado, para prestigiar o ato. Posteriormente, no mesmo dia, San Tiago Dantas foi à Câmara dos Deputados onde fez um pronunciamento.¹⁸

Todavia, a decisão para o reatamento com a URSS já estava tomada desde o início do mês de novembro. Entre os dias 1º e 5 de novembro, San Tiago Dantas reuniu-se com alguns assessores na *Casa da Pedra*, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião

o Ministro San Tiago Dantas explicou que os estudos estavam concluídos e que os soviéticos haviam aceito as minutas propostas pelo Brasil. O problema girou em torno da apresentação da decisão governamental ao Congresso Nacional. Em princípio, o Ministro San Tiago Dantas, ao regressar da Argentina, irá ao Congresso Nacional e fará uma exposição sobre os seguintes assuntos: 1) Resultados de sua visita à Argentina; 2) Medidas que está tomando o Governo brasileiro para pôr em execução a Aliança para o Progresso no Brasil; 3) Reatamento. Em princípio, o Ministro anunciaria o reatamento como já efetivado. A discussão girou então sobre se seria conveniente anunciar que o reatamento se daria no dia seguinte. Essa tese foi sustentada pelo Embaixador Gibson e, com menos ênfase, pelo Embaixador Bernardes. Argumentou este que o Governo não deve correr o risco de reatar e pouco depois ter de romper. O Ministro San Tiago Dantas disse que sentia que o Congresso em sua maioria daria apoio ao reatamento. Anunciar o reatamento para o dia seguinte seria abrir caminho para manifestações “eleitoreiras” no sentido de apoiar a substância da política, mas considerá-la inoportuna. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns poucos e o apoio da maioria. Essa orientação parece ter prevalecido.¹⁹

Ao anunciar o reatamento das relações diplomáticas com a URSS no Ministério das Relações Exteriores, o ministro aumentou a visibilidade ao ato, e também preservou o emissário soviético de possíveis constrangimentos causados pela oposição no Congresso Nacional.

Declaração do emissário russo

Enquanto o chanceler San Thiago Dantas fazia a comunicação à Câmara do Reatamento, a reportagem logrou aproximar-se do sr. Victor Azof, signatário, pela Rússia, do documento.

Informou o representante soviético que às 14 horas havia expedido, para Moscou, diretamente para o chanceler Gromyko, a notícia do reatamento; que não podia precisar o número de diplomatas que comporão a embaixada; que não tem informações sobre o possível embaixador russo no Brasil, frisando que não seria ele.

Quanto à liberdade de locomoção, o sr. Victor Azof, delicadamente, escusou-se de responder, afirmando apenas que não acredita que haja restrição para os diplomatas brasileiros na Rússia.

Por outro lado, após ter assistido a um “Te Deum”, no andar térreo do Palácio do Planalto, às dezoito horas, a reportagem conversou rapidamente com o padre José Vasconcelos, que fez a prédica.

Declarou esse sacerdote que na sua opinião, o reatamento com a União Soviética, ‘não estava consumado’.²⁰

O jornal *Correio do Povo* procurou saber a opinião do representante soviético, como acabamos de ver. Procurou, também, se informar sobre dados gerais da representação diplomática soviética – não obtendo êxito. Ao questionar o representante soviético sobre possíveis restrições que os representantes do Brasil poderiam ter naquele país em relação à locomoção, recebeu a única resposta possível: a negação dessa prática. Em uma ocasião como essa, que pode se considerar como festiva, não poderia ser outra a resposta do soviético.

A versão oficial

Ainda na contracapa da edição do dia 24 de novembro de 1961, o jornal *Correio do Povo* publicou as declarações dos ministros do governo Goulart sobre o reatamento. Como o sistema era parlamentarista, essas informações tinham um peso significativamente maior do que em um governo presidencialista. Desse modo, as intervenções dos ministros tinham grande repercussão na vida política daquele momento:

Opinam os Ministros de Estado

BRASÍLIA, 23 (CP) – A propósito do reatamento das relações com a União Soviética, tivemos oportunidade de ouvir rapidamente alguns ministros de Estado, momentos antes do início do Te Deum, no Palácio do Planalto, às dezoito horas. A Sessão do Conselho [de Ministros], iniciada às 16 horas, foi suspensa naquele horário e teve prosseguimento às dezenove horas.

Inicialmente, abordamos o Ministro da Guerra [Segadas Viana], que nos disse: “O assunto está sendo estudado”.

Como lhe dissemos que o reatamento já fora assinado, o ministro mostrou-se surpreso, acrescentou: “Não me compete fazer declarações. Na minha área asseguro que está tudo calmo.”

Pouco depois, o ministro Franco Montoro [Trabalho] confirmava que até aquele instante os membros do gabinete ainda não haviam sido informados, oficialmente, do reatamento.

“O reatamento estava sendo estudado a tempos. Não havia motivo para protelação” ressaltou o ministro Armando Monteiro, da Agricultura.

O ministro Oliveira Brito [Educação e Cultura], embora se mostrasse satisfeito com o reatamento, não quis fazer declarações.

Idêntica atitude foi tomada pelo general Amaury Kruehl, chefe do gabinete militar. O ministro Valter Moreira Sales [Fazenda] limitou-se a frisar que sempre fora favorável ao reatamento. Em seguida, procuramos o presidente da República que, sorrindo, declarou que “somente mais tarde falaria sobre o assunto”. Por sua vez, o primeiro ministro Tancredo Neves nos disse que, ao final da reunião do gabinete, receberia a imprensa para prestar informações.”²¹

O reatamento ocorreu em um dia agitado em Brasília: além das comemorações do Dia de Ação de Graças, havia uma reunião do Conselho de Ministros no Palácio do Planalto. A partir dessa casualidade, teve o repórter do *Correio do Povo* facilitada sua tarefa de ouvir as opiniões dos ministros.

Mesmo que o reatamento seja tarefa do ministro das Relações Exteriores, se mostrava como importante para o período a opinião dos membros do Gabinete parlamentarista, conhecido como Gabinete da União Nacional – o primeiro do novo sistema e composto por membros de vários partidos.²²

Os ministros entrevistados procuraram reagir de forma a não criar polêmicas para o governo. Alguns, como o ministro da Guerra, procuraram visivel-

mente se esquivar; outros, embora simpáticos à medida, se mostraram contidos. Até mesmo o primeiro-ministro Tancredo Neves postergou o pronunciamento a respeito.

O primeiro-ministro Tancredo Neves concedeu entrevista coletiva após a reunião do Conselho de Ministros. De acordo com o *Correio do Povo*, o primeiro-ministro respondeu de antemão sobre o futuro do Brasil após o reatamento:

“Premier” Tancredo Neves – BRASIL CONTINUARÁ SENDO DEMOCRÁTICO E CRISTÃO.

BRASÍLIA, 23 (CP) – As vinte horas e dez minutos, ao final de sessão de hoje do gabinete, o primeiro ministro Tancredo Neves recebeu os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, conforme prometera horas antes e disse, à queima roupa:

“O reatamento de relações diplomáticas, com a União Soviética não implica em nenhuma concessão, por parte do governo brasileiro a qualquer motivação de ordem ideológica. O Brasil continuará sendo uma nação democrática e cristã e o seu governo compromissado com os valores morais e os princípios jurídicos incorporados a nossa Constituição”.

Em seguida, o primeiro ministro negou que o anúncio do reatamento tenha causado surpresa ao gabinete: “Os entendimentos se vinham processando através de estudos e consultas às forças políticas do país, desde o governo do ex-presidente Jânio Quadros.”

Indagado sobre se já fora escolhido o nome do futuro embaixador do Brasil em Moscou, o chefe de governo esclareceu que agora se segue a fase de entendimento entre os dois países, para aceitação das condições do reatamento e que o nome do embaixador será indicado oportunamente.”²³

Ao apontar que o *Brasil continuará sendo democrático e cristão*, palavras destacadas pelo *Correio do Povo*, o primeiro-ministro colocava a PEI nos mesmos termos em que esta era levada por San Tiago Dantas: independente, mas dentro de uma tradição ocidental, baseada na democracia e no cristianismo²⁴ – o que gerava em amplos setores da sociedade, inclusive no *Correio do Povo*, um sentimento de desconfiança frente à PEI.

O primeiro-ministro discorreu, ainda, sobre o fato de as medidas virem sendo estudadas já há bastante tempo pelo governo, desde o período do ex-pre-

sidente Jânio Quadros. Ao mesmo tempo em que essa constatação é verdadeira, também é uma forma de dividir as atenções frente às medidas, o que enseja a preocupação do governo com a recepção negativa do reatamento. Fosse a decisão eivada de convicção acerca da sua popularidade, certamente alusões desse tipo não seriam feitas; haveria a tentativa, muito comum nos meios políticos, de capitalizar todos os ganhos em proveito próprio. Isso explica, em parte, muito da cautela dos membros do governo – inclusive do ministro San Tiago Dantas – nas declarações sobre o assunto. A mesma cautela aplicada quando da tergiversação a respeito do nome do embaixador a ser designado para a URSS.

Não seria do lado das forças que apoiavam o governo, pelo visto, que a Política Externa Independente sofreria críticas – diferentemente do ocorrido no Governo Jânio Quadros.

As repercussões no mundo político

Assim como a capa é o local mais nobre na edição de um jornal, o domingo é o dia no qual o jornal tem mais atenção. A edição dominical do *Correio do Povo* tinha quase o dobro do número de páginas das edições de terça-feira a sábado. Em se tratando do formato *standart* que o jornal mantinha, é necessário um tempo maior para realizar toda a leitura de seu conteúdo. A isso se presta o dia de domingo: um dia no qual a população tem maior tempo ocioso, o que lhe permite dedicar mais tempo, inclusive, à leitura do jornal.

É nesse dia da semana que o *Correio do Povo* trazia na contracapa, a seguinte manchete acompanhada do respectivo *lide*:

Opiniões sobre o reatamento – “O BRASIL CONTINUA SENDO UM PAÍS LIVRE”, AFIRMA TANCREDO.

“Vejo com melancolia esse reatamento”, diz o escritor Gustavo Corção – Lott contra e Osvino a favor – Fala o senador Kubitschek, que ontem regressou ao Rio – Opinião favorável do governador Magalhães Pinto – Vai a Moscou diplomata brasileiro para assumir o cargo de Encarregado de Negócios na URSS.²⁵

Trazia, assim, ao conhecimento de seus leitores as opiniões de destacadas figuras do mundo político da época. Ao enfatizar a declaração do primeiro-ministro Tancredo Neves, o jornal demonstra a importância que o assunto tem na vida política do país, posto que o membro mais destacado do Conselho de Ministros emite opinião de teor conservador: não há mudanças na soberania do país. Ao mesmo tempo, procura o *Correio do Povo* manter a sua mítica de imparcialidade, ao projetar opiniões de repúdio ao reatamento, bem como de apoio a esta medida, sendo representantes do primeiro grupo o escritor católico Gustavo Corção e o marechal Henrique Teixeira Lott e do segundo grupo o general Osvino e o governador Magalhães Pinto, do Estado de Minas Gerais, além do também mineiro e ex-presidente, e naquele momento senador da República, Juscelino Kubitschek.

Isso demonstra, de forma exemplar, a complexidade das reações políticas frente ao ato diplomático. Mesmo pertencendo a um partido político de propensões mais conservadoras, o primeiro-ministro não impediu a execução do reatamento; além disso, procurou demonstrá-lo como uma tarefa cotidiana e soberana de governo – o que tanto deve ter lhe custado quanto angariado apoios políticos de setores até então impensados. Seu companheiro de partido e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1960 se coloca em uma postura mais de acordo com as diretrizes de seu partido; ao mesmo tempo que deve ter lhe trazido mais dissabores do que apoios, dado que uma ampla parcela da sociedade que via no marechal Lott uma expressiva figura política era constituída de setores que poderíamos denominar sob o amplo termo progressistas. O mesmo se deve destacar no caso do governador de Minas Gerais, expressivo quadro político da União Democrática Nacional (UDN): sua postura a favor do reatamento também não pode ser considerada como previsível para os que se alinhavam com suas ideias. Aparentemente, apenas o escritor Gustavo Corção e o general Osvino mantiveram uma postura que podemos determinar como esperada, em razão das suas posições políticas no período.

A notícia iniciava-se com um breve relato sobre a repercussão trazida pelo jornal francês *Le Monde*, na qual era enfatizada uma *certa continuação da política externa do sr. Jânio Quadros* pelo primeiro-ministro brasileiro. Além disso, dentro do espectro de complexidade que o reatamento causava, o *Correio do Povo*

destaca o apoio conferido a medida pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado udenista Abreu Sodré, bem como notícia o esperado apoio das entidades estudantis brasileiras, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). E reforça, mais uma vez, a postura do primeiro-ministro de que o Brasil não fará *maiores concessões à União Soviética*, demonstrando certa condescendência do *Correio do Povo* para com o primeiro-ministro Tancredo Neves, figura até então insuspeita nos círculos conservadores – embora de passado próximo a Getúlio Vargas, do qual fora ministro da Justiça.

RIO, 25 (CP) – O jornal **Le Monde**, de Paris, comentou em editorial, ontem, o restabelecimento de relações entre o Brasil e a União Soviética, apontando-o como indício de certa continuação da política externa do sr. Jânio Quadros e de cumprimento do programa do primeiro ministro Tancredo Neves, que declarou, ao assumir o Governo, que o Brasil manteria relações diplomáticas normais com todos os países, sem exclusividade.

O reatamento – aplaudido pelo deputado Abreu Sodré (UDN), Presidente da Assembléia de São Paulo, e pela UNE e pela UBES – foi definido pelo sr. Tancredo Neves, em São Paulo, ontem, como resultado de um profundo estudo realizado em todas as camadas sociais do País, mas não implica em maiores concessões à União Soviética. – “O Brasil continua a ser um País livre, cristão e democrático” – frisou o Primeiro-Ministro.²⁶

Postura semelhante à relacionada com o também insuspeito JK. A mesma notícia trazia uma declaração do ex-presidente Kubitscheck, na qual ele procura não descontentar nenhum dos setores que se embatiam sobre o reatamento, ao tentar trazer para o conjunto das realizações de seu governo os *primeiros planos para o reatamento*, ao mesmo tempo em que advertia que o Brasil continuaria *ao lado do Ocidente*.

Em Buenos Aires, o senador Juscelino Kubitscheck disse aos jornalistas que os planos para o reatamento foram iniciados durante seu governo e que a consumação do ato não significa que o País está marchando para a esquerda, nem para uma posição neutralista – “Nós continuaremos ao lado do Ocidente” – disse.²⁷

Se nenhuma das declarações trazidas pela notícia até aqui podiam ser consideradas abertamente contrárias ao ato diplomático, o mesmo não se pode dizer da posição do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, da Igreja Católica no Rio de Janeiro. Apesar de não querer manifestar-se sobre o reatamento por ignorar se todos os pormenores debatidos com o ministro San Tiago Dantas estavam presentes no texto do reatamento – e com isso, voluntária ou involuntariamente já levantava suspeitas sobre o ministro das Relações Exteriores por duvidar daquilo que lhe fora dito anteriormente – o cardeal Barros Câmara reafirmava todas suas *declarações anteriores sobre este assunto*, que eram de contrariedade. E encerrava tentando protocolarmente dissociar a sua opinião da Igreja Católica – todavia fosse quase impossível essa dissociação, e ele possivelmente soubesse disto – que não teria por objetivos *criar dificuldades para um governo que precisa unir todas as forças para solidificar suas posições*, evidenciando com isso as fragilidades pelas quais o governo passara recentemente.

Já o cardeal D. Jaime de Barros Câmara declara: Não posso me manifestar sobre este reatamento antes de conhecer o texto oficial. Ignoro se foram atendidos todos os pormenores que o sr. ministro do Exterior aqui no Sumaré me expôs em conversa particular. Em todo o caso, reafirmo todas as minhas declarações anteriores sobre este assunto. O que não desejo é que pareça estar a Igreja a criar dificuldades a um governo que precisa unir todas as forças para solidificar suas posições”.²⁸

A notícia que tinha como mote central as “opiniões sobre o reatamento” trazia uma informação sobre o pedido de moção de censura ao ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas. Curioso é que esta era a segunda notícia sobre o mesmo assunto na edição do *Correio do Povo* de 26 de novembro de 1961. A iniciativa partira da Ação Democrática Parlamentar (ADP), o bloco de direita que se opunha a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Todavia, na notícia da página 7 do *Correio do Povo*, a ação era tratada como inapropriada pelos próprios membros da ADP, por dentre outras razões, possibilitar o fortalecimento do ministro San Tiago Dantas. Algo ausente desta nota, que por ter um caráter informativo dos mecanismos parlamentares, que poderia repercutir de forma exagerada em relação à realidade das posições dos parlamentares no

Congresso – e encetando assim, pelo *Correio do Povo*, uma maior oposição ao ministro do que a real frente aos seus leitores.

Moção de censura

BRASÍLIA, 25 (CP) – Por doze votos contra sete, o Conselho Diretor da Ação Democrática Parlamentar deliberou colher assinaturas para apresentar moção de censura ao ministro das Relações Exteriores, pelo reatamento.

Ficou decidido que, se o documento obtiver as assinaturas da maioria dos membros da Ação, será apresentado em plenário. Caso contrário, voltará a ADP a reunir-se, para deliberar. O total de membros da ADP é de 155 deputados; é necessário, portanto, que 78 deputados concordem com o documento, para dar-lhe tramitação.

O Ato Adicional estabelece que para a apresentação da censura ou da desconfiança, são necessárias 50 assinaturas de deputados, obtidas as quais a moção, passados cinco dias, será discutida e votada, necessitando ser aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara.²⁹

Se foi trazida a opinião do presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, não foi esquecida a opinião do presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Ao relacionar o reatamento das relações com a URSS com o dia de Ação de Graças, o deputado carioca, se não se opõe frontalmente à medida, demonstra sua antipatia para com os soviéticos.

RIO, 25 (CP) – Sobre a repercussão e a consequência do reatamento das relações da União Soviética e do Brasil, disse o deputado Lopo Coelho. Disse-nos o presidente do Legislativo carioca – “As relações entre o Brasil e a URSS foram restabelecidas no Dia de Ação de Graças. Esperemos que elas nos tragam apenas graças, e jamais os dissabores que nos causaram em outras épocas.”³⁰

O escritor católico Gustavo Corção, que mantinha uma coluna no jornal *Correio do Povo*, foi uma das vozes mais fortes na oposição ao reatamento. Gustavo Corção inaugura uma nova abordagem para os que se opõem ao reatamento com a URSS: a não existência de vantagens *espirituais* para o Brasil com o reatamento. Recupera, assim, uma das premissas básicas dos integralistas da década-

da de 30 no Brasil, que se contrapunham ao comunismo em razão também do materialismo comunista, que se opunha ao espiritualismo cristão. Ademais, sua análise conservadora é estridente: ao justificar que o comunismo *contraria as leis naturais*, o referido escritor se opõe a qualquer tipo de mudança social.

“Reatamento Melancólico”

“Vejo com melancolia esse reatamento” – comentou o professor Gustavo Corção, líder católico e escritor. “Não consigo encontrar vantagem na oficialização das relações entre os dois países. E, quando eu digo vantagem, refiro-me não apenas as materiais, mas, e principalmente, as vantagens intelectuais e espirituais que pode daí advir. O regime soviético não é um regime como outro qualquer; ele contraria as leis naturais e, por isso, é intolerável. Sei que a minha opinião será considerada “fora de moda”, mas pessoalmente estou convencido de que voltará “a moda”, quando sentirmos na própria carne o que significa o regime soviético”.³¹

Novamente a notícia destoa das “opiniões” e passa a tratar de questões administrativas das relações diplomáticas. Sem nenhum tipo de mediação, é registrado no parágrafo abaixo do que traz a opinião de Gustavo Corção – em um sentido de continuidade da notícia – o que segue:

Para o ministro Paulo Leão de Moura, secretário adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, o estabelecimento deverá facilitar os entendimentos comerciais que já mantemos com esse país. E, a embaixada em Moscou terá enorme importância política, por motivos óbvios. Como posto para um diplomata profissional é dos mais atraentes. Tanto quanto eu sei ainda não se cogita de nomes.

Diplomata vai a Moscou

BRASÍLIA, 25 (CP) – O diplomata Roberto Assunção, segundo revelou fonte do Itamarati, partirá brevemente para Moscou, a fim de assumir o cargo de encarregado dos Negócios do Brasil na União Soviética até a instalação da embaixada do nosso país.³²

Embora não haja dúvidas de que a embaixada em Moscou favoreça os *entendimentos comerciais* já existentes, quais são os *motivos óbvios* que darão *enorme importância política* para a *embaixada de Moscou*? A resposta fica a cargo do

leitor, pois não está expressa no texto. Porém, é possível para o leitor relacioná-la com a crítica elaborada por Gustavo Corção – já que está praticamente unida a esse texto pela diagramação do *Correio do Povo*. Talvez seja assim que o jornal teria procurado evidenciar a “obviedade” da questão.

Além disso, o *Correio do Povo* traz a referência que o encarregado dos Assuntos da Europa Oriental e Ásia do Itamarati nada sabe sobre quem vai exercer o posto de diplomata em Moscou. Isso um dia depois de ter sido noticiado pelo mesmo periódico que o presidente João Goulart havia decidido o nome do embaixador à revelia do primeiro-ministro Tancredo Neves.³³ Se por um lado a notícia pode ser interpretada como o respeito do diplomata encarregado pela área dos países socialistas a uma determinação superior de não confirmar nenhum nome para o posto diplomático, por outro lado pode ser interpretada como uma intervenção direta do presidente Goulart sobre os assuntos da respectiva secretaria do Itamarati.

Depois desse breve – porém não casual – interstício, a notícia volta ao seu ponto central: as repercussões no mundo político. Dentro do espírito de complexidade que o reatamento com a URSS despertou na sociedade brasileira, estava a opinião do governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, em favor do reatamento. De uma forma superficial, enaltecendo as dimensões do país, e sem nenhum tipo de comprometimento com a URSS, Magalhães Pinto justificava seu apoio à medida.

Magalhães Pinto favorável

RIO, 25 (CP) – O sr. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, declarou:

– “Em mais de uma oportunidade, dei meu pronunciamento favorável ao reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Considero que um país como o nosso, grande em extensão territorial, com uma população que atinge a casa dos sessenta milhões, com o desenvolvimento que tem e que desejamos cada vez maior, um país como o nosso, repito, não pode ignorar ou deixar de ter relações com todos os países.”³⁴

A afirmação do marechal Henrique Teixeira Lott não era menos intrigante: professando sua fé na democracia, assim como seu anticomunismo, o marechal

Lott se colocava ao lado dos que se opunham veementemente ao reatamento com URSS.³⁵

Lott contra

RIO, 25 (CP) – O marechal Teixeira Lott afirmou o seguinte: – “Fui, sou e serei contra o reatamento de relações entre o Brasil e a Rússia, enquanto esse país não se democratizar, e ainda mais porque os soviéticos tentam implantar o comunismo em todo o mundo, sob qualquer maneira e pretexto. Lastimo que tenha sido escolhido o “Dia de Ação de Graças” para se comunicar à nação a adoção da medida.”³⁶

Outra figura do Exército que gozava de ampla aceitação pelos setores nacionalistas do país era o general Osvino Alves, à época comandante do I Exército. Diferentemente de seu colega de farda e de posturas nacionalistas, o general Osvino era a favor do reatamento, tendo um comportamento que pode ser considerado compatível com as expectativas em relação a sua figura. Ao considerar o reatamento *a reafirmação da política de independência* que o país vinha seguindo – em razão da Política Externa Independente – o general colocava o ato diplomático em harmonia com o nacionalismo que era o sustentáculo da PEI. Em razão da independência que o Brasil propugnava, o general Osvino advertia que deveria se estar em estado de cautela frente a alguns desdobramentos que a medida pudesse possibilitar – um depoimento bastante político e enquadrado com a perspectiva que San Tiago Dantas fazia questão de divulgar.

Osvino a favor

Eis, agora, a opinião do general Osvino Alves, comandante do 1º Exército: – “Foi o reatamento a reafirmação da política de independência que o Brasil está seguindo. Há muitos aspectos positivos no caso, que devem ser convenientemente explorados. Mas não há dúvida que devemos estar acautelados contra os aspectos negativos que poderão decorrer desse reatamento.”³⁷

A opinião do ex-presidente Juscelino Kubitschek era favorável ao reatamento, como visto anteriormente. É interessante perceber que a divulgação realizada pelo *Correio do Povo* da empresa aérea pela qual retornou o ex-presidente

ao Brasil – a *Pan American* – lembrava em muito a idéia da Operação Pan-Americana desenvolvida durante o governo do presidente JK, o que correspondia também com a declaração do ex-presidente de que o Brasil é um *país democrático e americano geográfica e moralmente*. A isso se somava o anticomunismo do ex-presidente expresso em sua oposição à penetração de *ideologias estranhas às nossas convicções cristãs*. E diferentemente do que estava destacado no *lide* da notícia não há nenhuma referência a terem sido iniciados os planos para o reatamento durante o seu governo – o que enseja duas hipóteses: o *Correio do Povo* não noticiou o fato para dar uma dimensão maior para a crítica ao comunismo realizada por JK; ou foi evidenciada anteriormente, na contracapa do jornal, para preservar a imagem do primeiro-ministro Tancredo Neves, que fora o personagem central da manchete da notícia? Qualquer das hipóteses que seja a mais adequada, é importante lembrarmos que elas não se opõem; podem, inclusive, se complementar.

“Alma brasileira não mudará”

RIO, 25 (CP) – Chegou hoje ao Galeão o senador Juscelino. Veio pela “Pan American”. Falando aos jornalistas e abordando o problema do reatamento das relações diplomáticas Rússia–Brasil o ex-presidente declarou: –“O problema é um ato de soberania dos dois governos, mas desde já quero afirmar que com relações ou sem relações com o governo de Moscou, a alma brasileira não mudará. O Brasil é um país ocidental pelo espírito e um país democrático e americano geográfica e moralmente. Nada alterará a formação dos ideais e dos sentimentos que plasmaram a alma brasileira, de repúdio a qualquer forma de ditadura e contra qualquer intervenção no país, de ideologias estranhas às nossas convicções cristãs”.³⁸

Mas talvez a mais emblemática opinião tenha sido a conferida pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Destacada por um pequeno retângulo, na contracapa, logo abaixo do *lide* e ao lado do texto da notícia, o *Correio do Povo* trazia, com todo esse destaque, a opinião de quem fora responsável pelo rompimento das relações diplomáticas com a URSS em 1947. Afora se vangloriar do acerto de sua posição à época, o ex-presidente Dutra, do PSD, preferiu não opinar sobre o reatamento.³⁹ Sendo assim, qual a razão do *Correio do Povo* de colher sua

opinião? Acreditamos que seja apenas a de reforçar positivamente a imagem do rompimento protagonizada pelo ex-presidente – assim o *Correio do Povo* novamente dava voz a outro para expressar a sua opinião.

Dutra não opina

RIO, 25 (CP) – O ex-presidente da República, marechal Eurico Gaspar Dutra, deu opinião sobre o problema do momento. Disse: – “Foi em meu governo que o Brasil rompeu relações com a Rússia. O rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética em meu governo foi o ato acertado. Não havia outro caminho a tomar na época. Mas, quanto ao presente reatamento, prefiro não opinar”.⁴⁰

Embora não esteja presente no corpo da notícia, há uma relação que merece ser tratada nesta seção, tanto pelo seu caráter temático quanto pelo seu caráter de diagramação. Na contracapa, abaixo da manchete da notícia em destaque trabalhada nesta seção, havia uma outra informação pertinente aos nossos propósitos:

Protesto do Cardeal Câmara pelo reatamento

RIO, 25 (CP) – Rompendo uma tradição de dezoito anos, o Cardeal–Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, decidiu que não comparecerá às solenidades oficiais que se realizarão nesta capital no cemitério São João Batista, junto ao monumento às vítimas da intentona comunista de 1935. A atitude do Cardeal foi motivada pelo reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Sabe-se que no mesmo dia – e numa hora em que não estejam presente os responsáveis pelo reatamento – Dom Jaime irá ao cemitério, para realizar, em caráter particular, sua homenagem às vítimas de 35. Também o governador da Guanabara, sr. Carlos Lacerda, não comparecerá, tendo explicado suas razões em ofício que enviou ao ministro da Guerra, general Segadas Viana. O orador oficial da solenidade será o sr. San Thiago Dantas, sendo assim a primeira vez que o presidente da República não fala em nome do governo.⁴¹

O mesmo cardeal Dom Jaime Barros Câmara, que na notícia privilegiada desta seção não quis manifestar-se sobre o reatamento e que procurava – segundo o próprio – dissociar sua figura da posição da Igreja Católica a respeito

do ato diplomático, declarava à imprensa que não iria à solenidade oficial em homenagem aos militares mortos da “Intentona Comunista” em razão do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. Agindo dessa maneira, deixava claro que sua posição era de contrariedade ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS; do mesmo modo que demonstrava sua falta de cortesia para com o ministro San Tiago Dantas, que seria o representante do governo na homenagem. E o jornal *Correio do Povo*, ao divulgar essa notícia na íntegra na contracapa do jornal, ao contrário do realizado na notícia ao lado, que fora fragmentada justamente na passagem relativa a posição do Cardeal Câmara, demonstrava o seu posicionamento em relação à questão.

Considerações Finais

Durante a Guerra Fria, a rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos transbordava as fronteiras nacionais das superpotências e, em distintas medidas, eram reproduzidas em outras nações. No Brasil não foi diferente. Contudo, durante os primeiros anos 60, o país procurou se posicionar no concerto da Guerra Fria com maior independência entre os blocos – diferentemente do período final dos anos 40.

Com a Política Externa Independente, os governos Quadros e Goulart objetivavam manter relações diplomáticas com todos os países evitando qualquer subordinação que fosse prejudicial ao interesse nacional. No entanto, havia limites tanto pelas forças externas quanto pelas disputas políticas internas. O governo Goulart, para tanto, procurava se equilibrar entre algumas diretrizes gerais da PEI assentadas na defesa da paz, da não-intervenção e na autodeterminação dos povos, da ampliação do mercado externo (incluindo os países socialistas) e do apoio a emancipação dos territórios não autônomos.⁴²

Nessas condições, reatar as relações diplomáticas com a União Soviética era uma medida importante, mas ao mesmo tempo, difícil. E a prova disso é percebida nas reações e repercussões do mundo político retratado nas páginas do jornal *Correio do Povo*: apoio, oposição, às vezes sendo comedido, às vezes sendo veemente e em outros momentos tentando se esquivar. E essas reações,

eventualmente, eram bastante contraditórias e, em alguns casos, surpreendentes, inclusive. Elas demonstram toda a complexidade da História Política daqueles primeiros anos 60.

Apesar de o jornal *Correio do Povo* ter dado voz tanto aos setores que eram favoráveis quanto aos contrários ao reatamento com a URSS – o que estaria de acordo com sua auto-propaganda imparcialidade – há um dado que não pode deixar de ser registrado. Dos entrevistados para a edição dominical do dia 26 de novembro de 1961 há duas posições identificadas com a Igreja Católica (Dom Jaime Câmara e Gustavo Corção), três que podem ser identificadas com o Exército (Henrique Lott, Osvaldo Alves e Eurico Dutra), quatro identificadas com o PSD (Lopo Coelho, Lott, Kubitscheck, Dutra) e duas com a UDN (Magalhães Pinto e Abreu Sodré). Não há nenhuma voz do PTB, seja para apoiar ou repudiar o reatamento, nessa edição do jornal *Correio do Povo* que fazia uma espécie de síntese das opiniões do mundo político frente ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Será que os quadros políticos do PTB não emitiram nenhuma opinião a respeito? Improvável. Nenhum membro do PTB teria opinião formada a respeito, fosse a favor ou contra o reatamento? Parece não ter havido suficiente empenho do *Correio do Povo* para obter e veicular a opinião dessa parcela importante da vida política brasileira do tempo da experiência democrática na edição daquele domingo de novembro de 1961.

Notas de fim

1 Em outro texto, discuto o início da Guerra Fria e argumento que sua origem se deu pela articulação de três tempos: 1945, 1946 e 1947 com os respectivos eventos: a detonação das bombas atômicas no Japão, o discurso de Winston Churchill em Fulton nos Estados Unidos e a declaração da Doutrina Truman. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Começa uma “nova era”: o início da Guerra Fria visto pela grande imprensa brasileira. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado (Org.). **Jovens Olhares Sobre a Guerra Fria**. Porto Alegre: Coragem, 2022.

2 Renato Arruda de Rezende aprofunda essas questões em seu belo trabalho de pesquisa. REZENDE, Renato Arruda. **1947, o ano que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil – União Soviética**. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

3 VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 1995.

4 FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

5 Nessa condição, Goulart dividiria o poder com o primeiro-ministro, tendo suas prerrogativas esvaziadas. Ao longo dos últimos meses de 1961 e o ano de 1962, João Goulart articulou a convocação do plebiscito, previsto em lei, para o retorno do presidencialismo, tendo êxito em janeiro de 1963. Um estudo mais aprofundado sobre o sistema parlamentarista no Brasil durante o governo Goulart pode ser encontrado em ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998

6 Eleito em 1958 pelo PTB de Minas Gerais, San Tiago Dantas renunciou ao cargo em 24 de agosto de 1961 para assumir a representação brasileira na ONU. Contudo, com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, Dantas não pode assumir o compromisso na ONU nem voltar ao cargo de deputado federal.

7 Em termos metodológicos, defino, para os efeitos desse trabalho, como mundo político os membros de diferentes setores da vida social (igreja, exército, política partidária), que mesmo com suas divergências internas e externas, são capazes de fazer suas posições reverberarem frente a um público mais amplo mobilizando componentes de outros grupos sociais.

8 GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994; DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo**: história e memória. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

9 Walter Galvani dá destaque a essas ocasiões em seu trabalho. A visita de Dornelles aconteceu em 01 de outubro de 1951. GALVANI, op.cit., p. 373. Não há registros de visita semelhante realizada por Walter Jobim (PSD) no trabalho de Galvani.

10 Idem, ibidem, p. 407.

11 Ver o trabalho de Samir Perrone de Miranda. MIRANDA, Samir Perrone. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). 142 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2006, p. 101-113. Para uma visão menos centrada na postura de Leonel Brizola nesse processo, o livro de Lauren dos Reis bastos é elucidativo. BASTOS, Lauren dos Reis. **Muito além de Leonel Brizola**: a encampação e a desapropriação da AMFORP em Porto Alegre (1959). Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

12 GALVANI, op.cit., p. 408.

13 DILLENBURG, op.cit., p. 62.

14 Idem, Ibidem, p. 140-141.

15 A coluna de Arlindo Pasqualini, na contracapa do *Correio do Povo*, tem início em 1963. É posterior, portanto, ao período privilegiado neste trabalho. Pasqualini morreu em 09 de setembro de 1964, deixando um vazio na Caldas Júnior. Casualmente, San Tiago Dantas, morreu em data bem próxima: 07 de setembro de 1964.

16 *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa.

17 *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. O nome do ministro aparece grafado desta maneira, sem o “h” que o *Correio do Povo* costumava inserir.

18 “Dois momentos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil há alguns meses pelo Chanceler Adolfo Mugica. O segundo, é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética”. DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 45. O discurso completo pode ser encontrado em DANTAS, 1962, p. 45-101. Esse discurso, além de expor os motivos que levaram o Brasil ao reatamento, é importante pelas contribuições que traz dos apartes dos deputados.

19 **Colóquio da Casa das Pedras**. SEGRETO (desta série de documentos estão sendo tiradas quatro cópias numeradas) 1ª Sessão: noite de 1º de novembro. **Arquivo Privado San Tiago Dantas (AP 47)**, caixa 37, pacotilha 2. *Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro/ RJ.

20 *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. A alusão ao “Te Deum” é em virtude de nesse dia ser comemorado o Dia de Ação de Graças, festividade religiosa para os católicos. O “Te Deum” é uma oração que faz parte da liturgia da religião católica.

21 *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa. Interpolações minhas.

22 Argelina Cheibub Figueiredo faz alusão a esse Gabinete: “Goulart e Neves concordaram em formar um governo de ‘unidade nacional’ em vez de um gabinete partidário. Os cargos ministeriais foram divididos entre os diversos partidos. Além dos dois cargos mantidos por Tancredo Neves [Primeiro Ministro e ministro da Justiça], dois outros Ministérios (Educação e Cultura [Oliveira Brito], Indústria e Comércio [Ulysses Guimarães]) foram dados ao PSD, garantindo a predominância do partido no gabinete. Os dois Ministérios que deveriam desempenhar um importante papel em termos de reformas e da continuidade da ‘política externa independente’, iniciada por Quadros, foram destinados ao PTB: para o Ministério da Agricultura foi designado um representante conservador do PTB do Nordeste, Armando Monteiro, e para o Ministério das Relações Exteriores um representante da esquerda moderada de Minas Gerais, San Tiago Dantas. O Ministério da Saúde também foi concedido ao PTB [Estácio Souto Maior]. Franco Montoro, um membro do PDC (Partido Democrata Cristão) de São Paulo, foi nomeado para o Ministério do Trabalho, tradicionalmente mantido pelo PTB. Finalmente, a UDN também foi incorporada ao gabinete participando de dois importantes Ministérios. O primeiro, o Ministério de Viação e Obras Públicas [Virgílio Távora], tradicionalmente mantido pelo PSD, representava uma importante fonte de clientelismo para esse partido; o segundo, o recém-criado Ministério de Minas e Energia, foi concedido a Gabriel Passos, um líder nacionalista da UDN de Minas Gerais. Para gerenciar a difícil e deficitária situação econômica herdada, foi escolhido para o Ministério da Fazenda um banqueiro, Walter Moreira Salles, que tinha desempenhado um papel importante na bem-sucedida negociação com o FMI durante o governo de Jânio Quadros”. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 64-65.

23 *Correio do Povo*, 24 de novembro de 1961, contracapa.

24 DANTAS, op. cit..

25 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

26 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

27 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

28 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa; p. 26.

29 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

30 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

31 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

32 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

33 *Correio do Povo*, 25 de novembro de 1961, contracapa.

34 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

35 Lúcio Flávio de Almeida realizou exame tão bem-feito das contradições de Henrique Teixeira Lott que acreditamos ser oportuno darmos destaque. Segundo o autor, Lott “embora se apresentasse como apolítico, fez política o tempo todo; apresentando-se como legalista, cometeu – e não poderia deixar de fazê-lo – inúmeros atos caracterizáveis como ilegais. De formação autoritária, foi, em momentos cruciais, a grande esperança daqueles que lutavam pela democracia no Brasil; abertamente anticomunista, teve nas esquerdas sua mais permanente fonte de apoio e foi, perante os comunistas, o testemunho de que valia a pena apoiar o governo, pois neste havia uma ‘parte boa’ que deveria ser reforçada. Levadas até o fim, estas contradições arrastaram o general Lott para a política eleitoral. Virou peixe fora d’água”. ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma ilusão de desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p. 314.

36 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

37 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

38 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, p. 26.

39 As relações entre Breno Caldas e Eurico Gaspar Dutra eram muito boas, a tal ponto de Dutra ter “antecipado meses antes ao repórter-diretor Breno Caldas: o Brasil mandará uma força expedicionária à guerra na Europa”. GALVANI, op. cit., p. 354.

40 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

41 *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1961, contracapa.

42 DANTAS, op. cit., p. 6.

XII

NO RASTRO DAS PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO ELEITORAL:

fontes de arquivos privados (1945-1964)

DOUGLAS SOUZA ANGELI

O Brasil republicano, até meados da década de 1940, tinha sido marcado pela construção, consolidação e crise de um federalismo oligárquico de cidadania muito restringida que vigorou até 1930, por uma curta retomada de um arranjo liberal com a Constituição de 1934 e por um regime autoritário que entre 1937 e 1945 suspendeu eleições, partidos e parlamentos. O período que se abre com as eleições de 2 de dezembro de 1945, caracterizado pela expansão do eleitorado, pela criação de partidos políticos nacionais e maior competitividade eleitoral, modifica as relações entre candidatos e eleitores. Por estas razões, defende-se ter se tratado de uma experiência democrática o regime que vigorou até o golpe de 1964.¹

Como ressaltam Michel Offerlé (2011) e Alain Garrigou (1988), para que haja eleições é preciso que se constituam eleitores e isto se dá por meio de uma série de incitações que buscam construir um interesse pelo voto e pela competição eleitoral.² Nessa perspectiva, entende-se que mecanismos de mobilização eleitoral reforçam a integração política, dotando de legitimidade o modo de transmissão do poder por meio do sufrágio universal. Nesse processo, a ação dos partidos e dos candidatos é uma das partes mais visíveis de um conjunto de práticas que resultam na naturalização dos procedimentos eleitorais.³

O período 1945-1964 foi importante para a construção do eleitor no caso brasileiro, destacando-se o papel da Justiça Eleitoral, da imprensa e dos partidos políticos nacionais na produção de um interesse pela competição eleitoral e do costume do ato de votar. As campanhas eleitorais desse período propiciaram um aprendizado para os empreendedores políticos, como dirigentes partidários e candidatos, sobre os meios necessários para essa mobilização e para convertê-la em seu proveito na concorrência pela conquista do voto. As campanhas eleitorais foram constituindo rotinas pelas quais se buscava ampliar a visibilidade das candidaturas, se aproximar dos eleitores e angariar adesões, sendo muito comuns a propaganda na imprensa, a instalação de comitês e a realização de comícios⁴.

O objetivo deste texto é o de lançar um olhar sobre as práticas pelas quais partidos e candidatos buscaram promover suas candidaturas e conquistar o voto, especialmente no que concerne à propaganda eleitoral. Para isso, foi necessário percorrer diversos arquivos e pesquisar em vários acervos, sendo possível encontrar documentos produzidos pelos partidos, relatórios sobre as campanhas eleitorais e correspondência de candidatos, o que permitiu entender aspectos tanto da materialidade dessa propaganda quanto das práticas de mobilização empreendidas por partidos e candidatos⁵.

Relatórios de campanhas, vestígios da propaganda nas ruas

Alguns documentos se apresentam na forma de relatórios que trazem prestações de contas de comitês de campanha eleitoral⁶. O objetivo do presente texto não é investigar a origem dos recursos das campanhas, mas, a partir desses relatórios, identificar a presença de itens que sirvam como vestígios das práticas de mobilização eleitoral no período, propiciando, a partir disso, uma reflexão sobre a forma como se dava a propaganda para além dos meios mais conhecidos – publicações na imprensa e realização de comícios.⁷

No acervo de Oswaldo Aranha⁸ encontra-se um documento da União Democrática Nacional (UDN) sobre a campanha nacional do partido em 1950, na segunda candidatura a presidente do brigadeiro Eduardo Gomes. Seu título é *Plano de propaganda para o final da campanha*, composto pelos itens *rádio*,

impressos, volantes e propostas, propaganda nos jornais e transportes, cada um contendo a verba necessária para cada ação. Elas possuíam pesos distintos nesse orçamento:

ITEM	PERCENTUAL
Propaganda no rádio	46%
Impressos e cédulas	20%
Propaganda nos jornais	7%
Transporte das cédulas (avião)	5%
Preparação dos programas de rádio	3%
Outros	19%

Tabela 1. Recursos necessários para o final da campanha nacional da UDN (1950). Elaborada pelo autor. Fonte: OA cp 1949.01.17. 17/01/1049 a 08/12/1950. Rolo 23 [CPDOC-FGV].

O plano de propaganda no rádio ocupava a maior parte dos recursos, sendo 3% da previsão de orçamento para a preparação dos programas e 46% para o pagamento de espaços nas emissoras. Previa-se também a compra de espaços para veiculação de propaganda em jornais impressos (7% do total), sendo uma publicidade mais barata que a do rádio. O documento apresenta sugestões sobre a confecção de material de propaganda:

Vale lembrar que já se imprimiram 350 mil cartazes [...] distribuídos proporcionalmente com os estados [...]. A prática vem indicando que o cartaz não é, a rigor, o meio de propaganda em que se deve insistir. Referimo-nos ao cartaz de maiores dimensões, os comuns de 50x40 centímetros. Tudo indica que o “volante” é de melhor proveito, porque apresenta duas vantagens: é realmente um cartaz menor e o preço permite a confecção em grande quantidade⁹.

Denota-se um aprendizado em curso, a construção de um saber-fazer ao longo dos processos eleitorais, indicado pela percepção do autor do documento de que não se deveria insistir nos cartazes, pois impressos menores teriam efeito similar, no seu ponto de vista, e poderiam ser confeccionados em maior quantidade. São aspectos minuciosos daquilo que René Rémond chamava atenção

em seu texto basilar sobre as eleições: a entrada em operação de estratégias e os cálculos dos políticos.¹⁰ O documento era destinado a Oswaldo Aranha, provavelmente responsável por viabilizar os recursos necessários à campanha eleitoral. Seu conteúdo evidencia um acúmulo de experiência sobre as práticas de campanha eleitoral, havendo um comentário sobre o melhor modelo de propaganda: “Todo impresso (a não ser o pequeno, simples frases ou ‘slogans’) de texto maciço e longo raramente desperta a atenção dos curiosos”. Recomendava a impressão de 5 milhões de volantes em duas cores, o que representava 20% do orçamento proposto, o que demonstra a dimensão de uma campanha presidencial em um país continental cujo eleitorado estava crescendo.

O plano da UDN também previa a necessidade de recursos para distribuição desse material impresso para os estados, incluindo as 150 milhões de cédulas eleitorais cujo transporte fazia necessário o uso de avião. Como contavam com transporte gratuito em aviões para os estados, esse recurso adicional representava apenas 7% do orçamento proposto e era necessário para dar vazão a essa distribuição, visto que o material impresso pesava 10 toneladas e não poderia ficar estocado na sede nacional da UDN.¹¹ Em suma, o documento contribuiu com a ideia de que os empreendedores políticos foram aprendendo a elaborar a propaganda – e dar conta de promover suas candidaturas para um público muito mais amplo – com acúmulo de experiências proporcionado pelas sucessivas campanhas eleitorais.¹²

Nas eleições de 1950, os acervos de dois candidatos ao Senado chamam atenção: Alberto Pasqualini, que concorria pelo PTB no Rio Grande do Sul, e Clemente Mariani, candidato pela UDN na Bahia. No primeiro caso, foi formado o Diretório Alberto Pasqualini, uma espécie de comitê central responsável por promover a candidatura do líder trabalhista a senador e também auxiliar na campanha dos demais candidatos do PTB. Ao final, os responsáveis pelo diretório elaboraram um relatório de prestação de contas, no qual discriminavam os gastos da campanha. Agrupando as despesas em categorias, chegamos à tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAL
Publicidade em jornais e rádio	25,5%
Livrarias e tipografias	22,6%
Auxílios	8,6%
Fotografias	5,7%
Correios	4,9%
Pichamento e faixas	3,5%
Transporte	1,7%
Distribuição de propaganda	0,9%
Alimentação	0,8%
Diversos	25,9%

Tabela 2. Gastos de campanha do Diretório Alberto Pasqualini (Rio Grande do Sul, 1950). Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Prestação de contas de João Pedro Agostini ao Diretório Alberto Pasqualini, de todos os pagamentos e recebimentos verificados durante a campanha eleitoral de 3 de outubro de 1950. Porto Alegre, 23/10/1950. [Acervo Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS].

Como no caso do plano para a campanha nacional da UDN, encontrado no acervo de Oswaldo Aranha, o relatório do Diretório Alberto Pasqualini apresenta uma parcela significativa dos gastos com publicidade em jornais e rádios. Quase na mesma proporção, constam gastos com livrarias e tipografias. É possível inferir que tais despesas concernem à confecção de material gráfico, podendo ser cartazes, panfletos ou cédulas. O item *Correios* reforça isso, sendo os gastos, em sua maior parte, relativos à remessa de material de propaganda para comitês em municípios do interior. Há também despesas relativas ao envio de correspondências com orientações aos diretórios municipais sobre a propaganda. Também está presente a preocupação com a produção de imagens que circulariam nos panfletos, cartazes e na propaganda paga na imprensa, indicado pelas despesas com fotógrafos e produção de fotografuras.

Percebe-se a menção a dois tipos de propaganda largamente difundidos: a confecção de faixas e o pichamento das ruas, nesse caso representando 3,5% dos gastos. O percentual que cada despesa ocupa nesses relatórios, porém, deve ser observado com cautela. No caso do pichamento, seu custo pode ser baixo, inci-

dindo pouco no total de gastos, mas passa ter recorrência no cotidiano dessas campanhas. O mesmo pode-se dizer de itens quase insignificantes no conjunto das despesas, mas que são indicativos de práticas importantes nesse fazer. O que ocupa o menor espaço do gráfico é a distribuição de propaganda. No relatório, trata-se da aquisição de uma simples mesa, cuja importância está no uso: “Mesa para distribuição de cédulas”. Como não havia ainda a cédula oficial emitida pela Justiça Eleitoral, os eleitores tinham que obtê-las junto aos seus candidatos, apoiadores, comitês ou bancas que as distribuíam.

No acervo do candidato ao Senado pela Bahia, Clemente Mariani, há documentos sobre a distribuição de material de propaganda entre apoiadores e também um pequeno relatório contendo gastos de campanha. Os itens presentes no relatório estão descritos na tabela a seguir:

QUANTIDADE	ITEM	VALOR PAGO
2.000.000	Chapas (cédulas)	Cr\$ 26.000,00
5.200.000	Chapas (cédulas)	Cr\$ 78.000,00
20.000	Retratos	Cr\$ 6.000,00
60.000	Folhetos	Cr\$ 36.000,00
30.000	Cartazes	Cr\$ 12.000,00
1.000	Cartazes tinta vermelha	Cr\$ 300,00
9.000	Cartões pedido de votos	Cr\$ 1.180,00
8.000	Envelopes	Cr\$ 1.600,00
2.500	Envelopes em cores	Cr\$ 225,000
4	Brochas	Cr\$ 40,00
4	Latas de tinta	Cr\$ 40,00
22 kg	Goma	Cr\$ 110,00
16 kg	Goma	Cr\$ 80,00
-	Goma para colagem de 3.500 cartazes	Cr\$ 700,00

Tabela 3. Despesas de campanha de Clemente Mariani (Bahia, 1950). Fonte: CMacs d 1950.10.00/3. Listagens contendo o controle de distribuição de material de propaganda política de Clemente Mariani. CPDOC-FGV.

Nota-se, na listagem, a presença de cartões e envelopes, para envio de correspondência pedindo voto aos eleitores, e nota-se a confecção de cartazes, panfletos, retratos e mais de sete milhões de cédulas eleitorais. Consta junto a esse documento uma listagem de controle de distribuição do material de campanha. Como nos casos anteriores, era preciso remeter esse material para os apoiadores – inclusive nos rincões mais distantes, sob risco de perder votos, seja pela ausência de propaganda ou de cédulas com o nome do candidato. A imagem 1 exemplifica o tipo de material que circulou na Bahia na campanha ao Senado de Clemente Mariani em 1950. A listagem referida contribui para a identificação dos recursos materiais

necessários para as campanhas eleitorais, especificamente no que diz respeito à propaganda realizada nas ruas. A goma, espécie de cola, era utilizada para fixação dos cartazes nos tapumes, muros e paredes. As latas de tinta e as brochas (pinéis) indicam a pintura de muros como uma prática corriqueira nas campanhas.

Do arquivo pessoal de Francisco Brochado da Rocha¹³ temos um relatório do Diretório Dr. João Goulart, comitê de campanha formado em Porto Alegre em apoio à candidatura de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. Gabriel Fialho Camargo e Walmor Ferreira Torelly encaminharam um relatório de atividades realizadas em 35 dias de campanha (entre abril e maio), permitindo observar a antecedência com que determinadas ações de campanha eram empreendidas, antes mesmo do período oficial. O objetivo do relatório era prestar contas e possibilitar que se calculasse quanto seria necessário para a continuidade dos trabalhos até a eleição, do fim de maio a início de outubro.

PARA SENADOR CLEMENTE MARIANI



«O Ministério da Educação e Saúde, na verdade, se desvelou pela sorte dos humildes e dos necessitados.»

«Devo a V. Ex. publico agradecimento pelo que se conseguiu concretizar, dentro do meu governo, em proporção que desafia cotejo no passado.» — EURICO GASPAR DUTRA

«Creio interpretar os sentimentos dos nossos concidadãos, agradecendo-lhe os inestimáveis serviços no Ministério da Educação e Saúde e acentuando com desvanecimento o brilho com que o exerceu.» — OTAVIO MANGABEIRA

Imagem 1. Panfleto de Clemente Mariani ao Senado (Bahia, 1950). Fonte: CM cs 50.08.00 (CPDOC/FGV).

O diretório possuía a seguinte organização: havia um “chefe da caravana”, um “chefe do pichamento”, um encarregado do material, além de dois pichadores e um motorista.

Os trabalhos do comitê haviam consistido em caravanas a cidades do interior e distritos, distribuindo propaganda, e também no pichamento. Os responsáveis pelo comitê afirmavam haver percorrido 5.343 quilômetros, sendo os dias de trabalho assim divididos: preparação da viagem, 4 dias; período de viagem, 35 dias, estadia em Porto Alegre, 5 dias, dias de chuva, 8 dias; pichamento noturno, 13 noites.¹⁴ Para estas tarefas, houve despesas divididas em itens, representados na tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAL
Despesas de material	60,9%
Despesas com alimentação	26,3%
Manutenção e despesas do caminhão	9,2%
Adiantamentos ao pessoal	3%
Despesas com farmácia	0,6%

Tabela 4. Prestação de contas de comitê para campanha de Leonel Brizola (Rio Grande do Sul, abril e maio de 1958). Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Acervo pessoal de Francisco de Paula Brochado da Rocha. Maço 15, doc. 5 [Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul].

O item “despesas com material”, responsável pela maior parcela dos gastos, incluía uma gama variada de artigos, com finalidades diversas. Foram registradas as compras de seis camas, seis cobertores, um fogareiro, seis pratos, seis canecas, seis pares de talheres, uma chaleira, uma cafeteira, uma caçarola, seis camisas, seis ceroulas, seis bonés e seis *pulôver*. Isso indica a montagem de um comitê que era uma espécie de quartel general da campanha, onde os homens envolvidos no trabalho do diretório se alimentavam e dormiam. Nesse mesmo item, constavam 200 potes de tinta, dois sacos de alvaiada (para produzir tinta branca), um jogo de pincéis, uma máquina de grampear, dez quilos de cola e um quilo de pregos. Um trecho do documento tratada utilização do material na propaganda: “Temos uma sobra de 30 (trinta) galões de tinta e ½ saco de alvaiada que ainda nos permite fazer uma cobertura em 4 cidades, estradas e muitas vilas”.

O fato de o pichamento ser realizado no turno da noite indica que a prática se dava à margem da lei, pois a legislação eleitoral permitia as inscrições desde que se obtivesse autorização do responsável pelo imóvel (muro, parede, etc). A noite favorecia esse tipo de ação, o “pichamento noturno generalizado”, como descrito no documento. Quanto aos pagamentos do pessoal, o termo “adiantamentos” indica que havia ainda mais a ser pago até o fim do trabalho, indicando a remuneração desse pessoal para um trabalho especializado de campanha eleitoral. O documento serve de indicativo da emergência de um pessoal especializado nos aspectos práticos de uma propaganda eleitoral.

Acervo de Castilho Cabral

Para o dia do pleito, os partidos políticos organizavam seus fiscais das seções eleitorais, que tinham como funções, inclusive, observar a existência de cédulas à disposição do eleitor na cabine de votação – evidenciando a importância de se contar com uma estrutura partidária bastante difundida para garantir a vitória nas diferentes zonas eleitorais. Conforme as *Instruções aos eleitores, fiscais e delegados partidários sobre o pleito de 19 de janeiro de 1947*, editado pelo diretório estadual do Partido Social Democrático (PSD) do Rio Grande do Sul, cabia aos fiscais “verificar, de hora em hora, pelo menos, com o presidente [da mesa], a existência das cédulas do partido na cabine” e, caso não houvesse, “comunicar, imediatamente, à sede do partido”¹⁵.

No arquivo de Carlos Castilho Cabral¹⁶ se encontra uma carta enviada por um apoiador de Ribeirão Bonito/SP, evidência da preocupação com a distribuição de cédulas eleitorais:

Na qualidade de seu irmão e amigo, trabalhei para a sua reeleição em Ribeirão Bonito, Limeira e Cordeirópolis. Assim sendo, dou abaixo a demonstração das cédulas que distribuí e votos apurados nessas localidades:

<u>CIDADE</u>	<u>CÉDULAS DISTRIBUÍDAS</u>	<u>VOTOS APURADOS</u>
Ribeirão Bonito	22	21

Limeira	32	29
Cordeirópolis	<u>26</u>	<u>38</u>
Totais.....	80	88

Lamento haver recebido de seu comitê em São Paulo apenas 80 cédulas, 6 dias antes da eleição, porque somente em Limeira havia possibilidade de arranjar mais de 500 votos [...]. Aqui em Ribeirão Bonito, consegui também apenas 21 votos por falta de cédulas, porquanto, na qualidade de chefe do posto fiscal, recebi pedidos de cédulas para sufragar o seu conhecido nome, mas já me havia esgotado o número de cédulas que possuía[grifos do original]¹⁷.

O interessante da carta é a argumentação do apoiador do deputado: teria sido a falta de cédulas que o impediu de conquistar mais votos, trazendo, inclusive, um comparativo dos votos obtidos em cada cidade e o número de cédulas por ele distribuídas. Por mais que a legislação eleitoral permitisse que o próprio eleitor produzisse sua cédula datilografando o nome do candidato em um pedaço de papel sem marcas, cores ou qualquer coisa que o identificasse, a escassez de cédulas poderia ser prejudicial às pretensões eleitorais e, portanto, essa preocupação com sua confecção e distribuição era uma questão central. O que nos indica a importância dos aspectos materiais e suas práticas correlatas para uma história do voto e das eleições. A imagem 2 (na página 258) é ilustrativa dos diversos recibos de despesas relacionadas a campanhas eleitorais que podem ser encontradas em seu acervo, sendo esta relativa a confecção das cédulas na candidatura de 1954.

Naquele pleito, outro apoiador de Castilho Cabral, Diogo Mercado Gomes, trabalhou de forma mais sistemática na campanha eleitoral em São Paulo, recebendo dinheiro para abertura de comitês e organização da propaganda a partir deles. Ao final, Gomes prestou contas dos recursos recebidos e das despesas, sistematizados na tabela a seguir:

Mês	DESPESA	VALOR
Março	Compra de móveis	Cr\$ 3.970,00
	Compra de uma taça e medalhas	Cr\$ 600,00
	Compra de 2 microfones	Cr\$ 720,00
	Pagamento Comitê Largo do Líder	Cr\$ 1.500,00
	Pagamento para empregado do mesmo comitê	Cr\$ 500,00
	Pagamento Comitê Villa Progresso	Cr\$ 400,00
	Pagamento ao Sr. Santos Pegorari	Cr\$ 600,00
	Pagamento Comitê Vila Santana	Cr\$ 400,00
	Pagamento para empregado do mesmo comitê	Cr\$ 500,00
	Pagamento Comitê Árvore Grande	Cr\$ 400,00
	Pagamento ordenado para o Joel e irmão	Cr\$ 800,00
	Pagamento Comitê do Lara	Cr\$ 500,00
	Compra na Livraria	Cr\$ 260,00
	Compra de uma mesa	Cr\$ 250,00
	Pagamento de 8 faixas	Cr\$ 650,00
Abril	Compra de 6 cadeiras	Cr\$ 600,00
	Pagamento aos comitês	Cr\$ 8.950,00
	Compra de papéis e porta-tinteiro	Cr\$ 168,00
	Compra de uma bola de futebol	Cr\$ 230,00
	Pagamento de 3 dúzias de cerveja com sua ordem no cururu da Villa Santana, estando presentes também o Dr. José e Dr. Danton	Cr\$ 370,00
	Pagamento pela assinatura do Livro de Ouro do Ponte Preta Futebol Clube	Cr\$ 200,00
	Compra de um mastro para autofalante	Cr\$ 100,00
	Transporte do mesmo	Cr\$ 50,00
	Pagamento de pessoal para pregar cartazes	Cr\$ 300,00
	Compra de tintas, brochas e cal	Cr\$ 350,00
Maio	Pagamento Comitê Líder e ordenado do rapaz	Cr\$ 2.000,00
	Pagamento de 10 homens para pregar cartazes na rua, no dia da visita do Borghi	Cr\$ 500,00
	Pagamento Comitê Árvore Grande e ao Joel e irmão	Cr\$ 1.200,00
	Pagamento Comitê Villa Progresso e ordenado ao Juca	Cr\$ 700,00
	Pagamento Comitê do Lara	Cr\$ 500,00
	Pagamento Comitê Santana e ordenado do Jurandir	Cr\$ 900,00
	Trabalhos de rua durante o mês	Cr\$ 1.500,00
	Pagamento alugueís dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Pagamento alugueís dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Despesas diversas, durante o mês	Cr\$ 2.000,00
Junho	Pagamento alugueís dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Despesas diversas, durante o mês	Cr\$ 1.500,00
Julho	Pagamento alugueís dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Despesas diversas, durante o mês	Cr\$ 1.500,00
Agosto	Pagamento alugueís dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Despesas diversas, durante o mês	Cr\$ 1.500,00

Mês	DESPESA	VALOR
Setembro	Pagamento alugueis dos comitês e ordenados	Cr\$ 8.950,00
	Despesas diversas, durante o mês	Cr\$ 4.000,00
	Pagamento de alugueis e ordenado de 26 de setembro a 4 de outubro	Cr\$ 900,00
Outubro	Despesas do dia da eleição – automóveis	Cr\$ 11.000,00
	Pagamento aos rapazes que trabalharam no dia da eleição	Cr\$ 1.550,00
Total		Cr\$ 87.418,00

Tabela 5. Prestação de contas de Diogo Mercado Gomes a Castilho Cabral (SP, 1954). Fonte: CC c 54.08.23. Campanha eleitoral de 1954. Movimento financeiro entre os srs. Deputado dr. Carlos Castilho Cabral e Diogo Mercado Gomes [CPDOC-FGV].

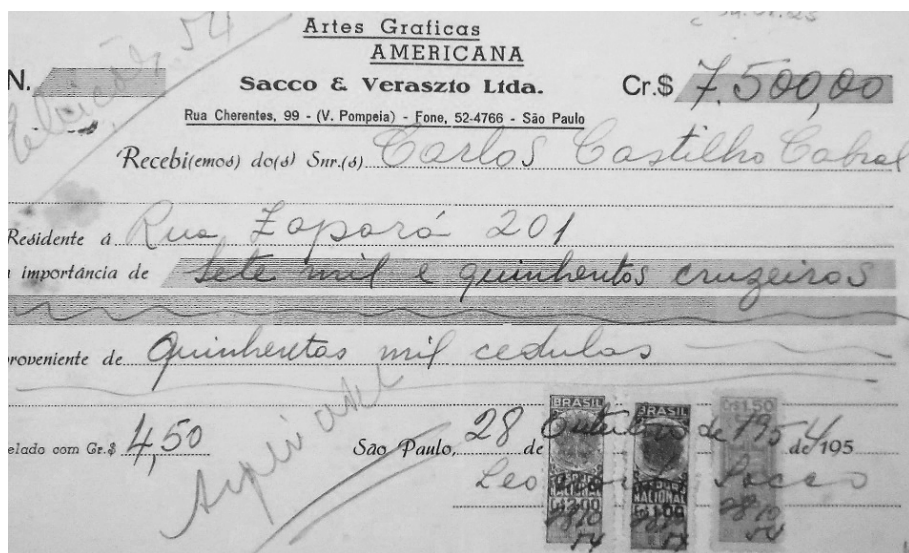


Imagem 2. Recibo referente a confecção de cédulas eleitorais (1954).

Fonte: CC c 54.08.23 (CPDOC/FGV).

A prestação de contas organizada mensalmente permite que se observe a fase da montagem da estrutura da campanha: sendo as eleições no início de outubro, a montagem dos comitês se deu em março, o que se percebe tanto pela compra de móveis quanto pelo início dos pagamentos de alugueis dos espaços e da remuneração de determinadas pessoas que passam a trabalhar nesses comitês. Há também a aquisição de microfones e mastros para alto falantes, importantes para os eventos de campanha. Outros elementos referentes à propaganda vão

aparecendo: em março, faixas; em maio, tintas, brochas e cal – possivelmente para pinturas de muros e paredes, e pagamento de pessoal para pregar cartazes. Nos meses de junho a setembro, os registros seguem um padrão (pagamento de comitês, pessoal e despesas diversas), indicando o estabelecimento de uma rotina de campanha.

Nos meses de março e maio, alguns itens chamam a atenção: taça e medalhas, depois bola de futebol e assinatura do livro de ouro do Ponte Preta Futebol Clube. As campanhas se davam em um ambiente de sociabilidades diversas e, em muitos casos, eram comuns auxílios a clubes, associações e patrocínio de atividades esportivas, em uma das muitas formas de se trocar bens simbólicos e/ou materiais entre candidatos (ou apoiadores) e os eleitores.

Sobre estes auxílios, carta manuscrita de um cabo eleitoral de Itararé/SP, Antônio de Souza, enviada a Castilho Cabral após as eleições estaduais de 1954, exemplifica bem ao narrar um dos imprevistos que levaram a baixa votação do deputado naquele município, narrando que o diretor de um Centro Espírita havia lhe prometido 300 votos: “Estive em contato com o mesmo, procurei muitas vezes, a sua afirmação era sincera”. Entretanto, o genro do diretor estava em contato com outro deputado que lhes fez uma doação de 15 mil Cruzeiros e “os votos que garantiu foram para outros deputados”. Ao final da carta, havia um balancete de despesas da campanha realizada por este cabo eleitoral, incluindo passagens, refeições e pernoites em cidades visitadas, papéis e envelopes, e, o que mais chama a atenção, despesas do dia da eleição, entre elas 10 corridas de carro, provavelmente para transporte de eleitores.¹⁸

Acervos de Christiano Machado e de Etelvino Lins

O deputado federal Christiano Machado concorreu a presidente da República pelo PSD em 1950, apoiando pela ala dutrista do partido, em contraposição à ala getulista que apoiava o retorno do ex-presidente Getúlio Vargas ao Palácio do Catete.¹⁹ Em seu acervo pessoal consta um plano de propaganda que anunciava o objetivo de realizar uma campanha eleitoral “racional”, a fim de “conseguir-se o máximo de rendimento dos fundos obtidos”. Nota-se que o pla-

no previa uma centralização da campanha, sendo que a comissão de propaganda deveria ser composta por três membros no máximo, cada um contando com um “pequeno staff” para os diversos setores.²⁰

O primeiro item do plano diz respeito ao uso da imprensa escrita, fazendo um levantamento dos veículos com os quais se podia contar para propaganda e para ampla cobertura da campanha, indicando, inclusive, jornais apoiadores ou ao menos simpáticos ao candidato pessedista ou apoiadores de seus adversários. Sistematizamos o levantamento contido no plano no quadro abaixo:

PERIÓDICO	TIRAGEM ESTIMADA	POSIÇÃO CONFORME O DOCUMENTO
<i>O Jornal</i>	60 mil exemplares	Seriam os jornais com os quais a campanha de Christiano Machado (PSD) contava favoravelmente e que poderiam manter um noticiário mais amplo sobre a candidatura
<i>Diário da Noite</i>	80 mil exemplares	
<i>A Vanguarda</i>	20 mil exemplares	
<i>Jornal do Comércio</i>	30 mil exemplares	
<i>A Manhã</i>	15 mil exemplares	
<i>A Noite</i>	20 mil exemplares	
<i>Gazeta de Notícias</i>	“Muito resumida”	Jornal que poderia ser facilmente atraído para o apoio a Christiano Machado (PSD)
<i>Folha Carioca</i>	15 a 25 mil exemplares	Teria sido “ademarista”, mas possivelmente apoiaria Cristiano Machado (PSD)
<i>Diário de Notícias</i>	70 mil exemplares	Jornais tidos como apoiadores da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN).
<i>Correio da Manhã</i>	40 mil exemplares	
<i>Tribuna da Imprensa</i>	15 mil exemplares	
<i>O Radical</i>	60 mil exemplares	Jornais tidos como getulistas e apoiadores da candidatura de Getúlio Vargas (PTB). Com exceção do último, a campanha considerava fácil um “entendimento”.
<i>O Mundo</i>	40 mil exemplares	
<i>Folha do Rio</i>	15 a 25 mil exemplares	
<i>O Globo</i>	70 mil exemplares	Teria “tendência ademarista”, pois apesar de dizer-se “noticioso” teria fortes contatos com Adhemar de Barros (PSP).

PERIÓDICO	TIRAGEM ESTIMADA	POSIÇÃO CONFORME O DOCUMENTO
<i>A Notícia</i>	70 mil exemplares	Teria “tendência populista” e faria “veladamente o jogo dos comunistas”.
<i>Correio da Noite</i>	15 a 25 mil exemplares	Jornal católico, possivelmente assumiria uma “atitude imparcial”.
<i>Diário Carioca</i>	15 mil exemplares	Teria tendência à imparcialidade

Quadro 1. Levantamento da campanha de Christiano Machado sobre a posição dos jornais (1950). Fonte: CM 50.06.00(?) / 2. Projeto de plano de propaganda da candidatura de Christiano Machado (CPDOC/FGV).

Conforme o documento, haveria ainda necessidade de analisar a situação da imprensa em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo que neste último a candidatura contaria no máximo com três jornais. O mais importante, para efeitos do presente texto, é observar o estudo da posição dos jornais como parte dos cálculos das coordenações das campanhas eleitorais para elaboração de suas estratégias eleitorais, além da inquestionável centralidade da imprensa na mobilização eleitoral.

Outro diagnóstico presente no plano é diz respeito ao reconhecimento, por parte dos autores do documento, de que a candidatura de Christiano Machado se apoiava basicamente no eleitorado das zonas rurais. Mais do que isso, alertava-se para a crescente penetração de grupos ligados a Getúlio Vargas, Ademar de Barros e Eduardo Gomes nestas regiões. Deste modo, a campanha deveria, sem descuidar do eleitorado do interior, investir fortemente nas regiões urbanas, como forma de compensação. O plano previa uma série de iniciativas tidas como capazes de conquistar o eleitorado das zonas urbanas: criação de comitês estudantis; realização de partidas de futebol (as “taças Christiano Machado”); realização de bailes populares em salões ornamentados com cartazes do candidato; comícios nas fábricas; promoção de concursos nas fábricas para eleição de “rainha” com prêmio a ser oferecido pelo candidato; promoção de jogos de futebol nos clubes de bairros com ofertas de bolas e outros objetos pela comissão de propaganda.²¹

O plano de propaganda também previa uma intensa utilização das emisoras de rádio, o que não constitui novidade. Os aspectos menos óbvios ficam por conta da necessidade de utilização de aviões: se tratando de uma campanha presidencial, era preciso enviar a todos os estados as cédulas (Imagem 3), bem como os boletins, panfletos, cartazes e retratos do candidato – que tinha pouca projeção nacional. Previa-se também a circulação de aviões com faixas contendo a inscrição “Vote em Christiano”. A necessidade de dar visibilidade ao deputado mineiro fica também demonstrada pela preocupação com a imediata confecção de fotografias e clichês para distribuição aos jornais (Imagem 4, na próxima página).²²

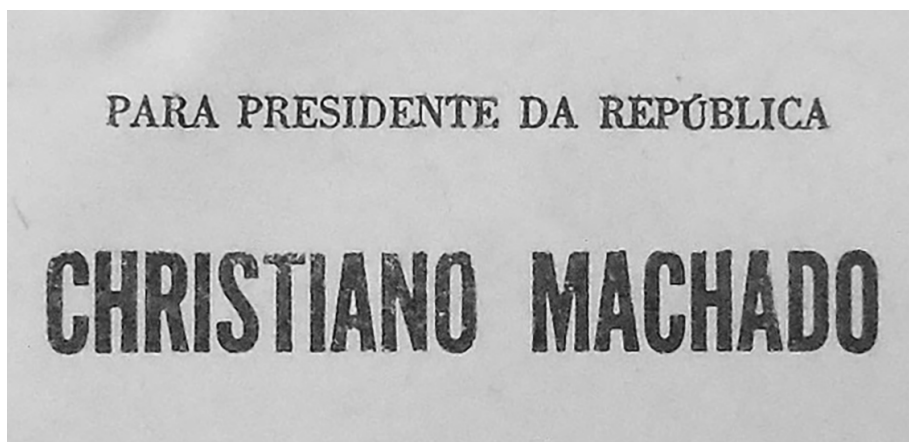


Imagem 3. Cédula de Christiano Machado a presidente da República (1950). Fonte: CM 50.06.00 (?)/2. Dossiê material de propaganda (CPDOC/FGV).

Além da necessidade de popularização da imagem do candidato, a coordenação da campanha de Christiano Machado fazia cálculos políticos também considerando o seu principal adversário, Getúlio Vargas. Durante a campanha, elaborou-se um *Esquema de uma campanha de combate em rádio visando o provável eleitorado trabalhista*. Tal esquema estava, portanto, de acordo com o diagnóstico anterior de que a candidatura deveria se preocupar em compensar a perda de votos no interior por meio de apelos ao eleitorado urbano. Nesse segundo documento, fica evidente a percepção sobre a força do PTB nos grandes centros urbanos, sendo consideradas cidades-chave para a campanha: Rio de Janeiro,

São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Santos e Belo Horizonte. Essa propaganda de rádio deveria priorizar frases de 10 ou 20 palavras, jingles e passagens musicais de 30 segundos, esquetes de humor e esquetes dramáticos, ambos de 5 minutos, e uma novela em que o personagem principal, preferencialmente um trabalhador, tornava-se preso político durante a ditadura.²³

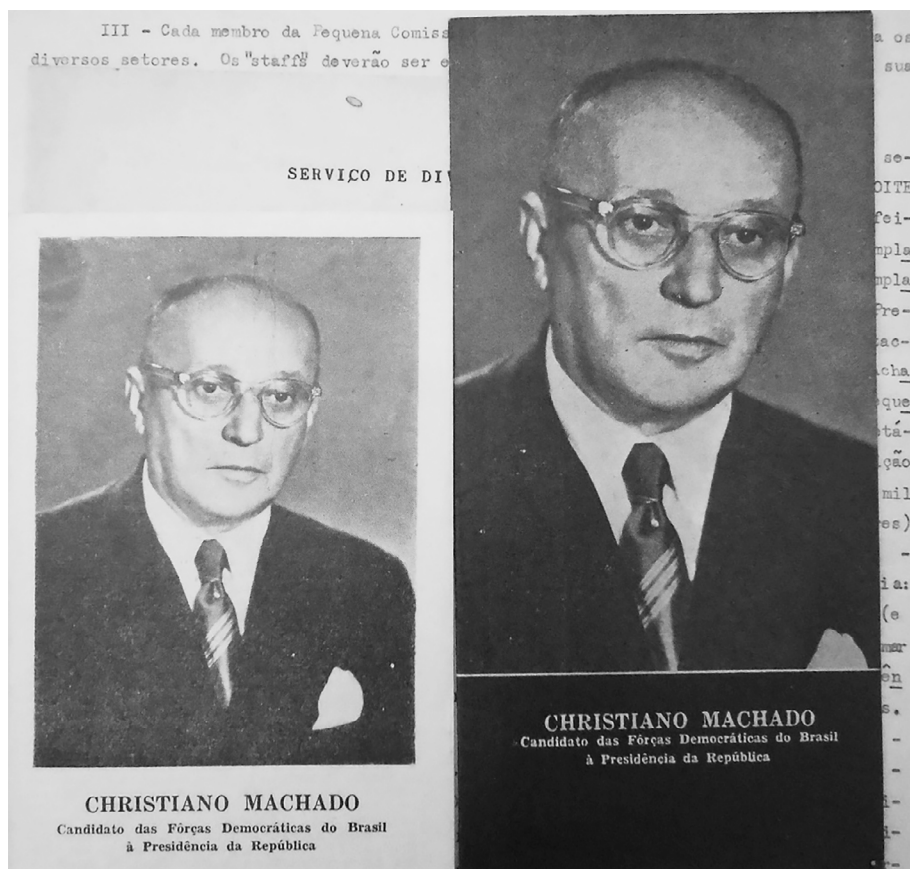


Imagem 4. Panfletos com reprodução de fotografias de Christiano Machado (1950). Fonte: CM 50.06.00 (?)/2. Dossiê material de propaganda (CPDOC/FGV).

No final de 1954 o governador de Pernambuco, Etelvino Lins, teve seu nome lançado à presidência da República como candidato de “união nacional”, na tentativa de estabelecimento de uma aliança entre o PSD e a UDN. Tal candidatura foi combatida internamente por Juscelino Kubitschek, escolhido candi-

dato pelo PSD em aliança com o PTB de João Goulart. Etelvino recebeu apoio da UDN e de dissidentes do PSD, mas em junho de 1955 anunciou apoio à candidatura de Juarez Távora (UDN).²⁴ Nesse mesmo mês em que a campanha foi interrompida, um relatório do Departamento de Propaganda de Etelvino Lins relata a dificuldade com a guerra de cartazes nas ruas:

Na inspeção que fizemos de colagem realizada na zona Sul [do Rio de Janeiro] constatamos que vamos viver, também, uma luta de cartazes. Os nossos foram colocados sobre outros anteriormente colados; no dia seguinte, os do Congresso Eucarístico e os de outro candidato à presidência (Juscelino), apareciam colados sobre os nossos. Este é um problema incontornável e o caminho que nos fica é entrar na luta. [...] Como, porém, muitas de nossas iniciativas dessa natureza terão curta vigência, principalmente no Rio e outras grandes cidades, vimos sugerir o seguinte: a colocação, em locais de grande movimento e boa visibilidade, de painéis pintados com o slogan de campanha. [...] Os painéis pintados são de custo elevado, mas sua eficiência é certa e [...] viria assegurar a permanência de uma mensagem.²⁵

Embora a campanha não tenha se concretizado, chama a atenção em seu acervo a presença de um dos mais completos e profissionais documentos sobre uma organização de campanha eleitoral dentre os acervos pesquisados para este texto: o *Esquema geral da campanha presidencial do Dr. Etelvino Lins* elaborado pela Colúmbia Propaganda Ltda. A agência, conforme o timbrado do documento, tinha sedes no Rio de Janeiro e em São Paulo, e foi provavelmente contratada por Etelvino Lins ou pela UDN para concepção da propaganda eleitoral, datando entre março e junho de 1955. A agência elencava aquelas que seriam as qualidades marcantes do governador pernambucano: hombridade, energia, sobriedade e, principalmente, honestidade, adjetivos que contariam com a “profunda simpatia do povo”. O diagnóstico sobre o povo brasileiro, para balizar a proposta, merece citação:

O povo brasileiro é profundamente emocional e podemos mesmo avançar, até certo ponto, passional. Assim, é absolutamente sensível às personalidades fortes e a essas características, sendo fortemente receptível a uma campanha que desenvolva o tema aponta-

do. [...] Deve-se fazer, paralelamente, a campanha do programa do candidato sob ângulos dramático- publicitários.²⁶

Assim, temos um indício de que as campanhas eleitorais, ao longo do período, começam a pensar na profissionalização de sua comunicação e de sua propaganda, já não contando somente com a experiência política. Conforme a agência de publicidade, a campanha de Etelvino Lins deveria obedecer a duas linhas de raciocínio, sendo uma a exaltação das qualidades pessoais do candidato e de seu programa, e a segunda um discurso que considerasse dois públicos: o brasileiro do interior, ao qual se apostava na identificação do candidato como um sertanejo, “um dos seus”, e o brasileiro do litoral, dos grandes centros urbanos, cujo foco deveria ser a honestidade. Os meios de difusão da propaganda já eram conhecidos: “textos de anúncios, cartazes, volantes, rádio, TV e cinema, “na linguagem específica de cada classe e através dos veículos que melhor atinjam essas camadas objetivamente”.²⁷

Com a ampliação do eleitorado e a democratização, criou-se ambiente para eleições mais disputadas entre os diversos concorrentes. Aos candidatos, se tornou necessária a construção da popularidade. Construção simbólica através de discursos, artigos na imprensa, anúncios, mas também por meio de um conjunto de práticas de mobilização ou mesmo de cooptação com base em transações. O saldo desse processo foi a possibilidade de um aprendizado das práticas tidas como necessárias para a mobilização eleitoral, à medida que o repertório do clientelismo, ou mesmo da coerção e da violência, que não desapareceram, já não se mostravam suficientes diante da ampliação e da alteração do perfil do eleitorado.

Conclusão

Ao longo das décadas que nos separam das eleições estudadas neste capítulo, as mudanças tecnológicas levaram as campanhas eleitorais à adoção de práticas distintas daquelas de 70 anos atrás, com destaque para os impactos do marketing político, da televisão e, mais recentemente, da internet. Ainda é pos-

sível, todavia, perceber a sobrevivência de práticas de propaganda advindas de períodos anteriores, como as bancas de distribuição de panfletos, realização de comícios e a inauguração de comitês. Pressionadas pelas proibições gradualmente inseridas na legislação eleitoral, as inscrições em muros e a fixação de placas e cartazes e outras intervenções na paisagem urbana tiveram seu auge há bem pouco tempo.

Rompendo um jejum de uma década sem eleições, o pleito de 1945 deu início a um período novo na política brasileira. Naquele momento também houve a persistência de práticas anteriormente disseminadas, incluindo violência e coerção, mas a criação de partidos políticos nacionais em um sistema eleitoral que garantia sua competição entre si, e a expressiva ampliação do eleitorado possibilitaram centralidade a práticas que visavam à mobilização por meio da propaganda. Essa propaganda não estava presente somente nas páginas dos jornais, nas ondas do rádio ou nos grandes eventos como os comícios, pois a ação de seus empreendedores se dava também nas ruas, gerando modificações sazonais na paisagem: a cada eleição, as campanhas inseriam personagens, sons e imagens no cotidiano.

Nessa experiência democrática de 1945 a 1964, dirigentes partidários, candidatos e apoiadores tiveram de elaborar técnicas de conquista do voto de um eleitorado cada vez mais amplo e diverso. Aos poucos, essa necessidade foi conformando práticas e incorporando agentes à disputa política: juntaram-se aos candidatos e aos dirigentes dos partidos os apoiadores informais, os funcionários remunerados, os pichadores, os responsáveis pelos comitês, os pregadores de cartazes, os organizadores de caravanas, os entregadores de cédulas e panfletos, os cabos eleitorais semiprofissionais, entre outros, cuja experiência possibilitada pela periodicidade eleitoral gerou o acúmulo de um saber-fazer sobre como realizar uma campanha eleitoral.

As fontes analisadas, provenientes de acervos distintos, indicam que as sucessivas campanhas eleitorais propiciaram aos candidatos, dirigentes partidários e apoiadores diretamente envolvidos um aprendizado acerca das providências a serem tomadas, do instrumental necessário e das práticas tidas como capazes de promover suas candidaturas perante os eleitores. Embora com limitações, a experiência democrática pós 1945 propiciou um aprendizado político duplo: os

eleitores, em número até então inédito, aprenderam a votar e lidar com a competição eleitoral, a constituírem-se enquanto cidadãos-eleitores, enquanto as elites políticas precisaram aprender a disputar o voto em um sistema eleitoral competitivo e eleitorado mais amplo e diverso.

Notas de fm

1 A tese do regime de 1945 a 1964 como um sistema partidário-eleitoral em consolidação, contrariando as teses de enfatizavam uma suposta desestruturação, estão presentes em LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. As críticas à noção de populismo, amplamente utilizada como chave explicativa pelas Ciências Sociais até a década de 1980, estão presentes em FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; e recentemente sintetizadas em GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. “1945-1964: uma democracia representativa em consolidação”. **Locus: revista de História**, 24, n. 2 (2018): 251-275. Experiência democrática tem sido o termo utilizado para dar conta da experimentação dessa democratização pelas elites políticas e pelos cidadãos, incluindo a crescente participação das camadas populares, em obras como FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática [O Brasil Republicano v. 3]**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017. A proposição sobre as relações entre candidatos e eleitores está sintetizada em ANGELI, Douglas Souza. “Por meio de sua arma que é o voto”: poder local e eleitorado (1947-1959). **Passagens: Revista Internacional De História Política e Cultura Jurídica**, v. 9, n. 3, p. 462-482, 2017.

2 OFFERLÉ, Michel. **Perímetros de lo político**: contribuciones a una sócio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011; GARRIGOU, Alain. **Le secret de l’isoloir. Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 71-72, março 1988. A perspectiva deste texto dialoga com as proposições centradas na construção do voto enquanto instituição e enquanto prática: CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543; CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

3 OFFERLÉ, *Op. Cit.*, p. 156.

4 ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-353.

5 Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “Mobilização eleitoral e experiência democrática nas eleições presidenciais no Brasil (1945-1960)”, realizado com financiamento e bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

6 A legislação eleitoral então vigente não apontava a necessidade de qualquer prestação de contas oficial das campanhas, mas partidos, candidatos e responsáveis por comitês eventualmente realizavam estes relatórios como forma de prestar contas internamente.

7 A propaganda na imprensa e a centralidade dos comícios foi bem observada por ASTURIAN, Marcos Jovino. **O Rio Grande do Sul dividido: conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual**. Tese [Doutorado em História]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

8 Oswaldo Aranha afastou-se de Getúlio Vargas em meados de 1944, exonerando-se do cargo de ministro das Relações Exteriores e apoiando a candidatura oposicionista de Eduardo Gomes em 1945 pela União

Democrática Nacional. Ver LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Oswaldo Aranha: o Rio Grande e a Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

9 OA cp 1949.01.17. 17/01/1049 a 08/12/1950. Rolo 23. Campanha Nacional da UDN. Plano de propaganda para o final da campanha [CPDOC-FGV].

10 RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 49.

11 OA cp 1949.01.17. 17/01/1049 a 08/12/1950. Rolo 23. Campanha Nacional da UDN. Plano de propaganda para o final da campanha [CPDOC-FGV].

12 Alberto Pasqualini concorreu ao Senado pelo PTB do Rio Grande do Sul em 1950, sendo eleito. Sua campanha eleitoral foi estudada em ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)**. Tese [doutorado em História]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Clemente Mariani Bitencourt foi candidato derrotado ao Senado pela UDN da Bahia em 1950, seu resumo biográfico encontra-se no verbete do CPDOC/FGV disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/clemente-mariani-bitencourt>.

13 Embora integrasse o PSD, Francisco Brochado da Rocha esteve próximo do PTB no Rio Grande do Sul e foi primeiro-ministro em 1962 no governo de João Goulart. Sua biografia e seu acervo de fotografias foram analisados em ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. **Imagens da política na experiência democrática: o acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962)**. Porto Alegre: FI, 2019.

14 Acervo pessoal de Francisco de Paula Brochado da Rocha. Maço 15, doc. 5 [Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul].

15 PSD. **Instruções aos eleitores, fiscais e delegados partidários sobre o pleito de 19 de janeiro de 1947**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946 [NUPERGS UFRGS].

16 Liderança política com atuação em São Paulo, participou de uma dissidência da UDN que se incorporou ao PSP em 1947, filiando-se mais tarde ao PTN e participando das campanhas em apoio a Jânio Quadros. Há poucos dados biográficos apesar de seu rico acervo, cuja ficha técnica está disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=CC>.

17 CC c 54.08.22. Carta de Aldo José Kuhl a Castilho Cabral. 29/01/1955 [CPDOC-FGV].

18 CCc 54.08.23. Carta de Antônio de Souza a Castilho Cabral – 13/10/1954 (CPDOC/FGV).

19 Embora fosse o candidato oficial, buscando o apoio do presidente Eurico Dutra, Christiano Machado teve muitas dificuldades internas no PSD, cujos diretórios de diversos estados optaram pelo apoio velado ou explícito a Vargas. Enfrentando também a candidatura oposicionista da UDN, novamente com Eduardo Gomes, o candidato do PSD obteve vitórias somente no Pará, Maranhão e nos territórios do Amapá e do Acre. Cf HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 103.

20 CM 50.06.00(?)/2. Projeto de plano de propaganda da candidatura de Christiano Machado (CPDOC/FGV).

21 CM 50.06.00(?)/2. Projeto de plano de propaganda da candidatura de Christiano Machado (CPDOC/FGV).

22 CM 50.06.00(?)/2. Projeto de plano de propaganda da candidatura de Christiano Machado (CPDOC/FGV).

23 CM 50.05.20. Esquema de uma campanha de combate em rádio visando o provável eleitorado trabalhista. (CPDOC/FGV). O próprio documento e materiais de propaganda contidos no mesmo dossiê indicam que um dos focos da campanha de Christiano Machado era associar Getúlio Vargas à ditadura e à pobreza.

24 Ver ETELVINO Lins, disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/etelvino-lins>.

25 EL 55.06.01. De: Departamento de Propaganda. Para: Etelvino Lins. 1º/06/1955 (CPDOC/FGV).

26 EL 55.03/06.00/14. Esquema geral da campanha presidencial do Dr. Etelvino Lins (CPDOC/FGV).

27 EL 55.03/06.00/14. Esquema geral da campanha presidencial do Dr. Etelvino Lins (CPDOC/FGV).

XIII

O PARTIDO LIBERTADOR E A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE DO PARLAMENTARISMO NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE 1947

DIEGO DOS SANTOS

Em 1947, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, atuando em caráter constitucionalista, discutiu o sistema político a ser adotado pelo estado no novo texto constitucional. Os debates abriram possibilidade para que o Partido Libertador (PL) iniciasse uma grande campanha em defesa da adoção do sistema parlamentarista, uma das principais bandeiras da legenda, dentro e fora da Assembleia gaúcha.

O presente texto, feitas as devidas modificações, é parte da dissertação de mestrado intitulada “O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947”.¹ O objetivo do texto que segue é apresentar a atuação do Partido Libertador na defesa do sistema parlamentarista durante os trabalhos de elaboração da Constituição do Rio Grande do Sul de 1947. Com esse intuito, busca-se contextualizar o surgimento do partido e os mais importantes pontos de sua doutrina, com a atuação dos principais atores políticos do partido na busca pela consumação do parlamentarismo como sistema de governo no estado. Para isso, serão analisados discursos políticos do período constituinte em conjunto com a teoria geral dos sistemas de governo.

Breve histórico do Partido Libertador

De forte presença no Rio Grande do Sul e com bases no Partido Liberal, fundado após a Revolução Farroupilha e sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, o Partido Libertador tinha como defesa as ideias liberais democráticas e o parlamentarismo.

A criação oficial do Partido Libertador aconteceu no Congresso de Bagé em 1928. Uma coligação transitória chamada Aliança Libertadora havia sido construída pelos federalistas de Gaspar Silveira Martins e pela forte dissidência republicana liderada por Assis Brasil desde as eleições de 1922, Revolução de 1923 e 1924 e 1927.²

A disputa acalorada entre o parlamentarismo de Raul Pilla e o presidencialismo de Assis Brasil marcou a criação do Partido Libertador em 1928. Como explica Paulo Brossard, os grupos chegaram a um acordo por meio de uma “inteligente transação”,³ apesar das diferenças.

Como resultado desse acordo, o programa do PL incorporava componentes de ambas as visões. A aprovação incluiu a fórmula do Governo Coletivo e Responsável, bem como a possibilidade de os federalistas retomarem a bandeira parlamentarista em um futuro próximo, caso obtivessem maioria no partido. Dessa forma, os dois grupos políticos que formaram o PL foram contemplados, pois foram aceitas as ideias de Assis Brasil de Governo Coletivo e eleições indiretas pelo legislativo para presidente, assim como a ideia de Raul Pilla de retomar a defesa do parlamentarismo.

O objetivo do programa do Partido Libertador era harmonizar os princípios liberais clássicos, como respeito aos direitos naturais, separação de poderes, eleições livres e representação proporcional, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa e avançar em direção a uma democracia social, humanista e cristã. Em sua fundação, a agremiação teve Assis Brasil como presidente e Raul Pilla como vice-presidente.

Extinto no Estado Novo (1937-1945), o Partido Libertador foi reorganizado a partir da lei eleitoral nº 7.586 de 1945, que estabeleceu que os partidos políticos deveriam ter uma base nacional com pelo menos 10 mil assinaturas, distribuídas por pelo menos cinco estados e nenhum estado com menos de 500

assinaturas. O número de assinaturas aumentou para 50 mil em 1946. Essa legislação foi estabelecida para evitar uma fragmentação partidária excessiva e para coibir a ressurgência dos partidos oligárquicos regionais, que poderiam colocar em risco a centralização política e a estrutura do Estado que surgiram em 1930.⁴

Em agosto de 1945, o Partido Libertador (PL) realizou um congresso em Bagé, onde Raul Pilla foi eleito presidente da legenda. O registro como partido nacional foi obtido em setembro de 1945. Verifica-se que o PL emergiu da sociedade em direção ao Estado, diferentemente de outros partidos, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático), que se valeram das estruturas estatais para sua organização. O PL continuou a representar uma tradição política liberal, parlamentarista, elitista e conservadora, associada principalmente à elite rural do Rio Grande do Sul. Durante a abertura democrática, o partido floresceu com vigor, superando até mesmo a União Democrática Nacional (UDN) como o principal partido liberal e antivarguista.

Segundo Bodea,⁵ o PL era fundamentalmente gaúcho e ocupava um espaço significativo no cenário local, que, em âmbito nacional, seria ocupado pela UDN. Ele era um partido elitista, liberal e profundamente antivarguista, destacando a luta pelo parlamentarismo como sua principal plataforma doutrinária. A nível regional, o PL tinha uma vantagem considerável sobre a UDN, devido à sua longa tradição política, cultural e até militar, remontando aos federalistas dos anos 1890 e aos líderes da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com essa bagagem histórica, o PL conseguiu superar a UDN em força eleitoral já nas eleições estaduais de 1947.

Uma das principais causas defendidas pelo PL foi a busca pela implementação do sistema parlamentarista no Brasil, principalmente por Raul Pilla, que propôs várias emendas constitucionais no Congresso com esse objetivo.

Semelhante à UDN no seu antigetulismo e nos seus apelos pela moralidade no governo, o PL virou o partido dos parlamentaristas, seguidores pessoais de Pilla, o mais radical opositor de Vargas. Dentro do Rio Grande do Sul, o PL gozava de uma grande vantagem sobre a UDN no recrutamento político gaúcho. Ao contrário da UDN, um partido novo e, conseqüentemente, sem tradição, o PL oferecia aos novos opositores uma herança orgulhosa de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista no início da Repúbli-

ca Velha. Não obstante suas organizações separadas, funcionaram como um único campo político contra Vargas, reminiscência da Frente Única de 1932-1937.⁶

Nas primeiras eleições da República Democrática (1946-1964), o Partido Libertador apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) para a presidência em 1945, mantendo, contudo, sua individualidade partidária. Nas eleições para o governo do estado, pretendendo oferecer uma alternativa antivarguista, os dois partidos repetiram o acordo, lançando libertador Décio Martins Costa para governador e o udenista florista João Carlos Machado para senador. Na ocasião, foi eleito para o governo do estado, o candidato do PSD (Partido Social Democrático) Walter Jobim, vencendo o candidato libertador e o principal concorrente Alberto Pasqualini do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Para a Assembleia Legislativa do estado foram eleitos 55 deputados, sendo 23 deputados do PTB, 16 do PSD, 5 do PL, 4 da UDN, 4 do PRP (Partido da Representação Popular) e 3 do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Com cinco cadeiras ocupadas pelo Partido Libertador na Assembleia, os representantes do partido passaram a se posicionar a favor de um governo de gabinete nas discussões sobre os sistemas de governo. Os debates, contudo, não se restringiram apenas ao âmbito da Assembleia, sendo estes levados para outros espaços, como o que será mostrado a seguir, quando o deputado federal Raul Pilla proferiu grande palestra sobre as benesses do parlamentarismo.

Raul Pilla: uma revisão sobre sistemas de governos e Constituições

Em 18 de abril de 1947, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe em seu noticiário político a informação sobre uma conferência realizada no dia anterior por Raul Pilla, presidente do Partido Libertador (PL) e deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na Biblioteca Municipal de São Paulo a convite da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual discursou sobre a viabilidade do sistema parlamentarista nas Constituições estaduais.

Assistido por membros de partidos políticos, professores universitários, advogados, demais autoridades e público em geral, Raul Pilla afirmou que a República trouxera os males do presidencialismo e que se até então não foi possível

fazer a “reforma salvadora” na União ainda havia tempo de realiza-la nos estados, pois, para o líder libertador, a Constituição de 1946 dava aos estados ampla liberdade para adotar o parlamentarismo.⁷

No seu entendimento, a primeira constituição republicana (1891) não obrigava os estados a adotar o presidencialismo. Para corroborar com a ideia, Raul Pilla citou que na reforma constitucional de 1926, foi preciso estabelecer clara e expressamente o sistema presidencialista, revogado pela carta constitucional de 1934 e mantido na Constituição de 1946, segundo o deputado, por vontade dos constituintes, pois quando um deles apresentou emenda impondo aos estados o presidencialismo, foi essa emenda rejeitada.

Ao concluir, Pilla afirmou que o grande mal da República tem sido a hipertrofia do poder executivo. Devido a ela, cada presidente do país é mais ou menos um ditador, declarado ou não, em torno do qual gravitam outros vinte ditadores menores, que são os chefes dos executivos estaduais, declarou o libertador.

Natural de Porto Alegre, Raul Pilla iniciou cedo na política ao tornar-se Secretário Geral do Diretório Central do Partido Federalista aos 17 anos. Quando ainda era estudante do ginásio do Rio Grande, atual Júlio de Castilhos, Pilla se interessou pelo parlamentarismo por influência de seu professor de história, Apeles Porto Alegre, formando a partir disso o *habitus* político em defesa dessa doutrina. Em 1934 foi o único deputado estadual eleito pelo Partido Libertador. Como deputado federal pelo Rio Grande do Sul, foi eleito pela primeira vez em 1945, sendo o único eleito pelo PL no país.

De acordo com Anderson Vargas Torres (2023), dentro do partido:

[...] Pilla ganhou um importante recurso para usar no embate interno em favor da inclusão do sistema parlamentarista no programa libertador: no pleito de dezembro de 1945 foi o único deputado federal eleito pelo PL no país todo. Além disso, os congressistas eleitos seriam também membros da Assembleia Constituinte, responsável pela nova Carta Magna brasileira. Eram capitais que davam ainda maior peso à chefia de Pilla internamente, pois poderia levar a discussão sobre o sistema político para o debate público nacional, angariando maior notoriedade e maior poder junto aos seus correligionários. Como constatou Gaglietti(2007), Pilla fez uso da tribuna parlamentar para explorar o tema, inclusi-

ve propondo o parlamentarismo como sistema a ser adotado pela Constituição, o que acabou não acontecendo. Pilla adquiria, com o cargo, recursos/capitais disponíveis tanto do ponto de vista simbólico quanto material, importantes para o crescimento partidário e disputados no jogo político interno.⁸

Dessa forma, Pilla deixava explícito que detinha o poder dentro da agremiação. Sua autoridade partidária, garantiu seu direito de colocar em pauta assuntos que lhe interessavam, tal como o parlamentarismo.

Atuando por cinco legislaturas seguidas, Raul Pilla centrou sua argumentação na chamada evolução cultural e institucional, que traz a questão do sistema político, no qual compreendia que o parlamentarismo avança na democracia de forma superior ao presidencialismo. Antonio Avelange Padilha Bueno explica que:

Era comum nas intervenções de Pilla na Câmara dos Deputados, fazer comparativos temporais e espaciais com outras experiências de governos. Trabalhava na perspectiva de retomada histórica, buscando afirmar que sua posição estava assentada em experiências bem-sucedidas, visando dar um passo adiante, advertindo, como ele afirmara, a necessidade da discussão: “Encontramo-nos, neste país, numa situação estranha. Ninguém discute, ninguém contesta, ninguém nega a democracia, contrariamente ao que sucedia quando o fascismo e nazismo estavam no apogeu”.⁹

Em sua palestra em São Paulo e apoiado mais uma vez em argumentos históricos, Raul Pilla defendeu a tese de constitucionalidade do parlamentarismo nos estados, sendo seu discurso reproduzido em cinco partes pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre os dias 30 de abril e 7 de maio.

Na argumentação, a primeira questão que Raul Pilla procurou esclarecer foi sobre os princípios da federação e a possibilidade de os estados adotarem um sistema de governo diferente do federal. Para desenvolver seu argumento, Pilla utilizou como exemplo os Estados Unidos da América, que conforme João Roberto Gorini Gamba foram responsáveis pela criação do modelo federativo:

Historicamente, trata-se de uma criação americana especificamente resultante da Convenção da Filadélfia de 1787, de onde emerge a Constituição dos Estados Unidos da América, que criaria um Estado de tipo federativo, em substituição à Confederação dos Estados Unidos da América, regida até então pelos Artigos da Confederação assinados em 1777 e ratificados em 1881. Nesta tradição, os Estados até então soberanos – reunidos em torno de uma Confederação – abdicaram de sua soberania para fazer parte do Estado de tipo federativo e se sujeitaram a uma mesma Constituição. Nesse contexto, o Estado federal passa a conferir nacionalidade única e não admite a possibilidade de secessão, isto é, da retirada de um dos Estados-membros da Federação.¹⁰

Na exposição de Raul Pilla, os Estados Unidos da América são um exemplo universalmente reconhecido de república federal, na qual a única obrigação de acordo com o artigo IV, secção 4 da Constituição Federal, é manter uma forma republicana de governo que a União, por sua vez, se compromete a garantir. Com isso, o libertador argumenta que respeitando este mandamento, grande é a liberdade de organização concedida às unidades federativas norte-americanas, as quais possuem sua própria constituição e seu próprio sistema de governo.¹¹

Não obstante, reconhecendo que o federalismo adotado no Brasil com a Constituição de 1891 se difere do federalismo norte-americano, Pilla discorre sobre o artigo 63 da primeira Constituição republicana:

“Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União”. Assim, enquanto o pacto federal norte-americano apenas obriga os Estados a adotar uma forma republicana de governo, a Constituição brasileira parece mais exigente, estipulando o respeito aos princípios constitucionais da União.¹²

Indagando-se sobre estes princípios, Raul Pilla cita que a Constituição de 1891 não os enumerava, deixando diversas controvérsias a respeito do artigo 63. Diante disso, utiliza em seu argumento a interpretação de João Barbalho¹³, que enumerou os seguintes princípios constitucionais ao interpretar o artigo: a liberdade individual e as suas garantias a democracia, a representação política, a forma republicana, a temporariedade das funções políticas, a responsabilidade

de política e civil, dos gestores de função pública, a federação, a autonomia e a igualdade política dos Estados, a divisão do poder em Legislativo, Executivo e Judiciário e a faculdade de reformar a constituição.

Com base na interpretação de Barbalho, Pilla considera que consta na Constituição de 1891 a república democrática e representativa, mas não o regime presidencial. A causa dessa omissão, para o libertador, é a de que o presidencialismo não passa de simples modalidade de democracia representativa, não podendo ser imposta aos estados federativos sem quebra de sua autonomia, isto é, sem a justificativa para restrição da faculdade de se regerem pela Constituição e pelas leis que adotarem.

Observando as Constituições Federais seguintes, Raul Pilla considerou que a reforma de 1926 como um retrocesso, visto que incluiu o presidencialismo como sistema de governo, impedindo que os estados fossem regidos senão de acordo com o modelo presidencial. Na Constituição de 1934, porém, segundo o deputado federal, corrigiu-se tal excesso e voltou-se àquilo que chamou de boa doutrina, quando no artigo 7º são enumerados os princípios da obrigatória observância para as unidades federadas e entre eles já não se encontrava o sistema presidencial. Quanto a isso Raul Pilla pontuou em sua palestra na Biblioteca Municipal de São Paulo:

Por que se haveria, com efeito de insistir em tal exigência constitucional, se o sistema presidencial não é mais republicano, não é mais verdadeiramente representativo, não é mais democrático que o sistema parlamentar? Seria, em verdade, um capricho injustificável.

A mesma orientação seguiu a Constituição de 18 de setembro de 1946, que atualmente nos rege. Dispõe o inciso VII do artigo 7º a observância dos seguintes princípios: forma republicana representativa, independência e harmonia dos poderes, temporariedade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes, proibição da reeleição dos governadores e prefeitos para o período imediato, autonomia municipal, apresentação de contas da administração, garantias do poder judiciário.¹⁴

Valendo-se da omissão da obrigatoriedade de adoção do governo presidencial pelos estados, conforme artigo 7º da Constituição Federal de 1946, Raul

Pilla afirmou que: “Podem, pois, os Estados adotar, sem a menor dúvida, o governo de gabinete deixando de parte, neste ponto, o modelo oferecido pela Constituição Federal”.¹⁵

Partindo desta premissa, o líder libertador passou a discutir se essa “inovação” seria também conveniente, além de lícita, ou, pelo contrário, se esse hibridismo, governo presidencial da União e governo parlamentar nos estados, seria prejudicial ao bom governo da República.

Acreditava Raul Pilla, que o mal da República, tanto na União, como nos estados, estava sendo a hipertrofia do Poder Executivo, fomentada pela política dos governadores,¹⁶ a qual Pilla caracterizou como uma necessidade orgânica da federação presidencialista.

O chefe da Nação tem sido, entre nós, um ditador, a comandar uma vintena de ditadores menores – os governadores dos Estados. E, destas ditaduras, a mais apertada e rigorosa e, por isto, menos suportável, tem sido, por certo, a dos governadores, por mais de perto exercer sobre o povo a sua influência opressiva.¹⁷

Foi a partir da crítica do que chamou de “ditadura dos governadores” que Raul Pilla desenvolveu sua reflexão a favor da instituição do parlamentarismo pelos estados. O primeiro ponto que o deputado do Partido Libertador procurou esclarecer é o de que o parlamentarismo, embora originado no sistema bipartidário, funciona igualmente bem com muitos partidos, bastando que se reunissem alguns partidos para constituir o governo, enquanto que os demais representariam a oposição. Dessa forma, sinaliza que o sistema pluripartidário criado em 1945 na ocasião da queda do Estado Novo, não seria impedimento para a instituição do sistema parlamentar nas unidades da federação.

Contudo, explicita que a lógica do sistema presidencialista exige um partido suficientemente forte para eleger o presidente e a maioria parlamentar que garantirá os meios de governar. No seu entendimento, basta que dos vários partidos nenhum tenha maioria absoluta para que o sistema fique impossibilitado de funcionar normalmente. Para Pilla, era essa a situação em que se encontravam muitos estados após as eleições de 19 de janeiro de 1947, com governadores que, eleitos por um partido minoritário, não dispunham na Assembleia do número

de votos necessários para se manter. Isto posto, sustentou a ideia de que no sistema presidencial não haveria solução que respeite as boas normas da política. Dessa forma, ou o governador estaria sujeito as decisões dos partidos de oposição, ou procuraria alienar ou subornar um número suficiente de deputados para conseguir uma maioria que as urnas lhe negaram. Das alternativas, no entendimento de Raul Pilla, o resultado seria um “governo precário ou corruptor”.¹⁸

Antonio Avelange Padilha Bueno explica que essa era uma das críticas centrais de Raul Pilla ao presidencialismo.

Centralmente, esta era a crítica que direcionava ao presidencialismo. Uma das razões para a implementação do parlamentarismo estava relacionada, basicamente, à auto e mútua fiscalização, tornando o serviço público mais transparente e menos dependente de um único indivíduo. Seguidamente mencionava nos seus discursos que o poder deve ser organizado pelos homens, para os homens. Apontava que o presidencialismo fora organizado para um super-homem. Como não existe entre os homens um super-homem, aí surge o malogrado poder corruptor e corrompido.¹⁹

A boa solução para o problema que as eleições de janeiro de 1947 causaram, segundo Raul Pilla, seria adotar o governo coletivo e responsável perante a Assembleia Legislativa. Na proposta, o governador eleito seria alçado à eminente posição de chefe do Estado e arbitro entre os partidos; e o governo propriamente dito seria formado pelas forças parlamentares que, chegando a um acordo quanto ao programa político e administrativo, constituiriam uma maioria.²⁰ E completa dizendo que:

Esta seria a única solução de natureza constitucional para a conjuntura política que em várias Estado ocorreu. Mas não representaria somente uma solução ocasional, senão também uma solução fundamental, uma solução capaz de abrir caminho, nos Estados e no País, à verdadeira prática de democracia representativa.²¹

Para Raul Pilla, a instituição do sistema parlamentarista nos estados, além de representar a verdadeira prática de democracia representativa, também seria uma experiência útil ao país, como o deputado fez questão de mencionar em

outro trecho de seu discurso. Além de defender a constitucionalidade do parlamentarismo nas Constituições estaduais, Pilla também buscou em sua fala esclarecer algumas objeções a este sistema de governo, argumentos que também foram amplamente discutidos pelos deputados constituintes do Rio Grande do Sul, estado no qual a ideia já vinha sendo discutida desde março. Utilizando de uma ideia-força, isto é, de uma narrativa que ao ser professada por *responsáveis políticos* é capaz de fazer crer na sua veracidade e em sua autoridade²², Raul Pilla e demais membros de sua agremiação no Rio Grande do Sul, procuraram convencer outros constituintes acerca da constitucionalidade e das qualidades do sistema parlamentar. Essa discussão perpassa todo o processo de elaboração da Constituição do estado entre março e julho de 1947.

A tese parlamentarista na Assembleia do Rio Grande do Sul

Em 22 de março, o jornal *Correio do Povo* já informava sobre a entrada do parlamentarismo e presidencialismo na pauta de debates da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, mas foi a partir de abril que o assunto passou a ser amplamente discutido pelos constituintes. Importante discurso e que deu a tônica dos debates seguintes, foi proferido pelo deputado Mem de Sá, líder do Partido Libertador na Assembleia, em 8 e 9 de abril.

Mem de Sá, nascido em Porto Alegre em 1905, graduou-se em ciências jurídicas e sociais no ano de 1928. Nesse mesmo ano, participou do Congresso de Bagé, no qual foi fundado o Partido Libertador, alinhando-se à facção liderada por Raul Pilla, que propugnava o federalismo e a defesa intransigente do sistema parlamentarista. No ano seguinte, Mem de Sá tornou-se secretário do diretório central do PL. Em outubro de 1945, com a reorganização dos partidos políticos, voltou à política mais uma vez como membro do PL, elegendo-se em janeiro de 1947 deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul.²³ Em sua atuação como constituinte fez ampla defesa do parlamentarismo, valendo-se de argumentos históricos e de sólida linguagem jurídica, elementos constituidores do seu *habitus* político e que foram adquiridos ao longo de sua trajetória no direito e na política, contribuindo assim para a construção do seu capital político.

Em uma perspectiva bourdieusiana, na produção do discurso, a utilização da língua deixa de ser somente um instrumento de comunicação e passa a ser também um instrumento de poder. No ato discursivo, diz Bourdieu (1983, p. 164), que “não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”. Isso significa dizer que para ter êxito em seu discurso é necessário que o orador possua uma certa competência linguística, “à linguagem legítima como linguagem autorizada, uma linguagem de autoridade”. Dessa forma, a intenção do emissor não é somente expor ideias, mas também persuadir os ouvintes a adotarem seu ponto de vista. Os discursos proferidos por Mem de Sá na Assembleia Constituinte preenchiam os pressupostos tácitos de sua eficácia, isto é, ser pronunciado por um locutor legítimo, ser enunciado numa situação legítima, ou seja, no mercado que convém, e ser dirigido a destinatários legítimos.²⁴ Empenhado na defesa do parlamentarismo e utilizando-se da linguagem jurídica, resultado de seu *habitus* e capital político, os discursos de Mem de Sá podem ser interpretados, na ótica de Bourdieu, não somente como uma exposição de ideias, mas também como maneira de persuadir os ouvintes a adotarem seu ponto de vista.

Nas primeiras sessões da Assembleia Constituinte, Mem de Sá trouxe ao plenário gaúcho a discussão sobre a constitucionalidade do parlamentarismo nos estados. O deputado libertador iniciou a sua oração indagando sobre a possibilidade de as unidades da federação adotarem outra forma de governo que não a presidencial, tanto em suas fórmulas ecléticas, como, por exemplo, a adotada por Assis Brasil e pelo Partido Libertador, como a do parlamentarismo clássico.

Partindo da resposta da Comissão Constitucional que por maioria de votos julgou ser defeso aos estados essa possibilidade, Mem de Sá lançou críticas a essa decisão e ao presidencialismo, além disso inseriu no debate o tema da possível intervenção federal no estado, no caso do parlamentarismo ser instituído pela Constituição em formulação, assunto que também norteou o rumo dos trabalhos constitucionais subsequentes. Lê-se nos primeiros momentos do discurso de Mem de Sá na Assembleia, as seguintes ideias:

Tal atitude [decisão da Comissão Constitucional], respeitável sem dúvida, esposada por espíritos timoratos, receosos ante o espanta-

lho de uma possível intervenção federal, e mais ainda, aplaudida pelos que, aferrados ao preconceito presidencialista, enxergam na alegada inconstitucionalidade a tábua de salvação de uma forma de governo a que já escasseiam defensores — tal atitude, dizia, pro-mana, a meu ver, da origem profunda que se encontra na própria história de nossa evolução política e constitucional. Refiro-me à falta de uma consciência nítida de federalismo, de que padecem os, porque, realmente, saltam os, no Brasil, de uma monarquia unitária, para uma República, cujo incipiente federalismo foi logo corrompido pelos males tão conhecidos do exacerbado presidencialismo de 1891. Não tínhamos passado federalista, embora fosse a Federação o anseio e a vocação marcante da nacionalidade. Foi a República, o Poder Central, o Governo Provisório, e depois a Constituição, que o outorgaram às antigas Províncias. Consagrado na lei, porém, a viciosa prática do regime, o mau preparo cívico, os abusos e desmandos da política, então vigorante, culminados na famigerada “política dos governadores”, a falta de uma tradição federalista, em suma, fizeram com que o desenvolvimento de uma tal consciência, com a consequente noção precisa e equilibrada dos direitos e deveres dos Estados Membros, não tivesse a expansão sadia, necessária para atingir uma realização perfeita.²⁵

A ideia exposta por Mem de Sá fala sobre a ausência de uma experiência federalista anterior à República no Brasil, fator que não favoreceu a formação de uma consciência federalista nos estados membros. Para José Murilo de Carvalho (1998), durante o Império (1822-1889), não houve um federalismo autêntico, nem mesmo durante o período regencial, embora como consequência direta da centralização do poder, tenha ocorrido um rico debate sobre o tema, além do aumento de demandas por descentralização, principalmente, nas províncias mais dinâmicas.

Foi na Primeira República (1889-1930), segundo José Murilo de Carvalho²⁶, que a experiência federalista foi exemplar. Sobre o período, também denominado “república oligárquica” ou “república dos coronéis”, o autor afirma existir um quase consenso na literatura sobre ter sido este período o ponto alto do poder das oligarquias rurais na história independente do país. Segundo Carvalho²⁷, com a República, o modelo de federação permitiu a mobilização das oligarquias locais e algumas delas tiveram êxito em organizar-se dentro dos estados e montar

partidos únicos sólidos, instrumentos ágeis na manutenção da ordem e na negociação com o governo federal. Assim, criou-se um sistema de negociação entre elites, que começava no município, passava pelo estado e chegava ao governo federal. A esse sistema de negociação deu-se o nome de “política dos governadores”, alvo constante de críticas por parte dos membros do Partido Libertador, que em suas manifestações procuravam utilizar-se da experiência histórica como forma de validar os argumentos apresentados.

Ainda sobre a adoção do modelo de federação pela República brasileira, Maria Efigênia Lage de Resende²⁸, destaca que o federalismo foi a grande inovação da Constituição republicana de 1891. Substituindo o centralismo do Império, o federalismo implantado conferiu aos estados uma enorme soma de poder, que se distribuiu entre o estado e os municípios, mas que também edificou as bases da força política de coronéis a nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. Para a autora:

O federalismo rompe com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro de poder nacional prevalecente no Brasil Império. Na República, governadores ou presidentes, conforme denominado na respectiva constituição de cada estado, são eleitos e detêm uma enorme soma de poder que lhes advém do próprio texto constitucional. Eles dirigem e controlam a política do estado a partir de poderosas máquinas partidárias estaduais.²⁹

Mantido até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas impôs a centralização do poder sobre os estados, o federalismo possibilitou a emergência das oligarquias e dos coronéis e a preponderância dos interesses individuais, impedindo que temas da nação e da cidadania adquirissem posição de centralidade na agenda política. Dessa maneira, Maria Resende³⁰ explica que as preocupações dos constituintes de 1891 estiveram direcionadas para a organização do poder e definição das instâncias de decisão, deixando de lado as discussões sobre problemas sociais e participação política. De acordo com a autora, a transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição de 1891 foi feita sem que se levasse em consideração a realidade social e econômica do Brasil, marcada pela alta concentração fundiária, pelo grande poder dos proprietários

de terras e pela enorme desigualdade entre a população, hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele. Posto isto, defende a autora que os constituintes de 1891 esqueceram-se que a Constituição norte-americana surgiu para regular uma sociedade igualitária formada por colonos que desconheciam completamente a difícil situação da miséria popular.

De volta ao discurso proferido por Mem de Sá (PL), o deputado destaca a consciência federalista dos norte-americanos e a perfeita compreensão do que seja a autonomia estadual, não existindo lá, espaço para questionamento quanto a escolha de qualquer forma de governo republicano, no qual as condições essenciais da democracia sejam respeitadas.³¹ Assim, pautado pela noção de federalismo, Mem de Sá compreende que é perfeitamente aceita como constitucional a adoção do sistema parlamentarista no estado. Dessa forma, assim como fez Raul Pilla na palestra de São Paulo, desenvolve seus argumentos a partir da evolução dos principais fundamentos constitucionais da União, enfatizando a existência do princípio de governo presidencial no texto constitucional de 1926 e da omissão do presidencialismo na Carta de 1934, como um dos princípios a serem respeitados pelas constituições estaduais.³²

Abordando a Constituição Federal de 1946, Mem de Sá menciona que na elaboração do artigo 7º da Constituição, os constituintes seguiram a trilha do texto de 1934, figurando apenas o princípio de harmonia e independência dos poderes e sendo omitido o do governo presidencial. Diante do exposto, o deputado resgata a proposta do constituinte Hermes Lima, que apresentou emenda ao projeto da Constituição de 1946, propondo a inserção do governo presidencial entre os princípios da Carta, acreditando que não estando explícito esse fundamento estaria facultado aos estados a adoção de outro sistema de governo dentro da forma republicana. Rejeitada a emenda de Hermes Lima na Comissão Constitucional, Mem de Sá cita um trecho de uma fala do congressista que assim se manifestou na Assembleia Constituinte Federal:

— “Quero fazer um a declaração de voto. É a seguinte. Pela própria manifestação dos defensores do Parlamentarismo, nesta Casa, pode se verificar que a recusa da Grande Comissão em incluir o Governo Presidencial entre os princípios constitucionais da União significa que os governos se podem organizar sob a forma

parlamentar. Não estou discutindo as consequências disso. O que quero dizer é o seguinte: — que, pelo voto aqui estabelecido, fica claro, se for então mantido pela Assembleia, que os Estados podem organizar-se pela forma parlamentar, recusado, como foi, o princípio de que tem de organizar-se pelo governo presidencial.³³

Apoiado na justificativa de Hermes Lima, o líder libertador na Assembleia do Rio Grande do Sul defende que a rejeição da emenda ainda na Comissão Constitucional junto da frieza da maioria presidencialista, fez com que a Assembleia decidisse pelo silêncio, que para Mem de Sá também representava uma forma de votar e decidir, assim, não sendo mais no Brasil, em seu entendimento, o governo presidencial um dos princípios constitucionais da União.³⁴

Mem de Sá deu continuidade ao discurso na sessão do dia seguinte, 9 de abril, na qual, desta vez, passou a discorrer sobre o argumento de independência e harmonia dos poderes no sistema presidencialista. Seu pronunciamento iniciou com o objetivo de desfazer o entendimento de que o princípio de independência e harmonia dos poderes só é possível no sistema presidencial.

Sr. Presidente. O dogma dos presidencialistas, em seu afã de negarem aos Estados a possibilidade de ensaiar outra modalidade de governo republicano, está, como mostrei, na inclusão do princípio da independência e harmonia dos poderes, entre os de observância obrigatória. Tal princípio, asseveram, tornou supérflua a menção do governo presidencial no artigo 7º da Carta de 1946, por isto que somente este sistema de governo o realiza. Quem diz independência e harmonia de poderes está dizendo, quer queira quer não, governo presidencial.

Improcede semelhante doutrina, srs. deputados.³⁵

Antes de prosseguir com a análise do discurso do deputado libertador, é importante compreendermos a ideia de separação dos poderes. Argelina Cheibub Figueiredo e Marcus Figueiredo³⁶, indicam que uma das maiores conquistas políticas da história está no princípio da separação dos três poderes que compõe o Estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A separação dos poderes representou a quebra do poder autocrático, onde essas três funções estavam concentradas. Mas para que essa separação exista de fato é necessário que cada um dos três poderes tenha igual autonomia, de tal forma que nenhum domine o outro. De uma maneira geral, o Poder Executivo detém as diversas funções de fazer as leis e de controlar o exercício do Poder Executivo, e o Poder Judiciário as funções de zelar pela legalidade dos atos do Executivo e do Legislativo e arbitrar os conflitos entre o Estado e os cidadãos e entre os próprios cidadãos.³⁷

O princípio de separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário pretende impedir qualquer acumulação das funções governamentais em apenas um órgão ou pessoa, tal como ocorria nas monarquias absolutistas do Antigo Regime. Embora, o poder do Estado seja uno e indivisível, atribuem-se funções distintas para diferentes órgãos a fim de que haja independência e ao mesmo tempo controle mútuo entre eles.

Segundo João Roberto Gorini Gamba³⁸ a partir da ampla institucionalização do princípio da separação dos poderes, vigorou na Europa um período de empoderamento do Poder Legislativo (Parlamento) em detrimento do poder real, cujos poderes foram sendo gradativamente reduzidos. A *Bill of Rights* (Declaração de Direitos) de 1689 limitou os poderes do Rei inglês, que não mais poderia governar sem o Parlamento, sem, no entanto, aplicar o princípio de tripartição dos poderes que sequer existia na época. É apenas com Montesquieu em *O espírito das leis* (1748) que a teoria dos três poderes ganhou sistematicidade e importância.³⁹

Ainda segundo Gamba⁴⁰, somente com a Constituição dos Estados Unidos de 1787 é que o princípio foi de fato aplicado. Na prática, o modelo de República norte-americana demonstrou-se muito mais apto a realizar o princípio da separação dos poderes e o sistema de governo presidencialista – adotado nos EUA – adequou-se perfeitamente às teorias de Montesquieu ao realizar uma separação dos poderes muito mais rígida àquela possível aos sistemas parlamentaristas. Neste sentido, Arend Lijphart⁴¹, diferenciando o princípio no presidencialismo e no parlamentarismo, explica que a separação de poderes nos sistemas presidencialistas é geralmente entendida não só como a independência mútua das ramificações do Executivo e do Legislativo, mas que a mesma pessoa não pode

servir em ambos ao mesmo tempo. Enquanto que a não separação dos poderes nos sistemas parlamentaristas significa que o Executivo não só depende da confiança do Legislativo, mas que as mesmas pessoas podem ser membros tanto do Parlamento quanto do gabinete.

Argelina Figueiredo e Marcus Figueiredo⁴² explicam que na Constituição norte-americana consagrou-se um sistema no qual existe uma nítida separação entre o Executivo e o Legislativo e em que a vontade popular se expressa por duas vias distintas: eleições legislativas e eleições presidenciais. As funções Executivas – chefe de Estado e chefe de governo – constituem um único poder, nas mãos de uma mesma pessoa, o presidente da República. Prevê que cada um desses poderes deve funcionar de maneira autônoma e independente, existindo, no entanto, mecanismos de controle mútuo para o evitar o predomínio de um poder sobre o outro.

Não obstante, em artigo publicado no início da década de 1960, Silveira Neto destaca que a harmonia e independência dos poderes é princípio consagrado do sistema presidencialista. No entanto, pondera que os publicistas “argumentam muitas vezes que isso não é possível, pelo menos de modo rigoroso, porque o poder do Estado é um só. Assim é o caso de Fischbach que, ao invés de falar em separação de poderes, fala em distribuição do poder”.⁴³

De modo semelhante, Mem de Sá também defendeu em seu discurso a ideia que não é possível falar em separação de poderes. Dotado de argumentos históricos, o deputado fez uso de diversas reflexões teóricas que atestavam para interferências e interdependência entre os poderes no governo presidencial, dentre elas a de Carlos Maximiliano citadas por Mem de Sá na Assembleia do Rio Grande do Sul.

“Nos Estados Unidos, tanto do Brasil como da América do Norte, o Supremo Tribunal exerce funções legislativas, por isto que estabelece regras processuais no seu Regimento Interno e organiza a própria Secretaria, e executivas, porque nomeia seus funcionários, com exceção dos ministros. O presidente da República, propondo em mensagens medidas necessárias e vetando os projetos aprovados pelo Congresso, colabora na função peculiar a este; com o direito de indultar e comutar penas, exerce, de fato, em última instância, uma parcela do poder de julgar. Cabe outra ao Parlamen-

to, por meio da anistia geral, do perdão especial aos funcionários públicos incursos em crimes de responsabilidade, e do “impeachment” lançado contra o Chefe de Estado; o Senado toma parte na tarefa do executivo como aprovar as nomeações dos ministros diplomáticos ou do Supremo Federal”.

E arremata o consagrado Maximiliano: “O que se exige hoje é que a totalidade do poder de um departamento não seja concentrada nas mãos que dirigem departamento diverso”.⁴⁴

Com base nesse e em outros argumentos, tais como o veto presidencial e a iniciativa de proposta de orçamento pelo Executivo,⁴⁵ Mem de Sá atestou para a existência de uma dependência entre poderes, ao invés da apregoada independência, tanto no sistema presidencial quanto no parlamentar. Defende o deputado, que para a generalidade dos autores, tanto “separação”, como “independência” de poderes exprimem conceitos imprecisos e flexíveis, que de maneira alguma se podem receber com o rigor absoluto que o sentido corrente das palavras lhes atribuiria. De tal forma foi a Carta rio-grandense de 14 de julho de 1891 que em seu artigo 6º dizia que “O aparelho governativo tem por órgãos a Presidência do Estado, a Assembleia dos Representantes e a Magistratura, que funcionarão harmonicamente, sem prejuízo da independência que entre si devem guardar, na órbita da sua respectiva competência definida nesta Constituição”, mas que na prática permitiu um sistema em que o presidente do Estado – Júlio de Castilhos – exercia o poder legislativo, subtraído da Assembleia dos Representantes.⁴⁶

Por fim, fazendo referência ao jurista e político brasileiro Aliomar Baleeiro, Mem de Sá tachou o princípio de independência de poderes como simples ficção jurídica.

E esta é a verdade, Sr. Presidente: estamos diante de um a ficção e, em nome dela, sem base na verdade, sem assento na realidade, sem fomento da lógica, é que se quer emparedar os Estados na bastilha do presidencialismo puro. É em nome da ficção que se pretende impor a continuação indefinida de um sistema que, em nossa prática de 50 anos, tem sido apenas a consagração do mando pessoal e do absolutismo do titular do executivo, porque, como muito bem acentuou o ilustre Sr. Flores da Cunha, não se encontram, na prática e na realidade, os efetivos, a fim de chumbá-los, coativamente,

ao regime em que as dependências e interdependências, que apontei, têm sido entre nós meras expressões legais, pois, na vida real, o que ele cristaliza é a denominação onímoda do Poder Executivo sobre os demais e sobre toda a Nação.⁴⁷

Nesse trecho, Mem de Sá apontou para a inexistência do princípio de independência de poderes no presidencialismo, indicando uma dependência e interdependência com predominância do Poder Executivo sobre o Legislativo. Argelina Figueiredo e Marcus Figueiredo⁴⁸, demonstram que em diferentes momentos da história o equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo, idealizado pelos fundadores norte-americanos, não foi alcançado. Ora o peso pendeu para um lado, ora para outro. Contudo, os autores defendem que o presidencialismo encontrou no seu país de origem um maior equilíbrio entre os dois poderes, enquanto que nos países da América Latina, o Executivo tem preponderado.

Sobre o sistema presidencialista latino-americano, Bolívar Lamounier⁴⁹ conclui que o modelo vai além de uma simples fusão de papéis de chefe de Estado e de governo no cargo presidencial, pois baseia-se na suposição de que o presidente deve ser um grande agente de transformação, um líder do processo acumulativo, um motor da mudança social. Juan Linz⁵⁰, por sua vez, relata que a sensação de que o mandato do presidente vem diretamente do povo e que confere a independência durante o período de governo em relação aos demais atores políticos, inclusive os membros da coalizão que o elegeu, pode imbuir o mandatário de um senso de poder e missão que não tem correspondência na limitada pluralidade que o elegeu, considerando o aspecto de soma zero de uma eleição presidencial, na qual o vencedor leva tudo.

O caráter de soma zero ao qual se referiu Juan Linz é uma das críticas dos parlamentaristas ao sistema presidencial. O caráter plebiscitário da eleição presidencial, segundo os críticos, é um agravante para o funcionamento do presidencialismo. Antônio Kurtz Amantino⁵¹, explica que na relação direta com seus eleitores, o presidente pode passar a ter a sensação de ser o representante eleito por todo o povo, ou seja, identificar o povo como seus partidários, ignorando que grande parte votou ou votaria nos candidatos adversários. Dessa forma, a identificação entre o presidente e seu eleitorado facilita ao primeiro considerar sua política como a única que reflete a vontade popular, julgando as políticas de

seus opositores como interesses particulares repudiados pelo povo. Considera o autor que:

Esse sentimento de identidade entre o presidente e o povo – a fonte mesmo de seu poder – pode leva-lo a ignorar o caráter limitado do mandato que recebeu. É justamente essa situação que encoraja o presidente a desrespeitar e mesmo a manter relações de hostilidade com a oposição. No pior dos casos, a mobilizar as forças armadas contra as oposições parlamentares. E, devido ao caráter plebiscitário de sua escolha e ao grau de sua popularidade, ainda contar com o apoio da maioria da população.⁵²

Assim sendo, segundo teóricos e publicistas, o presidencialismo estimulava o comportamento demagógico e populista do presidente, favorecendo ainda práticas clientelistas e formas autoritárias de poder. Ao lado destes, Raul Pilla, Mem de Sá e outros agentes políticos da época dirigiram um conjunto de críticas ao sistema presidencial, como as citadas anteriormente, instigando os demais a refletir e discutir formas alternativas de governo para as Constituições estaduais em elaboração.

As discussões entre os deputados constituintes do Rio Grande do Sul resultou em um projeto no qual o sistema de governo foi chamado de “presidencialismo racionalizado”, tratava-se de um modelo que estipulava a organização coletiva do secretariado e a obrigatoriedade da elaboração de um plano anual de governo, visando dar amplas possibilidades às iniciativas do governador, sem que este ficasse despojado das qualidades próprias de chefe do Executivo, como ocorre no sistema parlamentarista. Dessa forma, diziam que a proposta aproxima-se de forma racional do parlamentarismo, sem violação dos princípios do presidencialismo. Contudo, a proposta não recebeu apoio de todos os deputados, pois muitos deles apoiavam modelos de governo puros, livres de hibridismo.

Não obstante, uma aliança inesperada entre dois partidos opostos, PTB e PL, levou à emenda 557, que propôs a instituição do sistema parlamentarista. A proposta dos partidos previa a criação do cargo de Chefe do Secretariado, semelhante ao cargo de primeiro-ministro, sendo este responsável pela Assembleia Legislativa, que por sua vez poderia ser dissolvida por meio de uma moção de censura. Neste contexto, mais uma vez se fez notar a expressiva atuação do

deputado Raul Pilla como um dos articuladores da emenda. O líder libertador comandou algumas reuniões junto a deputados do PTB, como exemplo o candidato derrotado ao governo do estado Alberto Pasqualini. Dessa união improvável entre os dois partidos, um de base trabalhista e outro antivarguista, fez-se aprovada na Assembleia do Rio Grande do Sul, a emenda 557 que instituiu o sistema parlamentarista no estado, no entanto uma arguição do PSD e do governador Walter Jobim junto ao Supremo Tribunal Federal, fez com que a adoção do parlamentarismo fosse considerada inconstitucional.

Considerações Finais

Os debates sobre os sistemas de governo na Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul foram um marco na política do estado. A luta pela adoção do parlamentarismo, liderada por figuras como Mem de Sá e Raul Pilla, evidenciou a força do Partido Libertador na política gaúcha.

Dividida entre dois grupos, a Assembleia Constituinte assistiu a debates entre defensores do parlamentarismo e adeptos do presidencialismo. Neste contexto, Mem de Sá foi figura central nas discussões, utilizou-se de seu *habitus* político, moldado por sua extensa trajetória, para convencer sobre as vantagens do parlamentarismo. Em longos discursos, o deputado apresentou argumentos sólidos e exemplos práticos, defendendo a superioridade do modelo em relação ao presidencialismo, abordando também a questão da constitucionalidade de sua adoção. Em seus discursos, o deputado argumentava que a Carta de 1946 não impunha o sistema presidencialista aos estados. Segundo sua interpretação, a omissão do termo “presidencial” permitia a livre escolha de outras formas de governo pelas unidades federativas.

Extremamente importante foi também a participação do deputado federal Raul Pilla nos bastidores e nas exposições sobre o parlamentarismo fora da Assembleia. Através de palestras e da imprensa, Pilla se dedicou a difundir as ideias do parlamentarismo, promovendo debates e discussões no estado e fora dele. Sua atuação foi fundamental para mobilizar a opinião pública em torno da causa e sua articulação política indispensável para fazer do parlamentarismo ven-

cedor no texto constitucional aprovado. Mesmo que revogada posteriormente, a Constituição parlamentarista foi um ganho inestimável na história do Partido Libertador, que durante toda a sua atuação teve como principal bandeira o sistema de gabinete.

Notas de fim

- 1 Esse texto, com algumas modificações, é parte da dissertação intitulada “O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947”. Cf. SANTOS, Diego dos. **O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2022.
- 2 TAUFER, Paulo R. **Partido Libertador: formação e atuação política**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2008, p. 32.
- 3 BROSSARD, Paulo. **J.F. de Assis Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004. p. 178.
- 4 TAUFER, op. cit., p. 57.
- 5 BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 18.
- 6 CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 176.
- 7 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais. 18 de abril de 1947, p. 5.
- 8 TORRES, Anderson Vargas. **O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, 2023, p. 173.
- 9 BUENO, Antônio Avelange Padilha. **Raul Pilla: aspectos de uma biografia política**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2006, p. 22.
- 10 GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Atlas, 2019, p. 143.
- 11 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais (I). 30 de abril de 1947, p. 2.
- 12 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais (II). 3 de maio de 1947, p. 5.
- 13 João Barbalho. Jurista e político brasileiro. Atuou como deputado constituinte na formulação da Constituição de 1891. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBALHO,%20Jo%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 30abr. 2024.
- 14 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais (II). 3 de maio de 1947, p. 5.
- 15 Idem.
- 16 Arranjo político concebido pelo presidente Campos Sales (1898-1902). Boris Fausto explica que: “Seus objetivos podem ser assim resumidos: reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República”. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. atual. e ampl. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2019, p. 223.

- 17 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais (II). 3 de maio de 1947, p. 5.
- 18 O Estado de S. Paulo. O parlamentarismo nas Constituições Estaduais (III). 4 de maio de 1947, p. 4.
- 19 BUENO, op. cit., p. 22.
- 20 Idem.
- 21 Idem, ibidem.
- 22 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 186-187.
- 23 SÁ, Mem de. Verbete. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-mem-de/>>. Acesso em 30abr. 2024.
- 24 BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 163.
- 25 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 99.
- 26 CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 181.
- 27 Idem, p. 182.
- 28 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93.
- 29 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 95.
- 30 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 98.
- 31 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 100.
- 32 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 101-102.
- 33 Hemes Lima citado por Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 105.
- 34 Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 19ª sessão, 8 de abril de 1947, p. 107.
- 35 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 20ª sessão, 9 de abril de 1947, p. 138.
- 36 FIGUEIREDO, Argelina C.; FIGUEIREDO, Marcus. **O plebiscito e as forma de governo**. 2ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.
- 37 FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, op. cit., p. 21.
- 38 GAMBA, op. cit., p. 174-175.
- 39 Sobre a teoria da separação dos poderes, é possível encontrar contribuições em Aristóteles e, na modernidade, em John Locke e Jean-Jacques Rousseau. GAMBA, op. cit., p. 174.
- 40 Idem, p. 175.
- 41 LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Tradução Vera Caputo – 4 ed., rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 143-144.
- 42 FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, op. cit., p. 61.
- 43 NETO, Silveira. Presidencialismo e parlamentarismo. **Revista da Faculdade de Direito – UFMG**, n. 2 (1962), p. 235.
- 44 Carlos Maximiliano citado por Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 20ª sessão, 9 de abril de 1947, p. 141.
- 45 Darcy Azambuja explica que uma prerrogativa importante do Presidente da República no governo presidencial é o direito de veto, isto é, negar a aprovação a leis feitas pelo Legislativo. Além disso, nas Constituições americanas tem também geralmente o Executivo o direito de sugerir a elaboração de leis pelo Parlamento e mesmo o de apresentar projetos. (1998, p. 297).

- 46 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 20ª sessão, 9 de abril de 1947, p. 144.
- 47 Mem de Sá. Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, 20ª sessão, 9 de abril de 1947, p. 146.
- 48 FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, p. 62.
- 49 LAMOUNIER, Bolívar. Brasil: rumo ao parlamentarismo? In.: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: IDESP, 1991, p. 52.
- 50 LINZ, Juan. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: IDESP, 1991, p. 70.
- 51 AMANTINO, Antônio Kurtz. **Presidencialismo x parlamentarismo**. Passo Fundo: Aldeia Sul Editora, 1992, p. 63.
- 52 AMANTINO, op. cit., p. 64.



XIV

AS REFORMAS DE BASE VISTAS POR UMA ELITE POLÍTICA LOCAL:

os vereadores de Canoas/RS e o nacional-reformismo (1963)

ANDERSON VARGAS TORRES

Ferreira e Gomes¹ referiram-se ao ano de 1963 como o “ano que não acabou”. O governo de João Goulart, então sob o regime parlamentarista, entrava em seu segundo ano e o mesmo iniciava com um plebiscito em que se decidiu favoravelmente ao retorno do regime presidencialista. Seguiu com as tentativas frustradas de Goulart de governar aliado ao centro político, enfrentando resistências e pressões à esquerda e à direita, ganhou contornos dramáticos a partir do mês de setembro com a rebelião dos sargentos² e as ações cada vez mais radicalizadas de Leonel Brizola — já exercendo o mandato de deputado federal por Guanabara — e seu grupo de apoio. Em suma, um ano em que a crise política se tornou mais aguda e os atores tomaram posições mais perceptíveis na luta política. Naquele instante, a luta pelas Reformas de Base, lideradas por setores à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliados a outras entidades, ganhava força e pressionava o governo de Goulart.

O nacional-reformismo defendido pelas esquerdas, lideradas por Brizola, buscava adeptos para defender e apoiar as reformas e pressionar o presidente a adotar tais medidas. Por outro lado, os grupos sociais mais conservadores buscavam desvalorizar tal visão de mundo e associavam o nacionalismo defendido

pelas esquerdas ao comunismo, à quebra de valores e princípios tradicionais civis e militares.

A elite política canoense não ficou, logicamente, imune aos acontecimentos políticos daquele ano: também debateram e atuaram instigados pela luta política nacional e estadual. Eles tomaram posições favoráveis ou contrárias e ressignificaram aquele conflito mais amplo dentro dos limites locais. O intuito desse artigo é, justamente, compreender as ações e os debates nesse microcosmo. Como os vereadores canoenses se apropriaram e debateram o nacional-reformismo e as Reformas de Base? Como a luta política nacional penetrou nos meios dessa elite política? E quais foram os posicionamentos desses vereadores? Essas são as perguntas que se buscará responder aqui.

O nacional-reformismo nos embates entre os vereadores canoenses

Entende-se, aqui, o conceito de nacionalismo nos termos de Hobsbawm³: um conceito em constante mudança, conforme os contextos históricos. Houve momentos em que foi uma bandeira defendida pelos liberais, outrora, também, fora arma das direitas fascistas e, naqueles anos de 1950 e 1960, se reconfigurava em um mote das esquerdas antifascistas e anti-imperialistas. Era dessa forma que havia sido reinterpretado no Brasil do período entre 1945 e 1964 e que também passou por transformações naquela conjuntura. Domingos⁴ o classificou em três fases: nacionalismo do início da década de 1950; o nacional-desenvolvimentismo e o nacional-reformismo.⁵ De acordo com o mesmo autor, era essa fase que estava presente no projeto político de Goulart:

O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando o desenvolvimento do país. Para este fim, foram importantes a sistematização da Política Externa Independente — que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria —, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” (...), a Lei de Remessa de Lucros

(que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás⁶.

Ao valorizar-se o teor nacional-reformista do projeto trabalhista, valorizava-se, também, como destaca Domingos, o protagonismo popular naquele contexto. O projeto foi abraçado por amplos setores populares. Nas palavras de Delgado, o nacional-reformismo já era notado na década de 1950, tendo como base os setores nacionalistas da sociedade civil:

O nacionalismo reformista ganhou maior expressão a partir da segunda metade dos anos 1950. Vinculou-se a uma organização mais autônoma dos movimentos da sociedade civil que, com crescente autonomia, se aliaram a alguns partidos políticos, como o PTB e o PCB. Expressou-se através de mobilizações e manifestações por reformas sociais e enfatizou a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas⁷.

No PTB, o nacional-reformismo já estava presente ao menos desde a década de 1950. O discurso petebista no Congresso Nacional encontrava-se em sintonia com as ideias nacionalistas então propagadas. No entanto, após a confirmação do retorno do presidencialismo e da recuperação dos plenos poderes de Goulart, surgiu uma diferença importante: a forma como esse projeto seria posto em prática. Jango optou pela negociação com o Congresso Nacional, enquanto os grupos mais à esquerda, liderados por Brizola, junto à Frente de Mobilização Popular (FMP)⁸, pressionaram ao longo de todo o ano de 1963 para que as reformas fossem realizadas de forma radical, sem negociações com aqueles que, para essa frente, representavam justamente o oposto ao nacionalismo reformista defendido por eles.

Goulart era, naquele momento, um negociador, enquanto Brizola atuava como agitador – Ainda que, como ressalta Ferreira⁹, a sua postura não fosse isolada. Ele era o líder que representava determinadas crenças, projetos e ideias, mas havia quem o seguia, o seu perfil agitador animava outras lideranças que o autorizavam a falar por elas. Se Goulart titubeava, Brizola pressionava, usando seu capital político e capacidade mobilizatória para enfrentar o Congresso e colocar

a pauta nacional-reformista em voga, com ou sem o Congresso Nacional. Nas palavras de Daniel Aarão Reis, era um sintoma da radicalização: “As propostas agora radicalizavam-se: os obstáculos deveriam ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados.”¹⁰.

No discurso brizolista, estavam expressos temas ligados ao nacional-reformismo. Como ressalta Ferreira¹¹, Brizola reinterpretou o trabalhismo a partir dessa temática, apropriando-se de ideias que ganhavam espaço junto à esquerda latino-americana, expondo temas como o anti-imperialismo e a emancipação nacional. Brizola também representava o nacional-reformismo, mas à sua forma, em contraponto à ação mais “conciliatória” assumida pelo presidente Goulart.

Ao exporem seus posicionamentos, os vereadores petebistas canoenses vinculavam-se ao nacional-reformismo. Alguns de modo mais cauteloso, outros mais incisivos. De qualquer forma, à exceção do dissidente Orestes Ferla e acompanhados do perrepista Alberto Oliveira, os vereadores do PTB local estavam conectados às ideias propagadas pelo seu partido.

Edson de Medeiros era o representante mais forte do nacional-reformismo na bancada trabalhista. Medeiros era filho do prefeito canoense de então, o Coronel da Aeronáutica José João de Medeiros. Era médico de formação e concorreu três vezes a vereador em Canoas: 1955, 1959 e 1963. Elegeu-se apenas em 1959, quando concorrera pelo PTB. Nas outras duas oportunidades, fora candidato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)¹² e, embora sempre tenha ficado entre os mais votados, o quociente eleitoral¹³ o impedira de assumir a vaga. Além da atuação político-partidária, Medeiros também atuava na imprensa e no movimento estudantil¹⁴. Edson tentou nas eleições de 1962 uma cadeira de deputado estadual, mas acabou ficando como suplente. Porém, em nenhum momento teve possibilidade de exercer o mandato, pois fora cassado pela Ditadura Militar em 7 de maio de 1964.¹⁵

Medeiros refere-se à sua ligação com Brizola naquele período como uma vinculação relativamente sólida:

Mas eu era também brizolista na época. (...) era com o Brizola também e depois esta ligação se intensificou, uma ou duas vezes foi e me chamou ao Palácio, fez um secretário dele me buscar em

Canoas, eu fui lá, conversei com ele de noite, tínhamos muitos encontros. E depois, na legalidade, estivemos juntos, eu participei de certo modo na adesão. Eu quase que invadia a rádio de Canoas, a Rádio Real de Canoas e ela passou a integrar a rede da legalidade. Em parte, minha interferência.¹⁶

Sobre o extremismo presente no discurso do então deputado federal por Guanabara, Medeiros deixava claro: “Eu apoiava (...). Eu (...) tinha noção e apoiava a radicalização. Apoiava na íntegra as reformas de base (...)”.¹⁷ Suas colocações na imprensa local e na Câmara, corroboram suas palavras. De fato, Medeiros era o vereador mais próximo do discurso nacional-reformista e o adepto mais íntimo das ações de Brizola.

A proximidade com o pensamento brizolista o levava a manifestar defesa à sua pessoa e ao seu papel político naquela conjuntura, quando era atacado pela imprensa:

(...) falou o Vereador Edson Medeiros, protestando contra o movimento incetado através de uma cadeia de Rádio e Televisão, atacando a pessoa do Deputado Leonel Brizola. (...), considerou (...), o que está este movimento fazendo é uma sequência abominável de ataques, infâmias e injúrias. Manifestando seu repúdio por tal ato, disse o Vereador Edson Medeiros que pode constatar na Convenção do P.T.B. e inclusive junto aos camponeses a grande insatisfação por esta onda de ataques. A seguir, declarou (...), que tal atitude ocasionará a revolta do povo a tal ponto de procurar fazer justiça pelas próprias mãos, pois embora os tempos mudassem Leonel Brizola não irá suicidar-se, e junto com ele o povo fará a mudança que o Brasil tanto necessita.¹⁸

Ao escudar Brizola das hostilidades sofridas por setores da imprensa, Medeiros trazia à tona o significado da figura daquele líder para os nacionalistas. Trouxera a palavra dos colegas de partido e dos camponeses, demonstrando a insatisfação deles com as críticas sofridas pelo deputado e ex-governador gaúcho, enfático defensor daquelas demandas. Mais do que isso, Medeiros endossava a ação política brizolista: se os ataques a Brizola seguissem, o povo reagiria, e os opositores que não esperassem de Brizola a mesma atitude que a do líder do tra-

balhismo, Getúlio Vargas.¹⁹ Ao contrário, estaria junto para fazer as mudanças e enfrentar aqueles que eram vistos como “antipovo” ou como “comprometidos”.²⁰

Medeiros mobilizava, no município, os apoiadores do nacionalismo reformista. Embora o nome e a sigla não sejam citados, é possível que o vereador tenha atuado para formar um núcleo da FMP em Canoas.

Seguiu-se com a palavra o Vereador Edson Medeiros, dizendo que naquela data iniciava-se um movimento que poderia marcar época na história brasileira, ou seja, a campanha de opressão e mobilização popular contra o Congresso Nacional. (...), disse (...) que o considerava justo e oportuno para arrancar do Congresso as reformas necessárias de base. Declarou ainda que o citado movimento popular que muitos querem considerá-lo agitação, mas que em verdade não é, torna-se necessário, uma vez que esta é a última solução para os problemas do País. (...), que considerava finalmente, que todos os brasileiros deveriam se unirem para dar maior força ao referido movimento de mobilização popular.²¹

Novamente, Medeiros corroborava a ideia de pressão frente ao Congresso Nacional, conforme defendiam os brizolistas: enfrentar aqueles que se opunham às reformas — ou pelo menos às reformas de forma radical — e buscar pressionar o governo Goulart através das ruas e da atuação extraparlamentar.²² Para Medeiros, era a única solução possível. Alguns dias depois, ele convocou interessados a unirem-se em torno daquela mobilização popular de pressão:

Continuando com a palavra (...) convidou o Vereador Edson Medeiros a todos os Vereadores desta Casa, independentemente de cores Partidárias para comparecerem na Rádio Real, dia 7 do corrente às 21:00 horas, ocasião em que seria lançado o movimento de mobilização popular, visando a aprovação das reformas de base por parte do Congresso Nacional. Disse (...), que naquela oportunidade se faria presente, para dirigir os trabalhos, o Vice-Governador de Guanabara, Sr. Eloy Dutra.²³

Nota-se, assim, a ação mobilizadora de Medeiros: procurava construir o movimento popular nacionalista em Canoas. Mais do que um simples adepto local, ele agia como um representante do nacional-reformismo no município,

incentivando a organização dele. Estimulava a propagação das ideias de Brizola e da FMP, e, para tal empreitada, conseguira trazer àquela localidade Elói Dutra, importante liderança trabalhista e nacionalista.²⁴

Mobilizador e *agitador*: Medeiros enfatizava o papel do PTB na luta reformista e ironizava a ausência de outros partidos e outras lideranças na defesa do nacional-reformismo:

A seguir (...) falou o Vereador Edson Medeiros (...). Continuando com a palavra analisou o pronunciamento do Vereador Zolmar Machado dos Santos com relação as Reformas de Bases e, salientando que os pronunciamentos de outros Partidos não têm sido formais pois não tem participação direta no problema. Disse ainda o orador que o P.T.B. faz comícios em toda e qualquer oportunidade, fato este que não acontece com os outros Partidos. Que deseja ver os Deputados Raul Pilla e Paulo Brossard e outros, a quem muito respeita, lutando pelas Reformas de Base, como se fossem os representantes do P.T.B..²⁵

Medeiros sabia que era improvável a atuação dos dois nomes citados — lideranças destacadas do Partido Libertador (PL) no Rio Grande do Sul, partido aliado ao Partido Social Democrático (PSD) e pertencente ao bloco de apoio ao governo estadual da época de Ildo Meneghetti, a Aliança Democrática Popular (ADP) — como favoráveis às reformas sociais nos termos de Brizola. Como destaca Taufer²⁶ e Torres²⁷, os libertadores faziam oposição forte a Brizola e às esquerdas naquele instante. Brossard, então deputado estadual, frequentemente ocupava a tribuna da Assembleia Legislativa para acusar os trabalhistas de “agitadores” e de patrocinadores da “infiltração comunista”. Para os libertadores, o discurso reformista era usado politicamente pelo PTB, e as prioridades deveriam ser o combate à inflação e a corrupção, antes das reformas de base. Assim, o vereador trabalhista atuava seguindo o modelo brizolista, provocando os adversários e defendendo mudanças sociais imediatas.

Não era por acaso que Medeiros era visto como um comunista pelos seus opositores. Algo comum naquele contexto: direcionar tal imputação às esquerdas, fossem comunistas de fato ou não. Para Motta²⁸, o período entre 1961 e 1964 foi o segundo grande surto anticomunista no Brasil. Momento em que o

anticomunismo voltou a ganhar fôlego com o impacto da Revolução Cubana no país: tal episódio fortaleceu e serviu de modelo para o surgimento e o crescimento das organizações sociais e de esquerda no Brasil — e aumentou o temor, entre os conservadores, de que ocorresse algo semelhante ao que ocorreu na ilha caribenha. Dessa forma, a identificação de figuras como Goulart e Brizola, defensores de políticas nacionalistas e da Política Externa Independente não alinhada aos Estados Unidos, como comunistas, tornou-se algo corriqueiro.

O mesmo valia para os aderentes a tais ideias. Já em 1961, em um debate na Casa sobre a possibilidade de oficialização do PCB, Medeiros defendeu a sua existência, mas alegou não ser, como muitos diziam, comunista:

(...) Declarou que com sinceridade era favorável a oficialização do Partido Comunista no Brasil, visto que considera dever respeitar-se todas as ideologias políticas num país democrático. Continuando com a palavra, fez o Vereador Edson Medeiros ampla ilustração sobre o que realmente é o Partido Comunista. Ao concluir, declarou que se o Partido Comunista existisse veriam as pessoas que pensam ou comentam ser Sua Senhoria comunista que isto não é verdade, porque de fato é contra o comunismo.²⁹

Em meio ao debate, em que diversos colegas de outros partidos teciam palavras pouco recomendadas sobre o tema — Schmitt (PL) falava que o comunismo era a “fonte da desgraça do povo” e Armando Würth (PSD) defendeu a legalização pois assim poderia se saber quem era comunista e poderia expurgá-los³⁰ —, o vereador Würth lembrou quando surgiu a “pecha” de Medeiros: na primeira vez que se candidatara a vereador, foram distribuídos panfletos dizendo que Medeiros era o “candidato dos comunistas”. De qualquer forma, em entrevista, ele negou — da mesma forma que muitos outros petebistas — qualquer vinculação direta com os comunistas ou com o PCB, embora admitisse que havia diálogo e afinidades ideológicas com eles:

(...). Eu me formei em 1958, na UFRGS, primeiro lugar no vestibular, orador da turma. Na festa de formatura irritou muita gente o meu discurso. Aí então vem a minha fama de comunista. Porque eu nunca fui comunista, mas tinha fama e eu acho que a minha

conduta foi errada, eu não me importava muito que alguém achasse que eu era comunista, mas nunca fui. Não fui do partido. Tinha amigos, me relacionava com eles, sempre tive diálogo com eles, mas nunca fui do Partido Comunista. Porque eu não gostava do tipo de comportamento que eles tinham³¹.

As organizações das esquerdas uniam tanto comunistas como outros grupos reformistas e nacionalistas, como os próprios trabalhistas. O que permite entender Medeiros: o PTB e o PCB, de fato, eram próximos naquele contexto, ainda que viessem a romper depois.³² De qualquer forma, Medeiros seguia o discurso nacionalista mais radical ao apoiar os movimentos sindicais. A crise econômica vivida pelo governo Goulart andava junto à polarização política, o que mobilizava diversos setores sociais como os trabalhadores, os estudantes, os camponeses e os militares subalternos. Em oposição a tais atos, governos estaduais antirreformistas colocavam em prática forte repressão policial. No meio da luta política fortemente polarizada, Goulart tentava uma solução conciliatória, como bem refere Reis: “Em meio aos conflitos, Jango cismava, como um Hamlet.”³³.

Em apoio a uma greve de bancários em Porto Alegre, Medeiros posicionou-se contrário à repressão policial exercida pelo governo de Ildo Meneghetti contra os paredistas³⁴. A greve recebeu solidariedade de outro trabalhista, Zolmar Machado. Dias antes, Medeiros já falava sobre a situação da greve:

De imediato, para uma comunicação de Líder, falou o Vereador Edson Medeiros, dizendo que deixava consignado o seu protesto contra o aparato policial que o Governo do Estado implantou, fazendo das ruas da Capital mais se pareçam como uma Praça de Guerra. (...). Se solidarizou ainda (...) com a greve dos Bancários e (...) disse que o movimento grevista dos Bancários merecia o apoio de toda a sua Bancada, bem como esperava o entendimento entre Banqueiros e Bancários.³⁵

Os líderes ligados aos partidos que apoiavam Meneghetti defenderam as ações do governo. Por exemplo, Manoel Calbo (PSD) alegava que a polícia zelava “pela segurança do povo”³⁶ e os que discordavam eram aqueles que “se interes-

savam pela desordem e a anarquia.”³⁷. Já Cirne Schmitt (PL) retomava argumentos anticomunistas: para ele, o que os grevistas queriam era “ em verdade, (...), implantar o regime comunista no Brasil”.³⁸ Havia até um indivíduo fichado no PCB, segundo Schmitt, distribuindo panfletos incitando a participação na greve. O discurso de oposição ia ao encontro da retórica utilizada em nível estadual e nacional pelos opositores do trabalhismo e coerente com o anticomunismo presente nos movimentos das direitas daquele período.

Edson de Medeiros era o representante mais atuante e mobilizado no tocante aos temas reformistas e nacionalistas. Todavia, não era o único membro da bancada petebista a manifestar tais ideias. Outros vereadores do PTB também demonstravam proximidade com o pensamento em voga entre as esquerdas brasileiras. Alberto Oliveira — eleito pelo Partido da Representação Popular (PRP), mas que, naquele momento, já havia migrado para o PTB³⁹ — e Zolmar Santos manifestaram-se sobre a greve dos rodoviários no Estado rio-grandense. Enquanto Zolmar demonstrava solidariedade ao movimento, Oliveira criticou a atuação policial contra os paredistas e propôs um requerimento de apoio a esses⁴⁰.

As reações de alguns membros de oposição ao trabalhismo não foram surpreendentes. Melton Both (PRP) votaria contra por ver a greve como uma medida extrema e entender que havia outros meios de resolução. O requerimento acabou aprovado.

Com relação à defesa de empresas nacionais, a Petrobras, símbolo dos nacionalistas da luta pela soberania,⁴¹ foi homenageada duas vezes na Casa legislativa canoense. Nas justificativas dos projetos apresentados pela bancada trabalhista, era notório o uso de termos e conceitos característicos do nacionalismo brasileiro daquele período. O primeiro requerimento, apresentado por Edson de Medeiros, visava enviar congratulações à direção da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP)⁴² pelo 9º aniversário da estatal, no dia 10 de maio. Na justificativa, Medeiros citava a importância da empresa para a autonomia econômica do país:

Todos conhecem o que esta Empresa representa na evolução econômica do País, economizando divisas tão necessárias para o nosso progresso e, portanto, a melhor solução para problema de maior relevância para a segurança nacional.

Com a localização da Refinaria Alberto Pasqualini, em solo canoense, mais nos integramos nesse magnífico empreendimento, *em cuja defesa se associam todos os brasileiros e patriotas que desejam a emancipação econômica da Pátria*, da qual a Petrobrás é hoje o primeiro passo.⁴³

A emancipação econômica da pátria, bem como a defesa de um patrimônio nacional como a Petrobras, mostra que o discurso era coerente com aquele exposto por grupos como a FMP. Ainda no mesmo ano, mas em outubro, outro trabalhista, Zolmar Machado dos Santos, propôs outra homenagem à estatal, dessa vez em referência aos 10 anos da Lei 2004/53, que a criou, assinada por Getúlio Vargas. O processo era de 3 de outubro de 1963, e requeria que a Casa enviasse votos de congratulações pela data à direção nacional da Petrobras, assim como à Associação dos Profissionais Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo do município de Canoas e à direção da REFAP. Interessante notar que não era apenas a direção da empresa que receberia a honraria, mas também os trabalhadores da Refinaria em construção no município. Na justificativa de Santos, novamente era reiterado o papel da empresa para a emancipação econômica brasileira:

(...) a Petrobras, que no passado foi alvo de tantas injustiças, sobrepujou-se a toda a sorte de pressões e críticas dos que nela não acreditavam e (...) transformou-se em realidade dentro daquilo que os homens de boa vontade esperavam, cooperando decisivamente com o progresso econômico do solo brasileiro.⁴⁴

O requerimento de Santos foi aprovado na sessão do dia 9 de outubro. Em suma, o nacional-reformismo era motivo de debates e conflitos na Câmara local, destacando, na sua defesa, a figura do vereador Edson de Medeiros, que ganha mais auxílio dos colegas de bancada trabalhista quanto às discussões relacionadas ao principal projeto nacionalista daquele momento: as reformas de base, em especial, a reforma agrária.

Os debates sobre a reforma agrária

As reformas de base eram o símbolo do nacional-reformismo. Eram nessas propostas que estavam mais bem representadas as ideias de um desenvolvimento autônomo da nação brasileira, consoante com o projeto trabalhista pós-Vargas, qual seja, de desenvolvimento aliado ao nacionalismo e à presença estatal. A partir das reformas, acreditavam seus defensores, o Brasil seria capaz de superar os seus problemas econômicos e sociais e desenvolver-se de forma independente. Ainda que tais concepções já viessem sendo discutidas no Congresso Nacional desde 1956⁴⁵, foi a partir da presidência de Goulart que o tema ganhou relevo na sociedade e tornou-se bandeira e motivo de luta entre os setores sociais e políticos brasileiros.

A maior mobilização da população, segundo Figueiredo⁴⁶, através dos partidos políticos e dos movimentos sociais, permitiu maior pressão por parte das esquerdas no esforço favorável às reformas. Embora, como ressalta Gomes⁴⁷, as principais lideranças fossem trabalhistas — destacam-se novamente as figuras de Brizola e de Goulart —, o projeto reformista encontrava apoio em movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, além de partidos como o PCB e setores do PTB.

E o que propugnavam as reformas? Reis as descreve dessa forma:

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo, rompendo com o monopólio da terra e atingindo as bases de sustentação do latifúndio, ao mesmo tempo que ampliaria o mercado interno, viabilizando o desenvolvimento industrial autocentrado. *A reforma urbana*, para planejar o crescimento das cidades, combatendo-se a especulação imobiliária e protegendo-se os inquilinos. *A reforma bancária*, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para o financiamento das atividades que pudessem garantir a autonomia nacional. *A reforma eleitoral*, incorporando o voto dos soldados e dos graduados das Forças Armadas e, principalmente, o dos analfabetos, que constituíam quase metade da população adulta do país. *A reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar os investimentos estrangeiros,

limitando-se a remessa de lucros para o exterior e prevendo-se a estatização dos setores considerados estratégicos (indústrias de base e transportes públicos). A *reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa, devidamente democratizados, e sob controle dos professores e estudantes, se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais⁴⁸.

Logo, tratava-se de medidas democratizantes, tencionando ampliar a participação da sociedade em setores da economia (reforma agrária), da política (reforma eleitoral) e da educação (reforma universitária). Eram também medidas de controle estatal sobre determinadas atividades que não tinham regulação (reforma urbana) e/ou que deveriam contribuir mais ativamente para o desenvolvimento nacional (reforma bancária e reforma do estatuto do capital estrangeiro).

Carlos Fico, no entanto, entende que as propostas das reformas acabaram sendo mais um instrumento político tanto às esquerdas como às direitas e que ainda careciam, naquele momento, de definições mais precisas:

Essas reformas eram bastante indefinidas. Constituíam-se e metas que, de algum modo, incorporavam ao ideário trabalhista os objetivos estabelecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) ainda nos anos 50. Buscariam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil tendo em vista uma pretendida “revolução nacional e democrática”, conforme o jargão comunista. Mas, no governo Goulart, elas assumiram uma conotação menos revolucionária e mais nacionalista. Eram vagas, serviam ao proselitismo político. Entretanto, segundo o historiador Jacob Gorender, a luta pelas reformas de base foi a causa da grande dinamização social que o país experimentou entre 1963 e 1964, “uma situação pré-revolucionária”. Tratava-se da demanda, sempre mobilizadora, de que é preciso “mudar tudo que aí está”⁴⁹.

Indefinidas ou não, o fato era que a discussão sobre as reformas tinha uma notável capacidade de mobilização. O que levou a enfrentar oposição, especialmente dos setores que seriam atingidos por elas. Não era incomum associá-las ao “comunismo” por parte de grupos de direita ou extrema-direita. Tais grupos, como se refere Motta⁵⁰, falavam na existência de “infiltração comunista” no governo Goulart. Todavia, como ressalta Domingos⁵¹, eram reformas de cunho na-

cionalista e estatizante, uma democratização do capitalismo brasileiro, longe de ser propostas de “comunização” ou “cubanização” do Brasil.

No entanto, ainda que houvesse setores radicalmente contrários a qualquer possibilidade de reformas socioeconômicas, é importante lembrar o alerta da Ferreira⁵²: o tema das reformas de base — especialmente a reforma agrária, a mais polêmica delas — não era tabu na sociedade brasileira daquela época. A questão não era fazer ou não a reforma, mas sim, como fazê-la. Havia grupos à direita que admitiam as reformas, mas não com o modelo apresentado pelos setores mais à esquerda, como exemplificou ao citar um texto do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em que essa instituição sabidamente antitrahista colocava a necessidade de uma reforma agrária:

(...) É evidente que a reforma agrária admitida pelo IBAD não era a mesma reforma agrária defendida por Leonel Brizola, Francisco Julião ou pelo Partido Comunista. Mas o texto que resultou do simpósio nacional do IBAD demonstra, no mínimo, que a reforma agrária não era um tema tabu na sociedade brasileira⁵³.

O mesmo autor lembra pesquisa realizada pelo IBOPE e encomendada pelo jornal carioca *Correio da Manhã* em 1963, em que questionava os entrevistados sobre a posição em relação à reforma agrária. Realizada em nove capitais do país, os índices surpreendem ao mostrar os favoráveis à reforma em torno de 70%. Portanto, o que se debatia, para Ferreira, era mais que tipo de reforma agrária — e das reformas em geral — seria proposta do que propriamente ser a favor ou contra essas medidas.

Entre os setores reformistas também havia diferenças: “O *reformismo* (...) não contava com unanimidade. Além de ser heterogêneo, segmentado em alas diferentes — mais ou menos radicais — passou a enfrentar (...) resistências expressivas.”⁵⁴ Essa divergência era notada principalmente entre as lideranças trabalhistas Goulart e Brizola. O primeiro, enquanto mandatário da República, buscou as reformas pela via parlamentar, ou seja, procurou propô-las a partir da negociação com os seus aliados políticos no Congresso Nacional, especialmente o PSD, o que significava ceder em determinados pontos. Já o segundo procurou pressionar o governo a adotar tais disposições conforme estavam postas, inde-

pendentemente das posições dos outros partidos, ou seja, ignorando qualquer sugestão que viesse dos partidos e movimentos de centro ou de direita. No vocabulário brizolista, a negociação significava “conciliação” com os setores “reacionários”, a quem, segundo os brizolistas, não interessava as mudanças estruturais do país⁵⁵. De qualquer forma, partes da sociedade e da classe política estavam divididas e havia antagonismos internos entre defensores e entre os críticos das propostas nacional-reformistas.

Entre a elite política canoense, o tema foi debatido — com ênfase na reforma agrária, que era aquela que gerava maiores controvérsias quanto a sua forma e conteúdo — e, a partir das reflexões ali postas, pode-se perceber quais eram seus posicionamentos frente a tais questões. Como atores políticos, também examinaram o debate e sugeriam, na medida em que lhes era possível, propostas e encaminhamentos de resoluções para a matéria. Ou seja, a elite política local daquele momento não se furtou a participar das discussões e embates sobre um tema tão mobilizador como aquele.

Foi neste sentido que Alcides Nascimento propôs um requerimento, em 8 de abril de 1963, a ser enviado ao Presidente João Goulart, ao ministro da Agricultura, Ermírio de Moraes, ao Presidente da Superintendência de Reforma Agrária, João Caruso e aos líderes de bancadas partidárias no Congresso Nacional, “apelando-lhes no sentido de serem abreviados os estudos da aprovação da Lei de Reforma Agrária.”⁵⁶ Na justificativa do projeto, Nascimento alegava que fizera o mesmo atendendo a demanda de associações e sindicatos canoenses de sem-terra e pequenos proprietários:

Justifica este requerimento um ofício por nós recebido da Associação dos Agricultores sem-terra de Canoas e do Sindicato dos Agricultores Autônomos e assalariados da pecuária do Município de Canoas que nos solicita esta providência, já que sendo aprovada a Lei da Reforma Agrária, muitos processos já em andamento em nosso Município, com terras devolutas que serão bem aproveitadas por famílias que só falta terra para trabalhar e fazerem sua independência econômica.⁵⁷

Destaca-se, no texto, o papel de intermediação dos trabalhadores locais com as entidades sociais municipais: Nascimento, ao propor o pedido, atendia as

demandas vindas de grupos ligados à reivindicação de terras. Essas entidades podiam buscar nos vereadores trabalhistas apoio para as suas demandas. De qualquer forma, o tema da reforma agrária entrava na pauta local, e teria de ser debatido na Casa canoense, ainda que houvesse uma tentativa pela Comissão de Serviços Públicos da Câmara de arquivar o projeto. A justificativa: era um tema a ser discutido no Congresso Nacional e que ainda estava em debate, devendo ser muito bem estudado para ter um posicionamento e evitar pressões: “Entendemos mais, que tal matéria deve ser muito bem estudada, a fim de que não venha acontecer o que já tem acontecido tantas vezes neste Brasil, com projetos assinados sobre pressão.”⁵⁸.

Dos membros da Comissão que produziu o parecer citado, Cirne Schmitt e Manoel Calbo se aproximavam daqueles que se opunham à reforma agrária, ao menos da forma como era apresentada pelas esquerdas e pelos movimentos sociais: o primeiro já havia declarado que “a focalizar o problema Reforma Agrária (...) à seu ver não basta o Governo dar terras aí não oferece apoio necessário.”⁵⁹ Já Calbo criticava a reforma proposta por Brizola durante o seu governo no Rio Grande do Sul:⁶⁰ para ele, não bastava distribuir terras, pois via como “errônea a maneira como se está procedendo, pois o necessário é dar-se condições para o plantio, apoio financeiro e moral aos pequenos agricultores.”⁶¹

Portanto, ambos já demonstravam não concordar com a reforma nos moldes das esquerdas, o que pode explicar a sua postura em querer arquivar o projeto. Contudo, também não pareciam dispostos a debater outras possibilidades. Nessa disputa de posições, havia mais um membro da Comissão, Antônio Soares Flores, petebista, que assinou o parecer com restrições, discordando daquela conclusão final.

Importante recordar que, desde março daquele ano, o Congresso Nacional havia iniciado discussões em torno da reforma agrária. Tratava-se de um tema caro ao governo Goulart e, na Mensagem Presidencial enviada ao Poder Legislativo, o presidente propunha um projeto nesse sentido.

Ainda que o parecer recomendasse o arquivamento, o requerimento seguiu para o plenário da Câmara canoense, onde se desenvolveu querelas entre os legisladores locais, em 10 de junho. Na defesa do projeto do colega trabalhista, Edson de Medeiros expôs suas posições sobre o tema:

Edson Medeiros, (...) manifestando-se plenamente favorável e, dizendo que não é possível continuar-se mais nesta situação, pois o País precisa urgentemente de reformas. De imediato, disse não admitir mais que o grande latifundiário permaneça inalterável, enquanto os necessitados andam precisando de terras para o cultivo e, conseqüentemente, maior possibilidade do seu próprio progresso. Finalizando, declarou que a atual estrutura social é completamente obsoleta.⁶²

A reforma, segundo Medeiros, tinha que ter o intuito de alterar as estruturas sociais do país, mexer nos privilégios e permitir o acesso às terras pelos que precisavam delas. O seu discurso era influenciado pelo programa reformista defendido por Brizola e a FMP.

A defesa de uma reforma mais radical e que tivesse maior velocidade na sua conclusão também encontrava esteio nas palavras do autor da proposta, Alcides Nascimento. Para o trabalhista, a reforma agrária “representa a vontade do povo brasileiro.”⁶³ Portanto, era urgente. Pode-se entender que, na sua perspectiva, cabia ao Congresso apenas homologar o desejo popular.

Todavia, não era esse o pensamento dos vereadores de oposição ao PTB: Manoel Calbo já havia assinado o parecer pedindo o arquivamento do projeto e manteve na discussão seu posicionamento contrário ao requerimento, enfatizando não ser contra as reformas em si:

Manoel João Calbo, (...) *era contrário não à Reforma Agrária, mas sim a solicitação desta Casa, pois não se sabe qual Reforma Agrária que deve-se apoiar tendo em vista existirem muitas.* Disse ainda o Vereador Manoel Calbo, que tinha receio que no amanhã os brasileiros sintam na própria carne os devaneios destes atuais pedidos de reforma.⁶⁴

Calbo manifestava-se, logo, não necessariamente contrário a reforma em si. Para ele, existiam muitos projetos: qual deles, então, apoiar? Mas, ao que parece, daquelas que estavam sendo discutidas, nenhuma era do seu agrado, pois as classificava como “devaneios”, e temia pelo que aconteceria caso se concretizassem. A essa altura, o projeto de Goulart já havia sido derrotado⁶⁵, e se discutiam três projetos: um proposto pela União Democrática Nacional (UDN), outro pelo

PSD e o terceiro pela ala à esquerda do PTB. Os dois primeiros não tocavam na Constituição e defendiam pagamento de indenização aos proprietários. Além do mais, aceitavam a reforma apenas em terras improdutivas. Já a proposta trabalhista era, como definia Brizola, radical: desapropriação de terras produtivas e improdutivas, sem direito a indenização dos proprietários. Para tal, era necessário alterar o artigo 141 da Constituição de 1946, que garantia o direito a indenização para os proprietários rurais. Algo inaceitável para os grupos de centro e centro-direita e mesmo para João Goulart, que necessitava do apoio do PSD no parlamento para avançar nas reformas.

Sendo assim, quando o projeto havia sido apresentado, o que se estava debatendo era o projeto governista, que tinha apoio das esquerdas. No dia da votação, os projetos já eram outros, com consideráveis modificações em relação à proposta inicial. Nesse sentido, Melton Both se posiciona também favorável à reforma, embora defendendo que ela deveria ter outro sentido que não aquele defendido por Medeiros e Nascimento: o vereador perrepista também não apresentava uma discordância veemente à ideia de reforma, mas sim à forma ela tomaria. Para ele, tinha de ser “cristã”, e entendia que o modelo como estava era economicamente melhor. O discurso também falava de que não bastaria apenas ceder terras se não houvesse incentivos para que os futuros possuidores pudessem produzir. Por fim, o anticomunismo surgiu em sua fala. Para Both, a confusão em torno das discussões interessaria aos comunistas, embora o documento não avance sobre a fala dele referente ao tema⁶⁶.

Nessa discussão, portanto, nota-se que aqueles que defendem a reforma com mais veemência — os vereadores do PTB — o fazem usando falas próximas daqueles que defendiam o “programa máximo”, isto é, o programa das esquerdas ligadas a FMP e ao brizolismo.⁶⁷ Por outro lado, os vereadores de oposição não se manifestavam contrários à ideia de reforma, mas contra o modelo proposto. Todavia, até que ponto isso significava que, de fato, pensavam em outro tipo de reforma ou era apenas um discurso externo?

Chama a atenção também o resultado da votação: 8 votos a favor do envio de ofícios às autoridades e 1 voto contra — o de Manoel Calbo. Dos 8 votos favoráveis, estavam os trabalhistas (Edson de Medeiros, Antônio Ferreira Alves, Antônio Soares Flores, Alberto Oliveira, Zolmar Santos e Alcides Nascimento),

mas também 2 vereadores de oposição ao PTB (Melton Both e Moysés Machado). Um indício de que, como citou Ferreira⁶⁸ a oposição era quanto ao *como fazer* a reforma agrária — e as outras reformas.

Em meio à tramitação do projeto de envio de ofícios a autoridades federais para acelerar a reforma agrária, a bancada do PTB propôs outro requerimento sobre o tema, que causaria novos embates na Câmara. Dessa vez, o projeto coletivo trabalhista visava enviar aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, “dizendo da posição desta Casa em favor das reformas de base.”⁶⁹ Dessa forma, forçavam os outros vereadores a posicionarem-se sobre o tema, proporcionando novas discussões. Na justificativa do projeto, os vereadores do PTB dialogavam com a tese do “programa máximo” de reformas - a que, segundo o documento, “o povo deseja e o Brasil necessita” - ao falar na necessidade da emancipação econômica do país e ao defender a reforma constitucional para fins da reforma agrária⁷⁰.

Antes da discussão e votação do requerimento, este passou pelas Comissões que avaliaram sua validade, e nelas, novamente, se manifestaram as vozes da oposição: na Comissão de Justiça, os membros — Melton Both, Moysés Machado e Antônio Flores — entendiam que o processo podia tramitar normalmente, mas não omitiam suas considerações sobre ele: afirmavam ter condições de tramitar, mas entendiam que a Câmara não devia “manifestar-se pura e simplesmente pelas Reformas de Base ou Emenda Constitucional, sem objetividade quanto ao texto das Reformas ou Emenda.”⁷¹.

Enquanto os trabalhistas pretendiam deixar evidente os seus posicionamentos e pressionar os outros vereadores a ir para o mesmo caminho, os opositores preferiam demonstrar cautela e conhecer melhor os projetos — ao menos era o que se entendia dos seus discursos. É possível que apenas quisessem atrasar o andamento e as discussões dos projetos reformistas. O parecer não teve restrições do único vereador petebista da Comissão, Antônio Flores, talvez porque o trâmite da proposta não seria interrompido, mesmo com o parecer contrário.

Flores era membro também da Comissão de Serviços Públicos, que, por sua vez tinha outros dois membros de partidos de oposição: Manoel Calbo e Cirne Schmitt. Tratava-se de uma comissão que podia opinar sobre a questão, mas sem o poder de alterar ou impedir a tramitação do projeto.⁷² Nessa ocasião,

Flores assinou com restrição o parecer, pois outra vez era uma manifestação contrária ao projeto por ele defendido:

Esta Comissão considerando todas as manifestações que há sobre reformas em nosso país e considerando que cada uma delas diverge das outras, esta Comissão com o seu cuidado na apreciação do propósito, que não salienta nenhum caminho da matéria de reforma, onde como já dizíamos existem tantas opiniões dos Poderes Públicos, achamos nós, razões suficientes para nos manifestar contrário ao propósito, por entender não ser oportuno, e por não sabermos a quem ou a que estamos aprovando.⁷³

No discurso oposicionista, aparecia novamente a cautela ou — como refere o documento — o cuidado com a apreciação do tema, pois havia muitas reformas sendo discutidas, e apoiá-las significaria não saber a qual reforma estavam se referindo. Colocavam-se como aqueles que estavam querendo pensar a melhor forma de discutir-las, enquanto os trabalhistas queriam aprová-las a qualquer custo.

Todavia, interditavam, com tal atitude, o debate, embora não se possa afirmar que propor o diálogo era uma das intenções dos vereadores do PTB: o discurso de Zolmar Machado dos Santos deixava transparecer, dias depois das discussões e com a rejeição ao projeto já consumada, que havia pressão sobre os colegas para que a Casa se posicionasse favoravelmente às reformas conforme constava na justificativa do projeto trabalhista:

(...) Vereador Zolmar Machado dos Santos, que assumindo a tribuna passou a reportar-se sobre um requerimento de sua autoria, versando sobre o apoio desta Casa às Reformas de Base. Salientou o orador que os objetivos que o levaram a apresentar dito documento, foi o de terem a oportunidade os representantes do povo de Canoas de também darem o seu apoio às Reformas tão necessárias. Continuando com a palavra, declarou (...) que os Vereadores que votaram contra o seu requerimento, evidenciaram que só pensam no povo em vésperas de eleições, e a prova destas suas afirmativas, foi o voto contrário que deram à uma Proposição de tão grande interesse para o povo brasileiro.⁷⁴

O processo fora votado dias antes e acabou rejeitado por 5 votos a 4, sen-

do necessário o voto de minerva do presidente da Casa, Dinarte Araújo (PL).⁷⁵ A votação expressou o antagonismo entre os parlamentares: além do voto de Araújo, votaram contrariamente Both (PRP), Cirne Schmitt (PL), Almerindo Silveira e Manoel Calbo (ambos do PSD). Os quatro votos favoráveis vieram da bancada trabalhista: Antônio Ferreira Alves, Antônio Flores, Alcides Nascimento e Zolmar Machado dos Santos.

Era a intenção dos adversários do PTB impedir o debate, embora, ao mesmo tempo, não negassem explicitamente a importância das reformas? Cabe lembrar que o que deixaram escrito refletia uma visão de mundo que estava em contenda na sociedade brasileira e, principalmente, nos meios políticos. Ferreira e Lavareda relembram pesquisas que demonstravam o apoio popular às reformas, mesmo entre setores mais ricos da sociedade. A intenção poderia ser fazer um discurso externo para a população, demonstrando apoio a ideia reformista, mas sem existir, de fato, uma crença nelas por parte desses políticos? Ou acreditavam, de fato, que não era necessária discutir entre os pares o tema e que seria melhor deixar ele ser discutido nas esferas mais altas, ou seja, os poderes Executivo e Legislativo nacional? São possibilidades para se compreender as atitudes e as falas dos vereadores oposicionistas.

De qualquer forma, tais projetos também expunham as preocupações dos trabalhistas locais com a população sem-terra. Como já visto, Nascimento havia proposto o requerimento pedindo aceleração do andamento da Lei da Reforma Agrária, atendendo a demanda de entidades sociais canoenses ligadas ao mundo rural. O vereador já havia defendido a reforma mais radical, para ele, a miséria era mais grave do que uma mudança constitucional: “Ainda com a palavra, passou o Vereador Alcides Nascimento a falar sobre o Artigo 141 da Constituição (...) que considerava não ser motivo de apreensão para ninguém, pois motivo de apreensão é o estado de miséria de milhares de brasileiros.”⁷⁶ Zolmar Santos também se manifestava com frequência sobre as reformas. Lembrou visita que fizera em algumas cidades do Estado e que nelas pôde notar o apoio dos agricultores à reforma agrária, segundo ele, era possível perceber o “anseio” dos agricultores pela reforma⁷⁷.

É importante relembrar aqui as origens sociais de Santos e Nascimento: ambos eram operários⁷⁸, o que os aproximava ainda mais do discurso favorável

às reformas de forma mais radical, e os colocava como representantes diretos de setores sociais que se beneficiariam de forma efetiva das possíveis mudanças na estrutura social brasileira.

No entanto, a pressão não era apenas dos trabalhistas locais: a Câmara recebia documentos e pedidos de diversas entidades, desde locais, como associações de bairros ou clubes esportivos, até nacionais, como organizações e movimentos sociais e políticos. Da mesma forma, recebia — assim como enviava — de outras Câmaras Municipais pedidos de apoios para determinados projetos.

Dessa forma que muitos grupos remetiam às Casas legislativas locais mensagens e solicitações de apoio delas às suas ideias e suas iniciativas. Foi o que ocorreu naquele ano quanto ao Movimento Nacionalista Brasileiro — Secção do Rio Grande do Sul —, que enviou o manifesto da FMP para os vereadores, buscando o suporte deles às reformas de base, assim como para adquirir aderentes para tal organização. O texto encaminhado, intitulado *Frente de Mobilização Popular*,⁷⁹ introduzia os objetivos e as razões do movimento, com o discurso de defesa das reformas, do nacionalismo e das lutas anti-imperialistas⁸⁰ não fugindo àquilo que a organização advogava e que ia ao encontro do que argumentava suas lideranças, especialmente Brizola. Por fim, fazia a convocação a aqueles que se interessassem para juntar-se à FMP⁸¹.

Junto ao documento, estavam espaços para assinaturas daqueles que pretendiam aderir ao movimento. Havia também um documento constando os objetivos e a organização da FMP no Rio Grande do Sul, bem como um documento do Movimento Nacionalista Brasileiro — secção do Rio Grande do Sul — colocando-se como intermediário entre os interessados e a FMP, bem como sugerindo como podia ser feita a organização de núcleos locais.

Nas comissões da Casa, voltaram os embates: a Comissão de Justiça dera um parecer positivo quanto ao andamento do texto, permitindo a sua discussão em plenário. No entanto, as assinaturas expressavam que a definição não havia sido consensual: apenas o relator, o trabalhista Antônio Flores assinou o documento normalmente. Os outros dois membros, Melton Both e Moysés Machado assinaram, mas escreveram ao lado das suas rubricas: “C/restrrição”.⁸² Não havia disposição de ambos em discutir os boletins. Por discordarem das reformas ou por não concordarem com o teor do texto?

O comportamento do relator na Comissão de Serviços Públicos, Manoel Calbo, talvez dê um indício de solução para essa questão: o vereador fez uso da ironia para dar um parecer contrário à discussão do manifesto no plenário: para ele, “panela que muitos mexem, não sai bem temperada”, ou seja, que se deixasse a discussão das reformas aos “verdadeiros autores e responsáveis pela causa pública nacional”. Acrescentou ainda que era favorável ao arquivamento “considerando um melhor aproveitamento do nosso precioso tempo”⁸³.

Na analogia de Calbo, o tempero possivelmente se referia às discussões em torno das reformas — uma reforma radical, como pretendiam os setores mais à esquerda, ou uma mais moderada, como Goulart buscava negociar com o Congresso Nacional e os partidos de centro como o PSD —, e cabia àqueles decidir qual o melhor modelo a seguir. Por outro lado, via o debate sobre as reformas entre os canoenses como perda de tempo, ao mencionar que havia outras questões a serem discutidas.

Aqui, torna-se relevante relembrar a trajetória profissional de Calbo: embora filiado a um partido mais conservador, ele era de origem operária, conforme relatado por Antônio Tróis Fº, ex-vereador da Casa⁸⁴. É possível que, devido a sua origem — além de, como relatado pelo próprio, ter sido pequeno agricultor — o vereador pretendesse construir um discurso de anuência com as reformas em si (ou com a melhora das condições de trabalho para pequenos agricultores ou sem-terra), mas de discordância quanto ao formato proposto. Algo que ele relatara dias depois, queixando-se do tratamento dado às suas posições pelos colegas trabalhistas, alegando que sabia do sofrimento passado pelos agricultores, pois também já havia sido um colono:

Logo após, passou o orador a dizer que ficara bastante magoado desde que fora aprovado o apoio desta Casa à Reforma Agrária, pois que havia sido criticado por ter votado contra por parte dos Vereadores Antônio Soares Flores e Alcides Nascimento. (...) disse o Vereador Manoel João Calbo que discordava do pronunciamento dos Vereadores supra aludidos naquela oportunidade, porquanto conhece Sua Senhoria bem de perto as dificuldades por que passam os Agricultores para escoamento da sua produção, e que para tanto não é necessário Reforma Agrária e, sim, bastando tão somente, boa vontade dos Governantes. (...) disse o orador das

dificuldades que Sua Senhoria igualmente já passou quando trabalhava neste setor, como também todos os colonos.⁸⁵

Todavia, Calbo não tocou, naquela fala, no problema dos sem-terra: para ele, o que se devia fazer era facilitar o trabalho dos agricultores, mas não necessariamente redistribuir as terras. Era a sua visão, diferente daquelas dos petebistas da Casa.

Havia também envio de documentos por parte de outras Câmaras Municipais, solicitando apoio das congêneres para encaminhar ofícios a autoridades estaduais e/ou federais. Sobre as reformas de base, foram encaminhados para discussão dos canoenses dois pedidos de outras Câmaras: uma da Casa legislativa de Cruz Alta — município da região noroeste do Estado rio-grandense —, em que aquela Casa solicita apoio à aprovação das Reformas de Base;⁸⁶ e outra da Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí — cidade distante 60 km da capital gaúcha, Porto Alegre —, em que os vereadores daquela localidade pedem apoio dos canoenses às palavras de João Goulart referente às Reformas.⁸⁷

Considerações finais

Enfim, pôde-se discutir aqui as diferentes visões produzidas pelos vereadores locais quanto à principal bandeira nacionalista daquele período, as reformas de base. Notou-se que, naquela Casa, havia posições fechadas por parte dos trabalhistas em relação ao programa máximo das Reformas — ou seja, mudanças radicais, que buscassem beneficiar os setores da sociedade mais afetados e que permitissem a emancipação econômica do Brasil. Por outro lado, havia grupos que se opunham, se não às reformas em si, ao menos ao modelo com o qual elas eram apresentadas. De qualquer forma, foi possível notar que os atores políticos ali postos tinham suas visões relacionadas ao tema, influenciadas não apenas pelo debate nacional, mas também pelas suas experiências pessoais e pelo intercâmbio com outros grupos políticos e sociais. Ou seja, surgiram diferentes perspectivas da radicalização política brasileira a partir dos embates locais.

- 1 FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela C., **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- 2 Revolta promovida por membros dos setores subalternos da Aeronáutica e da Marinha. Iniciou-se em 12 de setembro de 1963. Tais militares ocuparam edifícios públicos como o Ministério da Marinha e a Rádio Nacional. Várias autoridades foram presas na Base Aérea de Brasília, inclusive o então ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Victor Nunes Leal. A rebelião foi debelada no dia seguinte, 13 de setembro, e vários participantes foram presos. O motivo da revolta foi a decisão do STF de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos eleitos no pleito de 1962, conforme constava na Constituição Federal em vigor, de 1946. In: DE PAULA, Christiane J.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.
- 3 HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- 4 DOMINGOS, Charles. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: A Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.
- 5 O nacionalismo brasileiro, entendido como fenômeno histórico e, portanto, passível de alterações ao longo do tempo, passou por três fases entre 1951 e 1964: a primeira foi o nacionalismo dos anos 50, surgido nos debates entre os intelectuais do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nessa fase, começou a se desenhar a Política Externa Independente (PEI), implantada no governo de Quadros e seguida pelo governo Goulart, e o nacionalismo começou a popularizar-se a partir da campanha do “Petróleo é nosso” e da carta-testamento de Getúlio Vargas, alcançando apoio popular. A segunda fase foi o nacional-desenvolvimentismo, em que o ISEB buscou elaborar um projeto que superasse o subdesenvolvimento brasileiro através da industrialização e associação ao capital estrangeiro, mas sem renunciar à autonomia econômica nacional. A terceira foi a do nacional-reformismo. Cfe. DOMINGOS, Charles. *op. cit.*, 2010
- 6 Idem.
- 7 DELGADO, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-204.
- 8 A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi fundada no início de 1963 por diversas lideranças de esquerda do período, destacando-se Leonel Brizola. Ali estavam reunidas as entidades e movimentos sociais favoráveis às propostas nacional-reformistas. Estavam presentes estudantes, camponeses, sindicatos, subalternos militares, trabalhistas, além de partidos políticos de esquerda, como o PCB e movimentos políticos trotskistas e marxistas. A FMP também tinha posição contrária às negociações com o PSD, defendendo o lema das reformas independentemente do Congresso e das lideranças políticas conservadoras.
- 9 FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 543- 583.
- 10 REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.32-33.
- 11 FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.
- 12 Ainda que o PSB tivesse na sua origem a marca do “socialismo e liberdade”, ou seja, um partido que se via como uma alternativa de esquerda democrática, diferentemente do PCB, ao longo de sua trajetória foi se associando com as lutas nacionalistas e aliando-se aos partidos e movimentos sociais que as representavam no Brasil nos anos 50 e 60. Cf. VIEIRA, Margarida. O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 - Volume 5**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 167-196.
- 13 Edson foi o terceiro mais votado para a Câmara em 1955, com 312 votos, mas a legenda do PSB neces-

sitava somar 851 votos para adquirir uma cadeira, e conquistou 825. Ou seja, por 26 votos, Medeiros não se elegeu. Já em 1959, conforme consta em Ranincheski (1998), concorrendo pelo PTB, Edson foi o mais votado na cidade, com 1260 votos, elegendo-se. Em 1963, segundo a relação de votos das eleições daquele ano, foi alijado na escolha dos candidatos do PTB e candidatou-se novamente pelo PSB, conquistando 866 votos — o segundo mais votado —, mas foi derrotado novamente pelo cálculo do quociente eleitoral. UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC. Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. (Coord.). **História dos Nossos Prefeitos**: Sezefredo Azambuja Vieira. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2004.

14 Edson de Medeiros fundou a União Canoense dos Estudantes (UCE) nos anos 1950. Também atuou como Secretário-geral da União Estadual dos Estudantes (UEE) e presidente da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS) no ano de 1957, período em que se formou, segundo ele próprio, a “aliança operária-estudantil-camponesa”. UPHAM/AHC, Pasta Biografias, M2 - Família Medeiros, Edson de Medeiros.

15 Medeiros teve sua suplência cassada e seus direitos políticos suspensos por decreto da Presidência da República publicado no Diário Oficial da União em 7 de maio de 1964 e lida na sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 11 de maio de 1964. Junto com Medeiros, foram cassados outros 7 deputados estaduais e 11 suplentes de deputados estaduais, ligados ao PTB e a ARS. Cf. CÂNEPA, Maria Mercedes Loguerio. **Partidos e Representação Política**: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

16 MEDEIROS, Edson de. **Depoimento** (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

17 Idem.

18 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 38/63, Canoas, 01/07/1963.

19 Referia-se ao episódio do suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. A partir da leitura dos setores mais à esquerda do trabalhismo, o ato autodestrutivo do líder petebista foi com o intuito de “libertar o povo brasileiro do processo espoliativo”. Cf. FERREIRA, *op. cit.*, 2016, p. 23-52.

20 O discurso de Brizola era dicotômico: havia o “povo” — os trabalhadores, os camponeses, os estudantes, os subalternos militares, os intelectuais de esquerda etc. —, que lutava com greves e manifestações contra a espoliação estrangeira. Já os “antipovo” eram comprometidos com os grandes trustes e com o capital estrangeiro. Os antipovo era a minoria latifundiária, a grande imprensa, os poderosos, entre outros grupos ligados as classes dominantes — ou, na linguagem brizolista, “inimigos do povo”. Cf. FERREIRA, *op. cit.*, 2016, p. 23-52.

21 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 16/63, Canoas, 29/04/1963.

22 Brizola foi abandonando a atuação parlamentar para depositar sua ação em movimentos extraparlamentares ao longo do ano de 1963 e no início de 1964. A FMP foi um exemplo nesse sentido, mas também houve a tentativa de formação dos Grupos de Onze Companheiros. Cf. RIGHI, Graziane. **Leonel Brizola**: o deputado federal da Guanabara e o Golpe civil-militar (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História): UFRGS, Porto Alegre, 2015.

23 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 18/63, Canoas, 06/05/1963.

24 Elói Dutra (PTB) era jornalista e político. Foi deputado federal por Guanabara entre 1959 e 1964. Destacou-se, também, como representante do discurso nacionalista e reformista no Congresso Nacional. Em 1962, foi eleito vice-governador de Guanabara, cargo que exerceu até o golpe civil-militar de 1964. DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, *op. cit.*, 2010.

25 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 26/63, Canoas, 30/05/1963.

26 TAUFER, Paulo R. **Partido Libertador**: formação e atuação política. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

27 TORRES, Anderson V. **O Partido Libertador e a República Democrática (1945 – 1964)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

28 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil

(1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

29 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 88/61, Canoas, 06/11/1961.

30 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 88/61, Canoas, 06/11/1961.

31 MEDEIROS, Edson de. **Depoimento** (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

32 Ainda que estivessem próximos, havia desconfianças entre comunistas e trabalhistas, especialmente quanto às ações de Brizola, vistas como muito extremas pela cúpula comunista e corrosivas para o governo Goulart. Cf. BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53- 86.

33 REIS, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.338.

34 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

35 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/63, Canoas, 30/09/1963.

36 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

37 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

38 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

39 De acordo com os dados eleitorais de 1963 (UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC), Alberto Oliveira reelegeu-se vereador pelo PTB, sendo o mais votado não apenas da sigla, mas também no geral, com 980 votos. Dessa forma, confirmava-se sua migração do PRP — partido pelo qual se elegera em 1959 — para a bancada trabalhista.

40 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 97/63, Canoas, 09/12/1963.

41 A Campanha do Petróleo, conhecida como “O Petróleo é nosso”, mobilizou diversos setores da sociedade em torno da preservação e da proteção à exploração do Petróleo em solo brasileiro. O que estava em jogo, para os militantes da campanha, era a nação e a sua soberania, bem como capacidade do Estado brasileiro de se desenvolver autonomamente, sem depender do capital estrangeiro. Cf. SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583.

42 Refinaria da Petrobras localizada em Canoas. Á época, estava se iniciando a sua construção. Sua inauguração foi em 1968.

43 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 314/39/63. Caixa 45, Canoas, 09/05/1963 (grifos meus).

44 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 704/109/63. Caixa 45, Canoas, 03/10/1963.

45 DOMINGOS, *op. cit.*, 2010.

46 FIGUEIREDO, Argelina. O Brasil na encruzilhada. ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo. Editora Hedra, 2015, p. 27-42.

47 GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-82.

48 REIS, *op. cit.*, 2014, p.33.

49 FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.37-38.

50 MOTTA, *op. cit.*, 2002.

51 DOMINGOS, *op. cit.*, 2010.

- 52 FERREIRA, Jorge. O golpe faz 50 anos. In: ALONSO, Ângela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo. Editora Hedra, 2015, p. 43-70.
- 53 FERREIRA, *op. cit.*, p. 50.
- 54 REIS, *op. cit.*, 2014, p.34.
- 55 FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- 56 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 10/63, Canoas, 08/04/1963.
- 57 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 197/24/63. Caixa 45, Canoas, 08/04/1963.
- 58 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 197/24/63. Caixa 45, Canoas, 08/04/1963.
- 59 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 38/62, Canoas, 04/06/1962.
- 60 O problema fundiário passou a ser enfrentado pelo governo Brizola a partir de 1961, justamente em um contexto de politização dessa questão e pressões reformistas. A partir de 1961, o então governador gaúcho criou órgãos dedicados a tal temática, como Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), e buscou consenso e a adesão para as suas propostas de distribuição de terras junto aos atores afetados — os proprietários e os agricultores sem-terra. Todavia, o projeto reformista do estado gaúcho não alcançou o sucesso esperado, enfrentando resistências dos setores antirreformistas da sociedade e pouca adesão dos proprietários. Cf. HARRES, Marluza. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. In: **Anos 90**: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. v. 18, n° 33, julho de 2011. pp. 99-127.
- 61 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 24/62, Canoas, 30/04/1962.
- 62 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.
- 63 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.
- 64 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963. (grifos meus).
- 65 O projeto do governo previa o pagamento de indenizações pelo valor declarado do imóvel. Os valores a serem recebidos como indenização seriam baixos. A lei também previa a reforma urbana. PSD e outros partidos não aceitaram o projeto e, em maio de 1963, ele foi rejeitado na Comissão Parlamentar que o estudava por 7 votos a 4. Cf. FERREIRA; GOMES, *op. cit.*, 2014.
- 66 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.
- 67 Segundo Ferreira e Gomes, era o nome dado à proposta de reformas — especialmente a agrária — da FMP e seus aliados. Um programa mais radical e imediato. No caso da reforma agrária, defendiam “em terras produtivas e improdutivas sem nenhuma indenização ao proprietário.” FERREIRA; GOMES, *op. cit.*, 2014.
- 68 FERREIRA, *op. cit.*, 2015, p. 43-70.
- 69 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.
- 70 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.
- 71 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.
- 72 CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS, Regimento Interno da Câmara Municipal de Canoas - Rio Grande do Sul. Canoas: Escola Profissional La Salle, 1962.
- 73 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.
- 74 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 40/63, Canoas, 08/07/1963.
- 75 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 31/63, Canoas, 14/06/1963.
- 76 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 16/63, Canoas, 29/04/1963.
- 77 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 17/63, Canoas, 02/05/1963.
- 78 Manoel Calbo (PSD) também era operário, o que confirma que nem todos os trabalhadores alinhavam-se ao PTB local.
- 79 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.

- 80 Política Externa Independente, adotada pelo Brasil desde o governo Jânio Quadros e seguida por João Goulart. A PEI buscava estabelecer relações diplomáticas e comerciais tanto com os países socialistas como com os capitalistas. Sendo assim, recebia o apoio das esquerdas daquele período e não era bem-vista pelos setores mais conservadores, alinhados apenas à política norte-americana. Cf. DOMINGOS, op. cit., 2010.
- 81 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.
- 82 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.
- 83 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963. (grifos meus).
- 84 TRÓIS FILHO, Antônio Canabarro. **Prosa ligeira (quase verdade)**. Canoas, Tecnicópias, 2009, p.22.
- 85 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 34/63, Canoas, 20/06/1963.
- 86 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 647/17/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.
- 87 CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 652/19/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.



XV

CONTINUIDADES E NOVIDADES:

*o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o
“novo trabalhismo” do Partido Democrático Trabalhista (PDT)*

ALESSANDRO BATISTELLA

No presente artigo pretende-se analisar a ideologia trabalhista em dois momentos distintos: primeiramente, o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no período da experiência democrática (1945-1964); em um segundo momento, o “novo trabalhismo” do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a partir da década de 1980. Desse modo, procuraremos refletir acerca das continuidades entre o “velho” e o “novo trabalhismo” e analisar quais foram as novidades incorporadas ao trabalhismo pelo PDT.

O trabalhismo do antigo PTB

A partir de 1942, com o Estado Novo dando seus primeiros sinais de fissura¹, as vozes que clamavam pelo retorno do país ao regime democrático passaram a ecoar cada vez mais alto, pois diversos setores da sociedade – estudantes, intelectuais, empresários, comunistas, liberais, militares e até mesmo integrantes do governo – passaram a pressionar cada vez mais Getúlio Vargas pelo fim da ditadura estadonovista.

Com as relações com a cúpula militar desgastada e enfrentando pressões

internas e externas², o governo Vargas percebeu que o Estado Novo estava com os dias contados e que a volta ao regime democrático era uma questão de tempo. Procurando contar com uma nova base de apoio político – os trabalhadores –, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político, cuja entrada de Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, no Ministério do Trabalho e a contribuição de intelectuais orgânicos estadonovistas foram fundamentais.

Praticamente durante todo o período em que esteve à frente do Ministério do Trabalho (janeiro de 1942 a julho de 1945), Alexandre Marcondes Filho palestrou semanalmente no programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*, durante a *Hora do Brasil*³, onde contava a história das leis sociais no Brasil, enfatizando que até 1930 nada existia além de um Estado repressor⁴ e que a legislação social foi uma obra criada por Getúlio Vargas. Esse discurso ficou conhecido como “ideologia da outorga⁵” e já foi bastante discutido em inúmeros estudos, sobretudo acerca do movimento operário brasileiro.

Desse modo, Vargas se utilizou dos meios de comunicação e da propaganda não somente para legitimar o seu projeto político, mas também para construir a sua imagem de protetor dos trabalhadores. Alcir Lenharo observa que a imagem de Getúlio escapava da esfera do homem comum: era a combinação do lado humano – Vargas sempre sorridente, jovial, confiante – com a excepcionalidade da sua pessoa – o político capaz e reformador social⁶. Para Monica Velloso, ao se tentar uma síntese da construção da figura mítica de Vargas, observa-se essa simbiose: “de um lado a magia, a intuição, a profecia e a predestinação; de outro, prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão”⁷.

Além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma por meio das grandes festas cívicas⁸, sobretudo o 1º de Maio⁹ – oferecido especialmente aos trabalhadores e realizadas, a partir de 1939, em estádios de futebol¹⁰. Soma-se a isso o fato do governo mostrar-se receptivo à população, estabelecendo, por meio da Secretaria da Presidência da República (SPR), um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade. Na SPR, Vargas montou um aparato burocrático para responder às milhares de cartas que chegavam destinadas à sua pessoa¹¹.

Embora o governo Vargas contasse com o apoio de uma expressiva parcela

da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores urbanos, o Estado Novo dava claros sinais de esgotamento. Em outubro de 1943, um grupo de políticos e intelectuais mineiros publicou o *Manifesto dos Mineiros*¹², no qual conclamavam eleições e o retorno do país ao sistema democrático, simbolizando o início da oposição aberta contra o Estado Novo.

A partir de então, com as articulações da oposição e com a eclosão de manifestações mais veementes a favor do regime democrático, sucederam-se dois acontecimentos emblemáticos, sinalizando que o Estado Novo estava em seu epílogo: a) no final de 1944 é lançado o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes¹³ como candidato à sucessão de Vargas e começou-se a especular o nome do general Eurico Gaspar Dutra como outro candidato à sucessão; b) em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes¹⁴.

A essa altura dos acontecimentos, o fim do Estado Novo e a volta do país ao regime democrático mostravam-se inevitáveis, sobretudo em virtude do contexto internacional, caracterizado pela aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial e da derrocada dos países do Eixo – identificados como símbolos de governos autoritários e fascistas – perante os Aliados – identificados com a democracia liberal. Diante dessa situação, o governo Vargas buscou planejar e conduzir o processo de transição, denominado por Luiz Werneck Vianna como “redemocratização pelo alto”¹⁵. Para Lucília Neves Delgado, os objetivos do governo varguista eram claros: garantir a manutenção do seu poder na nova ordem institucional¹⁶.

Durante esse processo de “transição pelo alto”, o governo adotou uma série de medidas estratégicas. Primeiramente, a 28 de fevereiro de 1945, decretou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Congresso Nacional. Em seguida, no dia 18 de abril, decretou anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando inclusive os comunistas. Os grupos oposicionistas, por sua vez, viam com desconfianças tais medidas do governo, denunciando-as nos jornais como tentativas continuístas.

Posteriormente, a 28 de maio de 1945, o governo decretou a denominada Lei Agamenon (em referência a Agamenon Magalhães, ministro da Justiça da

época), que marcou as eleições para o dia 2 de dezembro, regulamentou o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da referida lei era a obrigatoriedade, pela primeira vez na história republicana, da formação de partidos de caráter nacional¹⁷. No que tange à formação dos partidos, a Lei Agamenon tinha objetivos bastante claros. Conforme Miguel Bodea, “[...] esse dispositivo visava não apenas a evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, cujas bases eram essencialmente estaduais [...]”¹⁸.

Contudo, as articulações para a formação dos partidos políticos são anteriores à Lei Agamenon. A União Democrática Nacional (UDN), oficialmente fundada em 7 de abril¹⁹ de 1945, surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, a UDN aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno das liberdades democráticas e do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista.

Maria Victoria Benevides identificou cinco grupos principais que compunham a UDN na época de sua fundação²⁰:

1. *Os grupos oligárquicos destronados em 1930*: os oligarcas mineiros liderados por Arthur Bernardes; os oligarcas paulistas liderados por Júlio Prestes; o grupo de Otávio Mangabeira na Bahia; o grupo de José Augusto no Rio Grande do Norte; o grupo de Leandro Maciel em Pernambuco; os clãs estaduais, como os Konder em Santa Catarina, os Caiados em Goiás e os Correia da Costa em Mato Grosso.
2. *Os ex-aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937*: os tenentes que se sentiram traídos, como Eduardo Gomes e Juraci Magalhães; os membros da Aliança Liberal, como os gaúchos chefiados por Borges de Medeiros e os mineiros Antonio Carlos e Virgílio de Melo Franco; os políticos marginalizados, como José Américo, Flores da Cunha e Lima Cavalcanti; os que integraram o governo no período constitucional, como Pedro Aleixo e Odilon Braga, e saíram em 1937.
3. *Os ex-integrantes do Estado Novo*: são os políticos que apoiaram o gol-

pe e tiveram cargos públicos durante a ditadura, mas romperam com Getúlio antes de 1945. Por exemplo: Osvaldo Aranha, Adhemar de Barros (ex-interventor em São Paulo) e Argemiro de Figueiredo (ex-interventor na Paraíba), entre outros.

4. *Os grupos liberais nos estados*: no Rio Grande do Sul o grupo liderado por Raul Pilla; em Minas Gerais o grupo de signatários do *Manifesto dos Mineiros*; entre outros exemplos.
5. *As esquerdas*: os políticos e intelectuais de tendência socialista, que formariam a Esquerda Democrática; os comunistas dissidentes do PCB, como Astrogildo Pereira; e integrantes do movimento estudantil, de tendências socialistas, atuantes nas Faculdades de Direito de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No entanto, como era esperado, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946²¹.

Ainda durante o ano de 1945, a UDN conviveu com novas dissidências, que resultaram na formação de outros partidos, como o Partido Libertador (PL)²², o Partido Republicano (PR)²³ e o Partido Republicano Progressista²⁴ – todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação.

Do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), “que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo”²⁵. Conforme Angela de Castro Gomes, “[...] a alternativa de criar o PSD e o PTB surgiu como uma solução pragmática, no contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN) e de uma forte esquerda organizada (o PCB) forçavam a tomada imediata de decisões políticas”²⁶.

O PSD procurou aglutinar as forças políticas tradicionais, reunindo em seus quadros integrantes da máquina administrativa do governo, os interventores

res estadonovistas, representantes das oligarquias estaduais e alguns segmentos da classe média urbana e da burguesia nacional. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida infraestrutura administrativa e clientelista nos diversos estados da federação, o que permitiu ao partido lograr êxitos eleitorais²⁷.

Em suma, o PSD era um partido conservador e clientelista, com forte penetração no meio rural e intimamente ligado à burocracia federal, que representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro. Desse modo, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do novo regime: os trabalhadores.

Embora se possa visualizar que o desejo inicial era reunir, em um único e grande partido, todas as forças políticas “do” presidente, torna-se difícil sustentar que esse desejo fosse, naquele momento, uma real possibilidade – como comprova a ausência de Marcondes Filho do conjunto de reuniões que formularam o PSD –, pois é difícil imaginar que Getúlio e os demais planejadores do processo de transição tivessem optado por uma solução partidária que preterisse ou minimizasse as tão cuidadosamente acalentadas bases sindicais²⁸.

Assim, a definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. Em outras palavras, o Partido Trabalhista Brasileiro nasceu simultaneamente ao Partido Social Democrático, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo²⁹.

O Partido Trabalhista Brasileiro, de acordo com Angela de Castro Gomes, não foi uma “invenção de última hora”; pelo contrário, ele surgiu como a coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no próprio Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho assumiu a pasta³⁰. Desse modo, fruto dos esforços do Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores, o PTB “canalizaria de forma institucional o carisma pessoal de Vargas. Acoplado a tudo que o getulismo representava: paternalismo, assistencialismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social [...]”³¹.

Provavelmente inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, o Parti-

do Trabalhista Brasileiro ancorou suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários³². Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo. Segundo Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo:

O PTB nasceu “como uma aposta no filão” do grande investimento que Vargas realizara, ao longo dos anos da administração Marcondes Filho, na formação de uma ampla base política no seio das nossas massas trabalhadoras, quer via campanha de sindicalização, quer via doutrinação [...]”³³.

Elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos. Nesse sentido, convém lembrar que alguns estudos acerca do PTB enfatizam, em maior ou menor grau, a relação do partido com os sindicatos. Assim, o tripé *Estado-partido-sindicato* formaria uma espécie de amálgama que, com intensidade variada, estaria presente no decorrer da história do partido³⁴.

No entanto, o PTB não foi criado para ser um “partido *dos* trabalhadores³⁵, mas um “partido *para* os trabalhadores”, pois também objetivava ser um anteparo ao Partido Comunista Brasileiro, que, legalizado, disputaria a simpatia (e os votos) dos assalariados urbanos³⁶.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, juntamente com o varguismo e o trabalhismo, o discurso anticomunista foi um elemento marcante nas justificativas doutrinárias e nas práticas políticas que embasaram a formação do PTB³⁷. No entanto, convém ressaltar que o anticomunismo não foi o aspecto preponderante na criação do PTB. Conforme a pesquisadora, a origem do PTB estaria relacionada a conjugação de três fatores:

- a) o primeiro diz respeito à manutenção dos poderes da ordem anterior na nova ordem;
- b) o segundo vincula-se à necessidade de preservar os segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras e ar-

ticulações de Vargas na nova ordem, evitando-se, com isso, uma possível expansão comunista junto a estes setores;

c) o terceiro, que engloba em extensão os dois primeiros, liga-se à preservação do carisma e da influência personalística de Vargas sobre os trabalhadores³⁸.

Portanto, “[...] o PTB nem foi concebido exclusivamente para ser um contrapeso à força do PCB, embora devesse funcionar como uma alternativa de esquerda a esse partido, nem foi imaginado *a posteriori*, como uma saída eleitoral ao ‘elitismo e conservadorismo’ do PSD”³⁹.

Embora o PTB tenha sido inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, no Brasil

[...] o programa do partido se sustentaria em especificidades peculiares à história política social brasileira: a defesa da legislação trabalhista e social da primeira Era Vargas; a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo, que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido. Portanto, o trabalhismo inglês seria tão só uma roupagem neutra, sem a expressão real que os fundadores do partido insistiam em dar ao PTB⁴⁰.

Dessa forma, “o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros”⁴¹.

Acerca do programa do PTB⁴², esse era composto por 30 pontos – “27 dos quais dedicados a objetivos socioeconômicos”, como bem observou Maria Celi-
na D’Araújo⁴³ –, dentre os quais se destacam:

- Manutenção da CLT e extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e assalariados das autarquias e institutos paraestatais;
- Autonomia sindical;
- Difusão de escolas públicas primárias, de frequência obrigatória, à população infantil; multiplicação dos estabelecimentos públicos de

ensino secundário e de escolas noturnas gratuitas para a alfabetização intensiva de adultos e adolescentes;

- Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, assegurando aos trabalhadores serviços médicos, farmacêuticos e dentários, garantia do recebimento do salário durante a enfermidade, proteção contra acidentes de trabalho, meios da aquisição da casa própria, entre outros;
- Proteção à maternidade e à infância;
- Planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores;
- Investimentos nas fontes de energia, nos transportes, no parque industrial brasileiro, na agricultura e no comércio;
- A limitação da riqueza (através do imposto de renda, revertendo o excesso em benefício da coletividade) e participação dos trabalhadores nos lucros;
- Extinção dos latifúndios;
- Combate aos “*trusts*” e cartéis nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião;
- Combate aos regimes totalitários;
- Defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e greve ilegal.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela luta anti-imperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. “Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: *uma trabalhista e a outra nacionalista* – que se integrariam em um objetivo: o engrandecimento da nação, personificada por Getúlio”⁴⁴.

Em suma, o programa do PTB era progressista, inclusive opondo-se a interesses de grupos poderosos, como os latifundiários, os industriais e as empresas internacionais. No entanto, nos seus anos iniciais o partido acabou deixando tais pontos do seu programa em segundo plano.

Embora as principais marcas do PTB fossem a defesa e a expansão da obra social de Vargas e o getulismo fosse predominante dentro do partido, sobretudo nos seus primeiros anos, convém lembrar que também houve outras orientações e propostas políticas que marcaram o PTB desde os seus primeiros anos. Dessa forma, Angela de Castro Gomes ressalta que: “[...] a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado ao sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo”⁴⁵.

Lucília de Almeida Neves Delgado⁴⁶ identificou, ao longo da história do PTB, três tendências principais dentro do partido:

- Os “*getulistas pragmáticos*”, conformados por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Sua hegemonia no partido data dos primeiros anos de atuação do PTB, se estendendo de 1945 até, mais ou menos, 1954. Sua principal referência foi o próprio Getúlio Vargas.
- Os “*doutrinários trabalhistas*”, que eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inscreviam em uma orientação trabalhista socializante, que propugnava uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência no partido começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas.

Os “*pragmáticos reformistas*”, que atuaram principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da tendência doutrinária. Seu principal expoente foi João Goulart.

Particularmente, defendemos que seria possível incluirmos uma quarta ten-

dência dentro do PTB: os “*reformistas radicais*”⁴⁷, grupo mais à esquerda dentro do partido e que ganhou maior evidência no final da década de 1950, com a formação do Grupo Compacto⁴⁸. Durante o governo João Goulart (1961-1964), essa tendência – liderada, sobretudo, por Leonel Brizola – adotou uma postura mais agressiva, em termos programáticos, em relação às adotadas por Jango e pelos “*pragmáticos reformistas*”, defendendo que o PTB deveria adotar um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base. Também utilizavam um forte discurso anti-imperialista, defendendo políticas nacionalistas.

Contudo, o maior ideólogo do trabalhismo no Brasil foi o advogado sul-rio-grandense Alberto Pasqualini⁴⁹, que ingressou no PTB em 1946, quando os getulistas já controlavam toda a máquina partidária. De início, teve sua atuação baseada principalmente no Rio Grande do Sul, porém, o caráter doutrinário de suas propostas levou-o a alcançar projeção nacional, passando a ser considerado o grande teórico do PTB⁵⁰.

Analizando a produção política ideológica de Pasqualini, Luiz Alberto Grijó afirma que: “[...] Pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava com seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, ‘cultura geral’ e direito”⁵¹.

Grijó verifica que a doutrina trabalhista de Pasqualini apoiava-se nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931), concebendo, assim, “o trabalhismo como profundamente humano e essencialmente cristão, de acordo com o que pregava a verdadeira doutrina social da Igreja”. Conforme o pesquisador, Pasqualini “[...] sustentava a necessidade da ‘justiça social’, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo combate ideológico, mas somente pela conversão dos ‘capitalistas’ aos princípios humanistas e cristãos do ‘solidarismo’”⁵². Dessa forma, por meio de um “capitalismo solidário”⁵³, o trabalhismo deveria enfatizar as reformas sociais como pontos prioritários, visando à eliminação da exploração do homem e da usura social.

Minoritários durante a primeira década de existência do PTB, os “*pragmáticos reformistas*” passaram a dominar o partido após a morte de Vargas⁵⁴. Dessa forma, o PTB paulatinamente deixou de ser apenas um partido getulista e fisiológico para tornar-se também um partido reformista, comprometido com o na-

cionalismo⁵⁵ e com um programa de reformas econômicas e sociais – adotando, assim, uma posição mais próxima das propostas defendidas por Pasqualini.

Angela de Castro Gomes observa que em 1954 já se percebe o PTB sendo liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas. Assim, apesar das lutas internas que agitaram o partido durante o governo Vargas, pode-se verificar que havia um eixo capaz de fazer do trabalhismo petebista um projeto nacional⁵⁶.

De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado, que enfatizou as continuidades e discontinuidades presentes na história do PTB, a continuidade se daria por meio do forte vínculo de origem com o getulismo e o fisiologismo dele decorrente, enquanto a discontinuidade seria expressa por meio de um projeto reformista, que teria adquirido vulto em meados da década de 1950. Em suma, segundo a autora, de um projeto nitidamente getulista, personalista e clientelista, o PTB teria evoluído para um projeto primordialmente reformista, mais ideológico e, conseqüentemente, menos fisiológico e personalista. Entretanto, a convivência ambígua e conflituosa entre fisiologismo e reformismo teria acarretado enormes dificuldades para o PTB, transformando-o em uma instituição paradoxal⁵⁷.

Sem dúvida, um dos marcos divisores de água dentro do partido foi a morte de Getúlio Vargas, em 1954. Até então o PTB não fora um grande partido, embora tenha se constituído em uma força política de alta significação. Contudo, após a morte de Vargas, o partido iria crescer significativamente. Mas quais foram fatores que catalisaram esse crescimento? Segundo Angela de Castro Gomes:

A partir de 1954, tornar o PTB um partido eleitoralmente bem-sucedido exigiria uma série de tarefas árduas, que podem analiticamente ser apresentadas como integrantes de duas dimensões fundamentais. A primeira era organizacional e exigia a reestruturação e a expansão da máquina do partido, com destaque para sua penetração em vários estados da federação, incluindo particularmente os municípios rurais. A segunda era de caráter ideológico, traduzindo-se pela necessidade de lutar pelo monopólio do carisma de Vargas e, ao mesmo tempo, produzir uma distinção entre getulismo e trabalhismo. Vale dizer que o PTB teria que disputar com outros partidos o controle do movimento sindical e do elei-

torado popular, reinventando um trabalhismo sem Vargas e mais adequado à temática da política brasileira dos anos 1950. Uma tarefa que, de fato, já havia começado a realizar desde que Jango assumira a presidência do partido⁵⁸.

Portanto, foi nessa segunda fase do partido, caracterizado por um trabalhismo sem Vargas e pela dispersão do seu carisma, que o PTB cresceu significativamente eleitoralmente, além de ter se tornado um partido não apenas getulista, mas também ancorado em uma doutrina trabalhista nitidamente nacionalista e reformista. Assim, o partido viveu, nessa fase, um duplo esforço: de afirmação e de renovação⁵⁹.

Segundo Angela de Castro Gomes, nessa segunda fase do partido o PTB, além de crescer eleitoralmente, também vivenciou uma acirrada disputa interna – que assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle do mais importante recurso de poder do partido: a ideologia trabalhista –, com a ascensão de novas lideranças trabalhistas (como João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, San Tiago Dantas, Lúcio Bittencourt, Roberto da Silveira, Doutel de Andrade, Almino Affonso, entre outros) que buscavam redefinir os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação, defendendo propostas nacionalistas e reformistas, que representariam um “novo e verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho e fisiológico” trabalhismo⁶⁰. Dessa forma, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o trabalhismo reformista ganhou enorme projeção no cenário político e social brasileiro ao aliar-se aos movimentos populares⁶¹ e ao PCB⁶² na defesa das bandeiras do nacionalismo e das reformas de base. Dentre as novas lideranças trabalhistas do período, ganharam maior notoriedade João Goulart e Leonel Brizola.

Contrerrâneo de Vargas e considerado o seu herdeiro político, Jango assumiu a presidência nacional do PTB em junho de 1952, com a missão de controlar as divergências entre os diferentes grupos dentro do partido. Além de costurar alianças com os comunistas nos meios sindicais, Jango também se preocupou em dar uma maior substância doutrinária ao partido⁶³.

Por sua vez, Leonel Brizola – de origem humilde e cunhado de Jango – ganhou notoriedade nacional a partir da Campanha da Legalidade, em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul. Aliás, convém ressaltar que o go-

verno Brizola ficou marcado pelo amplo investimento na educação, pela criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e por uma política desenvolvimentista, nacionalista e opositora do capital estrangeiro⁶⁴.

Dessa forma, Brizola surgiu, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como uma grande liderança popular, nacionalista e de esquerda. Durante o governo de Goulart, Brizola consolidou-se como uma das principais lideranças das esquerdas, aglutinadas na Frente de Mobilização Popular (FMP)⁶⁵, que pressionava o governo pelas reformas de base.

Jango se reaproximou de Brizola e das esquerdas no final de 1963, alarmando os setores conservadores civis e militares, que acusavam o presidente de querer levar o país para o comunismo, transformando o Brasil em uma “nova Cuba”. Dessa maneira, os conspiradores civis e militares, que inclusive contaram com o importante apoio dos Estados Unidos, passaram a articular um golpe de Estado, sobretudo a partir do “comício das reformas”, ocorrido no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Assim, no dia 31 de março teve início o golpe de Estado, que depôs João Goulart e interrompeu a experiência democrática vigente no país desde 1945 e condenando o país a uma ditadura militar que duraria mais de duas décadas. Desde então, conforme Jorge Ferreira, “os golpistas fariam do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte”⁶⁶.

Imediatamente após a consolidação do golpe de Estado, o PTB, juntamente com os demais setores progressistas, sofreu uma dura repressão, com as cassações dos direitos políticos das suas principais lideranças, dentre elas João Goulart⁶⁷ e Leonel Brizola, que se exilaram no Uruguai. Tal situação perdurou até a extinção da legenda pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, que extinguiu o pluripartidarismo e todos os partidos políticos existentes no país.

Como a ditadura pretendia criar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência dos partidos políticos e nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Desse modo, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979⁶⁸.

O PDT e o “novo trabalhismo”

No final da década de 1970, a ditadura militar foi abalada por sucessivas crises, que evidenciavam o seu esgotamento: por um lado, a grave crise econômica e o crescimento significativo da inflação e da dívida externa solapou a legitimidade do regime perante os seus principais sustentáculos políticos (as elites socioeconômicas e as classes médias), por outro lado, as manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia ganharam volume, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, empresários, profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, setores da Igreja católica e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar. Ademais, no final dos anos 1970 ocorreu a rearticulação de uma série de movimentos sociais e populares (movimento operário, estudantil, camponeses, movimento feminista, movimento negro, movimento indígena, movimentos urbanos, entre outros) que lutavam por direitos e pela redemocratização do país.

Foi neste contexto que ocorreu o evento fundador do “novo trabalhismo”: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Leonel Brizola⁶⁹.

A principal resolução desse encontro foi a *Carta de Lisboa*, um documento que sintetizaria as principais idéias do “novo trabalhismo”, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas também que pregava a volta de antigas bandeiras de luta:

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual formos proscritos. Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Formos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe.

A verdade que afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o governo do presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessas de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de 20 e 100 hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifúndios, subsidiados com recursos públicos. E teremos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais. (Grifos meus)⁷⁰.

Além da retomada das bandeiras reformista e nacionalista, na Carta de Lisboa os trabalhistas comprometiam-se:

[...] o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emana do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maioridade sejam eleitores e elegíveis.

Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve [...]. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração de renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas do custo de vida. Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores. Nosso terceiro compromisso é o de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo,

especialmente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super-prosperidade das empresas – especialmente as estrangeiras – e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas intensas multidões vivem em condições tão extremas de carência alimentar que já tem sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas⁷¹.

Contudo, um dos pontos inovadores do “novo trabalhismo” estava na atenção especial às “massas marginalizadas”, divididas em quatro categorias:

Primeiro, *o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas*, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam o 18 anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

Segundo, *o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios* que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira.

Terceiro, *o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora*; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda a sorte de vexames sempre que procura fazer valer os seus direitos.

Quarto, *o de fazer com que todos os brasileiros assumamos a causa do povo trabalhador do Norte e do Nordeste*, espoliado tanto por uma economia local obsoleta como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados às aquelas populações extremamente carentes. (Grifos meus)⁷².

Portanto, o “novo trabalhismo”, atualizado com os movimentos sociais e

populares do final dos anos 1970, comprometia-se à defesa das crianças abandonadas, dos afro-brasileiros, dos indígenas e da mulher brasileira. Este ponto, além de muito significativo, demonstra que o “novo trabalhismo” lutaria pelos interesses de outros segmentos sociais, e não apenas dos trabalhadores, explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme bem observou Ronaldo Vainfas, “embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovido-se de bandeiras marxista ou sindicalista”⁷³.

No entanto, a *Carta de Lisboa* também revela algumas permanências no que tange ao antigo trabalhismo. Além da encampação das antigas bandeiras de luta (reformas de base e nacionalismo), também há a presença do getulismo: “[...] continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria”⁷⁴.

Durante o processo de distensão política lenta, gradual e segura, a ditadura militar, em 1979, sancionou a Lei de Anistia – que também anistiou torturadores e assassinos a serviço do aparelho repressivo do Estado – e uma casuística reforma político-partidária, possibilitando o retorno ao pluripartidarismo, mas visando a fragmentar a oposição, então reunida no MDB.

De fato, ainda no início de 1979, as notícias acerca da possibilidade do retorno ao pluripartidarismo resultaram nas primeiras articulações para a reorganização do PTB, lideradas por Ivete Vargas, Doutel de Andrade (ex-deputados federais, cassados em 1969 pelo AI-5) e Leonel Brizola, então exilado em Lisboa⁷⁵.

Após a anistia, Leonel Brizola retornou ao Brasil em 6 de setembro de 1979, após 15 anos no exílio. A volta de Brizola ao país impulsionou o processo de reorganização do PTB, porém a mítica sigla (com o seu capital político e simbólico vinculado ao getulismo e ao trabalhismo) passou a ser ferrenhamente disputada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Após a aprovação da reforma político-partidária, em novembro de 1979, a disputa entre ambos foi para a esfera jurídica, se estendendo por alguns meses.

Em virtude da influência do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em 12 de maio de 1980, o TSE decidiu dar ganho de causa à Ivete

Vargas, que passou a deter o comando da histórica sigla do PTB. A partir de então, o PTB, que também recebeu a adesão do ex-presidente Jânio Quadros, buscou fazer uso sistemático do capital político e simbólico de Getúlio Vargas e transformou-se em um partido essencialmente fisiológico, distanciando-se da ideologia reformista e trabalhista. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

[...] Apesar de muitos de seus fundadores terem vindo do MDB é difícil caracterizá-lo como oposicionista, principalmente considerando o apoio do governo na disputa pelo registro da sigla PTB. O grupo coordenado pela deputada Ivete Vargas, líder da organização no primeiro momento, contou ao que tudo indica com auxílio do governo para derrotar os seguidores de Brizola na batalha jurídica pela posse do nome do partido. Em sua prática parlamentar, o novo PTB pouco se assemelhou ao antigo, a não ser na voracidade por cargos públicos⁷⁶.

Abalado com a decisão do TSE, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança trabalhista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa* e incorporou a rosa vermelha socialista estampada como símbolo do partido. Em suma, o “novo trabalhismo” do PDT fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo. Segundo João Trajano Sento-Sé:

Democracia: “o PDT era incondicionalmente comprometido com a democracia não gratuitamente, pois muitos de seus militantes sofreram perseguições e tiveram que exilar-se durante o período ditatorial”.

Nacionalismo: “uma das marcas do antigo PTB, no novo trabalhismo o nacionalismo não se restringia apenas à ordem econômica (defesa das riquezas nacionais dos espoliadores internacionais), mas também nos âmbitos cultural, social e político. Em outras palavras, tratava-se de forjar um projeto nacional que promovesse as genuínas tradições culturais do povo brasileiro, que incluísse as massas excluídas à sociedade formal e que suscitasse a integração regional, pondo fim às enormes desigualdades de todas as ordens [...]”.

Socialismo: “a associação do trabalhismo ao socialismo reafirmava o novo partido trabalhista como uma força de esquerda. Porém,

não se tratava de uma mera estratégia retórica, uma vez que havia no grupo que fundou o PDT vários egressos do PSB. Muitos trabalhistas julgavam que o trabalhismo era um socialismo à brasileira. Esse socialismo representava, em linhas gerais, um programa radical de reformas políticas, sociais e econômicas, mas sem a exclusão da propriedade privada, que seria realizado de forma democrática, e não através da revolução, diferenciando-se, assim, do regime soviético, naquele momento rejeitado por diversos setores da sociedade brasileira”⁷⁷.

A partir desse tripé (democracia, socialismo e nacionalismo), o “novo trabalhismo” passou a ser também denominado de “socialismo à brasileira” ou “socialismo moreno” – designação criada por Darcy Ribeiro durante a campanha estadual de 1982.

Entretanto, no campo das esquerdas, o PDT encontraria, a partir dos anos 1980, uma forte concorrência: o Partido dos Trabalhadores (PT), herdeiro do novo sindicalismo. Fundado em 1980, o PT, liderado e presidido pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, surgiu como o grande rival, no campo das esquerdas, do PDT e de Brizola.

Conforma lembra Ronaldo Vainfas, o PT classificaria Brizola como “populista” e o PDT como um partido arcaico, herdeiro do sindicalismo pelego do pré-1964 e chefiado por um “caudilho”, “em contraste com a modernidade que os petistas julgavam haver no PT, com sua liderança autenticamente operária, sua democracia interna, suas tendências socialistas e facções ideologicamente mais radicais”⁷⁸.

Ainda segundo Vainfas, a reação de Brizola também não foi pequena:

[...] Em seus discursos, devolvia ao PT a acusação de autoritarismo, punha em xeque a capacidade administrativa de Lula, apontava o radicalismo do programa adversário – o que, de certo modo, o fazia deslizar em uma posição de centro-esquerda. Mas a crítica mais freqüente que Brizola movia ao PT, em particular contra seu presumido purismo ético e ideológico, era a de que o PT era como “a UDN de tamancos”, fórmula que metaforizava o *denuncismo lacerdista* dos anos 1950-60 e, ao mesmo tempo, ridicularizava a imagem operária que o PT fazia de si mesmo”⁷⁹.

Contudo, com o retorno das eleições diretas aos governos estaduais em 1982, a ditadura militar, em novembro de 1981, impôs uma nova lei casuística: com o “Pacote de Novembro”, proibiu as coligações partidárias e impôs o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA, e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

Desse modo, o pleito de 1982 acabou polarizando-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, herdeiro do MDB) e o PDS. A única exceção ocorreu no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola elegendo-se governador. Entretanto, salvo esse início promissor, “entre 1982 e 1989 o PDT criou uma estrutura partidária apenas razoável” e “somente nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde se encontravam as suas bases e uma forte memória trabalhista, o partido protagonizou o cenário político”⁸⁰.

Na campanha presidencial de 1989, Brizola disputou voto a voto com Lula a chance de disputar o segundo turno com Fernando Collor de Mello. Ronaldo Vainfas lembra que o “programa de Brizola, acusado pelos petistas de reeditar o velho nacionalismo dos anos 1950 e de apegar-se à memória do ditador Vargas, no fundo não avançava muito em relação ao que pregava desde o exílio lisboeta, para não falar dos anos 1960”⁸¹. Ao final da campanha, Brizola sofreu uma dupla e dura derrota: além de perder para Lula a chance de disputar o segundo turno com Fernando Collor, assistiu ao vertiginoso crescimento do PT, enquanto o seu PDT estagnava-se.

O último alento do partido foram as eleições estaduais de 1990, “quando Brizola elegeu-se novamente governador do Rio de Janeiro, além de ter conquistado os governos do Rio Grande do Sul, com Alceu Collares, e do Espírito Santo, com Albuíno Azevedo, e eleger 49 deputados federais”⁸².

No entanto, a partir da década de 1990, iniciar-se-ia a *débâcle* do “novo trabalhismo”, do PDT e de Leonel Brizola. Conforme João Trajano Sento-Sé, a partir de 1992 se tornaram mais agudos e freqüentes, no interior do PDT,

confrontos e dissidências que se revelariam fatais ao partido⁸³. Soma-se a isso o fato do partido nunca firmar-se como um grande partido no âmbito nacional, ao contrário do seu concorrente direto, o PT, que

[...] conseguiu congregiar o chamado novo sindicalismo, diversos setores do sindicalismo urbano de classe média, setores da Igreja Católica e vários grupos de esquerda. Criado com o propósito aberto de se diferenciar das “antigas esquerdas” e do “velho trabalhismo peleguista”, o PT foi um adversário duro, que se consolidou ao longo dos anos como partido organizado, com uma militância jovem e ruidosa, capaz de se firmar, ao menos por um certo tempo, como alternativa inovadora de esquerda para a política brasileira⁸⁴.

Soma-se a isso o fato de Brizola colecionar, na década de 1990, uma sucessão de fracassos e equívocos. Conforme análise de Ronaldo Vainfas, seu segundo governo no estado do Rio de Janeiro (1990-1994) foi marcado pela má administração em quase todos os setores, exceto na educação; não apoiou, em 1992, a campanha do *impeachment* de Collor, talvez atormentado pelo “fantasma do golpe”; e colecionou derrotas eleitorais, inclusive com desempenhos pífios (na campanha presidencial de 1994, por exemplo, ficou em quinto lugar, inclusive atrás de Enéas Carneiro, do PRONA; além do quarto lugar para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2000, e do sexto lugar na disputa pelo Senado, em 2002)⁸⁵.

Por outro lado, a decadência eleitoral de Brizola também é sintomática do esgotamento do “novo trabalhismo”, que, na década de 1990, não conseguia mais a mesma mobilização de outrora. No campo das esquerdas, o “novo trabalhismo” perdeu definitivamente espaço para o PT, inclusive em estados historicamente trabalhistas, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Ademais, o projeto nacional-estatista do “novo trabalhismo” sofreu um grande revés a partir da década de 1990, com o forte avanço do neoliberalismo e da globalização.

Leonel Brizola faleceu em 2004. Passados 20 anos da sua morte, fica cada vez mais evidente que o poder mobilizador e a mística do trabalhismo foram sepultados com ele.

Considerações finais

Nos limites deste texto, procuramos analisar as continuidades e as novidades entre o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro e o “novo trabalhismo”, também conhecido como “socialismo moreno”, do PDT. Neste sentido, podemos verificar que o trabalhismo do antigo PTB caracterizava-se, em um primeiro momento, pelo carisma e personalismo de Getúlio Vargas, pela defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, e, em um segundo momento – sobretudo após a morte de Getúlio – pela defesa das bandeiras nacionalistas e reformistas.

No que tange às continuidades, o “novo trabalhismo” se manteria atrelado às principais características do “velho trabalhismo”. Acerca das novidades, o “novo trabalhismo”, atualizado com os movimentos populares e sociais do final dos anos 1970, comprometeu-se à defesa dos negros, índios e das mulheres. Ademais, o “novo trabalhismo” também inovaria no que concerne à defesa incondicional da democracia, na ampliação do nacionalismo aos âmbitos cultural, social e político (e não apenas econômico) e com um programa reformista socializante.

Notas de fim

1 Segundo José Murilo de Carvalho, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos americanos semeou a crise do Estado Novo, pois dentro do governo havia duas alas: uma simpatizante aos americanos (representado pelo agora embaixador do Brasil em Washington Osvaldo Aranha) e outra simpatizante aos alemães, representada por elementos da cúpula militar, como Dutra e Góis Monteiro, além de Filinto Müller. Dessa forma, a opção pelo lado americano representou o início da cisão entre Vargas e os militares, que até então havia o apoiado e o sustentado no poder. In: CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Ed. da FGV, 1999.

2 A pressão externa pela redemocratização do Brasil aumentava com a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos com os valores da liberal democracia.

3 A *Hora do Brasil* era irradiada entre 19 e 20 horas, momento em que todos se encontravam em suas casas. Pela informação contida no Anuário da Imprensa Brasileira, a *Hora do Brasil* não irradiava apenas os informes oficiais, mas também programas culturais. Havia épocas em que se dedicava a última meia do programa à transmissão de sucessos da música popular brasileira. In: TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 37.

4 Conforme Angela de Castro Gomes, nas cerca de 200 emissões do programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros* não houve sequer uma menção ao sindicalismo dos anos 1910 ou 1920 e às reivindicações então

encetadas. In: GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 246.

5 A “ideologia da outorga” procurou apagar a história das lutas do movimento operário durante a República Velha, apresentando as leis sociais e trabalhistas não como direitos conquistados pelos trabalhadores, mas como um presente doado pelo Estado.

6 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986, p. 193.

7 VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982, p. 97.

8 Além do 1º de Maio, havia ainda duas datas cívicas significativas durante o Estado Novo: o dia do Estado Novo (10 de novembro) e o aniversário de Vargas (19 de abril).

9 Segundo Antonio Tota (1991, p. 44), nos discursos de Getúlio durante as festividades do 1º de Maio era constante o tom emotivo, sobretudo quando se tratava da legislação trabalhista. Nesse sentido, o mito da doação e do Estado benfeitor está presente em todos os textos dos discursos e, de modo geral, a ênfase é sempre dada comparando a situação do trabalhador antes da Revolução de 1930 (In: TOTA, op. cit., p. 44). Ademais, conforme, Angela de Castro Gomes, o dia 1º de Maio, além de assumir certos contornos rituais, passou a ser aguardada pelos trabalhadores, pois geralmente havia o presente da festa, isto é, o anúncio de uma nova lei trabalhista (In: GOMES, op. cit., 2005, p. 217).

10 De 1939 a 1945, as comemorações de 1º de Maio foram realizadas no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, exceto em 1944, realizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

11 Cf. FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

12 “O Manifesto dos Mineiros, reconhecidamente, marcou o início de uma fase na qual os protestos contra o regime de Vargas assumiram forma mais organizada, e a imprensa, menos tímida, difundia o pensamento de grupos civis e militares favoráveis à implantação de um governo liberal-democrático no país” (SOUZA, 1981, p. 63).

13 Segundo Angela de Castro Gomes, foi só após a presença da candidatura de Eduardo Gomes que Vargas retomou sua preocupação com as bases organizacionais de caráter partidário. In: GOMES, op. cit., 2005, p. 278.

14 Segundo Jorge Ferreira, a entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP se afastaram das redações dos jornais, além de evidenciar que a ditadura dava sinais definitivos de cansaço. In: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 16.

15 Cf. VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicatos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

16 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 133-134.

17 Aqui não podemos deixar de mencionar uma exceção: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), único partido político de caráter nacional existente no país antes de 1945. Fundado em 1922 e com um programa partidário-ideológico bem definido, o partido, apesar da sua situação de clandestinidade, “conseguir manter, mesmo durante a ditadura do Estado Novo, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e principais cidades do país”, In: SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 7.

18 BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 14.

19 Conforme lembra Maria Victoria Benevides, a data de 7 de abril foi escolhida para rememorar o 7 de

abril de 1831 (dia da abdicação de D. Pedro I), festejada data do liberalismo brasileiro. In: BENEVIDES, Maria Victoria. *A União Democrática Nacional*. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 95.

20 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 28-32.

21 BODEA, op. cit.

22 Conservador na sua orientação política, o Partido Libertador (PL) possuía suas bases no Rio Grande do Sul, na Bahia e em outros poucos estados e seu principal expoente era o sul-rio-grandense Raul Pilla. In: FLEISCHER, David V. *Dimensões do recrutamento partidário*. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 61.

23 Também conservador na sua orientação política, o Partido Republicano (PR) tem as suas raízes nos antigos PRs da Primeira República e aglutinava os remanescentes das antigas oligarquias estaduais do pré-1930. Em nível nacional, seu líder máximo era o ex-presidente Arthur Bernardes.

24 O Partido Republicano Progressista, registrado em novembro de 1945, foi formado pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros, em fusão com o grupo de João Café Filho, do Rio Grande do Norte. Como Adhemar de Barros era visto com extrema desconfiança dentro da UDN por ser um ex-aliado de Getúlio, foi colocado à margem dentro do partido pelas lideranças udenistas de São Paulo. Assim, Adhemar optou em criar o seu próprio partido. Posteriormente, em junho de 1946, o Partido Republicano Progressista fundiu-se com outros dois pequenos partidos de origem paulista (o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional), dando origem ao Partido Social Progressista (PSP), cuja base política estava ancorada em São Paulo. Inclusive, foi pela sigla pessepista que Adhemar de Barros elegeu-se, em 1947, governador do estado de São Paulo. In: SAMPAIO, Regina. *O Partido Social Progressista em São Paulo*. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 175-176.

25 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 27-28.

26 GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 58-59.

27 DELGADO, op. cit., 2003, p. 138-139.

28 GOMES, op. cit., 2005, p. 281-282.

29 Idem.

30 GOMES, op. cit, 2007, p. 57-58.

31 DELGADO, op. cit., 1989, p. 57.

32 GOMES, op. cit., 2005, p. 283.

33 GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

34 Sobre isso, Lucília de Almeida Neves Delgado faz a seguinte observação: "Oficialismo, paternalismo, trabalhismo, sindicalismo, marcas registradas do PTB, o acompanhariam durante toda a sua trajetória. Mesmo em anos posteriores à formação do partido, quando sua linha de atuação já se pautava por propostas reformistas, percorrendo uma possível via de autonomia, o PTB não conseguiria se libertar por completo da sua dupla face: a vinculação com o Estado, através do Ministério do Trabalho, e com os sindicatos, através da estrutura sindical oficial". In: DELGADO, op. cit., 1989, p. 77-78.

35 Nesse sentido, basta lembrarmos que a grande maioria dos políticos que ingressaram no PTB não eram sindicalistas, mas advogados, empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e até mesmo bancários.

36 Lucília de Almeida Neves Delgado lembra que a estratégia de Getúlio Vargas com relação ao PCB seria habilmente desenvolvida: a curto prazo, especialmente nos primeiros meses de 1945, quando a oposição se organizava e crescia, os comunistas poderiam lhe ser muito úteis – como, de fato, foram na campanha

queremista. Já a médio e longo prazo, a situação tornar-se-ia diferente: Getúlio, que sempre se manifestara contrário à teoria marxista, e que sempre pregara e procurara criar condições para se gerar um “*processo de colaboração entre as classes sociais*”, desprezaria o apoio do PCB, agora concorrente do PTB junto aos segmentos assalariados urbanos (In: DELGADO, op. cit., 1989, p. 42). Ademais, também não podemos esquecer que o PTB foi um dos responsáveis pelo processo de cassação do PCB em 1947. In: D’ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 47-51.

37 DELGADO, op. cit., 1989, p. 45.

38 DELGADO, op. cit., 1989, p. 33.

39 GOMES, op. cit., 2007, p. 59.

40 DELGADO, op. cit., 1989, p. 78.

41 Ibidem, p. 47.

42 Cf. Programa do PTB em: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis do seu programa**. 2. ed. Brasília: UnB, 1985, p. 449-466.

43 D ARAÚJO, op. cit., p. 28.

44 DELGADO, op. cit., 1989, p. 55.

45 GOMES, op. cit., 2007, p. 65.

46 Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 177-178.

47 Cf. BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 44-45.

48 O Grupo Compacto defendia que o PTB deveria adotar um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base. Articulado em 1958, o Grupo Compacto atuou no interior do partido, levando-o a adotar posições mais radicais e estimulando-o a aliar-se com outros partidos e políticos de esquerda. O Grupo Compacto teve em Almino Affonso (PTB-RJ), Luiz Fernando Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Fernando Santana (PTB-BA), Armando Temperani Pereira (PTB-RS), Clidenor Freitas (PTB-PI) e Doutel de Andrade (PTB-RJ) seus principais organizadores. In: DELGADO, op. cit., 1989, p. 205-206.

49 Segundo Luiz Alberto Grijó, em 1945 Pasqualini centralizava, no Rio Grande do Sul, a União Social Brasileira (USB), um movimento político-ideológico de oposição ao Estado Novo, embora também se posicionasse em favor da legislação trabalhista e das obras sociais implementadas pelo governo Vargas. Após a queda do Estado Novo, a USB entra em negociação com o PTB e, em 1946, é integrada ao partido. In: GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 90.

50 Luiz Alberto Grijó lembra que Alberto Pasqualini era tido como “um dos poucos membros do PTB que se dedicaram a elaborar e a difundir princípios fundamentados em disciplinas como a filosofia, história, sociologia e mesmo a teologia que sustentassem linhas de ação coerentes para os seus militantes e simpatizantes”. In: Ibidem, p. 85.

51 Ibidem, p. 94-95.

52 Ibidem, p. 95-96.

53 Conforme Luiz Alberto Grijó, “o tipo de capitalismo pregado por Pasqualini deveria ser um ‘meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo’, um ‘sistema no qual as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha em conta o esforço e a cooperação’”. In: Ibidem, p. 96.

54 Angela de Castro Gomes relata que em 1954 já se percebe o PTB, liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas. In: GOMES, op. cit., 2007, p. 71.

55 Conforme Maria Celina D’Araújo: “[...] O mérito do PTB [...] resultou de sua capacidade de acompa-

nhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses “imperialistas” da América do Norte. Nesse diagnóstico, que definia o inimigo a ser combatido, havia uma aprovação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes”. In: D’ARAÚJO, op. cit., p. 121-122.

56 GOMES, op. cit., 2007, p. 71.

57 Cf. DELGADO, op. cit., 1989.

58 GOMES, op. cit., 2007, p. 74.

59 Ibidem, p. 74-75.

60 Ibidem, p. 75.

61 O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcados pela ascensão dos movimentos populares, tanto nos campos quanto nas cidades, que ganharam grande notoriedade. Dentre esses movimentos, ganharam maior visibilidade as Ligas Camponesas e o movimento sindical, sobretudo por meio da CGT.

62 Convém observar que o PTB, ao trilhar pela via do reformismo, distanciou-se, gradativamente, “de dois dos seus mais claros propósitos e objetivos, quando de sua formação; a ação preventiva à expansão do PCB e o reforço da mística e poder de Getúlio”. In: DELGADO, op. cit., 1989, p. 156.

63 Cf. D’ARAÚJO, op. cit.

64 Segundo Miriam Diehl Ruas, “o encaminhamento dado durante seu governo para os problemas sociais, políticos e econômicos enquadra-se quase que perfeitamente no ideário trabalhista. Em todos os seus grandes empreendimentos visualizava o homem (educação, reforma agrária) ou o Estado a serviço da coletividade (encampações)”. In: RUAS, Miriam Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)**. Porto Alegre: Fabris, 1986, p. 132.

65 A FMP era uma frente suprapartidária que reunia os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha). Mais detalhes, ver: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

66 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 376.

67 João Goulart, então exilado na Argentina, faleceu em 6 de dezembro de 1976.

68 Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

69 Conforme Ronaldo Vainfas, em Lisboa, exilado desde 1978, Brizola “estreitou contatos com Mário Soares (líder do Partido Socialista Português e primeiro-ministro do país) e Willy Brandt, expoentes da Internacional Socialista, da qual se tornou membro, abraçando a idéia do ‘socialismo democrático’” – o que foi decisivo para a renovação do trabalhismo. Segundo João Trajano Sento-Sé (2007, p. 435), “a aproximação de Brizola da Internacional Socialista fazia parte de um esforço dele e de alguns jovens brasileiros exilados para aproximar o que seria o novo trabalhismo das correntes mais avançadas da esquerda européia”. In: VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 492.

70 Carta de Lisboa. In: CHACON, op. cit, p. 689.

71 Carta de Lisboa. In: Ibidem, p. 670.

- 72 Carta de Lisboa. In: *Ibidem*, p. 671.
- 73 VAINFAS, op. cit., p. 493.
- 74 Carta de Lisboa. In: CHACON, op. cit, p. 672.
- 75 BATISTELLA, Alessandro. **A ditadura militar e o bipartidarismo**: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982). Curitiba: CRV, 2019, p. 305.
- 76 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 108-109.
- 77 SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 440-442.
- 78 VAINFAS, op. cit., p. 495.
- 79 *Ibidem*, p. 496.
- 80 SENTO-SÉ, op. cit., p. 445.
- 81 VAINFAS, op. cit., p. 498-499.
- 82 SENTO-SÉ, op. cit., p. 445.
- 83 *Ibidem*, p. 446.
- 84 *Ibidem*, p. 447.
- 85 VAINFAS, op. cit., p. 499-500.

XVI

UM CONCEITO NA BUSCA DE UM BRASIL:

crítica ao “autoritarismo”

DIORGE ALCENO KONRAD

No *Dicionário de política*, organizado por Norberto Bobbio, Mário Stoppino inicia o verbete autoritarismo, definindo o conceito de autoritário como um adjetivo, enquanto o “autoritarismo” seria um substantivo, de onde derivaria “a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas”.¹

Neste capítulo, sem desmerecer a substantivação ou a adjetivação do conceito, entretanto, interessa mais procurar entender como o mesmo se tornou um sujeito histórico estruturante da política e da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais até a atualidade.

Para realizar este intento, é necessário a revisitação de alguns clássicos do pensamento político brasileiro, para, enfim, construir a crítica necessária a um tipo de abordagem que tem no conceito, a explicação generalizante, portanto a história do processo político brasileiro.

Buscando o conceito e a concepção em algumas interpretações sobre o Brasil

O conceito de autoritarismo na literatura, bem demonstrou Stoppino, se apresenta para os sistemas políticos, ou os “regimes”, os quais “privilegiam a au-

toridade governamental, concentrando o poder em uma só pessoa ou em um só órgão, ficando em posição secundárias as instituições representativas”, com inspiração de uma “filosofia autoritária da ordem”, de inspiração hobbesiana, caracterizada por “uma ideologia autoritária que defende a desigualdade entre os homens”, e na qual “a ordem ocupa todos o espectro dos valores políticos”.²

O cientista político italiano avança no verbete, a partir do que chamou de trina contrarrevolucionária, elencando o que chama de “ideologias autoritárias”, a partir de alguns pensadores. O primeiro deles, foi o conde Joseph-Marie Maistre (Saboia – França, 1753-1821), ao defender que “o homem deve ser educado nos dogmas e na fé e não no exercício ilusório da razão”, segundo Stoppino, contrapondo tradição ao Progresso; O Segundo Deles Seria o Visconde de Bonald (Milau - França, 1754-1840), insistindo que “o poder do rei, absoluto e independente dos homens, é a causa, os seus ministros (a nobreza), que executam a vontade dele, são os meios, a sociedade dos súditos, que obedece, é o efeito”; o terceiro, Juan Donosos Cortés (Valle de la Serena, Badajoz – Espanha, 1809-1853), argumentava que “frente ao desenvolvimento decisivo do liberalismo e da democracia e ao crescimento incipiente do socialismo (...) na raiz de todas estas correntes [havia] um pecado contra Deus e uma nostalgia satânica pelo caos (...) prevendo que a monarquia não seria mais suficiente para restaurar a ordem”, o que poderia “dar vida a uma ditadura política”; em seguida, Stoppiño elenca François René de La Tour du Pin (militar francês, 1834-1925, que fundou com Alberto de Mun, em 1871m a obra dos círculos operários), quem “contrapõe aos sindicatos socialistas uma reativação das corporações da Idade Média cristã (...) esconjurando a luta de classes (...); em quinto, aparece Heinrich Treischke (historiador e político alemão, 1934-1896, cujas doutrinas influenciaram o Império alemão até a Primeira Guerra Mundial), ao pretender que “o Estado é força, tanto para dentro como para fora, e o primeiro dever dos súditos é a obediência”; por último, o autor indica Charles Maurras (1969-1952, oriundo de Bouches-du-Rhône, um departamento da França, localizado na região de Provença – Alpes – Costa Azul), o qual defendeu que “uma das pilstras fundamentais da ordem” era o exército pelo qual ele nutriria “um verdadeiro culto”, assim como a Igreja Católica, “entendida não em sua mensagem cristã, mas como uma instituição de ordem e hierarquia”.³

Para Mário Stoppino, quando se trata do conceito de “personalidade autoritária”, mesmo que Erich Fromm tenha anunciado seu princípios em *Fuga da liberdade* (1941), ao descrever o “caráter autoritário”, o destaque deve ser dado para Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (Frankfurt amMain – Alemanha, filósofo e sociólogo, 1903-1969), especialmente para sua obra coletiva em que ele se inseriu, *A personalidade autoritária* (1950), ao se preocupar com o “autoritarismo de tipo fascista”, ao descrever um indivíduo “potencialmente fascista cuja estrutura da personalidade é tal que o torna particularmente sensível à propaganda antidemocrática”, caracterizada por uma ideologia de “conservadorismo político-econômico, por uma visão etnocêntrica e, mais em geral, por uma estrutura autoritária de personalidade”.⁴

Esta perspectiva de interpretação adorniana, foi desenvolvida recentemente em por Paulo Rogério da Silva. Mesmo que o tema de sua tese de doutorado seja paralelo ao que estamos tratando aqui, o autor indica alguns traços importantes da “personalidade autoritária”, a partir da edição estadunidense de *The authoritarian personality* (1969). Segundo Silva, a partir dos resultados da conhecida Escala do Fascismo e da análise das disposições inconscientes do perfil potencialmente fascista, Adorno et al “apresentaram onze tipos psicológicos que estariam mais afeitos ou não ao discurso antidemocrático”, sendo “seis deles com alta tendência antidemocrática (ressentido superficial, convencional, autoritário, rebelde psicopata, maníaco e manipulador)”, enquanto outros “cinco com baixa tendência antidemocrática (rígido, contestador, impulsivo, pacato e liberal genuíno)”. A identificação de tipos ou padrões da personalidade mais propensos ao fascismo, preocupação também levantada por Stoppino, ao estudar o verbete referenciado acima, segundo Silva, “apresentou-se como uma opção metodológica fundamental, especialmente por dois motivos”, sendo que aqui daremos destaque a um deles: a necessidade de se “compreender porque determinadas ideias totalitaristas e autoritárias surgem e se desenvolvem de maneira constante em sociedades ou grupos” até “declaradamente liberais”.⁵

Segundo Mário Stoppino, outro pensador fundamental para que se possa entender a temática da “personalidade autoritária” é Juan José Linz de Gracia (Alemanha, 1926-2013), autor de *Regimes totalitários e autoritários* (1975). Para Juan Linz, os “regimes autoritários” seriam “sistemas políticos com um plura-

lismo político limitado (...) sem uma ideologia elaborada e propulsiva (...) sem uma mobilização política intensa ou vasta”.

De acordo com Lúcia Avelar, Juan Linz, nos anos 1970, escreveu um artigo sobre o Brasil, analisando o “autoritarismo” que se instalara em 1964, concluindo que, “dentro das condições políticas e sociais do país, o regime não teria condições de institucionalizar-se”. Segundo Avelar, o general Golbery do Couto e Silva leu o artigo, grifando-o e se convencendo de seus argumentos.⁶ Para a cientista política, a produção de Linz sobre autoritarismo, transições dos regimes autoritários, transições para a democracia e regimes políticos, inicia-se como artigo publicado em 1964, “Anauthoritarian regime: the case of Spain”, o qual teria se tornado “a chave para o entendimento dos regimes que não se enquadravam nos chamados totalitarismos e muito menos nas democracias”. Passando por Getúlio Dornelles Vargas e Antônio de Oliveira Salazar, estudando Brasil e de Portugal, estes países seriam “exemplos dos *regimes autoritários*”, assim concebendo uma “teoria dos *regimes autoritários*”.⁷ Nesta “teoria”, segundo Avelar, Linz definiu o “regime autoritário” como aquele pertencente aos

sistemas políticos de pluralismo limitado, não responsável, sem uma ideologia, mas com uma mentalidade peculiar, carentes de mobilização política intensa ou extensa, exercendo o poder dentro de limites formalmente mal definidos mas bastante previsíveis, cujos líderes não necessitam de qualidades carismáticas mas combinam elementos de *autoridade carismática*, legal e tradicional. Assim, nesses regimes, o pluralismo é caracterizado pela diferença entre mentalidades e ideologias, pela apatia e a despolitização como meios de reduzir a tensão na sociedade, o que contrastaria com o ativismo dos sistemas totalitários.⁸

Linz, ainda segundo Avelar, assim, daria “uma interpretação peculiar ao partido autoritário, com ênfase na relação entre partido e exército, estudando as formas de controle social e a posição dos militares”.⁹ Para Lúcia Avelar, aqui estariam as bases para seu artigo sobre o nosso país, “*The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime; The case of Brazil*”, de 1973, em uma coletânea organizada futuro parceiro de uma série de trabalhos, Alfred Stepan, sendo que, dois desses artigos foram publicados no Brasil

(“Regimes autoritários”, organizado por Guillermo O’Donnell, Eric Hobsbawm e Juan Linz), e uma coletânea que recebeu esse mesmo título e foi organizada por Paulo Sérgio Pinheiro, em 1979.¹⁰

Especificamente na obra organizada por Paulo Sérgio Pinheiro, Juan Linz começa reforçando seu argumento tradicional de 1964, na primeira parte de sua intervenção sobre os “regimes autoritários” e amplia nas outras partes (com destaque para “O problema de uma tipologia de regimes autoritários”, “Ao encontro de uma tipologia dos regimes autoritários”. “Regimes autoritários burocrático-militares” e “Digressão sobre a intervenção militar na política”) o que entende por tal interpretação, procurando estabelecer “tipos ideais” destes regimes e articulando a sua concepção de autoritarismo conectada com o Estado e suas instituições políticas.¹¹

Para Paulo Sérgio Pinheiro, organizador do clássico *O Estado autoritário e os movimentos populares*, com outra percepção teórica esta Guillermo O’Donnell, o qual defendia que “esse autoritarismo estava na sociedade”¹², enquanto o termo “burocrático-autoritário”, para o autor BA, servia para sugerir “algumas das características utilizáveis para delimitar um tipo de Estado que se fecha aos setores populares e seus aliados.”¹³

Em Alfred Stepan, o adjetivo autoritário e o substantivo autoritarismo são usados em profusão, sobretudo quando procura entender o que chamou de “regime militar”. Por exemplo, em *Os militares: da Abertura à Nova República* (1984), ao separar as arenas da “sociedade civil” e da “sociedade política”, referindo-se ao Brasil pós-1964, particularmente sobre o final dos anos 1970, argumenta que ali tivemos um período em que houve uma “brusca separação entre essas duas arenas da oposição”, fazendo com que várias vezes os militares – vistos pelo autor como parte do aparelho estatal autoritário - alterassem “as regras do jogo da sociedade política”, numa fase histórica em que “a sociedade civil quase nunca veio em defesa da sociedade política”, o que fazia com que “os estrategistas do regime” estivessem “compreensivelmente felizes com esse padrão de comportamento que sustentava mais a *liberalização* do que a *democratização*”. Para o cientista político, a distinção *liberalização* (sociedade civil) x *democratização* (sociedade política) é fundamental “num contexto autoritário”.¹⁴

Alfred Stepan lembra, ao tratar do “novo profissionalismo” da segurança

interna e do “desenvolvimento nacional”, que este aspecto do “regime autoritário de 1964-85” já fora tratado no seu capítulo “The nem professionalism of internal warfare and military role expansion”, presente no livro organizado por ele, *Authoritarianism Brasil: origins, policies and future*, de 1973. Na sua visão tradicional, desenvolvida em *Os militares: da Abertura à Nova República*, Stepan novamente vai procurar defender – sobre o Brasil do ditador Ernesto Geisel em diante - que “a principal causa da distensão foram as contradições do próprio aparelho estatal”¹⁵, resultando que o Brasil tenha se tornado “a única burocracia-autoritária em que alguns dos principais generais do regime (tais como Geisel) mantiveram um grau de prestígio significativo em amplos redutos da sociedade civil”.¹⁶

Simon Schwartzman, em *Bases do autoritarismo brasileiro* Bases (1982), faz um reexame de outra obra sua, *São Paulo e o Estado Nacional* (1975). No *Bases*, escrito nos estertores da Ditadura pós-1964, ainda na apresentação, assevera: “poucos se surpreenderiam hoje de que o Brasil é um país de longa tradição autoritária”.¹⁷ Antes disso, no Prefácio à Terceira Edição, o sociólogo já havia dito que seu livro parecia confirmar que “a temática do autoritarismo brasileiro não é um simples fenômeno passageiro, mas tem raízes profundas e implicações que não se desfazem por meros rearranjos institucionais”. Para Schwartzman, uma das teses centrais de sua obra é de que “o Brasil herdou um sistema político que não funciona como ‘representante’ ou ‘agente’ de grupos ou classes sociais determinados”. Diferente disso, nosso país supostamente teria “uma dinâmica própria e independente, que só pode ser entendida se examinarmos a história da formação do Estado brasileiro”, a qual seria “incompreensível dentro de uma visão de corte marxista ou economicista convencional que tende a interpretar tudo o que ocorre em uma sociedade em termos de sua divisão de classes”. Em contraposição, o autor indica que esta “tese” somente poderia ser “mais inteligível em uma perspectiva weberiana, que distingue e trata de maneira diferenciada os sistemas de classe, os sistemas de dominação política e os sistemas de privilégio social e *status* em uma sociedade”. A partir desta perspectiva teórica, eis que o sociólogo indica o caminho a ser seguido:

É pela perspectiva weberiana que podemos ver que o Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimen-

são neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma “sociedade civil” (classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza etc.) *fraca e pouco articulada*. (...) O que se trata é de entender os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, que no Brasil tem se caracterizado, através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, e *uma sociedade acovardada* (...).¹⁸

Nas páginas seguintes, aparecem outros “sujeitos históricos” na interpretação de Simon Schwartzman, a “cooptação” e a “exclusão”. No caso da primeira, ela supostamente tem feito com que o Estado neopatrimonial impeça a representação de setores da sociedade junto ao poder público a “todo tipo de setores sociais”, mas quando estes encontram as “vias de acesso” isso se dá por “privilegios controlados pelo Estado”, nas quais as “lideranças mais ativas são cooptadas pelo sistema político, e colocadas a seu serviço”. Como exemplos, justamente aparece para o autor os dois períodos “autoritários” da República, ou seja, o Estado Novo, que tratou “de organizar e cooptar o operariado urbano”, excluindo “o campesinato de qualquer forma de acesso a seus benefícios”, num flagrante “processo de modernização conservadora que tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro”, enquanto o “regime pós-64” igualmente procurou “excluir os trabalhadores urbanos e os intelectuais”, assim como “as populações das grandes cidades de uma influência mais significativa na vida política”.¹⁹

Como síntese, este prefácio arremata o que é se tornará o centro do argumento do autor em toda a obra:

A conclusão geral de tudo o que foi dito até aqui é que o autoritarismo brasileiro, cujas bases se erguem a partir da própria formação inicial do Brasil como colônia portuguesa, e que evolui e se transforma ao longo de nossa história, não constitui em um traço congênito e insuperável de nossa nacionalidade, mas é certamente um condicionante poderoso em relação a nosso presente e futuro como país. A complexidade das questões envolvidas nesta discussão deve ser suficiente para deixar claro que, na realidade, o termo “autoritarismo” é pouco mais do que uma expressão de conveni-

ência que utilizamos para nos referir a uma história cheia de contradições e contraexemplos, onde, no entanto, um certo padrão parece predominar: o de *um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente*, ligado simbioticamente a *uma sociedade debilitada, dependente e alienada*. E da superação deste padrão histórico e de suas consequências que depende nosso futuro.²⁰

Uma obra importante, reunindo historiadores e cientistas sociais, organizada por José Luiz Werneck da Silva, foi *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo* (1991). Nesta “revisão”, em seu primeiro volume, o “autoritarismo” (assim como o “totalitarismo” e o “fascismo”) aparece como questão a ser problematizada teórica e historiograficamente. Ainda na introdução e retomando Mário Stoppino, mas avançando para o verbete “autoritarismo” (presente no *Dicionário de Ciências Sociais*, editado pela Fundação Getúlio Vargas em 1986), Werneck da Silva traz a advertência de S. Andreski sobre a polissemia do conceito, podendo ser visto de três maneiras distintas: no sentido psicológico (manifesto pelo despotismo no *caráter autoritário* dos governantes, assim como na obediência fervorosa dos governados); no sentido administrativo (expressos tanto na confiança a ordens auto justificáveis, ameaças à punição e aversão à consulta e à persuasão, presentes nos *procedimentos autoritários*) e; no sentido ideológico (quando se refere à *ideologia autoritária*, a qual justificaria tanto o *caráter* como os *procedimentos*).²¹

A preocupação de Werneck da Silva, em sua introdução, passa pela amnésia da memória social, argumentando que não interessou à Nova República “lembrar de 37”, a fim de que não se expressasse nela a “sobrevivência do entulho autoritário do Estado Novo no entulho autoritário que vinha dos Governos Militares”, referindo-se ao que ficou dos “traumas autoritários” no “imaginário político brasileiro” de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985.²² Contudo, é nesta mesma introdução que o autor já adianta a sua conceituação sobre o Estado Novo:

Alinhamo-nos (...) dentre aqueles que (...) situam o Estado Novo brasileiro, não obstante o seu visceral antiesquerdismo e a despeito de alguns “adornos fascistas”, muito mais próximo aos autoritarismos latino-americanos coevos, populistas e nacionalistas, do que ao totalitarismo fascista italiano ou ao “autoritarismo moderno”

português, assim como a quaisquer outras experiências autoritárias ocorridas na Europa capitalista de então, como o nacional-socialismo alemão ou o falangismo espanhol.²³

Por outro caminho, mas em linha parecida com Werneck da Silva, em *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, no capítulo “historiografia do Estado Novo: visões regionais, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, escrevendo sobre a produção do passado e a sacralização dos fatos e personagens, defende que ela, “se acentua sobremaneira em períodos autoritários”, defendendo que “é próprio do pensamento autoritário reprimir a análise e a crítica e estabelecer o seu próprio viés interpretativo da realidade”. Disto isso, para Pesavento, “o Estado Novo foi um período típico desta forma de pensar autoritário que intentou fabricar uma determinada ideia de nação, de Estado, de povo e de progresso para o país”.²⁴

A tradição de pensar o Estado Novo como um Estado autoritário também está presente na interpretação de René Gertz, em seu capítulo “Estado Novo: um inventário historiográfico”, igualmente publicado no primeiro volume de *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Na epígrafe de seu capítulo, uma característica presente nas outras partes da obra, o historiador rio-grandense afirma que “o Estado novo dizia-se a coroação ou a concretização dos ideais da revolução de 1930”, situação que fez com que vários historiadores se sentissem forçados a “admitir que isto é verdade”, enquanto, também o Estado Novo “afirmava ser autoritário, mas não fascista ou totalitário”, posição que fez com que analistas modernos admitissem “que isto é verdade”.²⁵ Na sequência, corretamente, Gertz reivindica Juan Linz, “quem cunhou o conceito de ‘regime autoritário’ (...) e o aplicou, entre outros, também ao Estado Novo, pela presença de um pluralismo limitado, pela ausência de uma ideologia elaborada e pela ausência de mobilização intensiva e permanente”.²⁶

Em sua dissertação de mestrado *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul* (1994), a historiadora Glaucia Vieira Ramos Konrad procurou enfrentar o debate sobre o caráter do Estado Novo. No subitem “O Estado no Estado Novo”, presente no seu primeiro capítulo “Estado, cultura e política cultural”, depois de dialogar com vários historiadores e cientistas sociais, a autora

defende “que uma conceituação mais aproximada do que representou o caráter do Estado Novo é defini-lo como um Estado autoritário de características fascistas, especificamente brasileiras”, tendo sido “regido por uma Constituição autoritária e de inspiração fascista”.²⁷

Em sua dissertação de mestrado, *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937-1945)*, Glaucia Vieira Ramos Konrad dialogou e divergiu de alguns autores, como já adiantamos na parte anterior deste capítulo, conceituando o Estado Novo como “autoritário de características fascistas”, indo ao encontro de uma conceituação presente em Theodor Adorno, mesmo que este não esteja presente em sua obra.

O primeiro autor que Konrad destaca e que referenciou-se a primeiro dos períodos que interessam aqui, foi Kenneth Erickson, o qual se inspira em Juán Linz, a fim de defender que o “regime” está entre os exemplos de “regimes autoritários”, composto por um “Estado autoritário”, que se caracterizam por pluralismo político limitado, sem ideologia elaborada e normativa, sem mobilização intensiva ou extensiva e onde um líder exerce o poder dentro de limites mal definidos, mas previsíveis, sendo diferenciados de um modelo fascista.²⁸

A historiadora também cita Sandra Pesavento, já arrolada acima, destacando a sua interpretação de que o Estado Novo expressou um período típicos de exercício de “pensar autoritário” e que se realizou através de um “viés autoritário”.²⁹

Outro autor que aparece na dissertação de Konrad é Daniel Pécaulte sua obra *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, o qual estudou a relação entre os intelectuais e a política, defendendo que o Estado Novo, apresentou vários “ideólogos do autoritarismo”, os quais ocuparam cargos no Estado, servindo à política oficial, lutando para impor temas nacionais.³⁰

Osvaldo Ferreira de Melo, autor de *Reflexões para uma política cultural*, também aparece na dissertação de Konrad expressando a sua proposição de que todo “governo autoritário” vem acompanhado de um séquito de agentes “anticulturais” cujos instrumentos de ação são a censura ideológica, a expulsão de intelectuais e a propaganda ostensiva para buscar o consenso. Para a historiadora, o problema deste tipo de interpretação é que ela “não consegue captar a dinâmica de um poder como o Estado Novo que cria a ideia de ‘cultura nacional’ a fim de

lhe dar consistência e credibilidade diante daqueles que quer convencer”, e, por isso “organiza também sua política cultural, justamente para distorcer o conteúdo de sua dominação”.³¹ Konrad afirma que o mesmo se deu com a Ditadura pós-1964, alicerçando-se em uma passagem do artigo “O Estado e organização da cultura” (1978), de Octávio Ianni, no qual o sociólogo procura mostrar que naquele período a política cultural buscava “apoiar, incentivar a produção, a circulação e o consumo de artesanato, folclore, literatura, teatro, cinema, música, dança, artes plásticas, patrimônio científico e patrimônio histórico”, buscando desenvolver uma “cultura nacional”, uma “cultura brasileira”, uma “memória nacional”, um “homem brasileiro” e os “valores culturais brasileiros”, através de “formulações correntes nos discursos dos governantes ou seus porta-vozes”.³²

Na relação entre o Estado e a política cultural, outro autor importante que aparece no estudo de Konrad é Renato Ortiz, através de seu *Cultura brasileira e identidade nacional* (1986), segundo o qual quando se aborda os períodos de 1937 a 1945 ou 1964 a 1985, esclarece que o que define sua política uma “visão autoritária” desdobrada no plano da cultura pela censura e pelo incentivo de determinadas ações culturais”.³³

A filósofa política Marilena Chauí, na ocasião da publicação da obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000)³⁴, em que aborda o que conceitua de “cultura senhorial”, tratando da relação de mando-obediência nas relações públicas e privadas, das estruturas históricas fundadoras de desigualdade e da acumulação de capital e a privatização do público, no contexto das lembranças dos 500 anos da conquista portuguesa, afirmou que nada deveria ser comemorado, em função da persistência do autoritarismo mesmo sob regime democrático. Coroando outros artigos e livros de interpretação sobre o Brasil, em determinada passagem de *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*, também presente em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, Chauí é enfática: “temos o hábito de supor que o *autoritarismo* é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é *autoritária* e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político”.³⁵

Segundo o também filósofo Hans Magno Alves Ramos, no artigo “Autoritarismo brasileiro e violência na filosofia de Marilena Chauí”, em sua interpreta-

ção da realidade brasileira, “defrontamo-nos com um país autoritário e violento, que, no entanto, disfarça-se bem de pacífico e de ter relações cordiais”. Assim, para o autor,

Parte do pensamento de Chauí é de desmonte desse disfarce, revelando o autoritarismo social brasileiro como estrutura de violência. Aqui, destacamos três pontos do nosso autoritarismo social que se encontram entrelaçados: a matriz histórica, colonial e patriarcal, que impôs a verticalização da sociedade a partir do senhor proprietário de terras em detrimento de pessoas escravizadas e do restante da população; a tendência, decorrente dessa desigualdade primitiva, de converter diferenças ou assimetrias em novas desigualdades e hierarquias; a colonização do espaço público pelas demandas privadas das oligarquias, servindo de bloqueio a reivindicações de inclusão e democracia. Em comum a esses três eixos, há um tipo de socialização histórica extremamente refratária ao ideal de igualdade. Com essa abordagem do autoritarismo brasileiro, Chauí desloca a atenção da forma de governo e de seus mecanismos de imposição para a reprodução da desigualdade nas relações sociais, de modo que, assim, o autoritarismo se configura como rede de tentáculos das desigualdades e, simultaneamente, como armadura delas. É nesse sentido que se encontra cotidianamente no trânsito, nas relações de patrões com empregados, polícia e periferia, com as descobertas mensais de pessoas em trabalho escravo. Nessa perspectiva, a violência aparece como recurso ordinário desse núcleo dinâmico histórico. Ela não está apenas no latrocínio e nos homicídios com números sempre alarmantes e símiles aos de guerras, mas se estrutura em várias dimensões em que os indivíduos são reduzidos às coisas, tratados meramente como instrumentos e não como sujeitos, em que qualquer tentativa de exercício de uma subjetividade autônoma e politicamente ativa é respondida brutalmente. A concepção de violência de Chauí é uma que liga as manifestações físicas e mais brutais à raiz mais naturalizada e menos problematizada da coisificação das pessoas e de subjugação de sujeitos; dessa forma, as propostas de enfrentamento ao problema, se não quiserem ser superficiais, têm que lidar com raiz das desigualdades e com o autoritarismo social.³⁶

Esta linha de interpretação de Marilena Chauí, na verdade segue e atualiza a leitura clássica de Sérgio Buarque de Holanda, a partir de *Raízes do Brasil* (1936).

Mesmo que Sérgio Buarque venha de uma tradição crítica contra seus contemporâneos, Oliveira Viana e Alberto Torres, os “quais tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade”, nos dando “instrumentos para discutir os problemas da organização sem cair no louvor do autoritarismo”, como bem apontou Antônio Cândido, ao escrever sobre “O significado de ‘*Ratzes do Brasil*’”, ainda lá em 1967³⁷, este “intérprete” do Brasil não deixa de lado a busca pelas origens do suposto autoritarismo brasileiro, alicerçados no patriarcalismo e no personalismo “fixados entre nós por uma tradição de origens seculares”.³⁸

Júlia Mattos, no artigo “Intelectuais na imprensa: críticas ao autoritarismo nos artigos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932)”, segue parte da trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Ao estudar seus artigos nos periódicos *O Jornal*, *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*, veiculados na imprensa entre 1929 a 1932, identificou outra parte importante de suas críticas ao autoritarismo brasileiro. Segundo a historiadora, mais do que parte de um processo de centralização e burocratização do poder, para Sérgio Buarque (assim como para Chateaubriand), o autoritarismo “era a própria dinâmica da intervenção estatal nos mais diversos assuntos político-administrativos do país”.³⁹ Dessa forma, o “governo brasileiro, mesmo que descentralizado, exercia na concepção de ambos, um poder autoritário, porque atuava de forma intransigente quanto à diversidade de opinião dos demais órgãos constitutivos da nação”, sobretudo porque expressava, no poder, segundo Edson Nunes, o personalismo, “fenômeno político-cultural brasileiro”.⁴⁰

Esta “origem secular” remeteria a nossa formação colonial ibérica, sendo que, para Holanda, “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”, haja vista que, segundo o historiador, “uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios”.⁴¹

Sobre a Ditadura pós-1964 é necessário adentrar na produção de Carlos Fico, com destaque para suas obras *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001) e *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004). Mas a sua síntese conceitual veio com *O Golpe de 1964: momentos decisivos* (2014), quando defendeu que “1964 é o evento chave da história do Brasil recente”, haja vista que ele (...) ele inau-

gurou um regime militar que duraria 21 anos, mas, em 31 de março de 1964”, mas, num primeiro momento, “não se sabia disso: o golpe, não pressupunha, necessariamente, a ditadura que se seguiu”, argumenta o autor. A pergunta que Fico deixa é “como o golpe se transformou em uma ditadura?”. A sua resposta é de que “muitas vezes quando estudamos a ditadura militar (...) tendemos a ver o golpe de 1964 apenas como o seu evento inaugural, mas ele foi muito mais do que isso”, representando “a expressão mais contemporânea do persistente *autoritarismo brasileiro*”.⁴²

Em outra obra recente, *Autoritarismo e cultura política* (2013), organizado por Luciano Aronne de Abreu e Rodrigo Patto Sá Motta, os dois historiadores, ainda na apresentação, argumentam que, no Brasil, “o autoritarismo não é um fenômeno político recente, mas possui uma vasta História”, isto porque foi “palco da elaboração de toda uma tradição teórica autoritária, ou seja, de intelectuais que pensaram e projetaram a sociedade (brasileira e latino-americana) como incompatível com a democracia liberal”, o que teria contribuído “difusamente na própria maneira como a realidade política dessas sociedades vem sendo concebida ao longo das últimas décadas”.⁴³ No seu capítulo específico, “Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política” (p. 9-32), Motta aprofunda este argumento, alternando o conceito para o Brasil de 1964 a 1985, como Ditadura (p. 9, *passim*), Regime Militar (p. 9, *passim*) ou Estado autoritário (p. 25, *passim*). Na referida obra, não foi diferente a conceituação do outro organizador, em seu capítulo específico, “Sindicalismo e corporativismo no Brasil: o olhar autoritário de Oliveira Vianna”, quando Abreu se refere a chamada Era Vargas (1930-1945), argumentando que “é *corrente* em nossa historiografia a interpretação de que o Brasil”, naquele período, foi “caracterizado pela passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano-industrial, sob um regime político autoritário, inspirado nos princípios do corporativismo estatal”.⁴⁴

Como já foi demonstrado no texto “Ditadura e redemocratização: revisionismo, história e historiografia”⁴⁵, em explícito revisionismo sobre a Ditadura Civil-Militar, a *Folha de São Paulo*, em editorial de 17 de fevereiro de 2009 (“Limites a Chavez”), chamou o período pós-Golpe de 1964 de “Ditabranda”, produzindo a relativização da repressão político-policial sobre o período, bem

como escondendo o seu próprio papel conivente e participante com a própria Ditadura, como desdobramento, na conjuntura das lembranças dos 50 anos do Golpe de 1964, em 2014, surgiu a obra *Ditadura à brasileira* (2014), escrita por Marco Antônio Villa. Ali, desde o início de seu argumento, Villa defendeu, que o Brasil era dividido em 1964 (mas nada disse sobre a luta de classes em ascensão), que o Golpe foi somente militar (ou seja, não houve protagonismo civil, empresarial, midiático, jurídico ou parlamentar no mesmo), que havia um “marasmo administrativo” anterior do Governo Jango (ou seja, as lutas pelas reformas de Base não contaram nada para o aprofundamento da crise política que levou ao Golpe) e que havia um “clima de radicalização por adversários da democracia”.⁴⁶ Neste último argumento, típico do revisionismo sobre a Ditadura, a recorrência é ao já insistente argumento generalizante de que a esquerda comunista (vítima do Golpe) não prezava a democracia, bem como construía um golpe para implementar uma Ditadura, posição que não tem sustentação nos fatos da época, senão nos discursos reacionários dos próprios golpistas.

Mas o argumento central do livro de Marco Villa é de que a Ditadura Brasileira nada tem a ver com as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, devido ao nosso “*próprio autoritarismo*”, sendo que o “Regime Militar” não foi uma Ditadura de 21 anos. Em suas palavras, “não é possível chamar de Ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos 1979-1985, com a aprovação da Lei da Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982.”⁴⁷

Por fim, no que interessa a este capítulo, mesmo que superficialmente, é importante adentrar na obra *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), da antropóloga Lília Moritz Schwarcz. Desde a introdução, com a provocação de que “a história não é bula de remédio”, o livro se propõe a estudar o que chama de incontestável ressurgimento do conservadorismo e do autoritarismo, no início do século XXI, com seus males, problemas e raízes históricas. Para Schwarcz, a atual naturalização da desigualdade e a evasão do passado, é uma característica de governos autoritários, os quais constroem discursos adocicados para a manutenção do poder, mas igualmente presente em *nós*, os brasileiros a partir do mito das três raças, com o qual desfazemos da intensa desigualdade social existente no país, construindo um cotidiano centralizado nos senhores de terra e em seu

passado aristocrático⁴⁸. Para a autora, em um momento emvivemos “um período tão intolerante e violento”, de “tantas manifestações autoritárias”, diante do crescimento de uma política de ódios” e que “transforma adversários em inimigos”, seu convite é para “uma viagem rumo à nossa própria história, nosso passado e nosso presente”.⁴⁹ Este convite, adianta a autora na introdução, “sobre uma série de temas que explicam a vigência de práticas autoritárias em nosso país”, pode partir do mito da democracia racial, pois

o mito da democracia racial, de forte impacto no país, é bom pretexto, portanto, para entender como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil. O patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social, são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram grande ressonância na atualidade.

Muito antes de Juan Linz, Guillermo O'Donnell, de Alfred Stepan e de Simon Schwartzman,entre outros, no próprio Brasil, e na esteira de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco CamposAntônio José Azevedo do Amaral (Rio de Janeiro, 1881-1942) desenvolveu o conceitoem seu clássico *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Ali,escreveu que o objetivo do seu livro não era“fazer apologia da nova ordem estabelecida no Brasil pela Constituição de 10 de Novembro” (referência à Constituição do Estado Novo), mas que suas obras anteriores “foram avançadas sugestões construtivas, algumas: delas rigosamente coincidentes e todas de um modo geral consonantes com as ideias concretizadas no novo estatuto nacional e com o sentido ideológico do Estado agora instituído no Brasil”.⁵⁰

Na mesma linha hobbesiana, Azevedo Amaral defendia que no Brasil pós-1937, a Nação e o Estado estavam identificados⁵¹, sendo queo autoritarismo era“da própria essência da organização estatal” e não podia“ser divorciado do exercício do governo”,(...) ⁵², haja vista que “o Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal”, e o que formaria“a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano”, ou seja, demarcando a ideia de que o Estado Novoobrigava “apenas o cidadão a entregar-se à coletividade”.⁵³

Por sua vez, Konrad já havia identificado uma passagem confessa de Azevedo Amaral, mesmo que este negasse qualquer identificação com quaisquer Estados totalitários ou de tipo fascista, sobre a inspiração estrangeira da Carta outorgada de 1937, quando afirmou que não se podia “negar que em vários pontos a Constituição revelaa influência da preferência dos seus autorespor uma ou outra ideia adotada em constituiçõesestrangeiras promulgadas depois da Grande Guerra”.⁵⁴

Concluindo criticamente

Depois de apresentar alguns dos autores clássicos que partem do conceito de autoritarismo, Estado autoritário ou sociedade autoritária, a fim de definir formações sociais como as latino-americanas e a brasileira, neste caso mais especificamente conotando as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a Civil-Militar (1964-1985) com tais conceitos, far-se-á, aqui, a crítica final a estas perspectivas.

Glaucia Vieira Ramos Konrad, em relação ao Estado Novo, já trouxe uma indicação sobre o auto discurso do Estado Novo em relação a si mesmo quando afirmou que “ao autodenominar-se autoritário, o Estado Novo procurou afastar de si comparações que trariam problemas no relacionamento com os países envolvidos no conflito mundial” a fim de manter-se-ia afastado através da sua posição de “neutralidade”. Tudo isso, usando, por exemplo, da política cultural, “aliando a censura e propaganda”, procurando “dissimular os conflitos de classe” e mantendo “a oposição nos limites da ordem (...) a fim de garantir a legitimação”.⁵⁵

Justamente aqui está a face maior da dissimulação, quando o conceito, no discurso e na ação política (cultural ou social), auxilia a contornar ou esconder sobre uma ditadura, bem como negar o caráter de classe dos que governam o Estado.

Igualmente aqui, o conceito que busca um Brasil precisa ser mais bem observado. Em essência, ele tem sido usado, mesmo que inconscientemente, excluindo uma interpretação classista para a formação histórica do Brasil, claramente abrandando o conteúdo de ditaduras como a do Estado Novo e a ditadura

civil-militar pós-1964, ambas burguesas em sua diretriz política, econômica e social, mesmo que a primeira mais nacional e a segunda associada e dependente.

Estado autoritário e similares são conceitos vagos e ainda liberais (mesmo que seus autores se coloquem no avesso dessa ideologia), não diferentes de *totalitarismo*, todos eles transformando o “Estado” no sujeito histórico do processo, no geral, retirando das interpretações sociológicas e historiográficas as pessoas reais e suas representações de classe. Assim como, no particular, extraem qualquer resistência, imagina a “luta de classes”. Vão ao encontro do discurso do poder (de classe), reforçando o auto discurso de *Estado autoritário*, como no caso do Estado Novo, repetem o argumento eufemístico de que a Ditadura pós-1964 foi um “regime autoritário”

Por sua vez, *Sociedade autoritária* (assim como *Sociedade violenta*) e *autoritarismo* expressam uma interpretação nas quais os historiadores e os cientistas sociais optam pela generalização de uma formação histórico-social concreta. No caso brasileiro, claramente jogando para a sociedade civil abstrata, a responsabilização das práticas da violência institucional e social, através da argumentação aparentemente crítica sobre o nosso “passado colonial”. Mesmo que existam “personalidades autoritárias”, esta generalização esconde a violência de classe a partir do aparelho de Estado, assim como a violência e a criminalização social historicamente feita de cima para baixo e de forma horizontal pelas classes dominantes brasileiras, tantos escravistas como burguesas.

A ideia recorrente, a partir de Juan Linz, de que o Estado Novo e a ditadura brasileira recente, não possuíam “uma ideologia elaborada e propulsiva”, na verdade esconde a diretriz política de negação da luta de classes, tanto presentes no “nacionalismo” varguista pós-1937, quanto na doutrina de segurança nacional que vigeu nos anos de terrorismo de Estado pós-1964, a qual criminalizou o chamado “inimigo interno”, ou seja, *as classes perigosas* estabelecidas no seio dos movimentos sociais e políticos de expressão das classes trabalhadoras, alicerçada no anticomunismo estadunidense, de diretriz contrarrevolucionária.⁵⁶ No caso da Ditadura Civil-Militar, estruturada ainda na teoria da *guerra revolucionária*, sequer disfarçou sua linha burguesa, através da igualmente anticomunista “missão civilizadora” da doutrina francesa, a fim da “manutenção da ordem interna”, como bem demonstrou João Martins Filho.⁵⁷

A separação liberal entre sociedade política e civil, como aparece na interpretação de Alfred Stepan, invisibiliza a possibilidade de se perceber a ordem burguesa, como da Ditadura pós-1964, bem como também impede (intencionalmente?) a observação das lutas de resistência da oposição de classe, imagine as suas lutas. Sua máxima weberiana de que “O Estado é a relação de homens que dominam homens”⁵⁸, como a desenvolvida em *Os militares: da Abertura à Nova República*, quando defende – sobre o Brasil do ditador Ernesto Geisel em diante - que “a principal causa da distensão foram as contradições do próprio aparelho estatal”, no fundo e igualmente, reforça uma interpretação do Brasil com ausência de resistência e de luta de classe.

A consequência fulminante desta interpretação liberal que separa a sociedade civil do Estado, por sua vez, recai, ou numa interpretação heteronômica da História – o “Estado Vilão” e a “Sociedade vitimizada”. Quando se pensa em avançar, transformando a *Sociedade* como atora principal da Formação Social, conformadora das diretrizes presentes nos aparelhos de Estado, em cada modo de produção, o duplo invertido desta análise - sim, análise, porque continua a separar as partes do todo – reaparece em sua essência autonomista, pois genericamente a “sociedade” é condutora da sua própria história. Novamente, aqui, as abstrações históricas - *Estado* e *Sociedade* – se tornam os sujeitos inequívocos do processo real, quando não substituídos por conceitos, ora conjunturais, ora estruturais, como em *Estado autoritário* ou *Sociedade autoritária*.

Ou seja, conceitos apropriados para esconder a dominação de classe, para esconder o conteúdo classista do Estado, para esconder a luta de classe contra os dois. Conceitos em busca de um Brasil que não é encontrado em sua realidade complexa e contraditória.

Notas de fim

1 Ver: STOPPINO, Mário. Autoritarismo. In. BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de Política**. Vol. 1.4 ed. Brasília: EDUNB, 1992, p. 94-95.

2 Idem, p. 95-96.

3 STOPPINO, op. cit., 96-97.

4 Grifos nossos. STOPPINO, op. cit., p. 98.

5 ADORNO, Theodor W.; et al. *The authoritarian personality*. New York: WW Norton, 1969, *apud*, SIL-

VA, Paulo Rogério da. **Personalidade autoritária em sala de aula**: ressentimento e sadismo em tempos de cultura digital. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, 2019, p. 13. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12014>. Acesso em: 6 abr. 2024.

6 AVELAR, Lúcia. Juan Linz - um sociólogo de nosso tempo. **Tempo Social**– Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 13(1), maio de 2001, p. 203-227. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/q7Z9HQ-QSwsB9G3zjS9LQZgx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

7 Idem, p. 210.

8 Idem, p. 211.

9 Idem, *ibidem*, p. 211.

10 Idem, *ibidem*, p. 212. Trata-se dos seguintes artigos e obras: a) LINZ, Juan. The future of an authoritarian situation the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, A. (org.). **Authoritarian Brazil**: origins, policies, and future. New Haven: Yale University Press, 1973, p. 233-254; b) O'DONNELL *et al* (orgs.). O estado autoritário e os movimentos populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 c; c) LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **O estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 119-213.

11 Ver sobre isso: ALVAREZ, Marcos César. Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado. Entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro. **Tempo Social**– Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 33(3), set./dez. 2011, p. 203-227. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GyFDvrF7rGdsgWdLxSSj7YN/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

12 Idem.

13 O'DONNELL, Guillermo. Alternativas para a conceituação da mudança. In: PINHEIRO, op. cit., 1979, p. 30.

14 STEPAN, Alfred. Os militares: da Abertura à Nova República. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 11-12.

15 STEPAN, op. cit., p. 19.

16 Idem, p. 84.

17 SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007, p. 35.

18 SCHWARTZMAN, op. cit., p. 10-11. Grifos nossos.

19 Idem, p. 12-13.

20 Idem, p. 32-33. Grifos nossos.

21 SILVA, José, Luiz Werneck da (org.). **O feixe e prisma**. uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 14.

22 Idem, p. 22.

23 Idem, *ibidem*, p. 23-24.

24 SILVA, op. cit., 1991, p. 132-133.

25 Idem, p. 111 e p. 113.

26 Idem, p. 114.

27 KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – Porto Alegre, 1994, p. 67 e 49.

28 KONRAD, op. cit., p. 65.

29 Idem, p. 65-66.

30 Idem, p. 9-10.

- 31 Idem, p. 44-45.
- 32 IANNI, Octávio. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 1, *apud* KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, *op. cit.*, 1994, p. 45.
- 33 ORTIZ, Renato, *apud* KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, *op. cit.*, 1994, p. 46-47.
- 34 CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- 35 CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 252.
- 36 RAMOS, Hans Magno Alves Ramos. Autoritarismo brasileiro e violência na filosofia de Marilena Chaui. **Opinião Filosófica**, v. 13, n. 1, 2022, p. 13-14. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/download/1065/855>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- 37 CÂNDIDO, Antônio. O significado de “*Raízes do Brasil*”. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 12 e 20.
- 38 Idem, p. 92.
- 39 MATTOS, Júlia. Intelectuais na imprensa: críticas ao autoritarismo nos artigos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932). **Historiæ**, Rio Grande, 2 (3), 2011, p. 84. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2612/1423>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- 40 NUNES, Edson *apud* MATTOS, Júlia, p. 87.
- 41 HOLANDA, *op. cit.*, p. 92, p. 192.
- 42 FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2014, p. 7-8. Grifos nossos.
- 43 ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2013, p. 7-8.
- 44 Idem, p. 91. Grifos nossos.
- 45 KONRAD, Diorge Alceno. Ditadura e redemocratização: revisionismo, história e historiografia. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022, p. 708. Disponível https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23756/Anais_do_CIHIS_Congresso_Internacional_Historia.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.
- 46 VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira. 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014, p. 9-11.
- 47 VILLA, *op. cit.*, p. 11. Grifos nossos.
- 48 SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19.
- 49 Idem, p. 25.
- 50 Cf. AMARAL, Azevedo de. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 6.
- 51 Idem, p. 7.
- 52 Idem, p. 150.
- 53 Idem, p. 156.
- 54 AMARAL, Azevedo, 1938, *apud* KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, *op. cit.*, 1994, p. 62.
- 55 KONRAD, *op. cit.*, 1994, p. 63 e 276.
- 56 Ver sobre isso: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.
- 57 MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre*

révolutionnaire (1959-1974). In. SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. Memória e justiça no Brasil. Vol. I. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 179-202.

58 STEPAN, Alfred, *op. cit.*, 1986, p. 18.

XVII

MNEMÓSINE:

a arte de “fazer história” e a “escrita de si”, uma prática historiográfica

CARLA BRANDALISE

Desde meados da década de 1980, em meio à construção epistemológica de todo um chamado “campo da memória” enquanto uma fonte plausível da História, os historiadores franceses dão ensejo ao emprego de suas próprias memórias como recurso para se auto constituir enquanto objeto histórico. O passado desses profissionais é, em muito, invocado com vistas a uma identificação metodológica como grupo, onde a “erupção da memória”¹ pessoal cria uma história da memória distintiva da área. Uma memória disciplinar, que assume denominações como ego-história ou escrita de si, dando origem a um novo gênero. Tal expressão fora forjada por Nora², seu principal teórico, como sublinha Popkin ao comentar que a denominação ego-história constitui “*the most extensive effort to provide historians writings about themselves with a theoretical justification*”³. Nesse quadro, a análise aqui presente pretende explicitar a trajetória desta perspectiva do fazer história, recuperando suas características distintivas e priorizando um enfoque específico, da academia historiográfica francesa, onde o gênero foi mais pronunciado.

I.

Nas palavras de Farge, ao observar o fenômeno que se desvendava nesses anos de 1980 na França, “os desenvolvimentos recentes da disciplina histórica

podem (...) explicar esse exercício particular do historiador confrontado a sua própria história”.⁴ Ou seja, tratava-se de uma “a revolução da memória”, na qual se remetia cada grupo social a sua própria memória. Ao que Pierre Nora já fizera referência, “não são somente os antigos marginalizados da história oficial que reivindicam a necessidade de recuperar seu passado submerso. São todos os corpos constituídos (...) que a exemplo das etnias e das minorias sociais, experimentam a necessidade de partir em busca de sua própria constituição.”⁵

Decorria o ano de 1987, quando Pierre Nora tentou, através da solicitação a alguns historiadores⁶, dar lugar ao que seria uma escrita de ensaios de ego-história. Nesse exercício, que será publicado como o nome de *Essais d'ego-histoire*, ele pretendia dar impulso a um novo estilo, definido como uma ação reflexiva induzida pela própria natureza da profissão, supostamente esperando um “olhar distanciado” sobre si mesmo, algo provavelmente impossível, tal a dificuldade em nos desvencilharmos justamente de nosso ego:

O exercício consiste em iluminar sua própria história como se faria a história de um outro, em tentar aplicar a si mesmo, cada um no seu estilo e com os métodos que lhe são caros, o olhar frio, abrangente, explicativo que tantas vezes portamos sobre os outros. Explicar, como historiador, a ligação entre a história que fizemos e a história os fez.⁷

Ressalta-se que nesta obra não haverá uma equidade de gênero. Entre os sete convidados, apenas uma mulher figura, Michelle Perrot. Ou seja, a noção de “escrita feminina”, como define Jensen⁸ observará um caminho muito mais longo no ambiente masculino da História francesa à época. Em mais, se, de fato, o estilo se renova nesse momento na França, ele não se origina nesta obra coletiva, dado que desde inícios dos anos de 1980 há um gosto mais destacado pela “escrita de si”, em um viés confessional, esse “eu” que se revela no redacional, como em Philippe Ariès, em seu *Un historien du dimanche* (Paris, Seuil, 1981); ou em Pierre Chaunu, no seu relato *Ce que je crois* (Paris, Grasset, 1982), por exemplo. E isso para não retornarmos em ampla temporalidade, como os *Essais de Montaigne* e as *Confessions de Rousseau*.

A escolha dos participantes da obra obedecia, segundo Pierre Nora, o crité-

rio de uma “geração intermediária, os pioneiros entre os herdeiros de pioneiros, a quem provinha o mérito, senão de haver feito a descoberta, pelo menos para ter alargado a brecha e conquistado o terreno, efetuado a saída em massa do gueto universitário.”⁹ Trata-se, porém, de uma geração que se identifica com a escola dos *Annales*.

Entre os renomados historiadores que compunham os *Essais d'ego-histoire*, estava Georges Duby, que tratou de definir o que seria para ele essa dinâmica específica:

De imediato, este ponto crucial: não conto a história da minha vida. Fica combinado que mostrarei apenas uma parte de mim nesta história do ego. O ego-laborador, se preferir, ou o ego-faber. Porque não falo de pintura, por exemplo, de teatro ou de música, porque não falo nada de quem amo.¹⁰

Ao longo de seu relato, no entanto, aparecem, nesse todo intrínseco que é uma história da vida profissional entrelaçada com uma vida particular, elementos de suas origens e convivências familiares, suas escolhas condicionadas pelos efeitos de uma existência em seu todo. Aquelas experiências que se constroem em crenças e convicções posteriores e que retratam o que somos. Ao que Duby conclui pela grande circunstância do acaso, o qual, sem dúvida, permeia, em muito, nossas trajetórias, “tudo parece se resumir a uma série de acasos e imprevistos que aproveitei.”¹¹ Mas, diga-se “acasos” e “imprevistos” para os quais nos inclinamos e que, de certa forma, procuramos em função do ‘aprendizado da vida’, tomando-os em mãos com a garra que nos é necessária ou possível.

Um tanto insatisfeito com seu primeiro ensaio de ego-história e, ao mesmo tempo, desejoso em aprofundar tais reflexões, George Duby retoma sua trajetória quatro anos mais tarde, em *L'histoire continue?*, na qual já na introdução reconhece, com ênfase, a importância das dimensões familiares, cotidianas, extraprofissionais no condicionamento e influências de escolhas e opções teóricas e de objetos de estudo. Assumindo um caráter literário de escrita, ele se lança no descortinar em destaque de seus sentimentos:

Num ensaio de ‘história do ego’, já expliquei qual foi o meu itinerário profissional, mas muito brevemente, atendo-me às circuns-

tâncias, às quais não tenho que voltar aqui, e sem falar realmente do meu trabalho. Agora começo a falar sobre isso, sobriamente, familiarmente.¹²

Da mesma forma, René Rémond em seu relato em *Essais d'ego-histoire* também traz os embaraços de uma autobiografia entre profissionais dedicados à aplicabilidade do método histórico. Reverbera que as buscas da gênese do acontecimento fazem parte da profissão, mas que a procura de suas próprias origens causa estranheza, pois a formação de historiador preza que esse profissional contorne a si mesmo. Em suas palavras:

“Uma longa tradição ensinou-lhes a desconfiar da subjetividade, tanto da sua como da dos outros: conhecem por experiência a precariedade da lembrança, a fragilidade do testemunho; eles conhecem de ofício a propensão inconsciente de cada pessoa para introduzir uma coerência emprestada na curva de sua existência. Eles não têm a presunção de acreditar que estão mais bem defendidos contra estas distorções: não lhes é garantido que escaparão às armadilhas da memória que aprenderam a detectar nos outros.”¹³

No entanto, Rémond admitia que “as circunstâncias da existência também têm um papel determinante na formação do historiador, como de qualquer homem. As circunstâncias são antes de tudo a profissão”. Logo, na obra, ele se propõe a realizar esse exercício, explicitando a sua opção pelo século XX, “sempre tive uma queda pelo tempo em que o acaso – ou a Providência – me trouxe à vida (...) a história sempre esteve intimamente ligada ao interesse pela atualidade.” Em continuação, o historiador considera que a visão de mundo que lhe conduziu em suas análises históricas estava enraizada em seus engajamentos com a antropologia cristã, a qual, para ele, se revelava como uma “concepção do homem que inclui uma confiança fundamental nas suas possibilidades e que proclama a sua grandeza”. Em termos vocacionais, para si mesmos e para os historiadores que assim comungam, demonstra as consequências em uma interpretação não determinista e uma prática plurissecular do devir social:

“[Esta visão do homem] leva a recusar ver nas motivações profundas, nas crenças religiosas, nas convicções filosóficas e nas

escolhas políticas o simples reflexo da sua posição social; rejeita qualquer explicação demasiado redutora e rejeita a distinção entre uma ordem de factos sociais considerada determinante e outras que seriam determinadas. Sem ignorar o condicionamento ou as interações sociais, postula que os aspectos culturais, psicológicos, intelectuais ou ideológicas têm consistência própria e possuem certa autonomia.”¹⁴

Para Rémond, tal filosofia cristã do homem teria lhe oferecido uma “liberdade de espírito”, ao distanciar-lo das diferentes ondas teóricas que atravessaram sucessivamente o panorama historiográfico ao longo da sua carreira. À sua militância nos quadros institucionais da Igreja Católica, como na Juventude Estudante Cristã e na Ação Católica, o historiador ainda dimensiona seu interesse pelo estudo das instituições políticas:

“É novamente à minha pertença eclesial que devo a descoberta de uma realidade essencial da história e da vida das sociedades: a instituição (...) muito antes de a reflexão sobre política me convencer da importância da dimensão institucional, vislumbrei e senti a influência, muitas vezes decisiva, através da minha participação em movimentos que tinham precisamente a característica de serem institucionais e com estruturas fixadas. Experimentei então a forma como uma ação individual se funde num esforço coletivo, como é incorporada num movimento que atravessa gerações e como, em troca, lhe confere dez vezes mais eficácia (...). Foi assim que adquiri a convicção, que o que se seguiu apenas reforçou, de que as instituições contribuem poderosamente para moldar a forma de uma sociedade e moldar o destino dos povos.”¹⁵

Em mais, Rémond desvela que também se influenciou, quanto aos estudos institucionais e suas relações de poder, pelas suas atuações administrativas no ambiente académico, como na Universidade de Nanterre. Dá destaque ao ano de 1968, em que traz o peso das contingências na tomada de decisões, “a responsabilidade de uma Universidade em fase crítica, colocando-me em contacto próximo com o poder público, irá sensibilizar-me para o carácter aleatório de qualquer ação política e para as incertezas que acompanham qualquer decisão.”¹⁶

Michelle Perrot intitulou o seu ensaio como “*L’air du temps*”, na obra *Es-*

sais d'ego-histoire, enfatizando a sua disponibilidade para os movimentos sociais e culturais que encontrara, incluindo o movimento de mulheres. No relato se reconhece seu pertencimento à geração pioneira na história das mulheres. Inicia rememorando suas origens burguesas, relata ter nascido em 1928 em uma família parisiense, tendo sido educada no respeitável Cours Bossuet. No caminho para casa, acompanhada pela sua babá, ela se deparava com cantores de rua e profissionais do sexo, “as prostitutas, cuja condição eu desconhecia, pareciam-me estrelas de cinema e os hotéis miseráveis onde se hospedavam, como palácios [...] esta Paris popular, um pouco sombria, fervilhante, barulhenta e engraçada, ali me sentia bem”.¹⁷ Essa passagem assumidamente ingênua é relatada para frisar seu interesse pelo mundo além de seu círculo social imediato, remetendo-a ao estudo do operariado e, logo, do gênero feminino. Não sem atropelos.

Em 1949, seguindo os cursos ministrados por Ernest Labrousse na Sorbonne, Perrot convive com essa personalidade da história econômica e social, e passara sob sua orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso. A jovem estudante, assistindo o desenrolar dos acontecimentos, “o espírito da época” (*L'air du temps*) e saindo da leitura do recém-lançado *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, sugeriu a Labrousse que seu trabalho versasse sobre o feminismo. Como resposta, obteve a sugestão de que se dedicasse a algo “mais sério”, como as coligações operárias sob a Monarquia de Julho. A historiadora não mais abandonou os trabalhadores como objeto de estudos, tendo sido nomeada, em 1951, após a agregação de história, professora do liceu feminino de Caen, onde trabalhou ao lado da filósofa e historiadora Mona Ozouf. Suas constatações sobre o movimento operário à época diziam que:

“[...] a classe trabalhadora ainda delineava o horizonte do mundo e carregava as suas “grandes esperanças”. Escrever a sua história foi uma forma de se juntar a ela, de fazer parte do seu caminho futuro, de participar no movimento irresistível do qual ela parecia ser a chave e, mais modestamente, de implantá-la numa história acadêmica que a ignorava”.¹⁸

Seguindo tal rumo, em 1971, Perrot defende uma Tese de Estado sobre as greves operárias do final do século XIX. Seu retorno ao tema feminino, contu-

do, não irá tardar. Como cenário maior apresenta-se o Maio de 1968. Segundo suas palavras, agora em posterior redação de memórias, *Mon histoire des femmes*:

Cheguei à história das mulheres na década de 1970, na esteira de Maio de 68 e principalmente do movimento feminista, que vivenciei com força total na Sorbonne, onde fui assistente, depois em Paris VII-Jussieu, uma nova Universidade, aberta a inovações de todos os tipos. É claro que não foi em virtude de uma iluminação repentina. Em vinte anos, as coisas mudaram e eu também. Comprometida com o movimento de mulheres, quis conhecer a sua história, e contá-la, já que ela não existia, ou muito pouco.¹⁹

A partir deste momento, a história do feminino passa paulatinamente a frequentar o eixo central de suas pesquisas, tornando-se a Universidade de Jussieu, no começo dos anos de 1970, um laboratório de estudos femininos sob a impulsão de Perrot e de suas colegas Pauline Schmitt e Fabienne Bock, com uma Linha de Pesquisa intitulada *Les femme sont-elles une histoire?*

Maurice Agulhon, em sua contribuição ao projeto coletivo de Ego-história, enfatiza a via da experiência pessoal com a vocação histórica, traz suas lembranças de infância. Nelas, certas estátuas públicas de sua cidade natal de Uzès lhe chamavam especialmente a atenção, circunstância que lhe fizer atentar para “uma cultura, então inconscientemente formada”²⁰, mas que ocasionou o interesse pelos símbolos da República do século XIX. Ao longo de sua vida profissional, observa-se seu agudo interesse pela área da etnologia política resultando em várias obras envolvendo essa área, exemplo de “*1848 ou l'apprentissage de la République*”, “*Les quarante-huitards*”, “*La République au village*”, anunciando a estreita vinculação da história e da antropologia.

Sobre seu papel precursor nos liames desses dois campos, Agulhon depõe acerca de suas opções afirmando “que a história deve ser total, que se interessa por tudo, que nada do passado lhe é estranho”. E nesta perspectiva, “tendo como única ambição de atingir as margens da história”, foi conduzido pela sua curiosidade por “histórias culturais marginais ou excêntricas” como o porquê do “culto dos grandes homens, das estátuas das praças públicas ou dos chafarizes com adornos políticos, ou da decoração das Câmaras Municipais”.²¹

Por sua vez, Raoul Girardet, em sua participação na obra, quanto à sua infância nos informa que, em seu tempo, “os monumentos aos mortos ainda eram novos”²², em referência à Primeira Guerra Mundial, vivida em meio a uma família de oficiais de carreira, e na realidade desse conflito “das trincheiras”. Emerge em suas memórias, a foto de um tio morto com um tiro na cabeça em setembro de 1914. Retrato que figurava no escritório de seu pai, tendo sido também esse um ferido de guerra.

A presença desse conflito era tanta que Girardet, como muitos de sua geração, aprendeu a ler ao folhear os velhos números da revista *Illustration*, com esses “homens de capacete de ferro, vestidos com pesados casacos”,²³ com seus intensos valores republicanos. Preceitos intensificados pela escola pública em que frequentava. Sua juventude, o recebe com eventos traumáticos ainda reportados à Guerra, desta vez a Segunda, quando mobilizado na infantaria, em um batalhão de alunos aspirantes na cidade de Fontenay-le-Comte. Ali ele passa o inverno e a primavera entre os de 1939-1940, esperando para entrar em ação. Porém, uma contra expectativa ocorre, a demanda de armistício do General Pétain, outrora herói de Verdun, segundo Girardet, “a primeira e sem dúvida a mais intensa decepção da minha vida”, onde todas as lendas de sua infância desmoronam. Nesse conjunto, o historiador acopla suas experiências de vida e os eixos de suas pesquisas posteriores, que giram acerca do nacionalismo, da história colonial e da história militar.

Por seu turno, o prolixo historiador, autor de ampla obra, Pierre Chaunu, um outro participante da obra coletiva, entrega a Pierre Nora uma contribuição chamada *Le fils de la morte*²⁴, um texto carregado de emoção, em que fala sobre a sua condição de órfão de mãe. Em seu retorno a sua própria história, entre a sua concepção de vida e a seus trabalhos, Chaunu igualmente se remete à permanência em sua infância do peso da Primeira Grande Guerra e seus inclementes cenários de luta. Declara ter nascido perto de Verdun, sendo um ‘filho’ da Batalha do Meuse. Eis o seu relato:

“Nascido em 1923, à beira do campo de batalha de Verdun, órfão de mãe quase ao nascer, criado num mundo de velhos, cheio de memórias, não separo o passado do futuro, a vertigem do antes e do depois. A vida é ainda mais bela porque sei que está ameaçada.

Desgostoso com os efeitos tangíveis da briga estúpida, impedido pelas circunstâncias de ser verdadeiramente útil aos meus entes queridos - a investigação médica sempre me fascinou - tornei-me historiador. Consegui me convencer de que um conhecimento mais amplo do passado talvez pudesse servir para avançar em direção a um mal menor.”

Questões relacionadas à enorme mortalidade da Grande Guerra? Talvez. Fato é que Chaunu interessou-se fortemente pelo dinamismo demográfico e a vitalidade fértil do Ocidente na Idade Média, para em seguida, observar o lugar particular de França relacionado à sua prodigiosa fertilidade passada: “Posso agora traçar a linha forte que marca fortemente o destino da França: os franceses têm sob os pés o solo que contém, proporcionalmente aos vivos, o maior número de mortos”²⁵

II.

A partir desta obra organizada por Pierre Nora, assiste-se desde meados dos anos de 1990 uma intensificação do “relato de si” em suas conotações profissionais, como em Annie Kriegel em *Ce que j'ai cru comprendre* (Paris: Laffont, 1991); em Pierre Vidal-Naquet em *Mémoires* (Paris: Seuil, 1995). Em mais, as historiadoras francesas parecem intimidar-se menos no relato de suas “vidas pessoal enquanto profissionais da História” do que os historiadores, a exemplo de Kriegel que, elegantemente e de forma prolixa, fala de sua infância, de seu casamento, de seus filhos, dos seus temas caros, como o feminismo, de suas colegas feministas, mesmo ao manifestar no início de sua narrativa, as dificuldades que encontra em falar dela mesma.²⁶

Por sua vez, o historiador Pierre Milza, redige, no ano de 1993, *Voyage em Ritalie*²⁷, um extenso livro de 532 páginas, no qual empreende um mergulho em sua própria essência. Ele opera uma ação reflexiva através da percepção íntima e sensível das suas condições de vida, dos sentimentos permeados de alegrias e sofrimentos, de um grupo de indivíduos ao qual divide sua identidade: o dos imigrantes italianos vindos a viver na França em determinada época, as primeiras décadas de século XX. Ou seja, o percurso de sua própria família. Uma redes-

coberta e reinterpretação em meio às suas lembranças, mas também alimentada por tudo o que se pode apreender no decurso de uma longa cadência de historiador. Passa, assim, a partir de análises conceituais acerca de ‘integração’ e de ‘assimilação’, à desconstrução do “mito da integração bem-sucedida” da comunidade italiana na sociedade francesa à época, mostrando que, não sem dor, esse processo se deu na “longa duração”. Ao que acrescenta:

Há uma coisa que deve ser dita e repetida: a fracção da população imigrante que se viu, no final do seu percurso, absorvida pelo país de acolhimento representa apenas uma minoria. Pode-se, de facto, estimar em três milhões e meio o número de migrantes transalpinos que partiram para França entre 1870 e 1940. Deste total, o número dos que criaram raízes dificilmente ultrapassa 1.200.000 ou 1.300.000 pessoas: um número considerável se o compararmos com o de outras nacionalidades, mas inferior ao que inclui os regressos e a emigração de trânsito. Por outras palavras, o caldeirão francês exerceu, em relação aos italianos, muito fortemente o seu poder assimilativo, mas fê-lo de forma seletiva, deixando de lado centenas de milhares de migrantes temporários, dos quais não é certo que todos pudessem ter-se integrado tão facilmente na sociedade francesa.”²⁸

Em contínuo, Milza traz um olhar sobre ‘os outros’ e sobre ‘si mesmo’, o quanto ele, desde criança, se “sentia francês”, mesmo “mais francês do que os outros”²⁹. Sensação advinda da sua condição de filho de imigrantes italianos desfavorecidos, em busca de afirmação identitária em uma França nem sempre receptiva aos vindos de fora. Suas origens e situação socioeconômica o diferenciaram da maioria absoluta de seus colegas “de origem francesa” da *Science-Po* (FNSP), lugar tradicionalmente elitista. Como concluirá, “terminar a viagem (...) é redescobrir, com muita naturalidade, a complexidade das minhas origens (...) é precisamente aceitar a minha dupla pertença ou a minha dupla herança (...) é redescobrir a minha ‘FrancItalia.’”³⁰E, assim, ele conclui o seu livro entre a narrativa de si mesmo enquanto historiador acadêmico e a própria história da imigração italiana à França.

A historiadora Mona Ozouff, essa mulher de uma inteligência ímpar, marcando, com elegância, seu espaço em uma esfera acadêmica então iminentemente masculina da História francesa, nos contemplou com sua experiência de vida

mesclada à sua carreira profissional, em algumas obras. Na *Présentation* da obra *L'École de la France*³¹, ela discorre aos seus leitores sobre sua infância, através de um relato flertando com uma etnossociologia da educação, transcorrida nos anos de 1930 na Bretanha, em meio a um ambiente social frisado por uma família de professoras e professores, ao qual reporta seu futuro interesse a núcleos de pesquisa centrados na Revolução Francesa.

Mas será em *Composition française*³² que Ozouff, em forma literária, nos contempla em profundidade com suas escolhas, do alto dos seus então 78 anos. Centra seu relato, enquanto criança e adolescente, na análise das influências que três “crenças desordenadas” tiveram em sua “vida bretã”, a escola, a Igreja e a nação, conjugadas com os matizes familiares. Uma infância marcada, aos quatro anos, pela morte prematura de seu pai³³, um ateu militante da causa regionalista da Bretanha, e pela sua mãe e avó³⁴, que se encarregaram de sua criação. Sobre seu pai e a absorção das vias das três ‘crenças desordenadas’, Ozouff depõe:

“Nada foi mais familiar à minha infância do que a evocação da Resistência ao que nomeavam em minha casa de jacobinismo do Estado francês. Tendo nascido na Bretanha, minha infância foi superlativa, menos pela minha naturalidade do que pela personalidade do meu pai, ativista da língua bretã, e pelo legado de emoções e ideias que ele me deixou, tornadas mais contundentes pela sua morte precoce. “Uma herança que em breve seria rivalizada pelas lições, não menos convincentes, que a escola francesa proporcionava. Tanto que tive que viver e internalizar a tensão entre o universal e o particular, tão característica da nossa vida nacional, não sem problemas ou perplexidades, agravadas ainda por um terceiro ensinamento, o da Igreja”.

Já em relação a sua avó, Ozouff explana as dicotomias e complementariedades que apareciam nas suas visões entre a Bretanha e a nação francesa e explicita que, através desse cenário, conseguira aceitar e entender essa síntese:

“A Bretanha morava na minha casa na pessoa de minha avó, e, entretanto, foi ela quem me falava sobre a França. A França ensinada na escola foi aquela que a nossa casa designava como nossa inimiga hereditária, obstinadamente unificadora e centralizadora.

Porém, ao mesmo tempo, fora o país que fizera, em sequências pedagogicamente ordenadas, uma marcha em direção à justiça e à democracia, nos elementos em que era uma pátria racional mais do que uma pátria empírica, e a esta nossa casa poderia subscrever sem trair a sua fé bretã.”

A longa digressão de Ozouff, com essas influências múltiplas, irá alternar a História da França com a das terras bretãs e as impressões pessoais enquanto uma historiadora, para concluir pela evidência de si mesma e da própria França como “uma composição de diversidades.”

No conjunto desses relatos de historiadores permeiam um ‘próprio espelho’ enquanto vida pessoal e vida profissional, interagindo com alguma consciência tardia ao definir os condicionamentos das escolhas individuais. Ao referenciar o particular, no entanto, os autores provavelmente não deixaram de contemplar, na medida do possível, a típica tendência de “ilusão biográfica”. E, com isso, volta-se a George Duby, quando esse, em sua conclusão ainda em *Essais d'ego-histoire*, assume suas (nossas) limitações:

Não me sinto satisfeito com o que acabei de escrever. Não tenho certeza de que o historiador esteja em melhor posição do que qualquer outra pessoa para lidar com as memórias que lhe dizem respeito. Eu estaria, inclusive, inclinado a pensar que ele é menos qualificado do que muitos. Porque se a história dos outros é, na minha opinião, tanto melhor quanto mais apaixonante for, a história de si mesmo, ao contrário, exige a mais estrita objetividade. É preciso reforçar com ênfase o que a autoestima distorce irresistivelmente. Estou ciente de não ter dominado completamente a minha, deixando-me ir cada vez mais à medida que me aproximo do meu presente.³⁵

Logo, as tentativas de ‘reconstrução coerente’ de trajetórias de vida não se isentam de reflexões a propósito da permeabilidade compósita dessas explicações. Elas trazem à tona os elementos de ‘escrita de si’ em tonalidades memorialistas e, mesmo, confessionais. Assumem então o quanto o contexto evoca e pontifica as enunciações científica, na admissão das ingerências do ‘existir’ enquanto historiadores.

Dito isto, mister são as palavras de alerta já acima citadas de Pierre Bourdieu, que se fazem presentes nas potenciais incorrências ou tentações da “ilusão biográfica”³⁶ (ou da ‘desilusão biográfica’, como já apontava Duby). Nesta difícil arte do balanço de vida profissional (e, conseqüentemente, de conotações pessoais), advém as constatações de falhas e dúvidas, das cobranças e ansiedades e nos deparamos com a percuciente tentativa de autoconsciência abalizada pelo fio condutor de um *métier* específico. E, em mais, inserir essa condução em um contexto histórico maior. O eu dentro do mundo.

Acerca justamente dessas dificuldades Bourdieu realiza, em um ácido texto, um verdadeiro massacre epistemológico quanto às “ilusões” redacionais de “identidades teleobjetivas”. Mas, ao mesmo tempo, indica certas precauções metodológicas que podem, talvez, contornar algumas armadilhas de uma abordagem biográfica ou autobiográfica excessivamente “hagiográfica”, ao chamar a atenção às intrincadas estruturas sociais subjacentes em qualquer ser histórico. Em citação já clássica:

Tentar compreender uma vida como uma série única e autossuficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo senão a associação com um “sujeito” cuja constância é, sem dúvida, apenas a de um nome próprio, é quase tão absurdo como tentar explicar uma viagem no metrô sem ter em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz de relações objetivas entre as diferentes estações.³⁷

Ao invés de ceder à tentação de construir o relato de uma vida enquanto um “artefato impecável”, melhor seria, professa Bourdieu, compreender “uma trajetória”, a partir da “condição de ter construído previamente as etapas sucessivas do cenário em que ela ocorreu”³⁸, ou seja, em seus espaços sociais estruturados, os quais, muitas vezes, incidem em nossas eleições. Sem esquecer os acasos. Eis aqui uma tarefa nada fácil, mas que tem dado enormes contribuições no desenvolvimento historiográfico desse fazer história de si mesmo.

Deve-se, portanto, conceder lugar para esse exercício de auto exegese, com vistas ao resgate de o quanto uma ‘ideia de uma vida’ acadêmica é tributária a gradações de espontaneidades, do aleatório e de indeterminações que desestruturam em muito a rigidez do mecanismo, da lógica, da racionalidade com que

tentamos construir nossas carreiras profissionais na prática cotidiana. Quando enveredamos à tentativa de narrar tal trajetória acadêmica na sua reconstrução ao longo de décadas, os alertas sinalizados por Bourdieu fazem-se ainda mais pertinentes. Trata-se das já referidas tendências na escrita de biografias e de autobiografias à linearidade e ao encadeamento retro teleológico racional a partir do presente. Porém, o sociólogo francês, na obra *Esboço de uma autoanálise*, não se furta no auto desenho temporal em meio à sua própria profissão e vida pessoal. Nesse relato analítico de “si mesmo”, reforça justamente a suposta aparência de racionalidade em nossas escolhas. Na sua averbação,

“tenho perfeita consciência de que, se analisados nessa perspectiva (...) todos os momentos de minha história, em particular os diferentes partidos assumidos em matéria de pesquisa, podem parecer ajustados à sua necessidade sociológica, ou melhor, justificados nesse registro, portanto, como se fossem muito mais racionais, ou então, mais raciocinados ou mais razoáveis do que de fato o foram, um pouco como se tivessem saído de um projeto consciente de si desde o começo.”³⁹

Enfim, impõe-se reconhecer a permeabilidade do acidental e do circunstancial, esse “acaso”, aliás, de que já falava Max Weber⁴⁰, em palestra proferida em 1917, no esboço de escolhas vocacionais, que recai na vida de todos nós e, portanto, de todos os acadêmicos. E isso para demonstrar que, apesar de todo o esforço pessoal, em prol de realização de desejos, opções e ambições profissionais, quando rememoramos uma trajetória, há sim o perfilamento das ocasionalidades intervindo no percurso. O acaso das oportunidades na ‘hora adequada’ e a sua consubstanciação em nos tornar alguém apto a assumir com certa propriedade um papel advindo. Pontifica-se, então, que a consciência de que, por mais que os relatos possam indicar um conjunto fechado de escolhas, flanasse nessa vida em meio às dificuldades e às felicidades inerentes ao existir, em seus rumos e desvios não tão planejados, mas que me levam a um momento de reflexão de trajetórias.

- 1 REVEL, Jacques. Les sciences historiques. In : BERTHELOT, J. M. (dir.). **Épistémologie des sciences sociales**. Paris: PUF, p. 28. *Todas as traduções foram realizadas pela autora.*
- 2 NORA, Pierre (org.). **Essais d'ego-histoire**. Bibliothèque des histoires. Gallimard: Paris, 1987. p. 7.
- 3 POPKIN, Jeremy. **History, Historians, and Autobiography**. Chicago: Chicago University Press, 2005. p. 75.
- 4 FARGE, Arlette. **L'histoire inquiète**. Le Débat, 49, 1988, p. 125.
- 5 NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire : la problématique des lieux. In : NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire**. Tome 1 : La République. Paris : Gallimard, 1984. p. XXIX
- 6 Compunham a obra os historiadores: Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff, Michelle Perrot et René Rémond.
- 7 NORA, Pierre (org.), op. cit.
- KRIEDEL, Annie. **Ce que j'ai cru comprendre**. Paris: Laffont, 1991. p. 12.
- 8 JENSEN, Merete Stistrup. La notion de nature dans les théories de l'écriture féminine". **Clio**. Histoire, femmes et sociétés [En ligne], 11 | 2000.
- 9 NORA, Pierre. **Ego-histoire**, op. cit, p. 368.
- 10 DUBY, Georges. Le plaisir de l'historien. In: **Essais d'ego-histoire**, op. cit., p. 109-110.
- 11 Ibid., p. 111.
- 12 DUBY, George. **L'histoire continue?** Paris: Odile Jacob, 1991, p. 8.
- 13 RÉMOND, René. Le contemporain du contemporain. In: Pierre NORA (org.), **Essais d'ego-histoire**. Paris: Gallimard, 1989. p. 293-294.
- 14 RÉMOND, op.cit., p. 332.
- 15 Idem, p. 333.
- 16 Idem, ibidem, p. 345.
- 17 PERROT, Michele. L'air du temps". In : Pierre Nora (dir.). **Essais d'ego-histoire**. Gallimard, 1987. p. 253.
- 18 Idem, p. p. 257.
- 19 PERROT, Michelle. «**Mon histoire des femmes**». Paris : Seuil, 2006. p.12.
- 20 AGULHON, Maurice. Vu des coulisses. In : NORA, Pierre. **Essais d'ego-histoire**. Paris : Gallimard, 1987, p. 52-55.
- 21 ABÉLÈS, Marc. Entrevista com Maurice Agulhon. Marianne dévoilée. **Terrain**, 15, octobre 1990, p. 99-100.
- 22 GIRARDET, Raoul. L'ombre de la guerre. In : NORA, Pierre. **Essais d'ego-histoire**. Paris : Gallimard, 1987. p. 139.
- 23 GIRARDET, op. Cit., p. 140.
- 24 CHAUNU, Pierre. Le fils de la morte. In NORA, Pierre. **Essais d'ego-histoire**. Paris : Gallimard, 1987. p. 61.
- 25 CHAUNU, Pierre. **França**. Paris: Robert Laffont, 1982. p. 34.
- 26 KRIEDEL, Annie. **Ce que j'ai cru comprendre**. Paris: Laffont, 1991. p. 12.
- 27 MILZA, Pierre. **Voyage en Ritalie**. Paris: Pion, 1993.
- 28 MILZA, op.cit., p. 385-386.
- 29 Idem, p. 385-386.
- 30 Idem, ibidem, p. 510-514.

- 31 OZOUFF, Mona. Présentation: l'image dans le tapis. In: L'École de la Fance. **Essais sur la Révolution, l'utopie et l'enseignement**. Paris: Gallimard, 1984. pp. 7-24.
- 32 OZOUFF, Mona. **Composition française**. Retour sur une enfance bretonne. Paris: Gallimard, 2009.
- 33 Idem, p. 14-15.
- 34 OZOUFF, 2009, p. 47.
- 35 DUBY, Georges. Le plaisir de l'historien. In: **Essais d'ego-histoire**, op. cit, p. 137-138.
- 36 *L'illusion biographique* constitui um pequeno artigo que Pierre Bourdieu publicou, em 1986, nos **Actes de la recherche em sciences sociales** n°62-63 (pp. 69-72), mas que veio a ter um grande efeito sobre os rumos desse campo de estudos, o Biográfico ou Autobiográfico, o interesse por 'histórias de vida', ao jogar um balde de água fria no mesmo, e apontar suas possíveis limitações e vícios intrínsecos.
- 37 Idem, p. 71.
- 38 BOURDEU, op.cit., p. 72.
- 39 BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 38.
- 40 WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 21-23.

XVIII

PARA ONDE TUDO CONVERGE:

a atuação dos presidentes de província na administração dos territórios do Império do Brasil (Rio Grande do Sul, 1845-1889)

AMANDA BOTH

A construção do Estado nacional brasileiro foi um processo complexo, multifacetado, com uma arquitetura espacial que abarcava diferentes regiões e continentes, perpassado por temporalidades distintas. Um ponto essencial desse processo foi a configuração de uma maneira de administrar o território de dimensões continentais de forma a conceber uma unidade nacional, que era inexistente¹. Nesse sentido, a constituição da arquitetura do governo das províncias foi alvo de grande debate e disputa, visto que estas figuravam como a principal unidade administrativa do império, e, deste modo, eram centrais para a construção de uma unidade territorial. Isso porque era através do governo da província que se vinculava os mais distantes rincões do império ao Rio de Janeiro.

Diante disso, nas últimas décadas especial atenção tem sido direcionada ao papel das províncias². Baseados em uma variedade de fontes e seguindo aportes teórico-metodológicos distintos, os resultados de tais pesquisas, ainda que apresentem conclusões diversas, corroboram a existência de uma sociedade provincial pujante, com dinâmicas sociais, econômicas e políticas próprias. Isso não significa dizer que as províncias eram absolutamente autônomas, mas que não eram meras receptoras das políticas do centro.

No âmbito das instituições políticas, as pesquisas concentram-se, sobretudo, na institucionalização dos espaços provinciais de poder após a Independência, na criação e atuação das assembleias provinciais e na inserção das elites regionais e locais nesses espaços. Figura central nesse arranjo, a presidência da província não foi privilegiada por esses estudos.

Essa foi minha constatação quando, durante o mestrado, examinei um político da localidade de Jaguarão (RS) que havia sido presidente da província, e então parti em busca de compreender como funcionava esse cargo. Embora tenha encontrado uma vasta bibliografia que abordava tangencialmente o assunto, nenhuma pesquisa tinha na presidência o seu objeto principal. É o caso das investigações acerca da conformação dos poderes provinciais, que enfoca o presidente de província como um dos agentes com os quais os poderes provinciais, sobretudo os conselhos ou assembleias, se relacionavam, e também das pesquisas dedicadas aos perfis e as estratégias das elites locais, provinciais e imperiais, que acabam por ter nos presidentes uma figura importante, fosse como aliado, fosse como opositor, enfatizando a atuação política-eleitoral dos mesmos.

Dessa forma, minha inquietação seguia, afinal, ainda que os presidentes estivessem envolvidos nas articulações eleitorais e nas negociações com a Assembleia, a província tinha que ser administrada de alguma forma: havia obras a serem feitas, salários a serem pagos, cargos a serem preenchidos. Como seria esse cotidiano administrativo?

Encontrei uma pista importante na excelente obra de Maria Fernanda Martins. Analisando a atuação institucional do Conselho de Estado, Martins³ afirmou que o presidente “seria o principal intermediário e um fundamental agente de negociação, por proporcionar um privilegiado fluxo de informação e reproduzir os elos de ligação entre as elites e autoridades locais e governo central”. Esse era um indício de que os presidentes, para além das articulações eleitorais que a historiografia apontava, tinham um papel relevante do ponto de vista institucional para a construção do Estado nacional, tanto do ponto de vista da estrutura estatal, quanto da governabilidade.

Diante disso, as reflexões que apresento nesse capítulo são desdobramentos da minha pesquisa de doutorado, e resultados dos esforços para atingir um objetivo que à primeira vista é simples: compreender o cotidiano administrativo

da província a partir da atuação dos presidentes. Para realizar essa empreitada, elegi como foco de observação a província do Rio Grande do Sul no período do Segundo Reinado. A hipótese é que a presidência, em razão do seu lugar intermediário na hierarquia estatal, tinha um papel-chave institucional para a governabilidade do território. Defendo que esse papel normativo consistia na articulação e controle de circuitos comunicacionais entre a província e a Corte, os quais tinham nos presidentes o principal ponto de intersecção.

Os presidentes e a arquitetura institucional do governo das províncias

Antes de avançarmos, contudo, cabe uma explicação sobre quem eram os presidentes de província. O cargo de chefe do executivo provincial foi instituído em 1823, pela lei que dava forma provisória ao governo das províncias, sem estabelecer nenhum pré-requisito legal para a nomeação dos presidentes, que era feita diretamente pelo imperador⁴. Nesse momento foi também definido que cada província contaria com um secretário, além de um Conselho de Governo, formado por habitantes da província, que tinham por função auxiliar o presidente a arbitrar acerca das matérias definidas pela lei, possuindo voto deliberativo nessas questões. Nos demais casos, o presidente poderia deliberar por si só.

Posteriormente, a constituição outorgada em 1824 estabeleceu a criação de um Conselho Geral em cada província, que seria composto por membros eleitos entre os seus habitantes. As atribuições desse órgão consistiam em “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências” (Brasil, 1824). O fundamento que embasou a criação dessa instituição era o direito dos cidadãos de intervir nos negócios peculiares da província na qual viviam, desde que não conflitassem com os interesses gerais da nação. Entretanto, os Conselhos Gerais começaram a operar apenas anos depois, quando seu funcionamento foi regulamentado pela lei de agosto de 1828.

A partir de então os dois Conselhos existiram simultaneamente. Essa organização dos poderes provinciais manteve-se até o Ato Adicional de 1834, que aboliu os conselhos gerais e criou as assembleias provinciais. Diferentes dos seus

predecessores, as assembleias não precisavam submeter à câmara dos deputados as leis que elaboravam. Dessa forma, as províncias passaram a contar com um órgão representativo com competências para legislar sobre os negócios provinciais. O Ato Adicional também extinguiu os conselhos de presidência, resultando que, a partir de então, o presidente era o único administrador da província.

No mesmo ano, foi aprovado um regimento que regulamentava as atribuições dos presidentes, dentre as quais estavam:

1º Executar e fazer executar as Leis.

2º Exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das Leis.

3º. Inspeccionar todas as Repartições, para conhecer o estado delas, e dar as providencias necessárias para que estejam, e se conservem segundo as Leis.

4º Dispor da força a bem da segurança e tranquilidade da Província. Somente porém nos casos extraordinários, e indispensáveis, fará remover as Guardas Nacionais para fora dos seus municípios [...]

[...] 9º. Cumprir e mandar cumprir todas as ordens e Decretos do Governo sobre qualquer objeto da administração da Província, para o que lhe serão diretamente remetidos.

[...] 11º. Decidir temporariamente os conflitos de jurisdição [...]

12º. Participar ao Governo os embaraços, que encontrar na execução das Leis, e todos os acontecimentos notáveis, que tiverem lugar a Província ou suas imediações, ajuntando-lhes as reflexões sobre a origem, circunstancias e resultados das mesmas.

13º. Informar com brevidade os requerimentos ou prestações, que por seu intermédio se fizerem ao Governo [...]⁵.

Como se pode notar, as atribuições do presidente eram amplas e permaneceram essencialmente as mesmas ao longo de todo o período de existência do cargo (1823-1889), podendo ser resumidas em quatro funções principais: resolver temporariamente conflitos de jurisdição, fiscalizar as repartições públicas, prover cargos e apurar e dar parte ao governo de qualquer acontecimento na província.

Observando-se as disposições legais, tratavam-se de “atribuições executivas no sentido estrito do termo”⁶. Todavia, a análise do cotidiano administrativo des-

vela a dimensão ampla, complexa e política de atribuições que, à primeira vista, são apenas executivas⁷, dado que o objetivo de toda essa fiscalização era a obtenção e o acúmulo de conhecimentos sobre todos os aspectos da vida provincial, ao qual pouquíssimas pessoas tinham acesso, centralizando as comunicações e as informações delas advindas, para, assim, saber como e quando agir.

Essa busca por informações respondia a uma demanda imposta pela dimensão do território do império do Brasil: *como governar aquilo que não se podia ver?* Era necessário um trabalho de recolhimento, sistematização e produção de informações, que eram armazenadas na presidência e enviadas para o governo central⁸, e esse processo ganhou uma nova dimensão a partir da década de 1840.

O Regresso e a normatização dos canais de comunicação institucionais

O início do período chamado de *regresso conservador* encetou reformas importantes no sentido de uma centralização político-administrativa. Nesse ponto, preciso demarcar meu entendimento acerca do significado do termo centralização, para não correr o risco de cairmos em uma dicotomia simplista que opõe centralização e descentralização, como se os significados prescindissem de uma conceitualização. O processo de centralização ocorrido a partir da década de 1840 diz respeito à construção de uma autoridade central, que buscava ampliar a capilaridade de suas estruturas, a fim de deter maior controle sobre o território. Esse controle não representou o sufocamento das forças locais e provinciais, antes, dependia de um processo constante de negociação com as mesmas, já que era por meio delas que o Estado chegava às localidades mais distantes dos centros de poder.

Dessa forma, a conformação do Estado nacional consistiu em um processo que não possuía uma direção única, do centro para as províncias, mas que se conformou a partir da dinâmica da relação entre as partes que, no segundo reinado, foi pautada majoritariamente na negociação⁹. Assim, o Estado foi “resultante de relações, interações e negociações permanentes e cotidianas em uma dada sociedade, na busca de legitimidade, estabilidade e governabilidade”¹⁰.

No que concerne especificamente à centralização da administração, verifi-

quei uma reorganização do aparelho estatal em diferentes níveis com o objetivo de garantir meios efetivos de acesso à informação para a tomada de decisão e para assegurar que as ordens fossem executadas. Tratava-se, portanto, de estruturar um dos pilares da “formação do Estado no sentido clássico”, qual seja: “a formação de uma estrutura burocrática para garantir a administração”¹¹, o que passava pela articulação de rotas institucionais através das quais a comunicação escrita circulava, transportando todo tipo de conhecimentos necessários à atividade governativa.

Assim sendo, defendo que as comunicações políticas são essenciais para a compreensão da governabilidade, porque “as possibilidades de interação entre as partes acabavam por condicionar as formas de governar, e as formas de interação no Brasil do século XIX estavam, invariavelmente, ligadas à comunicação escrita”¹². Alinho-me, dessa forma, às proposições de Henrik Bang, o qual compreende a governança como uma relação comunicativa¹³.

Na prática, a questão que se colocava era que o presidente do Rio Grande do Sul, fixado no palácio da presidência, na capital Porto Alegre, funcionava como o principal intermediário da comunicação entre a província e o centro do Império, mas também entre as autoridades da própria província. Esse desenho das rotas comunicacionais foi projetado a fim de vencer a distância¹⁴ entre as paróquias e os centros, visto que esse era “um dos principais bloqueios ao exercício do poder”¹⁵, questão que ganhava novas camadas de complexidade em um território de fronteira com outros Estados nacionais, cada qual dotado de projetos políticos próprios. Não à toa, o governo tinha grande preocupação em executar obras para expandir a rede de estradas e pontes, as quais destinava a maior parte da arrecadação da província¹⁶, para promover maior integração entre as partes da província e para facilitar a comunicação, como os presidentes reiteradamente afirmaram em seus relatórios.

Assim sendo, para compreender como a província era governada, é preciso atentar para as formas de comunicação que tornavam a governação possível. Com o objetivo de mapear os circuitos comunicacionais na sua complexidade, focamos a investigação no período da administração de um presidente, o bacharel Antônio da Costa Pinto e Silva, que governou de setembro de 1868 a maio de 1869¹⁷. Considerando o perfil dos presidentes de província do Rio Grande

do Sul¹⁸, Pinto e Silva pode ser apontado como um indivíduo representativo desse conjunto¹⁹. Como a maioria dos presidentes, Pinto e Silva não era natural da província, havia nascido no Rio de Janeiro e era bacharel em direito pela academia de São Paulo. Quando foi nomeado para a presidência da província rio-grandense, já detinha prática administrativa em outras instâncias, além da experiência política adquirida como deputado provincial no Rio de Janeiro e como deputado geral por São Paulo (1857-1876), sempre como integrante do Partido Conservador.

Esse interstício de aproximadamente oito meses foi suficiente para que Antônio Pinto e Silva produzisse, pelo menos, 3.886 documentos, entre ofícios, requerimentos, ordens, etc.²⁰ Esses documentos podem ser divididos em dois conjuntos: aqueles enviados para o governo central, que se deslocavam em um circuito externo à província, e aqueles que tinham como destino interlocutores situados na província, e, portanto, transitavam em um circuito interno. Essa separação é útil para compreendermos os diferentes padrões que marcaram as comunicações nesses dois circuitos.

A maior parte dessas mensagens (83%) eram destinadas ao circuito interno da província, das quais aproximadamente 90% eram destinadas a autoridades. Essas comunicações transitavam por caminhos pré-estabelecidos, que, necessariamente, passavam pela presidência da província. Nesse sentido, duas rotas principais foram identificadas: 1) quando subordinados enviavam uma comunicação aos superiores que, por sua vez, enviavam ofício ao presidente, fosse para comunicá-lo, fosse para que ele arbitrasse a respeito ou, ainda, para que ele encaminhasse à autoridade competente; 2) quando uma autoridade provincial necessitava comunicar-se com outra, de âmbito diferente, e encaminhava ofício ao presidente, que iniciava o diálogo ou então mediava-o totalmente. Essas situações estão diretamente relacionadas à atuação do presidente concernente à fiscalização das repartições, instituições e autoridades, bem como ao desempenho de uma mediação horizontal entre as mesmas.

O caminho percorrido pela comunicação era o mesmo em todos os casos, tanto das comunicações que iam em direção ao presidente, quanto das que partiam dele. O contato direto do presidente se dava com as autoridades que ocupavam o topo da cadeia de comando de cada área, quando estas existiam.

Assim, caso o presidente necessitasse encaminhar uma ordem a um subdelegado, ele repassaria a ordem ao chefe de polícia, que por sua vez daria o “cumpra-se” ao subdelegado.

Os intervalos entre as comunicações estavam relacionados à proximidade e à relevância que determinado interlocutor detinha na arquitetura de poderes da província. Não à toa, a maior parte dessa comunicação se dirigia às autoridades que residiam na capital da província, como o Comandante das Armas e o Chefe de polícia, que foram os interlocutores de nada menos que 54% das comunicações emitidas pelo presidente da província.

Por outro lado, o envio de mensagens para fora da província tinha como principais interlocutores os Ministérios que compunham o governo central²¹. Cotejando os dois circuitos comunicacionais, chama atenção a discrepância entre o volume de comunicações emitidas pelo presidente no sentido ascendente e descendente²². Se no primeiro caso o presidente chegou a enviar 56 ofícios em um único dia, o total de documentos no sentido ascendente não ultrapassou 20 ofícios diários, mais comumente girando entre 5 a 8 ofícios. Essa diferença é explicada por três fatores principais. O primeiro é que era reduzida a quantidade de órgãos (secretarias e demais repartições) aos quais o presidente deveria se dirigir, mas, também, e nesse ponto reside um elemento importante da atuação da presidência, porque nem todos os acontecimentos e decisões que passavam pelo presidente eram comunicados aos ministérios.

O segundo fator que contribuía para essa diferença de volume era a característica das comunicações. Ao passo que uma única ocorrência na província suscitava que o presidente encaminhasse diversos ofícios a fim de apurar o ocorrido e, se fosse o caso, definisse instruções para resolvê-lo, quando era o caso de essa questão ser encaminhada aos ministérios, isso era feito com toda a apuração já feita, de modo que ao ofício do presidente eram anexadas todas as cópias das apurações feitas junto às pessoas envolvidas.

Por fim, um fator essencial diz respeito à distância. A comunicação do presidente com seus interlocutores, fossem eles do circuito interno ou externo, somente se efetivava quando o suporte que carregava essa comunicação, no caso, o papel, era transportado e entregue nas mãos do destinatário. Considerando a duração das viagens de navio do Rio de Janeiro ao Porto de Rio Grande, e desse

ponto à capital da província, o tempo entre o presidente emitir uma comunicação e ela chegar a um interlocutor na Corte era de, pelo menos, seis dias²³.

Os padrões de atuação de Antônio Pinto e Silva

Ao longo do Segundo Reinado a atuação dos presidentes torna-se cada vez mais essencial para a execução de reformas que visam ampliar a capacidade de intervenção do Estado nos territórios. Por isso, a operacionalização de circuitos de comunicação internos e externos à província consistiu no principal mecanismo utilizado para governá-la. Saber manejar esses circuitos era uma habilidade imprescindível à governação.

Nesse sentido, busquei nas comunicações expedidas por Antônio Pinto e Silva por padrões de atuação. Desse modo, observei que algumas ações eram tomadas em direção a uma única esfera de poder, ao passo que outras podiam se dirigir tanto ao sentido ascendente, quanto descendente. Contudo, nesses casos, as diferenças de percentuais evidenciam a diferença de atuação que era desempenhada pelo presidente e revelam seu papel para o governo da província e do império.

Nesse sentido, o presidente ordenava como as autoridades provinciais deveriam proceder ou informava as decisões que já havia tomado face às situações surgidas. Na outra ponta, constata-se que o percentual de pedido de aprovação junto ao governo central para essas decisões era bastante baixo, apontando para uma certa autonomia da presidência, assim como para a regionalização da administração. Todavia, essa constatação se aplica a algumas matérias da governação, enquanto outras, como a justiça, sofriam maior interferência direta do poder central, tanto do poder executivo, quanto do judiciário. Ademais, ainda que ao presidente estivessem subordinadas todas as autoridades e pessoas que se encontrassem na província, sua atuação se concentrou na esfera civil e militar, mas teve pouca ingerência na esfera eclesiástica, por exemplo. Portanto, tratava-se de uma das várias partes que influenciavam na governança do território, mas uma parte, sem dúvida, relevante.

A atuação do presidente no circuito interno

A maioria das mensagens que o presidente destinava às autoridades da província tinha por objetivo *informar* decisões ou ordens que já haviam sido efetivadas (48%). Isso porque a atuação do presidente estava centrada na deliberação acerca de alguma questão ou nas ordens transmitidas para colocar essa deliberação em prática. A maior parte dessas deliberações eram relativas aos cargos e seus ocupantes em diversas áreas (68%), as quais encerravam uma série de situações e constituíam uma matéria essencial para a governação.

Em segundo lugar estavam as comunicações que enviavam alguma *instrução específica*, determinando a maneira pela qual um procedimento deveria ser executado (26%), e eram transmitidas através de ofícios ou, mais comumente, de ordens, as quais “pressupunham a iminente execução de uma diligência ou a imediata obediência de um comando, tendo o imperativo como modo verbal predominante. O texto principiava ou vinha encimado com palavras tais como “ordeno” ou “mando”²⁴.

Havia nessas instruções cuidado em instruir as autoridades provinciais a prestar as informações adequadamente, pois não bastava que a informação fosse remetida, ela deveria ser remetida da forma correta, revelando uma ação *normatizadora* da atuação das instituições e dos seus agentes por parte dos presidentes. Essa preocupação era justificada, dado que parte da autoridade do presidente residia justamente na capacidade que ele possuía de sistematizar e repassar esses conhecimentos e um rompimento nessa cadeia de informações prejudicava o funcionamento de todo o sistema administrativo²⁵. Por isso, o presidente cobrava incisivamente o envio de mapas demonstrativos e estatísticos das repartições – como pode-se depreender do ofício enviado ao subdelegado do distrito de Dom Pedrito, informando que as explicações alegadas para não haver o dito subdelegado remetido o mapa da força policial no distrito não eram verdadeiras, devendo ele produzir e enviar o mapa com a máxima brevidade²⁶.

Essas são situações que demonstram a importância de atentarmos aos “processos, bem como aos resultados”²⁷, para desvelar a complexa tessitura de conflitos e negociações que permeavam a estrutura do Estado, que não se construiu apenas pelos avanços da centralização, mas também pelos limites impostos à sua

ação²⁸. Nesse sentido, as resistências das autoridades locais em obedecer às ordens presidenciais podiam ser identificadas na recusa em fornecer informações e na maneira como estas eram disponibilizadas. Esse foi o caso da ordem enviada ao comandante da Guarda Nacional de Pelotas

Para que esta Presidência possa dar cumprimento ao disposto no Aviso do Ministério da Justiça de 20 de Julho do ano próximo findo, faz-se preciso que V. S^a remeta com a máxima brevidade um mapa da força da GN desse Superior Comando que marcha para a campanha do Paraguai, devendo esse mapa, que já lhe foi exigido por ofício circular de 17 de Agosto do dito ano, designar não só o nome de praças mas detalhadamente as respectivas graduações, os corpos a que pertencem e aqueles que marcharam.²⁹

Caso essas informações não fossem encaminhadas observando as recomendações, o presidente “devolvia” o mapa ou relatório, determinando que os mesmos fossem confeccionados seguindo as orientações. Mas há que se atentar para outro aspecto desvelado por essas ordens: elas expõem o descompasso, ou, mais precisamente, a fricção entre as pretensões normatizadoras e uniformizadoras da administração provincial e a ações baseadas nas realidades e costumes locais, as quais ora se afinavam, ora se opunham, consoante a conjuntura e os interesses pessoais em jogo.

O percentual somado dos envios de instruções específicas e das notificações de decisões ultrapassa a marca dos 70% do total de comunicações do circuito interno. Embora elevado, esse número não causa estranheza, uma vez que dentre as atribuições conferidas ao presidente pelo regimento de 1834 estavam: executar as leis, exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das leis, inspecionar todas as repartições e dar as providências necessárias para que estejam, e se conservem segundo as leis³⁰. Ou seja, uma parcela significativa do exercício da administração consistia em dar as ordens e proceder às verificações necessárias para que os negócios provinciais fossem desenvolvidos em acordo com a lei.

Outro ponto relevante da atuação da presidência diz respeito ao *envio de informações* (11%), que ocorria de três formas principais: 1) repassando infor-

mações oriundas do governo central às autoridades provinciais, 2º) mediando a interlocução entre autoridades provinciais e 3º) respondendo às consultas sobre a aplicação da legislação. Foi nesta tipologia de atuação (envio de informações) que identifiquei de forma mais acentuada atuação do presidente como intermediário entre autoridades, instituições e população em geral, bem como na difusão de notícias na província. Essa performance mediadora processou-se entre estratos distintos da hierarquia governamental e nos dois sentidos – da província para o centro e vice-versa. Todavia, a análise centrada nos circuitos provinciais favoreceu a observação do repasse de informações e instruções do governo central às autoridades provinciais e locais. De fato, 16% das informações enviadas pelo presidente através do circuito comunicacional interno eram originadas do governo central, nessa porcentagem estão incluídas as transmissões de respostas a consultas feitas ao conselho de Estado, resoluções de questões submetidas à apreciação em diversos ministérios e transmissão de avisos e circulares³¹.

Ao mesmo tempo, é interessante como a atuação do presidente era quase sempre responsiva a uma demanda apresentada. As respostas às demandas eram usualmente precedidas de uma apresentação das razões que levaram aquele que escrevia a comunicação a fazê-lo. No caso do presidente, isso ocorria quando ele respondia às autoridades da província, e também quando ele encaminhava uma situação ao governo. Brendecke assinala que essa fórmula epistolar, baseada em tradições da Idade Média, tinha a intenção de representar que aquele que escrevia estava apenas reagindo a uma situação que havia sido apresentada. O objetivo desse comportamento era prover as autoridades do centro – no caso aqui analisado, centros – de legitimidade, uma vez que, dessa forma, estavam apenas reagindo, não interferindo ativamente nas dinâmicas locais³².

Dessa forma, fica evidente que o controle da comunicação e a normatização da atuação das autoridades provinciais não era simplesmente imposta pelos presidentes, posto que este tinha a preocupação de mostrar que suas intervenções eram legítimas, numa clara demonstração de, mesmo que quisesse, o governo central e seus agentes não dispunham de força e estrutura para, reiteradamente, governar a despeito das aspirações das elites regionais, das quais dependia para se fazer presente nas paróquias mais distantes do Império³³.

A atuação do presidente no circuito externo

A interlocução da presidência com as autoridades do circuito externo era inferior à verificada no circuito interno (apenas 17% do total de comunicações expedidas). Decorria disso que uma parcela da comunicação política que circulava nesse âmbito portava mais de um propósito. Por exemplo, um mesmo ofício podia notificar uma decisão da presidência, ao mesmo tempo em que continha uma solicitação. Por essa razão, no caso do circuito externo, o procedimento adotado foi analisar a atuação do presidente com base na incidência pela qual determinada ação estava descrita na comunicação política.

Assim, constatei que cerca de 55% das comunicações enviadas pelo presidente para o governo central tinham como finalidade o *envio de informações*. A significativa desigualdade no volume de comunicações enviadas no sentido ascendente (55%) e descendente (11%) aponta claramente para a diferença de papel que o presidente desempenhava em relação a uma e a outra esfera da governação. A própria definição das atribuições do presidente já antecipava os contornos da sua atuação ora constatados ao anunciar que este deveria “inspecionar todas as repartições” e, ao mesmo tempo, “participar ao governo todos os acontecimentos notáveis”, bem como “Informar com brevidade os requerimentos ou prestações, que por seu intermédio se fizerem ao Governo”.

Em 80% dos casos as informações enviadas ao governo central davam conta de situações rotineiras da província, sendo o encaminhamento de tais informações frequentemente estipulado em leis e regulamentos. Nesse sentido, nota-se especialmente o impacto da reorganização da estrutura administrativa efetivada pelo governo imperial na década de 1840 e 1850, a qual visava centralizar a administração dos empregados da justiça e das instituições que dispunham da prerrogativa do emprego da força. Foram alvo dessas reformas principalmente a guarda nacional, a polícia e os juízes de municipais e promotores, que passaram a ter o provimento de seus postos realizado pelo governo central ou pelo presidente de província, e seus desempenhos fiscalizados. A execução dessas alterações tornou-se competência dos presidentes de província, responsáveis por recolher as informações das respectivas autoridades e remetê-las ao governo.

Nesse processo, foi determinado que os órgãos ligados à polícia, à justiça, às

forças militares, dentre outros, deveriam enviar quadros estatísticos dos seus respectivos empregados, bem como relatórios sobre seus funcionamentos com periodicidade regular. Não à toa 34% do envio de informações referiam-se ao encaminhamento de mapas estatísticos, ocupação de cargos (nomeações, juramentos de posse, licenças) e ao funcionamento de repartições e instituições. Esses dados eram remetidos à presidência, que então os repassava aos ministérios responsáveis.

Esse âmbito da atuação do presidente contribuiu para a construção de conhecimentos sobre a realidade da província, ainda que sem uma finalidade imediata, e também para o controle do exercício de cargos e do emprego de verbas fornecidas pelo governo imperial. Com o passar do tempo, o acúmulo dessas informações tanto na secretaria da presidência, quanto nas secretarias de Estado, possibilitou a constituição de uma *memória administrativa sobre a província*. Essa memória ficava registrada nos arquivos das secretarias de presidência, e na recordação dos funcionários dessas repartições, que permaneciam nos mesmos postos por décadas, à despeito da intensa rotatividade de presidentes³⁴.

Também chama a atenção o quanto o procedimento da presidência de *informar* ao governo e demais autoridades do circuito externo uma decisão ou atitude tomadas não era recorrente, incidindo em apenas 19% das comunicações. As notificações concerniam, principalmente, à ocupação dos cargos que eram providos pelo presidente (38,4%), como o de promotores públicos e juízes municipais – nomeações, exonerações, juramentos, licenças e dispensas. Também podiam informar que o presidente já havia realizado uma ordem previamente dada pelo interlocutor em questão, embora esses casos tenham sido pouco numerosos. Parte dessas participações incluía outras ações, como a transmissão de alguma informação, mas, sobretudo, pedidos de aprovação, o que ocorreu em 20% dos casos.

Ao cotejar os percentuais referentes a essa tipologia - informar uma decisão - nos circuitos interno (48%) e externo (19%), nota-se que o presidente dirigia diversas ordens às autoridades provinciais que não eram comunicadas ao governo central, indicando que, em relação a determinadas áreas da administração, o presidente gozava de autonomia para governar. Observando esse dado à luz das considerações anteriormente tecidas acerca das características das comunicações do circuito comunicacional externo, é possível que a longa distância entre a pro-

víncia do Rio Grande do Sul e a Corte fosse um fator determinante para o grau de autonomia do presidente.

Por fim, um aspecto que merece destaque na atuação do presidente em relação ao governo central é que muitas comunicações eram acompanhadas do parecer do presidente acerca da matéria abordada, procedimento que não estava restrito à uma tipologia de atuação específica, embora fosse mais comum nos encaminhamentos. Nem sempre os pareceres tinham peso determinante para a decisão do governo. Em outubro de 1868, Pinto e Silva encaminhou a proposta do comandante superior da guarda nacional da capital da província para preenchimento do lugar vago de major ajudante de ordens, afirmando que o indicado, o alferes Frederico Duval, era uma boa escolha, pois reunia “todas as condições. É negociante estabelecido nesta capital, onde é geralmente estimado por suas excelentes qualidades. Submetendo à consideração de V. Ex.^a a proposta, só tenho a dizer que me parece digna de merecer a aprovação de V. Ex.^a”³⁵. Uma anotação no verso do ofício dizia “Não guardou a ordem gradual do acesso recomendada pela lei”, seguida de outra anotação realizada com diferente caligrafia “Responde-se neste sentido ao presidente”, demonstrando que a proposta não agradou, levando à recusa da mesma.

Claramente o nome de Duval agradava ao presidente Pinto e Silva, que se empenhou em apresentá-lo como um bom nome, indicando uma relação de proximidade com essa figura proeminente da província. Destaco a pouca utilidade de tentarmos enquadrar a atuação dos presidentes como agentes centralizadores. Se, em diversos momentos o presidente lançou mão dos dispositivos legais para normatizar a atuação das autoridades provinciais, disciplinando-as, em outros foi ele próprio cerceado nas suas pretensões de agradar aliados na província.

Considerações finais

À guisa de conclusão, retomo a reflexão com a qual principiei este capítulo: sendo o presidente o chefe do executivo provincial, o que ele fazia? Como ele operava dentro da estrutura estatal? A resposta é que os presidentes faziam muita coisa. Meu objetivo aqui foi demonstrar o que e como.

Do ponto de vista institucional, os presidentes, ao menos no Rio Grande do Sul, eram os interlocutores que mais interferiram na comunicação entre o centro e as províncias. Esse papel se intensificou na segunda metade do século XIX, em razão da organização de circuitos comunicacionais institucionais, os quais eram essenciais para a governabilidade. Contudo, isso não assegurava a *qualidade* da informação ou o cumprimento das normas, como demonstrei.

Por outro lado, a presença dessa estrutura não significava que as informações que circulavam por esses caminhos eram as únicas que chegavam às autoridades, tampouco que eram as mais relevantes para a tomada de decisão. Existiam rotas comunicacionais que operavam de forma paralela, algumas delas até entre os mesmos interlocutores dos circuitos oficiais³⁶. Todavia, mesmo que a informação de maior peso para as decisões fosse oriunda de circuitos paralelos aos oficiais, era necessário recorrer à institucionalidade para efetivar qualquer ação, independente do que a tivesse motivado.

É fundamental entendermos de que maneira esses caminhos tradicionais de comunicação se entrelaçavam aos circuitos oficiais como um meio de mobilizar a institucionalidade para atingir determinados objetivos. A agenda de pesquisa nesse sentido é fértil e ainda precisa ser explorada. Penso que descobrir os mecanismos provinciais desse entrelaçamento de uma ponta a outra nos aproximará da compreensão de como o Estado se constituiu e se legitimou nas diferentes províncias.

Notas de fim

1 JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta.** A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

2 Esse movimento foi chamado por Kelly Oliveira de *tempo da província* na historiografia brasileira. OLIVEIRA, Kelly Oliveira. **O tempo da província:** revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista. **CLIO** (RECIFE), v. 38, p. 136-161, 2020.

3 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar:** um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 338.

4 Embora os presidentes compartilhassem uma série de características comuns, sendo duas as mais importantes: a formação em direito e não serem habitantes da província para a qual eram designados. Essa última

foi largamente apontada pela historiografia como um elemento que dificultava sobremaneira a administração efetiva das províncias. Para uma discussão aprofundada da questão e um perfil completo dos presidentes de província do Rio Grande do Sul conferir o segundo capítulo de BOTH, Amanda C. **Administração provincial e governabilidade no império brasileiro**: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889). Tese (doutorado) - PUCRS, Porto Alegre, 2020.

5 BRASIL, Lei N. 40 de 3 de outubro de 1834.

6 DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p. 102.

7 BOTH, Amanda C. **Administração provincial e governabilidade no império brasileiro**: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889). Tese (doutorado) - PUCRS, Porto Alegre, 2020.

8 BOTH, Amanda C. **Administração provincial e governabilidade no império brasileiro**: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889). Tese (doutorado) - PUCRS, Porto Alegre, 2020.

9 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica. **Almanack**. 2012, n.4.

10 Idem, p. 60.

11 CORRÊA, Maria Letícia; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 25, p. 17-30, 2012. p. 23. Martins e Corrêa recorrem à definição de Charles Tilly (1996) acerca do processo de construção de Estado Modernos, o qual se basearia em 4 aspectos fundamentais, cada um com diversos desdobramentos: “a centralização do poder, que engloba a unificação e consolidação das fronteiras territoriais; a superação de conflitos por meio do controle de poderes paralelos e da manutenção das hierarquias sociais pré-estabelecidas; a constituição de um aparato jurídico visando à normatização de sua ação legal; a formação de uma estrutura burocrática para garantir a administração; e a transferência de atribuições e serviços do poder privado para o poder público.

12 Both, **Administração provincial...**, Op. cit., p. 79.

13 BANG, Henrik. Governance as political communication. In: **Governance social and political communication**. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 7.

14 PIMENTA, João Paulo. Pensar e conceber a distância: Uma reflexão acerca dos espaços-tempo dos impérios ibéricos (séculos xv-xix). In: GAUDIN, Guillaume; STUMPF, Roberta. (Org.). **Las distancias em el gobierno de los imperios ibéricos**: concepciones, experiencias y vínculos. 190 ed. Madrid: Casa de Velázquez, 2022.

15 ZUÑIGA, Jean-Paul. Territorialización, comunicaciones y administración en la América hispánica (siglos XVII y XVIII). In: GAUDIN, Guillaume; STUMPF, Roberta. (Org.). **Las distancias em el gobierno de los imperios ibéricos**: concepciones, experiencias y vínculos. 190 ed. Madrid: Casa de Velázquez, 2022, p. 112.

16 Dolhnikoff demonstra que, nesse ponto, os interesses muitas vezes conflitantes das assembleias provinciais e dos presidentes coincidiram, posto que ambos desejavam a ampliação e aprimoramento da malha viária, promovendo o desenvolvimento econômico e possibilitando que a autoridade, tanto dos deputados provinciais quanto do presidente, chegasse às localidades mais distantes. DOLHNIKOFF, **O pacto imperial...**, Op. cit., p. 112.

17 Embora possa causar alguma estranheza, o tempo à frente da província não foge à tendência das administrações por todo o Império. No caso do Rio Grande do Sul, a maioria dos presidentes não completou um ano de governo.

18 Both, **Administração provincial...**, Op. cit.

19 A ideia da existência um indivíduo representativo de uma categoria apresenta uma série de limitações, já que parte da construção de um tipo ideal por meio de características quantificáveis que abrangem a maioria, como explicitado por Cerutti. Deixo claro que não pressuponho que categorias socioprofissionais exteriores à experiência - e os presidentes de província certamente não se identificavam como um grupo com interesses comuns - sejam suficientes para dar conta da complexidade das realidades históricas, mas são úteis como

ponto de partida. Contudo, diante da quantidade expressiva de documentação, foi necessário utilizar algum tipo de critério, que, como qualquer outro, é arbitrário. Nesse sentido, alerto os leitores e as leitoras para as limitações dessa escolha, ao mesmo tempo em que afirmo sua adequação para os objetivos ora propostos, o que se mostrou validado pelos resultados obtidos. CERUTTI, Simona. A construção das Categorias Sociais. In BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV Editora, 1998, pp. 233-242.

20 Esse número inclui apenas as comunicações encaminhadas pelo presidente. Optei por esse caminho porque, como ocorre com a maioria dos registros administrativos, as documentações recebidas não são armazenadas de forma tão sistemática quanto as expedidas. Ainda assim, a quantidade de documentos pode ser superior, uma vez que além dos ofícios e correspondências registradas, muitos documentos podiam ser produzidos de forma informal e precisamos considerar a possibilidade de uma porcentagem de documentos perdidos pela precária organização dos arquivos da secretaria de governo muitas vezes mencionada pelos presidentes, bem como pela ação do tempo.

21 Para análise deste circuito, foi construído um banco de dados composto de dois fundos documentais, quais sejam: o registro dos ofícios expedidos pela presidência, sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), e correspondências recebidas da presidência da província do Rio Grande do Sul no ministério da Justiça, depositadas no Arquivo Nacional, em razão de não se encontrar no AHRS o livro de registros da comunicação expedida para esse ministério no período em foco.

22 Arthur Curvelo emprega os termos ascendente e descendente para referir-se ao posicionamento dos interlocutores na hierarquia institucional. CURVELO, Arthur. **Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”**: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese de doutoramento, 2019, p. 42-51.

23 Em meados do século XIX, uma viagem em um navio a vapor saindo do porto do Rio de Janeiro até o porto de Rio Grande levava cerca de cinco dias, tempo que podia se estender dependendo das condições climáticas. Chegada a embarcação na cidade de Rio Grande, os documentos ainda precisavam ser conduzidos até Porto Alegre, trajeto que demorava mais 22 horas. FILHO, Valter Antônio Noal. A viagem de Ambauer pela Província do Rio Grande. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 38, 2012, pp. S223-S239.

24 CURVELO, **Governar Pernambuco...**, Op. cit., p. 392.

25 BANKS, Kenneth J. **Chasing empires across the sea**: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006, p. 215.

26 AHRS. Documentação dos Governantes. Códice A-5 55, Delegados de polícia, 20/10/1868.

27 GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogo**, UEM, v.05, n.01, 2001, p. 47.

28 PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. **Penélope**, nº 6, 1991, p. 119-144.

29 AHRS. Documentação dos Governantes. Códice A-4 83, Guarda Nacional Pelotas, 08/02/1869.

30 BRASIL, Lei N. 40 de 3 de outubro de 1834. Artigo 5º, parágrafos 1, 2 e 3.

31 Convém assinalar que as circulares eram remetidas à presidência da província para que fossem repassadas a várias autoridades (por exemplo: todas as câmaras municipais ou todos os comandos superiores da guarda nacional). Em que pese o conteúdo idêntico, cada envio de uma mesma circular foi contabilizada como uma comunicação, uma vez que são sinalizadores importantes do papel do presidente na difusão de ordens advindas da Corte.

32 BRENDECKE, Arndt. **Imperio e información**: funciones del saber nel dominio colonial español. Madrid: Iberoamericana, 2016, p. 113-114.

33 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 156.

34 Both, **Administração provincial...**, Op. cit.

35 Arquivo Nacional. IJJ9 – 451 Série Interior. Ofício do presidente da província ao ministro do Império. 13/10/1868

36 Both, **Administração provincial...**, Op. cit.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alessandro Batistella

Doutor (2014) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado (2004) e Mestre (2007) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Professor Titular do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Membro do Grupo de Trabalhos (GT) de História Política da ANPUH-RS e investigador associado à Rede de Pesquisa Direitas, História e Memória. E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br; batistella@upf.br

Amanda Chiamenti Both

Doutora (2020) e Mestre (2016) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Professora Substituta do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Dedicase à pesquisa da história social da política e administrativa no Brasil no século XIX. Trabalha com temas relativos à construção do Estado nacional, elites locais e provinciais e administração das províncias. E-mail: amaboth@hotmail.com

Anderson Vargas Torres

Doutor (2023), Mestre (2017) e Graduado em História (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como bolsista de Iniciação Científica da UFRGS entre 2011 e 2012. Atualmente é professor da rede municipal de educação básica de Charqueadas e do Estado do Rio Grande do Sul. Atua na área de

História Política do Rio Grande do Sul e do Brasil, com ênfase no período republicano. Atualmente pesquisa a atuação do Partido Libertador durante o período democrático de 1945 a 1964. Também tem interesse na análise dos partidos políticos do mesmo período.

Carla Brandalise

Doutora (2003) em História Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris – Cycle Supérieur d'Histoire du 20ème Siècle. Fondation nationale des sciences politiques (FNSP). Mestre (1992) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Graduada em Licenciatura (1986) e Bacharelado (1987) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS. Atua na área de História Política, com ênfase em política contemporânea e temas como: Nações e Nacionalismos; Regimes, sistemas e partidos políticos; Regimes autoritários: ditaduras e fascismos; História do Tempo Presente. Membro da Rede Internacional de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições à Democracia (REFAT); Membro do Grupo de Trabalho História Política da Anpuh-regional e nacional.

Charles Sidarta Machado Domingos

Doutor (2014), Mestre (2009), Graduado em Licenciatura (2005) e Bacharelado (2007) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL). Tem experiência na área de História Contemporânea, com ênfase em História do Brasil Republicano. Autor de *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010 e organizador de *Jovens Olhares Sobre a Guerra Fria*. Porto Alegre: Editora Coragem, 2022.

Cristina Dallanora

Doutora (2019), Mestre (2010) e graduada (2006) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é pós-doutoranda no PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - campus Chapecó. Atua na área de

História do Brasil República, em pesquisas sobre colonização, instituições e políticas de terras, coronelismo e bandoleirismo de fronteira. Integra o Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado e a Rede Propriedades, INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso. E-mail: dallanora.cristina@gmail.com

Diego dos Santos

Mestre (2022) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Graduado (2016) em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pós-graduado (2019) em Política e Sociedade pela Faculdade de Educação São Luís. Atualmente é Professor de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Normal – Formação de Professores nas redes municipal e privada de Candelária-RS. Tem experiência em História Política do Brasil e do Rio Grande do Sul no período da experiência democrática (1945-1964), com ênfase em questões relacionadas às Instituições, Sistemas de Governo, Relações de poder político-partidárias e Imprensa. E-mail: prof.diegods@gmail.com

Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Doutor (2015) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado (2005) e Mestre (2007) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Professor Permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Dedicar-se, na área de História, a temáticas relacionados à Era Vargas; História Política do Brasil e do Rio Grande do Sul; Estado Novo (1937-1945); Questões ligadas às lideranças político-partidárias do período 1945-1964, utilizando-se das interlocuções com o conceito teórico de trajetória. No campo da História da Educação busca compreender as diferentes dimensões da Clandestinidade na Educação tendo por base o conceito de Cultura Política e de Educação Clandestina analisando, também, suas formas, funções e mecanismos em práticas educativas (escolares e não escolares) e suas implicações na formação de professores, no currículo e nas práticas pedagógicas. E-mail: diegodalbosco@unochapeco.edu.br.

Diorge Alceno Konrad

Doutor (2004) em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre (1994) em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado (1988) em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Membro Integrante da RedIberoamericana de Resistencia y Memoria (RIARM) e da Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e transições para democracia (REFAT). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: História Social do Trabalho, Movimentos Sociais e Políticos, Partidos e Organizações de Esquerda, Rio Grande do Sul e Brasil. E-mail: gdkonrad@uol.com.br

Douglas Souza Angeli

Doutor (2020) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre (2015) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado (2012) em História pela Universidade La Salle (UNILASALLE). Atualmente é Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na qual é chefe do Departamento de Humanidades. Coordenador de projeto contemplado na chamada universal 01/2023 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e com Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico da FAPEMIG. Pesquisa temas da História Política e da História do Brasil República, com foco em eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais e trajetórias políticas, especialmente a construção do eleitor na experiência democrática e o trabalhismo (1945-1964). Coordena o grupo Diálogos de Pesquisa em História Política (UEMG/CNPq) e participa do Grupo de Trabalho de História Política da Associação Nacional de História (ANPUH).

Gerson Egas Severo

Doutor (2006), Mestre (2002) e Graduado (1998) em História pela Universidade do Vale do Rio (UNISINOS). Atualmente é professor no curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim-RS, onde tem atuado nas áreas de História da América e de Brasil, Ensino de História e Teoria e

Metodologia da História - bem como em múltiplos e interdisciplinares trabalhos de Extensão e Cultura. Seu horizonte de interesses e de pesquisa envolvem História da América e do Brasil Contemporâneos, História Econômica, Ensino de História, Cinema e História, Teorias da História, História da Ciência, História das Religiões e Religiosidades, História do Livro e da Leitura, e Música e História.

Gérson Wasen Fraga

Doutor (2009), Mestre (2004), Graduado em Licenciatura (2002) e Bacharelado (2003) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, trabalhando especialmente com as disciplinas de História da África, História Indígena, História Contemporânea, História do Futebol, História da Imprensa e História e Cinema. É também professor efetivo do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), ambos da UFFS. Em 2022 concluiu estágio pós-doutoral pelo Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada.

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

Mestre (2019) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialização (2020) em Ensino de História pelo Centro de Ensino Superior Dom Alberto LTDA. Graduado (2016) em Licenciatura em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Atualmente é doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Professor na rede municipal de Santa Cruz do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Imprensa, Trajetória Política, Partidos Políticos e História Política. Também é membro do GT História Política da Associação Nacional de História da Seção Regional do Rio Grande do Sul (ANPUH-RS). E-mail: gustavoprofessorhistoria@gmail.com

Isabel Rosa Gritti

Doutora (2002) e Mestre (1992) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista (1990) em História do Brasil

pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista (1988) em História da Educação Brasileira Contemporânea pelo Centro de Ensino Superior de Erechim. Graduada (1982) em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Erechim. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Membro da Diretoria da Obra Promocional Santa Marta (Voluntária). Tem experiência na área de História, Pedagogia, Gestão Ambiental, Imigração e Colonização Europeia no Brasil, com ênfase nos temas: imigração, colonização polonesa, colonização judaica, companhias colonizadoras (Jewish Colonization Association) e Relações Interétnicas.

Leticia Sabina Wermeier Krilow

Doutora (2022), Mestre (2018) e Graduada (2015) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é bolsista do Pós-Doutorado Estratégico (PDPG) no PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora da rede municipal de educação básica de Guaíba. Secretária do GT História Política da ANPUH-RS. Integra o GT História Política da ANPUH-Nacional. Vice-coordenadora do GT História e Mídias da ANPUH-RS. Integra o Grupo de Estudos Jogos e Ensino (JOGAE) da PUCRS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: Imprensa, História do Pensamento Político (especificamente nos jornais cariocas), representação sobre as favelas, industrialização e urbanização. E-mail: leticia.krilow@acad.pucrs.br

Luis Carlos dos Passos Martins

Doutor (2010) e Mestre (2006) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado (1992) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenador do PPG-História da mesma instituição. Atuando principalmente nos temas: História da Imprensa no Brasil, História da urbanização e industrialização no período 1945-1964 pelo olhar da grande imprensa brasileira e pensamento político. É titular da disciplina de História da Antiguidade Clássica (PUCRS), desenvolvendo pesquisa na área de História Política da República Romana, na qual aborda as percepções do discurso ciceroniano acerca da Crise do Século I a.C.

Murillo Dias Winter

Doutor (2019) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de doutorado sanduíche (Bolsa PDSE/Capes) na Universidade do País Basco (Espanha) no Proyecto Iberoamericano de Historia Conceptual (IBERCONCEPTOS). Mestre (2014) e Graduado (2011) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Professor Adjunto na graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim- RS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História da América Latina. Pesquisa o desenvolvimento da modernidade política no mundo ibero-americano, especialmente os processos de independência e de construção do Estado e da Nação. Atua em temas como: imprensa, história dos conceitos, linguagens políticas, guerras, revoltas e experiência do tempo. E-mail: murillo.winter@uffs.edu.br

Renan Santos Mattos

Doutor (2019) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (2014) em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado (2010) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal Fronteira Sul - Campus Erechim. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural religiosa do Brasil, discurso religioso, ensino de história e relações étnico-raciais, história da infância. E-mail: renan.mattos@uffs.edu.br

Thiago Costa Juliani Regina

Mestre (2020) e graduado (2018) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em História pelo PPGH - PUCRS. Integra o Grupo de Trabalho História e Mídias (ANPUH-RS) e o Grupo de Estudos História e Mídias (PUCRS). Possui experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, História do Brasil República, História das Mídias no Brasil, História do Jornalismo Impresso, Imprensa e Política, Teoria da Comunicação. E-mail: thiago.regina@acad.pucrs.br



O presente livro traz muitos dos debates sobre História Política ocorridos no V Seminário do GT História Política, que aconteceu na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) entre 12 e 14 de junho de 2023. Esse quarto volume dos *Capítulos de História Política* foi pensado a partir de quatro eixos: *História Política interfaces com Educação e Literatura*; *História Política e Imprensa: debates e representações*; *História Política e democracias: partidos e eleições* e *História Política: conceitos e métodos*.

